UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

Tâmis Peixoto Parron

A POLÍTICA DA ESCRAVIDÃO NA ERA DA LIBERDADE:
ESTADOS UNIDOS, BRASIL E CUBA, 1787-1846

São Paulo

2015

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

Tâmis Peixoto Parron

A POLÍTICA DA ESCRAVIDÃO NA ERA DA LIBERDADE:
ESTADOS UNIDOS, BRASIL E CUBA, 1787-1846

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em História

Orientador: Prof. Dr. Rafael de Bivar Marquese

São Paulo

2015

Resumo

A expansão e o colapso da escravidão negra nas Américas no século XIX são um dos maiores desafios interpretativos para a historiografia mundial. Ao passo que especialistas costumam abordar a questão por meio de narrativas nacionais, esta Tese apresenta uma história integrada da política da escravidão nos Estados Unidos, na monarquia espanhola e no Império do Brasil desde a Independência dos Estados Unidos até meados do século XIX. Seu principal objetivo consiste em oferecer um enquadramento analítico para a compreensão dos processos mutualmente condicionados entre as conjunturas econômicas globais e os pactos políticos nacionais que levaram à montagem, ao desenvolvimento e à crise da escravidão negra nas Américas.

Palavras-chave: tráfico negreiro, escravidão, política, capitalismo, sistema mundial.

Abstract

Slavery expansion and its sudden overthrow in the Americas during the nineteenth century remain one of the major challenges to historical interpretation all over the world. While many specialists have approached this question through a national narrative, this study examines it by proposing an encompassing history of the politics of slavery in the United States, the Spanish monarchy and the Brazilian Empire. Its main purpose is to offer an analytical framework to discuss how the mutually conditioned processes of global economic conjunctures and political national compacts led to the rise and fall of slavery in the Americas.

Keywords: slave trade, slavery, politics, capitalism, world system.

Agradecimentos

A Rafael Marquese, orientador na pesquisa, amigo no convívio e parceiro no trabalho, a quem sempre deverei mais do que é possível enumerar. A Dale Tomich e José Antonio Piqueras, pela leitura de uma versão anterior desta Tese e sugestões teóricas que deram maior coesão ao seu argumento. A Edward Baptist, que ofereceu um curso luminoso sobre os Estados Unidos no Departamento de História da USP em 2012 e que teve a bondade de me abrir as instalações da Universidade de Cornell no início do ano seguinte. A Robin Blackburn, pelo excelente curso, lecionado no mesmo departamento em 2013, sobre a ascensão e queda do escravismo nas Américas. A Aisnara Perera Díaz, María de los Ángeles Meriño e Reinaldo Funes, por tudo o que fizeram para me facilitar o acesso à documentação dos arquivos históricos cubanos. A Alain El Youssef, Felipe Landim, Leonardo Marques, Marcelo Ferraro, Marco Holtz e Waldomiro Lourenço da Silva Jr., que leram e comentaram judiciosamente partes deste texto. Aos membros da *Second Slavery Research Network*, do grupo interinstitucional *O Vale do Paraíba e a Segunda Escravidão* e do Lab-Múndi (Laboratório de Estudos sobre o Brasil e o Sistema Mundial), pelas enriquecedoras interlocuções.

A Fernanda Trindade Luciani, minha mulher, pelo amor, amizade e inteligência com que acompanhou cada pequena etapa desta pesquisa, do projeto inicial à última revisão do texto. A André Luciani Parron e Paulo Luciani Parron, que são, em criança, o que eu gostaria de ter sido antes de crescer.

À Fapesp, pelo financiamento da pesquisa.

Prólogo: leitura matricial

O que narro a seguir são histórias consecutivas (influenciadas por constrangimentos locais), simultâneas (influenciadas por constrangimentos globais, comuns a todos os espaços) e sincrônicas (interinfluenciadas), que podem ser percebidas numa leitura matricial. É possível ler os Capítulos aos pares (2 e 5, 3 e 6, 4 e 7), como sequências de histórias consecutivas dos Estados Unidos (2 e 5), da monarquia espanhola (3 e 6) e do Império do Brasil (4 e 7). Ou em conjuntos ternários (2, 3, 4 e 5, 6, 7), sendo cada um deles uma história simultânea na qual os três espaços respondem a desafios comuns. Ou então os capítulos que abrem e fecham a pesquisa (1 e 8) como exemplo de histórias interinfluenciadas. Quem quiser pular os capítulos também pode percorrer o caminho Introdução I-Conclusão I-Introdução II-Conclusão II, escritas como se fossem, quando reunidas, sequências de um mesmo capítulo. O ideal, no entanto, é que o leitor perceba que os três tipos de história que proponho só têm sentido epistemológico se apreendidos ao mesmo tempo. Como numa matriz e na própria vida, as combinações só fazem sentido se relacionadas à percepção da estrutura que as envolve.

Parte I
“Nas mãos da divina providência”:
escravidão e caos no sistema mundial, 1760-1830

Introdução	10
Capítulo 1	
Escravidismo e Estado moderno: repertórios de constitucionalização, 1787-1812	25
Estados Unidos: o poder das coisas	26
Império francês: a insuficiência das palavras	46
Império espanhol: sobre as palavras e as coisas	59
Capítulo 2	
Crise do Missouri: pós-constituente numa nova ordem mundial, 1803-1820	75
Capítulo 3	
Autonomia na dependência: fonte de poder sistêmico em Cuba, 1812-1825	113
Capítulo 4	
Somatória de experiências: Brasil, 1808-1831	151
Conclusão	
Temporalização do escravismo	200

Parte II
“Nosso mercado é o mundo”: escravidão e o mercado integrado de commodities da periferia, 1815-1846

Introdução	211
Capítulo 5	
A política da escravidão nos Estados Unidos	224
Capítulo 6	
A política da escravidão no império espanhol	267
Capítulo 7	
A política da escravidão no Império do Brasil	308
Capítulo 8	
No fim da conjuntura: abolicionismo internacional e internacional escravista	349
Grã-Bretanha: fissuras no centro do mundo	352

Estados Unidos: soberania e expansão	368
Cuba: soberania e consulta	388
Brasil: soberania e bilateralismo	411
Internacional escravista: dos Estados soberanos à soberania em rede	426
Desenlace ou anticlímax?	450
Conclusão	
Oikoumenê da Segunda Escravidão	452
Fontes e bibliografia	463

Lista de mapas

1.	Os limites da república antes da Compra da Louisiana	79
2.	Dobrando a república	82
3.	O sul e seus rios navegáveis que desaguam no Golfo do México	98
4.	Engenhos de açúcar em Cuba, 1827	125
5.	Vale do Paraíba. As nervuras do contrabando negreiro	343

Lista de gráficos

G1.	Fontes de divisas no comércio exterior dos EUA, 1803-1813 (em US\$)	22
G2.	Fontes de divisas no comércio exterior dos EUA, 1803-1813 (em US\$)	90
G3.	Evolução da dívida de particulares à União, relativa à compra de terras no Oeste, 1810-1819 (em US\$)	95
G4.	Exportações norte-americanas de algodão e cereais, 1814-1820 (em US\$)	96
G5.	Preço das terras federais vendidas no Noroeste e no Sudoeste, 1807-1819 (US\$/acre)	97
G6.	Caribe francês vs. hispânico na importação de açúcar mascavo pelos EUA, 1795-1808 (t)	117
G7.	Caribe francês vs. hispânico na importação de café pelos EUA, 1795-1808 (t)	118
G8.	Exportações dos EUA: Caribe, Saint-Domingue e Cuba, 1790-1812	119
G9.	Furando bloqueios: Grã-Bretanha e seus fornecedores de algodão, 1802-1814 (em fardos)	156
G10.	Importação de algodão na Grã-Bretanha, 1803-1814 (em US\$)	157

G11.	O sonho de Arango: tráfico negreiro em Cuba, Bahia e Centro-Sul do Brasil, 1791-1820 (em pessoas vendidas)	160
G12.	Posição brasileira nas importações norte-americanas de café (t)	161
G13.	Perdendo a passada: participação dos EUA na exportação do café brasileiro (t)	162
G14.	Importação britânica de algodão cru, 1821-1840 (t)	215
G15.	Índice da cesta de consumo nos EUA, 1785-1845 (1910-1914 = 100)	216
G16.	Índices da cesta de consumo e do algodão de fibra curta, EUA, 1761-1860 (1910-1914 = 100)	217
G17.	Preços reais indexados do algodão de fibra curta e da farinha superfine, Nova York, 1802-1860	217
G18.	Índices dos preços de venda nominais do algodão, açúcar mascavo cubano e café brasileiro, 1821-1860	218
G19.	A grande inversão: algodão vs. cereais, 1803-1824 (em milhões de US\$)	230
G20.	A grande inversão 2: exportações vs. reexportações nos EUA, 1796-1824 (em milhões de US\$)	231
G21.	Preço anual médio de compra do melaço (em centavos de US\$ por galão)	249
G22.	Preço anual médio de compra do café (em centavos de US\$ por libra)	250
G23.	Preço anual médio de compra do açúcar mascavo (em centavos de US\$ por libra)	250
G24.	Batalha naval: comércio bilateral EUA-Cuba conforme a nacionalidade da frota (em US\$)	276
G25.	Índice do volume de comercialização e do capital investido (açúcar), EUA (1821 = 100)	283
G26.	Importação anual de açúcar mascavo nos EUA conforme procedência (t)	285
G27.	Importação anual de café nos EUA conforme a procedência, 1823-1839 (t)	323
G28.	Média anual comparativa do preço de compra do café, 1823-1840 (centavos de US\$ por libra)	324
G29.	Participação norte-americana na exportação do café brasileiro (t)	338
G30.	Comércio EUA-China, 1821-1836 (em US\$)	354
G31.	Índice de exportação de açúcar mascavo cubano para os EUA, 1821-1845 (1821 = 100)	408
G32.	Exportações de algodão e reexportações na Balança Comercial dos Estados Unidos (em milhões de US\$)	454
G33.	Destino do açúcar branco e mascavo (t)	458
G34.	Destino do café (t)	458
G35.	Investimento indexado na comercialização do café e do açúcar, 1821-1839 (1821 = 100)	460

Parte I

“Nas mãos da divina providência”:
escravidão e caos no sistema
mundial, 1760-1830

Introdução

Um dos grandes enigmas da historiografia contemporânea é explicar a viabilidade da escravidão dos negros nas Américas até o fim do século 19, o século da liberdade individual. É possível e, mais que possível, comum encontrar respostas à questão no campo da história econômica. Segundo os argumentos atuais mais aceitos como verdadeiros, a instituição do cativo, elástica, adaptável às condições do mercado mundial, eficiente na alocação racional dos recursos escassos, se provou competitiva quando posta em concorrência com outras formas de trabalho e lucrativa quando confrontada com outras opções de investimento. Essa resposta leva a uma segunda pergunta. Então por que uma instituição cheia de vitalidade empresarial desapareceu no mesmo século 19, o século do capitalismo de livre mercado? Emparedados pela aporia, os estudiosos deslocam sua explanação do campo da história econômica para o da história social, elegendo o conflito militar, ideológico, moral ou social como o principal determinante do fim da escravidão: guerras prolongadas, aversão ao trabalho escravo, abolicionismo, resistência dos subalternos da escravidão. As duas respostas parecem complementares. Não são. Falta, na explicação que ambas oferecem quer da estabilidade quer da crise do cativo, definir o papel do Estado. Ainda é preciso explicar as condições de ascensão e queda do escravismo no século 19. Lembrando que o século 19 também é o século do Estado nacional.¹

O peso das instituições políticas na expansão e no limite do escravismo é quase autoevidente. Diferentemente do que ocorre no regime de trabalho livre, a troca entre o escravo e o proprietário não se baseia na permuta de contrapartidas da mesma natureza (a *mercadoria* força de trabalho pela *mercadoria* salário, por exemplo). Para extrair o trabalho, é preciso algum tipo de coação, o que torna a relação de ambos

¹ No campo da história econômica, autointitulada Nova História Econômica: Alfred H. Conrad e John R. Meyer, "The Economics of Slavery in the Ante Bellum South". *Journal of Political Economy*, vol. 66, núm. 2 (abril, 1958): 95-130. Sua abordagem foi assimilada em Douglass C. North. *The Economic Growth of the United States, 1790-1860*. Nova York: W. W. Norton, 1961; e explorada até o seu limite lógico em Robert W. Fogel e Stanley L. Engerman. *Time on the Cross. The Economics of American Slavery*. Boston: Little, Brown and Company, 2 vols., 1974, bem como em Seymour Drescher. *Econocide: British Slavery in the Era of Abolition*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1977. A aporia criada na história econômica foi percebida por Howard Temperley, que ofereceu uma solução do problema focando na ideologia do capitalismo em "Capitalism, Slavery and Ideology". *Past and Present*, vol. 75 (maio, 1977): 94-118. O próprio Drescher fez a transição para o campo da história social em *Capitalism and Antislavery*. Oxford: Oxford University Press, 1986, retomando e desenvolvendo seu argumento em *Abolition: A History of Slavery and Antislavery*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009. Balanço do problema em Thomas Bender (org.). *The Antislavery Debate: Capitalism and Abolitionism as a Problem in Historical Interpretation*. Berkeley: University of California Press, 1992.

superdependente da administração da violência física e simbólica imposta na unidade produtiva (fazenda) e fora dela (conjunto da sociedade). Nesse ambiente, a intervenção coercitiva do Estado em favor da acumulação capitalista está cravada na base do processo produtivo e, sendo sua parte integrante, não pode ser dissociada dela como variável externa à economia ou ao conflito social. Noutras palavras, o Estado e os arranjos que se fizeram no Estado foram componentes organizadores das relações que tornaram possível a reprodução social da propriedade escrava no tempo. Em toda sociedade escravista do século 19, a outra face do domínio direto do escravo pelo senhor foi o domínio indireto do senhor sobre o Estado. Esta Tese é parte de um projeto de pesquisa que pretende contar a história da construção e da implosão desse domínio.²

Como tudo o que organiza a vida social, o Estado cria seus mitos e nos faz pensá-lo com os termos que quer que nós o pensemos. De todas as suas ficções, a maior é o predicado que diz que ele é soberano. Estado soberano. Que possui pleno monopólio na gestão dos bens públicos materiais e simbólicos internos ao território que administra (impostos, direitos individuais, normatizações culturais etc.). O faz-de-conta entrou na ciência política do pós-guerra e se alojou nos estudos históricos até os segundos que correm neste minuto. Os comentadores clássicos dos mais diferentes vieses – Robert Dahl, Ralph Miliband, Nicos Poulantzas, Theda Skocpol, Pierre Bourdieu – tomam a unidade nacional governada pelo Estado soberano como a última instância dos constrangimentos, estímulos e regras que organizam a vida social. Quando eles se perguntam “quem governa?”, buscam suas respostas nos campos conceituais que o próprio Estado cria: os cidadãos, os grandes da economia, os grandes da política. A pergunta que deve ser feita ao Estado soberano e que a linguagem que ele cria inibe que se faça é outra. O que precisamos saber, caso se queira entender melhor a força e a fraqueza da escravidão negra no século 19, é: quem governa quem governa?³

² Para uma crítica às rígidas distinções entre a esfera da produção e a esfera das normas legais, Derek Sayer. *The Violence of Abstraction: The Analytic Foundations of Historical Materialism*. Nova York: Basil Blawell, 1987, e Ellen Meiksins Wood, “The separation of the ‘economic’ and the ‘political’ in capitalism” e “Rethinking base and superstructure”. In: *Democracy against Capitalism: Renewing Historical Capitalism*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995, p. 19-75, bem como “Capitalism and the Nation State”. In: *The Origin of Capitalism: A Longer View* (1999). Londres: Verso, 2002, p. 166-181. Sobre a natureza específica da exploração do trabalho escravo e seu impacto na organização institucional da sociedade, Dale Tomich, “Capitalism, Slavery, and World Economy: Historical Theory and Theoretical History”. In: *Through the Prism of Slavery: Labor, Capital, and World Economy*. New York: Rowman and Littlefield, 2004, p. 3-31 (*Pelo prisma da escravidão: trabalho, capital e economia mundial*. Trad. Antonio de Pádua Danesi. São Paulo: Edusp, 2011).

³ Os autores a seguir, apesar da ressalva, foram cruciais para esta pesquisa: Robert A. Dahl, “A Critique of the Ruling Elite Model”. *The American Political Science Review*, 52: 2 (1958): 463-469, e *Who Governs? Democracy and Power in an American City* (1961). New Haven: Yale University Press, 2005;

O único sistema social que cria as condições de liberdade e constrangimento para a ação humana, escreveu Immanuel Wallerstein apenas um ano depois da Crise do Petróleo de 1973, é o sistema-mundo capitalista, um conjunto de Estados soberanos que interagem via mercado mundial. Por essa definição, a autonomia das grandes máquinas públicas que se declaram soberanas é determinada pelas relações que elas travam umas com as outras na busca competitiva por fontes de riqueza e poder. No contorno de uma frase, o sistema interestatal moderno se apresenta como uma rede de Estados soberanos que limita a soberania dos Estados que a compõem. Se o destino da escravidão negra no século 19 se entrelaça com a esfera do Estado soberano, e a soberania do Estado é função do sistema mundial em que se inscreve, então o exame do triunfo e da derrota do escravismo no Novo Mundo solicita uma abordagem que ultrapasse o estudo individualizado de áreas específicas como o Sul dos Estados Unidos, Cuba, Brasil e até mesmo Brasil-África. Instrumento heurístico poderoso para a compreensão dos Estados nacionais, a perspectiva do sistema-mundo não é a história do mundo. O que a define não é o objeto particular estudado (unidade de observação), e sim a perspectiva (unidade de análise). Ela olha para os eventos específicos buscando a interação do processo histórico e da ação social em espaços amplos e em tempos dilatados, a fim de iluminar pontos cegos criados por estudos que adotam escalas menores de observação.⁴

Na história, notou Fernand Braudel, a escala que o historiador adota determina tudo. Wallerstein expandiu a dele para a totalidade do sistema-mundo no tempo (600 anos) e no espaço (sua unidade de observação coincide com a de análise). Um panorama tão amplo o levou a focar nas continuidades estruturais de longuíssima duração, de sorte

Nicos Poulantzas. *Pouvoir politique et classes sociales*. Paris: François Maperro, 1968; Ralph Miliband. *The State in Capitalist Society*. Nova York: Basic Books, 1969 (*O Estado na sociedade capitalista*. Trad. de Fanny Tabak. Rio de Janeiro: Zahar, 1972); Theda Skocpol, “Bringing the State Back In”. In: Peter B. Evans, Dietrich Rueschmer e Theda Skocpol. *Bringing the State Back In*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985; e, com nuances, Pierre Bourdieu. *Sobre o Estado*. Trad. de Rosa Freire d’Aguiar. São Paulo: Cia. das Letras, 2014.

⁴ Immanuel Wallerstein. *The Modern World-System I: Capitalist Agriculture and the Origins of the European World-Economy in the Sixteenth Century*. Nova York: Academic Press, 1974 (*O sistema mundial moderno I: A agricultura capitalista e as origens da economia-mundo europeia no século XVI*. Trad. de C. Leite, F. Martins e J. de Lisboa. Porto: Afrontamento, 1990); *The Modern World-System II: Mercantilism and the Consolidation of the European World-Economy, 1600-1750*. Nova York: Academic Press, 1980 (*O sistema mundial moderno II: o mercantilismo e a consolidação da economia-mundo europeia, 1600-1750*. Trad. de C. Leite, F. Martins e J. de Lisboa. Porto: Afrontamento, 1994); *The Modern World-System III: The Second Era of Great Expansion of the Capitalist World-Economy, 1730-1840s*. Nova York: Academic Press, 1989; e *The Modern World-System IV: Centrist Liberalism Triumphant, 1789-1914*. Berkeley: University of California Press, 2011; Terence Hopkins, “The Study of the Capitalist World-Economy: Some Introductory Considerations” e “World-System Analysis: Methodological Issues”. In: Terence Hopkins e Immanuel Wallerstein. *World-System Analysis: Theory and Methodology*. Beverly Hills: Sage, 1982, p. 9-37 e 145-158.

que ele toma por pequeno o que outros julgam grande. Crises? Só a do século 14. Revoluções? Só a divisão internacional do trabalho surgida no longo século 16 (1450-1650). Com a generalização, houve ganhos e perdas, e estudiosos que operam no campo da perspectiva-mundo desenvolveram cursores mais sensíveis a unidades de medida menores, a abalos e rearranjos históricos que o gigantesco sismógrafo de Wallerstein ignora. Os principais fenômenos que perceberam sugeriam que, das suas origens ao presente, o sistema-mundo capitalista passara por transformações dramáticas na maneira como as formas de governo e os padrões de investimento se influenciaram ao longo dos tempos. Giovanni Arrighi, o mais conhecido dos indisciplinados discípulos de Wallerstein, conceituou aquelas transformações com um construto que chamou de ciclos sistêmicos de acumulação: o genovês (1450-1650), o holandês (1650-1790), o britânico (1790-1939) e o norte-americano (1939-virada do século 20). A escala determina tudo. Quem, nessa proposta, quiser estudar formações estatais particulares precisa atentar para o modo de acumulação de capital do ciclo sistêmico vigente.⁵

A história da vida e morte da escravidão negra no século 19 é, portanto, a história de sua relação com modos de governar e modos de acumular do ciclo sistêmico de acumulação liderado pela Grã-Bretanha. Segundo Dale Tomich, até o fim do século 18 a escravidão negra nas Américas atendia a uma “organização pré-industrial da economia mundial”, na qual cada zona escravista gozava de relativa autonomia econômica assegurada por um sistema de preferências imperiais (os monopólios do Antigo Regime). De 1780 em diante, o escravismo rompeu as correntes de suas formas sociais anteriores. Acoplou-se aos patamares inéditos de demanda por artigos tropicais que a Revolução Industrial criou ao intensificar no centro do sistema-mundo capitalista os processos de expansão demográfica, barateamento dos custos de transporte e ampliação dos padrões de consumo doméstico (novo modo de acumular). E inseriu-se num sistema interestatal regido pelos princípios de livre mercado e livre concorrência que a Grã-Bretanha impôs às mais distintas fronteiras da mercadoria do sistema mundial (novo modo de governar). Tomich chamou esse escravismo, em oposição ao primeiro, colonial, de *Segunda Escravidão*.⁶

⁵ Fernand Braudel, “European Expansion and Capitalism: 1450-1650”. In: *Chapters in Western Civilization*. Organizado pelo Contemporary Civilization Staff do Columbia College. 3ª edição. Nova York: Columbia University, 1961, vol. 1, p. 245-288; e Giovanni Arrighi. *O longo século XX* (1ª ed. em inglês, 1994). Rio de Janeiro: Contraponto/ São Paulo: Unesp, 1996.

⁶ Dale Tomich, “The ‘Second Slavery’: Bonded Labor and the Transformation of the Nineteenth-Century World Economy”. In: *Through the Prism of Slavery*, p. 56-71. Para a crescente adoção do conceito na

Se a escala determina tudo, a de Dale Tomich ainda não era a mais adequada para a explicação sistêmica da ascensão e queda do cativo no século 19. Como ele mesmo diz, “a hegemonia britânica e a revolução industrial na Grã-Bretanha reestruturaram a divisão internacional do trabalho e estimularam a expansão material da economia mundial. Esses desenvolvimentos não apenas deram as condições para a destruição da escravidão dentro do império britânico, mas também encorajaram a expansão e a intensificação da escravidão fora dele.” O trecho é claro. No ensaio sobre a Segunda Escravidão, Tomich considerou o longo século 19 como dotado de uma única divisão internacional do trabalho, imposta por um único modo de governar (livre mercado) e um único modo de acumular (Revolução Industrial). A divisão internacional do trabalho que ele conceitua explica – e muito bem – a queda da primeira escravidão e a ascensão da segunda, mas não o movimento de ascensão e queda da segunda. Para apreendê-lo, foi preciso diminuir mais um pouco as unidades de medida da escala e quebrar o primeiro século 19 (1750-1870) em conjunturas. Dividi-o em três. A primeira será caracterizada nesta Introdução. A segunda, embora enunciada abaixo, está desenvolvida na Introdução da Parte II. A terceira, também mencionada nas páginas a seguir, receberá tratamento circunstanciado na Introdução da Parte III (a ser desenvolvida no Pós-Doutoramento).⁷

A primeira das três conjunturas globais do primeiro século 19 cobre o período de 1750 a 1815, no qual a economia-mundo capitalista, deixando para trás um longuíssimo período de deflação, entrou numa tendência bem definida de alta contínua da cotação internacional das mercadorias, em grande parte puxada por uma profunda transformação nos mercados consumidores do noroeste europeu. Pela primeira vez na história, a população do Velho Mundo registrou crescimento demográfico robusto (dobrando entre 1750 e 1850) sem queda correspondente no nível do consumo per capita, escapando da lâmina malthusiana que tinha ceifado seus avanços populacionais anteriores. Visível até mesmo nas regiões onde o poder aquisitivo dos salários, crescendo menos que a inflação, teve de ser compensado pela otimização dos recursos escassos dentro da economia familiar, a grande transformação consumidora foi mais intensa no noroeste europeu que no resto do continente e ainda mais intensa na Grã-Bretanha que no resto do noroeste europeu. Ali, no epicentro anglo-saxão, o boom demográfico coincidiu com

historiografia, Ricardo Salles, “A Segunda Escravidão”. *Revista Tempo*, vol. 19, núm. 35 (jul-dez. 2013): 249-254.

⁷ Dale Tomich, “The ‘Second Slavery’: Bonded Labor and the Transformation of the Nineteenth-Century World Economy”. In: *Through the Prism of Slavery*, p. 61.

o aumento dos lucros agrícolas e do poder de compra dos salários. O milagre britânico era multicausal. A inserção de Londres nas redes do poder geopolítico europeu rendera parcerias rendosas com Portugal e Países Baixos (segunda metade do século 17), a Revolução Gloriosa de 1688 permitira consolidar sua acumulação de capital com inovações institucionais (Banco da Inglaterra, fundado em 1694; padrão-ouro, adotado em 1717), seus domínios ultramarinos conheceram uma notável efervescência econômica por causa da integração bem-sucedida com outras zonas imperiais e sua máquina diplomática abriu importantes mercados consumidores no sul da Europa e nos impérios ultramarinos ibéricos.⁸

Com o dinamismo do seu mercado doméstico, a Inglaterra passou por uma transformação macroeconômica que inverteu o sentido do seu próprio comércio exterior. No fim do século 17, o país estava longe de ser a praça de alimentação mundial na qual se tornaria cem anos depois. O trigo compunha apenas 20% de sua dieta em grãos, mais de um quarto das 25 mil toneladas métricas do açúcar elaborado nas suas Antilhas tinha de ser reexportado para mercados estrangeiros, a compra do chá na China beirava a nulidade. Nas décadas seguintes a taxa da demanda familiar agregada inglesa cresceu mais que a oferta da produção agrícola doméstica ou ultramarina, e itens mal consumidos se vulgarizaram entre as classes mais populares. Em 1774, a produção açucareira de suas Antilhas saltara para 100 mil t, mas, dada a taxa de expansão do mercado metropolitano, menos de um décimo do total era reexportado. Dentro de uma década, o Parlamento, que até então premiara os exportadores de trigo e punira os importadores do chá, desonerou a entrada do cereal estrangeiro e derrubou a alíquota do chá de 119% para 12,5%. Na virada para o século 19, dois terços da dieta cereal inglesa eram compostos de trigo, a bebida aromática amarga quente da China virara uma mania nacional, e o inglês, inclusive para adoçar o chá, ingeria dez vezes mais açúcar que o europeu do continente.⁹

⁸ Eric Vanhaute. *World History: An Introduction*. Londres e Nova York: Rutledge, 2013, p. 31-35 (ruptura malthusiana); Jan de Vries. *The Industrious Revolution: Consumer Behavior and Household Economy, 1650 to the Present*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008, p. 25-29 e 73-121 (novo padrão de consumo familiar); Joseph Inikori. *Africans and the Industrial Revolution in England: A Study in International Trade and Economic Development*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002, p. 405-472 (mercados ultramarinos e take-off industrial inglês); Stanley Stein e Barbara Stein. *Silver, Trade, and War. Spain and America in the Making of Early Modern Europe*. Baltimore: The John Hopkins, 2000, p. 136-144 (penetração britânica na Espanha); Kenneth Maxwell. *Chocolates, Piratas e Outros Malandros. Ensaios Tropicais*. Paz & Terra, São Paulo, 1999, p. 209-252 (idem em Portugal);

⁹ Helen Saberi. *Tea: A Global History*. Londres: Reaction Books, 2010, p. 90 (tarifa sobre o chá); e Dennis O. Flynn e Arturo Giráldez, "Cycles of Silver: Global Economic Unity through Mid-Eighteenth Century". *Journal of World History*, vol. 13, núm. 2 (Fall, 2002): 391-427; Manuel Moreno Fraginals. *O*

A trajetória do algodão no sistema comercial britânico marca o auge e o limite do modelo de desenvolvimento econômico baseado na expansão do mercado doméstico. Os tecidos de algodão, de início importados da Índia e da Anatólia (Turquia), confortáveis, leves, coloridos e de fácil lavagem, caíram rápido no gosto popular. Na primeira metade do século 18, o Parlamento montou tarifas adequadas para estimular um processo de industrialização por substituição de importações na metrópole que começou pela cópia descarada das técnicas orientais de fabricação das peças de algodão e, na década de 1770, culminou na mecanização do processo produtivo da fiação. Ao longo do período, os mercados ultramarinos britânicos na América e na África mantiveram aquecida a oferta de tecidos. Nos últimos vinte anos do século, a produção doméstica, mecanizada, rompeu o patamar da demanda imperial agregada e a Grã-Bretanha passou a depender dos mercados externos para o escoamento dos manufaturados de algodão.¹⁰

No terceiro volume do seu *The Modern World-System*, Immanuel Wallerstein argumenta que o longo ciclo inflacionário de expansão da economia-mundo capitalista na segunda metade do século 18 acelerou o processo jurídico dos cercamentos (avanço das grandes propriedades sobre áreas de uso comum, alodiais e de camponeses) na Inglaterra e que, fora da Europa, engatou o império turco-otomano, o subcontinente indiano e Rússia europeia como fornecedores de matérias-primas cada vez mais lucrativas. Wallerstein não examinou o impacto daquele ciclo sobre as Américas, mas o fato é que elas passaram por um reposicionamento econômico dramático no interior da economia-mundo. Quando a Inglaterra parou de exportar trigo e quase cessou a reexportação do açúcar, sua nova função consumidora redefiniu a divisão regional do trabalho na Europa. No norte do continente, submeteu irlandeses ao fornecimento de trigo para ingleses e à substituição do trigo pela batata na dieta local, uma alternativa barata, de alto rendimento calórico por hectare plantado e de difícil comercialização porque perecível. No sul da Europa, liberou mercados consumidores crescentes, abrindo uma janela de oportunidades para produtores do Novo Mundo. Não basta dizer que o

engenho: complexo sócio-econômico açucareiro cubano (1ª ed. em espanhol, 1978). São Paulo: Hucitec-Unesp, 1988, vol. 1, p. 20 (taxas de reexportação do açúcar). Para o trigo, A. H. John, “English Agricultural Improvement and Grain Exports, 1660-1765”. In: D.C. Coleman e A.H. John (orgs.). *Trade, Government and Economy in Pre-Industrial England: Essays Presented to F. J. Fisher*. Londres: Weidenfeld and Nicolson, 1976, p. 48 passim; Paul R. Sharp, “1846 and all that: The rise and fall of British wheat protection in the nineteenth century”. *Agricultural History Review*, vol. 58, núm. 1 (2010): 76-94; e E. J. T. Collins, “Dietary Change and Cereal Consumption in Britain in the Nineteenth Century”. *Agricultural History Review*, vol. 23 (1975): 97-115.

¹⁰ Sven Beckert. *Empire of Cotton: a Global History*. Nova York: Alfred A. Knopf, 2014, p. 55-134.

“epicentro do mercado de bens coloniais estava localizado no noroeste europeu, com níveis menores de demanda à medida que se move para o leste e o sul da Europa”. Num sistema, a mudança na posição de um de seus elementos altera a posição relativa dos demais.¹¹

A reorganização do fluxo de bens dentro da Europa e a tendência inflacionária das cotações internacionais induziram os impérios ultramarinos a adotarem agendas reformistas destinadas a maximizar o potencial agrícola de suas colônias americanas. De início resultante das novas oportunidades de mercado, o reformismo imperial se tornou prioridade dos Estados europeus depois que a Grã-Bretanha humilhou a França e a Espanha na Guerra dos Sete Anos (1756-1763), acirrando a competição interestatal pelo domínio do sistema-mundo que imprimiu sua marca na Guerra de Independência dos Estados Unidos (1775-1783), nos conflitos internacionais de Saint-Domingue (1793-1798) e nas Guerras Revolucionárias europeias (1793-1815). Ainda que a disputa pela hegemonia mundial tenha se concentrado entre a Grã-Bretanha e a França, todas as potências marítimas europeias buscaram, em parceria com atores coloniais, a diversificação da produção agrícola no continente americano, graças ao que jurisdições antigas foram convertidas em novas fronteiras da mercadoria. Na ilha de Cuba e no sudeste do Brasil (norte do Rio de Janeiro e oeste velho de São Paulo), áreas devotadas à agricultura alimentar e à criação de gados começaram a processar açúcar para os mercados europeus antes abastecidos pela produção inglesa, agora internalizada, ao mesmo tempo que antigas zonas açucareiras atingiram um novo patamar de magnitude nas Antilhas francesas, nas Antilhas inglesas, no Recôncavo Baiano e na Zona da Mata pernambucana. Em regiões tão distantes como o baixo Vale do Delaware nos atuais Estados Unidos e o Rio Grande no extremo sul da América portuguesa o trigo se tornou uma opção agrícola de rendimentos promissores. Na segunda metade do século os europeus ampliaram o controle direto sobre a produção e a comercialização do algodão e do café, até 1750 majoritariamente importados do Oriente. Ambos os produtos ganharam economia de escala nas Antilhas e penetraram no norte do Brasil.¹²

¹¹ *The Modern World-System III: The Second Era of Great Expansion*, p. 14-19, 62-113 e 127-190.

¹² Gabriel Paquette. *Imperial Portugal in the Age of Atlantic Revolutions: The Luso-Brazilian World, c. 1770-1850*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013, p. 17-84; Dauril Alden, “El Brasil colonial tardío, 1750-1808”. In: Leslie Bethell (org.). *História de América Latina. Vol. 3: América Latina Colonial: Economía*. Barcelona: Editorial Crítica, 1990, p. 306-358; J. H. Galloway. *The Sugar Cane Industry: An Historical Geography from its Origins to 1914*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989, p. 84-119; Rafael Marquese. *Feitores do corpo, missionários da mente: senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p. 87-258; Jorge Miguel Pedreira, “Economia e política na explicação da independência do Brasil”. In: Jurandir

A tendência do sistema mundial que está nas raízes do longo século 19 caracteriza uma *conjuntura inflacionária de integração complementar dos mercados imperiais*. Trata-se de um momento em que os Estados europeus, beneficiando-se das curvas satisfatórias dos preços internacionais, aprofundaram a divisão internacional do trabalho para que pudessem competir melhor uns com os outros no nível do sistema interestatal. A lógica das trocas é de tipo *complementar* porque as instituições do tempo favoreciam a permuta intercontinental de mercadorias distintas (da Europa, Ásia, África e América) dentro de um mesmo espaço político (cada um dos impérios ultramarinos). Tomich sublinhou a “fraca integração do mercado mundial” no tempo de sua “organização pré-industrial”, visto que o regime de preferências imperiais deixava “os produtores relativamente insulados da competição direta uns com os outros por conta de sua confiança nas condições políticas de seu monopólio sobre o mercado metropolitano.” O resultado econômico da estrutura do Antigo Regime é que “a produção mundial dos artigos tropicais cresceu firme, mas vagarosamente”. É possível completar essa descrição: ela cresceu firme, vagarosa e diversificadamente. As trocas complementares dos grandes impérios ultramarinos eram protegidas no interior de estruturas que, dada a cotação internacional ascendente dos artigos agrícolas, retroalimentavam até mesmo as zonas agrárias menos produtivas.¹³

A conjuntura inflacionária de integração complementar dos mercados imperiais conheceu o seu auge na crise terminal por que passou nos quase vinte e cinco anos das Guerras Revolucionárias (1793-1815), a última vez que Paris competiu com Londres pelo alto comando do sistema mundial. Auge porque os preços ascendentes ascenderam ainda mais, descrevendo o auge de um pico agudo que não seria igualado antes de um século. O principal determinante isolado da hiperinflação dos produtos tropicais foi o colapso produtivo de Saint-Domingue, a colônia caribenha francesa que liderava a provisão mundial de açúcar, café e índigo, além de ser importante fornecedora de

Malerba (org.). *A Independência brasileira: novas dimensões*. Rio de Janeiro: FVG, 2006, p. 55-97, e “From Growth to Collapse: Portugal, Brazil, and the Breakdown of the Old Colonial System (1750-1830)”. *Hispanic American Historical Review*, vol. 80, núm. 4 (nov. 2000): 839-864. Stuart Schwartz. *Segredos Internos. Engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835* (1985). Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p. 342-355; Bert Barickman. *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 47-86; João Luís Ribeiro Fragoso. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992, p. 78-103; Michel-Rolph Trouillot. “Peripheral Vibrations: The Case of Saint-Domingue’s Coffee Revolution”. In: Richard Robinson (org.). *The Dynamics of World Development*. Londres: Sage Publications, 1981, p. 27-41.

¹³ Dale Tomich, “The ‘Second Slavery’”. In: *Through the Prism of Slavery*, p. 58.

algodão para a Revolução Industrial. Iniciada com a mais espetacular revolta escrava da história, a Revolução do Haiti (1791-1804) abriu um vácuo de oferta no mercado mundial, remodelando a expectativa dos agentes e intensificando a alta das commodities. “Agora”, explicou o senhor de engenho brasileiro Azeredo Coutinho, “pois que aqueles colonos estão com as mãos atadas para a agricultura, antes que eles principiarem nova carreira é necessário que apressemos a nossa”. Mesmo se a economia de Saint-Domingue se reerguesse, o ciclo de alta seria mais longo do que estipulou Coutinho por causa de um segundo determinante da hiperinflação, a política monetária britânica. Nas Guerras Revolucionárias, a Grã-Bretanha financiou não apenas sua marinha, senão também as forças de terra das alianças continentais antinapoleônicas, contraindo um gasto exorbitante que ela cobriu com a emissão de letras de câmbio sem conversibilidade, isto é, com o abandono do padrão-ouro. Sua dívida pública cresceu US\$ 90 milhões por ano durante o conflito (para se ter uma ideia: o conjunto das exportações e reexportações norte-americanas gerou a média anual de US\$ 32 milhões entre 1796 e 1815), um mundo de papel que penetrou a economia atlântica no instante em que as tropas francesas conquistaram os centros comerciais e financeiros de Amsterdam e Hamburgo. “Nas duas décadas que se seguiram a 1793”, escreveu um especialista, “a letra de câmbio sobre Londres se tornou o principal meio de pagamentos do comércio internacional”. Se a Revolução Haitiana avivou a fogueira da inflação, a oferta monetária britânica é que oxigenou seu fogo nos vinte anos seguintes.¹⁴

A hiperinflação revolucionária acelerou o ritmo com que paisagens até então mal exploradas foram incorporadas à economia mundial. No curto espaço de dez anos (1790-1800), inovações decisivas mudaram para sempre a cara das regiões que se tornariam as três principais fronteiras da mercadoria da Segunda Escravidão. Entre 1790 e 1800 agricultores de pequeno e médio porte de Natchez (atual condado de Adams, no baixo Vale do Mississippi), trocaram a cultura do tabaco pela do algodão herbáceo de fibra curta; produtores de pequeno e médio porte no médio Vale do Paraíba investiram

¹⁴ Michel-Rolph Trouillot. “Peripheral Vibrations”; John D. Garrigus, “Blue and Brown: Contraband Indigo and the Rise of a Free Colored Planter Class in French Saint-Domingue”. *The Americas*, vol. 50, núm. 2 (out. 1993): 233-263; Laurent Dubois. *Avengers of the New World. The Story of the Haitian Revolution*. Harvard: Belknap Press, 2004; Patrick O’Brien, “Merchants and Bankers as Patriots or Speculators? Foreign Commerce and Monetary Policy in Wartime, 1793-1815”. In: John McCusker e Kenneth Morgan. *The Early Modern Atlantic Economy*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000, p. 250-277 (citação p. 259). E José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho, “Memória sobre o preço do açúcar”. In: *Memórias Econômicas da Academia Real das Ciências de Lisboa, para o adiantamento da agricultura, das artes, e da indústria em Portugal, e suas Conquistas (1789-1815)*. Ed. José Luís Cardoso. Lisboa: Banco de Portugal, 1993, t. 3, p. 273-280. Para exportações e reexportações norte-americanas, ver fonte do Gráfico 1(infra).

seus excedentes, amealhados com produção alimentar, no plantio de cafeeiros; e os hispano-cubanos de Havana convenceram a Coroa espanhola a converter o tráfico negreiro transatlântico, até então uma operação de monopólio, numa permanente atividade de livre iniciativa. Também foi na mesma década “milagrosa” que a cafeicultura se espalhou em Cuba, que a produção açucareira se fez importante no entorno de Nova Orleans (Louisiana) e que centenas de engenhos foram abertas no oeste de São Paulo e no norte do Rio de Janeiro. Entre 1790 e 1815 a agricultura escravista americana parecia um agitado balão de ensaio, com pequenos investidores encorajados a assumir novos riscos e com regiões inteiras, virgens, subutilizadas, mal conhecidas, testadas até o limite de seu potencial agrônomo. Diversificar – não especializar – era a tônica da expansão do escravismo.

As violentas curvas dos preços internacionais também redesenharam a paisagem econômica de espaços americanos externos às áreas da Segunda Escravidão, porém intimamente associados ao destino dela no primeiro século 19. Devido à oferta limitada de terras, as Antilhas inglesas e francesas contraíram, desde a conversão de seu regime econômico à monocultura exportadora escravista no século 17, a feição de uma empresa capitalista na qual a busca do lucro pelo lucro levava a um dramático desequilíbrio demográfico (80% a 90% da população total sendo escrava), à hiperespecialização produtiva (açúcar), à devastação ambiental e à consequente dependência do fornecimento externo de alimentos. Seus celeiros eram, em princípio, suas respectivas metrópoles. Dentro da *commonwealth* britânica, porém, a comunidade mercantil metropolitana controlava o fluxo das commodities segundo a lógica dos mercados complementares, isto é, especializava-se naquelas que, sem competição doméstica, podiam ser vendidas com sobrepreço em casa. O ramo dos cereais, por concorrencial nos dois lados do Atlântico, foi cada vez mais relegado aos agricultores da Nova Inglaterra e aos negociantes coloniais, os quais, menos abastados, operaram de início no mais acessível comércio de curta distância entre o continente e as Antilhas e, em seguida, no corredor atlântico até o mediterrâneo. Quando a Grã-Bretanha deixou de exportar trigo, o cultivo do cereal penetrou nas colônias do meio-Atlântico (Nova York, Pensilvânia, Maryland, Virgínia), e com as Guerras Revolucionárias chegou à sua idade do ouro. Graças às folgadas margens de lucro por unidade vendida, os produtores puderam dobrar a distância máxima percorrida entre suas lavouras e a calha do Rio Hudson (Nova York) ou do Delaware (Maryland e Pensilvânia) sem que os custos adicionais do transporte anulassem os ganhos da venda. Tal como os plantadores de

algodão em Natchez, produtores remediados ou de extração social modesta tiveram a sua chance com a supervalorização do trigo. Colonos começavam de baixo, tornavam-se prósperos arrendatários e chegavam até a donos de terra.¹⁵

É comum nos processos sociais: a intensificação de um dos seus fenômenos (como a longa alta descontrolada dos preços) pode sinalizar o fim do processo que aparenta estar no auge. As Guerras Revolucionárias feriram de morte a conjuntura inflacionária de integração complementar dos mercados imperiais ao estabelecer uma situação de livre comércio de fato no coração econômico dos impérios ultramarinos europeus, a macrobacia caribenha. Quando elas cortaram os contatos regulares entre a Europa e o Caribe, e o Congresso dos Estados Unidos declarou status neutro, a jovem república se tornou a câmara de compensação dos pagamentos intercontinentais, bem como o centro de redistribuição de mercadorias europeias na América (manufaturas) e de artigos americanos na Europa (sobretudo, café e açúcar). Só em frete seus negociantes ganharam US\$ 2,8 milhões por ano entre 1799 e 1808 (equivalente a 32% do total auferido com exportações de algodão), e no fim dos conflitos a tonelagem da frota mercantil norte-americana chegou a 60% da maior do mundo, a britânica. As vendas para o exterior durante as guerras são reveladoras. O trigo movimentou mais capital que o algodão, e as reexportações muito mais capital o trigo.¹⁶

¹⁵ P. C. Emmer, “The Dutch and the making of the second Atlantic system”. In: Barbara L. Solow (org.). *Slavery and the rise of the Atlantic System* (1991). Cambridge: Cambridge University Press, 1993, p. 75-96 (limites dos recursos alimentares nas Antilhas escravistas); Eric Williams. *Capitalism & Slavery* (1944). Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 1994, p. 108-125 (complementaridade geoecológica entre Estados Unidos e Antilhas escravistas); John J. McCusker e Russell R. Menard. *The Economy of British America, 1607-1789*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1985, p. 71-90 (comercialização do trigo); Jacob M. Price, “What Did Merchants Do? Reflections on British Overseas Trade, 1660-1790”. *Journal of Economic History*, vol. 49 (1989): 273-282 (idem); Charles Sellers. *The Market Revolution: Jacksonian America, 1815-1846*. Oxford: Oxford University Press, 1991, p. 14-16 (preços do trigo e distâncias terrestres); e Brooke Hunter, “Wheat, War, and the American Economy During the Age of Revolution,” *William and Mary Quarterly*, vol. 62, núm. 3 (2005): 505-526.

¹⁶ Douglass C. North. *The Economic Growth of the United States*, p. 221-249; Michelle McDonald. *From Cultivation to Cup: Caribbean Coffee and the North American Economy, 1765-1805*. Doutorado. University of Michigan, 2005, p. 166-170; Robert E. Lipsey, “U.S. Foreign Trade and the Balance of Payments, 1800-1913”. In: Stanley Engerman e Robert Gallman (orgs.). *The Cambridge Economic History of the United States. Vol II: The Long Nineteenth Century*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000, p. 685-732; François Crouzet, “America and the Crisis of the British imperial Economy, 1803-1807”. In: J. McCusker e K. Morgan (org.). *The Early Modern Atlantic Economy*, p. 304-305.

G1. Fontes de divisas no comércio exterior dos EUA, 1803-1813 (em US\$)

Fonte: *American State Papers [ASP]. Documents, Legislative and Executive, of the Congress of the United States. Commerce and Navigation*. Washington: Gales and Seaton, 1832, vol. I, p. 541-543 (1803), 588-591 (1804), 668-671 (1805), 693-964 (1806), 722-723 (1807), 735-738 (1808), 812-815 (1809), 866-869 (1810), 889-891 (1811), 963-966 (1812); 993-995 (1813). O valor dos cereais (grosso modo, farinha de trigo e milho) para 1803, ausente dos *ASP*, é estimado. Resulta do cruzamento da quantidade de cereais exportados registrada nos *ASP* com o valor da farinha de trigo fornecido nas *Historical Statistics of the United States: Colonial Times to 1970* (Washington, D. C.: Government Printing Office, 1975, vol. 1, série E 123-134, p. 209) e com o valor do milho que os *ASP* apresentam para o ano subsequente.

As origens mundiais da Segunda Escravidão remontam à última fase da conjuntura inflacionária de integração complementar dos mercados imperiais. Motor de arranque dessa conjuntura, a formação de um robusto mercado consumidor na Grã-Bretanha, ao derrubar as exportações britânicas de açúcar e cereais para o resto da Europa, onde a população e a demanda agregada familiar também cresciam, deu fôlego à expansão generalizada dos preços das mercadorias internacionais. Envolvidos nas disputas interestatais pelo controle do capital que foram retomadas na segunda metade do século 18, os impérios europeus usaram instituições (monopólios) e recursos (trabalho, terra, capital) para tirar proveito da expansão inflacionária da economia-mundo. Recebendo os estímulos econômicos dos altos preços sem sofrer tanta pressão competitiva graças ao regime de preferências imperiais, as fronteiras da mercadoria do Novo Mundo se diversificaram, sendo que pequenos e médios produtores deram o tom da paisagem social nos lugares que depois seriam dominados por megaescravistas. Na hiperinflação da integração complementar dos mercados imperiais, a economia do Novo Mundo parecia um funil com sua boca para cima: vários investidores entraram nela, mas a produção não precisava ser tão grande como seria de esperar. Na primeira metade do século 19, o funil ficaria de ponta-cabeça.

De 1815 a 1820 as condições que haviam criado o quadro mundial hiperinflacionário desapareceram. As Guerras Revolucionárias terminaram com Napoleão apeado do poder (1815), a Grã-Bretanha reestabeleceu o padrão-ouro ao passar o *Bill for the Resumption of Cash Payments* (1819) e as monarquias europeias, acompanhadas pelos Estados Unidos, adotaram uma legislação protecionista altamente seletiva que impunha pautas proibitivas aos artigos fabricados em seus territórios (manufaturas e alimentos, em especial trigo) e liberava a entrada dos artigos tropicais produzidos alhures (café, algodão e, a depender do país, açúcar). Em consequência, a economia-mundo capitalista entrou numa fase deflacionária de alta pressão competitiva sobre os produtores que se caracteriza como uma *conjuntura do mercado integrado mundial de commodities da periferia*. Foi nela que a Segunda Escravidão atingiu o zênite como sistema internacional de trabalho: produção massificada, grandes investidores, emprego da tecnologia industrial no processo produtivo ou no transporte das mercadorias, aproximação econômica e geopolítica dos principais espaços escravistas do primeiro século 19 (Estados Unidos, Cuba, Brasil) contra a ascensão do movimento abolicionista no Atlântico Norte.

A nova conjuntura se fez sentir em três momentos. No primeiro, imediato, derrubou a volumosa exportação de cereais dos Estados Unidos por restrição da demanda. Depois, nos anos vinte, começou a derreter os preços dos produtos tropicais por excesso de oferta e livre competição de mercado. Por fim, na virada para os quarenta, passou a comer a margem de lucro dos industriais britânicos também por restrição da demanda. Quando o problema bateu à porta de sua casa, a Grã-Bretanha abandonou o protecionismo com a adoção unilateral do livre comércio para trigo e alimentos, forçando a economia global a entrar numa nova conjuntura, a *do mercado integrado mundial de commodities do centro*. Entre 1846 e 1860 as fronteiras da mercadoria em todo o mundo foram drasticamente reorganizadas. É aí que a Segunda Escravidão obteve participação máxima no comércio mundial. E é aí, também, que se encontram as condições sistêmicas da crise mundial do escravismo, o início do fim da Segunda Escravidão.

Emoldurar a história política da construção e implosão do escravismo no primeiro século 19 em conjunturas econômicas globais não é uma forma de determinismo econômico? Tudo depende de como se pinta a cena que está na moldura. Dizer que as coisas aconteceram de certa maneira não quer dizer que elas tinham de acontecer daquela maneira. Os indivíduos não vivem as conjunturas globais sem

mediações locais, regionais, nacionais. De novo: a escala determina tudo. Para apreender a estabilidade e a crise da escravidão no tempo, dado que esse sistema de trabalho depende da intervenção coercitiva da ordem pública na extração da força de trabalho do escravizado, minha escala adotada foi a nacional, a do Estado nacional. Concentrando recursos materiais, humanos e simbólicos numa proporção muito superior à dos mais poderosos atores individuais, o Estado, por seu gigantismo, é capaz de gerar equilíbrios instáveis na interação entre a economia mundial, que ele não domina, e a vida social, política e cultural que se leva nos limites da jurisdição que ele administra. A eurritmia social que os Estados produzem é provisória, decerto, porém fundamental, pois torna mais ou menos previsíveis as regras que pautam as decisões dos atores históricos e, através delas, a reprodução da sociedade como um todo. Não é por outra causa que os atores, do passado como do presente, do século 19 como do 21, miram o Estado com avidez e ira, valendo-se da corrupção, da má-fé e da violência para se alojar nele. Assim agora. Mais assim no século 19. Muito mais assim nas áreas escravistas do século 19.

Os arranjos feitos dentro do Estado não espelham, não reproduzem, não traduzem as conjunturas globais, mas são, sim, as melhores respostas possíveis que os escravistas encontraram, no quadro de forças em que atuavam, para enfrentar as conjunturas globais. O dado elementar desse quadro de forças dos Estados nacionais no primeiro século 19 é o perfil constitucional adotado neles. Assunto que é objeto do Capítulo 1, no qual apresento a ideia de *repertórios de constitucionalização*. Os arranjos políticos, posteriores, respondem à passagem da conjuntura da expansão inflacionária para a do mercado integrado mundial de commodities da periferia. É assim que interpreto a Crise do Missouri (Capítulo 2) e a reinvenção do Estado colonial em Cuba (Capítulo 3). Como o processo revolucionário brasileiro ocorreu um pouco mais tarde que os demais, a definição constitucional de seu governo político e o arranjo adaptativo à nova conjuntura global estão abordados ao mesmo tempo no Capítulo 4. Definir as regras do jogo com o jogo iniciado não é nada fácil. Como disse um hispano-cubano no meio das mudanças em curso, só mesmo pondo tudo “nas mãos da divina providência”. Se o homem estava certo e Deus existe, na primeira das partidas disputadas entre escravidão e liberdade no longo século 19, Deus apoiou a escravidão. Mas o hispano-cubano estava errado. Os escravistas é que souberam fazer bem o mal que atribuíam à graça de Deus.

Capítulo 1

Escravismo e Estado moderno:
repertórios de constitucionalização,
1787-1812

Estados Unidos: o poder das coisas

Ele nasceu livre na África, cresceu escravo na Virgínia e morreu como alegoria da liberdade na Inglaterra. Somerset era um cativo doméstico especial, regalado de meias e laços de fita por seu senhor, um negociante que operava na América representando empresas da metrópole. Levava uma vida pacata até que tudo deu um giro em 1765, quando seu proprietário se mudou com ele para Boston. Os decibéis estavam altos na cidade. Era o ano da Lei do Selo, falava-se em tirania do Parlamento, abuso de poder, direitos inalienáveis dos homens, caldo de uma cultura de contestação que estava engrossando no mundo anglófono. Naquele mesmo 1765, um professor de Direito Civil de Oxford tirou à luz um livro dizendo que “o espírito da liberdade” era tão vasto na Inglaterra, que um escravo trazido ao país mantinha seus “direitos naturais” e se tornava “*eo instante* um homem livre.” Ainda em 1765 um rapaz laborioso e obscuro, Granville Sharp, que por falta de dinheiro e sobra de talento aprendeu grego e hebraico sozinho, topou em Londres com um cativo espancado por seu senhor e estreou como rábula em processos de liberdade. Sete anos depois, os três 1765 se cruzaram. Charles Steuert, o senhor de Somerset, levava-o a Londres, onde o cativo, desdenhando as meias e os laços de fita, sumira. Ressentido, Steuert conseguiu que o capturassem e metessem num navio com destino à Jamaica, onde queria puni-lo com uma vida de plantation. A história se espalhou pela comunidade negra de Londres, que conseguiu para Somerset um habeas corpus e a assessoria de Sharp. Em seguida um processo de liberdade correu em 1772 pela Corte do King’s Bench (um dos Supremos ingleses da época). E gerou uma sentença histórica. A escravidão é “tão odiosa”, explicou o presidente do tribunal, lord Mansfield, “que não pode existir senão pelo direito positivo. Independentemente das consequências que podem nascer da decisão, não posso dizer que o caso é aprovado ou permitido pelo direito inglês, e portanto o negro está dispensado.” Somerset estava livre e, mais que livre, criara um precedente jurídico no império britânico. Quando as treze colônias da América quiseram se separar e redigir sua própria Constituição, seu próprio direito, precisaram encarar as “consequências” da decisão de Mansfield. Somerset, afinal, não ia passar de um mero indivíduo ou ia virar alegoria da liberdade moderna no constitucionalismo norte-americano?¹

¹ Steven M. Wise. *Though the Heavens May Fall: The Landmark Trial That Led to the End of Human Slavery*. Cambridge, Mass: Da Capo Press, 2005, p. 1-59, 179-227; e F. O. Shyllon. *Black Slaves in Britain*. Londres: Oxford University Press, 1974. Setença de Mansfield, reproduzida de fontes

Situar o processo de Somerset no centro da experiência constitucional dos Estados Unidos é uma forma de reivindicar à escravidão dos negros um peso decisivo na primeira Constituição escrita do Ocidente. A ideia, dita assim, não é nova. Desde o século 19 uma rica tradição historiográfica norte-americana tem avaliado o lugar da escravidão na Constituição federal, alternando-se em duas visões opostas ora mais, ora menos dominantes conforme a força social da resistência coletiva ao racismo nos Estados Unidos. Do fim do século 19 ao pós-guerra de 1945, a maior parte dos estudiosos – e a narrativa nacional mais ampla – partilhou a convicção de que o cativeiro dos negros tinha sido um desvio histórico negligenciável na trajetória do país e, logo, um fenômeno periférico na escrita da Constituição federal. Sob a autoridade de Max Farrand, editor dos debates constituintes norte-americanos, a perspectiva floresceu até desabrochar nos clássicos de Bernard Bailyn (1967) e Gordon Wood (1969). O lapso que correu de 1880 a 1960 foi de um lamentável recalque racial entre os brancos e de uma ainda mais lamentável exclusão racial dos negros nos Estados Unidos. Um tempo obscuro do qual as obras de Baylin e Wood, sem que os autores concordassem com ele, foram o canto do cisne. Num livro também de 1967, o historiador militante Staughton Lynd recuperou uma leitura abolicionista comum antes da Guerra Civil, segundo a qual a Constituição federal era um “pacto com o diabo”, um texto por excelência escravista. A sincronia da publicação dos livros de Baylin, Wood e Lynd fez dos anos sessenta um divisor de águas nos estudos constitucionais norte-americanos. De lá para cá, a análise de Staughton Lynd fez escola, ganhou projeção com o avanço do movimento negro e trouxe incalculáveis ganhos para o entendimento histórico dos dois termos da equação que analiso neste capítulo: escravismo e Estado moderno.²

Um dos veios de investigação da gênese do Estado consiste em mapear a justificativa original das regras públicas, as quais depois se rotinizam apagando o traço

secundárias dado que o texto original se perdeu, em T. B. Howell. *A Complete Collection of State Trials and Proceedings for High Treason and Other Crimes and Misdemeanors*. Londres: Hansard, 1816, vol. 20, p. 82.

² Max Farrand. *The Framing of the Constitution of the United States*. New Haven e Londres: Yale University Press, 1913; Bernard Bailyn. *As origens ideológicas da Revolução Americana* (1ª ed. em inglês, 1967). Trad. Cleide Rapucci. Bauru, SP: Edusc, 2003; Gordon Wood. *The Creation of the American Republic, 1776-1787* (1969). Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 1998; Staughton Lynd. *Class Conflict, Slavery, and the United States Constitution* (1967). Pref. De Robin Einhorn. Cambridge: Cambridge University Press, 2009. Para Wood, “o argumento de Lynd sobre a influência da escravidão na composição da Constituição parece anacrônico e exagerado” (p. 626). Um dos que mais desenvolveram o ponto de vista de Lynd foi Paul Finkelman, “Garrison’s Constitution. The Covenant with Death and How It Was Made”. *Prologue Magazine*, vol. 32, núm. 4 (Winter, 2000): 231-245. Ver ainda Eric Foner, “Blacks and the U.S. Constitution”. *New Left Review*, vol. 183 (set.-out. 1990): 63-74; e Jack N. Rakove. *Original Meanings: Politics and Ideas in the Making of the Constitution*. Nova York: Knopf, 1996, cap. 4 (p. 92-93).

das intenções iniciais de seus autores, e com os dados recolhidos apreender o que o Estado é para dar sentido ao que ele faz. O método, implícito nas duas leituras historiográficas da Constituição federal, é fecundo, mas, levado a ferro e fogo, gera suas falácias. Qualificar, por exemplo, o texto de humanitário ou escravista com base nos debates constituintes supõe que a gênese de uma estrutura possui todos os elementos da estrutura, que as condições sociais de sua produção determinam o sentido de seu consumo e que o funcionamento do sistema representativo coincide com a representação constitucional do próprio sistema. Nas próximas páginas sugiro, ao contrário, que os proprietários do Sul dos Estados Unidos tentaram fazer da Constituição federal uma estrutura política escravista completa, um texto que incluía perpetuação do tráfico negreiro, livre trânsito interestadual da propriedade escrava, cidadania política uniforme e direitos civis exclusivos para brancos. Queriam a máxima garantia nos aparatos locutórios constitucionais (decretos e artigos parlamentares) porque confiavam pouco nos atos ilocutórios constituintes (ações e falas externas aos textos legais que ajudavam a definir o sentido deles). Todavia, por circunstâncias que escapavam ao seu controle, conseguiram menos do que tencionavam e precisaram fiar-se dos atos constituintes, com suas barganhas, concessões e oficialização de subentendidos. Com o tempo, à proporção que surgiam novos desafios antiescravistas dentro e fora do país, os políticos do Sul se investiram de uma missão clara: se não podiam dispor de uma estrutura constitucional explicitamente escravista desde a origem da república, tornariam escravista a construção constitucional de seu governo.³

Voltemos a Somerset. Um estrangeiro escravizado, um rábula autodidata e um juiz, tinham eles poder de mudar o curso da história ou a história em que atuaram já estava mudando? Em questões assim, é importante manter em vista a noção teórica de que a fricção de estruturas abre espaços para a ação dos subalternos e sua ressignificação social. Desde a Revolução Gloriosa na Inglaterra (1688), o discurso político protestante – que penetrou no Iluminismo continental, reforçou-se ali e

³ Para um exemplo de abordagem genética do Estado, Pierre Bourdieu. *Sobre o Estado: cursos no Collège de France (1989-1992)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. Sobre os conceitos linguísticos de *locutório* (aquilo que está verbalizado no enunciado) e *ilocutório* (convenções implícitas que determinam o sentido do enunciado), que serão retomados ao longo do capítulo, John L. Austin. *How to Do Things with Words*. Oxford: Clarendon Press, 1962. O termo *ato* é do próprio Austin. *Aparato*, vocábulo hoje em dia dicionarizado como “conjunto de instrumentos necessários à realização de terminados fins” (*Houaiss*), possui um sentido antigo na língua portuguesa que nem sempre os lexicógrafos registram: o de *texto* ou *escrito* que fornece “disposição e fundamento” para determinada matéria. Ver, por exemplo, o “Prólogo” de Francisco de Almeida. *Apparato para a disciplina e ritos eclesiásticos de Portugal*. Lisboa: Joseph Antonio da Sylva, 1735, vol. 1, página não numerada.

ricocheteou na Inglaterra – assumiu o campo do direito natural como fonte legítima do direito na crítica ao governo tirano e aos malfeitos públicos. A operação intelectual não era invenção de gabinete, página solta de um livro clássico, ideia fixa de um único filósofo. Nascera da resistência ao regime absoluto e se consolidara na vigilância pública subsequente sobre a atuação do governo parlamentar nos mais diversos ramos da administração oficial, desde o loteamento de cargos locais até a Lei dos Selos. Mais de meio século redefinindo o direito natural, valorizando sua posição relativa no conjunto das fontes do direito e pautando o discurso político no mundo anglófono bastou para julgar outras instituições à luz do direito natural, entre elas a escravidão. Nesse quadro é que a ação pontual de escravos contra seus senhores concentrou no pequeno palco do King's Bench a energia social de um espetáculo maior. Quando Mansfield disse o “estado da escravidão é de tal natureza [...] que só pode emergir da lei positiva”, ele não só constatou que a escravidão era contra o direito natural, mas que, no particular, o direito natural estava acima do direito costumeiro. E quando disse “sua origem não pode, em nenhuma região nem época, remontar a qualquer outra fonte”, universalizou a ação singular de Somerset na forma de um precedente jurídico. Os antiescravistas dos dois lados do Atlântico festejaram. Leram a sentença de Mansfield como um silogismo: a escravidão só existia se amparada por leis positivas; a Inglaterra carecia de leis positivas para amparar a escravidão; logo, não havia escravidão na Inglaterra. O próximo passo era aplicá-lo ao Novo Mundo.⁴

A historiografia norte-americana cartografou o impacto vertical da decisão de Mansfield nos diferentes grupos sociais da América Continental Britânica, onde a requalificação do jusnaturalismo (direito natural) como fonte legítima do direito também vinha sendo usada na censura do governo, só que pelo viés independentista da denúncia da colonização. A imprensa repercutiu a sentença do processo em ao menos 22 dos 32 jornais locais, às vezes alarmada com a possibilidade de ela se estender à América. Como “os negros estão livres agora na [Inglaterra]”, resumiu um jornal de Boston, onde vivera Somerset, “muitos senhores não se sentirão motivados a trazê-los aqui como se usava fazer.” Noutro extremo da escala social, entre os subalternos, alguns

⁴ David Brion Davis. *O problema da escravidão na cultura ocidental* (1ª ed. em inglês, 1966). Trad. Wanda Caldeira Brant. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, e Robin Blackburn. *The Overthrow of Colonial Slavery, 1776-1848*. Londres: Verso, 1988, p. 69-107 (*A queda do escravismo colonial*). Trad. Maria Beatriz de Medina. Rio de Janeiro: Record, 2002). Exame detalhado da sentença sobre Somerset em David B. Davis. *The Problem of Slavery in the Age of Revolution, 1770-1823*. Oxford: Oxford University Press, 1999, p. 469-523. O sentido das palavras de Mansfield foi objeto de diferentes leituras tanto entre coevos como entre historiadores. Para um balanço, William R. Cotter, “The Somerset Case and the Abolition of Slavery in England”. *History*, vol. 79 (2004): 31-56.

escravos da Virgínia tentaram ir à Grã-Bretanha em busca de sua liberdade, e outros, em Massachusetts, julgaram-se forros baseando-se na sentença de Mansfield: “somos um povo livre e nunca prescindimos dessa bênção através de nenhum pacto ou acordo” (ou seja, as tais das leis positivas), e “se há alguma lei que nos ponha em cativeiro, somos humildemente da opinião que nunca houve nenhuma para escravizar nossas crianças por toda a vida quando nascidas num país livre.” De 1773 a 1775, por fim, antiescravistas de Nova Jersey apresentaram leis de emancipação escrava coletiva na assembleia local. Não sem razão um historiador chamou aqueles anos de momento mansfieldiano.⁵

Tal como o regime parlamentar consagrara o uso do direito natural na denúncia do governo, assim o julgamento de Somerset oficializara, no ordenamento jurídico britânico, seu uso na crítica à escravidão. Era difícil adotar a primeira noção sem partilhar a segunda e vice-versa. Daí a Independência dos Estados Unidos ter produzido, ao mesmo tempo, as duas poderosas ondas do anticolonialismo e do antiescravismo dentro e fora do país. Para a comunidade política norte-americana, o problema que se colocava era evidente demais para passar em branco: o choque de grandes estruturas (redefinição do direito natural, disputas políticas na Inglaterra, crise do colonialismo britânico na América) abrisse espaço para a ação dos subalternos e sua ressignificação social como uma demanda de classe capaz de redistribuir bens materiais e simbólicos geridos pelo poder público. Ao Estado norte-americano, filho do mesmo choque estrutural, que cabia fazer? Ele tinha de decidir se ia escancarar o espaço social para os antiescravistas (opção revolucionária de aceleração do tempo histórico) ou barrar o efeito de classe social da ação dos que ainda nem sequer formavam uma classe social (opção reacionária de desaceleração do tempo histórico).⁶ Em 13 de novembro de 1777,

⁵ Sobre a imprensa, Patricia Bradley, “Slavery in Colonial Newspaper: The Somerset Case”. *Journalism History*, vol. 12, núm. 1 (1985): 2-7, e o seu *Slavery, Propaganda, and the America Revolution*. Jackson: University Press of Mississippi, 1998, p. 66-80 (citação da *Boston Gazette*, 21/09/1772 p. 68). Petição bostoniana de 25/05/1774 em Philip P. Kurland e Ralph Lerner. *The Founders’ Constitution*. Chicago: The University of Chicago Press, 1987, vol. 1, cap. 14, doc. 9. Para o foco na agência dos subalternos da escravidão, Douglas R. Egerton. *Death or Liberty: African Americans and revolutionary America*. Oxford: Oxford University Press, 2009, p. 41-64. A expressão *momento mansfieldiano* é de David Waldstreicher. *Slavery’s Constitution: From Revolution to Ratification* (2009). Nova York: Hill and Wang, 2010, p. 21-56.

⁶ A última noção de classe social que fez fortuna na historiografia foi a de Edward Palmer Thompson. Para Thompson, classe social, em termos heurísticos, é o grupo cujos indivíduos se percebem, com base na experiência de conflito com outros atores, como agentes transformadores do mundo em que vivem. A definição é útil na escrita da história vista desde baixo, mas, como qualquer abordagem do tipo, corre o risco de reduzir as múltiplas dimensões do processo histórico ao ponto de vista dos atores estudados, como se a perspectiva da abelha explicasse a dinâmica da colmeia, uma falácia conhecida na historiografia por individualismo metodológico – “Eighteenth-Century English Society: Class Struggle without Class?”. *Social History*, vol. 3, núm. 2 (maio, 1978): 133-165. Para os meus objetivos, possui mais validade heurística entender classe social como o grupo cuja ação, articulada ou não, proposital ou

o Congresso Continental dos Estados Unidos (nome do Congresso federal antes de 1787) fez sua escolha. Ele inseriu em sua prévia constitucional – a primeira lei orgânica do país, chamada de Artigos da Confederação – uma cláusula que limou da jurisdição norte-americana a doutrina da Corte do King’s Bench ou o chamado princípio do solo livre. Segundo o artigo,

os habitantes livres de cada um destes Estados, à exceção de pobres, vagabundos e foragidos da justiça, devem ser investidos de todos os privilégios e imunidades dos habitantes livres nos demais Estados; e [...] poderão livremente entrar e sair em qualquer Estado e desfrutar nele os privilégios de negócio e comércio, sujeitos às mesmas taxas, imposições e restrições que os habitantes dali, desde que nenhuma restrição seja estendida a ponto de prevenir que se remova a propriedade importada [transportada] a qualquer Estado de volta para o Estado do qual o proprietário é um morador.⁷

Apesar da redação obscura, o parágrafo, saído de uma comissão parlamentar presidida por um sulista e chamado de *cláusula dos privilégios e imunidades*, possui três aspectos bem salientes. O predicativo *livres* tornava reconhecida a escravidão na república. A locução prepositiva *à exceção de* introduzia tipos sociais que podiam enquadrar a maior parte da população negra livre, excluindo-a da isonomia federal dos direitos civis. E o último período (“poderão...morador”) estatuiu no plano federal uma norma escrita segundo a qual os sulistas tinham o direito de se deslocar com seus escravos por qualquer Estado da Confederação, ainda que o Estado para onde fossem carecesse de legislação positiva sobre o cativo. Era uma redação que batia as portas a um princípio jurídico (do processo Somerset), à ação política dos subalternos (como a dos peticionários de Boston) e às consequências de eventuais emancipações escravas nos Estados particulares (como as ensaiadas em Nova Jersey).

Depois de um ano de vivência com os Artigos da Confederação, porém, a bancada parlamentar da Carolina do Sul ainda estava insatisfeita. Mesmo quando seu Estado rotulasse negros livres locais de pobres, os Estados que não o fizessem lhes dariam direitos civis que a Carolina do Sul seria obrigada a respeitar caso pisassem em seu solo. Seus mandatários no Congresso Continental moveram então duas emendas

inconsciente, incidindo em um ou mais lugares do processo produtivo, *pode* atingir o Estado, lugar institucional privilegiado por concentrar recursos materiais, humanos e simbólicos em escala superior à dos atores individuais, e proceder à redistribuição dos serviços públicos, direitos individuais e até bens privados da sociedade. Dessa maneira, a ação do grupo poderá exercer efeito de classe social ainda quando ele ignore uma agenda programática de classe social.

⁷ Impacto da sentença de Mansfield nos independentistas norte-americanos, George William Van Cleve. *A Slaveholder’s Union: Slavery, Politics, and the Constitution in the Early American Republic*. Chicago: The University of Chicago Press, 2010, p. 31-40, 50-56 e 167-172; *Journals of the Continental Congress* (doravante, *JCC*), 11 de novembro. Washington: Government Printing Office, 1907, vol. 9, p. 888-889; e *JCC*, 13 de novembro, vol. 9, p. 889.

impiedosas à cláusula dos privilégios e imunidades: “entre as palavras *habitantes livres*, inserir *brancas*”; e que os cidadãos em trânsito fossem investidos de direitos dos demais Estados apenas “de acordo com as leis [...] dirigidas ao governo de sua própria população livre branca”. Tentativa absurda de racializar, pelo governo federal, leis não racializadas na esfera estadual. Embora reprovadas no Congresso, as emendas, por sua mera existência, explicitam o sentido subentendido do artigo original. Se lacunas nas leis locais podiam limitar a existência da escravidão – como mostrara a sentença de Mansfield –, então era preciso expandir até o limite o alcance e a clareza da lei geral.⁸

Dez anos se passaram entre os Artigos da Confederação e a Convenção Constitucional de 1787 (a Constituinte dos Estados Unidos, na cidade da Filadélfia, Pensilvânia), e os sulistas tiveram a primeira constatação de que nenhuma garantia escrita, por melhor que fosse, impedia o processo de mudança social no qual estavam inseridos. O drama de uma longa guerra de Independência (1775-1782) abriu caminho para escravos e libertos arriscarem sua vida nos campos de batalha em troca de alforria e mobilidade social, por onde associaram o direito à liberdade política (causa dos livres) ao direito à liberdade pessoal (sua causa). Mais de 20 mil cativos, espicaçados pela promessa de liberdade ventilada por oficiais da Coroa ou pelo processo Somerset, abandonaram seus senhores procurando asilo nas fileiras britânicas, e outros 5 mil negros livres ou alforriados se alistaram no Exército Continental, a principal força militar dos rebeldes. Os Estados do Sul rejeitaram o concurso de tropas negras, mas os do Norte, onde o peso demográfico dos brancos anulava o receio de um conflito racial generalizado, engrossaram seus regimentos com os novos soldados. Longa, arrastada, difícil, a guerra drenou a já rala população escrava acima da Virgínia e permitiu que de 1780 a 1784 os Estados da Pensilvânia, Connecticut, Rhode Island, Massachusetts e Nova Hampshire estivessem prontos para inaugurar a via da emancipação gradual dos escravos no Novo Mundo. Se no despertar da separação norte-americana, em 1774, eles ainda não conseguiam responder ao desafio de um reverendo de Rhode Island – “ou vamos parar de escravizar nossos irmãos [os africanos] ou vamos parar de reclamar daqueles que nos escravizam [os britânicos]” –, seis anos depois já podiam bancar a primeira opção. No preâmbulo de sua lei antiescravista, a Pensilvânia declarou “estender aos outros uma porção daquela liberdade que nos foi estendida” e “livrá-los de um estado de servidão ao qual nós mesmos estávamos tiranicamente fadados

⁸ JCC, 25 de junho de 1778, vol. 11, p. 652-653.

[enquanto colonos da Grã-Bretanha] e do qual temos agora toda a possibilidade de nos emancipar”. Com a Independência dos Estados Unidos, a escravidão negra entrara no rol das instituições sujeitas à temporalização moderna, ao regime de historicidade segundo o qual tudo o que é sólido se desmancha no ar.⁹

Quando os deputados constituintes se reuniram na Convenção Constitucional de 1787, precisaram optar, de novo, entre acatar ou anular o momento mansfieldiano, sabendo que seus desafios eram maiores que os de dez anos antes. O texto final, a Constituição da república, seria submetido a um referendo de ratificação nas 13 assembleias legislativas estaduais, sob condição de passar em ao menos nove para entrar em vigência no país. Conciliar um enorme gradiente de interesses regionais já exigia finesse política, que dizer então se eles tivessem sido afetados pela emancipação escrava em diversas unidades federativas do Norte? Por causa dela, os sulistas queriam apertar a marcação, explicitar ainda mais as garantias da escravidão nos aparatos constitucionais para tornar o texto palatável nos seus Estados, mas, também por causa dela, os representantes do Norte tinham de driblar a oficialização verbal do cativeiro para que o texto fosse admitido nos seus. O jogo que definiu a primeira Constituição escrita do Ocidente, troféu e glória das nossas liberdades individuais, foi disputado, em grande se não pela maior parte, no campo da escravidão negra.

O primeiro aspecto da redação constitucional norte-americana que deve ser entendido é que os constituintes buscaram resolver o problema da escravidão e do referendo numa fusão alquímica de aparatos locutórios constitucionais (textos oficiais) e atos ilocutórios constituintes (ações e falas externas aos textos oficiais que integram o sentido deles), uma espécie de fórmula que, no século 19, estabeleceu o precedente para o ciclo de experiências constitucionais ibero-americanas. No nível dos aparatos, recorreram a lacunas ou a perífrases longas que embaçavam o referente. No dos atos,

⁹ Citações em Christopher Leslie Brown. *Moral Capital. Foundations of British Abolitionism*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2005 (p. 106 e 141). Embora os Estados do Norte tivessem população negra bem menor que a do Sul, forneceram 75% dos que prestaram serviço militar, segundo uma lista na qual lideram o ranking Connecticut, Massachusetts e Rhode Island, todos pioneiros na senda da emancipação. Ver Debra L. Newman (org.). *List of Black Servicemen Compiled from the War Department Collection of Revolutionary War Records*. Washington, D.C.: National Archives and Record Service, 1974, p. 3-28. A historiografia sobre a participação dos negros na Independência dos Estados Unidos é extensa. Remonta a Benjamin Quarles. *The Negro in the American Revolution* (1961). Introd. Gary Nash. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 1996, e segue até, por exemplo, Simon Schama. *Rough Crossings: Britain, the Slaves, and the American Revolution*. Nova York: Harper Perennial, 2007. Ver ainda Philip D. Morgan e Andrew Jackson O’Shaughnessy, “Arming Slaves in the American Revolution”. In: Christopher Leslie Brown e Philip D. Morgan (orgs.). *Arming Slaves: From Classical Times to the Modern Age*. New Haven: Yale University Press, 2006, p. 180-208, e Douglas R. Egerton. *Death or Liberty*, p. 65-92. Sobre as emancipações no Norte, Arthur Zilversmit. *The First Emancipation: the Abolition of Slavery in the North*. Chicago: The University of Chicago Press, 1967.

em compensação, esbanjaram garantias orais, conversas nos corredores, jantares, apertos de mão, enfim todo um mundo de barganhas obscuras que deixam poucos traços nos arquivos e que até hoje são uma dor de cabeça para quem faz o estudo genético do Estado norte-americano. Ao longo dos trabalhos da Convenção Constitucional, três grandes barganhas, algumas mais, outras menos documentáveis, parecem ter sido feitas em torno da escravidão negra. Seu exame permite verificar que o cativo enformou a escrita de artigos que, à primeira vista, têm pouco ou nada a ver com o assunto e que, até hoje, molda a vida dos norte-americanos.

A primeira grande barganha da Convenção Constitucional de 1787 ocorreu em torno da cláusula dos privilégios e imunidades que, nos Artigos da Confederação, tinha aniquilado o momento mansfieldiano nos Estados Unidos durante a Guerra de Independência. A Constituição federal deixou de lado a antiga redação, loquaz, palavrosa, escravista na forma e no conteúdo, em favor destas palavras:

Os cidadãos de cada Estado devem ser investidos de todos os privilégios e imunidades dos cidadãos dos demais Estados (artigo IV, seção 2).¹⁰

Brevidade eloquente. A expressão *habitantes livres*, que no artigo original tornava reconhecida a escravidão na república, caiu. A locução prepositiva que ressaltava direitos dos *pobres, vagabundos e fugitivos*, cutelo apontado para os negros livres, caiu. E o longo período que permitia o livre trânsito interestadual da propriedade escrava nos Estados Unidos (“poderão...morador”, ver acima) também caiu. Por que uma cláusula tão importante como a dos privilégios e imunidades, essencial à república por regular a isonomia federal dos direitos civis de seus cidadãos, precisou ser inespecífica na Constituição de 1787? Seu esclarecimento teria recolocado em pauta a doutrina mansfieldiana e detonado um desgastante debate sobre a isonomia federal dos direitos civis dos negros livres. Ambos os assuntos, principalmente o primeiro, reduziram as chances de êxito do texto nos referendos estaduais que o aguardavam no ano seguinte.¹¹

Com o campo da cidadania civil fechado às demandas dos sulistas, os constituintes buscaram soluções alternativas a ele nas regras do sistema representativo. Nas plenárias da Convenção da Filadélfia, os delegados da Carolina do Sul soltavam suas bombas de efeito moral aqui e acolá. “Caso a Comissão [Constitucional] não insira na Constituição alguma segurança contra a emancipação dos escravos”, intimidou

¹⁰ Todas as citações constitucionais do capítulo foram extraídas de edições disponíveis na internet em suas respectivas línguas originais.

¹¹ Ver também G. W. Van Cleve. *A Slaveholder's Union*, p. 167-172.

Cotesworth Pinckney, “então eu serei obrigado a votar contra o seu relatório”. A “segurança que os Estados sulistas querem”, estrondeou Pierce Butler, “é que seus negros não sejam extraídos deles, o que alguns senhores aqui dentro ou lá fora parecem querer fazer de muito bom grado”. Uma constitucionalização explícita da escravidão, como Pinckney e Butler no fundo desejavam, fadaria o texto ao patíbulo nos referendos estaduais do Norte. O impasse podia ser resolvido de duas maneiras, as quais tinham em comum a tentativa de substituir a garantia constitucional da propriedade escrava pelo aumento do poder político do proprietário escravista. Uma deu certo, outra não. Começamos pela que falhou. Ela tinha em mira os direitos políticos, assunto vizinho ao da cláusula dos privilégios e imunidades.¹²

Desde o século 17 cada colônia da América Continental Britânica possuía assembleia legislativa responsável pela gestão dos recursos estratégicos locais, com deputados escolhidos segundo regras que variavam de colônia para colônia. Quando sobreveio a Independência, cada uma seguiu aplicando seus próprios critérios na eleição dos membros dos Congressos Continentais reunidos de 1774 em diante. Durante a Guerra de Independência, alguns Estados ampliaram o acesso aos direitos políticos conforme a dura necessidade de manter na linha seus moradores apesar de extrair deles recursos humanos e financeiros para a campanha militar – enquanto, por exemplo, as antigas colônias tinham restringido o exercício do voto aos proprietários rurais, a Pensilvânia o estendeu aos contribuintes. Diante de tão grande diversidade, uniformizar os direitos políticos nas eleições para o Congresso federal era muito custoso. Caso o fizessem, criariam pré-requisitos para o conjunto dos eleitores ou apenas para a pequena turma dos eleitos? Deviam ditar tais critérios na Constituinte – lembrando que ela ia passar por referendo – ou deixá-los ao encargo do futuro Congresso? Conforme as respostas dos delegados a essas perguntas, eles podem ser considerados jurisprudenciais (elegendo as práticas sociais enraizadas como o campo de definição cidadania) ou centralistas (confiando ao governo a definição da cidadania à revelia das práticas sociais). Dos homens reunidos na Filadélfia, James Madison era dos mais centralistas. Pensava que “as qualificações dos eleitores e dos eleitos eram artigos fundamentais num governo republicano e que deviam ser dados pela Constituição”. Ele é um colega da

¹² Max Farrand. *The Records of the Federal Convention of 1787* (1911). 4 vols. New Haven: Yale University Press, 1966, v. I, p. 605 (Butler) e v. II p. 95 (Pinckney). Charles Sellers atribui a obstinação escravista da Carolina do Sul ao bom momento do mercado mundial de alimentos na década de 1780, em particular do arroz, produzido no Estado. *The Market Revolution: Jacksonian America, 1815-1846*. Oxford: Oxford University Press, 1991, p. 67.

Pensilvânia, Gouverneur Morris, queriam fixar de uma vez por todas critérios que congelassem a base social de eleitores entre proprietários ou negociantes de vulto, forma indireta de manter, no plano federal, o controle do Congresso nas mãos de escravistas e simpatizantes.¹³

Raposa que levou os melhores ovos em diversas ocasiões na Convenção de 1787, Madison também tentou sair na frente na questão dos direitos políticos. Quando a Constituinte ia decidir se padronizava critérios de admissão dos congressistas, portanto dos *eleitos*, Morris propôs que ela discutisse também a *qualificação dos eleitores*, e Madison apoiou-o. Ambos, no entanto, travaram uma luta subindo a ladeira. Seus adversários pregaram que a jurisprudência conformava a cidadania e que as práticas locais deviam ser mantidas sob pena de sua mudança deflagrar a subversão revolucionária da ordem social. Os argumentos vieram de todas as partes, inclusive do Sul. George Mason, da Virgínia, observou que “a força do hábito não está sendo levada em conta pelos senhores que desejam inovação neste ponto. Oito ou nove Estados estenderam o direito do sufrágio para além dos proprietários de terra. O que essas pessoas dirão se forem privadas de seus direitos?” Outro, da Carolina do Sul, completou: “Não há direito de que as pessoas têm mais ciúme que o do sufrágio.” “A restrição dele tende a provocar a mesma revolução que ocorreu na Holanda”. Com a maioria na mão, os jurisprudenciais afastaram a proposta Madison-Morris e instruíram a Comissão Constitucional a redigir um artigo requerendo apenas “dos membros do Congresso que tenham propriedade privada e cidadania”. Os eleitores eram intocáveis. Se a Convenção de 1787 ia criar duas figuras, o senador e o deputado federal, somente para elas os direitos políticos podiam diferir dos usos estabelecidos.¹⁴

Mas nem a tímida padronização federal do perfil dos congressistas Madison obteve. A Comissão Constitucional, presidida por Charles Pinckney, da Carolina do Sul, começou impondo-lhe uma derrota parcial: ao contrário da instrução que recebera,

¹³ Max Farrand. *The Records of the Federal Convention*, 10 de Agosto de 1787, vol. 2, p. 249-250. Para o enquadramento do assunto, Bernard Manin. *The Principles of Representative Government*. Nova York: Cambridge University Press, 1997, p. 103-131. Sobre as eleições coloniais, Robert J. Dinkin: *Voting in Provincial America: a Study of Elections in the Thirteen Colonies, 1689–1776*. Westport, Conn: Greenwood Press, 1977; Allan Tully, “The political development of the colonies after the Glorious Revolution”, e Rosemary Zagarri, “Suffrage and Representation”. In: Jack P. Greene and J. R. Pole (orgs.). *A Companion to the American Revolution*. Oxford: Blackwell, 2000, p. 29-38 e 661-667.

¹⁴ Max Farrand. *The Records of the Federal Convention*, 25 de julho de 1787, vol. 2, p. 116-117 (proposta de critérios uniformes para eleitos), 7 de agosto de 1787, vol. 2, p. 201 (proposta de Gouverneur Morris para qualificação de eleitores), p. 201-202 (“a força do hábito...”) e p. 202 (“Não há direito...” e “A restrição...”, Pierce Butler). A instrução aprovada é de George Mason, oferecida em 26 de julho de 1787, vol. 2, p. 121.

compôs um artigo dizendo que cabia ao *futuro Congresso*, não à *Constituinte*, “uniformizar as qualificações dos membros de cada Casa”. A justificativa é que era importante respeitar práticas sociais no momento delicado de fundação da república. “Os Estados têm definido diferentes qualificações para o gozo dos direitos de cidadania. Maior cuidado é necessário no estabelecimento do governo que depois.” Na discussão do artigo, Madison seguiu perdendo terreno. De súbito, seus adversários começaram a sentenciar que a Convenção devia abandonar de vez o assunto. “As diferentes circunstâncias das partes dos Estados Unidos e a provável diferença entre as circunstâncias do presente e do futuro tornam impróprio possuir qualificações *uniformes* [adotados no plano federal] e *fixas* [inscritas na Constituição]”, advertiu Oliver Ellsworth, de Connecticut. “Torne-as altas o suficiente para ser úteis ao Sul”, disse explicitando o desejo de Madison, “e elas se tornarão inaplicáveis aos Estados do Leste [Nova Inglaterra].” John Rutledge, da Carolina do Sul, concordou com ele e matou o assunto propondo “que as qualificações fossem” simplesmente “as mesmas dos membros das Assembleias Estaduais”. Sua opinião prevaleceu, e a Convenção afastou do governo federal uma única definição nacional dos critérios de cidadania dos norte-americanos. A razão? As diferentes tessituras sociais no território nacional dadas, entre outras causas, pela concentração do cativo humano no Sul da república. Anos depois da Constituinte de 1787, Madison deu o braço a torcer. “A escravidão nos Estados do Sul põe o poder nas mãos da propriedade muito mais que nos Estados do Norte”. Ao eleger a jurisprudência como parâmetro na definição dos direitos políticos, a Convenção abriu, para atores de outros espaços, um precedente constitucional a ser usado na Era das Revoluções e ensinou aos sulistas que a proteção de seu capital estava alhures, não na uniformização federal do exercício do voto.¹⁵

A solução definitiva para substituir a garantia constitucional da propriedade escrava pelo aumento do poder político do proprietário escravista apareceu noutro mecanismo do regime representativo, o tamanho das bancadas parlamentares. Até a Convenção de 1787, os Congressos Continentais tinham sido unicamerais (sem

¹⁵ Max Farrand. *The Records of the Federal Convention*, 10 de agosto de 1787, vol. 2, p. 248-249 (apresentação do artigo da Comissão do Projeto de Constituição), 13 de Agosto de 1787, p. 271 (“Os Estados têm...”); 10 de agosto de 1787, vol. 2, p. 249 (“as diferentes circunstâncias...”) e p. 251 (“contrário a deixar...”). E James Madison, “Notes for the National Gazette Essays”. In: Robert A. Rutland et alii (orgs.). *The Papers of James Madison*. Charlottesville, Va: University of Virginia Press, 1983, vol. 14, p. 160-161. Na sua forma final, a cláusula da Constituição de 1787 que regula o assunto diz: “Os eleitores em cada Estado deverão possuir os requisitos de qualificação para os eleitores do corpo mais numeroso do Legislativo estadual”. Dos eleitos, exigia apenas que tivessem a idade mínima de 25 anos, fossem cidadãos por pelo menos sete anos e morassem no Estado por onde concorressem (seção 2, art. I).

Senado), suas representações estaduais, absolutas (número igual de delegados por Estado) e a votação parlamentar, paritária (cada Estado, um voto). Nos debates constituintes ganhou terreno a ideia de trocar o sistema por outro. Ele teria Câmara e Senado, sufrágio parlamentar individual (cada deputado, um voto) e proporcionalidade das bancadas segundo a demografia dos Estados. O último ponto diminuía o poder das unidades federativas pequenas (Maryland, Delaware, Nova Jérsei, Connecticut, Rhode Island), mas era vital para o Sul como um todo. Na votação congressional paritária, seus cinco Estados representavam 38% do total dos votos no Congresso, ao passo que no regime reformado seus deputados aumentavam conforme sua população. E é aí que estava a chave do problema. Computada apenas a livre, o Sul teria os mesmos 38%. Incluídos os escravos, embora fossem apenas 5 de 13 Estados, teriam 50% do Congresso. A diferença fracionária de 12% tinha valor de número inteiro. Ele é que completava o vazio deixado na cláusula dos privilégios e imunidades.¹⁶

Os deputados da Virgínia levaram à Constituinte uma proposta para incluir os escravos na base demográfica da proporcionalidade parlamentar. Sabiam da oposição que seus colegas do Norte lhes fariam e por isso tinham na algibeira uma alternativa conciliatória. Em vez de calcular os cativos por inteiro, contá-los-iam aos pedaços, com cada escravo valendo 3/5 de um homem livre. A fórmula não era nova. Vinha dos Artigos da Confederação e fora criada para definir a cota de soldados a ser enviados à Guerra de Independência conforme a população dos Estados. Agora ela era recuperada não para repartir um dever, senão para criar um direito. Com a ideia dos 3/5 sendo admitida como objeto de deliberação – a da contagem integral dos escravos ficou, como haviam previsto, no meio do caminho –, o onipresente Madison, querendo o voto dos Estados nancicos, resumiu o que todos sabiam, mas ninguém ousara dizer até aquele momento: “os Estados estão divididos em diferentes interesses não pela diferença de tamanho, mas por outras circunstâncias, a mais concreta da qual resultando em parte do clima e, principalmente, de ter ou não ter escravo”.¹⁷

Frase-monumento. Epígrafe que a Constituição não teve. O que estava em jogo, afinal, era completar o vazio deixado pela cláusula dos privilégios e imunidades, tapar uma brecha que aparecera no campo dos direitos civis e que o dos direitos políticos fora

¹⁶ *Historical Statistics of the United States: Colonial Times to 1970*. Bicentennial Edition. Washington: Government Printing Office, 1975, séries A91-104, p. 14, e A 195-209, p. 24-37.

¹⁷ Max Farrand, *The Records of the Federal Convention*, 30 de junho de 1787, vol. 1, p. 486. Albert F. Simpson, “The Political Significance of Slave Representation, 1787-1821”. *The Journal of Southern History*, vol. 7, núm. 3 (ago. 1941): 316; e Paul Finkelman, “Garrison’s Constitution”, p. 231-245; David Waldstreicher. *Slavery’s Constitution*, p. 57-106.

incapaz de tapar. *Ter ou não ter escravos*, com sua inapelável entonação shakespeariana, traduzia um *ser ou não ser* para a república que nascia. Não por acaso, segundo o testemunho de um deputado, a Convenção esteve à beira do colapso diante da possível rejeição da cláusula, “mal pendendo da força de um fio de cabelo”. O desconforto era imenso. Foi nesse mal-estar que um incomodado Elbridge Gerry, de Massachusetts, desentranhou do cotidiano mais rasteiro um impasse de alta filosofia que nunca mais abandonou o constitucionalismo escravista ocidental. Se os “negros são propriedade e usados no Sul como cavalos e gado no Norte”, então “por que a representação do Sul deveria ser aumentada por conta do número de escravos, mas não a do Norte por causa de seus cavalos e bois?” Posto de outro modo: se os escravos eram propriedade e contados para o tamanho das bancadas parlamentares, outros bens deviam sê-lo. Se tais bens saíam do cálculo e os escravos entravam nele, é porque estes não eram propriedade senão pessoas e, nesse caso, deviam ser emancipados. Ninguém acudiu à questão de Elbridge. Preocupada, a bancada da Carolina do Sul chamou a da Pensilvânia para uma negociata: esta votaria pelos 3/5, aquela retribuiria votando num artigo favorável aos negociantes da Pensilvânia. Acertadas as diferenças, o artigo passou atendendo a questões de forma e conteúdo. Em vez do vocábulo escravo, a perífrase: “aditando-se ao número total de pessoas livres [...] três quintos de todas as outras pessoas.” Uma aula de álgebra, gramática e política.¹⁸

A segunda grande barganha que a escravidão gerou na Convenção Constitucional de 1787 envolveu o tráfico negreiro transatlântico. Mais uma vez, os sulistas quiseram constitucionalizar uma prática social vinculada à estabilidade da escravidão, o que a Comissão Constitucional – aquela presidida por Rutledge, da Carolina do Sul – traduziu em artigo memorável: “O Congresso não poderá criar taxa nem imposto sobre artigos exportados pelos Estados; nem sobre a migração ou importação de quaisquer pessoas que os diversos Estados julguem próprias para admitir [o que incluía o tráfico negreiro]; nem poderá ser proibida tal migração ou importação [o que o eternizaria].” Gouverneur Morris notou a surda cilada, feita de palavras perifrásticas e medidas esparsamente debatidas na Convenção Constitucional, em que os

¹⁸ Luther Martin ao Legislativo do Estado de Maryland. In: Jonathan Elliot (org.). *The Debates in the Several State Conventions on the Adoption of the Federal Constitution, as recommended by the General Convention at Philadelphia*, 4 vols. Washington: s. e., 1836, vol. 1, p. 345-389 (cit. 358) (“mal pendendo...”); e Max Farrand, *The Records of the Federal Convention*, 11 de junho de 1787, v. I, p. 201, 205-206 (“negros são...”).

Estados livres estavam prestes a cair. A perpetuação do comércio de africanos, acoplada à cláusula dos três quintos, fazia de um ramo mercantil uma enorme alavanca política:

A admissão de escravos na representação, *quando explicada de maneira clara*, vem a ser isto: que o habitante da Geórgia e da Carolina do Sul que vai à Costa da África e arranca, em desafio das mais sagradas leis da humanidade, criaturas irmãs de seus mais caros laços afetivos, condenando-as à mais cruel servidão, deve ter mais votos num governo instituído para a proteção dos direitos da humanidade que o cidadão da Pensilvânia ou de Nova Jérsei.¹⁹

Com alguns Estados querendo anular o trato negreiro de imediato, a Carolina do Sul negociou de novo. Arregimentou a Geórgia na promessa de defender os interesses mercantis do Norte em troca de um prazo intermediário para a validade do tráfico negreiro transatlântico. O termo acordado foi 1808. Em troca, a Carolina e a Geórgia votaram por uma cláusula que aceitava a nacionalização do comércio marítimo (Atos de Navegação) com maioria simples no Congresso. O ato ilocutório constituinte definiu, na Carolina do Sul, a noção de que ela fizera uma concessão ao Norte no assunto dos interesses econômicos – uma concessão da qual ninguém podia abusar, como ela fez questão de lembrar na Crise da Nulificação. Já o aparato locutório constitucional, ao trocar a odiosa expressão *tráfico negreiro* pela costumeira perífrase, enxertou no artigo a possibilidade de se entender o vocábulo *migração* como tráfico negreiro interestadual. Polissemia textual que só a política podia desambiguar.²⁰

A última grande barganha que o Sul e o Norte podem ter selado na Convenção Constitucional – essa é a menos documentada das três – envolveu a divisão dos fundos territoriais da república entre os regimes do trabalho livre e do trabalho escravo. Na década de 1780 a população norte-americana se concentrava na grande bacia hidrográfica atlântica, com poucos pioneiros rompendo a barreira montanhosa dos Apalaches pelas margens do Ohio. Os que o faziam usavam suas águas no escoamento de produtos até o Mississippi e daí ao porto de New Orleans, na época possessão espanhola. Nas paragens além dos Apalaches, os territórios das colônias originais confinavam com as margens do Mississippi, englobando a enorme planície que daria origem aos Estados de Ohio, Indiana, Illinois, Kentucky, Tennessee, Alabama e Mississippi. Em 1787 os norte-americanos decretaram o destino desses Estados

¹⁹ Max Farrand, *The Records of the Federal Convention*, 6 de agosto de 1787, vol. 2, p. 177-189 (projeto constitucional); e 8 de Agosto de 1787, vol. 2, p. 222 (fala de Morris). Realce adicional.

²⁰ Max Farrand, *The Records of the Federal Convention*, 25 de Agosto de 1787, vol. 2, p. 416 e 29 de Agosto de 1787, p. 449; Albert F. Simpson, “The Political Significance”; Paul Finkelman, “Garrison’s Constitution”, p. 231-245; David Waldstreicher. *Slavery’s Constitution*, p. 57-106.

sincronizando a passagem de uma lei ordinária no Congresso Continental (que seguia trabalhando em paralelo à Constituinte) e de um artigo constitucional na Convenção da Filadélfia.²¹

A lei do Congresso Continental é a Ordenança do Noroeste, que regulou o processo de criação dos Estados de Ohio, Indiana e Illinois. Embora ela previsse a admissão deles “em pé de igualdade com os Estados originais”, seu último artigo os privava da autonomia de escolher o sistema de trabalho, interditava-lhes a escravidão. Admira que os sulistas, atentos cães de guarda com o tratamento congressional do cativo, tenham engolido a perda de uma área enorme, igual à soma das duas Carolinas e da Geórgia. Todavia, eles impuseram ao Norte condições que ajudam a entender seu ponto de vista. Exigiram uma emenda à Ordenança do Noroeste mandando a Justiça devolver aos respectivos donos os cativos que para lá fugissem, e cobraram empenho diplomático da União na abertura do Rio Mississippi e do porto de New Orleans. O uso da calha do Mississippi era controverso. Negociantes do Norte, expulsos das Antilhas Britânicas, estudavam oferecer a Madri sua completa navegação em troca do acesso ao mercado espanhol europeu e colonial. Já os sulistas cobiçavam usá-lo, bem como os trapiches de New Orleans, a fim de comercializar o produto dos pequenos enclaves escravistas do Kentucky e Tennessee. Para levar a Ordenança, o Norte desistiu do mercado espanhol e prometeu arrancar de Madri o livre trânsito no Mississippi, o que ia girar a economia escravista no Kentucky, Tennessee e Mississippi, destinando-os à escravidão. Depois de o Congresso Continental desenhar a barganha, a Convenção redigiu uma cláusula ampla o bastante para a União aceitar tanto Estados antiescravistas como escravistas desenhados dos territórios da União. “O Congresso terá poder para fazer e proceder a *todas as normas e regulações necessárias* relativas aos territórios ou outras propriedades pertencentes aos Estados Unidos”. De fato, em 1795 os Estados Unidos e a Espanha firmaram o Tratado de San Lorenzo liberando a navegação do Mississippi para os dois países.²²

²¹ Sobre a permuta seccional, George W. Van Cleve. *A Slaveholder's Union*, p. 153-167. A respeito da ocupação espacial da república, D. W. Meinig. *The Shaping of America: a Geographical Perspective on 500 Years of History. Vol. 1: Atlantic America, 1492-1800*. New Haven: Yale University Press, 1986, p. 244-256 e 288-294.

²² George W. Van Cleve. *A Slaveholder's Union*, p. 153-167; Peter S. Onuf. *The Origins of the Federal Republic: Jurisdictional Controversies in the United States, 1775-1787* (1983). Filadélfia: University of Pennsylvania Press, 2001, p. 149-172; e Paul Finkelman, “Slavery and the Northwest Ordinance, 1787: A Study in Ambiguity”. *Journal of the Early Republic*, vol. 6, n° 4 (Winter, 1986): 343-370. Na historiografia norte-americana, o Tratado de San Lorenzo é chamado de Tratado Pinckney.

Previstos apenas para a área original da república, os atos ilocutórios constituintes da terceira grande permuta na Convenção Constitucional explicam em parte por que a passagem regulando os territórios, chamada de *cláusula das normas e regulações necessárias*, engrenando bem na fabricação dos Estados aquém-Mississippi, emperrou na criação dos que pertenciam aos territórios adquiridos posteriormente com a Compra da Louisiana (1803) e a Guerra do México (1846-1848).

Coda de uma sinfonia varada de silêncios, a partilha do território transapalachiano rendeu um último dividendo para o Sul. No finzinho da Constituinte um deputado copiou da Ordenança do Noroeste o trecho da devolução dos escravos fugitivos e inseriu-o na Constituição como artigo válido para todo o território nacional. “Se alguém”, diz o texto, “obrigado ao serviço ou trabalho em qualquer dos Estados Unidos escapar para outro Estado, ele ou ela não poderá ser dispensado do seu serviço ou trabalho”. Nas codas é comum retomar as ideias da composição, e o texto foi fiel ao princípio. O escravo não podia ser *dispensado* – *discharged*, em inglês. Esse era o vocábulo que Mansfield empregara na sentença de Somerset: “o negro está dispensado”, *the black must be discharged. Must be* na Inglaterra, nos Estados Unidos *shall not*. O artigo passou na Constituinte sem debate nem oposição, como numa peça bem ensaiada. Se não restaurava a latitude da cláusula dos privilégios e imunidades dos Artigos da Confederação, na prática harmonizava uma boa parte das dissonâncias que o momento mansfieldiano tinha gerado no mundo senhorial anglófono. Pelo menos para a Constituição dos Estados Unidos, Somerset não era precedente jurídico nem alegoria da liberdade moderna. Se dependesse dos *founding fathers*, não passaria de um mero indivíduo. Morreria, anônimo, como um homem comum.

*

Nem sempre é possível cotejar as intenções dos atores com os resultados de suas ações. No caso da Constituição federal dos Estados Unidos, é. Tal como tinham planejado os constituintes, o assunto da escravidão despertou pouca celeuma no processo de ratificação constitucional nas assembleias legislativas estaduais. O texto funcionou tão bem que gerou um padrão de leitura em que o status constitucional do cativo mudava conforme a intenção do enunciador. No Norte os adversários da Constituição, os antifederalistas, argumentaram que ela fortalecia o cativo, enquanto os federalistas (amigos da Constituição) sugeriam que ela tinha iniciado o seu

desmantelamento por vislumbrar o fim do tráfico. No Sul tudo se passou ao contrário. Os amigos da Constituição diziam que ela protegia a propriedade escrava, seus inimigos reclamavam que ela a tinha enfraquecido. Graças às lacunas na definição dos direitos civis, à escolha da jurisprudência como parâmetro dos direitos políticos, aos eufemismos lexicais nas cláusulas dos 3/5, tráfico negreiro ou devolução de escravos fugitivos e à profusão dos atos ilocutórios constituintes, o Sul e o Norte podiam ler a mesma bíblia seguindo evangelhos diferentes. A Constituição federal de 1787 precisou de apenas 8 meses e dois dias para ganhar nove Estados e entrar em vigor.²³

Como foi dito acima, se os sulistas não podiam dispor de uma estrutura constitucional inequivocamente escravista desde a origem da república, tornariam escravista a construção constitucional de seu governo. É fácil compreender o fenômeno examinando o debate da ratificação no Legislativo da Virgínia, de longe o Estado que mais deplorou a ausência de um bill of rights no texto de 1787. Um de seus deputados fez um exercício de leitura da articulação lógica do texto que os linguistas atuais gostam de fazer. Uma parte da Constituição, disse, estabelecia os poderes do Congresso: emitir moeda, coletar impostos, declarar guerra etc. Por inferência, tudo o que deixara de ser enunciado ali fugia à sua alçada. Nesse quesito entrava o tráfico negreiro, que, não enunciado entre os objetos do Congresso, escapava ao seu alcance. Entretanto, os próprios constituintes se deram o trabalho de redigir uma cláusula proibindo o Congresso de suprimi-lo antes de 1808; logo, supunham que ele tinha poderes implícitos, entre eles o de “ter proibido o tráfico negreiro”. Se o raciocínio valia para o infame comércio, valia para a escravidão em geral. “Isso parece demonstrar muito claramente a necessidade de impedir, com um bill of rights, que o Congresso infrinja nossos direitos inalienáveis.” O Legislativo da Virgínia se deixou convencer e preparou um curioso rol de emendas constitucionais a ser elevado à União na forma de bill of rights: enquanto a Constituição federal de 1787 ignorara a palavra *propriedade* na aceção de direito de usar e dispor de um bem, a lista virginiana continha seis incidências do vocábulo. O artigo I dizia: “o gozo da vida e da liberdade, com os meios de adquirir, possuir e proteger a propriedade” eram “direitos naturais dos quais os homens, uma vez feito o pacto social, não podem privar ou despojar sua posteridade.” O

²³ Para as convenções estaduais, Kenneth Morgan, “Slavery and the Debate over Ratification of the United States Constitution”. In: *Slavery and Abolition: A Journal of Slave and Post-Slave Studies*, vol. 22, núm. 3 (2001): 40-65; John Craig Hammond, “‘We Are to Be Reduced to the Level of Slaves’: Planters, Taxes, Aristocrats, and Massachusetts Antifederalists, 1787-1788”. *Historical Journal of Massachusetts*, vol. 31, núm. 2 (2003): 172-98; e James Oakes, “‘The Compromising Expedient’: Justifying a Proslavery Constitution”. *Cardozo Law Review*, vol. 17, núm. 6 (1995-96): 2023-56.

direito ao escravo era inalienável como o direito à vida, sendo ambos impenetráveis à ação do governo federal. Excesso de zelo? Talvez. Baixa confiança nos atos ilocutórios constituintes que exigia reforço dos aparatos locutórios constitucionais? Com certeza.²⁴

Se os receios da Virgínia precisavam de confirmação, ela veio na primeira reunião do novo Congresso dos Estados Unidos. Em 1789 Madison – quem mais podia ser? – introduziu na plenária da Câmara dos Representantes um bill of rights. Sua redação mirava demandas concretas, entre elas as da Virgínia. Uma das emendas prometia que nenhuma pessoa seria “privada da vida, da liberdade ou da propriedade [note-se a justaposição das noções, como no texto virginiano] sem o devido processo da lei; nem pode a propriedade privada ser tomada para uso público sem justa indenização”. Outra, a atual décima emenda, tangia para o curral dos Estados todo o rebanho dos poderes que a Constituição não delegara expressamente ao Congresso. O bill of rights foi aprovado no Congresso e precisava passar pela ratificação de nove Estados antes de entrar em vigência. Tudo parecia previsível e rotineiro, até que um raio partiu do céu sem nuvens. Aproveitando o flanco aberto até a ratificação final das emendas, antiescravistas da Pensilvânia introduziram no Congresso uma petição sobre os escravos a fim de que o Legislativo se devotasse à “liberdade desses homens infelizes”. Uma comissão especial da Câmara dos Representantes se incumbiu do texto e desovou um parecer que, à luz dos acordos ainda frescos de 1787, surpreendia. “O Congresso não tem poder para libertar escravos nascidos nos Estados Unidos ou importados ao país antes de 1808”. A inferência era clara: se não podia libertar *antes*, ele podia fazê-lo *depois*. Os sulistas estrilaram, e um parecer remendado opinou que o Congresso carecia de poderes para emancipar escravos, e ponto. Que era para ser final, mas virou de exclamação. O novo parecer foi aprovado pela diferença mínima de um voto na Câmara: ! ! ! Ratificado em 1791, o bill of rights dirimiu as dúvidas e as surpresas. Começara a construção constitucional escravista do governo norteamericano.²⁵

²⁴ Citações extraídas, respectivamente, de George Livermore. *An Historical Research, Respecting the Opinions of the Founders of the Republic on the Negroes as Slaves, as Citizens and as Soldiers*. Boston: John Wilson and Son, 1862, p. 97; e de Jonathan Elliot (org.). *Debates in the Several State Conventions*, v. 3, p. 657-659.

²⁵ Donald Robinson. *Slavery in the Structure of American Politics, 1765-1820*. Nova York: Harcourt Brace Jovanovich, 1971, p. 303-310; e Howard A. Ohline, “Slavery, Economics, and Congressional Politics, 1790”. *Journal of Southern History*, vol. 46 (ago. 1980): 335-360. Décadas mais tarde, um ideólogo da Carolina do Sul considerou a décima emenda a maior conquista constitucional dos escravistas: “os autores da Constituição federal não desconheciam que o sentimento do século não era favorável à escravidão; previram o momento em que ela seria fortemente atacada e em que o governo federal poderia tentar a sua abolição. Propuseram, pois, uma emenda que declara que os poderes não

No ano seguinte, o Congresso puxou, com legislação ordinária, outro dos fios que a Convenção deixara solto. A segunda emenda – como sabe qualquer norte-americano que acompanha os debates sobre o controle de armas automáticas retomados a cada massacre em massa nas escolas do país – estabeleceu o direito de “o povo” (*the people*) portar armas a fim de compor milícias nos Estados. Os negros livres estavam incluídos em *the people*? Admita-se que estivessem. Segundo a cláusula lacunar dos privilégios e imunidades, um negro de Massachusetts, podendo integrar a milícia em seu Estado, preservava esse direito ao mudar-se para outro Estado, digamos, a Carolina do Sul. Os escravistas não estavam preparados para isso. Com o apoio de alguns deputados do Norte e a ajuda da demografia norte-americana – os negros livres eram só 2% da população total dos Estados Unidos –, arrancaram uma lei federal que restringiu a convocação das milícias a cidadãos “livres, fisicamente capazes e brancos”. E assim a Constituição que não falava em raça foi dando forma a uma república racista.²⁶

“Uma instituição exitosa se esquece e se faz esquecer como tendo tido um nascimento, como tendo tido um começo”, disse o sociólogo Pierre Bourdieu numa das salas de aula apinhadas de gente no Collège de France em 10 de janeiro de 1991.²⁷ Pela definição de Bourdieu, a Constituição norte-americana é, hoje, um sucesso e, antes de 1861, um fracasso. Sua redação lacunar e perifrástica, seu teor jurisprudencial e seu sentido dependente de cruciais atos ilocutórios tornaram-na flexível a ponto de passar no seu referendo batismal. Essa mesma flexibilidade, porém, sujeitou-a a reinterpretações radicais toda vez que um novo episódio de peso nacional – Compra da Louisiana, American System, nascimento do abolicionismo, Guerra do México – redesenhava o sentido das barganhas de 1787, que, por sua vez, fixavam o sentido do texto mesmo não estando inscritas nele. Os norte-americanos do século 19 que recuperavam, reliam, revisitavam, repensavam e ruminavam os debates, bilhetes de bolso e cartas pessoais dos founding fathers dão a impressão de honrar um culto respeitoso e consagrador à sua Constituição federal. Ledo engano. Seu retorno quase neurótico às origens indicia a progressiva falência institucional do texto no médio prazo, incapaz que foi de acobertar interesses particulares como se fossem universais. Na Era

delegados pela Constituição aos Estados Unidos” seriam “reservados para estes últimos Estados”. “Donde se segue que, não tendo o Congresso poder de abolir a escravatura, os Estados considerariam semelhante lei como não promulgada”, Um Kentukyano [Duff Green]. “A Inglaterra e a América”, *Diário do Rio de Janeiro*, 30 de maio de 1842, p. 1.

²⁶ Rogers Smith. *Civic Ideals: Conflicting Visions of Citizenship in United States History*. New Haven: Yale University Press, 1997, p. 142-144.

²⁷ Pierre Bourdieu. *Sobre o Estado*, p. 166.

das Revoluções, todavia, a Constituição dos Estados Unidos ainda parecia um retumbante sucesso. Digna de emulação nos maiores impérios escravistas do Atlântico.

Império francês: a insuficiência das palavras

Se a historiografia sobre a Revolução do Haiti (1791-1804) fosse um gráfico, seu volume desenharia a imagem de um longo vale interrompido por um maciço escarpado. Depois de ser quase ignorada nos estudos clássicos sobre as primeiras revoluções atlânticas, a Revolução Haitiana vem recebendo seu justo apreço numa série de pesquisas feitas nas Américas e na Europa, em inglês e em francês, por um sem-número de pesquisadores de ponta. Os temas que desperta são proporcionais à variedade do investimento historiográfico que recebe: os estímulos mútuos entre ela e a Revolução Francesa; o peso da matriz cultural africana, do campesinato colonial e da resistência coletiva dos subalternos na subversão revolucionária da ordem escravista; e, para não alongar a lista, a natureza do Estado erguido sobre os restos que a escravidão deixou após sua abolição oficial em 1794.²⁸ Nas próximas páginas não pretendo eleger a compreensão vertical de um desses assuntos nem uni-los numa síntese da Revolução Haitiana. Meu objetivo é apenas examinar a constitucionalização do escravismo caribenho nas assembleias revolucionárias francesas, a fim de responder a duas questões inter-relacionadas. Por que a França, tendo por modelo a experiência constitucional dos Estados Unidos, distanciou-se dele? De que forma a quebra do precedente afetou os

²⁸ Dos anos cinquenta aos oitenta, os estudos canônicos das revoluções atlânticas ou da Revolução Francesa, fossem eles mais à esquerda ou à direita, subestimaram a Haitiana: Robert R. Palmer. *The Age of the Democratic Revolution: A Political History of Europe and America, 1760-1800*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1954 e 1964; Eric Hobsbawm. *A Era das Revoluções, 1789-1848* (1ª ed. em inglês, 1962). Trad. Maria T. Lopes Teixeira e Marcos Penchel. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001; Jacques Godechot. *As revoluções (1770-1799)* (1ª ed. em francês, 1964). Trad. Erothildes M. B. da Rocha. São Paulo: Pioneira, 1976; e François Furet. *Penser la Révolution française*. Paris: Gallimard, 1978. Esse protocolo de síntese começou a mudar com D. B. Davis. *The Problem of Slavery in the Age of Revolutions*, e Robin Blackburn. *The Overthrow of Colonial Slavery*, ambos tributários dos clássicos de C. L. R. James. *Os jacobinos negros: Toussaint L'Ouverture e a revolução de São Domingos* (1ª ed. em inglês, 1938). Trad. Afonso Teixeira Filho. São Paulo: Boitempo, 2000, e de Gabriel Debien. *Les colons de Saint-Domingue et la Révolution: essai sur le club Massiac, Août 1789-Août 1792*. Paris: Armand Colin, 1953. A partir dos anos noventa, os estudos se multiplicaram. Cito apenas alguns dos que ajudaram a recolocar as lutas raciais e a manumissão dos escravos no centro da análise das Revoluções Atlânticas: Carolyn Fick. *The Making of Haiti: The Saint Domingue Revolution from Below*. Knoxville, TN: University of Tennessee Press, 1990; Michel-Rolph Trouillot. *Silencing the Past: Power and the Production of History*. Boston: Beacon Press, 1995, p. 31-107; David Geggus. *Haitian Revolutionary Studies*. Bloomington, IN: Indiana University Press, 2002; e Laurent Dubois. *Avengers of the New World. The Story of the Haitian Revolution*. Harvard: Belknap Press, 2004.

repertórios de constitucionalização do cativo na monarquia espanhola e no Império do Brasil?²⁹

Faz parte da natureza das revoluções redefinir o acesso ao monopólio do Estado sobre a gestão dos bens públicos materiais e simbólicos, e pertence aos proprietários de escravos o papel de impedir que essa redefinição seja alargada por precedentes jurídicos que possam baquear a ordem social escravista. Daí o empenho, nos Estados Unidos, em limar do seu pacto federativo os vestígios do processo Somerset, que magnificara os efeitos de classe social da resistência negra ao escravismo no mundo anglófono. Daí também um empenho semelhante entre senhores franceses e seus porta-vozes depois de 1789. O que os incomodava não era bem o princípio do solo livre. Mais de 200 escravos transportados à França no século 18 tinham levado, como Somerset, seus senhores à barra do tribunal por sua libertação e, ainda como Somerset, conquistado sua liberdade graças à alegada ausência de leis para o cativo na metrópole. Tais processos corriam sem despertar alvoroço na América francesa. Isso porque esbarravam naquelas leis positivas do cativo que antiescravistas norte-americanos julgavam inexistentes em alguns Estados da república. De todas elas, a principal era o *Code Noir*, um conjunto de 60 artigos que a Corte de Louis XIV editara em 1685 para reger a vida de senhores, escravos e libertos em suas Antilhas. A esse código é que coube a função imprevista de isolar das colônias a repercussão das ações de liberdade impetradas na metrópole. Até os advogados dos escravos o mencionavam em suas defesas como fonte de autoridade. Ao pleitear a libertação de Francisque, um cativo das Índias Orientais que vivia na França, seu defensor argumentou em 1759: “As leis que formam o *Code Noir* não têm nada a ver com a Índia [...] Há leis que autorizam a escravidão dos negros? Sim, com certeza existem. Elas podem ser aplicadas a indianos servindo em outros lugares fora da América? Certamente, não”. Em suma, o *Code Noir* reforçava as ações de liberdade e as ações de liberdade reforçavam o *Code Noir* em cada um dos lados da bacia atlântica.

²⁹ A expressão *repertório de constitucionalização* foi inspirada na noção de *repertórios de contestação*, que Charles Tilly desenvolveu em diversos estudos. Embora as duas categorias partilhem a definição de repertórios como convenções culturais criadas, aprendidas, usadas ou alteradas conforme a interação de grupos sociais numa situação de interesses colidentes, a categoria de Tilly descreve o conjunto de *meios* com que se apresentam demandas coletivas, enquanto o conceito aqui proposto descreve tanto o conjunto de *assuntos* associados à escravidão negra como o *tratamento* a eles dispensado nas Constituintes. Ver, entre outros, C. Tilly, “Contentious Repertoires in Great Britain, 1758-1833”. *Social Science History*, vol. 17, núm. 2 (Summer, 1993): 253-280.

Ainda assim, foi essa fonte de direitos, tão vinculada ao sistema escravista colonial, que se tornou uma poderosa alavanca contra ele durante a Revolução Francesa.³⁰

Parte de uma agenda para o deslanche da economia colonial durante a disputa entre Paris, Londres e Amsterdam pelo alto-comando do sistema mundial, o *Code Noir* regulou a transição do regime de trabalho engajado europeu para o de trabalho escravo africano nas Antilhas francesas. Sua concepção parece a positivação legal imposta de cima para baixo típica do afã legislativo absolutista, mas seu processo de redação traduz os limites do próprio absolutismo. Longe de ser obra de gabinete, o código hauriu sua matéria em relatórios encomendados a funcionários régios lotados nas colônias, os quais, por seu turno, pautaram a escrita deles pela jurisprudência escravista local. Não é o caso de fazer aqui a síntese do conteúdo do *Code Noir*. Basta frisar dois temas que ele abordou e que tiveram profundas consequências em 1789. O primeiro é a prática de concessão de alforria. Seu artigo 55 entendia a manumissão como assunto da alçada do proprietário, isto é, nem obrigava o manumissor a justificá-la perante autoridades públicas nem o inibia cobrando taxas no ato da libertação. O problema é que esse artigo foi sendo modificado à medida que as colônias francesas avançaram na revolução da plantation e contraíram forte desequilíbrio demográfico, com os escravos oscilando entre 80% e 90% da população total. No decurso do século 18, sucessivas normas da Coroa ou das próprias colônias, algumas recopiladas nas reedições do *Code Noir* (1735, 1742, 1745, 1767, 1788), reforçaram os liames da nova ordem social levantando barreiras às manumissões e anulando as manumissões irregulares. Por ironia, o revisionismo produziu efeito contrário ao seu propósito, visto que muitos senhores seguiram alforriando ao arrepio da lei. Quando 1789 estalou no horizonte, o jogo entre norma e violação já tinha lançado negros e mulatos que gozavam de fato sua liberdade na zona cinzenta de uma ilegalidade semioficial.³¹

³⁰ Para as ações de liberdade na França, Sue Peabody. *There Are no Slaves in France: The Political Culture of Race and Slavery in the Ancien régime*. Oxford: Oxford University Press, 2002. Citações de *Memoire signifié, pour le nommé Francisque, Indien de nation, néophyte de l'Eglise Romaine, intime, contre le Sieur Allain-François-Ignace Brignon, se disant Ecuyer, Appellant*. Paris: Simon, 1759, apud Sue Peabody e Keila Grinberg (orgs.). *Slavery, Freedom, and the Law in the Atlantic World: A Brief History with Documents*. Boston/Nova York: Bedford/St. Martin, 2007, p. 48-49. Curiosa e contraditoriamente, o processo de Francisque foi mencionado pela defesa de Somerset em 1772. Ver T. B. Howell. *A Complete Collection of State Trials*, p. 63-64.

³¹ Louis Sala-Molins. *Le Code Noir ou le calvaire de Canaan*. Paris: PUF, 1987, em que republicou e comentou as edições de 1685 e 1767. Sobre o código e seu contexto imperial, Yvan Debbaesch, “Au coeur du ‘gouvernement des esclaves’ la domestique aux Antilles françaises (XVIIe-XVIIIe siècles) In: *Revue française d'histoire d'outre-mer*, vol. 72, núm. 266 (1º trim., 1985): 31-53; e Rafael de Bivar Marquese. *Feitores do corpo, missionários da mente. Senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p. 33-46. Para o papel do *Code Noir* na organização

Nos artigos 57 e 59 – e este é o segundo tema – o *Code Noir* outorgou aos libertos nascidos na América ou na África “os mesmos direitos, privilégios e imunidades das pessoas que nascem livres”. Os direitos em questão eram, sobretudo, os civis, os mais exercidos no Antigo Regime, como se explicita na fórmula *privilégios e imunidades*, a mesma que a Constituição federal norte-americana empregou ao tratar do assunto. Os artigos, a exemplo do da manumissão irrestrita, foram sendo atacados no século 18, e a prometida isonomia entre os não escravos deu lugar a uma violenta segregação racial entre os livres. A origem do racismo institucional é múltipla: práticas perversas como cassar o status do alforriado, ciências fetichistas que tomam as causas pelos efeitos e um ignóbil plano de governo destinado a afagar o orgulho étnico dos brancos a fim de melhor explorá-los enquanto refazia o caixa do Estado na esteira da Guerra dos Sete Anos (1756-1763). Por ora o que importa ressaltar são seus efeitos. Ao anular direitos civis básicos até então fruídos pelas *gens de couleur* (casamento e herança inter-raciais, ocupação de cargos públicos, promoção à oficialidade militar etc.), o novo modelo racial, como tudo que ofende direitos estabelecidos ou adquiridos, friccionou a ordem escravista nas Antilhas francesas, em especial na maior delas, Saint-Domingue. Ali milhares de pessoas emancipadas na primeira metade do século tinham dado origem a famílias que fizeram fortuna no comércio e na agricultura graças à alta das commodities no mercado mundial depois de 1750. Escoradas no antigo precedente da isonomia e num novo poderio econômico, elas resistiram à segregação racial. Rejeitaram o processo que, em termos conceituais, descrevia a passagem de um escravismo montado segundo o modelo social do sistema atlântico ibérico para outro vazado nos moldes do sistema atlântico do noroeste europeu. Para elas, a revisão dos artigos do *Code Noir* sobre manumissão e isonomia criou “um hiato entre normas legais e experiência vivida que nunca mais se fecharia”.³²

das relações sociais no século 18, bem como na Revolução Francesa, Malick W. Ghachem. *The Old Regime and the Haitian Revolution*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

³² Louis Sala-Molins. *Le Code Noir*, p. 196 e 200; e M. W. Ghachem. *The Old Regime*, p. 80 (“um hiato...”). Sobre a mobilidade econômica dos negros e mulatos livres, Michel-Rolph Trouillot, “Peripheral Vibrations: The Case of Saint-Domingue's Coffee Revolution”. In: R. Robinson (ed.). *Dynamics of World Development, Political Economy of the World-System Annuals*, vol. 4. Beverly Hills, CA: Sage, 1981, p. 27-41; John D. Garrigus. *Before Haiti: Race and Citizenship in Saint-Domingue*. Nova York: Palgrave MacMillian, 2006, p. 110-170; e o seu “Redrawing the Colour Line: Gender and the Social Construction of Race in Pre-Revolutionary Haiti”. *Journal of Caribbean History*, vol. 30, núm. 1-2 (1996): 28-50. Para uma conceituação do sistema atlântico ibérico, marcado por altas taxas de manumissão, e do sistema atlântico do noroeste europeu, caracterizado pela restrição das alforrias, Márcia Berbel, Rafael Marquese e Tâmis Parron. *Escravidão e política: Brasil e Cuba, c. 1790-1850*. São Paulo: Hucitec, 2010, p. 21-94.

Em história, a distância entre dois pontos muda mesmo quando eles não se movem; basta que se troque o plano em que estão inseridos. O “hiato” entre a lei e a vida dos subalternos em Saint-Domingue segue essa regra. Se ele era amplo no fim do Antigo Regime, tornou-se abissal no instante em que a Revolução Francesa estalou e deu à luz a Declaração dos Direitos do Homem, uma barulhosa promessa de redistribuição dos bens simbólicos e materiais geridos pelo poder público. Em setembro e outubro de 1789 um grupo de negros e mulatos livres dominicanos que vivia em Paris percebeu a troca do plano onde estavam os pontos e redigiu um *Cahier de plaintes, doléances et réclamations* (Caderno de lamentos, queixas e reclamações) a ser apresentado à Constituinte. Nele organizaram todas as suas trinta demandas em torno de dois aspectos do *Code Noir* de 1685. Que “os artigos 57 e 59 do édito do mês de março de 1685”, aqueles que na primeira edição do código (daí a menção à data) tinham criado isonomia entre senhores e libertos nascidos na colônia ou na África, “sejam recuperados e executados em sua forma e conteúdo”. E que os senhores voltem a “emancipar os escravos, sem que seja necessária a permissão do intendente, dos governadores-generais” etc., isto é, que o artigo 55 fosse restaurado. Os autores do *Cahier*, como os negros norte-americanos insuflados pela decisão de Mansfield, mobilizaram um precedente jurídico a fim de repactuar o monopólio dos bens públicos num momento de crise institucional. A questão então se desloca. É preciso saber se suas demandas também se revestiram de um manto antiescravista.³³

Restrita ao perfil social dos signatários e ao texto do *Cahier*, a resposta à pergunta parece unívoca. Nas reuniões dos homens de cor, além de trabalhadores pobres que talvez até tivessem se emancipado em ações de liberdade na França – de fato, uma das exigências do caderno é que os escravos levados à metrópole fossem livres –, também apareciam proprietários de Saint-Domingue como Vincent Ogé, negociante e cafeicultor, e Julien Raimon, produtor de índigo e dono de mais de 100 cativos. Homens com esse currículo não seriam antiescravistas, e a hipótese se confirma no texto: diversos passos do caderno consagram o cativo, como, por exemplo, o que pede penas severas a cativos insubordinados. Não obstante, a resposta à questão ainda não é tão cristalina, pois, se as palavras têm sentido, o sentido delas depende dos contextos e os contextos não dependem de quem as escreve.³⁴

³³ *Cahier Contenant les Plaintes, Doléances et Réclamations des Citoyens-libres et Propriétaire de Couleur, des Iles & Colonies Françaises*. S.L.: S. E., 1789, p. 2, 13 e 14.

³⁴ John D. Garrigus. *Before Haiti*, p.64-75 e 172-194, e “Redrawing the Colour Line”.

Em 1788 um grupo de antiescravistas em Paris, inspirado por anglo-saxões como Granville Sharp, montara a *Société des Amis des Noirs*, um clube que, pequeno no tamanho (seus quadros não passaram de 200), parecia uma portentosa miniatura do Panteão de Paris: lá estavam o marquês de Condorcet, o marquês de Lafayette, o conde de Mirabeau, o abade Grégoire, além de Sieyès e Brissot de Warville. Um atributo do antiescravismo do tempo é a noção de que o cativo nas Antilhas, em vez de acabar de uma hora para outra, passaria por um processo de enfraquecimento gradual que, além da supressão do tráfico negreiro transatlântico, supunha a troca do modelo social do sistema atlântico do noroeste europeu pelo modelo social do sistema atlântico ibérico como estágio propedêutico para a emancipação final dos escravos. Os *Amis des Noirs* atuavam dentro dessa moldura. Ambicionavam a abolição gradual do cativo mediante o fim do comércio transatlântico de escravos, a livre concessão da alforria e a restauração plena dos direitos aos manumitidos. O nódulo da questão é que, dos três pontos, os dois últimos coincidiam com as demandas das *gens de couleur*. Mais que isso. Requalificavam-nas, resignificavam-nas, emprestavam-lhes a túnica antiescravista que não tinham. Quando os *Amis* cavaram numa das falas de abertura dos Estados Gerais lidas pelo Executivo, logo depois do parágrafo pela supressão da corveia, um tópico sobre a sorte dos escravos, “esses homens semelhantes a nós no pensamento e sobretudo na capacidade de sofrer” (diz a fala), a visão dos brancos de Saint-Domingue perturbou-se. Seus olhos não podiam mais distinguir entre reivindicações antirracistas de uns e projetos antiescravistas de outros.³⁵

Para montar sua defesa da escravidão, os franceses caribenhos brancos tomaram por ponto de partida de seu processo constitucional o ponto de chegada do processo constitucional norte-americano. Queriam aumentar o poder político dos proprietários escravistas em vez de insistir na garantia constitucional da propriedade escrava. Quando os atores evitam referência explícita à escravidão negra nos aparatos locutórios constitucionais, é porque confiam nos atos ilocutórios constituintes como elemento suficiente para completar o sentido da Constituição. Em termos mais abstratos: apostam numa concepção estreita do repertório de constitucionalização do cativo, na menor intervenção explícita do poder público central sobre as práticas jurisprudenciais

³⁵ Fala de Necker, 5 de maio de 1789, nos *Archives Parlementaires*. Paris: Dupont, vol. 8 (05/05/1789-20/06/1789), 1875, p. 20. Sobre a *Société*, Marcel Dorigny e Bernard Gainot. *La Société des Amis des Noirs, 1788-1799: contribution à l'histoire de l'abolition de l'esclavage*. Paris: Unesco-Unicef, 1998; e Laurent A. M. de Saes. *A Société des Amis des Noirs e o movimento antiescravista sob a revolução francesa (1788-1802)*. Doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2013; e Jacques Thibaut. *Le Temps de Saint-Domingue: l'esclavage et la révolution française*. Paris: J.C. Lattès, 1989, p. 118-131.

vinculadas à organização social do escravismo. No início da Revolução Francesa, foi isso o que os escravistas de Saint-Domingue e seus lobistas metropolitanos buscaram.

Em 1789 um desses lobistas do Caribe, o marquês de Gouy d'Arsy, distribuiu um panfleto em Versalhes, onde se reuniam os Estados Gerais, apregoando o seu critério de proporcionalidade para a bancada de Saint-Domingue. Pedia trinta deputados, “solicitação fundada na combinação de sua população, das riquezas de suas propriedades e da soma de suas contribuições [fiscais]”. *Riquezas de suas propriedades*. A expressão significa a inclusão dos escravos no cálculo? A julgar por uma analogia aritmética, sim. Paris tinha uma população estimada de 800 mil indivíduos e recebeu uma bancada de 40 representantes (razão deputado/habitantes igual a 1:20 mil). Segundo estimativas atuais, Saint-Domingue possuía 500 mil escravos e 60 mil livres, sendo que os colonos arredondavam o último número para cerca de 100 mil. Sua bancada de trinta, portanto, estava na razão de 1:20, a mesma de Paris. Os dominicanos queriam, sim, contar os escravos por inteiro, tal como tinham desejado os sulistas dos Estados Unidos. Mas, também como os sulistas, enfrentaram uma oposição implacável no Parlamento e procuraram um compromisso derrubando sua demanda para vinte vagas. O motivo por que escolheram o número vinte? Simples: 3/5 de 500 mil é igual a 300 mil. Esse número mais 100 mil dá 400 mil. Conservada a razão 1:20, a bancada resultante é de 20 membros. Embora não o mencionassem em momento algum, os colonos tinham em mente o arranjo constitucional norte-americano. Não só eles. Do lado oposto dos Estados Gerais, Mirabeau pediu a palavra com o dilema de Elbridge Gerry na ponta da língua:

primeiro relembro este dilema irreplicável:

O que as colônias pretendem, incluir seus negros e sua população de cor na classe dos homens ou na dos animais de carga? Mas os homens de cor são livres, proprietários e contribuintes, e ainda assim não puderam ser eleitores.

Se os colonos querem que seus negros e as pessoas de cor sejam homens, que libertem os primeiros; que todos possam ser eleitores e ser eleitos. Do contrário, pediremos que notem que, ao proporcionar o número de deputados à população da França, não levamos em consideração a quantidade de nossos cavalos nem de nossas mulas.³⁶

O mesmo Gouy d'Arsy “fala agora longamente”, ensina o resumo dos debates parlamentares. “Ele reduz sua demanda a 18”. Admite – sem dizê-lo – que a população

³⁶ Gouy D'Arsy. *Précis sur la situation de la députation de Saint-Domingue, aux États Généraux*. Versailles: S. E., 1789, p. 11; e Mirabeau, fala reproduzida nos *Archives Parlementaires*, vol. 8, 3 de julho de 1789, p. 186 e, com modificações, nas *Lettres du Comte de Mirabeau a ses commettans*. Londres/Paris: Hôtel le Bouthilliers, 1789, vol. 1, Lettre X, p. 189-190; e proposta de 20 deputados. Curiosamente, nem Gouy d'Arsy nem Mirabeau deram a fonte, norte-americana, de suas posições.

de Saint-Domingue é de 500 mil escravos e 60 mil livres (360 dividido por 20 dá 18), estimativa consentânea com a realidade. Warville de Brissot entendeu a aritmética senhorial: “os fazendeiros passaram em silêncio” a fonte de sua inspiração. Era preciso descortinar sua origem e acusá-la. “No novo sistema federal dos Estados Unidos, os negros [escravos] são contados na representação por apenas 3/5 de seu número.” Esse o modelo, que para Brissot a França devia rejeitar. “Nesse sistema bizarro, o roubo dos direitos civis foi empregado como justificação do roubo dos direitos políticos. É uma iniquidade absurda”. O “medo de uma secessão” é que “forçou os amigos do bem a ousarem esse compromisso ridículo”. A França não precisava do mesmo compromisso.³⁷

No fim das contas, o Parlamento concedeu seis vagas a Saint-Domingue. Aparentemente, rejeitou um critério demográfico puro em favor de um administrativo e estipulou duas vagas para cada província da colônia (do Norte, do Oeste e do Sul). Ao fazê-lo, retirou do cânone das experiências constitucionais modernas a contagem criativa e perversa dos 3/5. Na epiderme dos acontecimentos, dali para frente as experiências constitucionais da França e dos Estados Unidos parecem divergir. Num nível menos superficial, elas não se bifurcam, apenas evoluem, no mesmo caminho, em direções contrárias. Com o campo da proporcionalidade fechado (ponto de chegada dos americanos e de partida dos franceses), os colonos caribenhos buscaram aumentar seu poder político no campo da cidadania (ponto de chegada dos franceses e de partida dos americanos). Uniram-se a proprietários absenteístas residentes na metrópole e a negociantes de cidades portuárias com ativos no ultramar (Bordeaux, La Rochelle, Nantes, Le Havre) numa grande frente escravista que, apesar das clivagens internas, acomodou seus interesses numa plataforma comum, a de manter o regime do exclusivo comercial (interesse dos negociantes) e federalizar a definição de cidadania (interesse dos colonos). A pedra-chave desse grande arco foi Antoine-Pierre Barnave, 27 anos, advogado, co-fundador da *Société des Amis de la Constitution* (primeiro clube dos jacobinos), um dos autores do juramento do jogo da pela, defensor da *Declaração dos*

³⁷ Gouy d'Arcy, nos *Archives Parlementaires*, vol. 8, 4 de julho de 1789, p. 188; Brissot, “Note sur l'admission des planteurs”. In: J. P. Brissot de Warville. *Plan de conduite pour les députés du peuple aux États-Généraux de 1789*. S.L.: S.E., 1789, p. 24-25 das notas apenas ao *Plan*.

Direitos do Homem e do Cidadão e sobrinho de um grande senhor de engenho em Saint-Domingue.³⁸

O Clube Massiac – assim o nome do bloco dos escravistas – levantou de vez a guarda depois que os *Amis des Noirs* imprimiram um milheiro de exemplares da *Adresse à la Assemblée Nationale, pour l'abolition de la traite des noirs*, distribuída entre os constituintes como um guia para a supressão parlamentar do tráfico negreiro transatlântico. O assunto deu o que falar, e a Comissão das Colônias da Constituinte aproveitou-o para desferir um poderoso contra-ataque. Barnave, ele (justo ele) o relator da comissão, lavrou um projeto de lei no qual uniu as duas pontas do arco escravista que equilibrava. Às cidades portuárias, seu texto declarava que a Assembleia Constituinte “jamais pretendeu inovar em nenhum ramo do comércio”, isto é, o exclusivo e o tráfico negreiro transatlântico. Às colônias, que “jamais pretendeu compreendê-las na Constituição que decretou para o reino” e que elas poderiam montar assembleias locais dotadas de constituição própria, ou seja, o campo da cidadania ia se deslocar de Paris para o ultramar. Quando o projeto passou na Constituinte, um deputado negociante psicografou seu espírito numa carta à Câmara de Comércio de La Rochelle: “sem nomear as coisas pelo seu verdadeiro nome, conserva o tráfico, a escravidão, o regime proibitivo”. Não havia nada mais exato que a imprecisão linguística do decreto, lição norte-americana, assimilada para contornar a patrulha dos *Amis* na metrópole. Como disse Barnave, “sustentei com constância o que acreditei ser o interesse do meu país e da humanidade, tinha para mim o exemplo dos Estados Unidos da América”.³⁹

Mas a França não era os Estados Unidos. Os founding fathers tinham desistido de uniformizar direitos civis e políticos porque sabiam que a jurisprudência da cidadania estava enraizada de diferentes modos nos Estados da república. Admitiram então uma diversidade sincrônica (federalismo) para evitar uma ruptura diacrônica (revolução). Ao tentar fazer o mesmo, Paris esbarrou nos limites de sua própria cultura centralista. Saint-Domingue, Martinica e Guadalupe careciam de práticas eleitorais antigas capazes de formar jurisprudência para o exercício local do voto, o que obrigou a Comissão das Colônias a uma contradição patente: a fim de garantir a diversidade imperial sincrônica,

³⁸ Laurent A. M. de Saes. *A Société des Amis des Noirs*, p. 185-192; Gabriel Debien. *Les Colons de Saint-Domingue*, p. 80-100; e Souad Degachi. *Barnave, rapporteur du Comité des Colonies (1789-1791)*. Net-Éditions, 2007.

³⁹ *Réimpression de l'Ancien Moniteur*. Paris: Bureau Central, 1840, 8 de março de 1790, vol. 14, p. 553-554. Citações extraídas, respectivamente, de Jean-Michel Deveau. *Le commerce rochelais face à la Révolution: correspondance de Jean-Baptiste Nairac (1789-1790)*. La Rochelle: Rumoeur des Ages, 1989, p. 203; e Souad Degachi. *Barnave, rapporteur du Comité des Colonies*, p. 14.

ela teria de uniformizar as regras eleitorais do ultramar, ao menos nos primeiros pleitos. Tarefa árdua, pois os *Amis des Noirs*, após a constitucionalização do tráfico, vinham focando na regeneração dos direitos das *gens de couleur*. Para driblá-los, a comissão mais uma vez redigiu um texto lacunar – sem dizer se votariam apenas brancos ou todos os livres e libertos –, de sorte que o assunto fosse definido nas colônias. Aparatos locutórios constitucionais que pedem complemento de atos ilocutórios constituintes indicam alta confiança dos atores no sistema político como um todo. O problema é que o contexto colonial francês era muito distinto do norte-americano para que as soluções norte-americanas resolvessem os problemas coloniais franceses. Que dizer de Saint-Domingue, dividida entre um quadro legal assimilacionista (*Code Noir* de 1685) e normas posteriores segregacionistas, partida entre uma população livre branca de 30 mil indivíduos e outra não branca livre ou liberta de igual número? A rarefação dos precedentes políticos, o mau encaixe entre sucessivos quadros legais e a fissão demográfica formavam uma tempestade perfeita. Isso explica por que a jurisprudência constitucional dos direitos políticos nos Estados Unidos apertou o parafuso de cada uma das ordens sociais estaduais, ao passo que a flexibilidade do decreto eleitoral da Constituinte francesa espanou a ordem escravista em Saint-Domingue.

Os mulatos da colônia se valeram dos vazios textuais, feitos à americana, para impor aos brancos uma leitura desracializada do processo eleitoral local. Um dos símbolos dessa luta foi o negociante Vincent Ogé. Signatário do *Cahier de plaintes* e irmão de um mestiço que morrera linchado por brancos em Saint-Domingue, Ogé, ao saber dos decretos de março, viajou de Paris a Londres para angariar recursos entre antiescravistas da cidade, com o dinheiro comprou armas no Norte dos Estados Unidos e dali partiu para o seu assalto à Bastilha racial de Saint-Domingue, contando com retaguarda de trezentos mulatos. A ação, na Província do Norte, onde ele vivia e ganhava dinheiro, foi um fiasco. Preso, torturado na roda até se romperem seus membros, Ogé teve a cabeça decepada e chuçada num poste à entrada de Le Cap Français. No início de 1791 a notícia de sua morte brutal suscitou uma campanha jacobina massiva, alimentada pelos *Amis*, em favor dos homens de cor e contra o *Club Massiac*. A primeira das diversas vezes que a revolução na colônia revolucionou a revolução na metrópole.⁴⁰

⁴⁰ Jacques Thibaud. *Le Temps de Saint-Domingue*, p. 201-261; e Laurent A. M. de Saes. *A Société des Amis des Noirs*, p. 215-260.

Quando o assunto da cidadania virou um cabo de guerra para escravistas e antiescravistas, a confiança dos atores no sistema político erodiu. Nesses casos, é comum que os atores tentem explicitar a referência à escravidão nos textos oficiais porque possuem baixa confiança nos atos constituintes como recurso suficiente a garantir a reprodução estável da ordem social segundo os seus interesses. Em termos conceituais: apostam numa concepção ampla do repertório de constitucionalização do cativeiro, na maior intervenção explícita do poder público central sobre as práticas jurisprudenciais vinculadas à organização social do escravismo. Visível em 1790, a busca por uma concepção ampla do repertório de constitucionalização se intensificou a partir de 1791, quando os deputados e lobistas dos proprietários brancos coloniais buscaram na Assembleia Constituinte a garantia formal de seu domínio social e político no ultramar.

Em maio Barnave apresentou um projeto de lei na plenária que congelava o status não mais do tráfico negreiro, como havia feito um ano antes, senão do próprio instituto da escravidão. O texto dizia que a Constituinte “decreta como artigo constitucional que nenhuma lei sobre o estado das pessoas poderá ser feita pelo corpo legislativo, a não ser sob a demanda formal e espontânea das assembleias coloniais”. Antes os representantes coloniais tinham se contentado com proteções indiretas dos aparatos locutórios constitucionais – “sem chamar as coisas pelo verdadeiro nome”, como dissera o deputado negociante de La Rochelle. Agora exigiram trocar a expressão “estado das pessoas” por “estado dos escravos”. Um índice do aumento da imprevisibilidade da ordem. “Os senhores sabem”, disse à plenária Moreau de Saint-Méry, deputado pela Martinica e lobista por Saint-Domingue, “quais foram os efeitos produzidos pelas dúvidas nascidas sobre o artigo IV das instruções na Assembleia e nas colônias [ofensiva de Ogé]”. Os *Amis* protestaram de novo e, depois de alguma acomodação, a expressão final ficou “estado das pessoas não livres”. Isto é, o Legislativo francês se proibia a si mesmo de modificar o “estado das pessoas não livres” do ultramar. Em que pese o eufemismo perifrástico, foi a declaração mais clara, contundente e determinante, de toda a Era das Revoluções no Atlântico, de que a escravidão negra encravada num país escapava ao controle do poder soberano supremo desse mesmo país. Era o aparato locutório constitucional que Pinckney e Butler, os

constituintes da Carolina do Sul, tinham sonhado, sem consegui-lo, para os Estados Unidos.⁴¹

Também em maio de 1791, a fim de aplacar os *Amis* e as *gens de couleur*, a Assembleia constitucionalizou os direitos políticos dos filhos de pais livres nas colônias. Maximilien Robespierre, campeão da extensão da cidadania a todos os libertos e antiescravista, disse na plenária: “os direitos oferecidos aos proprietários de cor podem apenas reforçar os direitos dos senhores sobre seus escravos”. As Constituintes chegam a invenções curiosas. Nos Estados Unidos, o assunto do controle sobre a escravidão se deslocara do campo dos direitos individuais (cidadania) para o da distribuição do poder político (proporcionalidade) e chegara à aberração dos 3/5. A França percorreu o mesmo caminho, só que em direção inversa, da proporcionalidade à cidadania, e chegou a uma invenção não menos aberrante. O decreto repartiu a gestão dos direitos das *gens de couleur* entre as competências dos governos geral e local. Leia-se: “A Assembleia nacional decreta que não deliberará jamais sobre o estado das pessoas de cor que não sejam nascidas de pais e mães livres, sem o desejo prévio, livre e espontâneo das colônias”, isto é, a definição do status civil e político dos libertos e seus filhos cabia ao poder colonial; “que as assembleias coloniais atualmente em exercício subsistirão; mas que as pessoas de cor nascidas de pais e mães livres serão admitidas em todas as assembleias paroquiais e coloniais futuras, desde que possuam as qualificações requeridas”, ou seja, que o status dos netos dos libertos e sua descendência era regulado por Paris. Repartir competências tributárias e legislativas é comum nos Estados modernos. Dividir em duas instâncias a fonte criadora dos direitos substantivos de um grupo social não é. Os metropolitanos tinham começado a notar que as fórmulas constitucionais dos Estados Unidos eram inaplicáveis no império francês. Os colonos brancos não pensavam assim e se recusaram a aplicar a norma em Saint-Domingue.⁴²

É comum dizer que os decretos de maio de 1791 expressam “influências contraditórias que recaíam sobre a política metropolitana”, o Clube Massiac de um lado, a *Société des Amis* de outro. Leitura admissível, visto o problema pelo prisma dos lobistas. Na perspectiva das instituições, porém, o que os decretos buscavam era

⁴¹ Souad Degachi, *Barnave, rapporteur du Comité des Colonies*, p. 35-92; Robin Blackburn. *The Overthrow*, cit., p. 177-187. Passagem de “estado das pessoas” para “estado dos escravos” e “estado dos não livres”, *Gazette Nationale ou Le Moniteur Universel*, 9 de maio de 1791, p. 333, e 13 de maio de 1791, p. 387-388 e 395 (“os senhores sabem”). In: *Réimpression de l'Ancien Moniteur*. Paris: Henri Plon, vol. 8, 1861.

⁴² Apud Yves Benot. *La révolution française et la fin des colonies*. Paris: La Découverte, 1988, p. 79. Decreto de 15 de maio de 1791, nos *Archives Parlementaires*. Paris: Dupont, vol. 26 (du 12 mai au 5 juin 1797), 1887, 97.

resgatar a fé no sistema político em atores sociais opostos descrentes da linguagem lacunar que aquele mesmo sistema tinha usado. Ampliando o repertório de constitucionalização, mudavam as regras do jogo inventadas nos Estados Unidos. O que talvez os deputados de Paris não soubessem é que, ao fazê-lo, criaram uma, agora sim, verdadeira contradição que roía por dentro a confiança que buscavam restaurar. Barnave se deu conta do problema no segundo semestre de 1791. Os colonos de Saint-Domingue, explicou à plenária, “tinham acreditado anteriormente que a Assembleia Nacional prometera não tocar nesse objeto [cidadania]”. Porém, depois do decreto de maio de 1791 estavam “persuadidos de que ela faltou ao que lhes haviam anunciado”. Viam “não somente os perigos indiretos que resultam dos direitos dos cidadãos ativos concedidos aos homens de cor, mas o perigo iminente de um procedimento do corpo legislativo, que, tendo já faltado a suas promessas, pode avançar até atacar direta e imediatamente o regime colonial emancipando os escravos.”⁴³ Em setembro ele pediu, e obteve, o retorno ao status quo ante (anulando direitos de todas as *gens de couleur*). Sejamos precisos. A ampliação do repertório de constitucionalização, feita para restaurar a confiança no sistema político (maio de 1791), debilitou essa mesma confiança por alterar uma constitucionalização anterior (março de 1790); então a Assembleia mudou mais uma vez uma constitucionalização anterior (setembro de 1791) para restabelecer a confiança no sistema político. É possível ver o paradoxo? Os atos de enunciar queimavam o crédito do Estado que os próprios enunciados deviam recompor. Quando as instituições chegam a esse ponto, de ficar girando em falso, de se autodestruir a cada vez que se reafirmam, apenas uma coalizão social impede a subversão revolucionária da ordem. Um grande pacto extra-institucional que nem a colônia nem a metrópole tinham mais a menor condição de firmar.

No instante que os colonos brancos de Saint-Domingue barraram o decreto que dava cidadania aos netos dos libertos, a serpente da política mordeu o próprio rabo: as *gens de couleur* deixaram de confiar nos brancos, os brancos – apesar da constitucionalização explícita da perpetuidade do escravismo – deixaram de confiar na Constituinte, e a Constituinte retirou sua confiança nas *gens de couleur*. A situação abriu um vácuo de poder, e os escravos, que não confiavam em ninguém, iniciaram a primeira insurreição em massa da história que libertou um povo inteiro da escravidão. A carreira de eventos que se seguiu de 1792 em diante – proclamação da república, guerra

⁴³ M. W. Ghachem. *The Old Regime*, p. 246, n. 117. Barnave, 23 de setembro de 1791. In: *Réimpression de l'Ancien Moniteur*. Paris: Bureau Central, vol. 9, 1849, p. 758-760.

entre a França e uma ampla coalizão contrarrevolucionária europeia, abolição do cativeiro –, riquíssima como ela é, não cabe neste espaço. Por ora, é preciso apenas fixar um ponto. Os escravistas dos Estados Unidos começaram seu constitucionalismo na perspectiva de contundentes aparatos locutórios constitucionais, uma vez que eles desconfiavam dos atos ilocutórios constituintes como soluções seguras para esmagar o efeito de classe social da ação dos subalternos, mas, por razões pragmáticas, contentaram-se com o aumento político do poder dos proprietários escravistas e com uma concepção estreita de repertório de constitucionalização. Os franceses, ao contrário, iniciaram o seu constitucionalismo apostando na fórmula norte-americana, a da suficiência do poder político dos proprietários e dos atos ilocutórios constituintes, como solução para o mesmo problema, porém, à medida que perderam as rédeas do carro revolucionário, escreveram aparatos constitucionais cada vez mais musculosos e, grande contradição, cada vez mais débeis.

Na ótica das classes escravistas do Ocidente, a dramaticidade da experiência francesa gerou o *espectro do Haiti* no mundo Atlântico. A metáfora do fantasma devia conotar não o medo generalizado da resistência escrava coletiva, senão o receio da subversão revolucionária da ordem social escravista como efeito do processo de construção do Estado moderno. Um dos maiores aprendizados que os senhores hispano-cubanos (páginas seguintes) e brasileiros (capítulo 4) extraíram da experiência francesa foi que era necessário fazer de propósito o que os norte-americanos tinham feito sem querer, isto é, fundar um Estado confiando nos acordos não verbais dos atos ilocutórios constituintes e moderando a redação dos aparatos locutórios constitucionais. A concepção de um repertório estreito de constitucionalização deixara de ser contingência para se tornar doutrina.

Império espanhol: sobre as palavras e as coisas

Na estratigrafia do constitucionalismo atlântico, a Revolução do Haiti é um hiato temporal fácil de perder de vista. A experiência constitucional da Espanha, de Portugal e de seus colonos do Novo Mundo parece sedimentada sobre o tempo histórico aberto pela Constituição federal dos Estados Unidos, como se houvesse uma continuidade direta entre a camada norte-americana e as demais. Quase apagada entre as faixas, porém, a linha dos episódios que sangraram a pequena colônia francesa no fim do século 18 esconde uma revolução geológica profunda, um adensamento da experiência história atlântica que deu à Constituição dos Estados Unidos um sentido mundial

distinto do que ela tivera em sua Constituinte. O fenômeno pode ser percebido quando os eventos posteriores à abolição haitiana são lidos com os pressupostos de análise adotados até agora. Não são muitos. É preciso apenas lembrar que a Era das Revoluções redefiniu o acesso ao monopólio do Estado sobre a gestão dos bens públicos simbólicos e materiais. E que, nessa redefinição, a jurisprudência mobilizada pelos subalternos antes do constitucionalismo podia alargar-se até se tornar um instrumento antiescravista (como a sentença de Mansfield) ou ser vista como instrumento antiescravista (a edição de 1685 do *Code Noir*), desencadeando transformações capazes de baquear a ordem social da escravidão. Nesse particular, os desafios dos hispano-cubanos eram iguais aos dos seus predecessores. A diferença entre uns e outros está no modo constitucional como lidaram com eles. Para apreendê-la em sua plenitude, é necessário começar a análise por uma seleção dos principais elementos da jurisprudência hispânica relativa ao cativo dos negros na longa duração.

O repertório legal do império espanhol possuía dois aspectos que, aos olhos do observador moderno, parecem contraditórios. Por um lado, desconhecia por completo barreiras institucionais à concessão da alforria. O senhor podia praticá-la mais ou menos nos termos que o *Code Noir* prescrevera às Antilhas francesas em sua edição de 1685, sem pagar taxas escorchantes nem obter licenças públicas, e continuou a fazê-lo no século 18 com a liberdade que lhe cabia, configurando na longa duração o modelo social poroso peculiar ao sistema escravista atlântico ibérico. Por outro, a jurisprudência mais ampla do império espanhol impunha travas ao exercício dos direitos civis pelos subalternos (prática de profissões liberais, acesso às universidades, realização de casamentos inter-raciais), muitas delas inventadas para a exclusão dos não católicos na Península e que, aplicadas ao Novo Mundo, contraíram teor semelhante ao das revisões que retalharam o artigo 59 do *Code Noir*, aquele sobre a isonomia de libertos e brancos nas colônias francesas. Os dois traços acabavam por definir a sociedade espanhola nas Américas como aberta na concessão da alforria e fechada na distribuição de direitos aos alforriados, uma dualidade que tinha fundamento histórico estrutural. O Estado espanhol sempre entendera, desde sua mais antiga compilação legal, as *Siete Partidas*, do século 13, que a manumissão do cativo cabia apenas à decisão senhorial. Em contrapartida, Madri levantara seu eixo imperial ultramarino entre a Europa e América, desenvolvendo a noção jurídica de que seus domínios, euro-americanos, se compunham de dois povos, os nativos do Novo Mundo e os nativos do Velho, e de duas repúblicas ou sistemas legais, a dos ameríndios e a dos hispânicos. Sem pertencer a nenhuma delas,

os africanos eram reputados como adventícios e depois de alforriados ficavam sujeitos a um minucioso sistema de hierarquia em que o sinal fenotípico da pele contava, ao lado do perfil moral, do poder econômico e dos impedimentos legais, na definição do lugar social que ocupavam. Não é por acaso que, em terras espanholas, *mestiço* é o nome que se dá ao filho de branco e índio. Ele possui direitos de comunidade. Já o rebento de branco ou índio com negro tem outro apelido: *casta*. Sua comunidade carece de direitos.⁴⁴

As prevenções legais hispânicas contra os africanos livres e seus descendentes tentavam frear o dínamo social que o próprio direito espanhol ajudava a girar (liberando alforrias), sendo incapazes de capturar a rica paisagem humana que as colônias americanas possuíam na segunda metade do século 18. Depois da Guerra dos Sete Anos, Madri estimulou sua economia colonial fomentando o tráfico negreiro transatlântico para diversas regiões da América, da Nova Espanha à Grã-Colômbia, das Antilhas à Capitania da Venezuela, do Peru ao Vice-Reino do Prata. Com a alta dos preços agrícolas no mercado mundial, diversos africanos e seus filhos se beneficiaram do crescimento econômico local, alforriaram-se e dominaram o ramo dos ofícios manuais nas mais importantes cidades portuárias hispânicas, Cartagena, Havana ou Buenos Aires. Eram sapateiros, alfaiates e ourives que, além do trabalho manual, também podiam tentar a sorte na cada vez mais promissora carreira militar, dado que a Coroa vinha expandindo e treinando milícias locais a fim de se safar de um vexame análogo ao que sofrera na Guerra dos Sete Anos. Apesar de desprovidas de direitos, as *castas* conheciam uma proverbial mobilidade social na América espanhola, e o fenômeno atingiu um novo patamar de magnitude na virada para o século 19.⁴⁵

⁴⁴ Sobre castas e direitos no Antigo Regime espanhol, Josep Maria Fradera, “A cultura de ‘castas’ e a formação do cidadão moderno (Um ensaio sobre a particularidade do Império Espanhol)”. In: Márcia Berbel and Cecília H. L. de S. Oliveira (orgs.). *A experiência constitucional de Cádiz. Espanha, Portugal e Brasil*. São Paulo: Alameda, 2012, p. 77-108; Tamar Herzog, “Early modern Spanish Citizenship: Inclusion and Exclusion in the Old and the New World”. In: John Smolenski and Thomas J. Humphrey (orgs.). *New World Orders. Violence, Sanction, and Authority in the Colonial Americas*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2005, p. 205-225; e *Defining Nations: Immigrants and Citizens in Early Modern Spain and Spanish America*. New Haven: Yale University Press, 2003, p. 141-200; Jean-Pierre Tardieu. *Relaciones interétnicas en América, siglos XVI-XIX*. Madri: Fundación Histórica Tavera, 2001, p. 136-151; e Jochen Kemmer. *Dunkle Gestalten: Freie Farbige in Santiago de Cuba (1850-1886)*. Münster: Lit, 2010, p. 27-37, 112-136. A diferença entre descendentes de africanos e índios na América hispânica se dicionarizou na virada para o século 19. O vocábulo mestiço “se aplica à pessoa ou animal nascido de pai e mãe de diferentes castas [raças]. Diz-se com especialidade do filho de espanhol e índia e se usa também como substantivo.” *Diccionario de la lengua castellana compuesto por la Real Academia Española, reducido a un tomo para su más fácil uso*. Madri: Viuda Ibarra, 1803, p. 555.

⁴⁵ Marixa Lasso. *Myths of Harmony: Race and Republicanism During the Age of Revolution, Colombia, 1775-1831*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 2007, p. 1-67; Aline Helg. *Liberty and Equality in Caribbean Colombia, 1770-1835*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2004, p. 18-120;

Na ausência de precedentes jurídicos para a isonomia entre ex-escravos e brancos (como a sentença de Mansfield ou a edição de 1685 do *Code Noir*), os africanos e seus descendentes que viviam na América espanhola lutavam por benefícios individuais, induzindo aos poucos o Estado a regular meios jurídicos de promoção social seletiva. Em junho de 1768, setembro de 1769 e abril de 1778 Madri publicou reais cédulas que obrigavam o senhor ao ato da alforria sempre que seu escravo lhe apresentasse o dinheiro correspondente ao valor que tinha no mercado. A resolução não aparecera pronta. Seguiu práticas estabelecidas havia séculos e bamboleou de 1768 a 1778 entre cédulas, chios dos colonos e novas cédulas até chegar à sua forma final. Outra inovação jurídica da época foram as *gracias al sacar*. Da década de 1760 em diante, as *castas*, primeiro de Cuba, depois de outros lugares, que se destacassem na vida social apresentaram memoriais de seus feitos à Coroa com vistas a obter licenças especiais, algumas para ocupar postos que as leis lhes interditavam, como notários, graduandos universitários e cirurgiões práticos, outras para se livrar das amarras legais à sua mobilidade e se tornar *brancas*. Embora sejam conhecidas poucas petições dessa natureza, não mais de 40 entre 1760 e 1808, a Coroa positivou a prática em 1795 publicando uma tabela de preços das distintas modalidades das *gracias al sacar* a que os interessados podiam recorrer. O terceiro canal que atenuava as obstruções jurídicas às *castas* era o *fuero militar*. Tratava-se de benefícios específicos como julgamento em tribunais militares e algum tipo de isenção tributária, um agrado que a Coroa vinha oferecendo a negros e mulatos no afã de alistá-los nas milícias americanas.⁴⁶

Autorresgate compulsório, *gracias al sacar*, *fuero militar*. Esses precedentes jurídicos, engrenados como estavam na dinâmica de privilégios individuais e corporativos do Antigo Regime espanhol, eram candidatos a contrair em Cuba um valor antiescravista no período revolucionário? A resposta à pergunta começa pela análise do

Lyman L. Johnson. *Workshop of revolution. Plebeian Buenos Aires and the Atlantic World, 1776-1810*. Londres: Duke University Press, 2011, p. 34-43.

⁴⁶ Sobre a legislação metropolitana e alforrias nas colônias americanas, Aisnara Perera Díaz y María de los Ángeles Meriño Fuentes. *Estrategias de libertad: un acercamiento a las acciones legales de los esclavos en Cuba (1762-1872)*. Havana: Editorial Ciencias Sociales (no prelo; citado com a autorização das autoras), caps. 1 e 2; Waldomiro Lourenço da Silva Júnior. *Entre a escrita e a prática: direito e escravidão no Brasil e em Cuba, c.1760-1871*. Doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2015, cap. 1; e Alejandro de la Fuente. "Slaves and the Creation of Legal Rights in Cuba: *Coartación* and *Papel*". *Hispanic American Historical Review*, 87, 4 (nov., 2007): 659-92. A respeito das *gracias al sacar*, Ann Twinam. *Purchasing Whiteness: Pardos, Mulattos, and the Quest for Social Mobility in the Spanish Indies*. Stanford, CA: Stanford University Press, 2015. Para as milícias e os *fueros militares*, respectivamente Herbert S. Klein, "The Colored Militia of Cuba: 1568-1868". *Caribbean Studies*, vol. 6, núm. 2 (jul., 1966): 17-27, e Joseph P. Sánchez, "African Freedmen and the *Fuero Militar*: A Historical Overview of Pardo and Moreno Militiamen in the Late Spanish Empire." *Colonial Latin American Historical Review*, vol. 3, núm. 2 (Spring, 1994): 165-184.

que a Revolução Haitiana representou para a colônia espanhola. Num inspirado ensaio sobre o assunto, a historiadora Ada Ferrer disse que o maior levante escravo da história exerceu um “impacto cognitivo” na cabeça dos escravistas cubanos, demudando para sempre seu modo de controlar a composição demográfica e a ocupação espacial da ilha. A expressão de Ferrer é tão sugestiva que pode adquirir outro sentido sem perder o original. Na seção anterior escrevi que, a contar de 1750, os atores antiescravistas do sistema atlântico do noroeste europeu viram o padrão social e jurídico do sistema atlântico ibérico como um modelo conducente à humanização do cativo e à sua eventual abolição. Depois da Revolução do Haiti, o movimento da análise se inverte. Os atores escravistas do sistema atlântico ibérico é que veem seu próprio modelo social e jurídico como o mais bem ajustado para obstar a abolição. Preservar os precedentes jurídicos de assimilação segregada dos subalternos da escravidão se tornou o melhor modo de esvaziar o efeito de classe da atuação deles na Era das Revoluções.⁴⁷

Os cubanos capturaram rápido a mudança do mundo à sua volta. Em 31 de maio de 1789 o rei Carlos IV publicou uma real cédula que regulava ações dos cativos, libertos, população de cor livre e senhores brancos nas Américas. Conquanto seguisse costumes e leis antigas, o *Código Negro Carolino* – esse o seu nome – trazia inovações de peso, como a supervisão pública da concessão da alforria. O texto bateu em ricochete na América. Senhores de Havana, Caracas e Louisiana dispararam protestos à Coroa alegando que ele concitaria os escravos à rebelião por violar a soberania doméstica senhorial. A Coroa, sem decidir o destino do texto, guardou silêncio por quatro anos (1790-1793). Nesse ínterim, Francisco Arango y Parreño, oráculo do escravismo cubano, falou. Senhor de engenho e representante colonial na metrópole, Arango explicou à Coroa por que sua pátria jamais reencenaria o espetáculo de Saint-Domingue. Enquanto os franceses “não suavizaram a sorte daqueles infelizes dando-lhe os consolos possíveis ou compatíveis com a segurança dos senhores,” Cuba tinha-os à farta: “a vigilância do magistrado para que sejam bem tratados, o fim do direito de mutilar ou matar, a faculdade de queixar-se do senhor cruel que não os alimenta devidamente e de mudar de senhor em tal caso, e o estabelecimento de meios para ser livres”. Ao defender direitos tradicionais relativos à escravidão, ele também objetava a cédula de 1789. Com o texto nas mãos e a saga de Saint-Domingue nos olhos, o

⁴⁷ Ada Ferrer, “Cuba en la sombra de Haití: noticias, sociedad y esclavitud”. In: María Dolores Gonzáles Ripoll, Consuelo Naranjo, Ada Ferrer, Gloria García e Josep Opatrný. *El rumor de Haití en Cuba: temor, raza y rebeldia, 1789-1844*. Madri: CSIC, 2004, p. 179-231.

Conselho de Índias enfim recuou: “temos hoje o [exemplo] das colônias francesas, cujos negros principiaram uma revolução que, unida ao transtorno geral e às ideias erradas de sua infeliz metrópole, as fará talvez mudar de dono”. Dali por diante, qualquer “novidade no governo, e muito mais no da América”, deve ser feita com “pulso e maturidade”, e por isso a aplicação da real cédula ficava sujeita ao arbítrio dos senhores. A lição encerra uma teoria: a gestão do poder senhorial e das relações raciais devia pautar-se pelos precedentes do império e ser aberta à opinião do poder local.⁴⁸

Até então um fato social e jurídico, a manutenção jurisprudencial dos costumes se tornou depois de Saint-Domingue um fato político e pró-cativeiro. Cabe indagar, agora, de que modo a transformação balizou o conjunto de decisões que espanhóis e hispano-cubanos tomaram no curso de sua própria Constituinte. Quando as tropas de Napoleão destronaram Carlos IV em favor de José Bonaparte, irmão do imperador, e o novo rei outorgou a chamada Constituição de Bayona, prometendo um Parlamento que reunisse espanhóis e americanos, os moradores de diversas cidades da Península Ibérica e do Novo Mundo formaram juntas (assembleias) em protesto ao que viam como usurpação estrangeira do trono. Nos anos seguintes (julho de 1808-fevereiro de 1810), a resistência peninsular sofreu uma sequência de reveses militares até a Espanha ficar reduzida à pequenita Ilha de León, em Cádiz. Ali o que restara das juntas proclamou a Regência e convocou eleições para as Cortes, um Parlamento alternativo ao prometido por José Bonaparte. O decreto regulando o pleito era cauteloso. Em vez de criar direitos nas colônias, ordenou que as eleições fossem feitas pelos Ayuntamientos (câmaras municipais) das capitais das províncias e que eventuais dúvidas fossem dirimidas pelas autoridades do lugar (“vice-rei ou capitão general da província em união com a Audiência”). Com uma ordem que, na prática, federalizava a organização eleitoral, os hispano-cubanos sentiram-se à vontade para mergulhar no processo revolucionário.⁴⁹

⁴⁸ Francisco Arango Y Parreño, “Representación hecha a su Majestad con motivo de la sublevación de los esclavos en los dominios franceses de la isla de Santo Domingo.” In: *Obras (volumen I)*. Org. e introd. de Gloria García Rodríguez. Havana: Imagen Contemporanea, 2005, p. 141. Parecer do Conselho de Índias em Manuel Lucena Samoral. *Leyes para esclavos. El ordenamiento jurídico sobre la condición, tratamiento, defensa y represión de los esclavos en las colonias de la América española*. Madrid: Fundación Histórica Tavera, 2000, p. 1174. Sobre o *Código Negro Carolino*, Rafael Marquese. *Feitores do corpo, missionários da mente*, p. 193-210. No seu conhecido “Discurso sobre la agricultura de la Habana y medios de fomentarla” (1792), Arango propôs em 1792 a desmobilização gradual e silenciosa dos batalhões de negros e mulatos livres. Foi um dos únicos tópicos, se não o único, de toda a sua fecunda produção intelectual do início da década de 1790 que ele nunca mais voltou a mencionar depois de 1794. In: *Obras (volumen I)*, p. 170-172.

⁴⁹ Sobre os decretos de 1809 e 1810, Josep M. Fradera. *Colonias para después de un império*. Barcelona: Bellaterra, 2005, p. 62-76. Para o procedimento eleitoral cubano, Arango y Parreño. *Obras (volumen II)*,

Segundo as regras tradicionais do Antigo Regime, o Ayuntamiento de Havana procedia a uma votação e, em seguida, o sorteava um entre os mais bem votados. A dimensão do sufrágio se vê nos seus números. Arango levou o primeiro lugar com 13 votos e Andrés de Jáuregui, o segundo com 11. Na loteria, a vaga caiu no colo de Jáuregui. O resultado não inquietou a ninguém. Arango e Jáuregui eram dois homens e uma cabeça. Filho de importante senhor de engenho que introduzira em Cuba a cana taiti (cana-caiana), mais rica em sacarose que a variedade local, Jáuregui operava nas linhas comerciais com os Estados Unidos e chegara a ser testa de ferro de Arango antes de sua eleição. O passo seguinte à nomeação do deputado era escrever suas instruções. De repente, um aspecto revelador. Em que pese cedessem poderes plenos a Jáuregui, os havaneses reduziram a agenda dele a um ponto, o de impedir que as Cortes proibissem o comércio livre da ilha com os Estados Unidos, que desde o início das Guerras Revolucionárias vinham sendo o grande entreposto das trocas euro-americanas. O que chama a atenção não é o que o documento diz, mas o que ele não diz. Nenhuma palavra sobre perpetuação do tráfico negreiro, inviolabilidade constitucional da propriedade escrava, desmobilização das milícias de cor, direitos da população de cor livre, enfim nada sobre as pautas dos escravistas norte-americanos e franceses. Talvez os hispano-cubanos confiassem na fraqueza do antiescravismo em seu império. Talvez desconfiassem da força das Cortes para redigirem uma Constituição. Num ou noutro caso, por excesso de convicção ou de suspeita, equivocaram-se. As Cortes fizeram a sua Constituição, e o campo da cidadania, misturando-se com o do antiescravismo, se tornou o grande nó de marinheiro que ninguém pôde desatar em Cádiz.⁵⁰

Na Espanha a cidadania era questão de vida ou morte. Os peninsulares queriam, e precisavam, ampliar a base da participação popular no governo a ponto de rivalizar com os direitos oferecidos por sua rival, a Constituição de Bayona. No sistema francês, apenas os Ayuntamientos votavam e só eram elegíveis os que fossem “proprietários de bens de raízes” (art. 72). Nas Cortes constituintes, os liberais de Cádiz responderam a isso propondo que se abolisse a restrição censitária ao exercício dos direitos políticos. Mesmo analfabetos podiam eleger e ser eleitos para “ministros, conselheiros de Estado, vice-reis e capitães-generais”, além de, em tese, ocupar cargos administrados pela

p. 1-18; e José A. Piqueras, “La siempre fiel isla de Cuba, o la lealtad interesada”. *Historia Mexicana*, vol. 58, núm. 1 (jul.-set., 1980), 1808: *una cultura germinal*: 427-486.

⁵⁰ Sobre Jáuregui, Manuel Moreno Fraginals. *O engenho* (ed. em espanhol, 1978). São Paulo: Hucitec/Editora Unesp, 1987, vol. I, p. 95, 131-132; e José A. Piqueras, “La siempre fiel isla de Cuba”, p. 442, 452-453, 474.

Coroa, como os de “magistrados, prelados, eclesiásticos” etc. O problema é que uma base tão ampla de cidadania significava uma igualmente ampla para a proporcionalidade (o cálculo demográfico das bancadas parlamentares). Visto que a população das colônias, segundo estimativas da época, superava a da metrópole em um terço, a cidadania política irrestrita, concebida para retomar dos franceses o poder que haviam tirado da Espanha, ameaçava transferi-lo da Espanha para os americanos. Que fazer? Apelar para uma fração à maneira dos 3/5? Paris, com seu peso cultural, já esmagara a equação, e ela nunca mais ressuscitou nas experiências constitucionais.⁵¹

Quando não dá para jogar com os números, joga-se com as palavras. A redação do projeto de Constituição coube a uma comissão composta por oito peninsulares e cinco americanos, um do Chile, outro do Peru, dois na Nova Espanha (grosso modo, México) e Andrés de Jáuregui. Sua maioria, peninsular, propôs que os africanos e seus descendentes fossem limados da cidadania e, portanto, da base demográfica da proporcionalidade parlamentar. Os americanos chispam contra a ideia, Jáuregui anuiu. A posição do cubano é fácil de entender. Desde o século 16 os negros tinham sido considerados externos aos sistemas legais dos índios e dos europeus que formavam o pacto social hispânico. Privá-los dos direitos políticos dos cidadãos fazia jus aos precedentes jurídicos do império. “Não consta até agora que os originários da África existentes nos domínios espanhóis tivessem sido declarados cidadãos”, explicou um peninsular. “Os senhores que preopinaram não poderão citar uma lei que lhes tenha feito semelhante declaração; tampouco poderá alegar o uso e o costume, pois constantemente têm sido apartados dos ofícios e cargos públicos.” A medida e sua justificativa eram palatáveis a Jáuregui. Desde a Revolução Haitiana a preservação jurisprudencial dos costumes tinha contraído um sentido pró-cativeiro em Cuba. Mas, mais uma vez, a solução podia virar veneno. Se era um erro investir negros e mestiços dos direitos que não possuíam, erro igual fora despojá-los dos que já tinham (transmissão de herança e participação nas milícias, por exemplo). A Comissão circundou o problema criando a categoria de *espanhóis*, o conjunto dos indivíduos dotados de direitos civis, e pôs entre eles, aí sim, “os libertos [inclusive os nascidos na África], desde que adquiram a

⁵¹ Sobre a Constituição de Bayona, Joseph M. Fradera, “Include and Rule: The Limits of Liberal Colonial Policy, 1810-1837”. In: Matthew Brown e Gabriel Paquette (orgs.). *Connections after Colonialism: Europe and Latin America in the 1820s*. Tuscaloosa: University of Alabama Press, 2013, p. 65-86. Para o desequilíbrio das bancadas da Europa e da América nas Cortes, James F. King, “The Colored Castes and American Representation in the Cortes of Cadiz,” *The Hispanic American Historical Review*, vol. 33, núm. 1 (fev., 1953): 33-64. Citação extraída dos *Diario de sesiones de las Cortes Generales y Extraordinarias* [daqui por diante, *DS*]. Madri: J.A. Garcia, 1870-1874, vol. 3, Agustín de Argüelles, 5 de setembro de 1811, p. 1765.

liberdade nas Espanhas” (art. 5º, par. 4), linha que, em si, já era um trunfo dos escravistas por reconhecer a escravidão no texto constitucional. Graças a um jogo de palavras – *todo cidadão é espanhol, nem todo espanhol é cidadão* –, os negros e seus descendentes ficaram fora da política e dentro da sociedade. Não podiam votar, mas podiam ser julgados em “tribunal competente determinado com anterioridade à lei” (art. 247), recorrer à justiça em querelas civis (art. 280), contar com sua inviolabilidade doméstica (art. 306), prestar serviço militar e integrar as milícias (art. 361 e 362).⁵²

Na Revolução Francesa a fissura no campo dos direitos dos ex-escravos crescera até abrir um flanco ao antiescravismo. Como se fora uma regra histórica, a mesma evolução ocorreu no mundo hispânico. Os deputados americanos em Cádiz sabiam, desde que tinham tentado ampliar o número de seus delegados na Constituinte no fim de 1810, que os peninsulares calculavam excluir da proporcionalidade a população de cor livre. Em 26 de março eles parecem ter arriscado uma solução ousada para o problema. Assim que as Cortes aboliram o trabalho forçado dos índios para torná-los cidadãos, o mexicano José Miguel Guridi Alcocer introduziu na plenária um projeto de lei suprimindo o tráfico negreiro transatlântico e emancipando o ventre escravo. Não dá para saber com certeza se Alcocer desejava, com a liberdade dos negros, a expansão da cidadania e da proporcionalidade americana. Isso porque Jáuregui, pelo que disse numa de suas cartas a Havana, impediu o Congresso de registrar o debate, a não ser “em termos gerais e sem especificação do objeto”. Para ganhar tempo, o cubano ainda convenceu o Parlamento a encaminhar o texto à Comissão de Constituição, da qual era membro, onde esperava receber ajuda de seus eleitores de Havana. “Que se remetam todos os papéis”, escreveu ele aos hispano-cubanos, “observações e documentos próprios do caso para combater uma novidade que tão fatais consequências podem produzir à prosperidade desta ilha e ainda mais à sua tranquilidade.” O que dá, sim, para saber é que Blanco White, editor de um dos jornais mais lidos na época, *El español*, conectou as duas pontas do fio (“Que os filhos dos escravos não sejam escravos”, desejou ao glosar o projeto, “porque esses podem ser educados de modo que se façam

⁵² Sobre cidadania espanhola e escravidão em Cádiz, Josep M. Fradera. *Gobernar colonias*. Barcelona: Península, 1999, p. 51-69, e *Colonias para después*, p. 61-103; Manuel Chust, *La question nacional americana en las Cortes de Cádiz*. Valência: Centro Francisco Tomás y Valiente/Fundación Instituto Historia Social/Instituto de Investigaciones Históricas, 1999, p. 79-114; e Márcia Berbel, Rafael Marquese e Tâmis Parron. *Escravidão e política: Brasil e Cuba, c. 1790-1850*. São Paulo: Hucitec, 2010, p. 101-128; José Belda e Rafael M. de Labra. *Las Cortes de Cádiz en el Oratorio de San Felipe: notas históricas*. Madri: Fortanet, 1912, p. 68. Posição de Jáuregui em Marie Laure Rieu-Millán. *Los diputados americanos en las Cortes de Cádiz: igualdad o independencia*. Madri: CSIC, 1990, p. 153-154. Citação do deputado catalão Felip Anér, *DS*, 5 de setembro de 1811, p. 1778.

utilíssimos e felizes cidadãos”). Ante a ofensiva nas Cortes e na imprensa, o próprio Jáuregui se deu conta da união explosiva dos dois temas e então, pela primeira vez desde que iniciara sua correspondência com os havaneses, confessou recear que a serpente da cidadania chocasse no Parlamento o ovo do antiescravismo:

É de esperar que, no momento, comece sua discussão [do projeto de Constituição], a qual me dá algum cuidado nos artigos relativos ao estado civil das gentes de cor da América, porque, abundando tanto o número de libertos nesta ilha e acalorando-se nos debates, como é de temer, possam as doutrinas manifestadas neles ser prejudiciais à tranquilidade interior da América. Não sei se poderei conseguir que esta parte se trate em sessão secreta, como o pedirei. Entretanto, visto que a discussão de todo o projeto demorará bastante e que faz três meses que comuniquei a V.S.M.Y. [Vossa Senhoria Ilustríssima, o Ayuntamiento de Havana] a essência de algum de seus principais artigos, especialmente acerca das eleições, espero que tanto sobre este como a respeito dos demais me manifeste V.S.M.Y. seu modo de pensar para conformar-me a ele se chegar a tempo.⁵³

Tanto sobre este assunto como a respeito dos demais. Jáuregui, cujas instruções originais se reduziam à pauta da liberdade de comércio de Cuba com os Estados Unidos, andava impaciente. Em abril um deputado espanhol, Agustín Argüelles, pedira às Cortes que declarassem o fim do tráfico negreiro, e em julho Jáuregui soubera que “o embaixador inglês nesta corte preparou uma nota ao Conselho de Regência pedindo em nome de S. M. B. [Sua Majestade Britânica] que a Espanha decrete a abolição do tráfico de negros.” “Atendida a atual ordem das coisas, crescem os embaraços dessa ilha para sair bem de tão difícil situação.” Ele vinha sondando nos bastidores a consciência dos deputados sobre a escravidão e sentira que “alguns (e não sei se sua opinião prevalecerá) queriam um corretivo que a fosse diminuindo em seu próprio seio entre os escravos que já há nesta ilha”; “envidarei meus esforços para evitar no meu nativo solo os poderosos resultados que poderiam ameaçar-nos e de que é bem comprovante a vizinha ilha de Santo Domingo.” De fato, Jáuregui era um parlamentar operoso.

⁵³ Andrés de Jáuregui ao Ayuntamiento de Havana, Cádiz, 2 de abril de 1811 (“em termos gerais...”). Archivo Nacional de Cuba (doravante, ANC), Gobierno Superior Civil, legajo 39, fo. 3. Com efeito, as Cortes registraram o debate sobre o projeto de Alcocer nos termos mais lacônicos possíveis: “o senhor Guridi Alcocer apresentou algumas medidas ao bem-estar da América, as quais se mandou que seguissem para a Comissão de Constituição”. *DS*, 26 de março de 1811, vol. 1, p. 753. Jáuregui ao Real Consulado, Cádiz, 4 de julho de 1811 (“que se remetam...”; Jáuregui reiterava pedido feito numa carta não localizada de 9 de maio). ANC, Gobierno Superior Civil, legajo 39, fo. 68-71. Blanco White, “Abolición de la esclavitud”, *El español*, núm. 14, 30/05/1811, p. 153. Ao comentar projeto de Alcocer, White o atribui a Argüelles. A respeito de White, ver Christopher Schmidt-Nowara, “Wilberforce Spanished. Joseph Blanco White and Spanish Antislavery, 1808-1814”. In: Josep M. Fradera e Christopher Schmidt-Nowara (orgs.) *Slavery & Antislavery in Spain's Atlantic Empire*. Nova York: Berghahn Books, 2013, p. 158-175. Jáuregui ao Ayuntamiento de Havana, Cádiz, 23 de agosto de 1811. ANC, Gobierno Superior Civil, legajo 39, fo. 15-16. Para uma análise das cartas de Jáuregui, José A. Piqueras Arenas, “Leales en época de insurrección. La elite criolla cubana entre 1810 y 1814”. *Separata de Visiones y revisiones de la Independencia americana*. Salamanca: Ediciones Salamanca, 2003, 183-206.

Chamou o ministro dos Estrangeiros para várias conversas à parte e contou aos cubanos que arrancara dele ao menos um armistício: “concordamos em tratar com muito pulso dessa matéria.” Nas cartas aos seus eleitores, mal escondia a ansiedade. “Repito que espero as devidas instruções de V. SS. e do Ayuntamiento concluindo esse particular”. Jáuregui não exigia lei, queria acordos. A Constituinte francesa mostrara os altos e ineficazes custos de aparatos locutórios constitucionais muito bulhentos. Ele preferia atos ilocutórios constituintes, pois “ainda maiores serão os riscos se os debates forem em público”. A atuação de Jáuregui obteve o efeito prático de postergar a discussão parlamentar. Seu fundamento teórico estava para vir do outro lado do Atlântico.⁵⁴

Mal receberam as cartas de Jáuregui, o Ayuntamiento, o Real Consulado e a Real Sociedad Patriótica de Havana encarregaram Francisco Arango y Parreño de aprestar um texto dirigido às Cortes indicando a posição que elas (e, por conseguinte, o delegado cubano) deviam tomar nas questões da cidadania, do tráfico negreiro e da escravidão. Conhecida como *Representación de 20 de julho*, em alusão à data em que foi assinada, a instrução é, na verdade, uma longa monografia que supera a simples condição de mandado parlamentar ao esboçar uma pequena teoria política sobre o repertório de constitucionalização das assembleias constituintes que lidavam com sociedades escravistas na Era das Revoluções. Os dois modelos constitucionais que Arango evocou foram os Estados Unidos e a França. Sugere que a França, embora conhecesse o sucesso constitucional norte-americano, ignorava se era realmente impossível abrir trilhas alternativas: “não tinha sob os olhos a lição da experiência”. Arriscou na loteria e, do seu ponto de vista, fracassou. A Espanha, ao contrário, conhecia o exemplo e o contra-exemplo, o modelo positivo e o modelo negativo, o êxito dos Estados Unidos e a senda da França, da qual era preciso “nos afastarmos mil léguas”. Cumpria escolher, então, o processo constitucional norte-americano. A palavra-chave com que Arango o definiu é *circunspección*:

Finalizou-se a guerra; falou-se de Constituição. Estabeleceu-se para fazê-la um Corpo de Representantes com o título de *Convenção*, e então falaram da introdução de escravos e do arranjo da escravidão. Mas de que maneira? Com que circunspección, senhor? Com que atenção aos direitos provinciais [estaduais]? Diga-o melhor que nós a mesma letra daquela Constituição; diga-o a Vossa Mercê a Seção IX do artigo I.⁵⁵

⁵⁴ Todas as citações foram extraídas de Jáuregui ao Real Consulado, Cádiz, 4 de julho de 1811. ANC, Gobierno Superior Civil, legajo 39, fo. 68-71.

⁵⁵ Francisco Arango y Parreño, “Representación de la ciudad de la Habana a las Cortes, el 20 de julio de 1811”. In: *Obras (volumen II)*, p. 25-95 (cit. p. 21, 24, 48).

Parágrafo revelador. Remete à letra do texto constitucional, mas não a seu espírito. A Seção 9 do artigo I da Carta de 1787, devotada ao comércio negreiro transatlântico, empregara mesmo a melíflua expressão *importação de tais pessoas* no lugar da mais odiosa *tráfico de escravos*, assim como outras passagens da Carta evitaram os vocábulos *escravo* ou *escravidão*. O cuidado existiu. A razão que Arango pretende, a de melhor proteger a propriedade escrava, não é tão exata assim. Basta lembrar que os escravistas mais radicais da Convenção da Filadélfia cobiçavam inscrever na Constituição federal termos e cláusulas que blindassem o cativeiro contra qualquer movimento por sua abolição no país e eternizar o tráfico. E que os deputados do Norte abafaram o ímpeto sulista movidos ora por convicção ideológica antiescravista, ora pelo receio de ver a Constituição reprovada no referendo a ocorrer em seus respectivos Estados. É provável que Arango ignorasse os labirínticos vaivéns da Convenção de 1787. A exemplo dos franceses, ele tomou como ponto de partida do seu processo constitucional o ponto de chegada do processo constitucional norte-americano: a moderação lexical da Constituição federal, fruto das circunstâncias e das incompatibilidades regionais, considerou-a sinal de premeditação, fruto do cálculo político; e o que tinha sido exigência dos antiescravistas ele entendeu como objetivo senhorial. A inversão justifica-se. O texto fundador dos Estados Unidos estava protegendo a escravidão negra no plano federal fazia décadas, e tanto bastou para dar-lhe a intencionalidade escravista plena que faltara ao seu processo de redação em 1787.

A *circunspecção* norte-americana, além de critério de escolha lexical, devia ser parâmetro na delimitação das competências do governo geral. De 1774 a 1786, lembrou Arango, os Congressos Continentais dos Estados Unidos silenciaram “sobre a sorte do tráfico” e “a sorte de seus negros”, pois a representação nacional ainda era precária. Cada “província [Estado] seguiu com absoluta franqueza as regras que acreditou melhores”. Ora, indagou-se, não estavam na mesma situação os hispânicos? Os deputados tinham se reunido na ausência do rei, e apenas circunstâncias muito prementes os conduziram ao “remédio radical de uma Constituinte”. Não era lícito, portanto, tratar de outra coisa “além do que é urgente e relativo à saúde exterior e interior da nação”, isto é, diplomacia e comércio externo, bem como organização burocrática do regime representativo. A tal da *circunspecção* conotava, agora, o princípio da federalização do escravismo. Da Constituição de 1787, diz, sobressaía

o desprendimento de toda intervenção na economia da escravidão existente.
O governo geral desses Estados se reservou o direito de ordenar a parte

exterior deste negócio, queremos dizer, o tráfico e a nova introdução de servos. Mas a parte interior, isto é, a decisão sobre a sorte futura dos negros já introduzidos ou que se introduzissem nos vinte anos seguintes, bem como a de seus descendentes, ficou separada da soberania nacional, a cargo apenas do governo provincial [estadual].⁵⁶

Por fim, Arango pediu circunspeção parlamentar na definição da cidadania. Tendo o exemplo centralista falhado da França contra o exemplo federativo bem-sucedido dos Estados Unidos, solicitou às Cortes que evitassem fixar na Constituição critérios étnicos uniformes para o exercício dos direitos civis e políticos. Nos seus termos, as Cortes deviam

antes, Senhor, pensar na escravidão política dessas regiões que na escravidão civil; antes nos espanhóis que nos africanos; antes fixar os direitos e os gozos que aqui deve ter a cidadania que determinar o tamanho e o número das portas que para esses gozos devem ser abertas ou fechadas às pessoas de cor; [...] antes reformar os viciados órgãos e a visão defeituosa do antigo governo que descobrir as chagas e os vícios das partes remotas do nosso corpo social.⁵⁷

Não é difícil perceber que a sentença *os direitos e os gozos que aqui deve ter a cidadania*, bem como o teor geral do excerto, ecoam o artigo IV, seção 2, cláusula 1 da Constituição federal de 1787 (“Os cidadãos de cada Estado devem ser investidos de todos os privilégios e imunidades dos cidadãos dos demais Estados”), cuja proeza consistira em definir a cidadania civil sem definir os cidadãos, problema relegado à esfera estadual. Na visão de Arango, caberia a uma lei ordinária, redigida com menor publicidade que os trabalhos constituintes e conforme a deliberação meditada dos proprietários cubanos, regular as relações espinhosas entre livres e libertos na ilha.

Arango não cobrou da Constituinte decretos blindando o tráfico negreiro ou a escravidão. Sabia que os escravistas dos Estados Unidos tinham conseguido essas coisas sem precisar das respectivas palavras, ao passo que os escravistas franceses tinham exigido as palavras e ficaram sem as respectivas coisas. Tampouco ele instou por uma definição uniforme de cidadania. Mais uma vez. Vira que em jurisdições heterogêneas dotadas de sociedades escravistas e sociedades livres, como eram os Estados Unidos e o império francês, a uniformização constitucional dos direitos do cidadão podia alterar as bases jurisprudenciais da ordem social escravista. Os norte-americanos, *circumspectos*, federalizaram a cidadania, esquivando-se da subversão revolucionária da ordem social. Os franceses, ruidosos, unificaram-na e se chocaram com a abolição. Sob o “impacto cognitivo” do Haiti, Arango pregava, na prática, que os precedentes jurídicos de

⁵⁶ Francisco Arango y Parreño, “Representación”. In: *Obras (volumen II)*, p. 20-23.

⁵⁷ Francisco Arango y Parreño, “Representación”. In: *Obras (volumen II)*, p. 39.

assimilação segregada individual dos subalternos da escravidão fossem mantidos, pois esse era o melhor modo de esvaziar o efeito de classe da atuação deles na Era das Revoluções. Se a França errara por convicção e os Estados Unidos tinham acertado por pragmatismo, cabia à Espanha acertar por convicção. O que Arango pedia às Cortes de Cádiz é que adotassem, de modo consciente, uma concepção estreita do repertório de constitucionalização do cativo.

Na perspectiva do texto de Arango, todavia, se pode dizer que as Cortes erraram por pragmatismo. Para os peninsulares, deixar de mexer nas “portas” da cidadania, de decidir se seriam “abertas ou fechadas às pessoas de cor”, era impossível, dado que haviam unido os problemas da cidadania (distribuição individual dos direitos políticos) ao da proporcionalidade (distribuição regional do poder político). Sem atender à *Exposición de 20 de julho*, eles puseram o assunto na pauta das Cortes e bateram os americanos decidindo que todos os africanos e descendentes libertos tinham direitos civis e que nenhum deles tinha direitos políticos. Nenhum, mas nenhum mesmo? No Antigo Regime havia o recurso das *gracias al sacar*. Ele seria anulado? Não era isso fechar uma “porta” jurisprudencial da casa-grande do escravismo? Em Cuba, afinal, é que nascera a prática de rogar à Coroa o branqueamento individual. Ela seria proibida? A Comissão Constitucional deu um jeito de manter a tradição. No artigo 22 da Constituição, estipulou que “aos espanhóis que, por qualquer linha são havidos ou reputados por oriundos da África, fica aberta a porta da virtude e do merecimento para serem cidadãos: por conseguinte, as Cortes concederão carta de cidadão aos que fizerem serviços qualificados à pátria ou aos que se distingam por seus talentos e virtudes.” O texto deixara aberta uma *porta* – na verdade, a melhor metáfora seria uma *janela*, lugar por onde se passa pulando um obstáculo – exatamente como havia no Antigo Regime. Jáuregui gostava da fórmula, talvez até a tenha redigido, mas a *Representación de 20 de julho* queria que as Cortes desistissem da definição dos direitos individuais. Isso explica por que ele votou por todos os artigos da Constituição sobre cidadania, mas não pediu uma única vez a palavra para defendê-los. Numa carta aos cubanos, disse que “adições ligeiras [ao artigo 22] foram propostas e creio sejam admitidas em favor dos ordenados *in sacris* [pela igreja] e “para os militares em serviço. Caso não se abram outras portas além destas, conhecerá V.S.M.Y que é político e prudente capitular com as circunstâncias.” Nem essas portas adicionais se abriram. Em Cuba, o filho do branco com negro continuou sendo *casta*, fora da cidadania, mas manteve a possibilidade de virar *branco* por decreto. *Mestiço*, na acepção que o vocábulo tem no Brasil, o de filho

de branco e negro assimilado gradualmente até adquirir direitos iguais, continuou inexistente no dicionário e na vida dos cubanos.⁵⁸

Se a experiência constitucional espanhola contrasta com as anteriores, é pelo que aconteceu na pequena colônia francesa de Saint-Domingue, pelo hiato estratigráfico que ela cravou na geologia das revoluções liberais, pelo profundo impacto cognitivo que ela provocara no Atlântico. A vanguarda escravista dos Estados Unidos e da França exigira de suas Constituintes textos sobre os direitos dos cidadãos, a proporção das bancadas, a intangibilidade da escravidão e do tráfico negreiro. O clube dos escravistas hispano-cubanos, não. Preferiu substituir a garantia do texto escrito, que se provava vã e perigosa na França, pela garantia de barganhas externas ao texto, que acreditavam eficiente e segura. Também achava que a redação lacunosa da Constituição dos Estados Unidos, em parte efeito do antiescravismo do Norte, indicara a melhor solução textual para a defesa dos interesses escravistas do Sul. Em termos conceituais: antes do Haiti, escravistas norte-americanos e franceses desejaram (no primeiro caso, sem sucesso) aparatos locutórios constitucionais porque confiavam pouco nos atos ilocutórios constituintes. Depois do Haiti, hispano-cubanos confiaram nos atos ilocutórios constituintes porque temiam os aparatos locutórios constitucionais. Querer frear em Cádiz o ímpeto legislativo da Constituinte só foi concebível por conta de outra inversão que o Haiti provocou: o modelo social e jurídico do sistema atlântico ibérico, tido por antiescravistas do noroeste europeu como conducente à emancipação gradual dos escravos, passou a ser visto, pelos ibero-americanos, como o mais bem ajustado para manter a escravidão. Tantas inversões significam que a pequena colônia francesa realmente pusera o sistema mundial moderno de pernas pro ar.

Como se sabe, as Cortes de Cádiz inovaram o léxico político mundial ao lançar a derivação imprópria do adjetivo *liberal* na forma de substantivo: o *liberal*, os *liberais*. De quebra, os hispano-cubanos, ao buscar um pacto social exitoso – exitoso no sentido que Pierre Bourdieu dá à expressão, isto é, o acordo que cria um círculo virtuoso

⁵⁸ Jáuregui ao Ayuntamiento de Havana, Cádiz, 3 de outubro de 1811. ANC, Gobierno Superior Civil, legajo 39, fo. 18. Na língua portuguesa, ao contrário da espanhola, na qual contraiu o sentido específico do filho do branco com índia ou vice-versa, a lexia *mestiço* continuou dicionarizada na acepção de descendente de pais de etnias diferentes. É o “filho de europeu com índia, de branco com mulata etc.”, ensina Antonio de Moraes Silva. *Diccionario da lingua portugueza recopilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado*. Lisboa: Simão Thaddeo Ferreira, 1789, vol. 2, p. 294. Note-se que o dicionarista, ao escolher a expressão “branco com mulata” em vez da que primeiro vem à mente hoje, “branco com negra” ou “negro com branca”, sugere que o mestiço é aquele que passa por assimilação progressiva à ordem dominante. Daí em espanhol, língua irmã do português, o termo se aplicar apenas aos filhos de índios, reservando-se para os afrodescendentes o apodo de *casta*.

perversamente consensual entre ordem interna e crescimento econômico, entre dominantes e dominados, como se nunca tivesse sido inventado porque “se esquece e faz esquecer” – elaboraram uma gramática constituinte segundo a qual a enunciação é tão poderosa que chega a suprimir o enunciado. Não conseguiram, é verdade, segui-la à risca, pois, sendo minoritários nas Cortes, foram incapazes de impor sua agenda ao Estado espanhol. Nas epístolas aos cubanos, Jáuregui lamentou que algumas das demandas que haviam feito não tivessem sido incorporadas à redação final da Constituição. “O mesmo sucede com o artigo 22 da Constituição. Devemos pôr nosso destino e nossa existência nas mãos da Divina Providência.” Nem sempre seria preciso recorrer a Deus para espantar o espectro do Haiti. Como se verá no capítulo 4, os escravistas do Brasil, majoritários no Estado que fundavam no Rio de Janeiro, puseram seu destino e sua existência nas suas próprias mãos. E dominaram a arte de extrair o máximo do mínimo. De falar pouco e dizer bastante.⁵⁹

⁵⁹ Jáuregui ao Real Consulado, Cádiz, 14 de novembro de 1811. ANC, Gobierno Superior Civil, legajo 39, fo. 89.

Capítulo 2

Crise do Missouri:

pós-constituente numa nova
ordem mundial, 1803-1820

Em 1786 Abraham Lincoln, um colono natural da Virgínia, estava trabalhando em frente a sua cabana perto de Louisville, Kentucky, não muito distante do Rio Ohio, quando foi varado por uma bala disparada por mãos indígenas. Um dos órfãos que o episódio criou ainda viveu no Estado onde o pai morrera, mas seu filho, que recebeu o nome do avô, cruzou as águas do Ohio e, na outra margem do rio e da história, se tornou o mais célebre político de Illinois ao prometer em 22 de setembro de 1862 a emancipação dos escravos dos rebeldes que moviam a Guerra de Secessão e ao abolir o instituto da escravidão no país em 31 de janeiro de 1865, com a 13ª emenda da Constituição federal, o texto fundador da república que fora redigido um ano após a morte do Lincoln avô. A breve exposição da trajetória dos três Lincoln sintetiza, de forma didática, a progressiva migração norte-americana rumo ao interior da república (Virgínia, Kentucky, Illinois) e as tensões que as diferenças raciais e ideológicas nas fronteiras, nas nervuras periféricas do país, criavam para o centro de comando em Washington. A principal daquelas diferenças, a que opunha regiões escravistas e regiões livres, não apenas subsistia no tempo. Ela era recriada e intensificada, sobre novas bases, a cada vez que o país incorporava áreas externas a suas fronteiras originais.¹

Uma das mais graves contendas entre escravidão e liberdade no sempre movediço Oeste dos Estados Unidos foi a chamada Crise do Missouri (1819-1821). À primeira vista, ela girou em torno de uma questão simples que se esgota na agenda nacional. Em 1819 o Congresso federal atravessava um típico período de consenso em que o partido dominante (Republicano) carecia de coesão interna, ao passo que o partido coeso (Federalista) carecia de popularidade, e o Missouri não passava de um território desimportante habitado por especuladores de terra e 10 mil escravos. Quando seus cidadãos pediram ao Congresso permissão para o território entrar na União como Estado escravista, os republicanos do Sul acederam, os republicanos do Norte recusaram, e o atrito incendiou Washington por meses, anos a fio. Os historiadores que estudaram suas causas, suas consequências e seu lugar na turbulenta trajetória que a jovem república percorreu da Constituição de 1787 à Guerra Civil de 1861 discordam nas razões da controvérsia. Apontam nos homens do Norte ora uma cruenta rivalidade política, ora um crescente sentimento antiescravista, às vezes uma inquietação com a cláusula constitucional dos três quintos, outras um revanchismo aguçado na Guerra Anglo-Americana de 1812. E tendem a concordar em seus efeitos. O corte seccional Sul-Norte

¹ Richard Lawrence Miller. *Lincoln and His World: The Early Years, Birth to Illinois Legislature*. Mechanics, PA: Stackpole, 2006, p. 1-91.

no Congresso abriu as vísceras de uma potencial e sangrenta secessão que apenas o retorno de partidos nacionais fortes, arregimentando quadros no Norte como no Sul, podia suturar de volta. No médio prazo, a crise teria inflado a ascensão do conservador, se não reacionário, segundo sistema partidário norte-americano.²

Nas próximas páginas, caracterizo a controvérsia parlamentar sobre o destino do Missouri como uma reavaliação constitucional, deslocada no tempo, do pacto federativo firmado em 1787. Creio que suas causas, sem desconsiderar as apontadas acima, radiquem na combinação explosiva de um fator político e outro econômico, ambos originados na arena global. O primeiro foi o estirão territorial do Oeste que a república realizou ao comprar a colônia francesa da Louisiana em 1803 e que não tinha sido previsto pelos constituintes. O excerto da Constituição que firmava o passo a passo para a transformação dos territórios em Estados (art. IV, seção 3), a *cláusula das normas e regulações necessárias*, resultara de uma barganha entre o Sul e o Norte referente às terras aquém-Mississippi. Graças à sua dimensão ilocutória, ele portava um sentido potencial, não escrito, de que só valia nos termos permutados em 1787. Diante de novos dados, precisava ser revisto. O segundo fator completa o primeiro. A Compra da Louisiana, em si, não despertara nenhum revisionismo constitucional. Só quando friccionada com eventos controversos é que ela ameaçava pegar fogo. Primeiro, com a reabertura do tráfico negreiro transatlântico (1804-1807). Depois, com a Guerra Anglo-Americana (1812-1815). Por fim, com a ordem mundial pós-napoleônica (1815 em diante). Na última, e só na última, fricção é que a Crise do Missouri se ignizou de verdade. Não que as outras fossem irrelevantes. Apenas eram passageiras. Já a reorganização da economia global depois de 1815 viera para ficar. Ela alimentou expectativas distintas no Norte e no Sul a respeito da ocupação espacial do Oeste,

² A referência padrão para o assunto é Glover Moore. *The Missouri Controversy, 1819-1821*. Lexington: University of Kentucky Press, 1966, que destaca as rivalidades políticas entre republicanos e federalistas. Uma abordagem com ênfase no antiescravismo do Norte, Robert Pierce Forbes. *The Missouri Compromise and Its Aftermath: Slavery and the Meaning of America*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2007. Com foco na cláusula dos três quintos, Leonard L. Richards. *The Slave Power: The Free North and Southern Domination, 1780-1860*. Baton Rouge: Louisiana State University Press, 2000, p. 52-82. Frisando o revanchismo comercial nascido na Guerra de 1812, Matthew Mason. *Slavery and Politics in the Early American Republic*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2006. Ao contrário da maioria, Robert V. Remini evita conectar o problema da escravidão ao surgimento do segundo sistema partidário. Fazendo uma história política presa ao sentido literal dos enunciados, diz que as origens do Partido Democrata “não tinha nada que ver com o desejo dos sulistas de proteger a escravidão [...] a força amalgamadora era o desejo de proteger a liberdade” (*Andrew Jackson. Vol. 2: The Course of American Freedom, 1822-1832*. Baltimore: Harper and Row, 1981, p. 101).

intensificando, de uma vez por todas, a necessidade de se repactuar um acordo seccional firmado para outros territórios e outros tempos econômicos.³

Quanto aos efeitos da Crise do Missouri, argumento que, afora as implicações sentidas dentro das fronteiras dos Estados Unidos, ela redefiniu, de modo indireto, a geopolítica na bacia caribenha e o status legal do tráfico negreiro transatlântico no sistema interestatal. Se é possível sustentar, como se faz e se pode fazer, que a controvérsia abalou o sistema partidário norte-americano, no outro extremo do seu limite histórico a Crise do Missouri informou o quadro mais amplo das relações de força dentro do qual escravistas hispano-cubanos e brasileiros enfrentaram seus adversários em suas respectivas arenas nacionais.

*

Quando o Abraham Lincoln avô morreu no atual Kentucky, os Estados Unidos eram formados por quatorze unidades federativas – as treze colônias originais mais Vermont, emancipado de New Hampshire –, cujas terras cobriam uma superfície de quase 890 milhões de milhas quadradas. Sua população se concentrava na grande bacia hidrográfica atlântica, e o fluxo, ainda pequeno, daqueles que arriscavam a pele além dos Apalaches alimentava uma taxa de avanço espacial equilibrada entre o Norte e o Sul. Por causa da topografia montanhosa que emparedava o interior, não havia rios navegáveis até as planícies costeiras, a comunicação era difícil, e a maior parte do excedente comercializável ainda tinha de caminhar sobre as próprias pernas, como os suínos e o gado vacuum, para ser vendida nas praças do litoral. Depois da morte do velho Lincoln, com a alta dos artigos agrícolas no mercado mundial durante as Guerras Revolucionárias e o Tratado de San Lorenzo (1795), que liberou a avenida fluvial Ohio-Mississippi para o escoamento dos produtos norte-americanos, a colonização da área animou-se. Dezenas de milhares de migrantes transmontaram os Apalaches em busca dos platôs florestais intercalados de campinas (a oeste de Nova York e da Pensilvânia, bem como no atual Estado de Ohio) ou dos ricos solos calcários das Bacias de Blue

³ Duas narrativas que exploram a dimensão constitucional da Crise do Missouri: Donald Robinson. *Slavery in the Structure of American Politics, 1765-1820*. Nova York: Harcourt Brace Jovanovich, 1971, p. 378-423; e Christopher Childs. *The Failure of Popular Sovereignty: Slavery, Manifest Destiny, and the radicalization of Southern Politics*. Lawrence, Kansas: University Press of Kansas, 2012, p. 9-73. Sobre a reorganização da economia mundial depois de 1815, ver “Introdução” da Parte I (supra) e da Parte II (infra). A respeito da cláusula das normas e regulações necessárias e da dimensão semântica ilocutória do texto constitucional norte-americano, ver Capítulo 1 (supra).

Grass (Kentucky) e Nashville (Tennessee). Em 1800 a população além da cordilheira engrossou de 110 mil para 265 mil no Norte e dos mesmos 110 mil para 330 mil no Kentucky e Tennessee. A vida real caminhava nos conformes. Do jeito que tinham imaginado os constituintes de 1787.⁴

Mapa 1. Os limites da república antes da Compra da Louisiana (baseado em Childers, 2012, p. 24).

Os founding fathers lidaram com um Oeste que corria dos fundos dos Estados originais até o Rio Mississippi. Os políticos da geração seguinte se viram às voltas com

⁴ Percy Wells Bidwell e John Ironside Falconer. *History of Agriculture in the Northern United States, 1620-1860*. Nova York: Peter Smith, 1941, p.152 e 171-181; *Historical Statistics of the United States: Colonial Times to 1970*. Washington, D. C.: Government Printing Office, 1975, vol. 1, série A 195-209, p. 24-37.

outro, imprevisto, muito maior: as imensas paragens do além-Mississippi, um continente que, na verdade, não fora desenhado em Washington, mas em Paris. Na Guerra dos Sete Anos, elas haviam passado da soberania francesa para a espanhola, porém um acordo entre Paris e Madri as devolvera à França em 1800. O convênio franco-espanhol era apenas a primeira das rodas da grande máquina geopolítica que Napoleão queria botar para andar em sua competição com Londres pelo domínio do sistema mundial. Escorado num poderoso lobby caribenho, o cônsul planejava zerar o cronômetro da revolução e restaurar o sistema escravista nas Antilhas. No esquema, que devia reforçar o caixa do Estado, a colônia da Louisiana seria retaguarda de alimentos, reserva de madeira e criadouro de animais de tiro para o Caribe francês, numa função semelhante à que as treze colônias haviam desempenhado no interior do império britânico. Em 1802 Napoleão atarraxou a segunda roda a seu plano. Suspendeu a guerra com a Grã-Bretanha no tratado de Amiens para fazer em paz uma guerra contra Saint-Domingue. Em seguida, começou a botar a terceira. Deu ao general Victor-Emanuel Leclerc, seu cunhado, 20 mil soldados, 50 navios e uma missão: deportar os chefes militares negros para a França, retirar as patentes militares às *gens de couleur* e desarmar a população. A quarta e última roda era para atropelar os colonos, reescravizá-los em massa. A mesma máquina do terror assolava Guadalupe. Em Saint-Domingue, o carro, que no início parecia engrenar, desandou quando o povo miúdo ouviu falar da reescravização em Guadalupe e agarrou-se às suas armas de fogo como se fossem sua custódia política. Uma guerra de tudo ou nada e uma epidemia de febre amarela dizimaram as tropas brancas francesas. No comando de um carro que se desfazia, Leclerc febricitou, suou e morreu entre delírios.⁵

Ao inteirar-se dos insucessos em Saint-Domingue, Napoleão perdeu o interesse na colônia da Louisiana e ofereceu-a aos Estados Unidos. Os norte-americanos, ele sabia, temendo que a soberania francesa na área os privasse da navegação do Mississippi, tinham mandado um negociador a Paris para fazer-lhe uma oferta pelo porto de Nova Orleans e seu entorno (grosso modo, o atual Estado da Louisiana). O enviado especial era James Monroe. Ele avistou a costa francesa em 7 de abril de 1803,

⁵ Bernard Gainot, “Métropole/Colonies. Projets constitutionnels et rapports de force, 1798-1802”, Sabine Manigat, “Le régime de Toussaint Louverture en 1801: un modèle, une exception”, e Carolyn Fick, “La résistance populaire au corps expéditionnaire du general Leclerc et au rétablissement de l’esclavage à Saint-Domingue (1802-1804)”. In: Yves Bénot e Marcel Dorigny (orgs.). *Rétablissement de l’esclavage dans les colonies françaises: aux origines de Haïti*. Paris: Maisonneuve & Larose, 2003, p. 13-28, 109-126 e 127-148, respectivamente. E Laurent Dubois. *Avengers of the New World. The Story of the Haitian Revolution*. Harvard: Belknap Press, 2004, p. 251-279.

dia em que Toussaint Louverture, o principal dos prisioneiros de Saint-Domingue feitos por Leclerc, foi encontrado morto na enxovia – coincidência que assinalava, no fim de um ciclo para a escravidão no Caribe, o início de outro para a escravidão nos Estados Unidos. Monroe ofereceu US\$ 10 milhões. Napoleão fez-lhe uma contraoferta. Dava por quinze não só o porto de Nova Orleans e seu entorno, mas toda colônia da Louisiana, uma massa continental de 828 milhões de milhas quadradas, quase equivalente à área original da república. Sem hesitar, Monroe aceitou aquilo que foi a maior compra de terras jamais registrada nos cartórios do Ocidente. Incluía o porto de Nova Orleans, a principal artéria fluvial Norte-Sul entre a Cordilheira dos Apalaches e as Montanhas Rochosas e o território dos futuros Estados do Arkansas, Missouri, Iowa, Minnesota, Oklahoma, Kansas, Nebraska, Dakota do Sul e Dakota do Norte. “Devemos ao clima mortal de Saint-Domingue e à resistência obstinada e corajosa de seus moradores negros”, resumiu Alexander Hamilton, a “cessão que a fraqueza e a pusilanimidade do infeliz sistema”, o governo de Jefferson, jamais alcançariam.⁶

Para os Estados Unidos, o principal problema político da Compra da Louisiana era o impacto que ela podia exercer sobre o sentido dos atos ilocutórios constituintes de 1787. Estava o Poder Executivo, afinal, autorizado a expandir agressivamente um território cuja distribuição espacial do poder político havia sido calculada, esquadrinhada e acordada entre o Congresso Continental e a Convenção da Filadélfia? Qual seria o ritmo de integração das novas terras à economia mundial? Que polo urbano elas iriam beneficiar primeiro, Nova York ou Nova Orleans? Em que medida a ocupação assimétrica da massa continental recém-adquirida iria redefinir a distribuição espacial do poder político pactuada em 1787? Essas perguntas suscitavam respostas diferentes conforme a conjuntura. Se o Lincoln avô tivesse vivido um pouco mais, responderia a elas com ceticismo.⁷

⁶ Apud Roger G. Kennedy. *Mr. Jefferson's Lost Cause: Land, Farm, Slavery, and the Louisiana Purchase*. Oxford: Oxford University Press, 2003, p. 177. Síntese da compra em Joseph A. Fry. *Dixie Looks Abroad: The South and U.S. Foreign Relations, 1789-1973*. Baton Rouge: Louisiana State University Press, 2002, p. 26-31, Roger G. Kennedy. *Mr. Jefferson's Lost Cause*, p. 176-177; e Robert L. Paquette, “Revolutionary Saint-Domingue in the Making of Territorial Louisiana”. In: D. P. Geggus e D. B. Gaspar (orgs.). *A Turbulent Time: The French Revolution and the Greater Caribbean*. Indianápolis: Indiana University Press, 1997, 204-25. Sobre os cálculos geopolíticos de Napoleão, Colin Elman, “Extending Offensive Realism: The Louisiana Purchase and America's Rise to Regional Hegemony”. *The American Political Science Review*, vol. 98, núm. 4 (nov., 2004): 563-576; para os problemas da navegação do Mississippi pelos norte-americanos após a passagem da colônia para a França, Peter Kastor. *The Nation's Crucible: The Louisiana Purchase and the Creation of America*. New Haven: Yale University Press, 2004, p. 38-39.

⁷ D. W. Meinig. *The Shaping of America: a Geographical Perspective on 500 Years of History. Volume 2: Continental American, 1800-1867*. New Haven: Yale University Press, 1995, p. 4-23. Em 12 de agosto

de 1803, Jefferson confessou ao senador John Breckenridge, do Kentucky, que achava que a Compra da Louisiana, feita sob suas ordens, era, sim, inconstitucional. “A Constituição não contém nenhuma provisão para aquisição de território estrangeiro, ainda menos para incorporar nações estrangeiras em nossa união. [...] O Legislativo deve [...] se lançar por seus concidadãos fazendo por eles sem autorização o que nós sabemos que eles fariam por si mesmos caso estivessem na situação de realizá-lo.” De tão citado o trecho se tornou lugar-comum no século 19. Apud Robinson. *Slavery in the Structure*, p. 393.

O homem tinha atravessado as montanhas e rumado para o Kentucky, às margens do Ohio, não para aquela região que os historiadores norte-americanos chamam de Sul Profundo (Deep South), a área que se estende dos fundos agrários da Geórgia até os Estados do Alabama, Mississippi e Louisiana. É verdade que sua escolha, projetada num mapa fisiográfico, era discutível. O Kentucky se escondia atrás dos Apalaches. Já o Sul Profundo prolongava as áreas interioranas colonizadas e familiares da Geórgia e da Virgínia, a das planícies costeiras de depósitos sedimentares cretáceos, que rodeava suavemente o maciço dos Apalaches oferecendo aos pioneiros um solo de bom potencial agrônômico. Sua decisão só se torna inteligível se confrontada com as condições políticas e geoecológicas do terreno. A região era povoada por cerca de 40 mil índios espalhados entre a Geórgia e o Alabama (creeks), pelo Alabama (choctaws) e entre o Alabama e o Mississippi (chickasaws), sendo que os portos no Golfo do México e os enclaves agroexportadores mais próximos, os quais assomavam a milhares de quilômetros adiante, entre Nova Orleans e o distrito de Natchez, nas terras aluviais do Baixo Mississippi, estavam sob o domínio de estrangeiros (Espanha e, depois de 1800, França). Noutras palavras, a extensa zona que se estendia dos fundos agrários da Geórgia até as orlas do Mississippi não havia sido incorporada à economia-mundo, e nada indicava que ela viesse a sê-lo num curto espaço de tempo. Ao buscar a sorte no Kentucky, o avô de Lincoln encontrou a morte, mas apenas tomava as coisas pelo lado mais seguro. Ele reproduzia um padrão migratório do fim do século 18 moldado pelo quadro político e geoecológico adverso do Sul Profundo.⁸

Em uma geração, tudo mudou. No ano da morte do velho Lincoln, a Grã-Bretanha exportou US\$ 4,5 milhões em tecidos de algodão. No ano da Compra da Louisiana suas vendas saltaram para US\$ 31,5 milhões, mais que o dobro do que os norte-americanos desembolsaram pela colônia francesa. A Revolução Industrial começou oxigenando a economia algodoeira em espaços exteriores aos Estados Unidos, porém seus principais fornecedores possuíam gargalos na comodificação da terra ou do trabalho que asfixiavam o boom das fábricas britânicas. Na Turquia as relações sociais de produção no campo estavam sujeitas a um sistema costumeiro inelástico às demandas da economia global, no Caribe o algodão competia com o açúcar e o café por

⁸ Adam Rothman. *Slave Country: American Expansion and the Origins of the Deep South*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2005, 37-72; Sam Bowers Hilliard. *Atlas of Antebellum Southern Agriculture*. Baton Rouge: Louisiana State University Press, 1984, p. 6-12.

terra em ilhas de pequena extensão, no Brasil o Maranhão carecia do controle direto sobre o tráfico negreiro transatlântico. Os Estados Unidos, em contrapartida, possuíam uma série de vantagens comparativas sobre os concorrentes. Graças à polinização cruzada de espécies do algodoeiro, o país criou um tipo de algodão herbáceo de fibra curta que caiu no gosto dos manufatureiros de Liverpool. Com a Compra da Louisiana, além de assegurar a navegação do Mississippi, pôde realocar a oeste do rio creeks, choctaws e chickasaws que travavam a comodificação da terra nos tratos mais férteis da planície costeira do Golfo do México. Só faltava um elemento para o engate entre demanda global, estabilidade política e limpeza étnica ser perfeito: oferta elástica de trabalho. Os políticos da Carolina do Sul foram os primeiros, se não a perceber a situação, ao menos a tomar uma decisão correspondente. Ao fazê-lo, procederam à primeira fricção constitucional da Compra da Louisiana.⁹

Assim que o Legislativo da Carolina do Sul soube que o Congresso em Washington ratificara, em novembro de 1803, a aquisição da colônia francesa, ele reabriu o comércio negreiro transatlântico para Charleston, o principal porto do Estado, com vistas a tornar a cidade um entreposto de escravos entre a África e Nova Orleans. Sua ação surpreende quando posta em perspectiva. Desde a Revolução em Saint-Domingue, os legisladores estaduais vinham passando normas que proibiam o infame comércio, numa atmosfera de fobia social que chegara a arrancar 90% de adesão deles na esteira de uma célebre conspiração escrava, a do ferreiro Gabriel na Virgínia em 1800. Passados três anos, o capital falou mais alto que a segurança social, a Carolina do Sul revogou as proibições e de 1804 a 1807 importou mais de 65 mil africanos escravizados. Acima dos 30 mil adquiridos em Havana, acima dos 59 mil comprados no Rio de Janeiro, naqueles anos Charleston se tornou o maior sorvedouro do tráfico negreiro em escala global.¹⁰

O volume das operações dos traficantes norte-americanos se destaca mais ainda quando cotejado com o do tráfico negreiro interestadual da república. A média anual de 16 mil indivíduos estrangeiros comprados em Charleston apequena a de quase 8 mil que os empresários da Baía de Chesapeake (Virgínia e Maryland) movimentaram no mesmo

⁹ Sven Beckert. *Empire of Cotton: a Global History*. Nova York: Alfred A. Knopf, 2014, p. 55-96; Adam Rothman. *Slave Country*, p. 9-17; e John Hebron Moore. *The Emergence of the Cotton Kingdom in the Old Southwest, Mississippi, 1770-1860*. Baton Rouge: Louisiana State University Press, 1998, p. 1-17.

¹⁰ A Carolina do Sul passou sua lei entre 3 e 17 de dezembro de 1803. Jed Handelsman Schugerman, "The Louisiana Purchase and the South Carolina's Reopening of the Slave Trade in 1803". *Journal of the Early Republic*, vol. 22, núm. 2 (Summer, 2002): 263-290. Dados do tráfico em www.slavevoyages.org.

período em suas vendas para o Kentucky-Tennessee, o Baixo Sul (Carolinas e Geórgia) e o Sul Profundo. Conforme dados para os anos 1790-1794 e 1810-1814, o comércio internacional induziu a uma divisão regional do mercado negreiro doméstico, empurrando os negociantes de Chesapeake para o Tennessee e Kentucky e reservando aos de Charleston o domínio de Nova Orleans. De fato, numa época em que a taxa de crescimento anual da escravidão da Louisiana passou de 2,1% (até 1805) para 8,8% (1806 em diante), a cota dos escravos estrangeiros inchou de 12% (1790-1794) para 31% (1810-1814) de sua população escravizada total.¹¹

Embora não se possa dizer com precisão quantos escravos foram reencaminhados de Charleston para o Sul Profundo, mesmo uma quantidade modesta deles já servia para desencravar uma unidade federativa do status de território. O Kentucky se tornara Estado em 1792 com pouco mais de 12 mil cativos, o Tennessee quatro anos depois com apenas 10 mil e o próprio Missouri não tinha mais que isso quando chegou a sua vez em 1819. Com base nesses dados, pode-se concluir, com grande chance de acertar, que Charleston acelerou a promoção dos territórios do Sul Profundo à condição de Estados no início do século 19 (Louisiana em 1812, Mississippi em 1817, Alabama em 1819). Além disso, os 65 mil indivíduos que a cidade comprou em quatro anos, fazendo da década 1800-1810 a campeã na série histórica do crescimento demográfico dos escravos nos Estados Unidos entre 1790 e 1860 (33,5% vs. 27% das demais), ajudaram o Sul a obter, graças à cláusula dos três quintos, quatro assentos adicionais na Câmara dos Representantes em Washington. Acoplada à Revolução Industrial e bombeada pelos escravistas de Charleston, a Compra da Louisiana estava redistribuindo o poder político no coração da república.¹²

A decisão da Carolina do Sul provocava uma fricção constitucional na Compra da Louisiana porque despertava um Moloch amansado na Convenção da Filadélfia. Como vimos no capítulo anterior, os constituintes norte-americanos tinham calculado uma distribuição espacial do poder político na república que se aplicava aos territórios então pertencentes aos Estados originais (aquém do Rio Mississippi), com as delegações do Norte aceitando a cláusula dos três quintos desde que condicionada à limitação do

¹¹ Jed Handelsman Schugerman, “The Louisiana Purchase”, p. 282; e Michael Tadman. *Speculators and Slaves: Masters, Traders, and Slaves in the Old South* (1986). Madison, Wisconsin: The University of Wisconsin Press, 1996, p. 12 e 226; e Adam Rothman. *Slave Country*, p. 73-118. Ver também a alta porcentagem de africanos entre os escravos introduzidos na Louisiana entre 1800 e 1820 que Gwendolyn Midlo Hall apresenta no site www.ibiblio.org/laslave.

¹² Vagas adicionais no Congresso, em George William Van Cleve. *A Slaveholder's Union: Slavery, Politics, and the Constitution in the Early American Republic*. Chicago: The University of Chicago Press, 2010, p. 150, tabela 4.1.

tráfico negreiro transatlântico. De 1804 em diante os Estados livres se defrontaram com outra realidade. A proporcionalidade escrava ia valer em territórios novos. Pior, a população dessas paragens crescia alimentada pelo comércio internacional de escravos. Os dois lances eram encarados como uma violação dos atos ilocutórios constituintes que haviam dado um sentido histórico concreto aos aparatos locutórios constitucionais redigidos na Filadélfia.¹³

Um representante de Massachusetts traduziu bem a tensão entre os dois níveis do pacto social de 1787 – o locutório e o ilocutório. No fim de 1804 ele apresentou no Congresso uma emenda constitucional que substituiu a ponderação dos três quintos pela soma da população livre no cálculo da proporcionalidade. Seu texto arrancou aplausos do colega Josiah Quincy, do mesmo Estado, que explicitou o desconforto que a expansão territorial imprevista assumia quando vinculada à reabertura da importação de africanos: “Sempre que o número de escravos, pela reprodução natural, pela importação ou pela junção artificial de um novo foco de escravidão, a Louisiana, possam colocar os Estados escravistas acima do receio da influência dos Estados não escravistas, os interesses destes últimos Estados serão negligenciados, se não sacrificados”. Quincy advertiu que “a única forma de manter esta União é colocando-a em princípios que sejam racionais e igualitários a todos os seus membros”, isto é, abolindo a cláusula dos três quintos. O editorialista de um jornal de Boston (*Columbia Centinel*) resumiu o mal-estar pedindo o fim do tráfico negreiro transatlântico e do bônus-escravo nas bancadas do Sul em favor “da *representação igualitária*”.¹⁴

Thomas Jefferson, cérebro do Partido Republicano, ocupava a Casa Branca desde 1800. Mais agudo que a média dos homens, assim que ele distinguiu a fumaça que os escravistas de Charleston estavam começando a produzir no horizonte de Washington ao queimarem um importante consenso constitucional, cobrou do Congresso uma lei federal contra o tráfico negreiro transatlântico a entrar em vigência o mais rápido possível, talvez até no primeiro dia que a Constituição permitisse: 1º de janeiro de 1808. Que o Legislativo pôs o assunto na pauta expressa, vê-se nas datas: o chefe da Casa Branca denunciara o fogo em dezembro de 1806, os bombeiros do Congresso apagaram-no passando uma lei em março de 1807, a lei estava prevista para

¹³ Ver Capítulo 1, acima.

¹⁴ Apud, respectivamente, Dolores Egger Labbe (org.). *The Louisiana Purchase and its Aftermath, 1800-1830*. Lafayette, LA: University of Southwestern Louisiana, 1998, vol. 3, p. 179; e Matthew Mason, “Slavery Overshadowed: Congress Debates Prohibiting the Atlantic Slave Trade to the United States, 1806-1807”. *Journal of the Early Republic*, vol. 20, núm. 1 (Spring, 2000): 59-81 (p. 77).

valer a partir do Ano Novo. Embora os parlamentares parecessem unânimes quanto ao fim do tráfico – salvo os de Charleston, calados durante o trâmite do projeto –, os detalhes da lei deram o que falar. “Desde que tenho a honra de sentar-me nesta casa”, observou um deputado de Connecticut, “mal posso me lembrar de outro exemplo em que todos parecem concordar nos princípios gerais, mas divergem com a mesma intensidade nos detalhes”. Dos quesitos que racharam o Congresso, vale a pena selecionar aqueles que iluminam a Crise do Missouri, os quais também serão úteis por esclarecer os debates parlamentares espanhóis e brasileiros sobre o comércio transatlântico de escravos. O primeiro ponto foi o destino e status jurídico dos africanos que fossem introduzidos na república depois da vigência da lei e caíssem nas mãos das autoridades públicas. O segundo tangenciou a relação do Congresso com o tráfico negreiro interestadual. O último girou em torno das penas dos traficantes. Como diz a língua inglesa, *the devil is in the details*.¹⁵

O projeto de lei saiu de uma comissão da Câmara dos Representantes presidida por Peter Early, virginiano diplomado em Princeton e eleito pela Geórgia. O texto previa que navios e africanos apreendidos em operação de contrabando seriam postos em leilão público pelo governo federal; e aos infratores cominava apenas multas, de US\$ 10 mil aos envolvidos na viagem, de US\$ 500 aos receptadores em terra firme. Early botara no texto uma pitada de malandragem. Leiloando o africano contrabandeado, o projeto reconhecia como legítimas as práticas de escravização na África, tornava o Estado um canal de lavagem de escravos e prevenia o aumento da população negra livre, vista como corrosiva da ordem social no Sul. Um quaker de Nova Jersey (James Sloan) se opôs ao projeto. Movido por convicções religiosas, sugeriu declarar livres todos os africanos ilegalmente introduzidos no país depois da vigência da lei. A ideia foi esmagada, não recebeu nem 20 votos dos mais de 100 possíveis. Em seguida, uma proposta cerceando a União de vender os humanos apreendidos levou a um improvável empate de 60 a 60. Os sulistas contornaram a dificuldade transferindo a hasta pública para o Estado onde se desse a autuação. Passou.¹⁶

¹⁵ Para uma análise dos debates, W. E. Burghardt Du Bois. *The Suppression of the Slave Trade to the United States of America, 1638-1870*. Nova York: Longmans, Green, and Co., 1896, p. 94-105. Ela serviu de base para as de Donald L. Robinson. *Slavery in the Structure*, p. 295-346, e Matthew Mason, “Slavery Overshadowed”, p. 59-81.

¹⁶ Leitura do projeto e primeira discussão em *Annals of Congress, House of Representatives* (daqui por diante, AC, HR), 9º Congresso, 17 de dezembro de 1806, p. 167-179. O assunto reapareceu nas sessões de

Early poupou os infratores ao prescrever multas em vez de reclusão. Não apenas. Exibiu coerência jurídica, pois a punição por dinheiro caracteriza contravenções menores, dissociadas da noção de crime, o qual supõe potencial delituoso de maior magnitude. A sanção pecuniária adequava-se à ideia da origem legítima da escravização, que, por sua vez, dava estofo à do leilão do escravizado. A bancada antiescravista na Câmara dos Representantes percebeu essas ligações invisíveis e tentou tipificar o contrabando negreiro de felonía (alta traição passível de pena de morte). Nas réplicas, os sulistas tiveram de tirar seus pressupostos da toca, de botar para fora o que pensavam. Disseram que “poucos negros trazidos a este país são raptados e roubados” na África, dado que a maioria provinha das guerras, do “espírito vindicativo daqueles povos”. Que o tráfico não criava uma realidade, apenas transferia o cativo “de um senhor a outro”, sendo sua vida “nos Estados do Sul muito superior à na África”. E que, se os proprietários de escravos no Sul “deprecavam a escravidão como um mal”, julgavam-na “um mal político, porém não um crime”. Para liquidar a ideia da felonía, aceitaram a reclusão dos traficantes de cinco a dez anos. A emenda passou pelo placar não tão elástico de 63 a 53.¹⁷

A terceira tecnicidade tangeu o tráfico negreiro doméstico. Na penúltima apreciação do projeto antes de sua remessa ao Senado, Early adicionou um *proviso* (emenda restritiva ou condicional) excetuando da lei o comércio interestadual de escravos, feito em grande parte por navegação de cabotagem. Os senadores riscaram a emenda Early, pois julgavam que ela inibia a vigilância do contrabando. Uma comissão mista da Câmara e do Senado foi nomeada para polir as arestas e propôs registros portuários dos cativos norte-americanos transportados de um Estado a outro. No retorno do texto à plenária, as deputações da Virgínia e da Carolina do Sul estrilaram contra o que consideravam uma ameaça ao “uso constitucional” de sua propriedade regulada por “direitos sagrados”, uma restrição ao “direito de um proprietário de escravos ir de um Estado a outro”. Era a primeira vez, desde o início do trâmite do projeto, que os comissários da Carolina do Sul pediam a palavra. John Randolph, da Virgínia, advertiu que qualquer interferência da União no tráfico interestadual “daria o pretexto para a emancipação universal”. O projeto passou com a emenda Early. A república acabara de

18 de dezembro de 1806, p. 180-190, de 23 de dezembro, p. 197-203 e de 26 de dezembro, p. 220-228. Foi decido na de 7 de janeiro de 1807, p. 264-265.

¹⁷ AC, HR, 31 de dezembro de 1806, p. 231-243, citações extraídas das p. 236, 238, 240-242 e votação registrada na p. 243. Em 23 de dezembro, o Congresso já tinha barrado a pena capital por 60 a 41 (p. 200).

inventar uma caixa de descompressão: o arrocho ao tráfico transatlântico de escravos passou a pressupor o reforço do tráfico negreiro interestadual.¹⁸

A lei antitráfico de março de 1807 produziu um quadro econômico permanente e um cenário político efêmero. No mundo dos negócios, fez que os empresários de Baltimore e Richmond, escorados nas altas taxas de reprodução vegetativa dos escravos domésticos na Baía de Chesapeake, substituíssem os de Charleston no abastecimento de Nova Orleans. Entre 1810 e 1820, por exemplo, eles finalizaram 60% de suas vendas no Sul Profundo.¹⁹ Já na vida política, a supressão do comércio internacional de escravos suspendeu a fricção da matéria constitucional inflamável da Compra da Louisiana. Esse efeito, porém, não durou muito.

Com o fim da paz que o Tratado de Amiens tinha instituído entre França e Grã-Bretanha, Napoleão trouxe quase todo o continente europeu ao seu domínio e sentiu-se livre para apertar Londres com o Bloqueio Continental, de 21 de novembro de 1806. A Grã-Bretanha respondeu-lhe com diversas *Orders in Council* que impediam países neutros (Estados Unidos e Portugal) de sortir a França com artigos do Novo Mundo. Atingidos numa guerra que não era a sua, os Estados Unidos revidaram as *Orders* com sucessivas leis federais de embargo que proibiam a partida de navios norte-americanos à Grã-Bretanha. Os patronos da estratégia, os presidentes virginianos Thomas Jefferson e James Madison, ambos do Partido Republicano, achavam que Londres, privada da provisão de madeiras e cereais do Báltico por conta do Bloqueio Continental, capitularia ante a autocontenção norte-americana, tornando a liberar o comércio entre os Estados Unidos e a França. Equivocaram-se. O esquema acirrou os ânimos nos dois países até escalar para a Guerra Anglo-Americana (1812-1815).²⁰

No cômputo geral, os embargos e o conflito entre Washington e Londres tiveram um saldo seccional assimétrico nos Estados Unidos, negativo para as exportações de algodão cru do Sul e catastrófico para as reexportações operadas pelo Norte. Como vimos na Introdução, o capital gerado pela venda de artigos europeus ao Caribe e de

¹⁸ Citações, respectivamente, em AC, HR, 17 de fevereiro de 1807, 527-528 e 26 de fevereiro de 1807, p. 626.

¹⁹ Allan Kulikoff, "Uprooted People: Black Imports in the Age of the American Revolution, 1790-1820". In: Ira Berlin e Ronald Hoffman (orgs.). *Slavery and Freedom in the American Revolution*. Charlottesville: University Press of Virginia, 1983, p. 143-171.

²⁰ Donald R. Hickey, "American Trade Restrictions During the War of 1812". *The Journal of American History*, vol. 68, núm. 3 (dez. 1981): 517-538; J. C. A. Stagg, "James Madison and the Coercion of Great Britain: Canada, the West Indies, and the War of 1812". *The William and Mary Quarterly*, vol. 38, núm. 1 (jan. 1981): 3-34; e Paul A. Gilje. *Free Trade and Sailor's Rights in the War of 1812*. Cambridge, MA: Cambridge University Press, 2013, p. 150-170 e 230-243.

artigos caribenhos à Europa durante as Guerras Revolucionárias reajustara as contas da república, tendo um papel muito mais importante que o da produção algodoeira escravista no conjunto da economia norte-americana. Ao passo que o valor das remessas de algodão cru raspou nos 15% da balança comercial no quinquênio 1803-1807, as divisas geradas pela reexportação no mesmo período perfizeram 61% do comércio exterior (reexportações mais exportações). Durante os embargos recíprocos entre França, Grã-Bretanha e Estados Unidos (1808-1815), as condições sistêmicas que haviam alimentado as revendas norte-americanas no mercado mundial se evaporaram, e o ramo mais dinâmico da economia nacional colapsou:

Fonte: *American State Papers. Documents, Legislative and Executive, of the Congress of the United States. Commerce and Navigation*. Washington: Gales and Seaton, 1832, vol. I, p. 541-543 (1803), 588-591 (1804), 668-671 (1805), 693-964 (1806), 722-723 (1807), 735-738 (1808), 812-815 (1809), 866-869 (1810), 889-891 (1811), 963-966 (1812); 993-995 (1813), 1022-1024 (1814).

O ano-base deste e dos próximos gráficos é fiscal. Começa em 1 de outubro e termina em 30 de setembro.

Como se observa no gráfico, a oscilação para baixo do comércio exterior no intervalo 1808-1814, em comparação com o 1803-1807, foi muito mais acentuada para as reexportações que para as remessas de algodão. A diferença de magnitude dos prejuízos regionais da guerra ajuda a entender por que a diplomacia de Jefferson e Madison despertou não no Sul, e sim na Nova Inglaterra, uma histeria conspiratória contra aqueles que eram chamados de “nababos da Virgínia”. Segundo a catilinária, a Constituição de 1787 resultara de uma barganha que tinha dado ao Sul o favor de um colégio eleitoral inchado pela cláusula dos três quintos e ao Norte o benefício da maioria simples parlamentar na aprovação dos Navigation Acts. Em termos um pouco

mais abstratos, isso significava que o poder político de um só era legítimo, aceitável, se os interesses comerciais do outro fossem respeitados. De 1807 em diante, continuava a acusação, os virginianos usaram a alavanca dos três quintos para saltar à Presidência (com efeito, Jefferson se elegera em 1800 pela diferença mínima de 1 voto do colégio eleitoral) e, uma vez no topo, dirigiam a máquina da União contra a economia naval-mercantil do Norte. Numa palavra, violavam a boa-fé do pacto federal de 1787.²¹

Em 1811, na véspera da Guerra Anglo-Americana e já no meio da crise que o sistema de embargos recíprocos havia precipitado nos Estados Unidos, um político de Massachusetts começou a friccionar o problema constitucional da Compra da Louisiana. A Câmara dos Representantes estava regulando a fundação do Estado da Louisiana (a primeira do tipo na área comprada à França), quando ele pediu a palavra. “Se esta lei passar”, advertiu, “é minha convicta opinião que levará virtualmente à dissolução desta União”. “Senhor, a questão se remete à distribuição do poder, assegurada pela Constituição a cada Estado da União.” “Terá algum dos três ramos do governo o direito de enfraquecer e diminuir, de livre vontade, a influência assegurada a cada Estado neste pacto, introduzindo livremente novos parceiros situados além dos limites originais dos Estados Unidos?” No ano seguinte, da guerra com a Grã-Bretanha, o ressentido autor de um panfleto intitulado *Slave Representation* disse que Jefferson e Madison só conseguiam arrancar “muitas das piores medidas” contra os interesses do Norte graças ao “voto dos representantes dos escravos africanos”, isto é, a cláusula dos três quintos, “a parte podre da Constituição” que “precisa ser amputada”. Por três anos consecutivos jornais do Norte maldisseram os “nababos da Virgínia”, e no fim de 1814 federalistas da Nova Inglaterra reunidos em Hartford (Connecticut) pediram uma reforma constitucional que anulasse a proporcionalidade escrava e exigisse a supermaioria de dois terços no Congresso para a criação de novos Estados além do Rio Mississippi. Um dos maiores legados da Guerra Anglo-Americana foi cravar de uma vez por todas na política nacional dos Estados Unidos a percepção de que o sentido do pacto constitucional de 1787 podia ser violado em sua dimensão ilocutória e que, quando isso ocorresse, precisava ser restaurado em sua força original.²²

²¹ Para a politização da escravidão durante a Guerra Anglo-Americana, Matthew Mason. *Slavery and Politics*, p. 42-74.

²² Josiah Quincy, AC, HR, 11º Congresso, 14 de janeiro de 1811, p. 535 [Serenio Edwards Dwight]. *Slave Representation, by Boreas. Awake! O Spirit of the North*. New Haven, 1812, apud Mason. *Slavery and Politics*, p. 52.

Os sulistas, em contraste com a comunidade mercantil dos Estados atlânticos do Norte, tinham razões de sobra para tolerar os tempos difíceis da guerra. Eles haviam botado no comando da república virginianos de sua inteira confiança. O montante de capital que eles perderam – ou deixaram de ganhar – de 1808 em diante era menos expressivo que o das reexportações que se evaporaram entre os dedos dos nortistas do dia para a noite. E, acima de tudo, a própria dinâmica do conflito lhes rendeu ganhos inestimáveis. Em março de 1814, o general Andrew Jackson, do Tennessee, embalado pela mobilização militar no país, reuniu seus soldados para um ataque aos índios creeks, com o pretexto de revidar um assalto que os nativos tinham feito ao Forte Mims, a 60 km de Mobile, Alabama. Jackson encurralou-os às margens do Rio Tallapoosa, massacrou 900 indivíduos, muitos dos quais mestiços e proprietários, e impôs aos remanescentes um tratado de cessão de 23 milhões de acres na fértil região dos solos calcários negros que manchavam o norte do Estado do Alabama. Esse foi o início de um processo promissor de limpeza étnica. Até ali as planícies que corriam dos Estados atlânticos ao Golfo do México pelo Sul dos Apalaches só haviam tido em comum a formação geológica sedimentar do Cretáceo. Dois anos depois da carnagem de Tallapoosa, o cinturão algodoeiro do Extremo Sudoeste deslanchou. Agora as planícies costeiras estavam a caminho de formar a unidade geocológica que o avô de Lincoln não conheceu.²³

A Guerra Anglo-Americana magnificou o impacto da Compra da Louisiana sobre o sentido da Convenção da Filadélfia. Todavia, tal como ocorrera no assunto do tráfico negreiro transatlântico, o debate constitucional dormitou de novo logo depois que sua causa imediata desapareceu (o conflito terminou no início de 1815). Para que o sentido da Constituinte parisse um monstro de maior envergadura como a Crise do Missouri, era necessário outro fenômeno – o terceiro da série –, perene, duradouro, difícil de mudar pela vontade dos chefes de Estado. Esse fenômeno existiu. E proveio da reorganização da economia mundial na ordem pós-napoleônica.

Assim que os Estados europeus recuperaram suas soberanias no Congresso de Viena (1814-1815), eles enfrentaram o desafio duplo de se reinserir na economia mundial e manter a ordem social doméstica. Em concreto, eles precisavam reajustar suas contas externas e reassentar no campo centenas de milhares de veteranos das guerras revolucionárias. O remédio comum aos dois problemas, encontraram-no num

²³ Edward E. Baptist. *The Half that Has Never Been Told: Slavery and the Making of American Capitalism*. Nova York: Basic Books, 2014, p. 68-73.

protecionismo industrial, mercantil e agrícola altamente seletivo. As alíquotas tarifárias expulsavam da Europa o trigo, dado que os camponeses dependiam de seu plantio para viver, e acolhiam o algodão, pois era cultivado fora do continente e os subalternos precisavam de roupa barata. É difícil exagerar o choque da nova ordem mundial sobre os Estados Unidos. A economia escravista algodoeira continuou no regime de livre comércio que conhecera nas Guerras Revolucionárias, já a economia do trigo chegou ao fim de uma longa bonança internacional que havia começado mais de vinte anos antes. O protecionismo europeu dividiu, por assim dizer, a economia nacional norte-americana ao meio. Napoleão nem tinha caído, e os moradores do Kentucky, um dos celeiros da república, já emitiam sinais amarelos ao Congresso: “A rápida acumulação de riqueza que os Estados Unidos têm feito desde as guerras da Revolução Francesa foi ocasionada por uma extensão artificial do comércio e por uma demanda não natural dos produtos da nossa agricultura”. “Não devemos esperar uma guerra eterna na Europa”. Era preciso fazer alguma coisa. Depois do conflito, “onde iremos encontrar um mercado para a produção do nosso solo?”²⁴

A ordem pós-napoleônica marcou o fim de uma conjuntura, a da integração complementar dos mercados imperiais, e o início de outra, a do mercado integrado mundial de commodities da periferia. Suas consequências mais amplas para as mercadorias tropicais e o alinhamento internacional dos espaços escravistas do Novo Mundo serão analisadas na Parte II. Por ora, é preciso apenas assinalar que ela redefiniu a percepção norte-americana sobre o avanço da fronteira agrícola no Oeste da república. Se o mercado mundial estava capitalizando a economia algodoeira escravista do Sul Profundo, mas não a agricultura alimentar dos platôs transapalachianos do Norte, que efeito isso teria para a ocupação das terras compradas à França em 1803? Se Nova Orleans, o coração da fronteira agrícola algodoeira, se tornasse a capital da escravidão nos Estados Unidos, até que ponto sua influência – demográfica, intelectual, comercial e financeira – determinaria o regime de trabalho a ser adotado no resto da Compra da Louisiana? De que modo, em suma, os vetores econômicos do sistema mundial e a dinâmica nas fronteiras da mercadoria dentro do país, chocando-se com os atos

²⁴ “Encouragement to manufactures, communicated to the Senate, January 22, 1811: to the Honorable Congress of the United States, the Memorial of the Subscribers, citizens of the town of Lexington and county of Fayette, and State of Kentucky, respectfully sheweth”. In: *American State Papers. Documents, Legislative and Executive, of the Congress of the United States. Finance*. Washington: Gales and Seaton, 1832, vol. 2, p. 465-466.

ilocutórios constituintes de 1787, alterariam o sentido do pacto constitucional como um todo?

Quem lê os debates parlamentares da Crise do Missouri não se engana: os atores do Norte estavam na defensiva, achavam que o escravismo ia avançar sobre a liberdade nas terras além do Rio Mississippi. Quando se busca uma resposta a essa inquietude, o primeiro fator que vem à mente é a demografia. Ele também deve ser o primeiro a ser descartado. Afinal, a Baía de Chesapeake não provia o Sul Profundo de mais escravos que o Norte o Noroeste de gente livre. Pelo contrário. A elasticidade demográfica das regiões livres, realimentadas por levas de migrantes europeus, era muito maior que a das regiões escravistas, como revelam os recenseamentos da época. A população do Noroeste (Ohio, Indiana, Illinois) teve incremento de 517 mil indivíduos na segunda década do século 19 – os quais, para efeito de cálculo, serão convencionados aqui como migrantes. Visto que sua área é de 359 mil km², a densidade migratória da região foi de 1,44 hab/km² entre 1810 e 1820. Já a população total dos Estados do Mississippi e Alabama aumentou em 162 mil indivíduos, numa área total de 260 mil km². Para o mesmo intervalo, sua densidade migratória foi de 0,62 hab/km², portanto menos da metade de sua contraparte do Norte. Abstraídos do tecido social (relações sociais de produção, demanda mundial, tarifas europeias), os números sugerem que o mercado de terras no Noroeste, por conta do adensamento demográfico e do alto afluxo de pessoas, foi maior que o do Sudoeste, dando a impressão de que o regime de trabalho livre é que estava prestes a incorporar as terras compradas à França no outro lado do Rio Mississippi. O gráfico abaixo espanca esse raciocínio intuitivo. Nele se vê o montante dos pagamentos devidos ao governo federal por compra das terras devolutas no Oeste entre 1810 e 1820:

Fonte: *American State Papers. Documents, Legislative and Executive, of the Congress of the United States. Public Lands*. Washington: Gales and Seaton, 1834, vol. 3, p. 371.

Começemos a análise do gráfico pela linha “Total”. Até 1815 o volume de operações fundiárias no Oeste norte-americano passou por um leve crescimento. Restaurada a paz na Europa, aumentou exponencialmente. A maior parte das exportações norte-americanas se destinava à Grã-Bretanha, onde era saldada com letras de câmbio em libras esterlinas. As libras constituíam uma chave capaz de abrir qualquer porta no mercado de capitais europeu. Quem as possuía em grande quantidade, como os bancos estaduais norte-americanos e o Banco dos Estados Unidos (espécie de banco central da república na época), contava com crédito fácil, amplo e barato na arena mundial. Como a estrutura bancária estadual nas fronteiras agrícolas do Oeste ainda era precária, o Banco dos Estados Unidos inundou-as desse crédito, e a venda de terras na região mais que dobrou a cada dois anos na segunda metade da década.²⁵

Agora passemos às demais linhas do gráfico. Até 1817 a discrepância no volume dos mercados fundiários do Noroeste e do Sudoeste reflete a diferença na densidade migratória para os dois espaços, isto é, as fronteiras agrícolas das regiões livres, devido ao seu adensamento demográfico, movimentam um volume maior de operações fundiárias que as fronteiras agrícolas das regiões escravistas. De 1817 em diante, a situação se inverte. O Alabama e o Mississippi, embora menores, embora menos

²⁵ Richard Holcombe Kilbourne, Jr. *Slave Agriculture and Financial Markets in Antebellum America: The Bank of the United States in Mississippi*. Londres: Pickering and Chatto, 2006, p. 1-52; Leon M. Shur, “The Second Bank of the United States and the Inflation after the War of 1812”. *Journal of Political Economy*, v. 68, núm. 2 (abr., 1960): 118-134; e Edward E. Baptist. *The Half that Has Never Been Told*, p. 90-92 e 215-261.

povoados, embora menos populosos, giram um volume de negociações fundiárias especulativas maior que o Noroeste. A paz mundial, em si, é incapaz de explicar a mudança. O que está por trás do fenômeno é a conjuntura do mercado integrado mundial de commodities da periferia, cuja dinâmica havia colocado o algodão acima do trigo no mercado global justamente em 1817, como ilustra o gráfico abaixo:

Fonte: *American State Papers. Documents, Legislative and Executive, of the Congress of the United States. Commerce and Navigation*. Washington: Gales and Seaton, 1834, vol. II, p. 1022-1024 (1814), 20-21 (1815), 147-148 (1816), 53-54 (1817), 155-156 (1818), 385-387 (1819), 466-469 (1820).

A reunião dos dois gráficos anteriores ajuda a esclarecer a anomalia que se nota no lado direito do gráfico abaixo, relativo ao preço anual médio das terras federais devolutas arrematadas em leilões públicos nas fronteiras agrícolas do Oeste. Mais uma vez, até 1815 o mercado de terras no Noroeste é um pouco mais aquecido, provavelmente por causa de seu adensamento demográfico. Depois de 1817, os lotes comprados no Sudoeste se valorizam numa escala muito maior que os do Noroeste:

Fonte: *American State Papers. Public Lands*, 1834, vol. 3, p. 371.

O repique da linha escura se deve também à formação geológica da América do Norte. O Sudoeste tinha uma vantagem natural sobre o Noroeste, a de possuir rios navegáveis que desaguavam diretamente no Golfo do México: o Estado do Alabama e sua bacia do Mobile, composta pelos Rios Tombigbee e Black Warrior a oeste e pelos Alabama e Tallapoosa a leste, ou o Estado do Mississippi e sua bacia homônima, para onde afluíam o Yazoo e o Big Black, e que irrigava a Louisiana e o Arkansas. Sem a mesma formação geológica, a ala norte se entranhava no continente desprovida de acesso ao mar, uma grande desvantagem que foi superada apenas quando uma série de canais abriu o corredor latitudinal direto entre os Grandes Lagos e o Atlântico a partir de 1825 (como o Canal Erie). Seja como for, os canais ainda descansavam no ventre do futuro. O que de concreto aconteceu depois de 1815 é que o escravismo não ameaçava avançar sobre a Compra da Louisiana porque seu fluxo migratório fosse tão denso que precisava de mais terras, mas, pelo contrário, porque podia movimentar um rico mercado agrário mesmo com um número muito menor de pessoas. Para completar essa explicação e dar-lhe mais materialidade, é preciso recorrer ao conceito de geografia locacional da escravidão.²⁶

²⁶ Para a república “potâmica” dos Estados Unidos, D. W. Meinig. *The Shaping of America. Volume 2: Continental American, 1800-1867*, p. 316-320. Carol Sheriff. *The Artificial River: The Erie Canal and the Paradox of Progress, 1817-1862*. Nova York: Hill and Wang, 1996.

Mapa 3. O Sul e seus rios navegáveis que desaguam no Golfo do México (baseado em D. W. Meinig, 1995, vol. 2, p. 320)

Como notou o historiador Gavin Wright, o direito tem ficções que nem a ficção imagina. Graças a uma delas, o escravo era submetido a um processo de comodificação que o etiquetava, segundo convenções abstratas, com valores de troca independentes de seu universo subjetivo: idade, porte físico, saúde, sexo, habilidade profissional e cotação dos bens que produzia. Precificado à sua própria revelia, ele virava um colateral, isto é, um bem oferecido em hipoteca na obtenção dos créditos que movem desde os negócios locais até as finanças mundiais. Por outra ficção jurídica, o escravo empregado numa fazenda da, digamos, Carolina do Sul podia ser violentamente realocado noutra do Delta do Mississippi. Sob o estalo do chicote e a mira das forças públicas, virava um elemento

de produção arbitrariamente deslocável, ao contrário do imigrante livre (deslocável, porém não sujeito ao arbítrio do fazendeiro) ou das instalações agrárias (sujeitas ao arbítrio do fazendeiro, porém não deslocáveis). Removível contra a sua vontade, ele era um fator de valorização fundiária transportável. Fosse como meio de obtenção de crédito (escravo-colateral), fosse como meio de valorização de imóveis (escravo-insumo), a pessoa escravizada se convertia no nóculo que unia o fio das plantations ao fio das altas finanças, o mundo da compra e venda de terras ao mundo da compra e venda de capital. “A escravidão criou um mercado de crédito forte, regionalmente unificado, dentro do Sul”, diz Wright. “Nesse sentido as plantações sulistas constituíram uma forma de agricultura mais avançada e financeiramente mais sofisticada que a agricultura familiar no Norte”.²⁷

Se uma ficção, como tantas vezes os linguistas gostam de repetir, cria realidades, que dizer então das duas ficções jurídicas do homem escravizado, o escravo-insumo e o escravo-colateral? Porque eram coercíveis, porque não decidiam seu destino, porque não criavam mobilidade própria, os cativos podiam ser realocados para regiões mal povoadas, paragens inóspitas (sem escolas, serviços públicos, canais e outros estímulos positivos que atraem migrantes), porém dotadas de rios planos navegáveis na maior parte do ano, como o eram as planícies costeiras do Golfo do México. Porque vinculados às terras, porque forçados a trabalhar, porque oferecidos como colaterais na tomada de empréstimos, eles geravam dinheiro e em pouco tempo, desde que num contexto mundial favorável como o do mercado integrado de commodities da periferia, transformavam a paisagem “natural” em mercadoria. Os algarismos esclarecem o fenômeno. O Alabama e o Mississippi tinham 74 mil escravos em 1820, contra 780 mil indivíduos livres nos três Estados do Noroeste. Um número mais de dez vezes menor. E ainda assim, esses 74 mil, submetidos, torturados, espoliados de si, movimentaram um mercado especulativo fundiário maior que os 790 mil livres da fronteira agrícola norte. Com cativos de outros Estados, colheram tanto algodão, que a média aritmética da safra do produto passou de 77 milhões de libras (1810-1814) para 130 milhões de libras (1815-1819), e a cota da fibra nas divisas de exportação da república saltou de 15% para 33% no mesmo período. A ficção cria duras realidades: o Sul foi vazado no molde da geografia locacional da escravidão, um padrão de ocupação espacial e de mercado

²⁷ Para o impacto da definição jurídica do escravo na alocação racional de recursos escassos, Gavin Wright. *Slavery and American Economic Development*. Baton Rouge: Louisiana State University Press, 2006 (citação, p. 70).

especulativo fundiário baseado em baixa densidade demográfica, violência física, grande giro de capital e avanço agressivo das fronteiras da mercadoria.²⁸

Agricultores do Oeste livre percebiam os prodígios do ser humano quando reduzido a insumo portátil e colateral que fala. Enquanto as Guerras Revolucionárias mantiveram em alta a economia do trigo no mercado mundial, os moradores do território de Indiana radicados no cone invertido que se forma entre os Rios Mississippi e Ohio dispararam oito petições ao Congresso solicitando que a introdução de escravos fosse permitida na região. Sua reclamação básica era a dificuldade de se formar um mercado de mão de obra livre denso o bastante para fazer girar a economia local e as especulações fundiárias. “Trabalhadores não podem ser encontrados no auxílio do cultivo do solo por menos de um dólar por dia”, queixavam-se. As pessoas não migravam para a região “por falta de terras abertas à colonização” e “por falta de estradas públicas”. Numa petição assinada por 354 cidadãos, diziam-se convencidos de que, com alguns escravos na mão, não muitos, alguns poucos milhares que pudessem vir de Chesapeake por dez anos, já conseguiriam “melhorar o valor das terras públicas a leste do Mississippi, tornar rápidas as suas vendas e, aumentando a sua população, colocar numa situação florescente a região que agora pede proteção e apoio do governo.” Eles tinham entendido o espírito da escravidão. Um sistema de trabalho que, pela graça de suas ficções jurídicas, rodava o mercado fundiário com apenas alguns milhares de escravos. Não queriam plantar algodão. Nem precisavam. Queriam apenas montar uma agricultura de abastecimento alimentar com um padrão de baixa densidade demográfica e alta especulação fundiária. O Congresso rejeitou por anos a fio o pedido dos moradores de Indiana. Mas, do lado de lá do rio, nas áreas ainda mais fronteiriças da Compra da Louisiana, outros agricultores iam acumulando seus poucos, porém suficientes escravos. Quantos Estados dali iam desejar a geografia locacional da escravidão? Essa foi a questão que bateu à porta do Congresso na tarde de um sábado de 13 de fevereiro de 1819.²⁹

Mais uma temporada da Câmara dos Representantes se arrastava para o fim, quando os deputados avaliaram o pedido do Missouri para passar da categoria de

²⁸ Índices do algodão em Stuart Bruchey (org.). *Cotton and the Growth of the American Economy: 1790-1860. Sources and readings*. Nova York: Harcourt, Brace & World, Inc., 1967, p. 15-19. Dados demográficos em Ira Berlin. *Gerações de cativo: uma história da escravidão nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Record, 2006, Tabela 1, p. 320-323 (população escrava); e *Historical Statistics*, vol. 1, série A 195-209, p. 27 e 33 (população no Noroeste).

²⁹ Jacob Piatt Dunn (org.). *Slavery Petitions and Papers*. Preparado pela Indiana Historical Society Publications, vol. 2, núm. 12. Indianápolis: Bowen-Merryll, 1894, citação na p. 46. Christopher Childs analisa, por outro viés, essa documentação em *The Failure of Popular Sovereignty*, p. 23-28.

território à de Estado. James Tallmadge pediu, então, a palavra. Eleito por Nova York, debutante, despretensioso, Tallmadge, que chegara à Câmara substituindo um colega morto, impôs uma curta e grossa condição. Para que o Missouri estrelasse na bandeira da república, o Congresso devia proibir a entrada de mais escravos em seu território e aplicar nele uma lei do ventre livre. Sua fala detonou a Crise do Missouri (1819-1821). Um dos confrontos seccionais mais bombásticos que os Estados Unidos encenaram antes da Guerra Civil, a controvérsia mobilizou o Congresso como nunca se vira de janeiro a março de 1820. Nesses três meses, somado o número de sessões dedicadas a ele, o Senado e a Câmara dos Representantes consumiram, cada um, quatro semanas ininterruptas de trabalho e descarregaram, juntos, mais de 1000 páginas de debates parlamentares. A maioria dos 46 senadores e um quarto dos mais de 180 deputados subiram na tribuna para fincar sua bandeira num dos dois lados da trincheira ideológica. Foram raríssimos os discursos curtos. A média dos menores cravava uma hora. Não raro tomavam um turno inteiro. Com três, quatro, até cinco horas de duração.³⁰

Os congressistas do Sul, quase todos republicanos, traziam no bolso a sua própria explicação para o episódio. Acreditavam que os remanescentes do desconchavado Partido Federalista haviam inoculado o vírus da discórdia nos republicanos do Norte porque vinham comendo poeira nas eleições presidenciais desde 1800. Sua prova dos nove era o rancor que ambos destilavam contra a cláusula dos três quintos, embutida no Colégio Eleitoral que desde 1800 vinha pondo o Executivo nacional nas mãos de republicanos do Sul (Jefferson, Madison, Monroe). Se os sulistas lessem o futuro, reforçariam seu argumento com a trajetória do homem que espoletou a Crise do Missouri. Tallmadge parecia ter uma ética pautada menos por valores substantivos que por interesses específicos. O herói nova-iorquino que precisara de apenas 53 palavras para paralisar o Congresso dos Estados Unidos em 1819 não esteve à altura de sua própria grandeza dois anos depois, na Constituinte estadual de Nova York. Ali, entre amigos, na sua própria casa, ele voltou ao ordinário da vida, pedindo sufrágio universal aos brancos e exclusão política dos negros. Revelou, assim, que não era a favor dos descendentes de africanos. Era apenas contra a escravidão. Não contra a escravidão em geral. Só contra aquela que desequilibrava a distribuição espacial do

³⁰ AC, HR, 15º Congresso, 13 de fevereiro de 1819, p. 1166, 15 de fevereiro de 1819, p. 1170, e 16 de fevereiro de 1820, p. 1214. A chamada Crise do Missouri envolveu duas questões: i. se o Congresso tinha poderes para definir o futuro da cativo na jurisdição do Missouri (1819-1820); ii. se a Constituição estadual do Missouri podia barrar o ingresso de negros livres ou libertos no Estado sem violar a definição de dos direitos civis inscrita na cláusula dos privilégios e imunidades da Constituição Federal (1821). Só a primeira será abordada nas páginas seguintes.

poder federal. A leitura que os sulistas fizeram da Crise do Missouri, desacreditada hoje em dia, é exagerada. Mas, como todo exagero, parte de uma base correta. Tallmadge que o diga. Para a sua hagiografia, perdera a excelente oportunidade de ficar calado.³¹

Quando Tallmadge leu sua emenda naquele 13 de fevereiro, o escravismo se propagava na ex-colônia francesa. A Louisiana tinha se tornado Estado em 1812. Se admitido, o Missouri seria o segundo da Compra da Louisiana, e o segundo escravista; carimbaria o cativo ao sul de sua fronteira, no Arkansas, que de fato foi o terceiro Estado da região, e o terceiro escravista; e, de quebra, serviria de trampolim para a migração de proprietários de escravos ao norte daquele vasto *wilderness* adquirido em 1803 – afinal, quem garantia que a geografia locacional da escravidão não ia converter, com um punhado de cativos, outros espaços da Compra da Louisiana ao escravismo? Para pôr sal na ferida, Tallmadge e seus colegas ainda sabiam que, naquela mesma semana do dia 13, um diplomata espanhol estava assinando em Washington um tratado no qual Madri passava aos Estados Unidos a atual Flórida. A península, por sua posição, prometia ser o quarto Estado escravista parido de aquisições pós-constitucionais, além de pôr a conquista de Cuba na mira do Sul. “Com a Flórida de um lado”, atinou um coevo em 1819, os Estados Unidos miravam “Cuba de outro”. Tantos Estados escravistas adicionais tornariam a Virgínia a maternidade perpétua dos presidentes da república. E a Guerra de 1812 já ensinara uma lição: demasiado poder federal nas mãos dos sulistas induzia a violações das barganhas costuradas entre os Estados originais na Convenção da Filadélfia. Era chegada a hora de agir.³²

O deputado John W. Taylor, também de Nova York, também contrário aos direitos políticos dos negros em seu Estado, apoiou a emenda Tallmadge e propôs que a plenária a discutisse seguindo uma ordem. Antes de qualquer coisa, precisava decidir se o Congresso tinha poderes constitucionais para interferir na escravidão no Missouri.

³¹ Atuação de Tallmadge na Constituinte de seu Estado em *Reports of the Proceedings and Debates of the Convention of 1821, Assembled for the Purpose of Amending the Constitution of the State of New York*. Albany: Hosford, 1821, p. 441 e 557.

³² O Tratado Transcontinental de Washington, firmado em 22 de fevereiro de 1819 e também chamado de Adams-Onís, está comentado em Daniel W. Howe. *What Has God Wrought: The Transformation of America, 1815-1848*. Nova York: Oxford University Press, 2007, p. 108-111. Citação sobre Cuba extraída de Freeman Rattenbury. *Remarks on the Cession of the Floridas to the United States of America, and on the Necessity of Acquiring the Island of Cuba By Great Britain*. Segunda edição. Londres: 1819, p. 17. “Quando a Constituição foi adotada”, resumiu um deputado mais tarde, “o [Rio] Mississipi, a oeste, e a Flórida, no sul, formavam os limites da república confederada. Para todos os efeitos da Constituição, tais fronteiras formavam limites insuperáveis, além dos quais uma população escrava não traria ao Congresso representação sobre aquela base. As compras da Flórida e da Louisiana adicionaram dois novos Estados escravistas e, antes do que se pensa, vão provavelmente adicionar outros dois. Vocês percebem que isso alterou, em muito, o equilíbrio da Constituição?” *Register of Debates, HP*, 23 de dezembro de 1835, p. 2062 (William Slade, de Vermont).

Caso os tivesse, então podia deliberar se era conveniente exercê-los. Todos aceitaram a sugestão, e a contenda começou.

Os restricionistas (contra a escravidão no Missouri) dividiram seus argumentos constitucionais em três núcleos. Primeiro: a compra de terras estrangeiras (como a da Louisiana) não estava prevista na Constituição federal, a qual admitia apenas Estados nascidos da “jurisdição de qualquer outro Estado” (seção 3 do artigo IV), tal como ocorrera com Ohio, Illinois, Indiana, Kentucky, Tennessee, Mississippi e Alabama, destacados das jurisdições dos Estados atlânticos. “Os redatores do tratado [da Compra da Louisiana] sabiam bem”, resumiu Taylor, “que o presidente e o Senado não podiam obrigar o Congresso a admitir novos Estados na União.” Segundo: o cativo nos territórios originais da república era intocável porque os Constituintes tinham aceitado respeitar o status quo. Se a convivência não era óbvia no texto, podia ser inferida da cláusula dos três quintos. “Esse é um importante benefício concedido aos Estados escravistas”, disse Tallmadge, “como um dos muitos sacrifícios da União”. O terceiro núcleo decorria do segundo: como os Constituintes visualizaram apenas o cativo aquém do Mississippi, a Constituição não podia protegê-lo além do rio. “Nenhuma dessas causas que induziram o sacrifício desse princípio”, sintetizou Tallmadge referindo-se à cláusula dos três quintos, “e que agora produzem uma representação tão desigual da população livre do país, existe entre nós e os territórios recentemente adquiridos além do Mississippi”.³³

Os escravistas se aglutinaram em torno de Henry Clay (presidente da Câmara), John Scott (Missouri) e Philip Pendleton Barbour (Virgínia). Time composto por um político investido de função-chave no Legislativo, um delegado do território que estava em discussão e um porta-voz do Estado que organizava o tráfico negreiro interestadual para o Sul Profundo. Sua principal argumentação constitucional era simples. Se o texto de 1787 fosse graduado com um sentido para os territórios originais e outro para os recém-adquiridos, violaria a definição dos direitos civis inscrita na cláusula dos privilégios e imunidades (“os cidadão de cada Estado devem ser intitulados com todos os privilégios e imunidades dos cidadãos dos demais Estados”). Isto é: se a emancipação fosse imposta pela União, o Missouri teria cidadãos de segunda categoria, esbulhados do direito ao autogoverno que os da Virgínia, por exemplo, fruía.³⁴

³³ AC, HP, 15º Congresso, 15 de fevereiro de 1819, p. 1170-1184, e 16 de fevereiro de 1819, p. 1203-1213.

³⁴ AC, HR, 15º Congresso, 15 de fevereiro de 1819, p. 1186, e 16 de fevereiro de 1819, p. 1196-7, 1201.

As bancadas do Norte mostraram um raro momento de coesão e em 16 de fevereiro bateram os sulistas nos dois itens que Tallmadge apresentara, a proibição da entrada de novos escravos (87 vs. 76) e a emancipação do ventre escravo (82 vs. 78). Nas sessões seguintes, propuseram restrição semelhante para o território do Arkansas, sofrendo, contudo, uma série de derrotas pelo placar apertadíssimo de um ou dois votos (71 vs. 70; 75 vs. 73; 89 vs. 88; 89 vs. 87). Sem os dois deputados que o tráfico negreiro transatlântico rendera no início do século 19, o Sul podia ter perdido o Arkansas na Câmara dos Representantes e entrado no recesso parlamentar (março-dezembro) com duas derrotas acumuladas, sendo obrigado a engolir um acordo leonino na retomada dos trabalhos do Congresso, prevista para dezembro de 1819. No fim do ano, quando deputados e senadores voltaram a Washington, um imponente Capitólio se abriu às delegações. Era a primeira vez, desde que fora bombardeado pelos britânicos na Guerra Anglo-Americana, que ele seria ocupado e agora exibia uma nova rotunda vazada nas proporções do panteão romano. Os sulistas entraram naquele ambiente determinados a reverter a última votação do Missouri. O novo prédio lhes traria sorte.³⁵

O Maine havia acabado de se separar de Massachusetts e esperava autorização do Congresso para virar Estado da república. Aquilo era tudo o que os sulistas queriam, pois podia ser usado como moeda de troca pelo Missouri. No Senado James Barbour, irmão do outro Barbour, se encarregou de explorar a oportunidade. Produtor de trigo, dado a inovações agrônômicas, senhor de 100 escravos, dono de uma mansão palladiana assinada por Jefferson, Barbour fundiu num só projeto os dois pedidos de admissão, fez, como diz a língua inglesa em tais casos, o Missouri cavalgar no Maine para que corresse juntos no circuito parlamentar. A imagem da hípica não é boa. A velhacaria de Barbour se traduz melhor numa metáfora do seu ofício, a agricultura. Ao unir os projetos, ele enxertou o novo galho do Missouri nas antigas terras do Maine, isto é, botou os direitos das possessões pós-constitucionais em pé de igualdade com os direitos dos Estados originais. O discurso sulista do ano anterior sobre a isonomia federal dos direitos civis se convertia em procedimento legislativo. Quando o fazendeiro experimental é bom, o enxerto pega. O Senado adotou a solução Barbour.³⁶

³⁵ Respectivamente, *AC, HR*, 15º Congresso, 16 de fevereiro de 1819, p. 1214-1215; e *AC, HR*, 15º Congresso, 17 de fevereiro, p. 1237-1238; e 19 de fevereiro de 1819, p. 1272-1274.

³⁶ *AC, Senate*, 16º Congresso, 14 de janeiro de 1820, p. 101-116. A respeito de Barbour, Charles Lowery, “James Barbour, a Progressive Farmer of Antebellum Virginia”. In: John Boles (ed.), *America, The Middle Period: Essays in Honor of Bernard Mayo*. Charlottesville, VA: University of Virginia Press, 1973, p. 168-187. A língua inglesa chama de *rider* (cavaleiro, montador) uma emenda parlamentar extrínseca ao assunto de certo projeto, mas que é adicionada a ele a fim de passarem juntos na plenária.

Um senador quaker da Pensilvânia, Jonathan Roberts, redigiu um substitutivo à proposta de Barbour claramente desenhado para driblar questões constitucionais. Ao invés de tocar no espinhoso problema da emancipação escrava por ação legislativa federal, ele sugeriu somente proibir o tráfico negreiro interestadual para o Missouri. Se queria desinflar os ânimos, Roberts errou. De 17 de janeiro a 1 de fevereiro, o Senado mergulhou no assunto, consagrando-o como o mais debatido da crise no ano de 1820. O quadro abaixo, com a síntese dos argumentos constitucionais de uma sequência de dez senadores que discursaram após a apresentação da emenda Roberts, mostra que o Senado discutiu por duas semanas, em essência, a relação entre a Constituição federal e o comércio negreiro interestadual de Chesapeake para a fronteira agrícola algodoeira.³⁷

Senadores	Emenda Roberts	Art. I Seção 8	Art. I Seção 9	Art. IV Seção 2	Ar. IV Seção 3	Art. IV Seção 4	10ª Emenda
Mellen (PA.)	Favor	—	X	X	X	—	—
Edwards(III.)	Contra	—	—	—	—	—	—
Leake (Miss.)	Contra	X	X	—	X	X	X
Lowrie (Pens.)	Favor	—	X	—	X	—	—
Burrill (R.I.)	Favor	—	X	X	X	—	—
Macon (C.S.)	Contra	—	X	—	X	—	—
Otis (MA.)	Favor	—	X	—	X	—	—
Smith (C.S.)	Contra	—	X	X	X	—	X
Ruggle (Oh.)	Favor	—	X	X	X	—	—
Trimble (Oh.)	Favor	—	X	X	X	—	—

Legenda:

X: abordou.

—: não abordou.

Fonte: AC, Sen., 16º Congresso, 17 a 27 de janeiro de 1820, p. 120-299.

Das seis passagens constitucionais apreciadas, a seção 3 do artigo IV e a seção 9 do artigo I foram de longe as mais examinadas. Elas tratavam, respectivamente, da

No próprio século 19 a metáfora foi aplicada ao Missouri. “A tentativa, no Senado, de anexar a lei do Missouri como um *rider* à lei do Maine deu certo”, escreveu Arthur Holmes em *Parties and Their Principles: A Manual of Political Intelligence, Exhibiting The Origin, Growth, and Character of National Parties*. Nova York: Appleton, 1859, p. 92-93.

³⁷ AC, Senate, 16º Congresso, 14 de janeiro de 1820, p. 118 e 17 de janeiro de 1820, p. 119.

admissão de novas unidades à União e do tráfico negreiro. A primeira dizia que o Congresso tinha poder para elaborar “todas as normas e regulações necessárias” relativas aos territórios. O que ficou em jogo foi o sentido da expressão *regulações necessárias*. Os sulistas pretendiam que ela se referisse à organização do território (limites externos e jurisdições federais internas), e não à propriedade privada dos cidadãos. Os antiescravistas queriam que englobasse ambos os aspectos, inclusive o comércio interestadual. Quanto à seção 9 do artigo I, seus termos classicamente perifrásticos diziam: “A migração ou importação de pessoas tais como as que os Estados agora existentes possam julgar próprias para admitir não pode ser proibida pelo Congresso antes do ano 1808”. Os parlamentares antiescravistas apertaram o texto até o limite. O termo *migração*, para eles, significava transferência de lugar para lugar, externa ou interna aos Estados Unidos, abarcando o comércio negreiro interestadual em sua plenitude, nos Estados antigos ou novos. Petições de Nova York, Nova Jersey, Ohio, Delaware e Connecticut endossaram a hermenêutica antiescravista. Os sulistas frisaram a diferença entre *importação*, vocábulo referente a bens estrangeiros que, portanto, excluía escravos nativos, e *migração*, termo que designava o deslocamento de indivíduos livres. Ou arguíram que ambos denotavam pessoas advindas de outros países, não em trânsito interno. Sentiam na pele, pela primeira vez desde o bill of rights, o alto preço dos circunlóquios que haviam aceitado inserir no texto constitucional.

A discussão no Senado foi vibrante, apaixonada, viva. A emenda Roberts interditava o tráfico negreiro interestadual para o Missouri e, se aprovada, criava um precedente para a desmontagem federal do comércio negreiro entre os demais Estados. No calor dos debates, um senador da Carolina do Sul cuspiu fogo. Encenou um dos discursos mais espetaculares em favor da escravidão vistos no Congresso desde 1790. Como um benevolente, ele, que se chamava William Smith, comparou a doce vida do homem escravizado às agruras do homem livre. Como um erudito, contrastou o cativeiro humano esclarecido de seu tempo com o bárbaro cativeiro da Antiguidade. Como um pastor, leu a plenos pulmões versículos do Levítico que santificavam o instituto da escravidão. No início de fevereiro, a matéria foi posta em votação. Se passasse, seria aceita na Câmara dos Representantes, um tiro no coração do tráfico negreiro interestadual. Na hora da verdade, perdeu por 27 a 16. Como um escravista, Smith respirou aliviado.³⁸

³⁸ AC, *Senate*, 16º Congresso, 26 de janeiro de 1820, p. 259-275 (discurso de Smith) e 1 de fevereiro de 1820, p. 359 (votação).

A capital da república tremeu uma sessão após a outra até que propostas conciliatórias começaram a surgir em ambas as Casas do Legislativo. A fórmula consagrada, do senador Jesse Thomas (Illinois) e do deputado Henry Storrs (Nova York), proibia a introdução de escravos nas regiões ainda não colonizadas que ficavam ao norte do paralelo 36° 30' (fronteira sul do Missouri), à exceção do próprio Estado do Missouri. Depois de muitas idas e vindas, a Câmara aprovou a moção com a magra margem de 3 votos (90 vs. 87). Como todo compromisso genuíno, a lei tem duas caras. De um lado, impediu que o *mercado integrado mundial de commodities da periferia* e a *geografia locacional da escravidão* fizessem o escravismo triunfar sobre a liberdade na maior parte da Compra da Louisiana. De outro, sugeria que o Congresso carecia mesmo de poderes para suprimir a propriedade escrava já existente nos territórios antigos e novos dos Estados Unidos.

O texto da Constituição federal de 1787 possuía uma notável dimensão não-textual. O que no capítulo anterior foi chamado de aparatos locutórios constitucionais era semanticamente determinado pelos correspondentes atos ilocutórios constituintes. Daí a ligação entre a Compra da Louisiana, a reabertura do tráfico negreiro transatlântico, a Guerra Anglo-Americana e a Crise do Missouri. No decurso desses episódios, o Sul foi acusado de agir inconstitucionalmente não por violar a letra da Constituição, mas sim por ignorar o espírito que os atos constituintes imaterializados no texto lhe haviam dado. A retomada do tráfico negreiro em 1803 feria algum artigo da Constituição? Não. Apenas atropelava a barganha que, na aprovação da cláusula dos três quintos, convencionara que o infame negócio não seria usado para turbinar a representação do Sul no Congresso. Os embargos de Jefferson e Madison feriam a cláusula dos Navigation Acts? Não. Atropelavam o sentido da barganha envolvendo representação política do Sul e proteção econômica do Norte. A admissão do Missouri como Estado escravista feria algum artigo da Constituição? Não. Atropelava o sentido da barganha entre a navegação do Mississippi e a Ordenança do Noroeste que partilhara os territórios originais conhecidos dos founding fathers. O que a maior parte dos restricionistas queria era uma Constituinte informal, fora de época, uma pós-Constituinte, que restaurasse o sentido histórico do texto de 1787, na tentativa de controlar a distribuição do poder político federal na conjuntura do mercado integrado de

commodities da periferia. Um novo pacto constitucional para um país renascido em suas fronteiras agrícolas.³⁹

Se os restricionistas achavam que o presente tinha degenerado a Constituição, os escravistas achavam que a Constituição tinha construído o presente. Em 1787 muitos haviam exigido garantias federais da escravidão numa concepção ampla de repertório de constitucionalização. Por força das circunstâncias, contentaram-se com uma concepção estreita, um texto lacunar que reconhecia o cativo sem perpetuá-lo. Em 1819 agradeciam a fórmula escolhida. Graças ao silêncio, à vagueza, à plasticidade da Constituição, o Executivo tinha feito a Compra da Louisiana e as terras adquiridas à França vinham sendo convertidas à escravidão. Agradeciam a parcimônia lexical da Constituição e seu repertório constitucional estreito, pois haviam conseguido “provar” que, dessa forma, a União ficara sem poderes para emancipar o cativo. Noutros termos: o Congresso fora tão dissociado da escravidão em 1787 (pelo zelo dos antiescravistas) que em 1819 lhe faltava poder para legislar sobre ela (segundo o zelo dos escravistas). Por eles, o Estado continuava evitando o assunto e as palavras, pois as coisas seguiam indo bem. Estavam à vontade com o jogo jogado.

Quais os principais efeitos da Crise do Missouri para a política nacional norte-americana? Ela pavimentou o caminho para a defesa radical da escravidão em alguns Estados do Sul e dissolveu o já incoeso Partido Republicano no plano federal, e dessa maneira energizou o esforço coletivo por novos consensos nacionais que se cristalizou no segundo sistema partidário norte-americano. É comum reforçar essa leitura com a célebre carta de 1827 do futuro secretário de Estado e presidente da república Martin Van Buren ao jornalista virginiano Thomas Ritchie. Nela Buren ensina que “combinações políticas entre habitantes de diferentes Estados são inevitáveis, e a mais natural e benéfica para o país é aquela entre fazendeiros [planters] do Sul e republicanos puros [plain republicans] do Norte.” Com os velhos partidos em decadência (o republicano e o federalista), iriam “surgir divisões geográficas fundadas nos preconceitos entre Estados livres e escravistas” a menos que novas máquinas partidárias preenchessem o vazio. É temerário alfinetar a fundação do segundo sistema partidário em algum calendário mais antigo que o nascimento do abolicionismo no Norte e a

³⁹ Como diz Robinson, a Crise do Missouri foi “um importante ponto de virada no desenvolvimento constitucional da nação” (*Slavery in the Structure*, p. 402). Correto. As causas dela foram apontadas por Van Cleve: “Em última análise, estava em jogo o controle do governo federal e da política nacional” (*A Slaveholder's Union*, p.237). E as causas das causas, pode-se acrescentar, foi a ordem mundial pós-napoleônica.

organização de dois partidos nacionalmente competitivos, o que só viria a ocorrer nos anos trinta com os whigs e democratas. Não obstante, Van Buren pôs o dedo no nervo do sistema representativo norte-americano ao prescrever um modelo político de fortes partidos nacionais como o principal antídoto à polarização da república em torno de assuntos seccionais, entre eles a escravidão. Outro nove fora do argumento é que a implosão do Partido Whig na década de 1850 facilitou a revogação do paralelo 36° 30' como demarcador espacial da escravidão, reforçando a plataforma antiescravista que projetou o Lincoln neto à presidência da república, estopilha da secessão de 1860.⁴⁰

Menos visível, porém não menos palpável, foi o impacto da polêmica doméstica dos Estados Unidos sobre o quadro político internacional que configurava o futuro do tráfico negreiro transatlântico na ilha de Cuba e no Império do Brasil. Imprevedida pelos norte-americanos, explorada pelos hispano-cubanos, despercebida pelos brasileiros, a dimensão internacional que a Crise do Missouri contraiu ilumina a dinâmica de mão dupla do sistema mundial capitalista, o qual transforma problemas locais em questões globais e converte questões globais em problemas locais.

Quando vedou o acesso dos proprietários escravistas ao norte do paralelo 36° 30', o Compromisso do Missouri fortaleceu nos ideólogos do Sul a convicção de que a geografia locacional da escravidão devia expandir-se, dali por diante, no sentido latitudinal. Thomas Ritchie, o mencionado destinatário epistolar de Buren e um dos maiores opositores à restrição antiescravista federal de 1820, protestou contra a passagem da lei em seu jornal *Richmond Enquirer* apegando-se a metáforas reveladoras: “Se estamos engaiolados no sul, temos que ter espaço de manobra para o oeste.” Embora o editorialista olhasse para o Texas, o pássaro da escravidão também podia voar para o lado oposto. Pelo menos é isso o que se vê numa carta que Jefferson escreveu ao presidente James Monroe só três meses depois da restrição espacial imposta ao Sul. Nela Jefferson desenha a visão compensadora de uma geopolítica expansionista: “esta província [Texas], as Flóridas e possivelmente Cuba irão juntar-se a nós por ocasião do reconhecimento da independência delas”. John Calhoun, um jovem político da Carolina do Sul que teria nomeada internacional como o campeão do pensamento pró-escravista norte-americano, confirmou em 1822 que, dois anos antes, no meio da Crise do Missouri, Jefferson lhe recomendara “tomar Cuba na primeira oportunidade”. Como

⁴⁰ Martin Van Buren para Thomas Ritchie, 13 de janeiro de 1827, apud Robert Pierce Forbes. *The Missouri Compromise and Its Aftermath*, p. 214. Ver também Daniel Walker Howe. *What Hath God Wrought*, p. 154-160.

será visto no próximo capítulo, os atores da colônia espanhola perceberam o significado geopolítico mais profundo da Crise do Missouri, o da expansão latitudinal do escravismo, e tiraram partido da ideia de anexação da ilha aos Estados Unidos durante as Cortes de Madri (1820-1823). O paralelo 36° 30' não dividiu apenas o mapa interno dos Estados Unidos. Redesenhou também o mapa da geopolítica caribenha.⁴¹

O Império do Brasil foi atingido pela controvérsia de 1820 em dois níveis. Na esfera da percepção política, a polêmica norte-americana em torno da cláusula dos três quintos contribuiu para que a Constituição brasileira de 1824 fosse incrivelmente silenciosa a respeito da inclusão ou não dos escravos na ponderação da proporcionalidade parlamentar. Em outro nível, a Crise do Missouri rebateu de forma tão contundente e oblíqua no Rio de Janeiro, que os atores brasileiros nem se deram conta de sua difusa, porém violenta presença. Esse segundo grau da influência do Missouri no Brasil solicita comentário à parte.

A permanência da escravidão numa grande porção das terras compradas à França (Louisiana, Arkansas, Missouri) gerou um custo à primeira vista pequeno que se provaria decisivo com o passar dos anos. A lei antitráfico federal de 1807, discutida acima, não surtira bem, e denúncias de contrabando levaram o Executivo a cobrar do Congresso estatutos complementares para bani-lo. A resistência do Sul ao arrocho penal, tão notável na discussão do primeiro diploma, permaneceu viva numa nova lei (1818), um daqueles casos curiosos de medida legislativa que atenua as punições existentes aos infratores a fim de ser mais repressiva, e na confecção de outra (1819), na qual a ideia da pena de morte chegou a ser inserida, caindo apenas no Senado. Essa renitente doutrina antipenal do Sul acabou revertida na Crise do Missouri. Quando deputados e atores locais do Norte encararam a restrição do cativeiro também pelo prisma da conveniência econômica ou moral – o segundo dos dois pontos propostos ao Congresso por Taylor em 1819 –, advertiram que a demanda potencial do Oeste tornaria irrimovível o contrabando negreiro transatlântico. Nos termos de uma petição de Rhode

⁴¹ *Richmond Enquirer*, 7 de março de 1820, apud Christopher Childers. *The Failure of Popular Sovereignty*, p. 76. Thomas Jefferson ao presidente dos Estados Unidos, 14 de maio de 1820. In: H. A. Washington (org.). *The Writings of Thomas Jefferson*. Washington: Taylor and Maury, vol. 7, 1854, p. 161; Charles Francis Adams (org.). *The Memoirs of John Quincy Adams*. Nova York: Books for Libraries Press, 1874, entrada de 27 de setembro de 1822. Segundo o historiador Craig Hammond, a solução da controvérsia do Missouri estabeleceu a “autoridade de precedente” para a escravidão “na esperada expansão americana para o Texas e para a Costa do Pacífico”. E para Cuba, acrescentar-se-ia. Ver o seu “Uncontrollable Necessity: The Local Politics, Geopolitics, and Sectional Politics of Slavery Expansion”. In: J. C. Hammond e Matthew Mason (orgs.). *Contesting Slavery: The Politics of Bondage and Freedom in the New American Nation*. Charlottesville e Londres: University of Virginia Press, 2011, p. 152.

Island, o Congresso apertaria em vão “o tráfico de escravos com as mais severas penas [...] se um imenso mercado for aberto nos territórios do Oeste”, tanto mais porque a desembocadura do Mississippi era próxima de Cuba, “grande depósito e mercado de escravos”.⁴²

Os deputados do Norte não se contentaram com o assunto do tráfico transatlântico. Pisando no campo minado do tráfico negreiro interestadual, disseram que o Oeste o colocaria em novos níveis de intensidade, cujos efeitos, no que tocava à dissolução das famílias e ao trauma do indivíduo vendido, seriam tão nefastos como os que se viam no comércio transatlântico. Os sulistas descabelaram-se. Imputaram o tráfico de africanos aos plutocratas do Norte. Não adiantou. Fantasiam que a maior parte dos seus escravos escoados para o Oeste acompanhava, sem quebra da unidade familiar, a emigração de seus próprios senhores. Não adiantou. Por fim, abraçaram o que eles mesmos vinham repelindo desde 1807: a abertura do Missouri e do Arkansas à escravidão podia ser compensada por sanções severas à recidiva do tráfico negreiro transatlântico. Se esse preço era menor que o benefício, por que não aceitá-lo? Henry Clay propôs até “desencorajar esse comércio desumano declarando livre todo escravo importado”. Agora adiantou. Os nortistas aceitaram conversar.⁴³

Para o Sul, a sugestão de Clay ia longe demais e buscou-se um meio-termo. Um mês depois do Compromisso do Missouri, o Congresso engatilhou uma lei declarando o contrabando negreiro pirataria, crime punível com a pena de morte, a mesma que, na forma de felony, tinha sido inaceitável para os sulistas em 1807. Primeiro instrumento jurídico dessa natureza no Ocidente, a lei de 15 de maio de 1820 estabeleceu um novo patamar de repressão às práticas de escravização dos africanos. Em 1824 a Grã-Bretanha, na esperança de firmar um tratado antitráfico bilateral com os Estados Unidos, adotou o exemplo republicano tipificando o comércio negreiro como pirataria. Em seguida, usou esse instrumento recém-refinado na negociação do tratado antitráfico

⁴² Sobre as leis antitráfico, W. E. B. Du Bois. *The Suppression of the African Slave Trade*, p. 118-123; e Paul Finkelman, “Regulating the African Slave Trade.” *Civil War History*, vol. 54, núm. 4 (2008): 379-405. Petição de Rhode Island em *American State Papers*, Senate, 16º Congresso. *Miscellaneous*, v. 2, 12 de janeiro de 1820, p. 568-570.

⁴³ Para as acusações do Norte, discursos de Benjamin Tallmadge (N. York), *AC, HR*, 15º Congresso, 16 de fevereiro de 1819, p. 1210; David Morrill (N. Hampshire), *AC, Senate*, 16º Congresso, 17 de janeiro de 1820, p. 150 passim; Joshua Cushman (Massachusetts), *AC, HR*, 16º Congresso, 14 de fevereiro de 1820, 1291-1329; William Plumer (N. Hampshire), *AC, HR*, 16º Congresso, 21 de fevereiro de 1820, p. 1432-1433; e Timothy Fuller (Massachusetts), *AC, HR*, 16º Congresso, 24 de fevereiro de 1820, p. 1485. Para as defesas do Sul, *AC, HR*, 15º Congresso, 15 de fevereiro de 1819, 1188; *AC, Senate*, 16º Congresso, 26 de janeiro de 1820, p. 270-271. A fala de Clay não foi registrada nos Anais; suas palavras foram reproduzidas por Taylor em *AC, HR*, 15º Congresso, 15 de fevereiro de 1819, 1175. Clay consentiu com a citação.

arrancado ao Império do Brasil em 1826, inserindo nele o artigo que equiparava o tráfico negreiro ao crime mais hediondo do comércio internacional. Como sabem os especialistas, a cláusula deu base jurídica para a aprovação do bill Aberdeen, o qual assombrou as relações diplomáticas anglo-brasileiras até ser revogado no tardio ano de 1867.⁴⁴

Índice de uma mecânica do sistema mundial capitalista que se prolongaria, modificando-se, nas décadas seguintes, a Crise do Missouri mostra que as disputas domésticas dos escravistas norte-americanos moldavam não apenas o quadro institucional interno em que eles atuavam, mas também o horizonte daqueles que viviam em outras jurisdições da bacia atlântica. Além do portentoso monumento constitucional de 1787, os fragmentos do cotidiano que os Estados Unidos produziam tinham passado a importar – para os Lincoln, para os hispano-cubanos, para os brasileiros.

⁴⁴ Essa barganha foi sugerida, numa rápida frase, por W. E. Burghardt Du Bois (*The Supression of the Slave Trade*, p. 121-122), mas tem sido ignorada nos estudos mais recentes sobre o assunto.

Capítulo 3

Autonomia na dependência:
fonte de poder sistêmico em
Cuba, 1812-1825

“O intercurso que temos agora com a ilha de Cuba”, escreveu James Yard em 1818, “vale mais em um ano para os Estados Unidos do que aquele que teríamos com o México em dez!” Yard era um negociante da Filadélfia que passava a maior parte do tempo ganhando dinheiro nas Antilhas, Portugal e Espanha, mas que também gostava de bolar frases bombásticas quando se irritava com os rumos da economia global. Até 1815 ele pensava mais nos seus ganhos que nas suas palavras, pois os Estados Unidos tinham deitado e rolado no comércio entre a Europa e o Caribe. Nos anos seguintes, com a paz mundial, os ventos começaram a mudar. Os europeus se envolveram de novo com a comercialização internacional dos produtos caribenhos, e a taxa de lucro dos Estados Unidos diminuiu. Ainda assim, Yard seguia dedicado mais à economia que à retórica. Isso graças a Cuba. A ilha massificara a oferta de açúcar e café, compensando a concorrência entre os compradores europeus e norte-americanos. Em 1818, porém, os hobbies de Yard se inverteram, e ele passou a calcular mais suas frases que seu dinheiro. É que as colônias continentais da Espanha estavam se separando da metrópole, e a imprensa norte-americana queria, por afinidade de ideias, que Washington as reconhecesse. Yard achava que, se o Congresso caísse na dos jornais, Madri ia punir a república bloqueando o mercado cubano. Era preciso fazer alguma coisa, e Yard fez. Com apoio de James Biddle, futuro presidente do segundo Banco dos Estados Unidos, publicou um panfleto no qual se dedicou a seu segundo hobby preferido, as frases de efeito. “O humilde item do melaço [...] de Cuba possui mais relevância [...] que todos os itens comerciais regulares que podem ser importados neste país de todos os portos e lugares da América espanhola”. Cifras, não ideologia, devia pautar a diplomacia de Washington no Novo Mundo. Os números, mesmo exagerados, não mentem jamais.¹

A imagem de que uma ilha colonial valia um continente para os Estados Unidos tem o seu reverso, a de que os Estados Unidos valiam uma metrópole para aquela ilha colonial. Afinal, eles, não a Espanha, é que aprovizionaram Cuba da maior parte dos bens de capital, navios, crédito, alimento e até escravos que a ilha adquiriu entre 1795 e 1820. Na historiografia, a parceria dos dois espaços tem sido entendida como um signo da fragilidade do império espanhol que se expressa com virulência nos momentos de crise da governança ultramarina, como a Guerra Anglo-Hispânica, que varreu para

¹ James Yard. *Spanish America and the United States or the Views of the Actual Commerce of the United States with the Spanish Colonies*. Filadélfia: Carey, 1818, p. 13, 14, 23, 56-58. Para a revisão do panfleto por Biddle, Philip S. Foner. *Historia de Cuba y sus relaciones con los Estados Unidos. Vol. I, 1492-1845: De la conquista de Cuba a la Conspiración de La Escalera* (1ª ed. em inglês, 1962). La Habana: Editora Universitaria, 1966.

sempre do Caribe a soberania de Madri. Nas próximas páginas, apresento uma leitura alternativa. Argumento que o engate econômico dos dois espaços constituiu, para os hispano-cubanos, uma importante fonte de poder sistêmico – isto é, um dado do sistema mundial que aumenta o poder de barganha política dos atores de determinada jurisdição e que tende a ser conjuntural, irredutível à vontade, ao capricho dos indivíduos. Essa fonte, poderosa na primeira década do século, se tornou decisiva depois que a Crise do Missouri reorientou a espacialidade da especulação fundiária escravista e da distribuição do poder federal nos Estados Unidos do sentido norte-sul para o leste-oeste. Quando Havana caiu na mira de Washington, Washington virou, por assim dizer, munição na mão dos havaneses.²

Munição contra quem? Os escravistas hispano-cubanos enfrentaram três forças adversas que surgiram nos anos em que o Novo Mundo, à exceção de Cuba e Porto Rico, se destacou do domínio espanhol (1808-1824). O antiescravismo dos subalternos da escravidão, o antiescravismo de extração britânica e a política tarifária centralista dos metropolitanos. Nas próximas páginas, argumento que sua resposta a antagonistas tão diversos foi sendo concebida aos poucos, influenciada de início pela parceria econômica com os Estados Unidos, depois pela montagem do mercado integrado mundial de commodities da periferia e, por último, pela Crise do Missouri. E que, reduzida ao essencial, ela continha diretrizes para o funcionamento do Estado espanhol que giravam sempre em torno de uma noção difusa de autogoverno num sistema sem soberania partilhada (federalismo). A outra ideia central deste capítulo é que aquelas diretrizes, que haviam levado anos a amadurecer, se precipitaram rapidamente numa plataforma única por ocasião do segundo ciclo constitucional hispânico (1820-23), como se os primeiros anos pós-revolucionários constituíssem – ao contrário do que sugere o saber comum – um período de aceleração do tempo histórico que exigia dos atores adaptações instantâneas a um mundo revolucionado. De fato, naqueles anos é que os capitalistas

² A perspectiva da fragilidade econômica do império espanhol está nos melhores trabalhos sobre o tema. Segue uma seleção deles. Josep Fontana. *La quebra de la monarquia absoluta*. Barcelona: Ariel, 1971; e “Comercio colonial y crecimiento económico: revisiones e hipótesis”. In: G. Anes, P. Tedde, J. Fontana e M. Artola (orgs.). *La economía española al fin del Antiguo Régimen. Vol. III: Comercio y Colonias*. Madri: Alianza Universidad, 1982, p. XIII-XXXIV; Candelaria Saiz Pastor. *Liberales y esclavistas. El dominio colonial español en Cuba (1833-1868)*. Doutorado. Alicante. Universidad de Alicante, 1990; Josep Maria Fradera. *Gobernar colonias*. Barcelona: Ediciones Península, 1999; e *Colonias para después de un imperio*. Barcelona: Bellaterra, 2005; e Manuel Moreno Fragnals. *Espanha/Cuba/Espanha* (1ª ed. em espanhol, 1995). Trad. Ilka S. Cohen. Bauru, SP: Edusc, 2005. A maneira como emprego o conceito de fonte de poder sistêmico é inspirada no clássico de Gerson Moura. *Autonomia na dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980, do qual tomei emprestado o título deste Capítulo.

coloniais exigiram – e obtiveram – autonomia na gestão da ordem social escravista, no controle do tráfico negreiro transatlântico e nas decisões de política econômica, sob pena, lembravam, de a metrópole perder sua mais valiosa possessão no instante em que já perdia seu extenso império americano. À maneira de Yard, escreviam que Cuba “podia ser sozinha de mais valor para as Espanhas que todo o imenso continente americano meridional e setentrional”. E olha que, depois de 1820, a frase nem era uma hipérbole.³

*

O engate econômico entre Cuba e Estados Unidos se deu nas Guerras Revolucionárias, quando a república se tornou o principal entreposto de produtos antilhanos destinados à Europa. Graças à sua histórica complementaridade econômica com a geoeconomia do Caribe, os Estados Unidos compravam açúcar, café, melão, índigo e tabaco em troca de madeiras, peixes, pequenas manufaturas e farinha de trigo, a qual havia sido liberada como moeda internacional desde os tempos coloniais pelos Navigation Acts. Até a década de 1790 sua principal parceira comercial na região tinha sido Saint-Domingue, líder na produção mundial de açúcar e café, que mercava com a república num regime mitigado do exclusivo metropolitano instituído logo depois do reconhecimento internacional da independência norte-americana. A história é conhecida. A economia escravista de Saint-Domingue foi abolida em 1794 e em seguida sua produção tombou. De 1789 a 1802, a elaboração açucareira encolheu mais de 60% e a safra de café recuou 40%, abrindo uma janela de oportunidades para competidores globais.⁴

³ Citação extraída de “Oficio de Alejandro Ramirez, Intendente de Egto., ao Secretário de Estado e Despacho do Ultramar”. [Havana], 1º de agosto de 1820. Archivo Nacional de Cuba (ANC), Gobierno Superior Civil, legajo 499, núm. 19702. Para o conceito de aceleração do tempo histórico, Reinhart Koselleck. *Estratos do tempo: estudos sobre história. Com uma contribuição de Hans-Georg Gadamer*. Trad. de Markus Hediger. Frankfurt: Suhrkamp, 2000, p. 139-164.

⁴ Sobre a centralidade dos Estados Unidos para a economia do Caribe, Eric Williams. *Capitalism & Slavery* (1944). Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 1994, p. 108-125. E sobre a centralidade do Caribe para a economia dos Estados Unidos, John J. McCusker e Russell R. Menard. *The Economy of British America, 1607-1789*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1991. Com foco na comercialização internacional do café, Michelle C. McDonald. *From Cultivation to Cup: Caribbean Coffee and the North American Economy, 1765-1805*. Doutorado. University of Michigan, 2005. A respeito do colapso produtivo em Saint-Domingue na produção do açúcar e do café, respectivamente, Laurent Dubois. *Avengers of the New World. The Story of the Haitian Revolution*. Harvard: Belknap Press, 2004, p. 249; e William C. Van Norman. *Shade-grown Slavery: The Lives of Slaves on Coffee Plantations in Cuba*. Nashville: Vanderbilt University Press, 2013, p. 38.

Ao contrário do que a imagem do colapso produtivo na mais rica possessão francesa induz a pensar, os proprietários hispano-cubanos não capturaram de pronto as praças mercantis norte-americanas. De acordo com dados disponíveis nos *American State Papers*, entre 1795 e 1808 as “Antilhas francesas” – rubrica dominada por Saint-Domingue/Haiti – venderam aos Estados Unidos 196 mil toneladas métricas de açúcar mascavo contra 129 mil t das espanholas (prevalecendo em todos os anos da série, salvo no quadriênio 1798-1801). No comércio do café, sua supremacia foi ainda maior: 168 mil t (55% das compras norte-americanas) vs. 19 mil t. O desempenho comparado dos dois espaços pode ser apreciado nos gráficos abaixo:

Fonte: *American State Papers. Documents, Legislative and Executive, of the Congress of the United States. Commerce and Navigation*. Washington: Gales and Seaton, 1832, vol. I, p. 349 (1795); p. 368 (1796); p. 395 (1797); p. 735 (1798); p. 465 (1799); p. 472 (1800); p. 515 (1801); p. 561 (1802); p. 580 (1803); p. 629 (1804); p. 676 (1805); p. 706 (1806); p. 757 (1807); p. 793 (1808).

O ano-base deste e dos próximos gráficos é fiscal. Começa em 1 de outubro e termina em 30 de setembro. Somado o volume negociado de açúcar mascavo e branco, o total vendido por Cuba aos EUA supera o de Saint-Domingue por 248 t vs. 201 t.

Fonte: *American State Papers. Commerce and Navigation*, vol. I, p. 350 (1795); p. 367 (1796); p. 394 (1797); p. 434 (1798); p. 464 (1799); p. 478 (1800); p. 514 (1801); p. 560 (1802); p. 580 (1803); p. 629 (1804); p. 676 (1805); p. 706 (1806); p. 749 (1807); p. 785 (1808).

A superioridade de Saint-Domingue é, antes, uma vantagem inercial. Apesar de suas maiores exportações de açúcar mascavo e café em números absolutos nos quatorze anos seguintes à abolição do cativeiro de 1794, a tendência é que fosse superada pela rival. Cuba possuía condições melhores para a expansão do sistema de plantation. Dotada de terras inexploradas na fértil Planície de Artemisa, recebia ingresso constante de capitais, gozava abertura irrestrita do comércio transatlântico de africanos escravizados, acolhia refugiados que chegavam de Saint-Domingue com *know-how* e insumos agrícolas e era beneficiada por uma política ilustrada de incentivo econômico montada de comum acordo por senhores locais e administradores burbônicos. Esse potencial para o crescimento é que permitiu – agora sim – a virada extraordinária e imediata de Cuba para cima de Saint-Domingue que se esperava ver nos gráficos anteriores. Quem quiser flagrá-la precisa trocar o mundo da produção, que sofre a inércia das vantagens iniciais da região em declínio e a demora na montagem das operações produtivas na região em ascensão, pela esfera do consumo. Nas Guerras Revolucionárias, enquanto o Caribe como um todo foi crucial para o arranque econômico dos Estados Unidos, sendo o destino de 30% do total das exportações da república, as duas colônias procederam a uma perfeita inversão de posições no papel de mercado consumidor dos norte-americanos. Cada recuo da francesa foi compensado pelo avanço da espanhola, e vice-versa, até que a ilha de Cuba se fixou no topo antes ocupado por Saint-Domingue e Saint-Domingue parou no fundo de onde partira a ilha

de Cuba. O fenômeno foi essencial para que Havana dominasse as compras norte-americanas de açúcar e café na segunda fase dos conflitos revolucionários, a dos embargos recíprocos, e na ordem mundial pós-napoleônica.⁵

Fonte: *American State Papers. Commerce and Navigation*, vol. I, p. 34 (1790); p. 138 (1791); p. 294 (1793); p. 317 (1794); p. 342 (1795); p. 362 (1796); p. 384 (1797); p. 417 (1798); p. 431 (1799); p. 453 (1800); p. 489 (1801); p. 507 (1802); p. 543 (1803); p. 590-591 (1804); p. 671 (1805); p. 696 (1806); p. 721 (1807); p. 738 (1808); p. 815 (1809); p. 868-869 (1810); p. 892 (1811); p. 965 (1812).

Os três gráficos somados mostram que a economia norte-americana fez uma troca de marcha em dois tempos no Caribe. Primeiro os Estados Unidos substituem Saint-Domingue por Cuba como seu principal destino de mercadorias na região (montagem da economia escravista agroexportadora cubana). Depois, substituem Saint-Domingue por Cuba como seu principal fornecedor de açúcar e café (consolidação da economia escravista cubana). James Yard acompanhou essa troca de marcha no comércio exterior dos Estados Unidos. Em 1795 ele ainda vendia farinha de trigo para

⁵ A historiografia sobre a montagem do sistema de plantation em Cuba durante o reformismo ilustrado e as Guerras Revolucionárias é extensa. Ver, entre outros, Levi Marrero. *Cuba: Economía y Sociedad. Azúcar, Ilustración y Conciencia (1763-1868)*. Madrid: Editora Mayor, 1984, vol. 2, p. 90-225, e vol. 3, p. 97-137; Eduardo Torres-Cuevas, “De la Ilustración reformista al reformismo liberal”. In: María del Carmen Barcia, Gloria García e E. Torres-Cuevas. *Historia de Cuba. La Colonia: evolución socioeconómico y formación nacional*. Havana: Editora Política, 1994, p. 314-354; D. A. Brading. “La España de los Borbones y su império americano”. In: Leslie Bethell (org.). *História de América Latina. Vol. 2: America Latina Colonial en los siglos XVI, XVII, XVIII*. Barcelona: Editorial Crítica, 1990, p. 85-126; Ada Ferrer, “Cuban Slavery and Atlantic Antislavery”. In: Fradera, Josep M. y Christopher Schmidt-Nowara. *Slavery and Antislavery in Spain's Atlantic Empire*. Nova York: Bergham Books, 2013, p.134-157; e Allan J. Kuethe e Kenneth J. Andrien. *The Spanish Atlantic World in the Eighteenth-Century: War and the Bourbon Reforms, 1713-1796*. Cambridge: Cambridge University Press, 2014, p. 251-356.

Saint-Domingue. Alguns anos mais tarde, virou credor do Estado espanhol na guerra da Península contra Napoleão.⁶

Índices referentes ao abastecimento de maquinaria dos engenhos dão materialidade ao peso que os Estados Unidos tiveram na montagem do sistema de plantation em Cuba. Em 1806 os portos dos Estados do Norte cobriram cerca de 80% do valor total dos equipamentos importados na ilha (caldeiras de cobre, caldeiras de ferro, cilindros de moagem e eixos de moenda), uma proporção de mercado de monopólio. Ainda assim, esses números e os próprios gráficos contam apenas uma parte da história. A outra, que os *American State Papers* ignoram, é a do tráfico negreiro transatlântico. Dos 86.991 africanos transportados para Cuba entre 1791 e 1807, 37.023 (42,5%) chegaram em barcos norte-americanos, 27.415 (31,5%) em britânicos, 11.258 (12,9%) em dinamarqueses, 6.577 em franceses (7,5%) e 3.948 (4,5%) em espanhóis. Quando o Legislativo da Carolina do Sul reabriu o infame comércio com a África no contexto da Compra da Louisiana (1804-1807), o índice da participação americana inchou para 55% do total desembarcado na ilha (10.665 de 19.508). No período, a capital da Carolina do Sul operou uma frota engajada no comércio havanês que ficou só um pouco atrás dos colossos comerciais dos Estados Unidos que eram Nova York, Filadélfia e Boston. Nenhum daqueles humanos escravizados (nenhum...) aparece nos *American State Papers*. Se estivessem lá, a proporção da economia caribenha na formação do capital norte-americano e o peso do mercado cubano na nova cara da economia caribenha seriam muito maiores nos papéis oficiais dos Estados Unidos.⁷

A montagem da economia escravista agroexportadora cubana significava crescimento demográfico, e crescimento demográfico sempre significou aumento da demanda por gêneros alimentares. Se os engenhos de Havana vinham sendo instalados com aporte norte-americano, não é menos verdade que eles fizeram rodar os moinhos de trigo ao longo do baixo Vale do Rio Delaware na Pensilvânia e Maryland. Entre 1792 e 1817, a população livre e liberta da ilha saltou de 190 mil para 372 mil (aumento de 95%). Como o sustento de uma pessoa adulta no século 18 necessitava de 1,5 hectares

⁶ Para a venda de farinha James Yard, *United States vs. Peters*, U.S. Supreme Court (1795); as dívidas da Espanha com ele estão em “The Committee on Foreign Affairs, to whom was referred the petition of Margaret Meade, widow and executrix of Richard Meade”. Senado, 24º Congresso, 1ª sessão, 11 de março de 1836, p. 25.

⁷ Dados do tráfico negreiro em . Para movimentação portuária, Linda K. Salvucci, “Atlantic Intersections: Early American Commerce and the Rise of the Spanish West Indies (Cuba)”. *The Business History Review*, vol. 79, núm. 4 (Winter, 2005): 781-809; sobre equipamentos, Nadia Fernández de Pinedo, “Crecimiento agrícola y comercio exterior de Cuba con España, 1790-1810”. In: Imilcy Balboa e José A. Piqueras (orgs.). *La excepción americana*. Valencia: Biblioteca Historia Social, 2006, p. 86.

de terra destinados ao plantio de cereais, o mero incremento demográfico cubano de quinze anos exigia 273 mil hectares (ou 2730 quilômetros quadrados) adicionais de área cultivada, superfície quase equivalente à extensa e fértil Planície de Artemisa, na região ocidental de Cuba, a qual, com seus 290 mil hectares, abrigava a grande expansão espacial da revolução escravista açucareira ocorrida entre 1790 e 1820. Os colonos preferiram importar cereais plantados em regiões mais adaptadas ao seu cultivo, e os Estados Unidos se tornaram o celeiro que buscavam. O diplomata espanhol radicado na república nas décadas de 1790 e 1800, Carlos Martínez de Irujo (marquês de Casa Irujo em 1803), montou com exportadores norte-americanos vários esquemas para garantir o fornecimento da farinha em Cuba, dos quais participavam, na outra ponta, os nossos já conhecidos Francisco de Arango y Parreño e Andrés de Jáuregui. Irujo colocava em prática as ideias frescas de Adam Smith, cujo *magnum opus* fora o primeiro a traduzir, em forma de compêndio, para o público espanhol.⁸

Escravos, maquinaria, alimentos. O tripé das plantations. Tudo, ou quase tudo, providenciado pelos Estados Unidos durante a montagem da economia escravista agroexportadora cubana. Não que a colônia tivesse plena liberdade para esse comércio bilateral direto. Em rigor, não tinha. O problema é que a Espanha se aliara à França contra a Grã-Bretanha nas Guerras Revolucionárias, o que significava ter navios assaltados pela Royal Navy a três por dois, e por isso foi obrigada a fazer concessões temporárias de liberdade de comércio a seus colonos. De 1796 a 1801 o número das embarcações que zarparam de Cuba com destino a Espanha caiu de 280 para 109, ao passo que o dos navios que buscavam os Estados Unidos multiplicou-se de 150 para 824. Sem o relaxamento do exclusivo metropolitano, a agricultura colonial teria colapsado, pois seus principais artigos destinados ao mercado mundial, açúcar mascavo e café, não podiam ser acondicionados por mais de 2 e 4 anos, respectivamente. Os colonos pressentiram o fim do privilégio que recebiam – do sistema provisório de trocas diretas com o exterior – quando descobriram, em 1808, que Napoleão havia traído Carlos IV e que a Espanha mudara sua aliança da França para a Grã-Bretanha. Agora,

⁸ População cubana em Consuelo Naranjo Orovio e Armando García Gonzáles. *Racismo e inmigración en Cuba en el siglo XIX*. Madri: Doce Calles, 1996, p. 46; cálculos de área cultivável, feitos para a França do século 18, em Fernand Braudel. *Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV e XVIII*. Vol. I: *As estruturas do cotidiano*. Lisboa: Teorema, 1992, p. 43; atuação de Irujo em Salvucci “Atlantic Intersections”, p. 799-800; envolvimento de Arango e Jáuregui em Manuel Moreno Friginals. *O engenho: complexo sócio-econômico açucareiro cubano* (1ª ed. em espanhol, 1978). São Paulo: Hucitec, 1988, vol. 1, p. 121-123. Ver também a tradução de Irujo. *Compendio de la obra inglesa intitulada Riqueza de las Naciones hecho por el Marqués de Condorcet y traducido al castellano com varias adiciones del original por Don Carlos Martínez de Irujo*. Madri: Imprenta Real, 1792.

com a tutela da Royal Navy nos mares, podia a metrópole recobrar seu exclusivo sobre Cuba? O Real Consulado de Havana (um tribunal de comércio que também servia de fórum para discussões econômicas) encomendou a pergunta à pena mais temida do Caribe hispânico: Francisco Arango y Parreño.⁹

A resposta que Arango leu perante o Real Consulado em 29 de novembro de 1808 estabeleceu a primeira diretriz para o Estado espanhol que os colonos lutariam por consolidar na ordem mundial pós-napoleônica: a liberdade de comércio. Em seu raciocínio, vazado na economia política de Adam Smith, o exclusivo metropolitano aumentava os custos operacionais (frete até a Espanha, taxas de armazenamento portuário, prorrogação na conclusão do negócio etc.); tais custos majoravam o preço final das mercadorias; e o produto encarecido estreitava a margem do Estado para impor sobre ele. Alguns negociantes ganhavam, o poder público perdia. Com a liberdade de comércio, continuava Arango como se diante de uma fórmula matemática, os custos operacionais e o preço dos artigos caíam; logo, o Estado aumentava sua margem tributária. A liberdade de comércio que o cubano pedia não deve ser confundida com livre-cambismo, o regime de trocas diretas internacionais isentas de tributação alfandegária. Ele achava que a farinha de trigo, por exemplo, quando levada a Cuba direto dos Estados Unidos, podia ser taxada à vontade. “Por que não duplicamos os direitos que agora são cobrados sobre a farinha que vem dos Estados Unidos”, perguntou em tom de desafio, “e permitimos para sempre sua introdução direta daqueles portos?” O que importava mesmo era o comércio direto, o qual dava vazão ao açúcar e café por aumentar o volume de transações nos portos da ilha a fretes menores. Na ordem mundial pós-napoleônica, os colonos se empenhavam para que essa diretriz, gestada no seio da integração econômica entre os Estados Unidos e Cuba, se convertesse o mais rápido possível numa regra perene do Caribe hispânico no século 19.¹⁰

A unidade espacial que norte-americanos e hispano-cubanos estavam criando nas Guerras Revolucionárias informou a segunda diretriz que os colonos inscreveram nas bases do Estado espanhol depois de 1815, a gestão local dos conflitos sociais na ordem escravista. Para entender sua gênese, é necessário ter em mente dois conceitos apresentados no Capítulo 1 (acima): a definição de luta de classes como o conflito de

⁹ Linda K. Salvucci, “Atlantic Intersections”, p. 781-809; Louis A. Pérez Jr., “Cuba and the United States: Origins and Antecedents or relations, 1760s-1860s”. *Cuban Studies*, vol. 21 (1991): 57-82.

¹⁰ Francisco Arango Y Parreño, “Informe del síndico en el expediente instruido por el Consulado de la Habana sobre los medios que conviene proponer para sacar la agricultura y comercio de la isla del apuro en que se hallan”. In: *Obras (volumen I)*. Org. e introd. de Gloria García Rodríguez. Havana: Imagen Contemporanea, 2005, p. 467-521 (em especial, 484-485 e 492).

grupos sociais situados em posições assimétricas na esfera econômica que ameaça redefinir os critérios de acesso aos bens materiais e simbólicos geridos pelo poder público; e a concepção estreita de repertório de constitucionalização que os hispano-cubanos defenderam em 1811, segundo a qual as Cortes de Cádiz deviam abrir mão dos aparatos locutórios constitucionais em favor dos atos ilocutórios constituintes, e que deixou de ser aplicada por causa de interesses peninsulares específicos. Os dois conceitos dão inteligibilidade aos eventos narrados a seguir.

A montagem da economia escravista agroexportadora acelerou o avanço da fronteira agrícola em todos os cantos de Cuba, do açúcar no Ocidente, do café em torno de Havana e Santiago, dos alimentos por toda parte. Seu dinamismo deflagrou um processo de ocupação espacial que, se não se chocou com índios como no Oeste dos Estados Unidos (os nativos da ilha, os tainos, haviam desaparecido nos séculos anteriores), enfrentou travas legais e resistência social herdadas do Antigo Regime. Desde os primórdios da colonização as municipalidades haviam concedido terras aos colonos às vezes com, às vezes sem permissões régias (chamadas de *mercedes*). De 1754 em diante a Coroa começou a ameaçar retomar aquelas de títulos irregulares como se fossem realengos (pertencentes ao rei), criando insegurança jurídica na commodificação da terra. Outro obstáculo legal foi o fato de que as áreas florestais cubanas não podiam ser destruídas sem passar pela vistoria da Marinha, que tinha precedência na escolha das árvores a serem usadas na construção naval. Não é preciso ter muita imaginação para perceber que a burocracia do Estado travava o dinamismo da livre iniciativa na destruição ambiental, necessária à combustão das caldeiras dos engenhos ou à simples abertura de áreas de plantio ainda virgens. O último percalço era uma companhia de monopólio, a Real Factoría de Tabaco, criada em 1760. Ela organizava a comercialização do tabaco plantado em pequenas propriedades rurais às margens do Mayabeque, rio que, mudando de nome para Güines, coleia pelo interior da ilha, passando pela vila que lhe dá o segundo apelido até encontrar suas fontes em Catalina e San José. Nesse caso, o problema estava em que a união de solo fértil e via fluvial atraía investimentos em engenhos, fazendo o valor da *caballería* (unidade agrária cubana de 13,5 hectares) disparar na região de 100 para 2000 pesos entre 1791 e 1800, numa situação de concorrência acirrada entre açúcar e tabaco por um recurso escasso (terra).¹¹

¹¹ Sobre crescimento fundiário açucareiro, Louis A. Pérez Jr., “Cuba and the United States: Origins and Antecedents of Relations, 1760s-1860s”. *Cuban Studies*, vol. 21 (1997): 57-82 (p. 66). Para as *mercedes*,

O avanço de grandes propriedades sem escritura regular sobre o chão de agricultores menores gera tensões sociais em qualquer lugar e em qualquer época. Na Era das Revoluções, os conflitos ficam mais temerários porque podem contrair o efeito de uma luta de classes no sentido aqui adotado. Uma coisa era o Superintendente da Real Factoría reclamar ante a Coroa, como fazia secularmente, que os *hacendados* arrancassem os tabacais “quase à força aos pobres lavradores”. A liça entre grandes e pequenos faz parte do jogo do capital. Outra era o que aconteceu em agosto de 1795 na vila de Bayamo, próxima de Santiago e a um lance de olhos da revolucionária Saint-Domingue. Nicolás Morales, humilde lavrador mulato, leu pelas lentes do liberalismo a decisão da Coroa de positivar os precedentes das *gracias al sacar* – um canal de assimilação segregada individual dos subalternos típico do Antigo Regime espanhol (Capítulo 1, acima) –, como se o rei estivesse universalizando a igualdade de brancos e negros no exercício dos direitos civis. Como a paridade, imaginária, nunca chegava, Morales planejou uma revolta pela isonomia racial e pelo confisco das terras sem *mercedes* dos grandes proprietários. O rebelde foi questionado, preso e morto. Sem piedade, os escravistas aproveitaram a pressão de baixo para comprimir por cima. Pediram à Coroa que engavetasse o assunto das *mercedes*, senão despertaria na ilha “inconvenientes muito graves”, e que liberasse de vez seu avanço sobre os pequenos fumicultores que ficavam debaixo da asa da Real Factoría de Tabaco (“Não se impeça a cultura naquelas terras”; com “30 mil negros, o interesse próprio dos moradores” as tornaria ricas). A empáfia era grande. Apesar das revoluções atlânticas, os proprietários confiavam nos aparelhos do Antigo Regime espanhol para processar com frieza as tensões de seu laboratório social.¹²

Imilcy Balboa Navarro. *De los dominios del rey al imperio de la propiedad privada: estructura y tenencia de la tierra en Cuba (siglos XVI-XIX)*. Madrid: CSIC, 2013, 153-190; Vicent Sanz Rozalén, “De la concesión de mercedes a los usos privativos. Propiedad y conflictividad agraria en Cuba (1816- 1819)”. In: José A. Piqueras (ed.). *Las Antillas en la era de las Luces y la Revolución*. Madri: Siglo XXI, 2005, p. 247-273. Sobre as reservas florestais, Reinaldo Funes Monzote. *From Rainforest to Cane Field in Cuba: An Environmental History since 1492*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2008. A respeito de Güines, Manuel Moreno Fragnals, *O engenho*, vol. I, p. 60-61 e 174-175.

¹² José Luciano Franco, “La conspiración de Morales”. In: *Ensayos históricos*. Havana: Editorial de Ciencias Sociales, 1974, p. 93-100. Citações dos havaneses sobre tabaco extraídas de Imilcy Balboa Navarro, “Las luces en la agricultura. Redistribución y legitimidade de la propiedad agraria. Cuba, 1790-1837”. In: José A. Piqueras (org.). *Las Antillas en la era de las Luces y la Revolución*. Madri: Siglo XXI, 2005, p. 226 e 235. Fala do Superintendente da Real Factoría em Francisco Arango y Parreño. *Obras (volumen I)*, p. 372.

Quando o processo revolucionário trágico do império espanhol, a arrogância abrandou. Vimos no Capítulo 1 que os escravistas havaneses quiseram que as Cortes Constituintes de Cádiz adotassem uma concepção estreita de repertório de constitucionalização, ou seja, que prescindissem da liberdade de constitucionalizar – e

mesmo discutir – os assuntos do tráfico negreiro transatlântico e dos direitos individuais. Articularam num plano conceitual aquilo que os norte-americanos haviam realizado na prática. Todavia, enquanto seus vizinhos faziam sem teorizar, eles acabaram teorizando sem fazer. As Cortes, dominadas por peninsulares, passaram por cima de suas demandas e constitucionalizaram o assunto da cidadania a fim concretizar uma distribuição espacial do poder parlamentar favorável à Espanha. Embora a definição dos direitos civis e políticos que as Cortes adotaram respeitasse os precedentes jurídicos de assimilação segregada dos subalternos do Antigo Regime espanhol, os hispano-cubanos desiludiram-se. A resignação de Andrés de Jáuregui – que disse que não restava mais nada senão pôr o problema da cidadania constitucionalizada “nas mãos da divina providência” –, ocultava um grande desconforto. Esse sentimento de frustração preparou o terreno para o sentido que a experiência constitucional hispânica adquiriu na cabeça dos escravistas hispano-cubanos nos anos seguintes.

As Cortes de Cádiz nem tinham aprovado a Constituição, e o pesadelo dos ricos, o receio de o texto deflagrar uma luta de classes na ilha, já se anunciava na forma de sonho dos pobres. “Parecia apenas que todas as pessoas de cor deveriam se unir”, disse José Antonio Aponte numa noite de lua crescente em 8 de abril de 1812, “e que iam cortar somente as cabeças daqueles que resistissem”. A família de Aponte tinha história para contar sobre a vida em Cuba. Seu avô e seu pai haviam enfrentado os ingleses na famosa Batalha de Havana de 1762, e ele mesmo lutara a serviço da Espanha na Guerra de Independência dos Estados Unidos. Avô, pai, neto. Os três, negros. Os três, personagens nos palcos militares onde se decidiu a gênese do mundo contemporâneo. As palavras de Aponte, naquela noite que já era quase de lua cheia, pareciam expressar a utopia típica de um subalterno da escravidão na Era das Revoluções: seus ascendentes haviam conseguido mobilidade vertical por canais individuais do Antigo Regime, ele desejava uma revolta coletiva seguida da inversão da ordem social. Pareciam até um sonho, mas não eram. Na manhã do dia seguinte a linhagem de três gerações dos guerreiros negros chegou ao fim. Aponte, que não estava sonhando, que não estava romantizando, que estava apenas confessando um plano de insurreição ante seus algozes, acordou, subiu no patíbulo e morreu enforcado.¹³

¹³ ANC, Asuntos Políticos, legajo 12, núm. 18, fo. 29, apud Matt D. Childs. *The 1812 Aponte Rebellion in Cuba and the Struggle against Atlantic Slavery*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2006, p. 152 (em quem me baseio neste e nos próximos parágrafos).

Segundo as investigações policiais, a conspiração tinha um roteiro simples. Em alguns engenhos de açúcar a leste de Havana – Peñas-Altas, Trinidad, Rosario e Santa Ana –, as turmas de escravos fariam um levante geral debandando para a cidade. Nas ruas da capital, os batalhões de pardos e morenos, que por ofício deviam combatê-los, se juntariam a eles numa guerra pelo fim do cativeiro e das diferenças raciais. Na noite de 15 de março, os cativos do Peñas-Altas chegaram até a assassinar cinco brancos (o mestre de açúcar, seus dois filhos e dois feitores), atear fogo na casa de vivenda, destruir a maquinaria e rumar para o engenho Trinidad. No meio da ação, as milícias acionadas pelo governo colonial desbarataram-nos, e a revolta entortou. As investigações subsequentes levaram aos supostos líderes do complô. Entre eles, Aponte.

O que desfibrou a empáfia que os proprietários escravistas cubanos tinham exibido até então ante os subalternos da ilha foram as confissões dos suspeitos – arrancadas sob tortura, é verdade. Eles disseram que o rei do Haiti ou o Parlamento espanhol, a depender do testemunho, tinha ordenado o fim da escravidão em Cuba, e que se revoltaram porque achavam que as autoridades coloniais vinham sabotando o decreto de emancipação. A referência ao rei do Haiti, embora confusa, dá para entender. Em março de 1811 Henri Christophe, aliado de primeira hora dos jacobinos durante a abolição do cativeiro nas Antilhas francesas, se coroara rei da parte norte do Haiti; ao que parece sem relação com isso, no fim do ano um soldado negro haitiano Gil Narciso, também veterano das guerras de Saint-Domingue, atracara em Havana acompanhado de 20 homens. Talvez Narciso até fosse uma daqueles revolucionários que viviam à procura de uma revolução. O fato é que os negros e mulatos de Havana começaram a dizer que Narciso viera revolucionar Cuba a serviço de Christophe, ou algo parecido. Já a menção às Cortes é unívoca. No mesmo março de 1811 o mexicano José Miguel Guridi Alcocer apresentara na Constituinte um projeto para a emancipação do ventre escravo. Não obstante o texto fosse censurado nos *Diarios de Sesiones*, acabou parafraseado num dos jornais mais populares do tempo, *El Español*, de Blanco White. A partir daí, a história se repete. Os conspiradores acreditaram que os governantes da ilha tinham abafado o decreto de abolição e tramaram a sua revanche.¹⁴

A visagem de uma possível revolução social destinada a tomar o Estado e fabricada com a solidariedade vertical de cativos, homens de cor livres, milicianos negros e haitianos encarnou os piores receios que a Constituição de 1812 havia injetado

¹⁴ Para outra leitura, Ada Ferrer. *Freedom's Mirror. Cuba and Haiti in the Age of Revolution*. Cambridge: Cambridge University Press, 2014, p. 271-328.

na medula dos escravistas cubanos. A história tem das suas ironias. A Constituição espanhola foi aprovada com pompa e júbilo nas Cortes de Cádiz em 19 de março de 1812. Bem no mesmo dia as autoridades policiais de Havana entraram no bairro popular de Guadalupe, arrabalde da capital, para prender Aponte, no início de uma repressão que acabaria com dezenas de pessoas no cárcere, diversos indivíduos açoitados e quinze executados numa praça pública de Havana. No instante em que os peninsulares celebravam a Constituição, os colonos começaram a suspeitar que seria muito difícil coadunar o sistema da escravidão, a liberdade de expressão num Parlamento dominado por peninsulares, a inviolabilidade dos direitos civis dos libertos e a exclusão política da população de cor livre.

Do ventre da tragédia de 1812 o colonato desentranhou a segunda das suas diretrizes para a construção do Estado espanhol que tiveram impacto de longa duração na história de Cuba. Assim que a notícia da revolta de Aponte chegou à Espanha, os deputados da ilha em Cádiz, Andrés de Jáuregui e Juan Bernardo O’Gavan, vigário-geral da diocese de Havana, entregaram ao Poder Executivo um pequeno ensaio no qual circunstanciavam a insurreição, acusando os “homens livres de cor” de “instigadores dos escravos”. O núcleo de seu relato consistia em propor uma organização peculiar do poder local que fosse capaz de contê-los. Inquerir e punir envolvidos em rebeliões análogas à de Aponte, bem como organizar milícias nos campos e nas cidades, eram ações que não podiam sofrer a demora nem a publicidade da justiça ordinária e da política parlamentar. Nos transes mais intensos, esperar a “aprovação do supremo governo”, um trâmite que levava meses, equivalia a prolatar a sentença de morte da ilha. O ideal seria que

de acordo com a Deputação Provincial [órgão eletivo local] que a Constituição estabelece, o governador capitão-general, seu presidente, proceda em tudo o que acredita ser necessário para assegurar a tranquilidade da ilha; mas como, enquanto se superam as dificuldades em estabelecer este corpo constitucional [a Deputação], podem passar três, quatro ou mais meses com danos irreparáveis da coisa pública, acreditamos que por ora poderia o mesmo chefe, com dois ou três indivíduos do Ayuntamiento e outros tantos do Real Consulado, obter o que é necessário ao fim indicado.¹⁵

Segundo os autores, os riscos embutidos no regime constitucional ensinavam que “não bastam as regras comuns nem são suficientes as faculdades em que as leis

¹⁵ Andrés de Jáuregui e Juan Bernardo O’Gavan: “Memorias de los diputados de la Habana sobre una insurrección de esclavos en el ingenio de Peñas-Altas.” Cádiz, 23 de Mayo de 1812. BNJM. Colección Morales. Legajo 79, núm. 72, fo. 287-292.

circunscrevem ordinariamente as autoridades que regem a província”. Era imprescindível concentrar competências “extraordinárias e coercitivas”, de natureza legiferante, nas mãos do capitão-general. O texto de O’Gavan e Jáuregui abre um novo capítulo na história do repertório de constitucionalização dos hispano-cubanos. Em 1810 eles haviam redigido instruções a seu deputado eleito atendo-se apenas à demanda da liberdade de comércio da ilha. Era um gesto de prevenção. Em 1811 se esforçaram por impedir que as Cortes apreciassem na plenária a escravidão, o tráfico negreiro e os critérios de acesso à cidadania. Era um gesto de censura. Agora, acabavam de inventar uma regra de governo local baseada no estado de exceção, um modo peculiar de exercer autonomia política num regime não federativo. Estavam, no médio prazo, abrindo caminho para a ulterior adoção do regime de faculdades onímodas (competências ilimitadas) do capitão-general, de traumática memória na história cubana. Os colonos tinham evoluído da censura às Cortes para a censura de si mesmos.¹⁶

A terceira diretriz que adotaram para o conjunto de convenções do Estado espanhol na ordem pós-napoleônica foi o controle local sobre o tráfico transatlântico de escravos. Ela começou a esboçar-se em 1808, quando Havana, o mais internacional dos portos negreiros receptadores de escravos da economia-mundo capitalista, perdeu seus principais fornecedores estrangeiros. Norte-americanos e britânicos, que tinham abastecido 75% dos africanos vendidos à ilha no boom de 1791-1807, se retiraram pouco a pouco do negócio depois que seus países o interditaram em 1807 e abstiveram-se dele por completo durante a Guerra Anglo-Americana (1812-1815). Seu sumiço abriu um vácuo repentino no mercado negreiro de Cuba. Mais uma vez, Arango y Parreño tocou na ferida. Diante do desabastecimento cubano, concluiu que, a respeito do tráfico, “todas as nossas esperanças dependem de nós mesmos”. A paráfrase da oração é simples. Nós, hispano-cubanos, precisamos assumir as rédeas do comércio com as próprias mãos. Postos lado a lado os textos que Arango y Parreño redigiu nos estertores do Antigo Regime, emerge de suas páginas, em tom de síntese, uma fórmula para o sucesso econômico da ilha: nacionalizar a comercialização do tráfico negreiro transatlântico e internacionalizar a comercialização dos demais produtos (açúcar, café, farinha de trigo, insumos). Ele dizia que sua Cuba devia ser refeita à imagem e semelhança do Brasil joanino.¹⁷

¹⁶ Ver Capítulo 1 (supra); e Vicent Sanz, “De la concesión de mercedes a los usos privativos.”, p. 268.

¹⁷ Francisco Arango y Parreño ao capitão-general marquês de Someruelos, Havana, 17 de outubro de 1809, apud Matt Childs. *The Aponte Rebellion*, p. 29. Alguns falsários dos Estados Unidos adquiriram

A diretriz do domínio local sobre a provisão de africanos foi desenvolvida com dados da ordem mundial pós-napoleônica. Depois da paz de 1815, os países do centro do sistema mundial usaram a máquina do Estado como instrumento estratégico do desenvolvimento nacional. Podiam exercer, e exerceram, sua soberania na elevação de barreiras alfandegárias com vistas a recompor suas economias domésticas. A Grã-Bretanha fez mais. Além de proteger seu mercado interno, ela se impôs como uma espécie de corte internacional do tráfico negreiro transatlântico. Empurrada pelo movimento antiescravista metropolitano, mas também por um lobby colonial incerto dos rumos que a economia mundial ia tomar depois da queda de Napoleão, a Grã-Bretanha obteve do Congresso de Viena uma declaração internacional contra o comércio de africanos e, em seguida, arrancou dos países coloniais – França, Holanda, Espanha e Portugal – acordos bilaterais antitráfico. Enquanto os grandes derrotados e os pequenos vencedores das Guerras Revolucionárias usavam o Estado na gestão do trabalho e capital dentro das suas fronteiras, Londres se valia do seu Superestado para reorganizar o trabalho e o capital fora das suas. Uma confusão entre domínios formais e áreas de influência que foi, por assim dizer, a mancha de nascença da hegemonia imperial britânica no longo século 19.¹⁸

A queda de Napoleão reservou à Espanha destino contrário ao que dera à Grã-Bretanha. Ao restaurar o poder absoluto de Fernando VII, o rei espanhol, esporeou os movimentos de independência na América hispânica e fez a metrópole perder de vez o controle sobre sua própria jurisdição imperial. A Corte de Madri demorou a tomar pé da nova relação de forças que despontava no Novo Mundo e por alguns anos perseverou na quimera de recolonizar os espaços rebelados, apesar da forte carência que tinha de exército, estrutura e capital. Imaginando-se na cabeça de um império maior do que podia possuir, a Corte espanhola aceitou abrir mão do tráfico negreiro transatlântico

documentação e bandeira para recauchutar seus navios como se fossem de nacionalidade espanhola, e não deixa de ser curioso que a lista dos criminosos apreendidos pela Marinha britânica na década de 1810 fosse encabeçada por gente da Carolina do Sul, numa espécie de repercussão tardia da reabertura do infame comércio para o Estado (David Eltis. *Economic Growth and the Ending of the Transatlantic Slave Trade*. Nova York/Oxford: Oxford University Press, 1987, p. 54-55). Sobre a posição do Brasil no pensamento de Arango, Rafael Marquese, “Comparando impérios: o lugar do Brasil no projeto escravista de Francisco de Arango y Parreño”. In: Maria Dolores González-Ripoll e Izaskun Álvarez Cuartero. (Orgs.). *Francisco Arango y la invención de la Cuba azucarera*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2009, p. 67-84. Por volta de 1815, metade das operações negreiras já estava nas mãos dos hispano-cubanos (www.slavevoyages.org). A participação norte-americana no tráfico para a ilha entre 1790 e 1820 está analisada em Leonardo Marques. *The United States and the Transatlantic Slave Trade to the Americas, 1776-1867*. Doutorado. Atlanta: Emory University, 2013, p. 23-155.

¹⁸ Mais a esse respeito, “Introdução” da Parte II (*infra*) e Capítulo 8 (*infra*). Sobre Viena, David Murray. *Odious Commerce. Britain, Spain and the Abolition of the Cuban Slave Trade*. Cambridge: Cambridge University Press, 1980, p. 54-69.

para Cuba desde que recebesse em troca 400 mil libras esterlinas de Londres, a fim de queimar o dinheiro na compra de navios russos destinados à guerra que movia contra os patriotas do ultramar. Londres não pensou duas vezes. O capital (equivalente a US\$ 1,8 milhão) representava 6% do que o país ganhara naquele ano apenas com a exportação de artigos de algodão. Antes de concluir a barganha, a Corte madrilena submeteu-a à apreciação do Conselho das Índias. Ali estava o indefectível Francisco Arango y Parreño, que fora deputado parlamentar em 1813 e 1814 e migrara sem constrangimento para o maior símbolo do despotismo colonial depois da restauração do absolutismo. Foi nessa função, de parecerista da capitulação negreira ante a Grã-Bretanha, que o gênio de Arango farejou uma oportunidade e começou a trabalhar.¹⁹

No espaço de seis meses, entre fevereiro e agosto de 1816, o conselheiro, vendo que era impossível reverter a pauta da Coroa, apresentou três textos nos quais usou com Madri a tática que Madri vinha usando com Londres. Neles dizia ser aceitável a supressão do tráfico transatlântico de escravos, desde que a ilha fosse recompensada com um efetivo ganho material, não uma gorjeta efêmera em libras esterlinas, e sim a adoção oficial e definitiva da liberdade de comércio no ultramar. Seu argumento foi moldado pela nascente conjuntura do mercado integrado mundial de commodities da periferia. Arango explicou que o monopólio em metrópoles sem mercado consumidor de artigos tropicais produzidos em massa, como Espanha e Portugal, era uma política inútil, e que na ordem mundial pós-napoleônica suas colônias estavam fadadas à competição internacional agressiva nos ramos mais livres das praças mercantis do Atlântico Norte, os de commodities da periferia. A Corte de D. João VI já oficializara o comércio direto do Brasil com o mundo desde 1808. E Cuba? “Vai perecer, e perecer já, se já não obtiver – em tudo o que seja possível – as vantagens do Brasil”. O argumento pegou. Em 23 de setembro de 1817, uma das mãos régias assinou um acordo anglo-espanhol para o fim do tráfico em três anos (1820), concedendo aos britânicos o direito de vistoriar navios espanhóis e aceitando a instalação em Havana de um tribunal com juízes dos dois países, chamado de Comissão Mista, como instância única de julgamento dos tumbeiros apreendidos. Em 10 de fevereiro de 1818, a outra mão do rei

¹⁹ David Murray. *Odious Commerce*, p. 56-69. O diplomata português percebeu que a Espanha ainda se pensava com a cabeça de um império continental e ficou sabendo que as libras seriam usadas na compra de navios russos (ofícios de Madri para o Rio de Janeiro de 25 de janeiro, 5 de fevereiro e 19 de dezembro de 1817, Acervo Histórico do Itamaraty, código 338/2/11). Exportações britânicas em Ralph Davis. *The Industrial Revolution and British Overseas Trade*. Atlantic Highlands, Nova Jersey: Humanities Press, 1979, p. 15

lavrou uma real cédula que oficializava a liberdade de comércio no Caribe espanhol. Cuba conseguira sua Abertura dos Portos.²⁰

A conjuntura do mercado integrado mundial de commodities da periferia forneceu o último dado que definiu a diretriz hispano-cubana para o tráfico negreiro transatlântico. Enquanto a Grã-Bretanha assinava seu contrato antitráfico com Madri, selava outro, menos leonino, com o Rio de Janeiro. Nos termos do segundo protocolo, os luso-brasileiros podiam mercar africanos ao sul do Equador sem interceptação da Navy por prazo indeterminado. Mal soube da notícia, o Real Consulado de Havana vocalizou seu protesto contra o que considerava uma política de dois pesos e duas medidas do Foreign Office, o Ministério dos Exteriores britânico. Num texto assinado por Andrés de Jáuregui, o órgão se recusou a aceitar uma desigualdade tão substantiva entre concorrentes diretos nos mercados livres de artigos tropicais do Atlântico Norte. Era preciso fazer, disseram, “como está fazendo a Corte do Rio de Janeiro”. Nas praças do Atlântico Norte, vaticinavam, numa versão mais extensa do *vai perecer, e perecer já* de Arango, “a ilha de Cuba vê infalível a ruína de sua agricultura e comércio se, no que for possível, não for posta em pé de igualdade com o Brasil”. A Grã-Bretanha tinha de aceitar renegociar o prazo do fim do tráfico. Caso contrário, “tenha-se por não escrito um tratado contrário à lei fundamental dos Estados”. O que se vê aí? O êxito do comércio de africanos escravizados para o Rio de Janeiro matou no útero o acordo antitráfico anglo-espanhol. Na véspera de sua vigência (1820), a Corte de Fernando VII ordenou aos capitães-generais que fizessem vistas grossas à anunciada, prevista e esperada metamorfose do tráfico em contrabando.²¹

²⁰ Sobre a barganha, Márcia Berbel, Rafael Marquese e Tâmis Parron. *Escravidão e política: Brasil e Cuba, c. 1790-1850*. São Paulo: Hucitec, 2010, 134-139. Os textos de Arango são “Voto particular de vários Consejeros de Indias sobre la abolición del tráfico de esclavos” (15 de fevereiro de 1816), “Axiomas económico-políticos relativos al comercio colonial, presentado al Consejo de Indias en 1816” e “Ideas sobre los medios de establecer el libre comercio de Cuba y de realizar un empréstito de veinte millones de pesos” (25 de agosto de 1816). *Obras (volumen II)*. Org. e introd. de Gloria García Rodríguez. Havana: Imagen Contemporanea, 2005, p. 126-137 e 142-155. Ver também *Tratado entre S. M. Real el Rey de España y de las Indias y S. M. El Rey Del Reino Unido de la Grán Bretaña e Irlanda*. Madri: Imprenta Real, 1817 (nos termos do convênio, a Comissão Mista podia ser montada em Havana ou em qualquer “território de S. M. Católica”; uma outra seria instalada em Serra Leoa, possessão britânica). Além da liberdade de comércio, a Coroa fez uma série de concessões aos cubanos. Em 30 de agosto de 1815, o direito de derrubar suas matas. Dois anos depois, a anulação do monopólio do tabaco (23 de julho de 1817). Em 16 de julho de 1819, a regularização das *mercedes* litigiosas em posse por pelo menos quarenta anos. Com esse quadro institucional, Cuba avançou por dentro da curva na corrida pelo domínio da produção mundial de açúcar. Moreno Friginals. *Espanha/Cuba/Espanha*, p. 208-210.

²¹ Ver *Representación del consulado de la Habana de 21 de octubre de 1818 e Capítulo séptimo de las instrucciones de la diputación provincial de La Habana. Tráfico de negros*, em Eduardo Torres-Cuevas e Eusebil Reyes (orgs.). *Esclavitud y Sociedad: notas y documentos para la historia de la esclavitud negra en Cuba*. Havana: Editorial de Ciencias Sociales, 1986, p. 131-138 e p. 146-147. A notícia da decisão da Coroa sobre suspender a execução do tratado antitráfico anglo-espanhol está mencionada numa carta

A montagem da economia escravista agroexportadora cubana passou por três momentos entre 1795 e 1820 e cada um deles suscitou uma diretriz colonial para o funcionamento do Estado espanhol no século 19. O da integração econômica com os Estados Unidos durante as Guerras Revolucionárias, e a pauta da liberdade de comércio. O da experiência constitucional de Cádiz, e a ideia de concentrar poderes especiais nas mãos do capitão-general da ilha. E o da conjuntura do mercado integrado mundial de commodities, e a exigência de paridade absoluta no tráfico negreiro transatlântico entre Cuba e Brasil. Nos anos seguintes, de 1820 a 1825, os hispano-cubanos transformaram as três diretrizes em regras definitivas do Estado espanhol na forma de lei ou de convenções não escritas, valendo-se do poder de barganha que adquiriram com a reconfiguração da geopolítica no Caribe provocada pela Crise do Missouri. Não deixa de ser notável que diretrizes gestadas paulatinamente ao longo de uma geração se cristalizassem como regras de Estado em poucos anos. Isso sugere que o assentamento da ordem pós-napoleônica provocou uma aceleração no tempo histórico dos espaços americanos que viveram o regime absoluto depois de 1815, como se precisassem fixar o mais rápido possível as fórmulas gestadas na Era das Revoluções.

Os relógios andaram mais rápido para os hispano-cubanos às oito horas da manhã do Ano Novo de 1820. Naquele dia, Rafael de Riego, coronel do regimento asturiano acantonado em Sevilha à espera do sinal de partida para a reconquista da Cisplatina (Uruguai), deixou de lado a missão que recebera do rei, encabeçou um motim de soldados e restaurou a Constituição de 1812. A rebelião contagiou militares das cidades mais próximas em fevereiro, um acuado Fernando VII engoliu o regime constitucional em março e as Cortes reabriram em junho. O constitucionalismo voltara a valer em todo o império.²²

Ao contrário do que ocorrera em 1810, os escravistas havaneses não ficaram a reboque dos fatos. Assim que eles elegeram seus deputados, o Real Consulado escreveu instruções minuciosas sobre a lição de casa que os comissários deviam levar para o Parlamento na Espanha. Tratava-se, em essência, de positivar as três diretrizes concebidas entre 1790 e 1820. A respeito da liberdade de comércio obsequiada no regime absoluto, os deputados se empenhavam para “que se confirme por lei a

tardia, de 1844, do ex-capitão-general Miguel Tacón y Rosique (David R. Murray. *Odious Commerce*, p. 85).

²² João Paulo Garrido Pimenta. *Estado e nação: no fim dos impérios ibéricos no Prata (1808-1828)*. São Paulo: Hucitec, 2006, p. 126-186; e Marquês de Miraflores. *Apuntes histórico-críticos para escribir la historia de España desde el año 1820 hasta 1823*. Londres: Oficina de Ricardo Taylor, 1834, p. 29-40.

possessão em que estamos de comerciar diretamente com todas as nações do mundo.” Desenvolvendo a frase, Alejandro Ramirez, encarregado das finanças da ilha, escreveu ao Executivo espanhol mostrando que o preço internacional do açúcar vinha caindo desde 1817 e que a dinâmica do mercado integrado mundial de commodities da periferia, por ser mais instável que a dos mercados nacionais protegidos de commodities do centro, exigia autonomia local no controle das tarifas de exportação. “Seria conveniente facultar às mesmas autoridades [Real Consulado, Jefe Político, Intendência de Fazenda, Deputação Provincial] para que ditem [...] os direitos e encargos sobre a exportação dos frutos”,

seja modificando-os, ou aumentando-os em uns e reduzindo-os em outros, ou colocando-os em outra classe de contribuições, segundo as necessidades e conveniências públicas. [...] No momento as ocorrências desse tipo costumam acontecer de um dia para outro, o estado agrícola ou comercial destas ilhas muda por sucessos ou acidentes imprevistos. Consultar nesses casos extraordinários e esperar a resolução por oito ou nove meses [significa] uma completa diminuição de fortuna. E, confiando na resolução provisória dos principais agentes do Estado, o Chefe Político e o Intendente de Exército, que ouvem as corporações e prestam contas, não há risco de abuso que não tenha fácil reparação na circumscripção matéria de tais impostos, sempre sujeita à alta e baixa dos preços.²³

Sobre o capitão-general – que a Constituição chamava de Chefe Político e apartava dos poderes militares –, o Real Consulado solicitou que seus poderes continuassem dilatados na linha que Jáuregui e O’Gavan haviam prescrito em 1812, quando estavam sob o choque da Rebelião de Aponte: “que o mando político continue unido ao militar nesta província, visto que sua distância do trono torna necessária a unidade central no governo para prevenir grandes males que o menor distúrbio que ocorresse entre as duas autoridades superiores pudesse ocasionar.” *Grandes males* era uma expressão genérica de conteúdo preciso. Não denota senão subversão revolucionária da ordem social escravista.

Quanto ao tráfico negreiro transatlântico, as instruções do Real Consulado recomendavam “muito particularmente aos mencionados Srs. deputados que promovam no ministério as justas reclamações feitas por esta Junta [trata-se do texto de Jáuregui de 1818] sobre a ampliação do prazo para a cessação do tráfico, igualando-nos com os portugueses”. A Deputação Provincial de Havana (conselho eletivo local que não deve

²³ “Instrucciones para los señores Diputados à las Cortes hechas por el Consulado de esta ciudad”. In: *Espediente sobre arreglo de las contribuciones territoriales*. Havana: Arazoza y Soler, 1821. ANC, Gobierno Superior Civil, Leg. 500, número 18703. E “Oficio de Alejandro Ramirez, Intendente de Egto., ao Secretário de Estado e Despacho do Ultramar”. [Havana], 1º de agosto de 1820. ANC, Gobierno Superior Civil, legajo 499, núm. 19702.

ser confundido com a bancada parlamentar da ilha nas Cortes) reforçou o último ponto nas próprias instruções que redigiu aos representantes da ilha na Espanha. “Como é que [Londres] não exigiu igual abolição repentina e absoluta do rei de Portugal e do Brasil?”. Deviam “solicitar desde logo no Congresso a absoluta igualdade de espanhóis e portugueses”. Alejandro Ramirez traduziu mais uma vez a demanda hispano-cubana em sua comunicação direta com o Executivo espanhol. “Tudo o que se fomenta no Brasil, sendo, como é, em iguais produtos de açúcar e café, há de ser em prejuízo e detrimento especial desta ilha e da de Porto Rico. Vista a introdução de negros como um fomento, este meio deve ser recíproco, e não permitir a um país e negar a outro.” É tudo mais do mesmo. O êxito da diplomacia pró-tráfico no Brasil aniquilou, no contexto de aplicação do livre comércio à periferia do sistema mundial, o fracasso da diplomacia pró-tráfico na Espanha. O contrabando já era uma realidade antes mesmo de existir.²⁴

Os escravistas hispano-cubanos, dominando as instituições locais (Ayuntamiento e Deputação Provincial), emplacaram gente de sua inteira confiança para representá-los em Madri: Juan Bernardo O’Gavan, José Domingo Benítez e José Pascual de Zayas, estes dois de início suplentes por já estarem na Espanha e depois confirmados como titulares de suas vagas. Foi na mão deles que depositaram todo o seu receituário para o funcionamento do Estado espanhol na ordem mundial pós-napoleônica. Os três eleitos sabiam, pela experiência de 1812, que seu número, diminuto, era incapaz de impor uma agenda colonial à maioria peninsular das Cortes. Que tinham de levar uma poderosa arma oculta na algibeira. Que precisavam, enfim, haurir forças numa fonte de poder sistêmico que mal começava a despontar na vizinha república: a Crise do Missouri, nos Estados Unidos.²⁵

O desafio parlamentar mais eletrizante e efêmero que O’Gavan, Benítez e Zayas enfrentaram foi o do tráfico negreiro transatlântico. Na sessão de 23 de março de 1821, José María Queipo de Llano (conde de Toreno), cunhado de Rafael de Riego, e que parece ter travado contato com abolicionistas ingleses em seu exílio londrino durante a

²⁴“Instrucciones para los señores Diputados à las Cortes hechas por el Consulado de esta ciudad”. “Capítulo séptimo de las instrucciones de la Diputación provincial de la Habana”, reproduzida em Juan Bernardo O’Gavan. *Observaciones sobre la suerte de los negros del Africa, considerados en su propia patria, y trasplantados á las Antillas Españolas: y reclamación contra el tratado celebrado con los ingleses el año de 1817*. Madrid: Imprenta del Universal, 1821, p. 12-14. Na republicação do “Capítulo séptimo...” em Eduardo Torres-Cuevas e Eusebil Reyes (orgs.). *Esclavitud y Sociedad*, p. 146-147, a frase “Como é que não exigiu igual abolição repentina e absoluta do rei de Portugal e do Brasil?” perdeu o advérbio *não*, o que inverte seu sentido. E “Oficio de Alejandro Ramirez, Intendente de Egto., ao Secretário de Estado e Despacho do Ultramar”

²⁵ Para os deputados escolhidos, Manuel Moreno Friginals. *Cuba/Espanha, Espanha/Cuba*, p. 210-212.

Restauração absolutista, indicou à plenária a montagem de uma comissão especial que, “conforme o artigo VI do Tratado concluído entre a Inglaterra e a Espanha”, propusesse “na maior brevidade possível as medidas necessárias para reprimir o tráfico de escravos da África que vários naturais e estrangeiros continuam fazendo sob bandeira espanhola”. O artigo VI rezava que Madri tomaria “as providências oportunas para que as altas partes contratantes atinjam por completo os objetivos louváveis que têm em vista”. *Providências oportunas* era uma expressão genérica de conteúdo genérico. Podia significar instrução administrativa (ordem real), decretos do Executivo e, só em última instância, lei parlamentar. Toreno e a turma de antiescravistas que o apoiou estavam forçando o campo semântico da expressão. Nomeada no mesmo dia, a comissão especial incluiu Toreno, Martínez de la Rosa, José María Calatrava, Pablo de La-Llave e Ramos Arispe – nenhum deles cubano, sendo que Toreno timbrava de antiescravista e Arispe exigia a constitucionalização do pleno acesso da população de cor livre ao exercício dos direitos políticos. Para piorar as coisas, a deputação de Cuba andava incompleta no Parlamento, pois a Junta Eleitoral de Havana embutira no cálculo da base demográfica da ilha negros e mulatos livres, barrados pelo artigo 29 da Constituição, com vistas a inchar a representação ultramarina. As Cortes acataram as denúncias contra a Junta, invalidaram os diplomados e readmitiram os suplentes (Benítez e Zayas). O’Gavan amargou um ano de espera, até que novo pleito na ilha preencheu as três vagas titulares da ilha brindando-o com o primeiro lugar.²⁶

Em 2 de abril a comissão apresentou o projeto penal que apertava o cerco aos contrabandistas. Previa reclusão de 6 a 10 anos aos capitães, graduada de 5 a 8 anos para o dono do navio e de 2 a 4 para a tripulação subalterna. Punia a compra ilegal com multa de valor três vezes maior que o do escravo ou, na ausência do pagamento, com cárcere de 3 a 6 anos. E ordenava a redação de certificados nos portos coloniais com especificação de procedência, sexo e idade dos cativos em trânsito. Os dispositivos mostram que o texto ignorou a lei norte-americana de 1820, que equiparava o tráfico à pirataria, crime passível da pena de morte. Dois artigos do diploma, todavia, estavam além de qualquer paralelo com a legislação dos Estados Unidos. Um deles previa que “ficarão de fato em absoluta liberdade os escravos apreendidos procedentes da Costa da

²⁶ *Diario de Sesiones de las Cortes de Madrid* (doravante, *DSC-Madrid*), 23 de março de 1821, p. 640-644; sobre bancada cubana, *DSC-Madri*, 23 de fevereiro de 1821, p. 4-11; 3 de março de 1821, p. 35; e 5 de dezembro de 1821, p. 1112-1120; artigo VI em *Tratado entre S. M. Real...*, p. 10. Ao menos um abolicionista se diz amigo de Toreno. Ver John Bowring. *Contestación a las observaciones de D. Juan Bernardo O’Gavan, sobre la suerte de los negros de Africa: y reclamación contra el tratado celebrado con los ingleses en 1817*. Madrid: Imprenta de L. Amarita, 1821, p. 3.

África” (art. 8) – como vimos, os mandatários do Sul no Congresso dos Estados Unidos tinham rejeitado a ideia de emancipação dos cativos ilegais. O outro mirava o centro do poder colonial: “qualquer autoridade que auxilie, coopere ou contribua conscientemente para a expedição de um navio empregado neste tráfico ou para a introdução, compra ou venda de escravos procedentes da costa da África [...] será privada de todos os seus empregos, soldos e honras e não poderá voltar a obter nenhum outro cargo de distinção” (art. 9). O que implicava o ostracismo perpétuo do capitão-general, a figura a quem a Coroa, com base na denúncia do tratado antitráfico anglo-português feita pelo Real Consulado, tapara os olhos para o contrabando e que em 1812 e 1820 os hispano-cubanos queriam botar acima das leis porque sempre apoiara seus desígnios.²⁷

Em 3 de abril, no dia seguinte à leitura do projeto de Toreno na plenária, Juan Bernardo O’Gavan mostrou no que vinha empregando as horas vagas em que não podia participar das Cortes e enviou para uma gráfica as suas *Observaciones sobre la suerte de los negros del África considerados en su propia pátria, y trasplantados a las Antillas españolas: y reclamación contra el tratado celebrado con los ingleses el año de 1817*, um panfleto cujo título longo não revela seu verdadeiro teor. Embora dois terços das páginas escritas por O’Gavan estejam repletos de noções climáticas e legais a sustentar que a escravidão na África, zona tórrida de leis bárbaras, só podia ser corrigida pela escravidão na América, zona civilizada de clima tórrido, todo esse repertório conceitual é um proêmio ao que se concentra no terço final do texto e na documentação anexa a ele (O’Gavan após ao fim do folheto o protesto do Real Consulado contra o tratado antitráfico anglo-espanhol e as instruções da Deputação Provincial de Havana aos representantes da ilha nas Cortes). A concepção editorial da obra e o próprio ensaio inédito de O’Gavan mostram que os hispano-cubanos, mais do que sintetizar uma ideologia da escravidão que vinha circulando desde o final do século 18, souberam articular a defesa do tráfico transatlântico de escravos à ordem política internacional que estava sendo construída naquele instante.

Não é difícil entender por que os hispano-cubanos recorreram a elementos do cenário externo. Em 1811 eles haviam defendido uma concepção estreita de repertório de constitucionalização, deixando de propósito o assunto do comércio transatlântico de escravos fora da Constituição. Se o texto espanhol tivesse fixado um prazo para a validade do comércio negreiro a exemplo do norte-americano, o tratado antitráfico de

²⁷ DSC-Madrid, 2 de abril de 1821, p. 831. Para a lei antitráfico norte-americana de 1820, Capítulo 2 (supra).

1817 poderia passar por inconstitucional e ipso facto caducar. Com a lacuna, os havaneses perderam a chance de usar o campo do direito constitucional como instrumento de pressão escravista e tiveram de agredir o convênio antitráfico com dados do sistema internacional. Em 1820 ainda o fizeram lembrando a diplomacia da Corte joanina no Rio de Janeiro. No ano seguinte, quando se tornou mais claro o horizonte anexionista que a Crise do Missouri tinha traçado para o Sul dos Estados Unidos, O’Gavan tirou partido do assunto por sua própria conta. Em tom de ameaça, escreveu no panfleto que, caso não fosse possível a equidade com o Rio de Janeiro:

Não deve perder-se de vista que à distância muito pequena daquela formosa ilha, a maior que se conhece no mapa da terra, o antemural do novo mundo, a admiração e a inveja de todas as nações, existe um governo sábio, liberal em princípios e na prática, poderoso e ativo, que procura estender sobre ela uma mão benéfica e atraí-la por todos os meios a seu sistema de liberdade e engrandecimento, prodigando-lhe recursos abundantes para sua agricultura e seu comércio que a Espanha não pode lhe prestar jamais. Já se disse há muito tempo: ‘Se a arbitrariedade ou a imprudência dos que mandam não têm limites, a paciência dos povos tem’.²⁸

Esse é o primeiro uso explícito, público e articulado à defesa da escravidão que os hispano-cubanos fizeram do anexionismo desde a expansão territorial dos Estados Unidos desencadeada com a Compra da Louisiana em 1803. O fato de circular só um ano após a Crise do Missouri não é coincidência cronológica. Os debates de 1819 e 1820 tinham chispado algumas faúlhas de alento para os escravistas hispano-cubanos. Tinham mostrado que o Congresso federal, proibindo a escravidão nas áreas não colonizadas da Compra da Louisiana acima do paralelo 36°30’, reconhecia carecer de poderes para alienar a propriedade escrava já existente nas demais áreas. Haviam exposto que o cativeiro no Sul se expandia com vigor mesmo sem a importação de africanos da África, baseado apenas na elasticidade da oferta doméstica de escravos. E, em decorrência, haviam ensinado que o Compromisso do Missouri, ao engaiolar o pássaro da escravidão no sentido norte-sul (segundo a metáfora de Thomas Ritchie), abria no horizonte dos sulistas a necessidade de um voo compensatório no sentido leste-oeste, da ilha de Cuba aos confins do Texas. As *Observaciones sobre la suerte de los negros* indiciam, assim, o desenvolvimento de uma estrutura na arena mundial em que os Estados Unidos aparecem não apenas como parceiros comerciais (fonte de poder econômico), mas como possíveis aliados estratégicos para a preservação do cativeiro (fonte de poder político). O panfleto de O’Gavan poderia portar um título, embora

²⁸ Juan Bernardo O’Gavan. *Observaciones sobre la suerte de los negros*, p. 12 (ou p. 145, na edição preparada por Torres-Cuevas e Reyes).

bravateiro, mais consentâneo com seu conteúdo e sintético na formulação: *Tráfico justificado – sejamos como o Brasil ou passaremos aos Estados Unidos*.

O texto da comissão especial seguiu seu curso ordinário nas Cortes passando por leituras nas sessões de 8 de 12 de abril. Quando o presidente da sessão fez menção de assinalar um dia para o debate sobre ele, o cubano José Domingo Benítez irrompeu do silêncio pedindo que o ministro do Ultramar “assistisse a ela por ser assunto da maior importância para a ilha de Cuba”. O gesto fazia parte de uma jogada ensaiada. Até março a Secretaria do Ultramar estivera nas mãos de Ramón Gil de la Cuadra e, desde então, estava sob controle de Ramón Feliú, que também dirigia a de Governação do Reino. Dias antes da fala de Benítez, O’Gavan tinha repassado a Feliú quadros estatísticos comparativos com números de escravos e homens livres nas Antilhas espanholas, britânicas e francesas, para mostrar que a interrupção do abastecimento negreiro seria prematura numa colônia em que os escravos compunham 30%, e não, digamos, 90% da população total. O ataque simultâneo entrosou. Feliú apareceu nas Cortes dia 13 e marcou sessão secreta dentro de 24 horas. Na noite de 14 de abril, os deputados, que já tinham atravessado o expediente discutindo matérias diversas, cerraram as portas do Parlamento e, extenuados, decidiram que o projeto para a extinção do tráfico transatlântico de escravos não devia ser objeto de deliberação. Na primeira das partidas que disputaram nas Cortes, os colonos triunfaram. Um a zero.²⁹

A segunda pauta dos ultramarinos – acesso direto ao mercado mundial – os lançou numa negociação sobre o sistema aduaneiro da monarquia que se arrastou de outubro de 1820 a janeiro de 1822. A matéria era intrincada por atingir grupos com participação distinta no conjunto da economia imperial. Desde meados do século 18, quando a Grã-Bretanha induziu à reorganização do mercado internacional de alimentos no Atlântico Norte, a Coroa espanhola vinha estimulando o plantio de cereais na Península e, dada a insuficiência da oferta doméstica, tolerando a importação dos grãos provenientes da França e Estados Unidos, com os quais atendia à demanda na metrópole ou nas Antilhas. Nas Guerras Revolucionárias, a mobilização militar e o bloqueio das

²⁹ *DSC-Madri*, 8 de abril de 1821, p. 965, e 12 de abril de 1821, p. 1014; O’Gavan, *Observaciones sobre la suerte de los negros*, p. 11 (p. 145 na reedição de Torres-Cuevas e Reyes); e *Actas de las Sesiones Secretas de las Cortes ordinarias y extraordinarias de los años 1820 y 1821, de las de los años 1822 y 1825 y de las celebradas por la Diputaciones permanentes de las mismas Cortes ordinarias*. Madri: Imprenta y Fundición de J. Antonio García, 1875, vol. único, p. 168. Os parlamentares antiescravistas reagiram a essa derrota inserindo várias cláusulas da lei antitráfico no Código Criminal espanhol. Dada a dissolução das Cortes em 1823, o texto nunca foi aplicado no ultramar. Ver Waldomiro Lourenço da Silva Júnior. *Entre a escrita e a prática: direito e escravidão no Brasil e em Cuba, c.1760-1871*. Doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2015, cap. 1.

vias de comércio obrigaram a Espanha a importar trigo de Marselha ou Filadélfia (além de Odessa, Liorna e Gênova), o qual passou a despontar, ao lado das manufaturas, entre os itens de maior valor agregado registrados na alfândega, sendo sua compra quitada pelos artigos que a metrópole reexportava da América para o resto da Europa. Finda a guerra, os produtores da Península retomaram as atividades agrícolas e lutaram por proteger o mercado doméstico nos termos do mercado integrado mundial de commodities da periferia. No segundo semestre de 1820 as Cortes começaram a atendê-los. Em 5 de agosto proibiram por completo a importação de trigo na Península e dois meses depois aprovaram um sistema aduaneiro que fazia da América uma zona de trocas para cereais e manufaturas da Espanha, eliminando na prática a liberdade de comércio de Cuba. Fizeram tábula rasa da agenda colonial.³⁰

Assim que recebeu a nova lei tarifária, o capitão-general de Cuba suspendeu sua execução. Seu ato podia ser considerado subversivo, e em seu apoio o Real Consulado desovou no início de abril um parecer recobrando a barganha que Arango selara com a Coroa em 1816, segundo a qual o controle local das aduanas era uma contrapartida ao tratado antitráfico anglo-espanhol. Em Madri, Benítez e Zayas seguiram suas instruções eleitorais – manter o comércio da ilha na “liberdade em que hoje se acha, ampla para todas as bandeiras, sem coartação nenhuma” – e publicaram o panfleto *Reclamación contra la ley de aranceles*. O argumento deles era simples: a rentabilidade do açúcar e do café reduzira o emprego do trabalho escravo no ramo, menos lucrativo, do suprimento de gêneros, tornando a ilha carente “de todo o necessário para a sua sobrevivência”. Era mais vantajoso “recebe[r] tudo de fora [leia-se: Estados Unidos] a um preço infinitamente mais barato do que se produzisse nela”. No Parlamento, perante deputados que instavam por qualificar ato cubano de rebelde e, amparados numa petição do porto de Santander, interditar a venda de “farinhas estrangeiras no ultramar”, Benítez os calou com o que estava se tornando a bala de prata dos colonos: “se não se proceder nisso com muita prudência, resultarão consequências que não me atrevo a indicar”. Isto é, a anexação da ilha aos Estados Unidos.³¹

³⁰ Josep M. Fradera, “El comercio de cereales y la prohibición de 1820 (el caso del mercado catalán)”, *Agricultura y sociedad*, vol. 30 (1984): 137-168; Domingo Gallego Martínez, “La formación de los precios del trigo en España (1820-1869)”, *Historia Agraria*, vol. 36 (ago., 2005): 263-285; “Introdução” da Parte I (supra) e “Introdução” da Parte II (infra).

³¹ Ideia central do parágrafo retirada de Josep M. Fradera. *Colonias para después de un imperio*, p. 327-438, onde estão mencionados textos do Real Consulado (382), das instruções eleitorais (384) e do panfleto (387), cujo nome completo é *Reclamación hecha por los representantes de La Isla de Cuba contra La ley de aranceles sobre las restricciones que este impone al comercio de dicha Isla*. Fala de

Em 27 de janeiro de 1822, as Cortes cederam em definitivo. Investiram o intendente da Fazenda de Cuba e a Deputação Provincial de Havana da competência de regular as aduanas. No comando das tarifas locais, os hispano-cubanos taxaram a barrica da farinha de trigo estrangeira (dos Estados Unidos) em 6 pesos (6 US\$) quando transportada em navios estrangeiros (norte-americanos) e em 4 pesos (4 US\$) quando em barcos espanhóis, alíquotas que, no fundo, eram próximas das vigentes, mas que eles precisavam manter para, com a gordura fiscal, diminuir as cobradas sobre a saída do açúcar. Para os demais produtos, eles foram autorizados a operar dentro do que se pode chamar de regime de bandas fiscais. De dois em dois anos, manipulariam os direitos de entrada entre o piso de 20% e o teto de 37,5%, e os de saída entre 0% e 6%. O Ayuntamiento de Havana agradeceu às Cortes a suspensão da primeira lei tarifária. Arango y Parreño foi além. Chamou a segunda norma das Cortes, a que depositava o assunto nas mãos dos ultramarinos, de “benéfico decreto” e “lei de exceção”, termos que hoje soam contraditórios. E talvez fossem. Ele sabia que os hispano-cubanos gozariam autonomia legislativa nos quadros de um regime não federativo. Dois a zero.³²

A última diretriz que os colonos defenderam como um estatuto do Estado espanhol na década de 1820, o exercício da autonomia política, ganhou feição no interior dos conflitos políticos e sociais cubanos que podiam contrair efeito de classe social na quadra em que a retomada do regime representativo no império coincidiu com as independências das repúblicas hispano-americanas nas Américas. Entre 1820 e 1823 Cuba abrigou um grupo de pessoas nascidas na Península e suspeitosas dos ultramarinos que queria entregar a agentes peninsulares os principais postos de comando local e separar os poderes militar e civil na ilha, o que na prática desinflava as competências do capitão-general. Rotulado de piñeristas por alusão a um de seus líderes, o sacerdote Tomás Gutiérrez de Piñeres, o grupo imprimiu uma série de jornais solenes e galhofeiros empapados do que a historiografia chamou de “demagogia antioligárquica”, com os quais desferia ataque implacável aos grandes proprietários e apelava aos inimigos históricos deles. Em 15 de fevereiro de 1821, por exemplo, a folha satírica *El navio arranchador* remexeu antigas rixas sociais da ilha entre grandes e pequenos

Benítez em *DSC-Madri*, 28 de junho de 1821, p. 2583; discurso anticubano em 28 de junho de 1821, p. 2605; petição do Ayuntamiento de Santander em 31 de maio de 1821, p. 1969.

³² A primeira lei tarifária cubana realizada com base na nova autonomia colonial está em *Acuerdos Provisionales sobre arreglo de derechos y establecimiento de almacenes de deposito, sancionados por la Ema. Diputación Provincial bajo la presidencia del Señor Gefe Superior Político Interino*. Havana: Arazoza y Soler, 1822. ANC, Intendencia General de Hacienda, legajo 1126, signatura 59. O elogio do Ayuntamiento de Havana à revogação da alfândega protecionista, *Diario de las Sesiones de Cortes*, 17 de abril de 1822, p. 873.

proprietários ao convocar a bordo de seu navio alegórico o diretor da Real Factoría de Tabaco a fim de juntos melhorarem a “administração da justiça em que está comprometido o serviço nacional”.³³

A imprensa da oposição pôs os grandes escravistas na ofensiva. Em abril – mês célebre, em que os hispano-cubanos lutaram pela rejeição do projeto de lei antitráfico e pela manutenção da liberdade de comércio –, os proprietários enviaram às Cortes uma representação na qual, depois de reiterar sua crença em que o governo respeitaria suas “liberdades comerciais” (real cédula de 1818) e o “fomento de suas empresas agrárias” (tráfico negreiro), alertaram que “os homens comuns e limitados não estavam preparados para fazer um uso proveitoso da liberdade de imprensa”. Em paralelo, Juan Bernardo O’Gavan tentou afiar no Parlamento espanhol os dentes do projeto de lei que regulava a imprensa no império. Solicitou que acusações contra homens públicos ventiladas nos jornais fossem fundadas em “provas legais”, isto é, carimbadas no cartório, o que inviabilizaria a publicação da maior parte das matérias de denúncia. Quis também que editorialistas condenados na justiça por textos abusivos fossem encarcerados nas casas de detenção comuns, não nas relativamente mais cômodas fortalezas militares: “Não sei”, desabafou, “por que se há de ter tanta consideração com um homem que tenta subverter o Estado, concitar à desobediência, ou tirar a fama e a reputação a um cidadão, isto é, tirar-lhe uma vida talvez mais apreciável que a natural”. Sempre em busca da autonomia na gestão da ordem social, os deputados da ilha apresentaram uma moção conjunta, com base no que “reclamam aquelas autoridades, os proprietários e os chefes militares”, para que a lei de imprensa em Cuba fosse ditada pelos próprios cubanos, sendo redigida pelo Chefe Político, pelas Deputações Provinciais de Havana e Santiago e pela Audiência de Puerto Príncipe (tribunal mais importante da colônia).³⁴

³³ *El navio arranchador*, 15 de fev. de 1821, p. 83 (agradeço à Fernanda Bretones a gentileza de partilhar jornais da época); a expressão “demagogia antioligárquica” está em Manuel Hernández. *Liberalismo, masonería y cuestión nacional en Cuba, 1808-1823*. Santa Cruz de Tenerife: Idea, 2012, p. 201. Ver análise dos conflitos entre piñeristas e escravistas hispano-cubanos em José A. Piqueras, “El criollo demediado: una exporación sobre identificación, intereses y afectos.” *Ibero-americana pragensia, supplementum*, vol. 18 (2006): 25-41.

³⁴ Para a representação de abril de 1821, J. A. Piqueras, “El mundo reducido a una isla. La unión cubana a la metrópole en tempos de tribulaciones”. In: José A. Piqueras (org.). *Las Antillas en la era de las Luces y la Revolución*. Madrid: Siglo XXI, 2005, p. 319-342, cuja ideia central está desenvolvida a seguir. Falas de O’Gavan em *Diario de las Sesiones de Cortes*, 30 de janeiro de 1822, p. 2071-2072, 7 de fevereiro de 1822, p. 2191, e 8 de fevereiro de 1822, p. 2212. Sobre Varela, José Antonio Piqueras (org.). *Félix Varela y la prosperidad de la patria criolla*. Madrid: Fundación Mapfre/Doce Calles, 2007, p. 5-89.

No segundo semestre de 1822 os havaneses organizaram eleições para uma nova legislatura. Na nova rodada eleitoral, os grandes proprietários elegeram Félix Varela, seu discípulo Leonardo Santos Suárez e Tomás Gener, um self-made man que migrara da Catalunha para o ultramar aos 14 anos. O comissariado estava longe de ser da nata escravista – Varela, o líder do trio, comporia até uma memória pela emancipação dos cativos durante sua preparação para as Cortes. É provável que a plutocracia tenha composto com outros grupos sociais com o propósito de barrar nomes piñeristas na chapa enviada à Península. Seja como for, a diretriz dos escravistas hispano-cubanos continuou sendo defendida pelos deputados que representaram a ilha nas Cortes. Ela girava em torno de uma concepção de Estado local autônomo contrária à dos piñeristas. Enquanto Varela, Suárez e Gener ainda estavam em Cuba, José de Las Cuevas, deputado da ilha nas Cortes no início de 1822, pediu na plenária que as Deputações Provinciais da ilha exercessem autonomia orçamentária plena na escolha dos gastos com a manutenção da ordem social. O anexionismo dos Estados Unidos foi mais uma vez explorado: “é preciso confessar que contribuir numa época tão calamitosa com uma soma tão grande e não receber em troca nenhuma proteção é muito desesperador para um povo que precisa dela, e que por um lado faz fronteira com os Estados Unidos e, por outro, com a república negra do Haiti”. Quando os três deputados hispano-cubanos debutaram nas Cortes em outubro de 1822, apresentaram um projeto de autonomia política para a ilha na linha do que desejava seu eleitorado.³⁵

É difícil saber se foram movidos por convicção própria ou por episódios então recentes, como o início da independência do México (1821), a separação da Guatemala (1821), a queda de Quito (1822) e a pressão dos sargentos das milícias de pardos cubanos sobre o Parlamento em prol da nivelção de seus soldos com os das milícias brancas (1822). O fato é que em 16 de fevereiro de 1823 Varela apresentou às Cortes um *Proyecto de instrucción para el gobierno económico-político de las provincias de ultramar*. Dividido em três partes, administração local, deputação provincial e capitania-geral, o texto trazia uma grande novidade a respeito dessa última instância: o capitão-general poderia vetar leis e decretos aprovados nas Cortes que fossem reputados contrários aos interesses da ilha. A ideia apertou na garganta dos deputados peninsulares, entre eles Augustín Argüelles, os quais frisaram que o Parlamento é que devia ser o único lugar da soberania nacional, o único fórum de aprovação e revogação

³⁵ *Diario de las Sesiones de Cortes*, sessão extraordinária da noite de 11 de maio de 1822, p. 1312.

das leis. José Francisco Pedrálvez apanhou no ar a intenção de Varela ao reparar que os capitães-gerais se tornariam tiranetes, autocratas, ditadores. Espantar-se-ia menos se soubesse que não era outra coisa o que os cubanos vinham buscando desde 1812. Não obstante tais protestos, o texto foi aprovado em 31 de março, fechando o programa cubano para o período constitucional: contrabando negreiro, liberdade de comércio e uma forma peculiar de autonomia política. Um, dois, três a zero.³⁶

O último dos triunfos dos havaneses, todavia, não virou realidade e só foi reafirmado ao fim de um tenso processo desencadeado na Europa que potencializou o efeito de classe dos conflitos sociais e políticos vividos em Cuba. Em abril de 1823, cem mil soldados franceses que o Congresso de Verona enviou em auxílio de Fernando VII cruzaram os Pirineus determinados a marchar sobre a Constituição de 1812. Enquanto as Cortes migravam de uma cidade a outra, na tentativa inútil de fugir das baionetas da restauração, a loja maçônica dos Rayos y Soles de Bolívar conspirou, em repúdio ao absolutismo que assomava no horizonte, a independência da República de Cubanacán. Desbaratada em agosto, a inconfidência parecia ramificada em Havana, Matanzas e Guanajay, o coração das plantations de açúcar e café, onde mais de 600 pessoas foram processadas e pelo menos 30 condenadas ao exílio. Seu mentor, o havanês José Francisco Lemus, entusiasta de Simón Bolívar, redigira um manifesto que, embora nunca tenha circulado, assombrou as autoridades da ilha. O texto convocou “TODOS OS HABITANTES DELA” – como frisavam as letras garrafais de seu título – para uma insurreição comum contra a tirania espanhola a partir do bairro popular de Guadalupe. O mesmo que fora o Q.G. da traumática Rebelião de Aponte.³⁷

Não é preciso ser *expert* em política espanhola para perceber que *habitante* é, segundo a Constituição de Cádiz, uma categoria mais ampla que a de *cidadão* (detentores de direitos civis e políticos) e mesmo de *espanhol* (detentores de direitos civis). Que, designando qualquer morador, numa sociedade escravista a palavra inclui os livres e os libertos. Os brancos, os mulatos e os negros. Os nascidos em Cuba e os

³⁶ Augustín Sánchez Andrés, “El trienio constitucional y los orígenes del autonomismo antillano, 1820-1823”. *Tierra Firme*, Caracas, vol. 23, núm. 89 (jan. 2005): 9-26. Transcrição do projeto em Pedro Ortego Gil, “La instrucción para el gobierno económico-político de las provincias de Ultramar”. *Anuario Mexicano de Historia del Derecho*, vol. 14 (2002): 343-495.

³⁷ Reprodução fotográfica do manifesto em Levi Marrero. *Cuba, comercio y sociedade*. Madri: Player, 1990, vol. 15, p. 330-332. Acerca do conjunto urbano de Havana dentro da muralha e extramuros, Ynaê Lopes Santos. *Irmãos do Atlântico: escravidão e espaço urbano do Rio de Janeiro e Havana*. Doutorado. São Paulo: Departamento de História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), 2012. Sobre o complô, José A. Piqueras, “El ideario de una revolución frustrada: José Francisco Lemus y la libertad de cubanacán”. *Ibero-americana pragensia, supplementum*, vol. 19 (2007): 211-221.

nascidos na África. No limite, inclui até mesmo os escravos (por que não?). Durante a apuração policial da conspiração, o Ayuntamiento de Havana e o general Dionisio Vives se reuniram mais de uma vez no prédio do Ayuntamiento até altas horas da noite, decidindo o que fazer caso as forças absolutistas apoiadas pela França, triunfando na Espanha, atisçassem os ultraliberais com o fogo da independência. Em 13 de setembro, a Deputação Provincial de Havana, mostrando estar mais preocupada com os simples pobres da cidade que com as poderosas tropas de Paris, enviou ao governo uma representação dizendo que a ilha estava prestes a pegar fogo por causa do iminente retorno do absolutismo. Negros e mulatos livres dos subúrbios faziam “manifesta oposição” à população branca, contavam com apoio das escravarias espalhadas nas fazendas do interior e se lançariam de peito aberto à separação caso recebessem o concurso das forças revolucionárias do México ou Colômbia. No fim do texto, a Deputação puxou a sua própria baioneta, a mesma que Jáuregui e O’Gavan tinham desembainhado no ensaio de 1812: o capitão-general precisava de faculdades extraordinárias.³⁸

Fernando VII recuperou o poder absoluto na Espanha no fim de 1823. No espaço de um ano, três eventos infundiram nos seus conselheiros a convicção de aceder à demanda dos escravistas hispano-cubanos pela centralização do poder local em Cuba. O primeiro foi a reação dos Estados Unidos à intervenção absolutista francesa na Espanha. Os talentos políticos de Washington calculavam a possibilidade de haver uma expedição recolonizadora no Novo Mundo bancada por Paris e tentavam adivinhar que efeito ela podia exercer no cenário doméstico norte-americano. Se, por exemplo, o México se tornasse uma monarquia francófila, qual seria a atitude dos monarquistas franceses da Louisiana: mudariam de lado ou permaneceriam republicanos e norte-americanos? E a dos patriotas da Colômbia, revidariam tentando tomar Cuba? Londres poderia fazer o mesmo para punir a França? No caso da revanche colombiana ou britânica, Cuba sofreria uma revolução escrava? Que impacto isso não teria no Sul dos Estados Unidos?³⁹

Enquanto pontuavam suas interrogações, os norte-americanos receberam de Londres a proposta de uma declaração conjunta em repúdio ao avanço francês sobre as

³⁸ Sobre as reuniões noturnas entre Vives e o Ayuntamiento da capital, John Mountain a John Warner, Havana, 18/07/1823, U. S. National Archives. Record Group 59, 1813-1821 [sic], vol. 3.

³⁹ D. A. G. Waddell, “A política internacional e a independência da América Latina”. In: Leslie Bethell (org.). *História da América Latina*. V. III: *da independência até 1870* (1ª ed. inglês, 1985). São Paulo: Imprensa Oficial, 2001, p. 231-265; e Jay Sexton. *The Monroe Doctrine: Empire and Nation in the Nineteenth-Century*. Nova York: Hill and Wang, 2011, p. 47-84.

possessões espanholas no Novo Mundo, na qual a Grã-Bretanha e os Estados Unidos jurariam abrir mão de possuir “qualquer porção delas” mas também rejeitariam que fossem “transferidas para qualquer outra potência”. Os ministros de James Monroe, então presidente da república, entenderam que George Canning, o chanceler britânico, estava com segundas intenções. Que ele buscava, nas palavras do secretário de Estado, John Quincy Adams, “um comprometimento dos Estados Unidos contra a transferência da ilha de Cuba à França ou contra a aquisição dela por nós mesmos”. Ou mesmo contra a anexação do Texas. Recusaram a oferta. Faz sentido terem recusado. E a Crise do Missouri explica a recusa. Se eles queriam evitar que o cenário internacional afetasse a política doméstica norte-americana, contrair uma obrigação daquela natureza provocava um incalculável custo político no Sul, pois bloqueava as duas saídas para a expansão do cativeiro no corredor leste-oeste que a Crise do Missouri fincara no horizonte dos escravistas. No lugar da declaração conjunta, redigiram os famosos três parágrafos da Mensagem do Presidente de 2 de dezembro de 1823, os quais passaram à história com o espantoso nome de Doutrina Monroe.⁴⁰

Quando a mensagem foi publicada, Canning já havia extraído da França a promessa de que a ajuda militar a Fernando VII se limitava a derrubar o constitucionalismo na Península. Ainda assim, o texto norte-americano ventilou princípios – a tríade do republicanismo, não-intervencionismo e não-colonização – que reverberaram nos crâneos dos políticos europeus. Em que a fala de Monroe se distinguia da proposta de Canning? Ela, por si mesma, explica. Sua versão do não-intervencionismo dizia: “Não temos interferido nem iremos interferir nas colônias ou dependências de nenhum poder europeu”. Em vez de prometer que desistia de tomar quaisquer porções da América hispânica (versão Canning), o excerto prometia apenas não estimular a secessão delas. A diferença é gritante. Inferia-se que, uma vez independentes, elas podiam ser anexadas aos Estados Unidos. Essa leitura foi feita na época pelos próprios espanhóis. Poucas semanas depois de Monroe ler seu texto perante

⁴⁰ Charles Francis Adams (org.) *Memoirs of John Quincy Adams, comprising portions of his Diary from 1795 to 1848*. Filadélfia: J. B. Lippincott, 1875, vol. 6, entrada de 17 de novembro de 1823, p. 188; e Basil Rauch. *American Interest in Cuba: 1848-1855*. Nova York: Columbia University Press, 1948, p. 22-25. Desde pelo menos o antigo estudo de William Manning (William R. Manning. *Diplomatic Relations between the United States and Mexico*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1916), a gênese da Doutrina Monroe é associada ao valor geopolítico de Cuba. O que se perde de vista é que o sentido geopolítico de Cuba para os Estados Unidos não é um dado a-histórico. Havia surgido na integração comercial dos dois países entre 1795 e 1815 e acabou definido de uma vez por todas pela Crise do Missouri. De certa forma, a controvérsia de 1820, ao impedir que Washington aceitasse a proposta Canning, está na gênese da Doutrina Monroe.

o Congresso em Washington, o editor do *El restaurador*, um jornal da Península que apoiava Fernando VII, repercutiu, de uma folha inglesa, um comentário que acusava o potencial expansionista embutido na mensagem do Executivo dos Estados Unidos: “o presidente Monroe deveria ocupar-se mais de arrumar as coisas de dentro [da república] do que aumentar seu território”. Era, portanto, preciso fortificar as Antilhas.⁴¹

O segundo evento a influir nos cálculos de Fernando VII é que os patriotas do Novo Mundo fizeram a mesma leitura da mensagem de Monroe. Eles achavam que, por interesse expansionista, os Estados Unidos tolerariam a emancipação de Cuba (e até torceriam por ela). Essa interpretação ganhou força no fim de 1824, quando os patriotas acachaparam as tropas espanholas na Batalha de Ayacucho (Peru). O líder dos vitoriosos, Simon Bolívar, cogitou então se valer da ameaça de invadir Cuba como um meio de arrancar de uma Madri já debilitada o reconhecimento das repúblicas hispano-americanas. Ele flertava com a ideia também por acreditar – com razão – que a ilha, espetada no Golfo do México entre o Estreito da Flórida e o Canal de Yucatán, se tornaria a cabeça de ponte das operações do exército espanhol no teatro de guerra contra os patriotas (como de fato o foram até a última investida recolonizadora de Fernando VII, no tardio ano de 1829). As ideias de Bolívar encontravam eco nos próprios Estados Unidos, onde constitucionalistas hispano-cubanos exilados depois da restauração do absolutismo na Espanha, entre os quais Félix Varela, sonhavam com a libertação de Cuba mediante uma ação concertada do México e da Colômbia. Os desterrados também achavam que os Estados Unidos acolheriam de bom grado a independência da ilha. Mais uma vez: era preciso fortificar as colônias do Caribe.⁴²

O terceiro – e último – evento que informou os conselheiros de Fernando VII fechou a Era das Revoluções retomando uma questão que aparecera na origem dela. No sábado de 18 de dezembro, o navio de guerra britânico *Lion*, que cruzava o Mar do Caribe, capturou o bergantim espanhol *Relámpago*, que trazia 159 africanos destinados à ilha de Cuba. Era a primeira apreensão feita de acordo com o tratado antitráfico anglo-

⁴¹ *Addresses and Messages of the Presidents of the United States, Inaugural, Annual, and Special from 1789 to 1846, with a Memoir of each of the Presidents, and a History of their Administration; also the Constitution of the United States, and a Selection of Important Documents and Statistical Information.* Org. Edwin Williams. Nova York: Edward Walker, 1849, vol. 1, p. 451-461 (cit. p. 460); e *El Restaurador*, Madri, 29 de janeiro de 1824, p. 205-206.

⁴² Hernán Venegas Delgado, “El fantasma de la revolución haitiana y la independencia de Cuba (1820-1829).” *Proyecto História*, vol. 31 (dez., 2005): 25-54; Eduardo Torres-Cuevas. “De la Ilustración reformista al reformismo liberal.” In: M. C. Barcia; Gloria García; E. Torres-Cuevas (Org). *Historia de Cuba: la colonia, evolución socioeconómica y formación nacional, de los orígenes hasta 1867*. La Habana: Editora Política, 1994, p. 335-342; Ramiro Guerra y Sánchez. *Manual de Historia de Cuba* (1938). Havana: Editorial de Ciencias Sociales, 1971, p. 269-299.

espanhol de 1817. Nos termos da convenção, a Comissão Mista podia emitir um “certificado de emancipação” aos cativos a bordo de um tumbeiro, e de fato o tribunal lavrou a alforria dos 149 que ainda permaneciam vivos no porão do navio apreendido, na grande maioria homens jovens, mas também mulheres e crianças. Uma delas com meses de idade. Nascia uma situação inédita na ilha. Os africanos estavam sendo beneficiados não por um instrumento que pertencia aos precedentes jurídicos de integração individual segregada do Antigo Regime espanhol. Muito pior. Era um recurso que uma potência estrangeira criara. Era uma norma que libertava centenas de uma vez. Era um dispositivo de alto teor social antiescravista. Tudo, enfim, o que a experiência constitucional agregada dos espaços escravistas do Novo Mundo havia tentado evitar: que a inovação nos precedentes jurídicos pré-revolucionários criasse efeito de classe nos conflitos sociais protagonizados pelos subalternos na Era das Revoluções. Com um “certificado de emancipação” passado por britânicos, como seria a ordem social escravista dali por diante?⁴³

A municipalidade de Havana solicitou ao capitão-general a suspensão da sentença da Comissão Mista. Ouviu em resposta que ele não tinha poderes para cercar uma corte instituída por tratado internacional. Diante do obstáculo, o juiz espanhol no julgamento do bergantim tomou uma decisão. Ajudou a redigir um texto endereçado à Coroa no qual pediu, como solução alternativa à inapelabilidade da Comissão Mista, a ampliação das prerrogativas do capitão-general. Com data de 28 de abril de 1825, o documento ressaltou que não preocupava a ocorrência singular do *Relámpago*, e sim “as demais da mesma classe que provavelmente vamos tocar nesta ilha” (a locução verbal *vamos tocar* é uma clara aposta no futuro do contrabando). A dilatação dos poderes do capitão-general, como no texto de Jáuregui de 1812. A aposta no contrabando, como no texto de Jáuregui de 1818. Quem era o juiz? Quem podia ser o juiz? Ninguém mais, ninguém menos que o próprio Andrés de Jáuregui. Ele, unindo as duas pontas do fio de 13 anos em que os escravistas hispano-cubanos se equilibraram jogando com os seus próprios direitos individuais, argumentou de novo que apenas processos sumários, céleres, excepcionais, extraordinários, conduzidos pela destra do capitão-general salvariam a ilha da subversão revolucionária. Na justificativa, rememorou a Rebelião de Aponte. Não estava forçando a barra. O problema dos direitos dos negros na

⁴³ “Reglamento para las comisiones mistas que han de residir en alguna de las posesiones coloniales de su Majestad católica y en la costa de África”, artigo 7º. In: *Tratados, convenios y declaraciones de paz y de comercio*. Org. de Alejandro del Cantillo. Madri: Alegría y Charlain, 1843, p. 806. Os homens libertados pela Comissão Mista eram chamados, no império espanhol, de africanos emancipados.

Constituinte e o problema das cartas de alforria da Comissão Mista possuíam em comum o risco de mudar a jurisprudência da ordem escravista e promover conflitos sociais para conflitos de classe social:

O negro não raciocina jamais senão em seu sentido, o que lhe convém o faz torcer o que há de mais genuíno nas coisas. Assim se experimentou de uma maneira tão lamentável nesta ilha pela imprudente publicidade das sessões das Cortes em abril de 1811, em que se tratou da matéria dos escravos e de seu tráfico: extraviada a opinião estalou em março de 1812 uma insurreição terrível em vários engenhos de açúcar desta jurisdição [...] O governo desta ilha naquela época tremenda teve de empregar toda sua energia caminhando com o processo com uma rapidez à medida do perigo.⁴⁴

Surtiu efeito? Em 25 de maio de 1825, uma Real Ordem concedeu ao capitão-general faculdades extraordinárias de praça militar sitiada. Autorizou-o a cassar empregados, degredar pessoas de qualquer “posição, classe ou condição” sem abertura de processo e suspender unilateralmente ordens, decretos e dispositivos legais originários da metrópole.⁴⁵ O chamado regime de faculdades onímodas subsistiu até o fim da Guerra dos Dez Anos (1878), às vésperas da abolição, como a principal peça da máquina do poder colonial montada em Cuba para esvaziar os efeitos de classe dos conflitos sociais e conduzir a expansão do sistema escravista baseada no tráfico negreiro ilegal através de uma tempestade perfeita: a consolidação das independências americanas, a articulação do anexionismo norte-americano e o avanço do antiescravismo britânico. A ilha, em suma, estava pronta para mergulhar no contrabando de homens escravizados na era da liberdade humana.

A atuação dos proprietários havaneses depois de 1815 se provou tão decisiva para estabelecer as regras institucionais básicas da política da escravidão em Cuba como a dos sulistas dos Estados Unidos haviam sido durante a Crise do Missouri. Embora tenham concluído o processo de adequação de seu Estado aos desafios do cativo no século 19 como colonos de uma monarquia governados por uma lei marcial, os cubanos podiam se gabar de possuir algumas liberdades não menos dilatadas que as dos cidadãos republicanos da Geórgia ou da Virgínia. A principal delas – o acesso ao mercado reprodutor da mão de obra escravizada – foi reassegurada em 1821 e 1825 para eles

⁴⁴ Archivo Historico Nacional de Madri (AHN), Sección Ultramar, Cuba, Gobierno, Esclavitud, legajo 3547, exp. 15. O desejo de suspender a sentença da Comissão Mista e o registro dos apreendidos estão registrados em *British and Foreign State Papers, 1824-1825*. Londres: James Bidgway and Sons, 1846, p. 190-195.

⁴⁵ A Real Ordem está transcrita em Raimundo Cabrera. *Cuba y sus jueces (rectificaciones oportunas)*. Filadélfia: Levytype, 1891, p. 235.

como o fora em 1820 para os sulistas. A propriedade plena das terras, outra base do direito contemporâneo, também foi concedida à especulação dos escravistas da ilha da mesma forma que tinha sido garantida abaixo do paralelo 36'30'' na república. No contraste das classes senhoriais, um terceiro ponto talvez até pendesse para os hispânicos: as unidades federativas dos Estados Unidos controlavam aduanas de exportação, mas suavam no Congresso para mexer nas tarifas de importação, que eram nacionais. Os cubanos, em contrapartida, receberam o direito de manipular seus direitos de entrada e de saída. Os “súditos oprimidos” falaram tanto na formidável república, “liberal em princípios e na prática”, que acabaram com mais regalias que os livres cidadãos dela. Se é mito associar a Doutrina Monroe à frase *América para os americanos*, o slogan das novas regras do Estado espanhol, sem falsear a realidade, poderia ser: *sobre Cuba, os hispano-cubanos*.

De onde veio tanto poder? A resposta é múltipla, mas gira em torno dos Estados Unidos. Em boa medida, o senhoriato hispano-cubano remeteu açúcar e café para a Europa na frota mercantil *deles* durante as Guerras Revolucionárias, encontrou demanda elástica no mercado interno *deles*, recebeu insumos e gêneros do comércio de exportação *deles*, foi abastecido por negociantes negreiros *deles* e, at last but not least, usou a Crise do Missouri para aumentar seu próprio poder de barganha no interior do constitucionalismo espanhol. Na década de 1820, Cuba e Estados Unidos não eram mais espaços que respondiam simultaneamente a estímulos globais comuns. Ambos tinham convergido para uma integração de trajetórias cujas soldas econômicas, geopolíticas e ideológicas não seriam mais rompidas até a Guerra Civil de 1861.

Vamos agora à América portuguesa conferir se Cuba estava de fato sendo refeita à imagem e semelhança do Império do Brasil.

Capítulo 4

Somatória de experiências: Brasil, 1808-1831

No manifesto que dirigiu aos governos e nações amigas em 6 de agosto de 1822, o príncipe regente D. Pedro declarou que o Brasil proclamava “à face do universo a sua independência política” e pretendia, como “nação grande e poderosa”, “conservar ilesos os seus imprescritíveis direitos”. Desde a Independência dos Estados Unidos, a fórmula para um espaço escravista se tornar grande e poderoso vinha incluindo autonomia política, acesso direto ao mercado mundial e domínio sobre o tráfico de mão de obra escravizada, princípios respeitados até mesmo na manutenção do status colonial na ilha de Cuba. A história recente da América portuguesa dava a entender que seu itinerário não era diferente. Com a instalação da Corte de D. João no Rio de Janeiro (1808-1821), a colônia desfrutara o regime da liberdade de comércio, e o centro-sul do Brasil vivera de perto as benesses dos órgãos de governança que a Coroa duplicara em sua nova sede (Desembargo do Paço, Junta de Comércio, Casa de Suplicação). Os enclaves de plantations de açúcar, algodão e café, bem como as zonas de abastecimento alimentar, entraram em ritmo acelerado de expansão, e o tráfico negreiro transatlântico atingiu um novo patamar de intensidade. Metonímia do processo que se consolidava, um capitão chamado Antônio Gomes Fogaça iniciara, poucas horas antes de o manifesto de 6 de agosto receber seu ponto final, uma viagem do Rio de Janeiro a Benguela. Na África embarcou no navio *Feliz Eugênia* 632 africanos escravizados. Sessenta e cinco morreriam no caminho, sem conhecer o país que nascia.¹

É possível ler de duas maneiras a sincronia entre o manifesto de independência do Brasil e a saída do negreiro Fogaça para a África. A primeira: os episódios mostram o fosso que separava o país em dois mundos incompatíveis, o do liberalismo e o da escravidão, o da razão nacional e o da razão colonial, o do bem público e o do interesse privado. Nessa mirada, o Império do Brasil encenou ao longo do século 19 a crônica de sua morte anunciada, na qual uma elite política ilustrada, desprendida e progressista travou contra a classe dos escravistas uma batalha renhida até ser derrotada no golpe de Estado de 1889, que trocou uma monarquia devotada à *res publica* por uma república regida pela *res privata*. A segunda: os eventos representam a estreita conexão entre o Estado que surgia e o tráfico negreiro transatlântico. A Corte do Rio de Janeiro atuou como escudo contra a ofensiva antitráfico da Grã-Bretanha, e o tráfico forneceu à Corte capital para esmagar movimentos separatistas nas franjas do império. Escravidão e

¹ “Aos governos e nações amigas” (6 de agosto de 1822). In: Paulo Bonavides e Roberto Amaral (orgs.). *Textos políticos da História do Brasil*. Volume 1: *Formação nacional, Império*. 3ª edição. Brasília: Senado Federal, 2002, p. 630-640. O episódio do bergantim *Feliz Eugênia*, que zarpu em 5 de agosto, está registrado em www.slavevoyages.org (número de identificação da viagem: 314).

interesse nacional se confundem. A dimensão pública da *res privata* e a dimensão privada da *res publica* foram, na paródia de outro título de romance, a vida e a vida do Império do Brasil.²

Meu argumento retoma e desenvolve a segunda leitura. O modo como o apresento solicita uma explicação preliminar. No capítulo anterior, sugeri que as jurisdições que viveram o poder absoluto depois do Congresso de Viena (como a monarquia espanhola) passaram por uma aceleração da experiência histórica na qual tiveram de processar um maior número de tensões num menor espaço de tempo. A trajetória do Império do Brasil reforça a hipótese. O país encarou em apenas uma década os desafios que tinham levado mais de trinta anos a amadurecer nos Estados Unidos e quase vinte a se desenvolver no império espanhol. De 1820 a 1831, seus proprietários e políticos tomaram uma série de decisões que respondiam aos processos mais amplos que aqui têm sido chamados de repertórios de constitucionalização, pós-constituente, fonte de poder sistêmico e conjuntura do mercado integrado mundial de commodities da periferia. Ou seja, enfrentaram a somatória das múltiplas variáveis do sistema mundial que os atores norte-americanos e cubanos vivenciaram de forma mais espaçada. Como apresentar essa trama de eventos no simples fio da narrativa?³

Primeiro examino o período da política joanina (1808-1821) com o fito de reapresentar o problema da fonte de poder sistêmico, mas agora pela perspectiva luso-brasileira, determinada pela inserção do Rio de Janeiro no sistema mundial via Grã-Bretanha. A aliança trouxe mais prós que contras aos escravistas brasileiros. O Brasil desfrutou abertura permanente da economia e manteve intactas as exportações agrícolas na última e turbulenta fase das Guerras Revolucionárias (prós). Os contras foram mais potenciais que concretos. A diplomacia antinegreira de Londres ameaçou, sem conseguir, aniquilar o tráfico de escravos para o Brasil e conseguiu, sem ameaçar, alterar os precedentes jurídicos do Antigo Regime português de assimilação individual

² José Murilo de Carvalho, “Escravidão e razão nacional”. *Dados: Revista de Ciências Sociais*, vol. 31, núm. 3 (1988): 287-308 (primeira leitura). E Luiz Felipe de Alencastro. “La traite négrière et l’unité nationale brésilienne”. *Revue Française d’Histoire d’Outre-Mer*, vol. 56, núm. 244- 245 (1979): 395-419 (segunda). Carvalho estava reiterando, no artigo, o modelo de análise da política imperial que apresentara em *A construção da ordem* (1980) e *Teatro de sombras* (1988), republicados em edição conjunta pela Civilização Brasileira em 2003. Em palestra num evento organizado pela FNAC (*Semana do Brasil*, 18-25 de março de 2011), reafirmou que o escravismo não teve impacto na manutenção da unidade nacional brasileira, pois os panfletos da independência não tocam no assunto. A ausência de provas é tomada como prova da ausência. Enunciado que espero desconstruir nas páginas seguintes.

³ Capítulos 1, 2 e 3 (supra). E Reinhart Koselleck. *Estratos do tempo: estudos sobre história. Com uma contribuição de Hans-Georg Gadamer*. Trad. de Markus Hediger. Frankfurt: Suhrkamp, 2000, p. 139-164.

dos subalternos da escravidão. Na ótica dos brasileiros, o eixo Londres-Lisboa-Rio mudou de valor, para pior, apenas com a Independência de 1822. Isso não porque o Brasil sentisse separar-se de Portugal. Seu problema foi separar-se da África.

O fato – e esse é o segundo passo da argumentação – permitiu que a ameaça do fim do tráfico se tornasse uma realidade e que a realidade da mudança nos precedentes jurídicos se tornasse uma ameaça à escravidão. O império contra-atacou. A chancelaria de D. Pedro I respondeu ao primeiro desafio estendendo a legalidade do infame comércio até o horizonte do possível. A Constituição de 1824 respondeu ao segundo e esvaziou as inovações legais antiescravistas que pudessem transformar conflitos sociais em conflito de classe social. Os dois feitos, a maior proteção possível dos interesses escravistas num quadro sem alinhamento geopolítico alternativo ao da Grã-Bretanha, podem ser considerados extraordinários. Ainda assim, foram insuficientes. Quando a popularidade de D. Pedro I derreteu como uma estátua de cera e o café sentiu o tranco do mercado integrado mundial de commodities da periferia, a roda girou mais uma vez, e os fatos velhos ganharam sentidos novos.

A terceira e última etapa da argumentação consiste em demonstrar que, de 1827 a 1831, os deputados fizeram uma espécie de Constituinte deslocada no tempo que alterou o significado dos aparatos locutórios e atos ilocutórios da Constituição de 1824, com o propósito específico de aumentar a temperatura do fogo em que cozinhavam o imperador. Em todo o processo, é bom que se note, o tráfico se entrelaçou com o destino da política, mas a política, ponto de encontro de pressões locais e mundiais que escapam à relação do Brasil com a África, não teve como destino manifesto a preservação do tráfico. Para a coisa pública e a coisa privada se entenderem de vez no Brasil independente, precisavam de um campo comum no qual falassem a mesma língua. Esse não foi o dos direitos individuais. Esse não foi o do liberalismo do poder público. Foi, sim, o campo da ilegalidade, do crime, da reinvenção do infame comércio na sua forma ainda mais infame, a do contrabando sistêmico de pessoas livres como se fossem escravas. A forma e o lugar desta que é a mais profunda razão nacional do Império do Brasil são objetos do Capítulo 7 (*infra*).⁴

*

⁴ Essas proposições tomam como ponto de partida resultados de pesquisa apresentados em Márcia Berbel, Rafael Marquese e Tâmis Parron. *Escravidão e política: Brasil e Cuba, c. 1790-1850*. São Paulo: Hucitec, 2010, p. 95-182; e T. Parron. *A política da escravidão no Império do Brasil, 1826-1865*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 41-120.

O fim do colonialismo no Brasil começou a ser decidido nas planícies quentes de Saint-Domingue. A cadeia de eventos é simples. Assim que o Haiti esfacelou o projeto do império atlântico francês, Napoleão elegeu a Europa como o cenário exclusivo de sua edificação imperial e empreendeu uma série de conquistas militares terrestres que culminou no Bloqueio Continental de 21 de novembro de 1806 (no fundo, concebível apenas porque não tinha mais um tesouro caribenho a virar presa dos britânicos e porque sua frota fora dizimada na Batalha de Trafalgar). O dilema que Napoleão não teve, teve-o D. João. Respeitar o bloqueio seguindo uma agenda continental europeia (opção França) significava empurrar o Brasil para a Grã-Bretanha, resistir ao bloqueio a partir do Brasil (opção Grã-Bretanha) era entregar o reino à França. Na manhã de 24 de novembro do ano seguinte o Conselho de Estado decidiu que não se “devia perder um só instante em acelerar o embarque de Sua Alteza Real, o príncipe regente nosso senhor, e de toda a real família para o Brasil”. A escolha não admira. A América portuguesa havia atravessado um portentoso renascimento agrícola na conjuntura de expansão inflacionária da economia-mundo capitalista, chegando a fornecer entre 1802 e 1806 dois terços dos produtos exportados pela metrópole, um peso maior que o que Saint-Domingue tivera em 1790 no comércio exterior da França. No transe dramático de novembro de 1807, era na América, não na Europa, que girava o eixo dinâmico da economia imperial portuguesa.⁵

Quando o bloqueio francês suscitou o revide das *Orders in Council* e estas rebateram nos embargos de Jefferson e Madison, a Grã-Bretanha ficou sanduichada entre o fechamento de seu efervescente mercado consumidor de têxteis no continente europeu e o risco de perder seu principal fornecedor de algodão cru, os Estados Unidos. Sua peculiar situação reposicionou o Brasil na escala de valores do Foreign Office, o Ministério dos Exteriores britânico. Ao longo de 1807 Londres prometeu organizar a partida da Coroa para o Brasil e a resistência militar em Portugal à iminente invasão francesa, desde que lhe fosse aberto o mercado brasileiro. O encaixe dos eventos foi cronométrico: um mês depois da partida da Coroa para a América, o presidente Thomas Jefferson assinou em Washington a ousada lei de embargo comercial norte-americano; e

⁵ Oliveira Lima. *D. João VI no Brasil* (1908). Pref. Wilson Martins. Rio de Janeiro: Topbooks, 2006, p. 21-41; Jorge Pedreira e Fernando Dores Costa. *D. João VI: um príncipe entre dois continentes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 150-180 (citação extraída da p. 180); e José Jobson de Andrade Arruda. *Uma colônia entre dois impérios: a abertura dos portos brasileiros, 1800-1808*. Bauru, SP: Edusc, 2008, p. 17-41. Os dois últimos livros, que oferecem boas análises da política joanina no cenário europeu e americano, sugerem que os temas da política e da escravidão ainda podem ser mais explorados nas pesquisas em língua portuguesa. Os autores, tal como Oliveira Lima cem anos antes, não fazem uma única menção a Saint-Domingue ou Haiti no exame da geopolítica napoleônica.

um mês após o início do embargo de Jefferson, D. João emitiu em Salvador o decreto de Abertura dos Portos do Brasil. A mesma coação internacional que fizera um mercado se fechar fez outro se abrir. O acerto da decisão britânica se vê nos gráficos abaixo:

Fonte: James A. Mann. *The Cotton Trade of Great Britain: its Rise, Progress and Present Extent*. Londres: Simpkin, Marshall & Co./Manchester: Joseph Thompson & Son, 1860, p. 126.

A Grã-Bretanha obteve do Brasil entre 1809 e 1814 o mesmo número de fardos de algodão cru que comprara dos Estados Unidos no início do século, de modo que o principal ramo de sua economia doméstica, a indústria têxtil, responsável por mais de 40% de suas receitas de exportação, continuou abastecida a despeito do Bloqueio Continental e da Guerra Anglo-Americana, sendo capaz de financiar a máquina de guerra que Londres movia contra Napoleão. Visto, porém, que o peso do fardo podia variar conforme o fornecedor, é possível que haja distorção nos índices, o que exige que o cálculo seja refeito levando-se em conta valores monetários. Com a nova medida, a colaboração da cultura escravista algodoeira do Brasil para a sobrevivência das fábricas têxteis britânicas fica bem mais modesta. Ainda assim, foi o bastante para amortecer a pancada das Guerras Revolucionárias.⁶

⁶ A hipótese de Jobson, segundo a qual a diplomacia britânica buscou o controle da produção algodoeira no Brasil, está correta. A análise do autor, porém, superestima a capacidade produtiva da cultura algodoeira escravista do Brasil e seu papel na economia britânica. Jobson diz que Londres queria tornar a colônia “grande fornecedora de matéria-prima, o algodão em rama”. Fala em “encaixe perfeito” entre as fábricas britânicas e o complexo algodoeiro do Brasil. Afirma que o “algodão brasileiro, produzido no Maranhão e em Pernambuco, alimentava, concomitantemente, três processos de industrialização coetâneos: inglês, francês e português”. Assertivas insustentáveis diante do cotejo dos índices brasileiros e norte-americanos. José Jobson de Andrade Arruda. *Uma colônia entre dois impérios*, p. 53, 62 e 67.

Fonte: para os valores norte-americanos; *American State Papers* (doravante, *ASP*). *Documents, Legislative and Executive, of the Congress of the United States. Commerce and Navigation*. Washington: Gales and Seaton, 1832, vol. I, p. 592 (1803), 593 (1804), 672 (1805), 697 (1806), 722 (1807), 739 (1808), 816 (1809), 870 (1810), 893 (1811), 966 (1812); 995 (1813), 1024 (1814). Para os brasileiros, J. Jobson de Andrade Arruda. *Uma colônia entre impérios*, tabela 4, p. 65.

Os *ASP* não distinguem o destino do algodão antes de 1821; a virtual totalidade da produção norte-americana, porém, destinava-se à Grã-Bretanha.

Os valores originais da importação do algodão cru brasileiro pela Grã-Bretanha estão em libras esterlinas. Sua conversão para dólar foi feita ano a ano conforme o câmbio fornecido em Lawrence H. Officer, “Dollar-Pound Exchange Rate From 1791”, URL: <http://www.measuringworth.com/exchange-pound/>.

Além de provisões, a Grã-Bretanha caçava mercados consumidores alternativos aos vedados no continente europeu e encontrou no Brasil um canal de escoamento. Em 1810 assinou com a Corte joanina o tratado de Comércio e Navegação, com o qual impôs à América portuguesa o teto aduaneiro de 15% *ad valorem* sobre artigos britânicos. Dados disponíveis para os anos de 1808 e 1812 sugerem que o Brasil comprou cerca de 10% do total das exportações britânicas de tecidos de algodão, movimentando por ano algo em torno US\$ 6 milhões. Considerando que sua população local era diminuta, o mercado brasileiro chegou a apresentar, em momentos de pico, uma taxa de consumo per capita de bens britânicos 50% mais alta que os Estados Unidos. Em contrapartida, a City, amarrada à lógica interna de seu próprio império, estava proibida de importar gêneros coloniais que competissem com os das Antilhas britânicas, o café e o açúcar entre eles. Os negociantes ingleses podiam no máximo estocá-los *tax free* na alfândega até sua revenda no mercado mundial (art. 20), sem autorização para introduzi-los no mercado doméstico senão sob alíquotas escorchantes. Por essa perspectiva, a Abertura dos Portos oferecia uma grande oportunidade de oferta

a países comerciais neutros como os Estados Unidos, que vinham se enriquecendo na reexportação de açúcar e café do Novo Mundo para a Europa. A demanda norte-americana do primeiro item já estava coberta pela massificação da produção cubana. A do segundo, não. Sua aquisição no Haiti vinha caindo numa velocidade maior que sua oferta em Cuba podia acompanhar.⁷

A América portuguesa se encontrava em condições de preencher a lacuna. A montagem da economia escravista cafeeira no Brasil vinha se dando nas duas primeiras décadas do século 19, ao longo do Caminho Novo da Piedade, no vale médio do Rio Paraíba do Sul – onde hoje são os municípios de Resende (RJ), Areias (SP) e Bananal (SP). A região começara a ser ocupada no último terço do século 18 por colonos que se dedicavam ao abastecimento alimentar da populosa Minas Gerais e das pujantes capitâncias de São Paulo e Rio de Janeiro, onde a conjuntura de expansão inflacionária da economia mundial estimulava a montagem de engenhos de açúcar. Os colonos, que recebiam sesmarias ao abrir caminhos e massacrar os índios Puris da região, herdaram uma importante estrutura do complexo econômico aurífero do século 18. As extensas reservas naturais que tinham à disposição haviam sido preservadas pela Coroa com o fito de evitar os descaminhos do ouro, e as mulas que usavam no transporte dos grãos até o litoral eram fornecidas por redes de comércio montadas entre o extremo sul e Minas Gerais para o escoamento de pedras preciosas e víveres. Com o capital acumulado, esses pioneiros trocaram a cultura de alimentos pelo plantio dos cafeeiros. O início do empreendimento era despretensioso, porém promissor. A produção brasileira do café quadruplicou a cada quinquênio no período, saltando de cerca de 400 t (1807-1811) para 1.500 t (1812-1816) e daí para 6.500 t (1817-1821). Era sua a maior taxa de expansão entre as commodities nacionais.⁸

⁷ Índices das importações brasileiras e norte-americanas em José Jobson de Andrade Arruda. *Uma colônia entre dois impérios*, p. 52, 54, 55 e 58. Dados demográficos para o cálculo do consumo per capita (de 1810 para os EUA e de 1808 para o Brasil), respectivamente, em *Aggregate Amount of Persons Within the United States and the Territories Thereof: Agreeably to actual enumeration according to Law in the Year 1810*. Washington, DC: Census Office, 1811, e Maria Luiza Marcílio, “Evolução da população brasileira através dos censos até 1872”. *Anais de História*. Assis-SP, vol. 6 (1974): 115-137. Há descrição do tratado de 1810 em diversos autores. Ver, por exemplo, Olga Pantaleão, “A presença inglesa”. In: Sérgio Buarque de Holanda. *História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Monárquico: o processo de emancipação, t. II, vol. 1*. São Paulo: Difel, 1970, p. 80-88. Sobre a participação dos Estados Unidos na comercialização do café produzido na bacia macro-caribenha, Michelle Craig McDonald, “The Chance of a Moment: Coffee and New West Indies Commodities Trade”. *The William and Mary Quarterly*, vol. 62, núm. 3 (jul., 2005): 441-472. Para a compra de café haitiano e cubano nos Estados Unidos, Capítulo 3 (supra).

⁸ Sobre as exportações de café, Mario Samper e Radin Fernando, “Historical Statistics of Coffee Production and Trade from 1700 to 1960”. In: W. G. Clarence-Smith e Steven Topik (orgs.). *The Global Coffee Economy in Africa, Asia, and Latin America, 1500-1989*. Cambridge: Cambridge University Press,

A montagem da cafeicultura mais o incremento da produção alimentar mineira, destinada a abastecer tanto as novas plantations como o inchaço da Corte, tiveram impacto imediato na intensidade do tráfico negreiro transatlântico para o centro-sul do Brasil, fazendo a felicidade de gente como Antônio Gomes Fogaça, o traficante que abriu este Capítulo ao lado de D. Pedro. Fogaça, português de nascimento, devia ter tino para a coisa. Em agosto de 1807, ainda engrossando a barba aos dezessete anos, pressentiu os rumos incertos do reino, deixou o pai e a mãe em Portugal e foi fazer o seu Brasil. No Rio de Janeiro, em 1812, ele começou a vida de traficante. No início, a serviço da família Gomes Barroso, a quarta maior empresa negociadora de escravos na maior praça negreira do mundo. Depois como free-lancer, dono de seu próprio navio, o *Feliz Eugênia*, que ainda cruzava a barra da Guanabara quando D. Pedro publicou o manifesto ao governo e nações amigas. Fogaça gostou do negócio. De 1812 a 1824, da primeira à última vez que foi à África, fez doze viagens, uma por ano. Passou 2.798 dos 4.433 dias em trânsito. Desembarcou 5.381 africanos no Rio de Janeiro, 2% do total que chegou ao porto na época da montagem da cafeicultura. Descartou no mar, mortos, 690. Deve ter ficado rico. Mas não gozou a riqueza que teve. Um dia adoeceu, teve febre e, nas palavras de um processo de transmissão de seus bens, “perdeu o juízo, vindo a acabar sem saber de quem era filho nem onde era a sua pátria”. Morreu em Loanda, 20 de fevereiro de 1824, a uma semana do Carnaval.⁹ A vida e a morte de Fogaça têm um quê de didatismo. Fosse como empregado dos Barroso ou free-lancer, ele dá materialidade a um aspecto formativo do Brasil que, de uma perspectiva mais ampla, se deixa apanhar no gráfico abaixo:

2003, p. 412 (produção quinquenal média de 1797 a 1821). Para a montagem da cafeicultura, José Flávio Motta. *Corpos escravos, vontades livres. Posse de cativos e família escrava em Bananal (1801-1829)*. São Paulo: Annablume, 1999, p. 25-63, e Rafael Marquese e Dale Tomich, “O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial do café no século XIX”. In: Keila Grinberg e Ricardo Salles (orgs.). *O Brasil imperial. Volume II: 1831-1870*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 339-383.

⁹ “Autos de justificação de Joaquim Gomes Fogaça, viúvo de Ana Maria Pereira, filho de João Gomes Fogaça e de Joana Teresa Fogaça, natural do Porto”. Torre do Tombo, Lisboa, Feitos findos, Juízo da Índia e Mina, Justificações Ultramarinas, África, maço 17, núm. 9, caixa 29 (disponível em <http://digitarq.arquivos.pt/details?id=4211929>); Manolo Florentino. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro* (1997). São Paulo: Cia. das Letras, 2002, p. 266-267 (família Gomes Barroso); slavevoyages.com.

Fonte: slavevoyages.com

A estabilidade do comércio de escravos, visível nas linhas brasileiras, não na cubana, se deve a um dado fundamental: o controle jurisdicional da atividade. Até 1815 o abastecimento negreiro de Cuba esteve nas mãos de negociantes ingleses e norte-americanos. Daí as oscilações conforme o contexto militar no Caribe. Quando a Grã-Bretanha está em guerra com a França (1793-1800 ou 1804-1808), o volume do negócio cai. Quando ela e os Estados Unidos entram em conflito (1807-1809 ou 1812-14), despenca. Fogaça jamais teria tido ali a carreira constante e imperturbável que teve no Brasil. No Atlântico Sul, a história é outra. Afora a distância que separava o Rio de Janeiro ou Salvador do teatro das guerras e o tratado de comércio de 1810, que abriu os armazéns portuários da Grã-Bretanha aos produtos brasileiros, aquilo que dava firmeza e solidez às suas perversas linhas era o controle nacionalizado do comércio negreiro. Quando Arango falava em refazer Cuba à imagem e semelhança do Brasil, tinha em mente os prodígios da nacionalização do tráfico negreiro transatlântico.

Dadas as condições apontadas acima, o Rio de Janeiro prometia ocupar o lugar que o Haiti já tinha abandonado e Cuba ainda não tinha preenchido no mercado cafeeiro norte-americano? É provável que sim, mas o fato é que seu engate com os Estados Unidos morreu na promessa. O mesmo quadro internacional que permitiu à Grã-Bretanha enganchar o Brasil (com a Abertura dos Portos e o tratado comercial de 1810) privou os Estados Unidos do crédito da Grã-Bretanha (devido aos embargos) e colocou Washington em rota de colisão com Londres. “A abertura dos Brasis a todos os navios neutros”, protestou o editorialista do *Charleston Courier*, “teria dado grande impulso à nossa navegação, não fosse aquela pedra atada ao nosso pescoço, o embargo”. As

retaliações de Jefferson decerto atrapalharam, mas ainda não foram elas que afogaram os importadores de café dos Estados Unidos. Se eles não embarcaram quase nada do produto em 1808, nos três anos seguintes compraram mais da metade da média anual da safra brasileira estimada para o quinquênio 1807-1811. Os embargos só viraram uma pedra no pescoço de verdade quando escalaram para a Guerra Anglo-Saxã. Aí sim, justo no ano em que Fogaça debutou no mundo dos negreiros como capitão, o acoplamento mercantil dos dois países, vigoroso embora modesto em termos absolutos, se desfez. Em 1812 as compras norte-americanas caíram para a metade do ano anterior, raspando a ínfima marca agregada de 10 t em 1813 e 1814, ao mesmo tempo que a safra brasileira quadruplicava. De 1818 a 1821 suas importações voltaram a crescer, mas, sem fôlego para alcançar o auge de 1811, abocanharam apenas 5% do mercado brasileiro então disponível aos compradores globais.¹⁰ Os gráficos abaixo mostram a posição brasileira nas importações norte-americanas e a participação norte-americana na exportação brasileira de café entre 1809 e 1821:

¹⁰ *Charleston Courier*, 25 de julho de 1808, vol. 6, p. 3. Os dados do parágrafo foram extraídos das fontes usadas na construção dos Gráficos 3 e 4.

Fonte: *American State Papers. Commerce and Navigation*. vol. I, p. 850, 852, 857, 859, 910, 912, 917, 918, 940, 947, 979, 985, 1007, 1011; e vol. II, Washington: Gales and Seaton, 1834, p. 4, 8, 66, 77, 129, 142, 175, 185, 428, 441, 496, 539.

Antes de 1815, a importação do café haitiano está embutida na rubrica “Caribe francês”.

Não foi encontrada a tabela para o ano fiscal de 1820. Seus valores, estimados, resultam da média aritmética entre os de 1819 e os de 1821.

Fonte: *American State Papers. Commerce and Navigation*. vol. I, p. 850, 852, 857, 859, 910, 912, 917, 918, 940, 947, 979, 985, 1007, 1011; e vol. II, Washington: Gales and Seaton, 1834, p. 4, 8, 66, 77, 129, 142, 175, 185, 428, 441, 496, 539.; e Mario Samper e Radin Fernando, “Historical Statistics of Coffee Production”.

O volume da exportação cafeeira total do Brasil está arredondado.

Os dados apresentados demonstram que o café, a caminho de se tornar o eixo econômico do Estado imperial e a força motriz do contrabando negreiro na década de 1830, ainda era um produto à procura de seu parceiro global no período joanino e no início dos anos vinte. A Grã-Bretanha pusera o Brasil em sua órbita durante a montagem da cafeicultura no Vale do Paraíba, mas possuía colônias que competiam com o café. Tinha plenas condições geopolíticas, mas não afinidade econômica, para dominar a comercialização internacional do produto brasileiro. Os Estados Unidos, por sua vez, precisavam de fornecedores estrangeiros do grão, mas viram o Brasil escorrer por seus dedos na última fase dos conflitos napoleônicos. Tinham afinidade econômica, mas não condições geopolíticas.

O que importa reter em mente é que, por volta de 1815, as Guerras Revolucionárias haviam produzido, além das conhecidas coalizões na Europa, dois eixos através do Oceano Atlântico, o Estados Unidos-Cuba e o Londres-Rio de Janeiro. Ao passo que o primeiro ampliou o poder de barganha dos escravistas hispano-cubanos na ordem mundial pós-napoleônica, o segundo tendeu a estreitar a margem de manobra

do senhorio brasileiro. Francisco Arango y Parreño dizia querer sua Cuba à imagem e semelhança do Brasil. Isso era irrealizável. A experiência política hispano-cubana e a brasileira depois de 1808 possuíam uma diferença irreduzível: a ausência, para o Rio de Janeiro, de uma aliança estratégica alternativa à diplomacia antinegreira de Londres. Numa palavra: a impossibilidade de Washington ser para o Brasil o que vinha sendo para Cuba.¹¹

A Grã-Bretanha estava longe de ser o parceiro ideal do império português no início do século 19. O tratado que oficializou a coalizão militar entre as duas potências (de Aliança e Amizade, também de 1810) obrigara a Corte joanina a prometer a supressão gradual do tráfico transatlântico de escravos num futuro por definir. Nos anos seguintes ao convênio, a Royal Navy capturou dezenas de navios luso-brasileiros, pela maior parte baianos, com o pretexto de que faziam comércio ilegal de escravos. Os tratantes de Salvador denunciaram o assalto. Que aniquilava a “marinha mercantil”, a “lavoura brasílica”, as “rendas reais”. E a burocracia joanina reagiu a ele pondo em questão a própria coalizão anglo-portuguesa. O “injusto apresamento”, advertiu a Londres o ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, conde de Linhares, ia arruinar “os esforços constantes de Sua Alteza Real [...] para o sucesso da luta contra o inimigo comum”. O tráfico negreiro mudou o sentido da resistência à França. A Corte joanina passou a querer vê-la tombar no teatro de guerra europeu para se livrar não só do inimigo, mas também do aliado. Tinha esperança de que uma conjuntura mundial pós-napoleônica abrisse possibilidades sistêmicas para reposicionar a Grã-Bretanha um degrau abaixo no mapa geopolítico luso-brasileiro.¹²

A oportunidade não tardou a aparecer. O desfile triunfal das tropas do czar Alexandre I pelas ruas de Paris em 31 de março de 1814, mais que a derrota de Napoleão, parecia encarnar uma vitória diplomática sobre a Grã-Bretanha, pois credenciava a Rússia como potência capaz de disputar a Londres a liderança hegemônica da Europa do pós-guerra. Os luso-brasileiros viram na ascendência de

¹¹ Sobre a construção dos Estados Unidos como uma fonte de poder sistêmico para os hispano-cubanos, Capítulo 3 (supra).

¹² “Representação do corpo de comércio da praça da Bahia” (1813), reproduzido em Tito Franco de Almeida. *O Brasil e a Inglaterra ou o tráfico de africanos*. Rio de Janeiro: Perseverança, 1868, p. 79-84 (citação na p. 82); carta de Linhares em Pierre Verger. *Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o Golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos*. São Paul: Corrupio, 1987, p. 301. Sobre as apreensões britânicas, além de Verger, ver Leslie Bethell. *A abolição do tráfico de escravos no Brasil: A Grã-Bretanha, o Brasil e a questão do tráfico de escravos, 1807-1869* (1ª ed. em inglês, 1970). Trad. de Vera Neves Pedroso. Rio de Janeiro: Editora Expressão e Cultura/Editora da Universidade de São Paulo, 1976, p. 23-24.

Moscou o fim de uma ordem mundial de alinhamento sem opções (1808-1814) e o início de outra aberta ao jogo reivindicatório, isto é, uma ocasião para trocar o bilateralismo único (Grã-Bretanha-império português) por dois bilateralismos concorrentes (Grã-Bretanha-império português e Rússia-império português). As instruções diplomáticas que a Corte do Rio de Janeiro enviou a seus negociadores no Congresso de Viena são inequívocas. Detectam na Grã-Bretanha o principal adversário nas três questões vitais à Coroa: manutenção da Guiana Francesa (conquistada pelos luso-brasileiros em 1809), devolução da cidade portuguesa de Olivença (tomada pelos Espanhóis em 1801) e permanência do tráfico transatlântico de escravos. A respeito do último tópico, prenunciavam que ele podia até lançar Espanha e Portugal para o mesmo lado no grande balcão que Viena estava prestes a se tornar, porém descartavam a ideia de uma aliança negreira com Madri porque os dois países tinham arestas territoriais por resolver na Europa e na América e, principalmente, porque seria impossível resistir à Grã-Bretanha sem o abrigo de uma potência de primeira grandeza. Segundo as instruções, nos três pontos a serem debatidos em Viena os negociantes joaninos deviam buscar a mão benévola do czar Alexandre I: “pela bem merecida influência que há de ter em todos os negócios que se tratarem no Congresso.”¹³

O parceiro perfeito do império português foi um grande fiasco. Nas sessões de Viena, a Rússia alentou o fito de manter suas tropas estacionadas na recém-ocupada Polônia e, para alcançá-lo, seguiu a lógica da aglutinação territorial dos Estados menores pelos maiores. Como sua presença na Polônia ameaçava Berlim, o czar apoiou a demanda da Prússia pela anexação da Saxônia; vendo que o fortalecimento prussiano incomodava Viena, acalentou a pretensão austríaca sobre o norte da Itália (Parma e Toscana); perante as ambições de Madri também sobre Parma e Toscana, sugeriu à Espanha a incorporação compensatória de Portugal. Perplexos com o ziguezague que saía da Polônia e rebatia na Península Ibérica, os negociadores portugueses se convenceram de que o problema do tráfico transatlântico de escravos devia ser resolvido apenas entre Portugal e Grã-Bretanha, sem embargo de terceiros.¹⁴

Do reposicionamento diplomático luso-brasileiro nasceu o tratado antitráfico anglo-português de 22 de janeiro de 1815. O acordo era uma espécie de concessão

¹³ Instruções de 16 de junho de 1814, examinadas em Valentim Alexandre. *Os sentidos do império*, p. 290-299.

¹⁴ Sobre Rússia, Áustria e Prússia em Viena, Henry A. Kissinger. *O mundo restaurado* (1ª ed. em inglês, 1957). Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1973, p.133-161. Acerca de Espanha, Parma e Toscana, Oliveira Lima. *D. João VI no Brasil*, p. 312-313.

indenizada. Seu teor previa cinco pontos: proibição do comércio negreiro para regiões não portuguesas; fim do tráfico na costa africana ao norte do equador; obrigação luso-brasileira de penalizar os infratores do convênio; renúncia do governo londrino ao empréstimo que a Coroa portuguesa contraía em 1809 no valor de 600 mil libras (US\$ 2,7 milhões); e indenização britânica de 300 mil libras (US\$ 1,4 milhão) pelas intercepções ilegais de negreiros ocorridas entre 1810 e 1814. O montante pedido era, como o solicitado pela Espanha em 1817, dinheiro miúdo na City: em 1815 a Grã-Bretanha exportara US\$ 98 milhões só em artigos de algodão. Não obstante, um empurra-empurra travou a aplicação integral do convênio. A Corte joanina se recusou a decretar penas aos infratores enquanto a Grã-Bretanha não desembolsasse a indenização, e Londres congelou suas libras até que a Corte joanina redigisse as tais das penas aos infratores. A brincadeira só acabou quando a Navy forçou a mão com mais detenções ilegais de tumbeiros, levando o plenipotenciário português em Londres, conde de Palmela, a assinar em 1817 uma Convenção Adicional à de 1815 fazendo três concessões de peso à Grã-Bretanha. A Navy teria direito de visita (inspeção em alto-mar em tempos de paz) a navios portugueses. O Rio de Janeiro ia acomodar um tribunal anglo-luso-brasileiro, a Comissão Mista, para julgar a captura dos navios suspeitos. E esse tribunal estava habilitado a passar carta de alforria a todos os africanos a bordo dos navios condenados. O último ponto era uma grande inovação nos precedentes jurídicos do Antigo Regime português de assimilação individual dos subalternos da escravidão. Não chegou, porém, a ser um problema de vulto porque a mesma Convenção Adicional impôs ao *Foreign Office* a definição precisa das áreas lídimas para o trato negreiro dali por diante. Se os traficantes luso-brasileiros operassem naqueles limites, o aperto da Comissão Mista ia girar em falso.¹⁵

Os luso-brasileiros assimilaram rápido as lições que pautariam sua agenda diplomática na ordem mundial pós-napoleônica. A primeira era que o sistema interestatal pós-vienense não continha brechas confiáveis para uma aliança de governo a governo em favor do tráfico negreiro transatlântico. A personificação disso: a volatilidade de Moscou. A segunda indicava que a América portuguesa continuaria a descrever sua órbita em torno da Grã-Bretanha, sem contrapeso capaz de aumentar seu

¹⁵ Para a convenção de 1815, Oliveira Lima. *D. João VI no Brasil*, p. 271-284. Para a de 1817, Guilherme de Paula Costa Santos. *A Convenção de 1817: debate político e diplomático sobre o tráfico de escravos durante o governo de D. João no Rio de Janeiro*. Mestrado. São Paulo: FFLCH-Universidade de São Paulo, 2007, p. 64-70. Valor da exportação de bens de algodão em 1815, James A. Mann. *The Cotton Trade of Great Britain*, tabela 3, p. 97. Os homens libertados pela Comissão Mista eram chamados, no Brasil, de africanos livres.

grau de autonomia e seu poder de barganha. A Espanha era adversária por questões lindeiras, a força da França desidratara com o fim de Napoleão e a república dos Estados Unidos, a caminho de se tornar o maior mercado consumidor global de café, ainda não engatara na crescente produção brasileira. A última das lições era corolário das anteriores. Sem alinhamento alternativo e perante um interlocutor desproporcionalmente mais poderoso, a Corte do Rio de Janeiro entendeu que só dava para defender o tráfico transatlântico de escravos como um negócio doméstico, interno ao império, análogo a um comércio de cabotagem. Uma ficção jurídica, decerto, dada a capilaridade das práticas de escravização em áreas externas às possessões portuguesas na África. Mas de grande eficácia política. Sua prova dos nove fora a capitulação da Espanha em 1817. Depois que soube do trato anglo-espanhol, Palmela celebrou em tom autocongratatório: “Do ano de 1820 em diante, ficaremos, pois, sendo a única nação que possa continuar licitamente o tráfico de escravos e julgo que essa é mais uma razão para provar a conveniência da [nossa] convenção”. E o ministro dos Negócios Estrangeiros, Tomás Antônio de Vilanova, já estava achando que a convenção anglo-portuguesa não ia dar lugar à “abolição do comércio de escravos ao sul do Equador antes de terem passado vinte anos”. Graças à unidade territorial luso-afro-brasileira, o relógio do império português projetava o fim dos tempos negreiros para o longínquo ano de 1840.¹⁶

O intervalo de 1815 a 1817 ensinou uma lição oposta à comunidade mercantil portuguesa. Para Lisboa, o tráfico devia ser empurrado para a arena internacional e renegociado o antes possível com a Grã-Bretanha. Com a Abertura dos Portos e o tratado de comércio de 1810, as exportações portuguesas para o Brasil tinham caído 77,6% entre 1808 e 1813, e a reexportação de produtos coloniais via Portugal despencara de uma média anual de 13 mil contos (1803-1807) para 2,2 mil (1808-1812). Embora o reino recobrasse parte das vendas após 1815, seu caixa registrou apenas dois terços do fluxo mercantil brasileiro transacionado de 1802 a 1807. A imprensa lusitana editada em Paris e Londres, que era financiada por negociantes portugueses e que acusava no tratado comercial o limitador de sua recuperação econômica, propôs ao Rio de Janeiro que rifasse de vez o tráfico negreiro em troca da anulação do tratado comercial. O próprio Palmela vazava para os editorialistas de Portugal pequenas farpas

¹⁶ Cf. Ofícios Reservados, conde de Palmela, Londres para o Rio de Janeiro, 10/02/1817, 13/03/1817 e 08/10/1817. Arquivo Histórico do Itamaraty (AHI), código 198/03/01. Despacho de Vilanova Portugal ao conde de Palmela, Rio de Janeiro, 9 de maio de 1818, apud Guilherme de P. C. Santos. *A Convenção de 1817*, p. 163.

envenenadas contra a conduta escravista do Rio de Janeiro: “já vamos chegando à crise na qual será indispensável adotar um sistema diferente” para “amalgamar de um modo o interesse americano [tráfico] e o interesse europeu [revisão do tratado comercial]”. Depois que o tratado de 1817 indicou de vez que a Corte colocava o tráfico para o Brasil acima do comércio português – e colocava mesmo: segundo um parecer joanino, a convenção comercial de 1810 “não é permanente”, expirando em 15 anos, ao passo que o “tráfico, uma vez abolido”, estava acabado para sempre, devendo ser priorizado –, os jornais subiram o tom. “E o pior de tudo”, escreveu um publicista, “é que não há esperança de nesses males havermos remédios e nem sequer alívio ou consolação”. Nada a ser feito, a não ser mediante um ato radical. “Qual é o meio de acudirmos com remédio eficaz a tantos males?”, perguntou retoricamente. “Cortes!”, foi a sua resposta.¹⁷

É força dizer: assim articulado com o tratado comercial de 1810, o tráfico transatlântico de escravos se tornou uma das variáveis centrais na crise que desaguou na Revolução Liberal do Porto de 24 de agosto de 1820. Noutros termos, a implantação do regime representativo no mundo lusófono se entrelaçou com o sentido que a escravização dos africanos vinha adquirindo no interior do império português na ordem mundial pós-napoleônica, em especial desde 1817. Daí a antecipação preventiva do *entourage* americanista de D. João VI por ocasião das Cortes. João Severiano Maciel da Costa – natural de Minas Gerais, desembargador na Casa de Suplicação do Rio de Janeiro e intendente da Guiana Francesa durante sua ocupação luso-brasileira – teve medo de que a crise constitucional vinculasse a abertura do mercado brasileiro ao problema do comércio transatlântico de escravos e escreveu uma *Memória sobre a necessidade de abolir a introdução dos escravos africanos no Brasil*. Em que pese o título sonoro de seu texto, Maciel da Costa visava desunir as duas questões e alegou que o tráfico só podia ser abolido – dada a sua imperiosidade para a agricultura

¹⁷ Sobre a economia portuguesa, Jorge Miguel Pedreira, “From Growth to Collapse: Portugal, Brazil, and the Breakdown of the Old Colonial System (1750-1830)”. *Hispanic American Historical Review*, 80, 4 (nov. 2000), p. 839-864; do mesmo autor, “Economia e política na explicação da independência do Brasil”. In: Jurandir Malerba (org.). *A Independência Brasileira: novas dimensões*. Rio de Janeiro: FVG Editora, 2006, p. 55-97. Para a imprensa portuguesa, Valentim Alexandre. *Os sentidos do império*, p. 402 passim. Carta de Pedro de Souza Holstein (conde de Palmela) ao conde de Funchal, de 20 de maio de 1817, apud Guilherme de P. C. Santos. *A Convenção de 1817*, p. 187. E José Anselmo Henriques. *Exposição de José Anselmo Henriques de 31 de janeiro de 1816*. Biblioteca Nacional, Divisão de Manuscritos. LOC: I-33, 28, 18. 21p (agradeço a Guilherme Santos a gentileza de me repassar fotocópia do documento).

brasileira – no longínquo ano de 1840. O ponteiro de seu relógio estava perfeitamente acertado com o tempo escravista do ministro Vilanova.¹⁸

Maciel da Costa se antecipou a um debate que não ocorreu. Os *Anais* das Cortes de Lisboa são o maior exemplo de que a ausência de uma evidência não é evidência de sua ausência. Reunidos a partir de 26 de janeiro de 1821, os deputados lusitanos desistiram de conectar as duas matérias porque balizaram sua linha de atuação conforme o que viam como exemplo ou contraexemplo na experiência constitucional de Cádiz. Queriam pôr a soberania do país no colo do povo, não na cabeça do rei, e chegaram a adotar, de modo provisório, o texto espanhol enquanto redigiam o seu próprio. Cádiz era exemplo. Em compensação, engoliram a língua que tinham soltado a respeito do tráfico negreiro e evitaram tocar no vespeiro das relações comerciais luso-brasileiras a não ser na presença dos brasileiros. Cádiz era contraexemplo. Quando o português Alves do Rio se precipitou apresentando na plenária, apenas sete dias mal contados depois de as Cortes ficarem sabendo da adesão do ultramar ao constitucionalismo, uma proposta para redefinir as alíquotas alfandegárias do Brasil, seus colegas o cortaram na hora. Lembraram que “a América espanhola perdeu-se pelo despotismo das Cortes de Cádiz.” Que haviam sido “fatais” as “consequências da iliberalidade das Cortes de Cádiz a respeito da América espanhola”. E foi pensando em Cádiz que Lisboa abordou assuntos clássicos do constitucionalismo atlântico durante sua própria experiência constitucional: o papel da jurisprudência na preservação da ordem social escravista, a proporcionalidade parlamentar e o comércio exterior. O domínio da África virou um ponto em disputa apenas quando os brasileiros já estavam abandonando Portugal, rumo à separação do Brasil.¹⁹

Do século 18 em diante, toda mudança acelerada de regime de governo potencializa os efeitos de classe dos conflitos sociais, pela simples razão de que os parlamentares têm de redefinir o acesso da população ao monopólio do Estado sobre a gestão de bens públicos materiais e simbólicos. Enfrentam um dilema que, em tese, não

¹⁸ João Severiano Maciel da Costa, “Memória sobre a necessidade de abolir a introdução dos escravos africanos no Brasil, sobre o modo e condições com que esta abolição se deve fazer e sobre os meios de remediar a falta de braços que ela pode ocasionar”. In: Graça Salgado (org.). *Memórias sobre a escravidão*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1988 (prazo de 1840 na p. 29). A respeito da memória, Rafael Marquese, “Escravidão e Independência: a ideologia da escravidão no Brasil, em Cuba e nos Estados Unidos nas décadas de 1810 e 1820”. In: István Jancsó (org.). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec, 2005, p. 809-827.

¹⁹ *Diário das Cortes Geraes e Extraordinarias da Nação Portuguesa* (daqui por diante, *DCG-Lisboa*), 15 de abril de 1821, p. 679-680. Ainda resta por fazer um estudo integrado da participação do Novo Mundo no constitucionalismo ibérico que interprete, numa única moldura analítica, a atuação das bancadas americanas nas Cortes de Cádiz, Madri e Lisboa.

devia nem existir nas revoluções, mas que, na prática, atravessa a todas elas: devem usar o Estado para apressar o tempo da mudança social (visão progressista) ou para desacelerar o tempo da mudança social (visão reacionária)? A questão se impôs aos escravistas brasileiros quando, em 7 de março, D. João VI reconheceu a soberania das Cortes sobre todo o império, oficializando a entrada da América portuguesa, da África e da Ásia no constitucionalismo de Lisboa. O decreto liberou a circulação oficial das instruções para as eleições parlamentares que as Cortes tinham emitido em novembro de 1820. O problema é que o texto não era original, senão uma cópia das regras das eleições para as Cortes fixadas na Constituição de Cádiz (Título III). O trecho transcrito, por conter o artigo 29, aquele que excluía a população de cor livre do cálculo demográfico da proporcionalidade, abriu campo a uma dúvida excruciante. Significava que os africanos e seus descendentes livres ou libertos estavam privados dos direitos políticos no império português?²⁰

Desde o século 17 o Brasil contraía um perfil demográfico ímpar no conjunto das colônias ultramarinas europeias. De um lado, seu modelo social se assemelhava ao do império espanhol por conta das altas taxas de alforria, depositada nas mãos do proprietário como parte do domínio senhorial. De outro, dada a desproporcional centralidade do tráfico negreiro transatlântico no povoamento da América portuguesa, sua ordem social escravista contava com os mulatos no papel atribuído a pobres brancos na inglesa e a mestiços indígenas na espanhola. Eles é que fizeram o corpo a corpo com os bravios do sertão, os holandeses em Pernambuco e mesmo os africanos em Angola. Eles é que preencheram as reentrâncias dos ramos setoriais mais especializados da economia colonial. Eles oficiavam nas irmandades religiosas. Eles compunham metade, em termos numéricos, do mercado consumidor doméstico dos homens livres. No Brasil, os libertos africanos não eram forâneos. Desde o século 15 Lisboa exercera soberania sobre enclaves na África, de sorte que seu quadro legal tendia a classificar os nativos do continente e seus descendentes como súditos integrados às engrenagens do império. Não por acaso, enquanto barreiras de sangue na origem religiosas do Antigo Regime espanhol foram aplicadas contra os mulatos na América hispânica, fazendo deles uma *casta*, a língua portuguesa reservou o xingamento religioso *bugre* – vocábulo que deriva de *búlgaro*, o qual denotava o herético da igreja ortodoxa – aos índios incivilizados. No

²⁰ As instruções estão publicadas em Hipólito José da Costa. *Correio Braziliense ou Armazem Literario*. Londres: Lewis, 1820, vol. 25, p. 648-650. Acerca da remodelação do Estado e classes sociais, Introdução da Parte I e Capítulo 1 (supra).

Brasil, o mulato não é casta nem bugre. É mestiço. Inscreve-se num quadro jurídico que lhe dá mobilidade social vertical.²¹

D. Manuel de Portugal e Castro havia sido governador de Minas Gerais, província de maior concentração escrava no Brasil. Ele conhecia de perto o coração do escravismo no Brasil. Assim que leu a reprodução do artigo 29 da Constituição de Cádiz, não hesitou em disparar uma advertência à Coroa. Seguir o artigo, disse, significava “que os pardos ou crioulos por uma linha de portugueses e por outra de africanos não se compreendiam na representação nacional”. Era o mesmo que privá-los das “honras concedidas revogando leis, usos e costumes da nação”. Isto é, equivalia a inovar nos precedentes jurisprudenciais de assimilação individual dos subalternos que deviam ser preservados na fundação dos Estados modernos escravistas. Segundo Castro, tanto bastaria para ameaçar “a segurança pública com desordens sempre perigosas ao Estado”, unindo a população de cor livre aos escravos numa insurreição geral semelhante à de Saint-Domingue. Advertido do problema, D. João VI valeu-se de poderes que talvez só coubessem ao Legislativo e relaxou as instruções eleitorais da Constituinte de Lisboa. Avisou aos governadores das províncias que era “impraticável cumprir à risca muitas das disposições pela total disparidade de circunstâncias entre Portugal e Brasil”, sendo necessários ajustes conforme “a sua prudência e o conselho de pessoas dotas”. Esse aviso singelo, escrito entre quatro paredes, a portas fechadas, nos recessos do Paço Real, por um monarca até então absoluto, deu às províncias do Brasil uma autonomia na definição de critérios eleitorais que a Revolução Francesa e a Constituição de Cádiz tinham sido incapazes de dar a suas colônias do Caribe. Cada

²¹ A bibliografia sobre o assunto é vasta. O que está a seguir é a referência usada na concepção do parágrafo. Herbert Klein, “Os homens livres de cor na sociedade escravista brasileira”. *Dados*, núm. 17 (1978), p. 3-27; A. J. R. Russell-Wood. *Escravos e libertos no Brasil colonial* (1ª ed. inglês, 1982). Trad. Maria B. de Medina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005; Larissa Viana. *O idioma da mestiçagem: as irmandades de pardos na América portuguesa*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2007; e, com foco na pressão dos subalternos que resultou no reconhecimento de seus direitos no século 19, Priscila de Lima. *De libertos a habilitados: interpretações populares dos alvarás anti-escravistas na América portuguesa (1761-1810)*. Mestrado. Curitiba: UFP, 2011. Duas explicações genéticas do fenômeno, respectivamente, em Luiz F. de Alencastro. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Cia. das Letras, 2000, p. 345-356, e Rafael de B. Marquese. “A dinâmica da escravidão no Brasil. Resistência, tráfico negreiro e alforrias, séculos XVII a XIX”. *Novos Estudos Cebrap*, edição 74 (março 2006), p. 107-123. O lexicógrafo espanhol Terreros y Pando registrou, no fim do século 18, o termo *bugre* como designação pejorativa de estrangeiro (*Diccionario castellano*. Madri: Ibarra, 1786, vol. A-F, p. 283). Os dicionaristas em português foram mais lentos, lexicografaram o termo apenas no fim do 19. Em 1821, porém, o inglês James Henderson escreveu que *bugre*, em São Paulo, denominava o índio de “natural ferocidade” que impedia o avanço da agricultura escravista para o oeste da província (*A History of the Brazil*. Londres: Longman et. alii, 1821, p. 173-174).

província faria os pleitos a seu modo, mais ou menos como tinha acontecido nos Estados Unidos.²²

Mais ou menos. Não igual. Ao contrário da federação norte-americana, a América portuguesa era uniformada pelo peso qualitativo ou quantitativo do escravismo na exploração do trabalho e na arquitetura das relações sociais. Nenhum dos deputados brasileiros eleitos para as Cortes de Lisboa divergiu da opinião de Castro. Em resposta a um português que ignominiou os forros como inaptos à vida pública, disseram que os negros e mulatos livres fruía alto grau de inserção econômica, social e política nas terras brasileiras havia séculos, e lutariam para não perdê-lo caso fossem afrontados pela Constituição. “Os mulatos”, disse Cipriano Barata (Bahia), “cabras e crioulos; os índios, mamelucos e mestiços são gentes todas nossas”. O “preto Henrique Dias” defendera Pernambuco no século 17 como “em nossos dias vimos o caboclo Joaquim Eusébio de Sant Ana, capitão-mor da vila de Abrantes”, pegar em armas na Bahia pela “revolução constitucional”. Quem fez a melhor síntese da posição dos brasileiros, explicitando que eles desejavam manter a jurisprudência de assimilação individual dos subalternos da escravidão, foi Lino Coutinho (Bahia):

O sistema antigo não fazia distinção de libertos para os elevar a grandes dignidades. Temos libertos que são capitães de milícias, outros coronéis etc. Ora, se o sistema antigo não fazia exclusão dos libertos, como há de fazê-la o sistema liberal e constitucional?²³

Diante do consenso brasileiro, apoiado pela maioria dos portugueses, os constituintes concederam cidadania aos “escravos que alcançarem carta de alforria” (parágrafo IV, art.21). O dispositivo tinha duas implicações. Como a definição portuguesa de cidadania incluía direitos civis e políticos, o alforriado foi investido de ambos. Visto que o artigo não fazia distinção de nascimento, tanto o liberto brasileiro como o liberto africano era cidadão nos dois lados do Atlântico Sul. Isso significava que os africanos emancipados pela Comissão Mista anglo-brasileira do Rio de Janeiro seriam cidadãos. Mas o assunto ainda era um falso problema. O tráfico negreiro transatlântico entre Angola e Brasil estava protegido e legalizado como um imenso comércio de cabotagem.

²² Citações, respectivamente, de Ana Rosa Cloquet da Silva, “Identidades políticas e a emergência do novo Estado nacional: o caso mineiro”. In: István Janszó (org.). *Independência: História e Historiografia*. São Paulo: Hucitec-Fapesp, 2005, 548-549; e *Colecção das decisões do Governo do Brasil de 1821*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889, p. 10.

²³ *Diários das Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa*, 13 de agosto de 1822, p. 139 (Barata), e 17 de abril de 1822, p. 839 (Lino Coutinho); e Márcia Berbel, Rafael Marquese e Tâmis Parron. *Escravidão e política*, p. 150-175.

A cidadania não foi o único elo entre as Cortes de Lisboa, a escravidão e a Era das Revoluções. Os constituintes lusófonos também encararam o desafio de conciliar a disparidade demográfica entre espaços livres e espaços escravistas no artigo constitucional sobre o cômputo da proporcionalidade parlamentar. A distribuição do poder político em jurisdições escravistas ainda repercutia na década de 1810. Na América hispânica, por causa das Cortes de Cádiz. Nos Estados Unidos, porque a Compra da Louisiana pegara fogo depois de 1815, na conjuntura do mercado integrado mundial de commodities da periferia. Quem percebeu a delicadeza do problema foi a cabeça mais internacional do Brasil, José Bonifácio de Andrada e Silva. O homem sabia que o Sul dos Estados Unidos se fortalecera no quadro político norte-americano amarrando a população escrava à distribuição do poder político. Sabia mais. Que a discussão da proporcionalidade gerara o pequeno monstro teórico dos três quintos na Convenção da Filadélfia, carimbado com o sinete da infâmia nos debates revolucionários franceses e mal assimilado no Norte dos próprios Estados Unidos ainda em 1820. Ou que resultara na exclusão total dos escravos e seus descendentes nas Cortes de Cádiz, oferecendo de bandeja uma razão especial para os movimentos de independência da América hispânica. Bonifácio era antiescravista, queria uma política emancipatória, e a fórmula norte-americana dera poder aos escravistas dos Estados Unidos. Ele era unionista, queria o império português congado, e a fórmula de Cádiz semeara a discórdia entre os espanhóis dos dois mundos. Fez então o que muitos estudiosos iluministas gostavam de fazer. Diante de uma realidade arestosa, rabiscavam um esquema abstrato ignorando as arestas da realidade. Seu pedido às Cortes fala por si: “Para que haja justiça e igualdade nas decisões das Cortes Gerais e Ordinárias da Nação Portuguesa, parece necessário que os seus deputados tanto no reino de Portugal como no ultramar sejam sempre em número igual, qualquer que seja para o futuro a população dos Estados da união”. Um sistema representativo sem proporcionalidade parlamentar, no molde dos Congressos dos Estados Unidos que aconteceram antes de 1787.²⁴

As Cortes de Lisboa deixaram de lado a proposta de José Bonifácio e decidiram que o número de deputados do império português seria “regulado na razão de um por cada trinta mil habitantes livres”. Em miúdos: escravos estavam fora, alforriados e seus descendentes estavam dentro. À primeira vista, a definição, apesar da inclusão dos

²⁴ [José Bonifácio]. *Lembranças e apontamentos do Governo Provisorio da Provincia de S. Paulo para os seus deputados, mandadas publicar por ordem de Sua Alteza Real, o Príncipe Regente do Brasil*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1821, p. 7 e 8. A respeito do problema da proporcionalidade na Convenção da Filadélfia e nas Cortes de Cádiz, Capítulo 1 (supra).

mulatos, prejudicava os escravistas brasileiros, mas eles não reclamaram da ceifada em seu poder político. Como explicou o deputado paulista Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, acreditavam no crescimento demográfico desigual das partes americana e europeia da monarquia. “O Brasil conta uma população livre igual à de Portugal, e em sucessivo e notável crescimento”, resumiu. Outro delegado previu que os americanos “em breve virão a mandar para o Congresso maior número de deputados que nós”. Com essa percepção na plenária – realista, dada a enorme disparidade territorial das duas jurisdições, a enxurrada humana do tráfico negreiro para o Brasil e ampla concessão de alforrias –, o dispositivo foi aprovado como o artigo 37 da Constituição portuguesa de 1822. Ao contrário do que ocorrera em outras revoluções do Atlântico, as questões da proporcionalidade e da cidadania passaram sem arranhar o terreno da discórdia nas Cortes de Lisboa.²⁵

Não assim no que respeita ao comércio exterior, e a aceleração do tempo histórico explica isso. Vidrados na experiência constitucional hispânica de 1812, os deputados portugueses passaram pela curiosa contradição de ter em vista os erros das Cortes de Cádiz, mas não os acertos das Cortes de Madri, recentes demais para cristalizar como experiência coletiva em Portugal. Ao passo que o Parlamento em Madri cederia autonomia aos hispano-cubanos na manipulação das alfândegas locais com a lei de 27 de janeiro de 1822, dois dias depois as Cortes de Lisboa receberam dos negociantes da cidade uma proposta de política tarifária protecionista a ser aplicada no ultramar. O texto resultou no projeto de lei que uma comissão parlamentar apresentou na plenária em 15 de março. Seu teor é conhecido. Previa monopólio nacional da navegação de cabotagem; reserva do mercado brasileiro para produtos portugueses (sal, azeite, vinho etc.), bem como do mercado português para produtos brasileiros (açúcar, café, algodão, tabaco); e sistema de aduanas diferenciais no Brasil e em Portugal. O último ponto dizia que navios estrangeiros interessados em produtos americanos pagariam de 6% e 10% *ad valorem* no Brasil, mas só 3% em Portugal. É nele que estava o macete.²⁶

Uma vez que não podiam mexer nas tarifas de importação, congeladas pelo tratado comercial anglo-português de 1810, os lusitanos mexeram nas de exportação, encarecendo as saídas do Brasil e barateando as saídas de Portugal. Com isso, ingleses e

²⁵ Citações em *DCG-Lisboa*, 10 de junho de 1822, p. 409; e 14 de novembro de 1821, p. 3076.

²⁶ Para o projeto espanhol, Capítulo 3 (supra). Para o português, Antonio Penalves Rocha. *A recolonização do Brasil pelas Cortes*. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

outros negociantes estrangeiros seriam seduzidos a comprar artigos coloniais em Portugal, não na América. Se os navios zarpassem vazios do Brasil, a importação direta no país ficaria mais cara, uma vez que o custo do frete subia muito quando o navio fazia uma de suas carreiras, a de ida ou a de volta, no lastro. Então eles também deixariam seus produtos em Lisboa, cujos negociantes os revenderiam para a América. Em suma, o consumidor brasileiro financiaria o atacadista português. Apesar da cláusula, um estudioso do projeto concluiu que não havia “sinais de que, *em termos mercantis*, a reorganização do comércio no Reino Unido causaria perdas a curto prazo às classes dominantes [do Brasil]”. A conclusão é especiosa. Com o projeto aprovado, os direitos diferenciais inibiriam a presença de *global players* no Brasil, alterando o fluxo local de letras de câmbio, os custos operacionais das viagens mercantis e a dinâmica de um mercado de demanda livre. Na comparação dos processos constitucionais, os hispano-cubanos podiam manipular os direitos aduaneiros em seus portos. Os brasileiros, não.²⁷

A organização do poder local aduz outro cotejo que revela a dramática aceleração do tempo histórico na experiência constitucional portuguesa. Desde maio de 1821 circulavam no império espanhol projetos de governo federativo para a América; suas sucessivas derrotas no Parlamento contribuíram para que Augustín de Itúrbide se declarasse imperador do México em julho de 1822. Madri, que já tinha uma experiência constitucional acumulada desde 1810, aprendeu rápido a lição e, no segundo semestre, encetou a aprovação de leis que cediam autonomia política às colônias de Porto Rico e de Cuba. O contraste com Lisboa é fricante. Deputados europeus eivados do desejo de recolocar Portugal na posição de pivô do império bragantino centralizaram, em setembro de 1821, a organização administrativa da América portuguesa. Aboliram o Executivo ultramarino (com ordem de regresso de D. Pedro ao reino) e criaram nas

²⁷ Penalves argumenta – com razão – que a ideia de que as Cortes de Lisboa queriam recolonizar o Brasil é um construto enviesado dos brasileiros do século 19 que historiografia do 20 comprou como verdadeiro. De fato, elas nem achavam isso possível. E conclui – sem razão – que o projeto aduaneiro das Cortes não feria o interesse dos capitalistas ultramarinos. Ora, os negociantes portugueses queriam reconquistar espaço no comércio brasileiro fazendo a comercialização entre o mercado mundial e o Brasil ser mais cara que entre o mercado mundial e Portugal (algo que não é recolonizar, mas é re-hierarquizar). Segundo Penalves, a denúncia do projeto aduaneiro só apareceu no *Manifesto de Falmouth*, de outubro de 1822, assinado por deputados americanos que já tinham abandonado Lisboa e precisavam justificar sua rebeldia: “foi o único texto da época que acusou o projeto” (*A recolonização*, p. 18). A racionalização não foi postisa nem posterior. Em maio de 1822, a Câmara do Rio de Janeiro entendeu bem os efeitos mercantis desiguais da iniciativa de Lisboa. Pediu uma Assembleia brasileira apta a vetar decretos das Cortes considerados nocivos e se justificou citando justamente o projeto aduaneiro como “violenta infração da propriedade dos nossos lavradores, que um direito inviolável têm de vender os gêneros da sua colheita a quem lhes oferecer melhor mercado” (*Documentos para a história da Independência*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1923, p. 381). A ideia da recolonização também está criticada em Márcia Berbel. *A Nação como Artefato. Deputados do Brasil nas Cortes Portuguesas (1821-1822)*. São Paulo: Hucitec, 1999.

províncias americanas juntas civis e governadores de armas subordinados a Lisboa. Orientação dura que mantiveram até 1822. A fórmula acima se repete. Os hispano-cubanos desfrutariam uma contrafação local do Executivo (Chefe Político ou o capitão-general) com poder de veto à legislação das Cortes. Os brasileiros, não.²⁸

Signo da aceleração do tempo histórico dos espaços absolutos na ordem pós-napoleônica, a desavença sobre a organização comercial e política do império português precipitou o centro-sul do Brasil na carreira da independência. Foi aí, nos estertores da crise imperial portuguesa, que os brasileiros presentes nas Cortes de Lisboa tentaram levar junto a jurisdição da África. Um *tour de force* compreensível, já que o tratado antitráfico de 1815 proibira a exportação de escravos africanos para territórios não portugueses – logo, para o Brasil, caso ele se emancipasse. Como D. João VI havia reconhecido no constitucionalismo de Lisboa jurisdição sobre todo o império, a vantagem das Cortes sobre os patriotas não passou despercebida na imprensa portuguesa. Assim que a secessão americana agitou o reino, periódicos locais avisaram que o movimento daria um golpe no próprio pé: “com que gente se faz hoje a cultura do Brasil? Não é com gente de África? E quem tem as chaves das portas por onde ela sai?” Outro escancarou a ameaça: “se Portugal proibir a escravatura de Angola para o Brasil, este continente ficará em terra”.²⁹

Os delegados brasileiros responderam à imprensa lusitana com o projeto de Artigos Adicionais (emendas à Constituição) apresentado na plenária das Cortes de 17 de junho de 1822. Em teoria, o texto devia definir as regras do governo no Brasil. Na prática, foi muito além. Seus artigos previam uma estrutura federativa do poder imperial fundada sobre dois reinos, um de Portugal e outro do Brasil, na qual um Parlamento geral, com deputados de ambos os continentes, regulava comércio exterior, exército e orçamento, enquanto Parlamentos especiais, um em cada reino, legislavam o que respeitasse “às suas províncias”. O detalhe nebuloso do projeto estava no destino reservado aos demais espaços do império. As “províncias da Ásia e África” elegeriam o

²⁸ A respeito das Cortes de Madri, Augustín Sánchez Andrés, “El trienio constitucional y los orígenes del autonomismo antillano, 1820-1823”. *Tierra Firme*, Caracas, vol. 23, n. 89 (jan. 2005), p. 9-26; e Pedro Ortego Gil, “La instrucción para el gobierno económico-político de las provincias de Ultramar”. *Anuario Mexicano de Historia del Derecho*, 14 (2002), p. 343-495. Sobre o impacto das medidas de setembro de 1821 no Brasil, Valentim Alexandre. *Os sentidos do império*, p. 573-608; e Márcia Regina Berbel, “Os apelos nacionais nas cortes constituintes de Lisboa (1821/1822)”. In: Jurandir Malerba (org.). *A Independência brasileira: novas dimensões*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 181-208.

²⁹ Respectivamente, *Campeão Português em Lisboa*, núm. 6, 11 de março de 1822; e *Campeão Lisbonense*, núm. 60, 21 de maio de 1822, apud Valentim Alexandre. *Os sentidos do império*, p. 656-657 (sobre os demais decretos, p. 478 e 523).

reino ao qual desejavam inscrever-se para “terem parte na respectiva representação”. Os deputados que rascunharam a cláusula tinham em mente o exemplo fresco de Montevideu, que ingressara no processo revolucionário lusófono declarando-se parte territorial do Brasil; e esperavam que Angola optasse pelo Rio de Janeiro, seu principal parceiro comercial, o que cimentava uma unidade no Atlântico Sul antes da eventual separação da América. Não estavam errados. No meio do ano, dos três angolanos eleitos para as Cortes de Lisboa que, a caminho de Portugal, se reuniram no Rio de Janeiro, dois abraçaram a ideia de uma Assembleia Constituinte do Brasil. Nesse ínterim, o projeto dos Artigos Adicionais foi rechaçado nas Cortes. Era 4 de julho. Aniversário da primeira independência das Américas. Sua derrota sepultou a moribunda união imperial portuguesa e a natimorta união jurisdicional afro-brasileira.³⁰

Rio de Janeiro, 1822. A reinvenção do Brasil como terra destacada da África redefiniu o conteúdo que o tráfico negreiro transatlântico e a cidadania haviam adquirido nas Cortes de Lisboa. A convenção anglo-portuguesa de 1815 tolerara o comércio negreiro desde que ele fosse uma operação interna ao conjunto do império lusitano. Com a separação de 1822, o que era para o Rio de Janeiro uma atividade mercantil nacional se tornou um ramo do comércio exterior. A questão que se impõe é simples: que efeito de sentido isso produziu no campo de expectativas dos atores do tempo? Sua resposta conduz ao problema seguinte, o da cidadania. A convenção adicional de 1817 havia criado uma corte internacional que passava cartas de alforria a centenas de africanos por vez e em sentenças inapeláveis. Antes da Independência, a cláusula tivera impacto nulo porque o infame comércio estava liberado ao sul do Equador. Depois de 1822, a garantia desapareceu, a ilegalidade assomou no horizonte e o tempo de fogo morto da Comissão Mista teve os seus dias contados. A questão se impõe de novo: que ferida semântica isso abriu no corpo da cidadania brasileira?³¹

A julgar pelas primeiras decisões que os políticos brasileiros tomaram na crise da Independência, o relógio que marcava a sobrevida legal do tráfico transatlântico de escravos recuou mais ou menos 15 anos em poucos meses. Desde o decreto joanino de 7 de março de 1821, as Cortes exerciam jurisdição sobre todo o império (América, Ásia,

³⁰ DCG-Lisboa, 17 de junho de 1822, p. 465-466, e 26 de junho de 1822, p. 558-559 passim. Os deputados angolanos adesos ao Brasil se chamavam Fernando Martins do Amaral Gurgel e Eusébio de Queirós Coutinho, pai do futuro líder saquarema Eusébio de Queirós Coutinho Matoso Câmara. Vide José Honório Rodrigues. *Brasil e África: outro horizonte* (1961). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982, p. 158-176.

³¹ Os parágrafos retomam e desenvolvem análise apresentada em Márcia Berbel, Rafael Marquese e Tâmis Parron. *Escravidão e política*, p. 163-175.

África), mas um decreto de 24 de abril que D. João VI exarou antes de embarcar para Lisboa, dera a D. Pedro poderes de regente sobre todas as províncias da América. No fragor da independência, patriotas se uniram em torno de D. Pedro no centro-sul do Brasil (São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul), mas enfrentaram forte oposição de lealistas no norte (Bahia, Maranhão, Pará). No meio do cenário convulso, o príncipe regente se viu posto num quiasmo curioso. De Angola ele tinha o assentimento, mas não sua jurisdição formal. Do norte ele tinha a jurisdição formal, mas não seu assentimento. Precisava escolher se, com bases legítimas, enfrentava forças menores na Bahia, Maranhão e Pará, ou se, sem bases legítimas, encarava Portugal e Grã-Bretanha pela posse de Luanda. Em 22 de junho o Rio de Janeiro tomou sua decisão. D. Pedro jurou que ia botar fora o general Inácio Luís Madeira de Melo, antena das forças pró-Portugal na Bahia, “à força de miséria, fome e mortes”. A costa da África deixara de ser uma opção histórica para o Brasil. A unidade nacional americana prevaleceu, pode-se dizer, sobre uma plataforma agressivamente pró-tráfico.³²

Os ponteiros do relógio negreiro andavam para trás. Mas até quando? Em outubro de 1822 a Quíntupla Aliança (Grã-Bretanha, Rússia, França, Prússia, Áustria) organizou em Verona, Itália, a última das conferências de cúpula destinadas a gerenciar o sistema interestatal pós-napoleônico. Numa das rodadas, o ministro do *Foreign Office*, George Canning, avisou que “nenhum país do Novo Mundo” seria “reconhecido pela Grã-Bretanha” sem a abolição completa “do tráfico de escravos” e pediu ao Congresso que equiparasse o comércio de homens à pirataria, seguindo o exemplo que os Estados Unidos haviam acabado de dar na esteira da Crise do Missouri. Por sua vez, as demais potências, escoradas no princípio de legitimidade dinástica, se recusaram a reconhecer a ruptura da casa dos Bragança no Brasil antes que o próprio D. João VI o fizesse. Canning percebeu o isolamento brasileiro e arremeteu. De novembro de 1822 a fevereiro de 1823 ofertou duas vezes o reconhecimento imediato do império em troca da abolição instantânea do tráfico negreiro. O Rio de Janeiro tergiversou. Sem a preparação do “povo” para a mudança, escreveu José Bonifácio, ministro dos Estrangeiros, arriscar-

³² *Cartas de D. Pedro I a D. João VI: relativas à Independência do Brasil*. Org. de Augusto de Lima Jr. Rio de Janeiro: Oficina do Jornal do Commercio, 1941, p. 31. Os poderes concedidos a D. Pedro incluíam: nomear para cargos da justiça, da fazenda, das forças militares e do clero, bem como fazer guerra contra inimigos externos.

se-ia a “existência do governo”. O quadro então se inverte: a unidade nacional prevaleceu sobre uma plataforma agressivamente antitráfico.³³

Nem 1840 nem 1822. Então quando? A Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Rio de Janeiro bateu de frente com a questão em 1823. Em sessão secreta, os constituintes decidiram que o assunto, por delicado demais, devia passar à alçada do Executivo e morrer nos canais arcanos da diplomacia. A única exigência que fizeram é que o tráfico fosse preservado por mais quatro anos (isso depois de cogitarem reduzi-lo a um e estendê-lo a dez). Decisões desse tipo deixam poucos vestígios. Quem quiser encontrar traços delas tem de varejar os *Anais* de 1827, nos quais o assunto é mencionado em passant, ou a correspondência do bem informado diplomata britânico na Corte em 1823. Ainda assim, elas são muito importantes. Como compõem o conjunto de convenções simbólicas que dá aos textos sua condição de existência, são o que aqui tem sido chamado de atos ilocutórios constituintes e determinam, como aqui tem sido dito, a semântica dos aparatos locutórios constitucionais.

No particular do primeiro projeto de Constituição do Brasil, a opção de reservar o assunto ao Executivo se coaduna com seu inciso X do artigo 142. Diz ele que é atribuição do imperador “fazer tratados de aliança ofensiva e defensiva, de subsídio e comércio, levando-os depois de concluídos ao conhecimento da Assembleia Geral, quando o interesse e segurança do Estado permitirem.” Não basta parafrasear o trecho (dizer com outras palavras a mesma coisa). É preciso interpretá-lo (dizer outras coisas com as mesmas palavras). O Executivo podia fazer “tratados [...] de comércio” (lê-se: tratado antitráfico) “levando-os depois de concluídos ao conhecimento da Assembleia Geral” (lê-se: sem aval do Parlamento). Tinha carta branca para suprimir o tráfico, com a condição, não escrita, de manter a legalidade do comércio por mais quatro anos. Portanto: nem 1840 nem 1822. A resposta à pergunta é 1827.³⁴

³³ Sobre Verona, Jane Elizabeth Adams, “The Abolition of the Brazilian Slave Trade”. *Journal of Negro History*, vol. 10, núm. 4 (out., 1925), p. 607-637. Para as negociações anglo-brasileiras, Alan K. Manchester. *A preeminência inglesa no Brasil* (1ª ed. em inglês, 1933). São Paulo: Editora Brasiliense, 1973, p. 184-186; e, pela perspectiva da unidade nacional, Luiz F. de Alencastro. “La traite négrière”.

³⁴ *Inventário analítico do arquivo da Assembléia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil, 1823*. Centro de Documentação e Informação (CEDI). Brasília: Câmara dos Deputados, 1987, p. 96. As referências à sessão secreta de 1823 foram feitas por Clemente Pereira, Custódio Dias e Paula Souza em 4 de julho de 1827, mas nenhum deles revelou o prazo indicado pela Constituinte (*Anais da Câmara dos Deputados* [ACD], 4 de julho de 1827, p. 43 e 49). Na década de 1840, Carneiro da Cunha também se remeteu à sessão secreta de 1823, declarando ter sido ele quem a requereu e ter votado contra a delegação ao Executivo do poder de negociação (ACD, 8 de fevereiro de 1843, p. 590). Ver também da correspondência do cônsul-geral radicado no Rio de Janeiro, Henry Chamberlain, para Canning em 1823 (Leslie Bethell. *A abolição do tráfico*, p. 56, n. 2). A Comissão de Constituição rejeitou – pelo combinado, precisava rejeitar mesmo – o modelo das Constituições de Cádiz e de Lisboa. A primeira

O futuro do comércio de seres humanos carimbou a concepção de cidadania no Brasil. A Comissão de Constituição decidira que o campo dos direitos individuais seria dividido em duas categorias: a dos *brasileiros*, dotados dos direitos civis, e a dos *cidadãos*, investidos dos políticos. Os escravos da África que recebessem alforria seriam considerados *brasileiros*, mas apenas os brasileiros alforriados seriam *cidadãos* (art. 5 e art. 123). Pertencer à grupo dos *brasileiros* não era pouca coisa. Gozava-se de liberdade individual, julgamento em tribunal competente, direito à fiança, isenção de serviços involuntários e liberdade de imprensa (art. 7). A comissão concedeu esses benefícios aos africanos devido à mente combativa de dois dos seus sete membros: José Bonifácio de Andrada e seu irmão, Antonio Carlos Ribeiro de Andrada, relator do texto final. Antiescravistas por convicção, eles queriam estender direitos aos africanos para acelerar o objeto de outro artigo de sua lavra, o 254, segundo o qual o Parlamento devia promover a “emancipação lenta dos escravos”. Bonifácio, que gostava de poesia como de política, explicou a química entre os artigos 5 e 254 com a célebre alegoria dos metais na *Representação sobre a escravatura* que redigiu para a Constituinte: “cuidemos pois desde já em combinar sabiamente tantos elementos discordes e contrários, e em *amalgamar* tantos metais diversos, para que saia um *todo* homogêneo e compacto”. Da poesia à prosa: o Estado devia acelerar o processo de homogeneização jurídica dos indivíduos tendo por fim a abolição do cativeiro. Mas o que isso tinha, afinal, a ver com o fim do tráfico? Simples.³⁵

José da Silva Lisboa (futuro Visconde de Cairu), uma das estátuas vivas do tempo, leitor precoce de Adam Smith na América portuguesa e defensor anglófilo semioficial da Abertura dos Portos, apoiou os irmãos Andrada na plenária. Nas suas falas, há passagens que poderiam sair da língua de qualquer deputado escravista desejoso de manter intactos os precedentes jurídicos consolidados no Brasil. “Não me parece de boa razão”, disse, “não dar o direito de cidadão a quem adquiriu a liberdade civil pelos modos e títulos legítimos estabelecidos no país”. Até aí, nada de novo. O que

dizia que as Cortes tinham de “aprovar antes de sua ratificação os tratados de aliança ofensiva, os de subsídios e em especial os de comércio” (art. 131, inciso VII). A segunda, que reservava às Cortes “aprovar os trabalhos de aliança ofensiva e defensiva, de subsídios e de comércio, antes de serem ratificados” (art. 103, inciso VI).

³⁵ José Bonifácio de Andrada e Silva, “Representação à Assembléia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil sobre a escravatura” (escrita em 1823, publicada em 1825). In: *Projetos para o Brasil*. Organização de Miriam Dolnikoff. São Paulo: Publifolha, 2000. O desprezo com que os estudiosos do século 20 trataram o projeto de Constituição de 1823, tão essencial para a compreensão da própria Carta de 1824, a primeira e mais longa Constituição do Brasil, não cabe em palavras. O texto parece ter sido reproduzido em uma publicação apenas (*Constituições do Brasil: acompanhadas de emendas constitucionais e projetos*. Rio de Janeiro: Imp. Nacional, 1948).

o distinguia dos escravistas de fato era a própria definição dos *títulos legítimos*. Silva Lisboa considerava válidas, *estabelecidas no país*, as cartas de alforria passadas pela Comissão Mista do Rio de Janeiro. Achava conveniente declarar

cidadãos brasileiros não só o escravo que obteve carta de alforria, mas também o que adquiriu a liberdade por qualquer título legítimo; visto que também se dão liberdades por autoridades da Justiça ou por disposição de lei; e ora temos mais as que pela convenção com o governo britânico se concedem aos africanos, em consequência de confisco feito pelo tráfico ilícito da escravatura, ficando eles inteiramente livres depois de certos anos de tutela em poder de pessoas de confiança da *Comissão Mista*.³⁶

Os interessados no tráfico não podiam concordar com isso. Entre eles estava o nosso já conhecido João Severiano Maciel da Costa (deputado por Minas Gerais). Em 1820 Maciel da Costa estipulara a legalidade do comércio transatlântico de escravos até 1840. Na sessão secreta da Constituinte, ele é que queria dar ao tráfico um prazo de dez, não de quatro anos. Na apreciação da cidadania, defendeu o infame comércio em bases positivas: “Nós não somos culpados dessa introdução do comércio de homens; recebemos os escravos que pagamos, tiramos deles o trabalho que dos homens livres também tiramos, e damos-lhes o sustento e a proteção compatível com o seu estado; está fechado o contrato.” Maciel e outros escravistas eram contra o empoderamento dos africanos. Mas por que, se nenhum brasileiro se opusera a isso nas Cortes de Lisboa? A justificativa explícita: atribuir direitos a eles era razoável nas Cortes de Lisboa, dado que o império português tinha soberania na África; adotar o mesmo princípio no Brasil, desprovido de domínio sobre o outro lado do Atlântico, era uma teratologia jurídica. Por trás do raciocínio legalista corria outro, mais sombrio, de natureza política.³⁷

O artigo 7 da convenção antitráfico de 1817 havia criado a figura jurídica e social do *africano livre*, cuja alforria tinha origem nas graças de um tribunal estrangeiro imposto por uma potência antiescravista. Nas Cortes de Lisboa a questão passou por alto porque o tráfico negreiro transatlântico era atividade interna ao império português, e sua legalidade, tendo vida longa, absorvia o impacto real da inovação. No Brasil independente, a ilegalidade se tornou uma possibilidade histórica, e ninguém podia definir com clareza qual seria o verdadeiro número de africanos emancipados pela Comissão Mista por efeito do contrabando. Como explicara Lino Coutinho em 1822, a ordem social escravista brasileira atravessaria melhor a mudança do regime político

³⁶ *Diário da Assembleia Geral, Constituinte e Legislativa do Império do Brasil* (daqui por diante, *DAGC-Rio*), 30 de setembro de 1823, p. 205. Ênfase no original.

³⁷ *DAGC-Rio*, 30 de setembro de 1823, p. 209.

absoluto para o representativo se fossem mantidos os precedentes de integração hierarquizada do subalterno advindos do Antigo Regime português. Que inovação mais temerária podia haver do que imputar direitos inalienáveis a um grupo que fugia ao domínio senhorial e cuja relevância futura ninguém discernia? Endossá-la era, mais que temerário, irresponsável. “Senhores”, resumiu Maciel da Costa, “segurança política, e não filantropias, deve ser a base de nossas decisões nesta matéria. A filantropia deitou já a perder florentíssimas colônias francesas.”³⁸

Posto em votação na plenária, o artigo dos irmãos Andrada foi aprovado. A extensão de direitos inalienáveis aos indivíduos libertados pela Comissão Mista indica que a maioria da Constituinte de 1823 não considerava o contrabando negreiro uma opção histórica para o Império do Brasil. Se a vitória dos antiescravistas no artigo 5 do projeto constitucional era prelúdio de outra, ainda mais formidável, no 254, é difícil dizer. A Constituinte foi dissolvida um mês depois da votação do artigo.

D. Pedro I reencaminhou a redação da Carta do Império do Brasil a um grupo de dez pessoas de sua confiança batizado de Conselho de Estado. O corpo constituinte era integrado por gente como Maciel da Costa, o líder da ala escravista na Assembleia de 1823, e Manuel Jacinto Nogueira da Gama, futuro marquês de Baependi, megaproprietário de escravos no Médio Vale do Paraíba, onde estavam sendo montadas as plantations cafeeiras que dominariam o mercado mundial do café dentro de uma década. José Bonifácio de Andrade e José da Silva Lisboa ficaram de fora. Embora o Conselho de Estado não tenha deixado resenha das suas reuniões num livro de atas, a redação final dos artigos constitucionais indica que ele filtrou dos repertórios de constitucionalização dos Estados Unidos, França, Cádiz, Lisboa e Rio de Janeiro aquilo que achou conveniente à reprodução do escravismo no Brasil e descartou o que parecia ameaçar sua estabilidade. O modo como o fez não está na proteção explícita do cativo. Pelo contrário. Graças ao chão escravista comum a todas as províncias brasileiras, o colegiado buscou a estabilidade do escravismo adotando – como fizeram os hispano-cubanos – e pondo em prática – como não fizeram os hispano-cubanos – uma concepção estreita, perversamente estreita, de repertório de constitucionalização.

Um dos mais antigos problemas constitucionais dos espaços escravistas modernos vinha sendo a proporcionalidade parlamentar. Igualando escravos a três quintos de uma pessoa livre, a Constituição federal dos Estados Unidos mantinha à flor

³⁸ *DAGC-Rio*, 30 de setembro de 1823, p. 209.

da pele desavenças regionais na república. Reduzindo escravos e libertos à nulidade, a Constituição de Cádiz alimentara o demônio do separatismo na América hispânica. Diante dos precedentes, que fez o Conselho de Estado? Basta ler o artigo 97 da Carta de 1824. “Uma lei regulamentar marcará o modo prático das eleições, e o número dos deputados relativamente à população do Império.” O teor sibilino do texto não está na promessa de uma lei futura, mas sim na expressão *população do Império*. O núcleo dela – *população* – não é definido pelos predicados esperados, *livre* (vocábulo que excluiria escravos), *total* (que os incluiria) ou alguma fração esdrúxula à maneira da aritmética norte-americana. Então (perguntar-se-ia) o assunto se definiu na prometida *lei regulamentar*, certo? Os fatos falam por si. Dois dias depois da outorga da Constituição, o Executivo soltou um decreto normatizando as eleições para a primeira legislatura nacional brasileira (1826-29). Quem o lê decepçiona-se – ou melhor, surpreende-se. O texto fixou o número total dos deputados em 100 e distribuiu-os entre as províncias de maneira provisória, enquanto se aguardavam “novos e mais bem informados censos”. Isto é: prometeu o que fora prometido, jogando a promessa para mais adiante. Como o primeiro censo geral do Brasil foi feito apenas em 1872, a promessa caiu no vácuo.³⁹

O resultado disso?

Enquanto os hispano-cubanos recensearam sua população três vezes para monitorar a ordem social da ilha entre Cádiz e a Guerra Civil de 1861; enquanto os norte-americanos revisaram seus dados demográficos a cada dez anos para recalcular as bancadas parlamentares de um país dividido em Estados livres e Estados escravistas; enquanto tudo isso acontecia nos espaços de vanguarda do escravismo global do século 19, o Império do Brasil passou décadas sem conhecer sua população e, mais grave, sem saber quem o representante representava. Em 1853 – quando a Constituição já era uma respeitável senhora balzaquiana –, os parlamentares encenaram um quadro bufo, não fosse trágico, no Rio de Janeiro. A Câmara dos Deputados discutia a criação de uma província no país (o Paraná), e o deputado Araújo Lima pediu a palavra para protestar que sua província, o Ceará, estava sub-representada no Parlamento. Usou estimativas comparando por alto as populações do Ceará e do Maranhão, sugeriu que sua província tinha mais homens livres que a vizinha e reclamou que a diferença não se refletia no tamanho das respectivas bancadas. Ele queria, portanto, mais deputados cearenses ao seu lado. Um delegado do Maranhão, Mendes de Almeida, pediu licença e notou que

³⁹ *Colecção das leis do Imperio do Brazil de 1824. 2ª parte*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1886, p. 23.

seu colega estava equivocado. Segundo as mesmas estimativas demográficas, o Maranhão possuía mais escravos que o Ceará. Logo, era natural que tivesse uma bancada maior no Parlamento. Quem tinha razão? A resposta devia ser óbvia àquela altura da história brasileira.

Mas não era. Foi somente no tardio ano de 1853 que os políticos nacionais se deram conta de que ignoravam o sentido da expressão *população do Império* do artigo 97 da Constituição imperial, o texto que eles haviam lido e relido no primário, visto e revisto no secundário, debatido e sabatinado na universidade. Mendes de Almeida disse que ela (era óbvio) incluía “a população tanto livre como escrava, englobadamente”. Araújo Lima disse que não. Que (era óbvio) a população escrava estava excluída. Esse tipo de disputa sobre a inserção dos cativos no cálculo da proporcionalidade já havia suscitado um problema filosófico na Era das Revoluções: seriam eles coisas ou seriam eles homens? Araújo Lima, que tinha estudado o tema, tropicalizou as imagens de Elbridge Gerry e Mirabeau, desafiando seus adversários a resolverem o enigma: “é a propriedade que [vocês] beneficiam ou é a população escrava a quem concedem uma vantagem? No primeiro caso [...], então deviam contemplar também os engenhos de açúcar, as fazendas de café etc”; no segundo, estavam obrigados a declarar “escravos cidadãos”. A questão era um golpe baixo. Lima sabia que ela tinha ficado sem resposta na Convenção Constitucional de 1787 e na Assembleia Nacional Francesa de 1789. Sem intimidar-se com o silêncio histórico, Mendes de Almeida também mostrou que tinha visto, revisto e estudado a matéria ao longo da vida e respondeu com engenho a Araújo Lima: “não chamarei ao escravo uma pessoa”, já que é desprovido de direitos plenos, “porém muito menos coisa”, já que é dotado do direito à vida; “e não tendo um termo com que explique esta entidade assim considerada, o designarei por um misto de pessoa e de coisa. (*Apoiados.*)” Podia, portanto, ser representado porque *pessoa*, sem ser cidadão porque *coisa*. Depois dessa dialética escravista, Mendes de Almeida lembrou que em 1824, quando a Constituição fora feita,

Também se achava muito em voga e era estudado o sistema de governo dos Estados Unidos, onde a população escrava é contemplada, até um certo ponto, como base da representação nacional, e não é portanto para estranhar que se procurasse imitar uma nação que nesta parte se assemelhava conosco, se não em tudo, ao menos aproximadamente, visto que felizmente entre nós não existem os ciúmes que se dão entre os Estados daquela república que têm ou não população escrava.⁴⁰

⁴⁰ ACD, 24 e 25 de agosto de 1853, p. 318-340.

Raciocínio plausível. Graças ao chão escravista comum a todo o Brasil, os redatores constitucionais podiam incluir os cativos na base da representação parlamentar sem fazer menção explícita a eles, ocultando o vocábulo *escravo* e prevenindo debates renhidos sobre um tema espinhoso análogos aos que dividiram os Estados Unidos em 1820. Seja como for, uma certeza resta. Os cidadãos brasileiros, porque viviam numa sociedade escravista que coincidia com a jurisdição do Estado nacional, aceitaram de bom grado substituir uma garantia escrita da distribuição do poder político (somando ou subtraindo os escravos) pela simples confiança nas práticas políticas do dia a dia. Aceitaram tão bem a troca do dito pelo não dito, que o assunto se perdeu no pleno oblívio de sua própria gênese. “Uma instituição exitosa se esquece”. A frase de Bourdieu parece pensada para a resposta do Império do Brasil ao problema matemático da proporcionalidade surgido na Era das Revoluções. Depois dos três quintos dos Estados Unidos, depois do zero do império espanhol, o país inventara o x da questão. Que diferença um adjetivo, ou sua supressão, não faz.⁴¹

A perversa delicadeza da redação constitucional também se faz sentir no artigo sobre a propriedade privada. Suas palavras são familiares aos estudiosos do Império do Brasil: “É garantido o direito de propriedade em toda a sua plenitude. Se o bem público legalmente verificado exigir o uso e emprego da propriedade do cidadão, será ele previamente indenizado do valor dela” (art. 179, par. 22). O Conselho de Estado tinha à disposição diversos modelos redacionais: a Constituição de Cádiz, a Carta francesa de 1814, a Constituição de Lisboa e o Projeto de Constituição brasileiro de 1823. O problema estava no último deles e daí contagiou os demais. Nos termos do texto de 1823: “Ninguém será privado de sua propriedade sem consentimento seu, salvo se o exigir a conveniência pública, legalmente verificada”. A frase era inofensiva, mas, como o artigo 254 do projeto previa a “lenta emancipação dos escravos”, o Conselho desconfiou de sua fórmula e, por conseguinte, descartou em cascata todos os modelos que se aproximavam dela. O texto português de 1822 ordenava que, quando “por alguma razão de necessidade pública e urgente, for preciso que ele [o cidadão] seja privado deste direito [a propriedade], será primeiramente indenizado, na forma que as leis estabelecerem.” Segundo o francês de 1814, o “Estado pode exigir o sacrifício de uma propriedade por causa do interesse público legalmente constatado, mas com uma indenização prévia”. O espanhol de 1812 previa que a Coroa, “se em algum caso for

⁴¹ Pierre Bourdieu. *Sobre o Estado: cursos no Collège de France (1989-1992)*. Trad. Rosa Freire d’Aguilar. São Paulo: Companhia das Letras, 2014, p. 166.

necessário, para um objeto de conhecida utilidade comum, tomar a propriedade de um particular, não poderá fazê-lo sem que ao mesmo tempo seja indenizado”. O que todos eles têm em comum com o da Constituinte de 1823? Caracterizam a causa da alienação com uma série de noções abstratas – *conveniência pública*, *necessidade pública*, *interesse público* ou *utilidade comum* –, silenciando sobre o fim concreto a que se destina o bem alienado.

O Conselho de Estado abandonou a vagueza das causas da alienação e exigiu que o governo fizesse *uso e emprego* da coisa desapropriada. O único texto constitucional da Era das Revoluções que, devido à paranoia escravista da Virgínia, tinha inserido uma finalidade concreta no uso do objeto alienado era o artigo 5 do bill of rights da Constituição federal norte-americana (a chamada quinta emenda). Como visto no Capítulo 1 (acima), ela dizia que a propriedade privada não podia “ser tomada para uso público sem justa indenização”. Na Crise do Missouri, os sulistas evocaram-na. Assim que bateram os olhos em panfletos exaltados que postulavam a emancipação dos escravos pelo governo federal, taxaram a ideia de inconstitucional usando a noção de *uso público* da quinta emenda. A Constituição, ensinou um deputado da Virgínia, previa que só se “pode tomar a propriedade para uso público”; logo, “você não tem o poder de tomá-la com o propósito de aniquilação [ou seja: abolindo a condição do escravo]”. “E se você não pode tomar a que existe [escravos], menos ainda pode tomar a que virá a existir depois [filhos dos escravos]”. O raciocínio exigia que a finalidade da expropriação fosse lida ao pé da letra: *uso público* não equivale a “objeto de conhecida utilidade comum” (Cádiz), “interesse público” (Carta francesa), “necessidade pública” (Lisboa) ou “conveniência pública” (Rio de Janeiro em 1823), fórmulas que admitem alienação sem mencionar o destino posterior da coisa alienada. Implica emprego concreto da propriedade (“uso”) pelo Estado (“público”) depois da desapropriação. Ação impossível quando o escravo é emancipado.⁴²

Baseando-se no sentido que as práticas políticas do Sul davam à Constituição federal, o Conselho de Estado do Império do Brasil ignorou todos os modelos redacionais mais próximos de seu universo cronológico e linguístico, recuando no tempo e no espaço até a quinta emenda dos Estados Unidos. Decidiu que a desapropriação só teria lugar quando “o bem público legalmente verificado exigir o uso e emprego da propriedade do cidadão.” Tecnicamente, a alienação mediante destruição

⁴² Alexander Smyth, *Annals of Congress, House of Representatives*, 16º Congresso, 28 de janeiro de 1820, p. 992-1020 (citação na p. 998). Ver também Capítulo 1 (supra).

de bens privados (abolição) não era mais inconstitucional nos Estados Unidos que no Brasil. A única diferença entre os dois textos é a redundância zelosa da expressão idiomática *uso e emprego* que se vê na versão imperial.

O decenvirato também engavetou o projeto bonifaciano de cidadania, numa decisão que deve ser observada na contraluz do tráfico negreiro transatlântico. Maciel da Costa e Nogueira da Gama sabiam que o comércio ia ser proibido em pouco tempo e que, a julgar pelo antiescravismo na Constituinte de 1823, mais convinha tratar do seu fim nos escaninhos da diplomacia que no imponderável da tribuna. A leitura consensual de que o tráfico lícito estava fadado resultou num trecho igual, letra por letra, entre o Projeto de Constituição e a Carta de 1824. O artigo 142 de um é o artigo 102 da outra. Ambos dizem: o Executivo faz “tratados de aliança ofensiva e defensiva, de subsídio e comércio, levando-os depois de concluídos ao conhecimento da Assembleia Geral, quando o interesse e segurança do Estado permitirem.” As mesmas palavras, contudo, podem atender a finalidades distintas. Os antiescravistas do Brasil queriam potencializar o fim do tráfico, explorando o precedente do *africano livre*, carregado de conotação antiescravista depois de 1822, para acelerar a emancipação dos cativos no país. Nesse sentido, seguiam a chave do combate à escravidão na Era das Revoluções: usar o Estado para apressar o tempo da mudança social (os antiescravistas dos Estados Unidos haviam instado pela aplicação da sentença de lord Mansfield na república e os *Amis* pela restauração da primeira edição do *Code Noir* na França revolucionária). Os do lado oposto – como temos visto – se esforçaram sempre por impedir que o Estado virasse instrumento de aceleração da mudança social. Nos Estados Unidos, conseguiram-no com a aberração dos três quintos, a federalização da cidadania e a quinta emenda. Na França, tentaram-no com a racialização da cidadania. E no Brasil, que fizeram?

No parágrafo I do artigo VI da Constituição de 1824, o decenvirato reuniu os direitos civis e políticos num único campo, o da *cidadania*, e decidiu que “são cidadãos os que no Brasil tiverem nascido, quer sejam ingênuos ou libertos”. A frase, tão singela, tencionava produzir uma série de efeitos. Ao pressupor a existência do cativo no país, fez a Carta reconhecer o escravidismo conforme o modelo estabelecido na Convenção da Filadélfia. Esse reconhecimento, cruzado com o artigo 179 da propriedade privada, alijava a possibilidade de emancipação escrava. Evitando o termo *escravo*, à maneira da circunspeção norte-americana elogiada pelos hispano-cubanos, diminuiu o campo para objeções antiescravistas no futuro.

As “benesses” não param por aí. O artigo negou cidadania aos africanos – só eram cidadãos os alforriados que *no Brasil tiverem nascido*. Com esse talho, mitigou o impacto imprevisível que a inovação jurídica do *africano livre*, imposta pela Grã-Bretanha em 1817, provocava sobre a hierarquia tradicional da ordem escravista brasileira. Teve, por assim dizer, teor preventivo numa questão cujo futuro era nebuloso, e nesse ponto o futuro daria razão aos redatores da Carta. Devido à concepção de cidadania adotada na Constituição, os africanos livres que o antiescravismo britânico havia dado à luz foram privados das seguranças constitucionais básicas. Espoliados do direito de ir e vir, deportáveis a qualquer instante, distribuídos ao bel-prazer dos particulares, explorados pelo Estado, assassinados por alguns e castigados por todos, eles passaram por uma desumanização profunda até deixar de ser um grupo de risco à ordem social escravista, condição necessária para a reabertura do tráfico negreiro transatlântico na forma de contrabando em escala sistêmica por cerca de quinze intermináveis anos (1835-1850). A territorialização da cidadania parece uma decisão banal, inevitável, natural. No Brasil, não era nada disso. A ideia fora até mesmo rejeitada na Constituinte de 1823. Entre nós, a territorialização da cidadania esteve a serviço da desterritorialização da mão de obra.

Segundo o aparato locutório constitucional de 1824, o Executivo tinha liberdade total para negociar o fim do tráfico negreiro com o Foreign Office. Segundo o ato ilocutório constituinte de 1823, devia prolongar a legalidade do comércio por quatro anos. De 1823 em diante, todavia, o preço internacional do café entrou no regime deflacionário típico da conjuntura do mercado integrado mundial de commodities da periferia. Seu valor médio anual desceu de 22¢ de dólar no ano da Constituinte para apenas 11¢ em 1826, acumulando quedas de 42%, 14% e 15% a cada ano que passava. Naquela conjuntura, a supressão do contrabando, que ia majorar o preço dos escravos, espremeria o lucro dos cafeicultores. Prudentemente, D. Pedro I desacelerou. Rolou a pauta do infame comércio para frente, de 1823 a 1824, de 1824 a 1825, de 1825 a 1826, ganhando na esticada o prazo que, nos termos do combinado de 1823, ainda ia pedinchar à Grã-Bretanha. A moratória cobrou seu juro. O mesmo mercado integrado mundial de commodities da periferia estava ensinando aos capitalistas de Liverpool que o mercado externo dos têxteis ia patinar e que o governo devia manter abertos os que já tinha sob controle. Se de 1822 a 1823 Canning ainda oferecera ao Rio de Janeiro a legitimação da soberania em troca da abolição instantânea do tráfico negreiro, depois subiu o preço: passou a exigir também a renovação do tratado comercial de 1810. A

mais, oferecia tolerar o tráfico por alguns anos e obter de Portugal o reconhecimento do Brasil.⁴³

Em 1825 o Executivo aceitou. Por quê? O Executivo já conseguira dois dos quatro anos pedidos pela Constituinte e, com a nova oferta de Canning, podia embolsar no total uns seis ou sete. Além disso, obter o reconhecimento da Independência com assentimento de Portugal era crucial para os escravistas brasileiros. A maior parte do café do Vale do Paraíba, bem como do açúcar dos demais enclaves de plantation do país, era negociada nas praças mercantis continentais europeias – e não, digamos, nas norte-americanas, dominadas por artigos cubanos. Como o princípio da legitimidade dinástica se tornara a norma no sistema interestatal pós-napoleônico do Velho Mundo, a aprovação portuguesa da soberania do Brasil era a senha para o Rio de Janeiro formalizar o acesso a seus principais mercados consumidores da economia-mundo. De fato, mal souberam do aceite de Lisboa, os governos da Áustria, França, Vaticano, Suíça, Estados Hanseáticos, Holanda, Hannover e Prússia reconheceram com alacridade o Império do Brasil no curtíssimo prazo de quatro meses (dezembro de 1825 a março de 1826). Esse panorama, por sua vez, deu a base diplomática para que o Império do Brasil selasse tratados comerciais bilaterais com a França (1826), Áustria, Prússia, cidades hanseáticas de Lübeck, Bremen e Hamburgo (1827), Dinamarca (1828) e Países Baixos (1828), além dos Estados Unidos (1828), concedendo a todos o mesmo favor dos 15% *ad valorem* que a Grã-Bretanha desfrutara sozinha desde 1810.⁴⁴

Os convênios passaram para a historiografia com a pecha de “tratados desiguais”, reveladores da fraqueza diplomática de D. Pedro I. Sua existência, todavia, foi uma resposta arrojada à estrutura das trocas mercantis internacionais do século 19. Visto que negociantes de longa distância não operavam em via de mão única (somente na compra de um artigo, por exemplo, sem a contrapartida da venda), o domínio do mercado consumidor de um país desprovido de frota mercantil marítima também levava ao controle de seu mercado exportador. Caso a Grã-Bretanha fosse a única beneficiária dos 15%, exerceria o papel de entreposto que os brasileiros do centro-sul tinham acabado de indeferir a Portugal, com o ônus político de adquirir maior ascendência

⁴³ Preço médio anual do café em 1823 inferido da *Letter from the Secretary of the Treasury, Transmitting Statements of the Commerce and Navigation of the United States*. Washington: Gales and Seaton, 1824, p. 28-29. Para os anos de 1824-1826, *Letter from the Secretary of the Treasury, transmitting Statements of the Commerce and Navigation of the United States*. Washington: Gales and Seaton, 1825, 1826 e 1827, p. 28-29, 53-53 e 52-53, respectivamente.

⁴⁴ Paulo Roberto de Almeida. *Formação da diplomacia econômica do Brasil. As relações econômicas internacionais no Império*. São Paulo: Editora Senac; Brasília: FUNAG, 2001, p. 133-140.

sobre o país e o ônus econômico de proibir em seu próprio mercado doméstico os gêneros agrícolas análogos aos de suas Antilhas. A fieira dos tratados ditos desiguais não foi um ato de subserviência ou resignação diplomática, mas um gesto de diversificação agressiva da carteira de compradores globais a fim de cavar espaço para o café e o açúcar no cenário competitivo da ordem mundial pós-napoleônica. No início da conjuntura econômica que se abria, era preciso arriscar, testar, verificar. Os novos parceiros comerciais do Brasil ainda constituíam uma massa informe nos anos vinte. Só na década seguinte é que um deles ganharia feição firme de estátua: os Estados Unidos da América.⁴⁵

A respeito do tráfico negreiro, o Império assinou em 1826 um tratado que lhe dava três anos de legalidade depois de ser ratificado. Na prática, o texto entrou em vigor em setembro de 1830, quase dobrando o prazo de quatro anos que a Constituinte havia imposto como condição para o Executivo tratar sozinho do assunto. No fim das contas, o Executivo permitiu que o Vale do Paraíba desfrutasse um aporte legal e barato de escravos por tempo suficiente para massificar a oferta de café e dominar o mercado mundial do artigo na década de trinta. O convênio trouxe uma novidade. Tipificou o contrabando negreiro como pirataria. A cláusula tivera evolução galopante no Atlântico. Nascida no Compromisso do Missouri, a equiparação ressurgira na boca dos britânicos presentes ao Congresso de Verona. Em seguida, entrara numa convenção antitráfico anglo-americana de março de 1824, assinada pelos Executivos dos dois países. Como o acordo tinha de passar pelo Congresso e adequar-se à legislação britânica, Londres fez seu dever de casa e igualou o tráfico à pirataria. Quando a Grã-Bretanha se lançou na aprovação da lei, o Senado dos Estados Unidos tirou o corpo. Gorou o acordo porque ele também estabelecia o direito de busca, que era visto como desestabilizador do comércio interestadual de escravos via Golfo do México. Coube ao Rio de Janeiro, a central das atividades negreiras transatlânticas, a honraria de aceder à cláusula da pirataria num acordo bilateral, deixando-a roçar no direito internacional da época. Mão frouxa dos negociadores? Improvável. Eles viram na configuração do sistema interestatal o que os constituintes já tinham visto anos antes: uma barreira à

⁴⁵ Amado Luiz Cervo e Clodoaldo Bueno. *História da política exterior do Brasil*. 3ª ed., ampliada. Brasília: UFB, 2008, p. 65-79; Paulo R. de Almeida. *Formação da diplomacia econômica do Brasil*, p. 133-140. A diferença entre a postura agressiva do Brasil por mercados externos e a mais moderada das repúblicas independentes da América hispânica pode ser notada em D. A. G. Waddell, "International politics and Latin American Independence". In: Leslie Bethell. *The Cambridge History of Latin America*. Vol. 3: *From Independence to c. 1870*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985, p. 197-228.

transformação do tráfico legal, uma vez extinto, num contrabando volumoso o bastante para alimentar o crescimento econômico do país.⁴⁶

O empenho da diplomacia imperial possui uma dimensão semântica que não deve se confundir com a de sua recepção no círculo mais amplo da comunidade política. O Parlamento nacional reuniu-se pela primeira vez em 1826 sob o signo de uma forte animosidade contra D. Pedro I, por conta da dissolução da Assembleia Constituinte, da concepção centralista de Estado inscrita na Carta de 1824 (ausência de Assembleias Legislativas Provinciais, dissolubilidade da Câmara etc.) e da repressão à Confederação do Equador, executada em tribunais militares, de exceção. Empurrados para a oposição ao imperador, os deputados fizeram da política externa o telhado de vidro do Executivo. Ignoraram os atos ilocutórios constituintes que davam sentido específico aos aparatos locutórios constitucionais e ensacaram todos os tratados bilaterais firmados entre 1825 e 1828 num juízo global negativo que se elevou à grandeza de doutrina no próprio século 19 e daí saltou à historiografia especializada do 20. “O governo”, resumiu um deputado da oposição com uma ponta de língua, tem “obrado como estúpido”. A apreciação é chave. Não tanto pelo que revela do que fora combinado, mas pelo que antecipa da redefinição constitucional das relações entre os Poderes Executivo e Legislativo no Império do Brasil. Dessa perspectiva, o tratado antitráfico se tornou a estupidez maior de um governo estúpido que precisava ser reformado em seus fundamentos.⁴⁷

O lobby escravista e negreiro botou os tentáculos de fora em 1826, quando os preços internacionais do café e o apoio doméstico a D. Pedro erodiram. Um panfleto

⁴⁶ Leslie Bethell, “The Independence of Brazil and the Abolition of the Brazilian Slave Trade: Anglo-Brazilian Relations, 1822-1826”. *Journal of Latin America Studies*, vol. 1, núm. 2 (nov., 1969), p. 115-147; e *A abolição do tráfico de escravos no Brasil*, p. 65-70. O “piracy bill” está em *The Parliamentary Debates, Forming a Continuation of the Work Entitled “The Parliamentary History of England from the earliest Period to 1809”*. Londres: T. C. Hansard, vol. 11, p. 1-8. Sobre o acordo anglo-americano, Don E. Fehrenbacher. *The Slaveholding Republic: An Account of the United States Government’s Relations to Slavery*. Edição completada e editada por Ward M. McAfee. Oxford: Oxford University Press, 2001, p. 159-160.

⁴⁷ Sobre o Executivo como o ponto frágil do governo de D. Pedro I, Ron Seckinger. *The Brazilian Monarchy and the South American Republics, 1822-1831: Diplomacy and State Building*. Baton Rouge: Louisiana State University Press, 1984, p. 1-24. A recepção negativa da diplomacia petrina está bem anotada em Amado Cervo e Clodoaldo Bueno. *História da política exterior do Brasil*, p. 17-51. E, com atenção à política interna, João E. F. A. Scanavini, “Embates e embustes: a teia do tráfico na Câmara do Império (1826-1827)”. In: I. A. Marson e C. H. L. de S. Oliveira (orgs.). *Monarquia, liberalismo e negócios no Brasil: 1780-1860*. São Paulo: Edusp, 2013, p. 167-209. Um importante comentador subestimou as implicações da convenção antitráfico anglo-brasileira de 1826 para a remodelação do Estado imperial. A “reação de revolta e indignação” por ela despertada “durou dias, mas se exauriu em debates estéreis, uma vez que a Constituição de 1824 reservava ao imperador o exclusivo direito de celebrar tratados”. Rubens Ricupero, “O Brasil no mundo”. In: Alberto da Costa e Silva (org.). *História do Brasil nação: crise colonial e Independência, 1808-1830*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 151.

anônimo publicado no Rio de Janeiro alegava que, sendo “hoje o Brasil constituído e reconhecido império independente”, era “de seu puro arbítrio e razão” suspender os tratados antitráfico antigos e rejeitar oferta de novos. O cortesão João Inácio da Cunha bolou outra ideia. Quando D. João VI morreu (março de 1826) e D. Pedro I convocou um conselho para saber se também podia reger Portugal, opinou que a união das coroas era “insubsistente”, porém D. Pedro podia mantê-la até a incorporar a costa da África ao Brasil. Mas a investida mais séria mesmo veio do Parlamento. José Clemente Pereira, deputado pelo Rio de Janeiro, promotor do Fico e um dos idealizadores da Constituinte, se antecipou ao tratado que a Coroa ia fazer com Londres, apresentando um projeto de lei que previa a supressão do tráfico no tardio ano de 1840. A data não é gratuita. Ele acertara os ponteiros de seu relógio com os dos conselheiros joaninos Tomás Vilanova e Maciel da Costa, como se o Brasil tivesse a África, como se vivesse numa situação *coeteris paribus*. Seu texto, como todas as opiniões radicais pró-tráfico emitidas desde 1822, foi voto vencido. A Comissão de Legislação e de Justiça Civil podou o prazo para seis anos. O número também é motivado. Ela sabia do quadriênio acordado na Constituinte. Ela sabia dos termos da negociação com a Grã-Bretanha. Os dois anos a mais faziam parte do jogo que a Câmara estava prestes jogar com o Executivo.⁴⁸

O primeiro movimento dos deputados foi deixar o projeto emendado de Clemente Pereira em banho-maria, à espera de uma aprovação que nunca foi seriamente cogitada. O texto não estava lá para virar lei, e sim para demarcar o terreno entre a posição que o Executivo tinha adotado e a que a Câmara dos Deputados acabara de adotar. Quando o acordo anglo-brasileiro chegou ratificado ao Legislativo no início de 1827, a mise-en-scène foi profissional. Os deputados esqueceram que haviam posto o assunto no colo do Executivo em 1823. Esqueceram que o projeto de Constituição de 1823 e a Carta de 1824 tinham sido redigidas no sentido de dar liberdade à Coroa para concluir tratados internacionais. Esqueceram que, segundo a maioria da Constituinte, o prazo para a cessação do tráfico era o ano de 1827. A ordem era bater. E eles bateram.⁴⁹

⁴⁸ Ver *Discurso no qual se manifesta a necessidade da continuação do commercio da escravatura: que este trafico não tem a barbaridade, horror, e deshumanidade que se lhe quer attribuir; e que só ao Iluminado Ministerio Brasileiro pertence marcar, e acelerar a epocha de o proscrever em seos estados*. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Nacional, 1826. Para o voto de Cunha, “Consulta de D. Pedro I ao Conselho de Estado e resposta dos conselheiros. Documento 2598”, citado por Otávio Tarquínio de Souza. *História dos fundadores do Império do Brasil. Vida de D. Pedro I*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1960, vol. 3, t. 2, p. 656-658. Para a Câmara dos Deputados, *ACD*, 19 de maio de 1826, p. 85; 8 e 15 de junho de 1826, p. 79 e 149.

⁴⁹ O texto da convenção está reproduzido em *ACD*, 22 de maio de 1827, p. 154-155.

Um dos deputados da oposição, Raimundo José Cunha Matos, abriu a discussão analisando o tráfico pelo mérito, se valia ou não a pena prolongá-lo. Matos atuou como quem fala de cadeira. Fora provedor da Fazenda e governador interino de São Tomé e Príncipe, numa longa carreira de quase vinte anos na África (1797-1816). O ex-agente imperial de D. João VI esgrimiou argumentos consequenciais típicos da burocracia joanina, alegando que a convenção colapsava o comércio marítimo, a agricultura e a base fiscal do Estado. Isso está longe de significar que seu discurso reproduz uma “razão colonial”. Na verdade, as defesas da escravidão feitas no Brasil depois de 1824 se entrelaçam com uma “razão nacional” que atravessa até hoje o imaginário brasileiro. Cunha Matos ponderou que o tráfico não apenas resgatava da morte as vítimas da barbárie africana. Ele também as entregava ao doce escravismo do Império do Brasil, onde o cativo subia na vida graças ao cruzamento de uma prática da vida privada, a alforria, com um princípio do direito público, a cidadania. A “gente preta” trazida da África, disse assimilando o artigo 6 da Carta de 1824, “pelo decurso do tempo e pela mistura [...] chegaria ao estado de nos dar cidadãos ativos e intrépidos defensores da nossa pátria”. Vale repetir: a dimensão pública da *res privata* e a dimensão privada da *res publica* foram a vida e a vida do Império do Brasil.⁵⁰

O encômio de Matos, que ainda teria vida longa no discurso cultural brasileiro, não encontrou eco imediato na Câmara. Outros deputados (inclusive o jovem Bernardo Pereira de Vasconcelos, futuro campeão do contrabando) indigitaram os efeitos nefastos do tráfico sobre a África, definiram o cristianismo como religião antiescravista, acusaram o cativo de corromper os costumes sociais no Brasil e lembraram meios de substituir a mão de obra local. O antiescravismo da Constituinte de 1823 ainda tinha rescaldo no Parlamento. A oposição a D. Pedro precisou deslocar a discussão do campo da escravidão para o campo do direito constitucional, em que a questão deixou de ser vista pelo prisma do mérito (se o tráfico e a escravidão eram convenientes) para ser analisada pelo do procedimento (se o Executivo tinha poderes para fazer o que fez).⁵¹

Luiz Augusto May introduziu a matéria do direito. Ele apertou o sentido do parágrafo 8º do artigo 102 da Carta de 1824, que regulara a recepção dos convênios internacionais no Brasil. Releia-se o trecho: o Executivo podia “fazer tratados de aliança ofensiva e defensiva, de subsídio e comércio, levando-os depois de concluídos ao

⁵⁰ José Murilo de Carvalho, “Escravidão e razão nacional”; *ACD*, 2 de julho de 1827, p. 11-18.

⁵¹ Os debates estão em *ACD*, 2 de julho de 1827, p. 10-18; 3 de julho, p. 21-36; e 4 de julho, p. 38-52. Os próximos parágrafos retomam interpretação que apresentei em *A política da escravidão no Império do Brasil*, p. 64-90.

conhecimento da Assembleia Geral, quando o interesse e segurança do Estado o permitirem”. “Se”, continuava o texto, “envolverem cessão ou troca de território do Império, ou de possessões a que o Império tenha direito, não serão ratificados sem terem sido aprovados pela Assembleia Geral”. O teor do parágrafo parecia meridiano. O Executivo ditava a condução dos acordos bilaterais e podia notificar o Parlamento se o julgasse conveniente. Os próprios parlamentares assim o haviam entendido não só em 1823, mas também em 1826, quando apreciaram um relatório dos convênios comerciais assinados com a Grã-Bretanha e com a França. May usou o tratado antitráfico para matar essa linha de leitura. Ele interpretou o artigo 102 como alusivo a três tipos de acordos: aqueles que podiam ser concluídos e ratificados sem consulta do Legislativo, mencionados na primeira oração (“fazer tratados...subsídios e comércio”); aqueles que deviam passar por consulta parlamentar *após a conclusão e antes da ratificação*, indicados nas duas orações subsequentes (“levando-os depois... Estado o permitirem”); e aqueles cuja ratificação pendia da aprovação da Assembleia (cessões territoriais). Em sua exegese, a expressão “levando-os” adquiriu teor semântico de exigência (como se fosse uma locução verbal com elipse do verbo auxiliar: “devendo levá-los”), e não de possibilidade facultativa (isto é, “podendo levá-los”). Sabe-se que o gerúndio é fonte de ambiguidade na sintaxe; os redatores da Constituição mal imaginaram que também o fosse na política. Se a análise textual de May estivesse correta, o Executivo não podia adotar a conduta-padrão de ignorar o Legislativo em todos os tratados bilaterais tal como vinha fazendo. Devia pagar caro por isso.⁵²

Outro aspecto procedimental do tratado que a Câmara dos Deputados explorou foi a tipificação do contrabando negreiro como crime de pirataria. Para a maioria dos parlamentares, o Executivo não podia “ignorar que declarar crime de pirataria o contrabando era fazer lei e lei atroz e bárbara, classificando o crime e impondo a pena”, uma violação do texto constitucional por invadir a esfera do Legislativo. A cláusula da pirataria ajudou a afinar a opinião dos deputados – escravistas ou antiescravistas – pelo diapasão segundo o qual o Executivo comprometera os “interesses da nação, a sua honra e dignidade, soberania e independência”. Tais palavras, repetidas à exaustão, não eram ingênuas. Um ano antes, a Câmara tinha redigido um projeto de lei sobre responsabilidade ministerial incriminando de *traição* os ministros de Estado que por *tratados* atentassem contra a “independência, integridade, defesa, dignidade ou interesse

⁵² ACD, 19 de julho de 1826, p. 239-242; 2 de julho de 1827, p. 10-11; 03 de julho de 1827, p. 23-24.

da nação”, bem como os que usurpassem “qualquer das atribuições do Poder Legislativo”. As punições previstas no projeto não eram nada suaves: perda de emprego, honras e mercês e, nos piores casos, inabilidade administrativa perpétua ou (pasmem-se) pena de morte.⁵³

A apreciação procedimental foi uma pós-constituente na qual os deputados ignoraram de propósito o pacto de 1823 só para abrir chagas no Executivo. A maioria da Câmara decidiu que a discussão do tratado fosse adiada até que se definisse “o verdadeiro sentido do artigo 102 da Constituição”. Como ocorrera ao projeto emendado de Clemente Pereira, a tal da definição nunca entrou na ordem do dia. Isso porque a apreciação do tratado de 1827 servira não exatamente para aprová-lo ou rejeitá-lo, e sim (de novo) para demarcar diferenças entre o Executivo e o Legislativo, para fortalecer a oposição a D. Pedro I no Parlamento e para questionar o sentido da Carta de 1824, balizando reivindicações de sua reforma num futuro desejado, embora imprevisível. Dizer que há um “verdadeiro sentido” na Constituição e não dizer qual ele é, isso é como deixar insepulto um cadáver ao qual todos apontam e ninguém enterra. Ainda em maio de 1830, Paula Sousa discursava com ira na tribuna: se o governo “por fraqueza cedeu a tratados”, entre os quais o da “escravatura”, tendo “aviltado a honra nacional”, então “não havemos de dizer a nossa opinião, que o governo do Brasil fez tratados que vitalmente viola[m] a Constituição do Estado?” Mas qual Constituição o deputado tinha em mente, indagar-se-ia, a do imperador ou a da oposição? Deixando o sentido da Carta em aberto, os parlamentares também abriam uma ferida por onde sangraram D. Pedro I e seus ministros até a véspera da abdicação do 7 de abril de 1831.⁵⁴

Na queda de braço entre o imperador e a oposição, o tratado antitráfico anglo-brasileiro estimulou a formação de um juízo crítico das convenções comerciais já firmadas (Grã-Bretanha, França) ou por firmar (Países Baixos, Estados Unidos) que evoluiu para uma doutrina geral de repúdio ao sistema de recepção dos tratados inscrito na Constituição de 1824. Uma rejeição do que era visto como centralização excessiva e ingerência estrangeira. Esse estado de espírito culminou na Lei de Regência de 14 de

⁵³ O problema da pirataria foi denunciado em vários discursos. *ACD*, 3 de julho de 1827, p. 25-26 (Paula e Souza), 29-30 (Costa Aguiar), 35 (Vergueiro), 36 (Souza França) e novamente 36 (Paula Cavalcante); e *ACD*, 4 de julho de 1827, p. 39 (Clemente Pereira), p. 45 (Almeida e Albuquerque), 48 (Clemente Pereira), 48-49 (Almeida Pereira), 49 (Custódio Dias), 50 (Lino Coutinho). Para o projeto da lei de responsabilidade, p. *ACD*, 29 de julho de 1826, p. 366. Ouvindo as acusações da Câmara, o Senado emendou o texto, transferindo o crime de usurpação de poderes para um uma categoria de crime mais branda que o da traição. Vide sua recepção entre os deputados em *ACD*, 27 de agosto de 1827, p. 241 *passim*.

⁵⁴ *ACD*, 8 de maio de 1830, p. 89.

julho de 1831, primeiro dos monumentos que a oposição liberal ergueu contra a experiência política do Primeiro Reinado. A norma, que limitou os poderes do Executivo durante a minoridade de D. Pedro II, era agressiva nos seus artigos 19 e 20. O primeiro proibia o Regente de dissolver a Câmara dos Deputados e de “perdoar aos ministros e conselheiros de Estado [...] nos crimes de responsabilidade”; o segundo submetia ao crivo da Assembleia Geral o “ratificar tratados e convenções de governo a governo”. Os dispositivos da Lei de Regência puseram na alçada dos representantes dos proprietários escravistas (Parlamento) a última palavra sobre normas futuras que afetassem o comércio em geral e o comércio da mão de obra escravizada. Nesse sentido, deram ao Império do Brasil um quadro de estabilidade semelhante ao que a lei de incorporação do Missouri dera às unidades sulistas dos Estados Unidos.⁵⁵

A aproximação dos dois espaços não deve ser exagerada. Os delegados escravistas do Sul atuaram em bloco na Crise do Missouri apostando na expansão futura do comércio negreiro interestadual da costa atlântica para o Sul Profundo. Havia ali uma clara política do tráfico negreiro. No Império do Brasil, ao contrário, indícios parlamentares aferíveis desde a Constituinte de 1823 sugerem que a maioria da comunidade política local não acreditava na sobrevida do tráfico transatlântico de escravos sob a forma de um volumoso contrabando. Os agentes econômicos do centro-sul do país acompanharam seus políticos. Dados demográficos da região do Vale do Paraíba indicam que fazendeiros adquiriram mais meninos e meninas menores de 14 anos em 1829 e 1830, fazendo uma espécie de poupança mórbida para a escassez que esperavam enfrentar; o preço das escravas mulheres subiu mais que o dos homens; a demanda preventiva fez a média anual de indivíduos traficados saltar de 44 mil (1821-1825) para 60 mil (1826-1830); e traficantes bem capitalizados da Corte, cuja marca era a regularidade profissional, mudaram de ramo investindo suas fortunas no circuito mais seguro da especulação imobiliária – um quarto deles abandonou, literalmente, o barco em 1826 e 1827, durante os debates na Câmara sobre a convenção anglo-brasileira. Os deputados e os grupos sociais escravistas do centro-sul, sem coragem de defender o comércio transatlântico de escravos, capitalizaram a matéria em sua luta contra D. Pedro

⁵⁵ Sobre as negociações diplomáticas e a lei de 14 de julho de 1831, Amado Luiz Cervo. *O parlamento brasileiro e as relações exteriores (1826-1830)*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, p. 5-9.

I pelo remanejamento do Estado imperial. A forte politização do tráfico negreiro foi a outra face de uma fraca defesa política do infame comércio.⁵⁶

A evidência mais contundente de que o transplante de africanos não tinha como destino manifesto sua transformação em contrabando generalizado foi a célebre lei de 7 de novembro de 1831, o primeiro diploma que o Parlamento brasileiro aprovou para reforçar a proibição do tráfico negreiro consagrada no tratado de 1826. Origem histórica da expressão idiomática “para inglês ver” – criada, talvez, durante a campanha abolicionista da década de 1880 pela emancipação dos africanos ilegalmente introduzidos no país –, a lei de 1831 extrapolou em diversos pontos o teor do acordo antitráfico anglo-brasileiro. Na letra da convenção, os autores criminais se limitavam às tripulações dos tumbeiros e só seriam considerados emancipados os africanos que pertenciam às embarcações flagradas na ilegalidade. Na norma de 7 de novembro, os parlamentares brasileiros, sem que fossem obrigados a fazê-lo, decidiram que todos os infratores, da tripulação aos fazendeiros, iam sofrer processo criminal e permitiram a qualquer um delatar à polícia não apenas o desembarque, mas também a existência em terra firme, fosse onde fosse, de africanos contrabandeados. Deliberando sobre a clandestinidade em alto-mar, na costa e também no interior do território, ampliaram o *âmbito de incidência* do tratado; definindo o proprietário como criminoso, criaram novas *condutas puníveis*. É verdade que a lei de 1831 ignorou o conceito de pirataria, efeito da celeuma que a questão provocara na Câmara em 1827. Sua radicalidade, entretanto, se era óbvia nos dois pontos mencionados, se tornava ululante num terceiro: a definição jurídica das pessoas contrabandeadas. Um breve exercício comparativo com as leis congêneres aprovadas nos Estados Unidos em 1807 a 1820 ou com a equivalente discutida nas Cortes de Madri em 1821 reforça o argumento.⁵⁷

⁵⁶ Sobre o aumento do preço das escravas, Manolo Florentino e José Roberto Góes. *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, c. 1790-1830*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997, p. 67-71. Para a compra de escravos jovens, Breno Aparecido Servidone Moreno. *Demografia e trabalho escravo nas fazendas cafeeiras de Bananal, 1830-1860*. Mestrado. São Paulo: FFLCH-USP, 2013. A retirada de parte dos traficantes mais regulares está em Manolo Florentino. *Em costas negras*, p. 43-44, 203 e 266-267.

⁵⁷ Texto do tratado em Antônio Pereira Pinto. *Apontamentos para o direito internacional ou collecção completa dos tratados celebrados pelo Brasil com diferentes nações, acompanhada de uma notícia histórica e documentada sobre as convenções mais importantes*. Rio de Janeiro: F. L. Pinto e Cia., 1864, vol. 1, p. 344 passim. A lei de 1831 foi republicada em Clóvis Moura. *Dicionário da escravidão negra no Brasil*. São Paulo: Edusp, 2004, verbete “lei para inglês ver”, p. 240-241. Ver análise dela em Beatriz Galloti Mamigonian. *To be a liberated African in Brazil: labour and citizenship in the nineteenth century*. Doutorado. Waterloo, Ontario: University of Waterloo, 2002; e B. Mamigonian e Keila Grinberg (orgs.) “Dossiê: ‘Para inglês ver’? Revisitando a Lei de 1831”. *Estudos Afro-Asiáticos*, ano 29, núm. 1/2/3 (jan.-dez. 2007), p. 87-340.

O *Slave Trade Act* de 1807 dos Estados Unidos não só rejeitara a ideia de libertar os africanos escravizados, como também permitira à unidade federativa confiscar os apreendidos e revendê-los com escritura passada a limpo, tornando o governo do Estado um cartório de lavagem de cativos; uma emenda para emancipar as vítimas do comércio recebeu apoio diminuto de 19 do total de 142 deputados na Câmara dos Representantes. Estatutos posteriores tampouco deram liberdade aos africanos. As Cortes de Madri, à sua parte, aferiram em abril de 1821 um projeto de lei que libertava os “procedentes da Costa da África” apreendidos depois de sua publicação. Foi barrado pelo lobismo dos havaneses, que fechara em torno do exercício contínuo do comércio negreiro não obstante a entrada em vigência, um ano antes, do acordo antitráfico anglo-espanhol. Em contraste com esses textos, a lei brasileira de 7 de novembro de 1831 determinou que *todos* os africanos ilegalmente introduzidos no império após sua aprovação, resgatados ou não por cruzeiros, fossem livres. O vocábulo *livre* fora escolhido a dedo. Ao contrário do termo *liberto*, pressupunha ilegítima a prática da escravização na África. E ainda enquadrava o contraventor na parte III, título I, artigo 179 do Código Criminal, que previa reclusão de 3 a 9 anos para os finórios que reduzissem pessoa *livre* ao cativo. A lei de 7 de novembro de 1831 impressiona. Dava liberdade a escravo e botava escravista na cadeia.⁵⁸

A concessão da liberdade não escapou aos senadores durante os debates do projeto de lei. Quando um deles pediu que ela tivesse valor retroativo e libertasse os indivíduos traficados desde o início da vigência do tratado anglo-brasileiro (setembro de 1830), seus pares reagiram com virulência. Disseram que a medida arrebataria do cativo de 15 mil a 60 mil africanos – a cifra inflou ao longo das discussões, sendo que o número real deve ter orçado em 20 mil – e levaria os negros a “uma revolução, porque basta um que saiba ler para que, vendo esta disposição, cite [a] todos os outros”. A emenda foi derrubada, mas o fato de o primeiro artigo passar indica que os senadores não conceberam a existência de uma massa de escravos ilegais ao alcance de uma lei que os declarava livres. Caso tivessem previsto o contrabando das duas décadas seguintes, que montaria a cerca de 700 mil pessoas, é provável que não validassem um dispositivo cujos efeitos seriam trinta vezes maiores que a comoção imaginária de 15 ou

⁵⁸ Ver *Código criminal do Império do Brasil, anotado com as leis, decretos, avisos e portarias publicados desde a sua data até o presente e que explicação, revogação ou alteração algumas das suas disposições ou com ellas tem immediata conexão*. Org. de Braz Florentino Henrique de Souza. Recife: Universal, 1858, p. 74. O artigo 179 rezava que o cárcere poderia ser superior a 9 anos se o cativo ilegal ultrapassasse esse período.

20 mil indivíduos. Afinal, o artigo solapava o direito de propriedade e a segurança jurídica nas operações comerciais em escravos contrabandeados, minando a base legal que dava suporte ao controle público e privado das escravarias. Como lembrou o senador Mata Bacelar, a convenção cominava penas aos infratores, enquanto a lei de 1831 concedia liberdade aos africanos ilegais. Uma liberdade incompatível com o contrabando. Devia ser projetada para o futuro, por inaplicável ao passado.⁵⁹

No início do século (1808-1822), a atuação dos políticos, senhores e negociantes do centro-sul do Brasil mirou-se no mesmo conjunto de liberdades que guiavam as classes senhoriais dos demais espaços escravistas no Novo Mundo. As províncias do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais se separaram de Portugal em parte porque as Cortes de Lisboa negaram aos brasileiros o que as Cortes de Madri tinham concedido aos hispano-cubanos, isto é, canais para o exercício da autonomia política e controle local do acesso ao mercado mundial. Por miopia histórica, os deputados das Cortes de Lisboa perseveraram em evitar os erros de Cádiz (abordar o tráfico negreiro, regular aduanas sem a presença dos americanos), em vez de assimilar os acertos de Madri (reconhecer a pluralidade jurídica da monarquia, conceder autonomia alfandegária aos americanos). Pode-se dizer, então, que a “nação grande e poderosa” do manifesto de 6 de agosto de 1822 nasceu com a feição dos demais espaços escravistas do século 19? Não exatamente. A diferença se deve ao comércio da mão de obra escravizada.

Mesmo quando não discutido, mesmo quando tergiversado, o tráfico transatlântico de escravos foi elemento central na eclosão da Revolução do Porto, nas negociações da Independência, na redação do tratado comercial anglo-brasileiro e na definição das relações entre o Executivo e o Legislativo no império. Surpreende que, apesar de seu peso na economia e na evolução política do país, nem a sociedade nem o Estado tenham apostado no contínuo domínio brasileiro sobre o mercado de escravos na África. Por que isso? Poder-se-ia elencar como razões a natureza estamental da burocracia portuguesa, despregada dos interesses materiais da sociedade, e a assimetria de poder entre Brasil e Grã-Bretanha. A primeira delas é duvidosa, haja vista o empenho da política escravista joanina e a tenacidade da diplomacia de D. Pedro I. A segunda, embora aceitável, é incapaz de explicar por que a mesma desproporção entre Londres e

⁵⁹ *Anais do Senado do Império (AS)*, 16 de junho de 1831, p. 377-378, 379; e 21 de junho de 1831, p. 409-410. Ver análise dessa discussão em Beatriz G. Mamigonian. *To be a liberated African in Brazil*, p. 24 passim. Levando em conta o lapso de tempo entre setembro de 1830 e junho de 1831, é provável que o número real de entrada de africanos gire em torno de 20 mil. Ver índices em www.slavevoyages.com. A respeito da sazonalidade de desembarques, cf. Manolo Florentino, *Em Costas Negras*, p. 60 passim.

Madri produziu resultados tão diversos em Cuba. O problema só se resolve à luz da inserção do Império do Brasil no sistema interestatal do início do século 19.

Ao contrário de Cuba, o Rio de Janeiro independente sofreu com a ausência de uma parceria geopolítica capaz de esvaziar a ingerência britânica sobre destino do tráfico negreiro transatlântico, desde 1815 considerado defensável só enquanto matéria doméstica, interna aos domínios da Coroa bragantina. O episódio da Crise do Missouri é exemplar. Na ilha de Cuba ganhou o sentido positivo do anexionismo, dando aos havaneses maior poder de barganha no Triênio Liberal. No Rio de Janeiro ressurgiu com o sinal invertido da pena de pirataria. Devido à natureza das relações interestatais na década de 1820, lá fortalecera os escravistas hispano-cubanos; cá, os negociadores britânicos.

Francisco de Arango y Parreño queria sua Cuba igual ao Brasil. Pedira liberdade de comércio, autonomia fiscal e contrabando negreiro permanente. No fim dos anos vinte, sua pequena pátria estava maior que o extenso Império do Brasil. Os hispano-cubanos manipulavam alfândegas, controlavam um contrabando negreiro permanente e regiam com mãos de ferro a vida local. Os proprietários brasileiros, ao contrário, descreditavam do contrabando, haviam perdido autonomia alfandegária e, conquanto tivessem um Parlamento, julgavam-se faltos até de autonomia política, em vista da concepção centralista de Estado consagrada na Constituição de 1824. De sua perspectiva, a *nação grande e poderosa* do manifesto de 6 de agosto de 1822 se reduzira a uma petição de princípio que tomava por feito o que ainda estava por fazer. O Brasil era uma sociedade escravista sem uma política da escravidão. Só quando o contrabando de africanos escravizados se tornou a sua razão nacional é que o país se realizou.

Conclusão

Temporalização do escravismo

É inútil procurar nos textos constitucionais da Era das Revoluções (c.1770-c. 1820) a garantia de que o cativeiro fosse perpetuado. O seu tempo não é o da longuíssima duração, o da permanência quase fora da história. Também é inútil buscar neles a fina sintonia com as conjunturas econômicas globais em que foram escritos. O seu tempo tampouco é o da roda-viva das trocas, do sobe e desce dos preços. O que os textos de fundação dos Estados Unidos, do império espanhol e da monarquia brasileira fizeram foi criar um campo de possibilidades, um quadro de recursos macropolíticos como a cidadania (distribuição individual do poder político) e a proporcionalidade (distribuição espacial do poder político), no qual os representantes dos escravistas garantiam a administração física e simbólica da violência fora das unidades produtivas, componente integrante da extração do trabalho dentro delas. Em vez de garantir que o escravismo permanecesse, as Constituições esvaziaram a causa que o fizesse desaparecer, alguma inovação jurisprudencial na ordem escravista que desse à resistência dos subalternos da escravidão acesso coletivo à redistribuição dos bens públicos e simbólicos geridos pelo Estado (o que chamei de efeito de classe social). Resta uma pergunta: eliminar a coisa que ameaça é o mesmo que assegurar a coisa ameaçada?

Ao retirar a causa da mudança em vez de tornar infalível a permanência, as Constituições modernas inscreveram o escravismo no regime de historicidade da temporalização moderna. Segundo o teórico da história Reinhart Koselleck, um dos traços definidores da modernidade contemporânea (fins do século 18 até hoje) é a aceleração acelerada do tempo histórico, isto é, o processo que injetou nos atores a expectativa de que a transformação no tempo é parte integrante da política e das instituições. Koselleck chama essa componente da modernidade de temporalização (*Verzeitlichung*), fenômeno que pode ser apreendido na origem do campo semântico associado a uma das principais ideias dos tempos atuais, a de *progresso*. Até meados do século 18 era uso falar, nos textos de política e filosofia moral, em *perfeição* como o estado de realização completa de capacidades intrínsecas aos homens e às instituições. O fim das coisas humanas (desenvolvimento completo) estava previsto no seu início (pois sua capacidade de desenvolvimento estava dada desde a origem), e cabia a cada uma delas desenvolver-se até a plenitude. A metáfora *atingir a perfeição* (que também existe em outras línguas indo-europeias: *to aim perfection*, *atteindre la perfection*, *Vollkommenheit erreichen*) expõe o pressuposto de que a perfeição é um objeto fixo que

se pode alcançar (*erreichen*), atingir (*atteindre*), mirar (*aim*). Na virada para o 19 o termo começou a ser substituído nos textos ilustrados europeus por *aperfeiçoamento*, com o sufixo *mento* designando reiteração, esforço constante, processo no qual o fazer, mais que o obter, definia o sentido da ação moral e política. O vocábulo *aperfeiçoamento*, em vez de focar no estágio final da realização, enfatizava as virtualidades originais dos homens e das instituições, pulverizando o ponto de chegada, até então bem delimitado, num campo de expectativas indefiníveis. Dando um passo a mais, o conceito de *progresso* nasceu da barriga semântica de *aperfeiçoamento*, com a acepção, nova, de processo no qual os homens e as instituições se tornam melhores sem que se saiba até onde podem melhorar. A categoria é uma das que, ao mesmo tempo, refletiram e operaram a evolução do que Koselleck chama de temporalização, o regime de historicidade segundo o qual a mudança é o início, é o meio e é o fim de todas as coisas. Dinâmico dinamizador, móvel movente (oposto ao motor imóvel de Aristóteles), o progresso também progride, e o progresso do progresso faz do progresso um conceito reflexivo processual que enterrou o que havia de estático na ideia de *perfeição*.¹

O historiador suíço Jacob Burckhardt, hoje cultuado por seu clássico *A Cultura do renascimento na Itália* (1860), botou num papel datado de 6 de novembro de 1867 que ele pretendia usar como introdução à história das revoluções liberais (isto é, dos regimes constitucionais que estavam na origem do seu próprio tempo), uma frase que resumia seu objeto de estudo: “O principal fenômeno dos dias de hoje é o sentimento do provisório”. Dois anos depois, alegorizou a ideia. “Assim que nos conscientizamos de nossa situação, nos achamos num navio mais ou menos frágil que flutua numa onda entre milhões de outras. Também alguém poderia dizer: essa onda, em parte, já somos nós mesmos.” Segundo a alegoria temporal de Burckhardt, o instável e o provisório afetam a constituição das coisas feitas pelo homem (a onda bate no navio) e a subjetividade do próprio homem que faz as coisas (*a onda somos nós mesmos*). Algo

¹ Reinhart Koselleck escreveu diversas vezes sobre o assunto. Ver o seu *Begriffsgeschichten: Studien zur Semantik und Pragmatik der politischen und sozialen Sprache*. Com contribuições de Ulrike Spree e Willibald Steinmetz e posfácio de Carsten Dutt. Frankfurt: Suhrkamp, 2006, p. 159-181. A sua “Einleitung”. In: Otto Brunner, Werner Conze e Reinhart Koselleck (orgs.). *Geschichtliche Grundbegriffe. Historisches Lexikon zur politisch-sozialen Sprache in Deutschland*. Stuttgart: Klett-Cotta, 1972, vol. 1, p. XIII-XXVII. E ainda *Estratos do tempo: estudos sobre história. Com uma contribuição de Hans-Georg Gadamer*. Trad. de Markus Hediger. Frankfurt: Suhrkamp, 2000, p. 121-164. As críticas à categoria têm sido mais empíricas do que conceituais e parecem antes convalidar aquilo mesmo que buscam contestar. Ver Theo Jung, “Das Neue der Neuzeit ist ihre Zeit: Reinhart Kosellecks Theorie der Verzeitlichung und ihre Kritiker”. In: *Zeichen des Verfalls: Semantische Studien zur Entstehung der Kulturkritik im 18. und frühen 19. Jahrhundert*. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 2012, p. 56-72.

que outro escritor do século 19 traduziu na frase *tudo o que é estamental e estagnado evapora-se*, a qual os ingleses verteram para a fórmula, mais conhecida, *tudo o que é sólido desmancha no ar*.²

A escravidão negra estava entre as instituições mais sólidas do Novo Mundo. Não obstante, as Constituições dos Estados contemporâneos regularam-na tendo por fundo o regime de historicidade da temporalização moderna. Ao combaterem a coisa que a ameaçava em vez de perenizar a coisa ameaçada, elas exigiram dos atores escravistas que confiassem mais nas convenções extratextuais que nos próprios textos, mais na política que nas regras básicas da política, mais na construção constitucional do governo que na Constituição dele. Que, caso a escravidão se provasse necessária através das décadas e até dos séculos, vencessem o jogo jogando, em vez de vencê-lo antes de a partida começar. As lacunas constitucionais eram muitas. Na Constituição federal dos Estados Unidos, nenhuma palavra sobre o tráfico negreiro interestadual; nas Constituições do Brasil e da Espanha, nenhuma sobre o transatlântico. Na dos Estados Unidos, nenhum limite à emancipação dos escravos nos territórios (estágio de organização jurisdicional de uma área anterior ao do Estado), nas do Brasil e da Espanha, nenhuma palavra contra a ação do Parlamento sobre o cativo em geral. Esses brancos nos aparatos locutórios constitucionais estão longe de suportar uma leitura arbitrária, do tipo *se a Constituição não diz, digo eu*. Por um lado, eles são preenchidos por atos ilocutórios constituintes (barganhas, permutas, negociações). Por outro, ambos – os aparatos e os atos, as convenções verbais e as não verbais – constroem um campo semântico meio fechado, meio aberto, suscetível a releituras que nascem da combinação dos conflitos sociais, das disputas políticas nacionais e das conjunturas globais. É, portanto, com os fios, muito precisamente fiados, de silêncio das Constituições que se trama, e se pode tramar, o tecido barulhento da política nacional.³

² Jacob Burckhardt. *Weltgeschichtliche Betrachtungen: über geschichtliches Studium. Historische Fragmente*. Leipzig: Dieterich'sche Verlagsbuchhandlung, 1985, p. 479, 493-494. Karl Marx e Friedrich Engels. *Manifest der Kommunistischen Partei*. Berlin, RDA: Dietz, 1989, p. 49. A expressão literal é “corporativo e estagnado”, com jogo sonoro na aliteração dos vocábulos: *Ständische* e *Ständig*. Daí a opção por *estamental e estável* em vez de *corporativo e estável*. A fórmula norte-americana, adotada no século 19, se consagrou no livro de Marshall Berman. *All that is Solid melts into Air: The Experience of Modernity* (1982). Nova York: Penguin, 1988 (*Tudo o que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. Trad. Carlos Felipe Moisés e Ana Maria L. Ioriatti. São Paulo: Companhia das Letras, 1986).

³ Uma boa introdução à determinante não textual do sentido dos textos é Maurice Merleau-Ponty. *A prosa do mundo*. Trad. Paulo Neves; introd. Claude Lefort. São Paulo: Cosacnaify, 2012, p. 37-92. A referência inescapável é John L. Austin. *How to Do Things with Words*. Oxford: Clarendon Press, 1962.

Para entender como se joga o jogo jogado, é preciso identificar as fontes de poder dos jogadores escravistas sobre o gerenciamento dos Estados. Num estudo clássico a respeito da escravidão antiga e da ideologia moderna, o historiador Moses Finley propôs a classificação de todas as sociedades que conheceram o regime de trabalho escravo em dois tipos, o das *sociedades com escravos*, que toleravam a presença do cativo dentro de seus limites, regra quase universal até o século 18, e o das *sociedades escravistas*, nas quais a relação entre escravo e senhor ocupava um lugar tão nuclear, que modelava a dinâmica de todas as outras relações sociais. A Atenas clássica, as zonas centrais da Roma Antiga (do século 2 AC ao século 4 DC), as ilhas caribenhas agroexportadoras dos impérios ultramarinos europeus, o Sul dos Estados Unidos e o Brasil são os exemplos mais bem acabados de sociedades escravistas. Finley não levou em conta o papel do Estado na tipologia que criou. Especialista em economia greco-romana, nem precisava fazê-lo. A economia de mercado do longo século 19, porém, inscrita num sistema interestatal bem estruturado que inexistia no Mundo Antigo, solicita que se dê o passo que Finley não deu como condição para identificar as fontes de poder dos escravistas sobre o governo dos Estados que os governavam.⁴

As três últimas sociedades escravistas da história mundial foram o Sul dos Estados Unidos, a ilha de Cuba e o Império do Brasil. É notável que cada uma delas tenha seguido um regime político distinto no decurso do século 19, na forma de república, colônia ou monarquia, porém a distinção inicial mais importante entre elas esteve em suas respectivas inserções na jurisdição política a que pertenciam. No Império do Brasil, caso único no mundo contemporâneo, as fronteiras da sociedade escravista coincidiram com as fronteiras do Estado nacional; em Cuba e nos Estados Unidos, os limites das sociedades escravistas eram menores que os das jurisdições nas quais se inscreviam, sendo regidas por governos que também administravam espaços livres e até antiescravistas. O Brasil do século 19 foi, portanto, uma sociedade escravista de soberania plena, um aglomerado político e econômico no qual a jurisdição nacional coincide com o escravismo. A ilha de Cuba e o Sul dos Estados Unidos, não. Foram sociedades escravistas semissoberanas, aglomerados nos quais o escravismo determina uma unidade política e econômica que é sobredeterminada por uma jurisdição nacional.

⁴ Moses Finley. *Escravidão antiga e ideologia moderna* (1ª ed. em inglês, 1980). Trad. de Norberto Luiz Guarinello. Rio de Janeiro: Graal, 1991; ver também Fábio Duarte Joly. *A escravidão na Roma antiga: política, economia e cultura*. São Paulo: Alameda, 2005.

A distinção, e somente a distinção, explica o desenlace de dois dos principais problemas que as Constituintes enfrentaram na Era das Revoluções: o da cidadania e o da proporcionalidade parlamentar. Nos espaços onde o Estado em construção gerenciava áreas mistas, com sociedades escravistas e sociedades não escravistas, foi impossível adotar uma concepção uniforme e nacional de direitos políticos. Nos Estados Unidos, os critérios de qualificação eleitoral tiveram de ser repassados aos Estados particulares. Foram federalizados. Na França, o ensaio de uniformização constitucional da cidadania detonou a Revolução de Saint-Domingue. No império espanhol a insistência no mesmo objetivo – por parte dos peninsulares – tornou a Constituição uma pedra mal digerida no estômago dos hispano-cubanos que começou a ser rejeitada na década de 1820, com a instituição do regime das faculdades onímodas na ilha. E no Brasil? Caso não fosse uma sociedade escravista de soberania plena, um espaço onde a escravidão era universal, estendia-se de fronteira a fronteira, atravessava todos os grupos sociais, teria de escolher de duas uma: ou a unidade nacional da cidadania teria fragmentado o país (via francesa) ou a unidade do país teria federalizado a cidadania (via norte-americana). O peso universal do escravismo no Brasil foi a condição de existência da cidadania brasileira, e a aceitação ecumênica de uma mesma concepção de cidadania apertou os liames da nossa unidade nacional nos planos social, ideológico e identitário.

O assunto da proporcionalidade parlamentar era mais espinhoso porque não podia ser federalizado. Ele tinha de valer de modo igual para todos, a fim de impedir que espaços particulares inchassem por conta própria sua representação política nacional. Mas como adotar a mesma regra demográfica para espaços demograficamente distintos? Nas sociedades escravistas semissoberanas, o problema nunca se resolveu de verdade, engordando o mais temido monstro do século, o separatismo. A regra norte-americana dos três quintos foi politizada a cada entrevero seccional da república até 1861, da Crise do Missouri à fundação do segundo Partido Republicano. No império francês, sua rejeição empurrou o problema do poder político dos escravistas para o campo da cidadania, e o fim da história se tornou conhecido de todos. A opção hispânica pela nulidade dos escravos e negros livres na contagem da proporcionalidade terminou de dissolver uma estrutura política que já se esboroava, além de estar na origem da própria definição da cidadania espanhola, o maior desconforto constitucional dos hispano-cubanos. No Império do Brasil, bem, no Brasil o problema não foi um problema. Ou melhor: foi um não-problema. O assunto passou de indefinido a

esquecido e de esquecido a incógnito. Somados, esses eventos atlânticos invertem o *decifra-me ou devoro-te* da esfinge: quem decodificou a proporcionalidade por diversidade de interesses, foi engolido pelo separatismo. Quem a ignorou, sofreu outros achaques, esse não. *Ignora-me ou devoro-te*, eis a fórmula do Brasil, possível, pensável, adotável e esquecível apenas numa sociedade escravista de soberania plena.

Então os proprietários de escravos dominam melhor o seu próprio destino numa sociedade escravista de soberania plena que nas sociedades escravistas semissoberanas? Eles são os jogadores mais poderosos que podem jogar o jogo jogado à vontade? A resposta seria sim, se seu país estivesse postado num sistema político internacional igualitário, homogêneo e constante, mais ou menos como a cidade imaginária e conceitual que Johann Heinrich Von Thünen descreveu em seu *Der isolierte Staat* (*O Estado isolado*, 1826, um livro ainda sem tradução no mercado editorial luso-brasileiro). Na realidade, a soberania nacional é função do sistema interestatal moderno, uma rede de Estados soberanos que limita a soberania dos Estados que a compõem de forma hierárquica, desigual e cambiante. Essa rede e a posição relacional que se ocupa nela condicionam a segunda grande fonte de poder dos escravistas no jogo jogado que as Constituições da Era das Revoluções não puderam determinar de antemão.⁵

Tal como ocorreria durante as duas Guerras Mundiais, as Guerras Revolucionárias criaram condições sistêmicas para que os Estados Unidos acumulassem capital numa escala sem precedentes. Por cerca de vinte anos (o dobro de tempo dos desastres do século 20), a república deteve o virtual monopólio do volumoso comércio entre a Europa e o Caribe e montou a segunda maior frota mercantil do sistema-mundo capitalista. Com a Compra da Louisiana, realizada graças à geopolítica dos conflitos e ao capital que a república vinha acumulando, os Estados Unidos interiorizaram o Caribe anglo-francês como fonte de riqueza e poder no momento em que o coração da primeira escravidão – a colonial – começava a parar de bater. Nova Orleans se tornou o rico ponto de encontro entre exportação de bens primários e importação de manufaturas para o qual a comunidade mercantil da Nova Inglaterra, Nova York e Pensilvânia transferiu seu monopólio depois de 1815. Graças ao capital mercantil acumulado por duas décadas e ao fim do abastecimento de manufaturas na Guerra Anglo-Americana (1812-1815), alguns Estados da jovem república atravessaram um processo de industrialização por substituição de importações, o primeiro das Américas, algo parecido com que ocorreu

⁵ Johann Heinrich Von Thünen. *Der isolierte Staat in Beziehung auf Landwirtschaft und Nationalökonomie* (1826). Introd. de Heinrich Waentig. Jena: G. Fischer, 1910, p. 11-263.

no Brasil por ocasião da I Guerra Mundial (1914-1918). Todos esses fatores – acúmulo de capital, crescimento da frota mercantil, expansão das fontes de riqueza, industrialização –, associados ao fato de a Guerra Anglo-Americana ter acabado numa espécie de empate técnico, reposicionaram os Estados Unidos para cima na hierarquia do sistema-mundo capitalista no momento em que o mundo era redesenhado no Congresso de Viena.

Os Estados Unidos se tornaram uma fonte de poder sistêmico, um dado relativamente duradouro do sistema internacional que amplifica o poder de barganha dos atores de determinada jurisdição política. Mas o fato é que, se o sistema põe, os homens é que dispõem. E quem poderia dispor, na ordem mundial pós-napoleônica, dessa nova fonte de poder sistêmico? Os hispano-cubanos? Os brasileiros? Desde a década de 1790 Cuba estava inserida nas redes de poder e capital dos Estados Unidos, e a Crise do Missouri, ao reorientar a perspectiva de expansão territorial do escravismo norte-americano do eixo norte-sul para o leste-oeste, fortaleceu a posição política dos hispano-cubanos nos quadros da monarquia hispânica. Eles eram uma minúscula minoria escravista num império cuja metrópole era livre. Ainda assim, protegidos pela sombra dos Estados Unidos, arrancaram do governo central tudo o que pediram depois de 1815: liberdade de comércio, autonomia na regulação das aduanas, continuação do tráfico negreiro sob a forma de contrabando, regime de faculdades onímodas. E os escravistas brasileiros, eles também podiam dispor do que a ascensão dos Estados Unidos havia posto?

Desde 1808 a América portuguesa se inseriu nas redes de poder e capital da Grã-Bretanha. A parceria, se de um lado a protegeu dos embargos comerciais das Guerras Revolucionárias, de outro a lançou num bilateralismo sem alternativas que enfraqueceu o poder de barganha dos luso-brasileiros já durante os conflitos (tratado de 1810), na ordem mundial pós-napoleônica (tratados de 1815 e 1817) e ainda mais o dos brasileiros depois de 1822. Com Napoleão apeado do poder e a independência do Brasil, o Rio de Janeiro de D. João VI ou de D. Pedro I se defrontou com sua alternativa essencial: recuperar a soberania alfandegária perdida em 1810 e suprimir o tráfico negreiro ou manter o tráfico negreiro e continuar sem soberania alfandegária. Sempre que foi colocada perante a questão, a Coroa optou por rifar as pautas de importação. Os escravistas brasileiros ficaram desprovidos do poder de manipular uma parte vital de suas alfândegas e, no fim de 1830, perderam também o comércio negreiro transatlântico

em larga escala. Nesses quesitos, a única sociedade escravista de soberania plena era menos soberana que as sociedades escravistas semissoberanas do início do século 19.

Dado que o sistema-mundo é cambiante, uma fraqueza estrutural pode se tornar, no médio prazo, uma vantagem comparativa, e foi isso o que ocorreu com o Império do Brasil na ordem mundial pós-napoleônica. Com a extensão da legalidade do comércio negreiro até 1830, a economia escravista cafeeira se consolidou no Vale do Paraíba, e o país se tornou líder na produção mundial de café (1828), colhendo mais que a soma dos segundo e terceiro colocados em 1834, ano de mercantilização dos grãos das mudas de cafeeiros plantadas até o fim do tráfico legal. Ao mesmo tempo, a perda da autonomia alfandegária levou à abertura irrestrita das praças mercantis brasileiras a negociantes estrangeiros. Os capitalistas norte-americanos cresceram o olho nas condições encontradas no Rio de Janeiro: ausência de navios brasileiros empregados no comércio de longo curso, baixas tarifas alfandegárias, massificação da produção cafeeira que empurravam os preços de compra para baixo por excesso de oferta. E reproduziram no Vale do Paraíba o esquema comercial que tinham montado na bacia caribenha: venda de farinha de trigo, compra de café, transporte de ida e volta em navios norte-americanos e domínio da fretagem. Ao longo dos anos vinte, o café cada vez mais barato comprado por eles, até então majoritariamente reexportado para a Europa, se tornou uma bebida de consumo difundido nos Estados Unidos, assentando uma das bases materiais do livre-cambismo que estourou na Crise da Nulificação (assunto do Capítulo 5, abaixo).

Como temos visto até aqui, as políticas nacionais produzem transformações no sistema mundial e, numa sequência imprevisível de bate e rebate, são transformadas pelas transformações que elas produzem no sistema mundial. Por sua vez, o sistema mundial faz o mesmo: produz transformações nos espaços nacionais e é transformado pelas transformações que ele produz nos espaços nacionais. Há aí uma trinca interativa que muda no tempo: a arena global, as jurisdições políticas e o modo por que ambos se relacionam. De 1790 a 1815, com uma tendência inercial que se prolongou até 1830, a composição dos espaços políticos e dos fluxos de bens e capitais no sistema mundial unificou as trajetórias dos Estados Unidos e da ilha de Cuba, porém a mais antiga sociedade escravista das Américas, o Brasil, ainda vagava despregada do novo eixo de gravidade geopolítica que se formava no Atlântico Norte. Como veremos a seguir, a reorganização do sistema internacional segundo a lógica do mercado integrado de commodities da periferia depois de 1815 pôs o Brasil na órbita daquele eixo em meados da década de 1830, e o escravismo do primeiro século 19, até então um conjunto de

partes relativamente dispersas, renasceu como um subsistema do sistema mundial. Um subsistema escravista liderado pelos Estados Unidos. De um sistema global antiescravista gerenciado pela Grã-Bretanha.

Parte II

“Nosso mercado é o mundo”:
escravidão e o mercado integrado
de commodities da periferia,
1815-1846

Introdução

“Ouvi de fontes seguras que aquela confiança olha para a influência moral que [a emancipação escrava nas Antilhas Britânicas] possa ter na relação entre senhor e escravo nos outros países; e que põe em expectativa a emancipação universal da raça africana.”

Aaron Vail, diplomata norte-americano em Londres, 1833

“É tão grave essa questão hoje em dia que M. M. Duffie, governador da Carolina do Sul, a denuncia, em sua mensagem ao Legislativo anexada sob o número 2, como uma justa causa de sua separação da União se o Congresso continuar admitindo petições para a abolição da escravidão.”

Calderón de la Barca, diplomata espanhol em Washington, 1836

“Os abolicionistas, não contentes em mandarem papéis incendiários aos Estados onde existe escravatura, recorreram por fim ao Congresso. Depois de viva oposição do Sul, [decidiu-se que] todas as petições, memoriais, resoluções etc. relativos à escravatura fossem adiados indefinidamente.”

Cavalcante e Albuquerque, diplomata brasileiro em Washington, 1836

Os três fragmentos que você acaba de ler são instantâneos que capturam a mais importante novidade política do sistema mundial para os espaços escravistas americanos entre a Independência do Haiti (1804) e a Guerra Civil dos Estados Unidos (1861). Em 20 de agosto de 1833, o Palácio de Westminster, casa do Parlamento britânico, inventara um modo de emancipar os homens da escravidão que ainda não tinha registro na história da humanidade. Para que os africanos cruzassem o seu Mar Vermelho em busca da liberdade, não era mais preciso esperar séculos de morosa mudança social, a exemplo dos antigos que viveram o declínio do império romano, nem passar pela rápida subversão revolucionária da ordem social, como os haitianos de Toussaint Louverture. Bastava que um Estado cumprisse o papel histórico de reger sua emancipação de cima para baixo, mantendo os níveis de produtividade das plantations com um sistema bem organizado de trabalho livre. Se o experimento se provasse exitoso, incutiria nas demais nações sua lição civilizatória. “Vocês reforçam os grilhões dos escravos de outras terras”, um abolicionista exortou aos gritos os recém-emancipados das Antilhas Britânicas, “se confirmarem a acusação de que, quando não forem compelidos à força ao trabalho como eles são, serão ociosos como eles”. Com o precedente estabelecido, talvez agora, talvez logo depois outras metrópoles (França e Espanha) e outros países

(Estados Unidos e Brasil) iam seguir o exemplo de Londres e fazer do século 19 o século da liberdade.¹

O *Act for the Abolition of Slavery* de 1833 também foi mais que o tranquilo ponto de chegada da racionalidade do Estado moderno. Assim que o Congresso de Viena (1815) estendeu uma paz internacional de cem anos sobre o centro da Europa, a resistência coletiva dos escravos nas colônias e a ação social dos antiescravistas na metrópole formaram um nexo explosivo de reforço mútuo que desaguou ao mesmo tempo no ciclo de revoltas escravas do Caribe Britânico (Barbados, 1816; Demerara, 1823; Jamaica, 1831-32 – sem contar o aumento sistemático das fugas dos escravizados) e num modelo de mobilização em massa no outro lado do Atlântico, o movimento abolicionista. Ambos puseram os homens de Westminster na defensiva e, embalados por um decisivo momento de reformismo político metropolitano, protagonizaram a memorável conquista de 1833.²

Tudo somado, a emancipação escrava nas antigas colônias britânicas podia adquirir três sentidos sistêmicos na arena global. Fornecer exemplo de campanha social aos homens livres, dar novo sentido à ação antiescravista dos próprios escravizados e colocar sobre a mesa do mundo uma nova agenda civilizatória para os Estados modernos. Em termos conceituais, o abolicionismo, ao propor a redistribuição entre os escravizados dos bens geridos exclusivamente pelo Estado (o poder político no campo da cidadania), ameaçou restituir aos subalternos da escravidão o peso de classe social que a Era das Revoluções tinha criado e que a fundação dos Estados modernos procurara anular. O diplomata norte-americano Aaron Vail tinha razão em se perguntar qual efeito a abolição de 1833 teria “na relação entre senhor e escravo nos outros países”. A resposta à questão, porém, não é tão direta como a pergunta faz supor. O sucesso sistêmico do abolicionismo como senha para redefinir o monopólio dos bens simbólicos e materiais geridos pelo Estado dependia, além das ações locais, de variáveis que nem os abolicionistas nem nenhum dos atores contemporâneos eram capazes de

¹ Apud Seymour Drescher. *The Mighty Experiment: Free Labor versus Slavery in British Emancipation*. Oxford: Oxford University Press, 2002, p. 144.

² Gelien Matthews. *Caribbean Slave Revolts and the British Abolitionist Movement*. Baton Rouge: Louisiana State University Press, 2006; Mary Turner. *Slaves and Missionaries: The Desintegration of Jamaican Slave Society, 1787-1834*. Barbados: The University of West Indies Press, 1998; e Emília Viotti da Costa. *Coroas de Glória, Lágrimas de Sangue. A rebelião dos escravos de Demerara em 1823*. (1ª ed. em inglês, 1994). São Paulo: Companhia das Letras, 1998. Para uma análise do reformismo e do abolicionismo na Grã-Bretanha, Robin Blackburn. *The Overthrow of Colonial Slavery*. Londres: Verso, 1988, p. 419-472 (*A queda do escravismo colonial*. Trad. Maria Beatriz de Medina. Rio de Janeiro: Record, 2002).

controlar. Desde 1815 o sistema mundial vinha se reorganizando segundo a lógica do mercado integrado de commodities da periferia. Ao longo dos anos, a nova conjuntura global acelerou o deslocamento do eixo imperial britânico do Atlântico para o Índico e intensificou as pressões competitivas globais sobre as zonas escravistas nas Américas. Foi no interior desses rearranjos que se definiram as virtualidades e os limites do abolicionismo britânico como movimento sistêmico contra a escravidão dos negros.

Se Paris foi a capital do século 19, a Grã-Bretanha foi a sua metrópole. Núcleo pulsante da Revolução Industrial em 1780, a mecanização do processo produtivo têxtil deu-lhe uma gigantesca vantagem comparativa sobre as potências do Atlântico Norte, a ponto de o valor de suas exportações de tecidos de algodão para o resto da Europa aumentar mais de 20 vezes em apenas vinte e cinco anos. Para uma sociedade que vinha passando por uma profunda transformação no mercado interno havia décadas, o arranque industrial fez do controle mundial das finanças uma questão de tempo e oportunidade. No meio das Guerras Revolucionárias, Londres abandonou o padrão-ouro, inundando de letras de câmbio as transações comerciais internacionais, enquanto o resto da Europa se fechava sob o domínio da França (Introdução da Parte I, acima). Depois de derrotar Napoleão, a Grã-Bretanha concentrava o maior parque manufatureiro, a maior oferta de liquidez e o maior peso político no sistema-mundo capitalista. Tamanho predomínio lhe deu status de poder hegemônico, e Westminster, com o passar dos anos, veio a gerenciar uma área muito maior que os pontos hachurados que indicam seus domínios formais nos tradicionais mapas escolares. O conglomerado mundial britânico incluía estatutos políticos diversos, desde possessões jurídicas (Jamaica, Bengala) a colônias de povoamento (Austrália, Nova Zelândia), protetorados (Reino de Mosquito, Egito) a praças militares ultramarinas (Gibraltar), portos francos (Xangai) a países engessados por tratados de comércio (Império do Brasil). Não sem razão, um especialista chamou essa enorme mancha espacial de hinterlândia da City.³

Hegemonia significa muito poder, não poder infinito. A paz mundial de Viena recorreu as soberanias no Atlântico, permitindo que elas dessem respostas individuais, porém reciprocamente condicionadas, à reorganização da economia global sob a

³ O conceito de império informal entrou na agenda de pesquisa sobre o império britânico do século 19 graças ao artigo de John Gallagher e Ronald Robinson, “The Imperialism of Free Trade”. *The Economic History Review*, New Series, vol. 6, núm. 1 (1953): 1-15. Para a citação, John Darwin. *The Empire Project: The Rise and Fall of the British World-System, 1830-1970*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009, p. 10. Para um balanço historiográfico da ideia de império formal e a proposta de uma definição mais restrita da expressão (focada na formação de elites), Gregory A. Barton. *Informal Empire and the Rise of One World Culture*. Houndmills, Grã-Bretanha: Palgrave Macmillan, 2014, p. 1-47.

liderança britânica. Os Estados coloniais, golpeados pelas revoluções atlânticas, precisavam controlar importações a fim de equilibrar suas balanças comerciais, desfalcadas da revenda em grande escala dos artigos coloniais que usavam receber. Por sua vez, as regiões dotadas de capital e tradição manufatureira como Mulhouse (Alsácia francesa), Barcelona (Espanha), Ghent (Bélgica), Wiesenhal (Baden) e Chemnitz (Saxônia) tinham crescido durante o Bloqueio Continental e, depois de 1815, precisavam de impostos altos para se proteger contra a invasão dos panos britânicos. No campo europeu, milhares de veteranos de guerra retornavam a suas casas para a criação de animais de abate e o plantio de cereais (trigo), e o simples livre comércio perturbaria as relações sociais agrárias numa Europa cansada de guerra. Pouco a pouco, os Estados que tinham poder para fazê-lo (França, Espanha, alguns reinos germânicos e, para os cereais, até a Grã-Bretanha) ergueram barreiras alfandegárias estrategicamente escolhidas para a defesa setorial de suas economias domésticas. Tomado em seu conjunto, o protecionismo seletivo do centro e da semiperiferia – que aceitava o livre comércio do café, mas não o dos cereais; que aceitava o livre comércio do algodão, mas não o dos tecidos de algodão – reordenou a economia global ao abrir uma conjuntura de mercado integrado mundial de commodities das zonas periféricas.

O cenário pós-napoleônico não se confunde com o da conjuntura inflacionária de integração complementar dos mercados imperiais (Introdução da Parte I, acima). Integração do mercado de commodities implica aumento expressivo da competição direta no conjunto da economia-mundo capitalista e, por isso, pode ser medida pelo declínio nas diferenças dos preços internacionais. Em vez de descrever trocas de distintas mercadorias dentro do mesmo espaço político (como no Antigo Regime), a expressão designa trocas de mercadorias semelhantes entre espaços políticos distintos. A regra valeu depois de 1815? Segundo os economistas Kevin O'Rourke e Jeffrey Williamson, a integração do mercado de commodities não começou antes da invasão da Europa por grãos norte-americanos no último terço do século 19, data que alguns especialistas estão recuando até o fim da década de 1830. Esse enquadramento, de O'Rourke, Williamson e seus revisionistas, descreve com propriedade a troca de mercadorias do centro do capitalismo (trigo e manufaturas), mas não conta a história dos artigos tropicais da periferia. Na esteira de Waterloo, decisões tomadas nos dois lados do Atlântico criaram um ambiente institucional de competição direta e livre-cambismo que levou ao ajuste e convergência de preços para artigos como algodão, café e, em parte, açúcar. O conceito de mercado integrado mundial de commodities da

periferia descreve a ordem pós-napoleônica de modo mais preciso que os de livre mercado ou de integração internacional do mercado de commodities. Esses dois últimos se ajustam melhor à conjuntura global aberta com a revogação das Corn Laws na Grã-Bretanha em 1846.⁴

Depois de 1815, o império britânico vazou sua hegemonia no molde feito pelas decisões protecionistas dos poderes não hegemônicos. Para conciliar seus saltos de industrialização com as barreiras tarifárias do centro e da semiperiferia, lobistas e políticos da City apostaram numa política externa que abria a fórceps mercados na periferia independente (América ibérica) e criava, se necessário aos tiros, mercados na periferia colonizada (subcontinente indiano). De 1820 a 1850, a Índia sozinha foi responsável por um terço da taxa de expansão das vendas dos bens de algodão da Grã-Bretanha para o exterior e, na metade do século, absorvia quase 20% dos exportados pela metrópole. Graças ao imperialismo formal e informal, os tecidos de algodão puderam continuar representando cerca de 40% do total das vendas estrangeiras da Grã-Bretanha entre 1815 e 1845.⁵ A fome por algodão cru cresceu insaciável:

Fonte: James A. Mann. *Cotton Trade of Great Britain: its Rise, Progress and Present Extent*. Londres: Simpkin, Marshall & Co./Manchester: Joseph Thompson & Son, 1860, p. 112.

⁴ Kevin O'Rourke e Jeffrey Williamson, "From Malthus to Ohlin: Trade, Industrialisation and Distribution Since 1500". *Journal of Economic Growth*, vol. 10 (2005): 5-34; e *Globalización e Historia: La Evolución de la Economía Atlántica en el Siglo XIX*. Zaragoza: Prensas Universitarias de Zaragoza, 2006; Paul R. Sharp, "1846 and All That: the rise and Fall of British Wheat Protection in the Nineteenth Century". *Agricultural History Review*, vol. 58, núm. 1 (2010): 76-94. David S. Jacks, "Intra- and International Commodity Market Integration in the Atlantic Economy". *Explorations in Economic History*, vol. 42 (2005): 381-413.

⁵ Dados sobre a Índia, P. J. Cain, "Economics and Empire: The Metropolitan Context". In: Andrew Porter (org.). *The Oxford History of the British Empire. Vol. IV: The Nineteenth Century*. Oxford: Oxford University Press, 1999, p. 31-50. Para as exportações de 1815 a 1845, Ralph Davis. *The Industrial Revolution and British Overseas Trade*. Atlantic Highlands, Nova Jersey: Humanities Press, 1979, p. 15.

A conjuntura do mercado integrado mundial de commodities da periferia também enformou a dinâmica das sociedades escravistas. Uma das medidas que a Grã-Bretanha adotou para sobreviver à ordem mundial pós-napoleônica foi a restauração do padrão-ouro em 1819, vital para manter a credibilidade internacional da libra esterlina e segurar os preços domésticos. Visto que as letras de câmbio sobre Londres tinham se tornado o principal meio de pagamentos internacionais desde as Guerras Revolucionárias, a conversibilidade no Banco da Inglaterra contraiu a liquidez em escala atlântica. O *Bill for the Resumption of Cash Payments*, associado ao protecionismo seletivo no Atlântico e a outros ajustes de mercado, se provou uma das causas do declínio geral dos preços internacionais nas décadas subsequentes, ajudando a empurrar a economia-mundo para uma típica contração de Kondratieff que durou até meados do século.⁶ Índices dos preços de atacado da cesta de consumo nos Estados Unidos replicaram, em nível local, o recuo das cotações globais:

Fonte: *Historical Statistics of the United States: Colonial Times to 1970* Washington, D. C.: Government Printing Office, 1975, vol. 1, série E 52, p. 200-201. Espaços em branco devidos às lacunas na série.

O gráfico é um espelho das relações dos Estados Unidos com a Grã-Bretanha. Os preços da cesta de consumo, majorados pelas Guerras Revolucionárias, mantiveram-se altos em função da política monetária frouxa do Banco da Inglaterra, estouraram durante a Guerra de 1812 e despencaram depois da volta do padrão-ouro em 1819. A montanha-russa, porém, não foi igual para todos os produtos dos Estados Unidos. Os

⁶ Anna Gambles. *Protection and Politics: Conservative Economic Discourse, 1815-1852*. Suffolk: The Boydell Press, 1999, p. 89-116.

preços do algodão de fibra curta negociados em Nova York no mesmo período comportaram-se desta maneira:

Fonte: *Historical Statistics of the United States*, vol. 1, série E 52 e E 126, p. 200-201 e 206-207. Espaços em branco devidos às lacunas nas séries.

De acordo com o gráfico, o algodão subiu mais que a subida média na alta e desceu mais que a descida média na baixa. A maior amplitude de suas oscilações se deve ao fato de ser uma mercadoria altamente comercializada no cenário internacional, o que a tornava sujeita a maiores especulações tanto na ponta da oferta como na ponta da demanda. Sua comparação com a evolução do valor da farinha de trigo negociada em Nova York reforça a hipótese:

Fonte: *Historical Statistics of the United States*: séries E 124 and 126, p. 206-207.

O gráfico aduz três padrões de curva de preços reais (deflacionados). Nas Guerras Revolucionárias, a farinha de trigo e o algodão encontraram escoadouros expressivos no exterior, e seus respectivos valores variaram em uníssono (padrão 1). Na década de 1820 suas curvas de preço começaram a descrever uma grande divergência. À medida que a linha do algodão cru entrou numa trajetória descendente por pressão do mercado livre global (padrão 2), a farinha de trigo, redirecionada para a demanda interna dos Estados Unidos, encontrou preços mais estáveis e previsíveis (padrão 3). Os distintos padrões de preço do trigo e do algodão na conjuntura do mercado integrado mundial de commodities da periferia parece um jogo de soma zero: a desvantagem do padrão 2 se corrige pela demanda enorme da economia global, a vantagem do padrão 3 se reduz pela dimensão limitada da economia doméstico. Entretanto, esse jogo de soma zero alterou a composição de seus respectivos espaços sociais conforme a lógica dos preços das mercadorias. Nos Estados de Nova York, Ohio, Indiana, Michigan e Illinois, lavradores pequenos e médios conseguiram navegar as águas mais calmas do mercado doméstico. No Sul, a história se escreveu de outro jeito. Com a máxima probabilidade, no Brasil e em Cuba também.

Não há séries de índice de preços aos consumidores brasileiro e cubano do século 19 que permitam a construção de gráficos semelhantes para o café do Vale do Paraíba e o açúcar da Planície de Artemisa. É necessário trabalhar por inferência, justapondo as curvas indexadas do preço nominal de venda dos dois artigos, nas praças do Rio de Janeiro e de Havana, com a do preço nominal de venda do algodão negociado em Nova York.

Fonte: para o açúcar e o café, , *Letter from the Secretary of the Treasury of the United States...* 1822-1860. Para o algodão, *Historical Statistics of the United States: Colonial Times to 1970, Part I*. Bureau of the Census, 1975: series E 126.

A descida na montanha russa foi parecida para os artigos feitos por mãos escravas que circulavam nos espaços do mercado internacional livre ou quase livre. Até 1821 os preços anuais médios de venda do algodão, açúcar e café tinham permanecido mais ou menos estáveis no alto patamar a que haviam chegado no fim da expansão inflacionária da economia-mundo capitalista (1750s-1815), em particular na fase das Guerras Revolucionárias. A cotação do algodão iniciou sua tendência de baixa em 1819, ano de aprovação do *Act for Resumption of Cash Payments* e de uma crise financeira nos Estados Unidos, ao passo que a do café iniciou sua jornada de queda um pouco mais tarde, em 1823, depois que a conversibilidade britânica se completara (1821). O açúcar se seguiu por mais tempo. Diferenças à parte, o Gráfico 18 apresenta, para a década de 1820, uma depressão nos preços do algodão, do café e, de modo mais suave, do açúcar. Descreve, ainda, outra descida que abarcou as três commodities ao mesmo tempo (a partir de 1837-1838), durou mais (até 1845/1850/1855, conforme o produto) e se revelou mais intensa (os preços que retomaram fôlego no meio do século estavam apenas um pouco acima do fundo atingido nos anos 1820). Se o índice de preços da cesta de consumo no Brasil e em Cuba variou igual à dos Estados Unidos ou acima dela (o que é provável, dado a pressão inflacionária que ambos os espaços sofriam), entende-se por que a cultura dos artigos da Segunda Escravidão (café, algodão, açúcar) prometia, aos proprietários, um céu de opulência e um inferno de dívidas.

A depreciação acentuada dos artigos feitos por escravos que entravam nos circuitos mercantis mundiais teve duas consequências, uma para composição dos espaços sociais nas zonas produtivas, outra para a distribuição geográfica da Segunda Escravidão. No nível local, a queda do lucro por preço unitário concentrou o negócio nas mãos de quem podia ganhar em escala (grandes fazendeiros), marginalizando proprietários de pequenas escravarias e lavradores não escravistas. Esse argumento se reforça com o exame da evolução de dois enclaves de plantation que se formaram mais ou menos ao mesmo tempo, o condado de Madison (Vale do Tennessee no norte do Estado de Alabama) e a vila de Bananal (Vale do Paraíba paulista). Enquanto 75% das residências no condado de Madison eram desprovidas de escravos em 1809, apenas 45% permaneceram assim em 1830. Entre os escravistas, pequenos proprietários (1-5 cativos) caíram de 68% para 50%, médios proprietários (6-20) aumentaram de 30% para

37%, e grandes fazendeiros (mais de 20) avançaram de 2% para 13%. Já os cafeicultores de Bananal, que não possuíam mais de 10 escravos por proprietário em 1816, apresentaram média superior a 42 no período 1830-1860. E os que detinham mais de 20 perfizeram quase 38% do total do grupo escravista dos quais há inventários post-mortem. Concentração de riqueza e de renda é tendência bem conhecida nas sociedades escravistas (e não só nelas), mas seu ritmo e sua intensidade ganham sentido mais claro quando contextualizados. A hiperinflação da integração complementar dos mercados imperiais fizera a economia do Novo Mundo parecer um funil com sua boca para cima: vários investidores entrando nela, com a possibilidade estrutural de saídas modestas em volume (Introdução da Parte I, acima). O livre mercado e a tendência deflacionária de 1815 a 1845/1850 inverteram a posição do funil. Agora, poucos tinham condições de entrar no mercado internacional e os que o faziam eram induzidos a produzir em massa a fim de sobreviver.⁷

Vender muito por pouco salvava da bancarrota, mas o remédio também era veneno. Ampliar a escala de operações aumentava a oferta, o que derrubava os preços, o que ampliava a escala de operações, o que aumentava a oferta, o que derrubava os preços e assim por diante, num círculo vicioso e viciante de remédio e veneno que a livre iniciativa e o livre mercado administravam àqueles que jogavam o jogo sem ter como alternativa mercados coloniais (a exemplo da Grã-Bretanha) ou domésticos (outros países do primeiro escalão). Enquanto a conjuntura de 1815 a 1845 absorvia, em sua face protecionista, o crescimento simultâneo das indústrias em diversos países, ela forçava para fora do mercado, em sua face livre-cambista, as zonas agrárias menos competitivas, aumentando a desigualdade regional com mais intensidade na periferia que no centro. O algodão cru dos Estados Unidos desbancou o algodão cru brasileiro na primeira das duas ladeiras das curvas de preço do Gráfico 18 (até 1820 o artigo liderara o valor das exportações do Brasil); o açúcar cubano fez o mesmo com o brasileiro na segunda; o café brasileiro paralisou a expansão do cubano na primeira descida e o empurrou para fora dos trilhos na segunda. Se a tônica da montagem da Segunda Escravidão fora diversificar – e não especializar –, no auge da Segunda Escravidão a tônica foi especializar – e não diversificar. A hiperespecialização geográfica das áreas escravistas, a generalização dos centros manufatureiros em diversos países e a

⁷ Daniel S. Dupre. *Transforming the Cotton Frontier: Madison County, Alabama, 1800-1840*. Baton Rouge/London: Louisiana State University Press, 1997, p. 20, 35-39; e Breno A. S. Moreno. *Demografia e trabalho escravo nas propriedades rurais cafezeiras de Bananal, 1830-1860*. Mestrado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2013, p. 87-111.

orientalização do império britânico foram fenômenos paralelos que evoluíram em função de uma tendência global comum, a conjuntura do mercado integrado mundial de commodities da periferia.

Agora é possível perguntar de novo: de que modo os três significados do *Emancipation Bill* (estímulo à resistência antiescravista dos escravizados, modelo de mobilização social para os homens livres, agenda para a redistribuição dos bens públicos geridos pelo Estado) seriam absorvidos nas sociedades escravistas do Novo Mundo? Ele conseguiria desencavar o potencial de classe dos subalternos da escravidão que a fundação dos Estados contemporâneos havia lutado por soterrar? A resposta está nas fissuras abertas entre o exercício do poder hegemônico pela Grã-Bretanha e os limites que lhe foram impostos pelos poderes não hegemônicos. Ali é que abolição e cativo, abolicionismo e escravismo, ação escrava e reação escravista adquiriram sentido social sistêmico na arena global e sentido social específico nos espaços políticos particulares.

A urdidura dos eventos é simples. O protecionismo das principais potências mundiais induziu à reorganização imperial britânica na periferia do sistema-mundo, o imperialismo britânico criou fôlego para o avanço da indústria têxtil na metrópole, e esse conjunto dinâmico abriu e contraiu espaços estruturais para o abolicionismo. Por um lado, a remodelagem imperial britânica abriu a perspectiva de crescimento econômico sustentado no conjunto do império mesmo com o risco de fracasso econômico no experimento da emancipação escrava caribenha. Isto é, os britânicos libertaram os cativos do Caribe tendo espaço para deslocar o eixo dinâmico de seu extenso império do Ocidente para o Oriente: a ordem mundial pós-napoleônica reforçou as virtualidades do abolicionismo dentro da Grã-Bretanha. Em compensação, dado que a reorganização imperial britânica significou aumento contínuo do consumo de algodão, ela intensificou a exploração do trabalho na zona algodoeira escravista norte-americana. Com as divisas criadas pelas exportações do Sul, os Estados Unidos obtiveram capital para importar mais café e mais açúcar, sendo sua a maior taxa mundial de crescimento do consumo per capita dos dois artigos no século 19. Mecanização no centro, protecionismo manufatureiro nos países centrais, imperialismo na periferia, equilíbrio macroeconômico dos Estados Unidos e expansão da fronteira do açúcar em Cuba e do café no Brasil, tudo isso enfraqueceu o movimento abolicionista como modelo para os homens livres, estímulo para os escravizados e agenda para os Estados: a ordem mundial pós-napoleônica impôs limites ao abolicionismo fora da Grã-Bretanha.

Para que a linha empinada do Gráfico 14 fosse, mais que um desenho curioso, uma dramática realidade, era preciso agir (já que as conjunturas não agem por si). Os atores escravistas dos Estados Unidos enfrentaram o desafio de ser competitivos num mercado global seletivamente livre e, ao mesmo tempo, esfumçar do horizonte de expectativa a, nas palavras de Aaron Vail, “emancipação universal da raça africana”. Tiveram, noutras palavras, de construir uma *política da escravidão*. Às vezes a expressão é entendida na historiografia como o campo social das decisões que defendem interesses coletivos dos proprietários. Essa definição é correta, porém inespecífica. Em primeiro lugar, aplica-se ao século 17 como ao 19. No Antigo Regime, quando uma metrópole estimulava o tráfico negreiro transatlântico ou beneficiava os proprietários, apenas regulava um mundo existente. No século 19, não. Perante a universalização dos direitos inalienáveis do homem e a inscrição do escravismo no regime de historicidade da temporalização moderna (Conclusão da Parte I, acima), não bastava regular. Era preciso proteger. A distinção entre regular e proteger marca, na política, a diferença entre escravidão no mundo colonial e escravidão no mundo contemporâneo. Em segundo lugar, a acepção genérica de política da escravidão confunde ações pontuais reiteráveis com reiteração constante das ações. Nos capítulos a seguir, a expressão *política da escravidão* não designa qualquer ação pública em favor do cativo, mas um *modo de direção do Estado* resultante de iniciativas privadas e decisões públicas que protegeram a expansão do escravismo, em nome do interesse público, contra o avanço do movimento abolicionista. É possível vislumbrar traços de uma defesa política da escravidão nas Constituintes e nos pactos sociais dos anos vinte, analisados na Parte I (acima). Porém, só com a ascensão do abolicionismo anglo-saxão é que a defesa política da escravidão se consolidou como um modo de governar – como uma política da escravidão – nos Estados Unidos, no império espanhol e na monarquia brasileira.⁸

Dado que a arena global, as jurisdições políticas e o modo por que ambos se relacionam mudam interativamente no tempo, um dos aspectos mais extraordinários da conjuntura mundial pós-napoleônica foi a enorme evolução no entrosamento entre os espaços escravistas americanos. Quando, por exemplo, os escravistas do Sul dos Estados Unidos lutaram no Congresso federal por reduzir barreiras tarifárias protecionistas que encareciam seu custo de vida e apagar os significados do *Emancipation Bill*, eles fizeram muito mais do que achavam que estavam fazendo.

⁸ Definição ampla de política da escravidão retirada de Gavin Wright. *Slavery and American Economic Development*. Baton Rouge: Louisiana State University Press, 2006, p. 8.

Embora os efeitos mais notáveis de sua atuação – a Crise da Nulificação, a Gag Rule (regra da mordança) e a dinâmica do segundo sistema partidário norte-americano – pareçam se esgotar nas páginas de uma história nacional de reação antiabolicionista, os três espaços estavam atingindo um nível de integração direta intenso demais para que os arranjos de uns deixassem de afetar os arranjos dos outros. A troca, é claro, foi assimétrica. Pelo peso do Sul dentro dos Estados Unidos e dos Estados Unidos dentro do sistema mundial, por alguns anos o que foi bom para a classe senhorial norte-americana em sua luta contra o abolicionismo também foi bom para as classes senhoriais de outros espaços do Novo Mundo. Já a recíproca, verdadeira embora, é menos exata.

A história que se conta nas próximas páginas é a da unificação política e econômica das três vanguardas da escravidão nas Américas como um subsistema do sistema mundial na conjuntura do mercado integrado de commodities da periferia. Num nível, ela foi plenamente percebida por seus atores. “Papéis incendiários” e “justa causa de separação” são termos dos reacionários norte-americanos que, anotados nos despachos diplomáticos, brasileiros e hispano-cubanos aprenderam a usar em seu confronto duplo com o antiescravismo local e com a agenda antiescravista britânica. Noutro nível, seu significado foi obtuso para os que a viviam. Os sulistas não tinham em mente a vizinha colônia da Espanha ou o longínquo Império do Brasil quando travaram muitas de suas maiores batalhas verbais no Capitólio, ao fim das Avenidas Pensilvânia e Independência, em Washington. Os escravistas brasileiros e hispano-cubanos não captaram, de uma vez, o conjunto das implicações da guerra tarifária da república para a integração de mercado entre suas respectivas economias e a dos Estados Unidos. “Os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem como querem”, adverte um dos mais famosos aforismos de *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*. Dir-se-ia que, por vezes, tampouco a conhecem ainda quando eles mesmos a fazem.⁹

⁹ Karl Marx, “Der achtzehnte Brumaire des Louis Bonaparte” (1852). In: *Werke*. Berlin, RDA: Dietz, 1960, vol. 8, p. 115. Na mais recente tradução brasileira: “Os homens fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade”. *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*. Tradução e notas de Nélcio Schneider; prólogo de Herbert Marcuse. São Paulo: Boitempo, 2011, p. 25.

Capítulo 5

A política da escravidão nos Estados Unidos

“Caso não conte com nossa firmeza”, escreveu um obscuro Brutus da Carolina do Sul em 1827, “o Sul cairá submetido, de um lado, à tributação do Congresso sobre os nossos bolsos e, de outro, à sua interferência direta ou indireta no assunto da escravidão.” Brutus era pseudônimo de Robert Turnbull, um advogado filho de imigrantes que escrevera contra a escravidão e a pena capital na juventude, tornara-se fazendeiro na Carolina do Sul em 1810 e condenara 34 pessoas à morte em 1822 por suposto envolvimento num complot escravo, a Conspiração de Denmark Vesey. Na série de artigos de 1827, recolhidos no livro *The Crisis: or Essays on the Usurpation of the Federal Government*, Turnbull identificou nos interesses manufatureiros e no antiescravismo do Norte as verdadeiras ameaças à prosperidade dos Estados sulistas, pois os julgava, à luz do que ocorria na Grã-Bretanha, terra de seu pai, fenômenos imparáveis, apoiados por um círculo cada vez mais amplo de apaixonados. Diante dos desafios, Turnbull, o fazendeiro, consultou Turnbull, o advogado, e este montou uma estratégia de defesa radical para o Sul composta de três passos. Sustentar o livre comércio e a escravidão no campo do direito constitucional para tolher a ação do Congresso. Se insuficiente, apelar para a resistência estadual à execução das leis federais. Ainda não dando, abrir caminho para a independência nacional, de sua Carolina ou de todo o Sul. Com o tempo, as três atitudes evoluíram para três palavras de ordem: constitucionalismo, nulificação, secessão.¹

Supernova na constelação moderada que foi a política oitocentista, o radicalismo senhorial da Carolina do Sul atraiu, e atrai, a atenção dos especialistas. Nos estudos dedicados às suas origens e consequências, é uso entendê-lo como reação direta à montagem do abolicionismo no Norte dos Estados Unidos ou como reação indireta à invenção da democracia de massa na república. Ampliando a análise, alguns historiadores medem o peso que nele também tiveram a demanda por algodão cru e o antiescravismo da Grã-Bretanha. Em comum, uns e outros concluem que o radicalismo, fracassado na arena política nacional dos anos trinta, ganhou corpo aos poucos até virar uma causa maior na explosão separatista que engoliu a república em 1860-1861.²

¹ Brutus [Robert Turnbull]. *The Crisis: or Essays on the Usurpation of the Federal Government*. Charleston: A. E. Miller, 1827 (citação no artigo n. 28, p. 139); e *A visit to the Philadelphia Prison*. Dublin: Napper, 1798, p. 28 (“A escravidão, meu amigo, aproxima-se rapidamente do fim na Pensilvânia; eu espero que receba logo seu golpe mortal. A liberdade, a humanidade e a razão já decretaram seu fim.”). Sobre Turnbull, Alan F. January, “The South Carolina Association: An Agency for Race Control in Antebellum Charleston”. *South Carolina Historical Magazine*, núm. 78 (jul. 1977): 191-201.

² Para análises que, embora discordantes, partilham o enquadramento político nacional, Lacy K. Ford Jr. *Origins of Southern Radicalism: The South Carolina Upcountry, 1800-1860*. Nova York: Oxford University Press, 1988, p. 99-145; William W. Freehling. *The Road to Disunion. Vol. 1: Secessionists at*

Nas próximas páginas, argumento que a política norte-americana não começa nem se esgota nos Estados Unidos. Não começa: depois de baquear a troca internacional de cereais no Atlântico Norte por controle da demanda, o mercado integrado mundial de commodities da periferia entrou no seu segundo tempo, o da contração de preços dos artigos tropicais por massificação da oferta. A reorganização da economia mundial colocou os proprietários da república em posições antagônicas, conforme o lugar que ocupavam na divisão internacional do trabalho, na discussão sobre a definição federal das barreiras alfandegárias. Quase ao mesmo tempo, a ascensão de um movimento social pelo fim da escravidão (abolicionismo) na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos ameaçou devolver aos subalternos da escravidão o potencial de classe social que a Era das Revoluções havia criado e que os Estados liberais tinham suprimido. No fim dos anos vinte, os proprietários de escravos haviam sido acuados nos dois lados do Atlântico por uma série de derrotas parlamentares nos assuntos da tarifa (Estados Unidos) e da escravidão (Grã-Bretanha).

As duas experiências dos reveses senhoriais do Atlântico Norte corroeram a confiança que uma parte dos escravistas do Sul depositava na política do dia a dia, nos acordos de corredores do Congresso, na dimensão ilocutória da Constituição federal. Eles passaram a calcular que, se novos atores sociais – manufactureiros e abolicionistas – podiam desrespeitar a parte não escrita do combinado de 1787, então precisavam transformar o conteúdo da sua parte escrita com uma polêmica leitura constitucional do tipo ame-a ou deteste-a, que fazia da Constituição uma vulgata do livre-cambismo e uma bíblia da escravidão. Sua visão não foi aceita na maior parte da república, mas foi o suficiente para impactar o Congresso. Em 1833 o Legislativo federal trocou o modelo tarifário protecionista por outro mais aberto ao livre-cambismo e, devido às lacunas da concepção estreita do repertório de constitucionalização, oficializou o antiabolicionismo

Bay, 1776-1854. Oxford University Press, 1990, p. 1-352; John Ashworth. *Slavery, Capitalism, and Politics in the Antebellum Republic. Vol. 1: Commerce and Compromise, 1820-1850*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995, p. 192-288; William Cooper Jr. *Liberty and Slavery: Southern Politics to 1860* (1983). Colúmbia, CS: University of South Carolina Press, 2000, p. 170-182, 208 passim; David Ericson. *The Debate over Slavery: Antislavery and Proslavery Liberalism in America*. New York; London: NY University Press, 2000; e Manisha Sinha. *The Counterrevolution of Slavery: Politics and Ideology in Antebellum South Carolina*. Chapel Hill: The University of North Carolina, 2000, p. 1-62. As abordagens que integram a Grã-Bretanha como elemento central de análise são Brian Schoen. *The Fragile Fabric of Union: Cotton, Federal Politics, and the Global Origins of the Civil War*. Baltimore: The John Hopkins University Press, 2009, p. 23-196; David Brion Davis. *Inhuman Bondage: The Rise and Fall of Slavery in the New World*. Oxford: Oxford University Press, 2006, p. 268-296; Edward Rugemer, “Caribbean Slave Revolts and the Origins of the Gag Rule: A Contest between Abolitionism and Democracy, 1797-1835”. In: John Craig Hammond e Matthew Mason. *Contesting Slavery: The Politics of Bondage and Freedom in the New American Nation*. Charlottesville e Londres: University of Virginia Press, 2011, p. 94-116.

como uma agenda do Estado para inocular o efeito de classe que o abolicionismo injetava nas relações sociais de trabalho do Sul.

A política norte-americana tampouco se esgota nos Estados Unidos: os dois arranjos redefiniram, respectivamente, o mercado global de produtos tropicais e a recepção mundial da emancipação escrava que se experimentava nas Antilhas britânicas. Ajudaram, em especial, a remodelar as relações entre Estado e sociedade nos outros espaços escravistas mais dinâmicos da América, o Império do Brasil e a ilha de Cuba.

*

Começemos a análise do problema pelo assunto das tarifas nacionais. De 1790 a 1815, o período de crise da integração complementar dos mercados imperiais, a economia norte-americana passara por uma profunda metamorfose. O alto preço do trigo estimulava o avanço de seu cultivo ao longo da calha do Hudson no Estado de Nova York, no Baixo Vale do Delaware (Pensilvânia e Maryland), na Virgínia e nas paragens que escoavam pela via hidrográfica Ohio-Mississippi (sul de Ohio, Kentucky, Tennessee). Nas Guerras Revolucionárias, o cereal assumiu a liderança isolada das exportações norte-americanas, deixando para trás as vendas do algodão e as reexportações do café e do açúcar antilhanos. Ao mesmo tempo, negociantes do Norte, debaixo do escudo da neutralidade declarada pelo Congresso nas Guerras Revolucionárias, tinham ampliado suas operações ao fazer dos Estados Unidos um centro de redistribuição, uma espécie de câmara de compensação de produtos europeus para mercados americanos e de artigos americanos para mercados europeus. No caos de 1799 a 1808, eles receberam em frete 2,8 milhões de dólares por ano (7% do valor dos bens físicos domésticos exportados) e montaram uma frota mercantil equivalente a quase dois terços da britânica. Negociantes são uma casta de homens elásticos. Com a Guerra de Anglo-Americana de 1812 impedindo o uso de seus navios em alto-mar e barrando a importação de manufaturas nos Estados Unidos, eles aplicaram seu capital na ampliação mecanizada de antigos centros manufatureiros têxteis em Nova Jersey, Pensilvânia, Nova York e Massachusetts. Sua matéria-prima em tempos de cólera e carestia? O algodão do Sul.³

³ Introdução da Parte I (supra).

Plantado nos solos de rochas metamórficas do Piemonte (interior da Geórgia e das Carolinas), nos solos calcários negros da *Black Prarie* (Alabama e Mississippi) e nas terras aluviais do Baixo Vale do Mississippi; cultivado num violento sistema de trabalho capaz de conciliar baixa densidade demográfica e intenso mercado fundiário especulativo; vegetal que deu à unidade fisiográfica das planícies costeiras de depósitos sedimentares cretáceos uma unidade geocológica toda peculiar, o algodão herbáceo de fibra curta também alimentou a economia do Norte nas esferas das finanças, do comércio marítimo e da produção. Foi objeto de atividades de firmas de Nova York que concorriam com as britânicas (os Baring Brothers, por exemplo) na emissão de letras de câmbio a comissários radicados no Sul, os quais antecipavam instrumentos monetários ou mercadorias aos senhores de escravos, que, por sua vez, empenhavam a remessa do algodão futuro à teia estabelecida pelas firmas situadas no topo do circuito do capital. A mercadoria destinada a Manhattan pagava fretes em navios pertencentes a empresários radicados no Norte. Uma vez inspecionada, se ela não seguisse para Liverpool (destino de 85% da safra), abastecia o incipiente setor manufatureiro de Nova Jersey, Nova York, Pensilvânia e Massachusetts. A frase soa exagerada, mas é de uma triste exatidão: produtos feitos por escravos garantiram a acumulação de capital mercantil no Norte dos Estados Unidos e o êxito do primeiro processo de industrialização por substituição de importações das Américas.⁴

Com a paz de Viena em 1815, a ordem mundial que nasceu dela continuou a guerra por outros meios, abrindo uma conjuntura de integração do mercado de commodities da periferia que atingiu o coração do complexo econômico desenvolvido nos Estados Unidos desde 1790 (trigo-algodão-café-açúcar-navegação-manufatura). O liberalismo que sobreviveu a Napoleão, chamado de liberalismo centrista por Immanuel Wallerstein, se caracterizou por defender liberdade econômica e regime representativo sem confundi-los com livre comércio e voto universal. Sua elasticidade adaptou-se às mais diversas demandas sociais no Atlântico. As ex-potências coloniais (França e

⁴ Para a integração econômica entre o Norte e o Sul e o impacto das altas finanças sobre a organização da economia algodoeira, John R. Killick, “The Cotton Operations of Alexander Brown and Sons in the Deep South, 1820-1860”. *The Journal of Southern History*, vol. 43, núm. 2 (maio, 1977): 169-194; Richard Holcombe Kilbourne Jr. *Slave Agriculture and Financial Markets in the Antebellum America: The Bank of the United States in Mississippi, 1831-1852*. London: Pickering and Chatto, 2006; Walter Johnson. *River of Dark Dreams: Slavery and Empire in the Cotton Kingdom*. Cambridge, Mass: Belknap Press, 2013; Edward Baptist. *The Half that Has Never Been Told*. Nova York: Basic Books, 2014; e Sven Beckert. *Empire of Cotton: a Global History*. Nova York: Alfred Knopf, 2014, p. 199-242. Para o padrão de ocupação especial do escravismo norte-americano, chamado aqui de geografia locacional da escravidão, Capítulo 2 (supra).

Espanha), desidratadas de sua função reexportadora de artigos americanos, buscaram na restrição das importações o reequilíbrio de suas contas externas. Manufatureiros do Continente, que tinham prosperado durante o Bloqueio Continental, e grandes proprietários rurais, que esperavam retomar a produção comercial de cereais, souberam pedir nos novos canais do sistema representativo alfândegas altas contra a invasão dos tecidos britânicos e do trigo norte-americano. Num jogo sistêmico, protecionismo puxa protecionismo. De 1818 a 1826 França, Prússia, Áustria, Baden, Württemberg e Rússia elevaram suas tarifas sobre peças de algodão. Assim também na agricultura. As Cortes da Espanha passaram sua famosa lei dos cereais em 5 de agosto de 1820 influenciadas pelo sistema de escala deslizante (*l'échelle mobile*) que o Parlamento francês tinha aprovado em 1819. A *échelle* fora, ela mesma, motivada por uma nova Corn Law aprovada no outro lado do Canal da Mancha.⁵

A Grã-Bretanha tinha enveredado pelo protecionismo seletivo quatro anos antes. Assim que bateu Napoleão, Londres promoveu o comércio anglo-americano reduzindo as alíquotas sobre o algodão importado e assinando um tratado com Washington que diminuía as tarifas de tonelagem cobradas dos navios engajados no corredor comercial entre os dois países. Todavia, os britânicos agiram rápido para proteger seu mercado doméstico metropolitano e suas praças mercantis coloniais. Ainda em 1815 publicaram a lendária Corn Law que virou do avesso o sistema de admissão de cereais estrangeiros. Até ali a importação do trigo ficava a critério do negociante, sujeito a pesada taxaçaõ apenas quando os preços domésticos caíam para baixo de 60 xelins por quarto (0,94 litro). Pela nova lei, a importação de trigo ficava simplesmente proibida se a média dos preços locais não estourasse o improvável teto de 82,5 xelins por seis semanas seguidas. Um historiador econômico concluiu que “até 1815 o comércio de cereais foi ‘praticamente livre’”, ao passo que a nova norma era tão protecionista, que “os portos ficaram quase sempre fechados desde sua passagem até 1825”.⁶ O efeito do protecionismo agrário britânico, seguido de perto por outros países europeus, aparece

⁵ Protecionismo manufatureiro, Beckert, *The Empire of Cotton*, p. 157-158. Protecionismo agrícola, Josep M. Fradera, “El comercio de cereales y la prohibición de 1820 (el caso del mercado catalán)”, *Agricultura y sociedad*, 30, 1984, p. 137-168; Domingo Gallego Martínez, “La formación de los precios del trigo en España (1820-1869)”, *Historia Agraria*, núm. 36 (ago., 2005): 263-285; e Percy Ashley. *Modern Tariff History: Germany, United States, France*. Pref. de R. B. Haldane. Londres: Murray, 1904, p. 277-279.

⁶ Paul R. Sharp, “1846 and All That: The Rise and Fall of British Wheat Protection in the Nineteenth Century”, *Agricultural History Review*, vol. 58 (2010): 76-94 (citação na p. 77); e Wray Vampley, “The Protection of English Cereal Producers: The Corn Laws Reassessed”, *The Economic History Review*, vol. 33, núm. 3 (ag. 1980): 382-395. Para a competição anglo-americana, Brian Schoen. *The Fragile Fabric of Union*, p. 97-98.

com a máxima nitidez na comparação do comércio exterior norte-americano de cereais e algodão realizado no início do século 19:

Fonte: Ver Gráficos 1 e 4. E *Letter from the Secretary of the Treasury of the United States for the year ending the 30th September, 1822*. Washington: Gales and Seaton, 1823, p. 78-82 e 84-85; *Report from the Secretary for the year ending [...] 1823*, p. 80-84 e 86-87; *Letter from the Secretary of the Treasury of the United States for the year ending [...] 1824*, p. 196-200 e 204-205 .

A comercialização internacional de cereais produziu mais capital que a do algodão entre 1803 e 1815. Até 1808 seu principal destino foram as Antilhas, desabastecidas das suas respectivas metrópoles por conta das Guerras Napoleônicas. De 1809 em diante ela se reorientou para a Península Ibérica para aprovisionar as tropas locais e britânicas que resistiam aos franceses (sim, de 1812 a 1814 os norte-americanos deram tiro nos ingleses na América e trigo aos ingleses na Europa). Na ordem mundial pós-napoleônica, os portos europeus se fecharam para os cereais norte-americanos, os quais passaram a operar segundo a lógica do mercado interno da república, isto é, atendendo a uma demanda agregada menor, porém flutuando em curvas de preço mais estáveis. O algodão, por sua vez, beneficiou-se do livre comércio e arrancou para a dianteira na balança comercial, posição que manteve até a Guerra Civil de 1861.

O ramo das reexportações também baqueou nos Estados Unidos depois de 1815. Com a paz de Viena, as potências marítimas europeias, entre elas as cidades hanseáticas, o reino da Holanda (que incluiu a Bélgica até 1830), a França e os reinos italianos, retomaram suas conexões atlânticas e romperam o monopólio que a república tinha usufruído *de facto* nas décadas anteriores. O gráfico abaixo retrata o impacto da

reorganização europeia do comércio de longo curso sobre o conjunto das vendas norte-americanas para o estrangeiro:

Fonte: gráfico anterior.

De novo, a Grã-Bretanha participou do movimento e seu peso nas trocas mundiais deu o que falar. Westminster excluiu as Antilhas do acordo anglo-americano de 1815 sobre a tonelagem naval, com vistas a coibir o comércio bilateral entre os Estados Unidos e suas colônias do Caribe. Washington alarmou-se. Segundo analistas do governo, com esse esquema a frota mercantil britânica podia transportar manufaturas aos Estados Unidos, partir de lá carregada de artigos para o Caribe e voltar à Europa levando o açúcar das Antilhas ou o “algodão, arroz e tabaco” dos portos próximos de “Charleston, Savana e New Orleans”. Não estavam errados. De 1815 a 1817 a marinha mercantil do Norte sofreu recuo de 15% na exportação do algodão do Sul. Dado dramático. Os capitalistas, tolhidos pelo fechamento do mercado internacional do trigo e pela reabertura da competição internacional no Caribe, dependiam como nunca do algodão para estivar seus navios e tecer suas fortunas. Que fazer?⁷

O protecionismo seletivo europeu encontrou os norte-americanos banhados no óleo inflamável do nacionalismo. Eles tinham acabado de escapar de uma derrota humilhante para a Grã-Bretanha na Guerra Anglo-Americana de 1812, a qual revelara a

⁷ Wray Vampley, “The Protection of English Cereal Producers”; e “Commercial Intercourse with Foreign Nations”, parecer da Comissão de Comércio da Câmara dos Representantes, lido em 15 de março de 1822. In: *American State Papers. Documents, Legislative and Executive, of the Congress of the United States. Commerce and Navigation*. Washington: Gales and Seaton, 1834, vol. 2, p. 646 (parecer nas p. 632-657).

fragilidade de sua estrutura de transportes e de seu sistema monetário. Agora temiam que o protecionismo dos europeus sufocasse o dinamismo de sua economia doméstica. Com novos tempos pedindo novas visões, o presidente virginiano reeleito, James Madison, apresentou ao Congresso um plano de reordenamento econômico liderado pelo governo federal. Segundo Madison, a União devia licenciar um novo banco nacional (o primeiro expirara em 1811) capaz de estabilizar a oferta monetária, que fugira ao controle dos bancos estaduais na Guerra Anglo-Americana. Precisava financiar um sistema federal de estradas e canais devidamente esparramado entre as regiões do país a fim de apertar os laços econômicos entre o Norte e o Sul, no interior como na costa atlântica. E devia aprovar leis com o propósito de amalgamar interesses e capitais num sólido mercado doméstico, tomando por base o modelo de desenvolvimento britânico. Madison granjeou aplausos. O Congresso habilitou o (segundo) Banco dos Estados Unidos em 1816. Passou no ano seguinte um Ato de Navegação que nacionalizou o transporte do algodão do Sul para os trapiches de Nova York. E proibiu em 1818 a frota mercantil britânica de operar entre os portos americanos e as West Indies, pulverizando daqueles o café e o açúcar destas, o que abriu espaço para Brasil e Cuba. A política econômica nacionalista durou até o início dos anos trinta e recebeu nome na época: American System. Tudo o que é patrioteiro ilude. Se o plano por acaso chegou a sistema, nunca se reduziu a americano.⁸

A causa do American System, como a do protecionismo na Europa, radicava no prospecto da economia mundial depois da paz de Viena. “Durante quase toda a existência dos Estados Unidos”, disse o congressista Henry Clay, “moldamos nossa indústria, nossa navegação e nosso comércio tendo por referência uma extraordinária guerra na Europa e mercados estrangeiros”. Eles “não existem mais”. Agora, era preciso criar dentro do país condições para um mercado interno que compensasse a restrição dos externos. Uma Comissão de Agricultura da Câmara dos Representantes integrada por deputados da Virgínia, Pensilvânia e Nova York, três importantes celeiros de trigo e dois dos principais galpões manufatureiros da república, costurou num único raciocínio

⁸ Songho Ha. *The Rise and Fall of the American System: Nationalism and the Development of the American Economy, 1790-1837*. Pickering & Chatto, London, 2009 (para um bom enquadramento da questão); Daniel Walker Howe. *What Hath God Wrought: The Transformation of America, 1815-1848*. Oxford: Oxford University Press, 2008, p. 79-82 (sobre Madison); Brian Schoen. *The Fragile Fabric of Union*, p. 97-98 (Navigation Act). E James Madison, “Eighth Annual Message to Congress” (1816). In: *Addresses and Messages of the Presidents of the United States, Inaugural, Annual, and Special from 1789 to 1846, with a Memoir of each of the Presidents, and a History of their Administration; also the Constitution of the United States, and a Selection of Important Documents and Statistical Information*. Org. de Edwin Williams. Nova York: Edward Walker, 1846, v. I, p. 333-339.

os interesses agrários e industriais. “Necessariamente adianta os interesses da agricultura qualquer coisa que aumente o consumo de seus produtos, seja em casa ou no estrangeiro”. Subindo “as tarifas sobre diversos produtos importados nos Estados Unidos”, a Comissão explicou, “nossa população empregada nas manufaturas dependerá do lavrador para a sua subsistência, criando uma mais perfeita divisão do trabalho entre nós”. Esse, o lado do “consumo interno” da história. A respeito do “consumo externo”, que incluía o algodão, a Comissão sentenciou com frieza clínica: “as outras nações consumirão nossas matérias-primas sempre que forem incapazes de fazê-las melhor”. O sentido de *melhor*: mais e mais baratas.⁹

No alcance máximo do conceito, o American System se define como uma releitura (da economia política clássica) que buscava no Estado o meio de incorporar à jurisdição norte-americana as condições de mercado que as Guerras Revolucionárias tinham criado fora dela. Seus defensores achavam que o outrora Leviatã devia promover a economia doméstica, pois acreditavam que ela era capaz de acomodar, numa escala nacional, a divisão internacional do trabalho que enriquecera os Estados Unidos por um quarto de século (1791-1815) e que a nova ordem mundial aniquilara. O revisionismo alterou o sentido social do livre comércio. Chave-mestra dos mercados externos que os norte-americanos usavam valendo-se do status de neutros durante as guerras, a noção deu uma volta em U depois de 1815. “Tenho dito que o sistema nominalmente chamado de ‘livre comércio’”, acusou Henry Clay, “tão séria e eloquentemente recomendado para nós, é uma restauração do sistema colonial britânico, imposto a nós pela Grã-Bretanha durante nossa vassalagem colonial”. A frase, de 1832, é um balanço tardio do cenário global pós-napoleônico. Desde o fechamento das praças continentais europeias às suas manufaturas, a Grã-Bretanha vinha forçando a abertura de mercados na periferia independente (América do Sul) e na periferia colonial (subcontinente indiano). Os norte-americanos tiveram condições de usar seu Estado para resistir à política externa britânica. Os Estados Unidos haviam deixado, definitivamente, as fimbrias do sistema.¹⁰

Como qualquer plano econômico, o American System redistribuiu dividendos de forma desigual. Embora Pensilvânia, Nova York, Ohio, Indiana, Illinois, Kentucky,

⁹ Henry Clay. *Speech in Support of an American System for the Protection of American Industry*. Washington: Columbian Office, 1824, p. 4-5; e “Protection to Agriculture”, núm. 704, 19 de março de 1824. In: *American State Papers. Documents, Legislative and Executive, of the Congress of the United States. Finance*. Washington: Gales and Seaton, 1832, vol. 4, p. 494.

¹⁰ “Speech of Henry Clay in Defense of the American System, in the Senate of the United States, February 2, 3, and 6, 1832”. In: H. W. Furber. *Which? Protection, Free Trade or Revenue Reform: a Collection of the Best Articles on Both Sides of this Great National Issue, from the Most Eminent Political Economists and Statesmen*. Burlington, Iowa: I. F. Segner, 1888, p. 62-83 (citação na 71).

Virgínia e Maryland produzissem trigo, seus interesses divergiam. Os grandes Pensilvânia e Nova York, cujos negociantes dependiam do comércio exterior, tinham a ganhar desde que a queda nas importações fosse moderada. Se o esquema fosse bem equilibrado, ganhavam com a proteção de sua indústria, ganhavam com o alento à sua marinha mercante, ganhavam com o estímulo ao mercado doméstico. Kentucky, casa de um dos cérebros do esquema, Henry Clay, sofria competição europeia num dos seus frutos (cânhamo, matéria-prima para a indústria naval e têxtil) e protecionismo europeu no outro (trigo). Tarifas altas resolviam os dois problemas de uma tacada só. Os Estados e territórios típicos do trigo (Ohio, Indiana, Illinois) tendiam a beneficiar-se, ainda que seus fazendeiros pagassem mais caro pelas manufaturas nacionais. Virgínia e Maryland levavam menos, pois sua farinha de trigo, com maior teor de glúten, seguia encontrando boa demanda externa, em especial no Império do Brasil. Ademais, sua principal fonte de capital, o tráfico negreiro doméstico, se conjugava com a zona algodoeira do Baixo Sul e do Sudoeste. Os Estados e territórios do algodão (Carolina do Sul, Geórgia, Alabama, Mississippi), esses lucraram pouco ou nada, porque não tinham indústria nem marinha mercante nem trigo para proteger. Não obstante, Wilson Lumpkin, o escravista indiófobo da Geórgia, e John C. Calhoun, o futuro oráculo separatista da Carolina do Sul, cerraram fileiras com a teoria do crescimento econômico nacionalista baseado na demanda doméstica. 40% dos sulistas compraram a ideia do American System em 1816.

De início, a economia-mundo cimentou a aliança transeccional do Norte e do Sul. Com o passar dos anos, suas condições cambiantes a dilapidaram. Em 1816 a libra do algodão de fibra curta em Charleston (Carolina do Sul) foi negociada a 25,4¢ de dólar, preço de guerra. Quatro anos depois, caiu para 15,2¢. Em 1824 respirou em 17,9¢. Em 1828 beijou a lona: 8,4¢. Seu valor, preso à especulação do livre comércio mundial, sofria maior amplitude de oscilação que o preço médio no atacado dos principais itens de consumo dos Estados Unidos. Quando caía, caía mais. Quando subia, subia mais. Se de 1815 em diante a queda da cesta de consumo foi grande, nos anos vinte a do algodão foi muito maior. O problema se impunha com força aritmética: a mesma quantidade de algodão gerava menor capital em termos absolutos e relativos. Aos fazendeiros não restava alternativa senão ampliar a escala de produção e cortar gastos (com tecidos nacionais protegidos, por exemplo). Efeitos típicos da conjuntura de integração do mercado de commodities da periferia. Em contraste, metade das oficinas manufatureiras da Nova Inglaterra só respirava dentro da bolha do protecionismo. E o crescimento desigual do mercado interno, concentrado nos Estados do Médio Atlântico,

reforçou a posição financeira de Nova York no conjunto do comércio exterior da república. A cidade controlou 20% das exportações no quinquênio 1815-1819, 23,7% no seguinte e 30% de 1825 a 1829. Direções contrárias, sinais invertidos. O resultado foi um formidável choque de frente.¹¹

O Congresso dos Estados Unidos rediscutiu a pauta das alfândegas em 1820, 1824 e 1828, anos de seccionalização política iniciada com a Crise do Missouri. Na primeira revisão a bancada protecionista, animada com as alíquotas de 1816, quis subir a média delas de 25% para 33%, considerada elevada na época. Pela primeira vez os fazendeiros do Sul desertaram o American System. Recusaram-se a desembolsar mais capital por bens de consumo protegidos e diziam recear que a Grã-Bretanha retaliasse Washington beneficiando “o Brasil e as Índias Orientais, as quais agora podem abastecê-la” tal como o Brasil fizera na Guerra Anglo-Americana de 1812. Na Câmara dos Representantes, os sulistas atingiram coesão e coerência desconhecidos até na Crise do Missouri. Ao menos oito em cada dez tentaram diminuir as aduanas em 1820, em 1824 e em 1828. Excluídos os de Kentucky, Estado que tinha razões de sobra para alinhar-se com o Norte, o índice de oposição ao protecionismo manufatureiro chegou a 95% de seus votos válidos. Era uma bancada formidavelmente disciplinada. Mesmo assim, o Sul conheceu uma série de revezes no Congresso que não se reproduziria até as vésperas da Guerra Civil, isto é, uma experiência de derrotas parlamentares na qual uma minoria social (setor manufatureiro) levou de vencida uma poderosa falange política (bancada escravista) num assunto considerado estratégico para a região.¹²

De início os ideólogos que diziam que o Sul estava sendo empulhado excluíram do horizonte político a ideia de uma independência nacional. E assim foi até que, em 1827, dois discursos ampliaram a perspectiva da resistência parlamentar dos escravistas. Em uma oração proferida em 2 de julho na Câmara Municipal de Colúmbia, Carolina do Sul, Thomas Cooper, um imigrante inglês que admirara a Revolução Francesa e escrevera contra o tráfico negreiro no fim do século 18, mas que acabaria virando organizador de obras escravistas na década de 1830, advertiu que a desilusão com as derrotas parlamentares na questão das aduanas tinha chegado a um limite. Os sulistas

¹¹ Stuart Bruchey (org.). *Cotton and the Growth of the American Economy*, tabela 3P (preços do algodão), tabelas M e N (Nova York), p. 24-27.

¹² “Remonstrance against an Increase of Duties on Imports”, de Charleston, apud Schoen, *The Fragile Fabric of Union*, p. 113. Para as votações parlamentares, *Annals of Congress, House of Representatives* (daqui por diante, *AC, HR*), 14º Congresso, 8 de abril 1816, p. 1351-1352; *AC, HR*, 16º Congresso, 28 de abril 1820, p. 2139-2140; *AC, HR*, 18º Congresso, 16 de abril de 1824, p. 2429-2430; *Register of Debates* (de agora em diante, *RD*), *HR*, 20º, 22 de abril de 1828, p. 2471-2479.

havam esperado “por dez anos” que “as tarifas fossem por fim anuladas”. Agora, percebiam que suas “esperanças foram vãs”, pois o lobby dos manufatureiros, “perseverante, penetrante, insistente, fuçador, declarante, queixoso, peticionário, representante, tramoeiro, planejador, associativo e clubista”, se valia de “barganhas” para construir uma “maioria subserviente e manipulada no Congresso” capaz de dobrar “os fazendeiros em toda luta”. Em breve, advertiu, a riqueza do algodão acabaria no Norte e o mercado recém-conquistado da Grã-Bretanha seria perdido para outros competidores globais. Cedo ou tarde, o Sul teria de tocar no tabu da separação: “Senhores, antes do que se pensa deveremos ser obrigados a calcular o valor de nossa União; e perscrutar: qual é a vantagem que nos dá essa aliança tão desigual, pela qual o Sul tem sido o perdedor e o Norte, sempre ganhador?” Cooper era diretor do South Carolina College, viveiro de futuros secessionistas. Sua fala, todavia, era incipiente. Por mais contundente que fosse, referia a ideia da desunião sem dar-lhe desenvolvimento.¹³

Quem levou a palma da autoria do compêndio mais radical e completo sobre o tema foi o já mencionado Robert Turnbull. Seu livro, *The Crisis*, reuniu 22 artigos sobre as tarifas recém-publicados no *Charleston Mercury* e 11 peças inéditas que, afora a tarifa, também abordaram um fenômeno novo no Atlântico Norte, a articulação social coletiva pela supressão nacional da escravidão negra. O discurso antitarifário de Turnbull se baseou em lugares-comuns incidentes nas petições de Charleston e na fala de Cooper, entre eles o de que a posição ocupada pelo Sul no sistema mundial, embora hegemônica, era recente e insegura: “Tirem de nós este mercado [da Grã-Bretanha]” e “vamos fazer que nossos melhores consumidores procurem matéria-prima em outros lugares”. Já o tratamento precoce dado ao problema do abolicionismo em *The Crisis* distingue a obra de outros escritos da década. A alta voltagem que o assunto descarregou nas suas páginas se mede pela defesa do direito à secessão que elas contêm: uma, moderada, nos dois terços dedicados exclusivamente às tarifas; e sete, sem reboço, no terço restante. De fato, um dos maiores valores de *The Crisis* consiste em dar um enquadramento comum às derrotas do Sul na questão fiscal, à novidade do abolicionismo no Atlântico Norte e à independência sulista, deixando os leitores no fim do livro com duas perguntas martelando suas têmporas: uma minoria social (como a dos abolicionistas) seria capaz de vencer, novamente, um coeso bloco político no Congresso? Em caso afirmativo, daria para recuperar o terreno perdido em lições

¹³ “Speech of Dr. Cooper”, de 2 de julho de 1827. In: *Niles Weekly Register*, vol. 33 (set., 1827): 28-32 (citações, p. 29, 30 e 32).

parlamentares? A resposta de Turnbull era taxativa: “sempre que puserem a escravidão em discussão, digamos em alto e bom som ao Congresso – TIREM AS MÃOS DAÍ – cuidem da sua vida [...]. Não bastando, separemo-nos”. No campo do escravismo, um revés parlamentar e suas consequentes mudanças sociais eram irreversíveis, ao contrário das tarifas, submetidas a revisões quatrienais no Congresso.¹⁴

Se o abolicionismo redefiniu o sentido social da experiência parlamentar que o Sul provou quando espremido entre o American System e os preços do algodão no mercado integrado mundial de commodities da periferia, o próprio Congresso ajudara a definir o surgimento do abolicionismo nos Estados Unidos. Especialistas norte-americanos já traçaram um amplo conjunto de causas para explicar a formação de grupos radicais engajados na luta sem cartel contra a poderosa instituição do cativo na virada para a década de 1830. Segundo Charles Sellers, as revoluções de mercado e de transporte na Nova Inglaterra, que facilitaram o escoamento de cereais e acirraram a competição econômica no cenário agrícola doméstico, criaram um sentimento de insegurança social fértil à gestação de uma religiosidade reformista, chamada de “Segundo Grande Despertar”, a qual elegeu o aperfeiçoamento da vida coletiva como uma das formas de superação do pecado individual. Theodor Dwight Weld, os irmãos Lewis e Arthur Tappan e muitos outros reformistas do espírito ungiram sua causa elegendo a escravidão e a segregação racial como os maiores dos males corruptores da vida cristã. Outros especialistas acreditam que a revolução de mercado, levando ao assalariamento do trabalho no Norte, produziu uma complexa divisão social do trabalho que cunhou noções morais *sine qua non* para a ascensão do abolicionismo, como as de harmonia doméstica e superioridade econômica do trabalho livre sobre o escravo. Sem rejeitar essas explicações, os historiadores Paul Goodman e Richard Newman argumentaram que a resistência de escravos fugidos ou de negros livres à exclusão social que sofriam no Norte transportou reformistas brancos de uma plataforma moderada e gradualista para uma agenda de abolição irrestrita e imediata do cativo.¹⁵

¹⁴ Brutus [Robert Turnbull]. *The Crisis*, artigo n. 27, p. 115 e 137. O entendimento da secessão não como efeito involuntário de discórdias domésticas, mas como um direito estadual, está nas páginas 110 (artigo n. 22), 132-133 (26), 137 (27), 147 (30), 156 (32), 164-165 (33).

¹⁵ Charles Sellers. *The Market Revolution: Jacksonian America, 1815-1846*. Nova York: Oxford University Press, 1991, p. 202-236; e, baseados nele, David Brion Davis. *Inhuman Bondage*, p. 250-267 (moral religiosa), e John Ashworth. *Slavery, Capitalism, and Politics in the Antebellum Republic. Vol. 1*, p. 125-191 (ideologia do trabalho livre). Para a ação social dos negros e seu impacto sobre os abolicionistas, Paul Goodman. *Of One Blood: Abolitionism, and the Origins of Racial Equality*. Berkeley, CA: University of California Press, 1998, p. 23-35 (o autor também aborda a “Market Revolution”, p. 69-80); e, com ênfase na tradição da resistência política da comunidade negra que datava do fim do século

Conquanto sejam distintas, as explicações sobre a motivação inicial do abolicionismo nos Estados Unidos encontram na posição social dos negros um denominador comum, e talvez não seja improvável que o vigoroso ativismo da população de cor livre nos anos vinte, percebida não só pelos estudiosos senão também pelos contemporâneos, se deva à redefinição nacional dos direitos civis que o Congresso consagrara no início da década. Depois que o Missouri foi admitido à União (1820), os políticos do Estado redigiram uma constituição local que barrava a entrada de negros livres em sua área. Ao ser apreciada no Congresso, a norma suscitou uma celeuma, espécie de segundo round da Crise do Missouri, sobre o sentido de um trecho da Constituição federal que ela parecia violar, a seção 2 do artigo IV, a qual assegurava isonomia interestadual dos direitos civis: “os cidadãos de cada Estado devem ser investidos dos privilégios e imunidades dos cidadãos dos demais Estados”.

Um dos poucos constituintes de 1787 ainda vivos, Charles Pinckney, da Carolina do Sul, que estava no Congresso, reclamou a autoria específica do artigo 4º da Constituição. Por desmemória ou mistificação, explicou o que o texto significava: “devo saber, ou perfeitamente lembrar, o que quis dizer. Quando redigi a Constituição, sabia muito bem que não havia então na União uma coisa tal como um cidadão negro ou de cor, [...] nem, a despeito de tudo o que se disse sobre esse assunto, acredito que exista agora”. Isso é conversa fiada (Capítulo 1, acima), e John Quincy Adams orientou seus colegas a protestarem contra ela. Filho do ex-presidente John Adams e eleito por Massachusetts, um Estado onde os negros gozavam inclusive de direitos políticos, Adams advertiu que a constituição do Missouri “mudaria os termos do pacto federal”. Se os cidadãos de cor de Massachusetts fossem espoliados de suas prerrogativas civis no Missouri, propôs em retaliação que “os cidadãos brancos do Missouri deveriam ser considerados forâneos em Massachusetts”, sem “direito ou privilégio de um cidadão dos Estados Unidos”. Minoritários, os parlamentares que pensavam como Adams foram suplantados por seus colegas que, pouco enlevados pela causa dos negros livres, cerraram fileiras com Pinckney. Em 28 de fevereiro de 1821, o Congresso aceitou a entrada do Missouri com a advertência abstrata de que não violasse o texto federal. Na prática, ele carimbou a tese de que a população de cor não desfrutava incontestavelmente a isonomia interestadual dos direitos civis prevista na seção 2 do artigo 4º da Constituição federal. Nacionalizou uma visão racial de cidadania que só a

18, Richard S. Newman. *The Transformation of American Abolitionism: Fighting Slavery in the Early Republic*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2002, p. 86-106.

14ª emenda (1868) teria o pendão de anular. O Missouri entendeu o recado. Em 1825, aprovou uma lei barrando em suas fronteiras negros livres de outros Estados.¹⁶

O segundo ciclo da Crise do Missouri teve impacto em diversos níveis da política norte-americana. Ampliou a popularidade da American Colonization Society, uma agremiação fundada cinco anos antes com o fim de enviar negros livres ou libertos à África (segundo uns, a maioria, para preparar a emancipação escrava no futuro, segundo outros, para reforçar a ordem social do cativeiro no presente). Na década de 1820, a lista de seus membros multiplicou-se, seus fundos expandiram-se, e a ACS podia orgulhar-se de ter comprado e extorquido de povos africanos o território *grossa modo* da atual Libéria, para onde destinaria colonos negros norte-americanos. No rastro da constituição do Missouri, políticos de Michigan (1827), Illinois (1828) e Indiana (1831) se encorajaram a restringir a entrada da população de cor em suas jurisdições, e em New Haven (Connecticut) a comunidade branca se opôs à abertura de escolas locais para negros e mulatos, muitos dos quais de outros Estados, argumentando que eles nunca tinham sido cidadãos da república e, portanto, careciam do direito constitucional de se mover de uma unidade a outra da federação. Na viagem que fez aos Estados Unidos dez anos após a Crise do Missouri, Alexis de Tocqueville se impressionou com a hostilidade racial difundida no Norte. Notou que o preconceito contra os negros “parece ser mais forte nos Estados que aboliram a escravidão que naqueles onde ela ainda existe; e em nenhum lugar é mais intolerante que naqueles onde a escravidão não foi jamais conhecida”. Isto é, em Michigan, Illinois e Indiana.¹⁷

O gosto pelo paradoxo cegou Tocqueville aos estragos que o segundo ciclo da controvérsia do Missouri vinha fazendo na Carolina do Sul. Sob o choque de uma suposta conspiração antiescravista armada pelo liberto Denmark Vesey, os legisladores do Estado aprovaram em 1822 uma polêmica medida de segurança social em grande

¹⁶ Charles Pinckney, AC, HR, 16º Congresso, 13 de fevereiro de 1821, p. 1129-1146 (citação na p. 1134). Charles Francis Adams (org.). *Memoirs of John Quincy Adams, Comprising Portions of His Diary from 1795-1848*. Filadélfia: J. B. Lippincott & Co., 1875, vol. 5, entrada de 29 de novembro de 1820, p. 208-211 (citações, p. 209-210). Aprovação parlamentar da Constituição do Missouri, AC, HR, 26 de fevereiro de 1821, p. 1239-1240; e AC, Senate, 28 de fevereiro de 1821, p. 390. A 14ª emenda diz que todas “as pessoas nascidas ou naturalizadas nos Estados Unidos, e sujeita à sua jurisdição, são cidadãs dos Estados Unidos” e que nenhum “Estado deve fazer ou aplicar lei que restrinja os privilégios e imunidades dos cidadãos dos Estados Unidos”.

¹⁷ Nas palavras de Matthew Mason, “A controvérsia do Missouri também reverberou no assunto da raça por todo o Norte”. *Slavery and Politics in the Early American Republic*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2006, p. 210-211. Sobre a relação entre raça e política no Norte, Christopher Malone. *Between Freedom and Bondage: Race, Party, and Voting Rights in the Antebellum North*. Nova York: Routledge, 2008, bem como seu “Race Formation and Voting Rights in the Antebellum South”, apresentado na Midwestern Political Science Conference, 15-18 de abril de 2004. Alexis de Tocqueville. *Democracia na América: leis e costumes*. São Paulo: Martins Fontes, 2005, vol. I, p. 397.

parte defendida, se é que não redigida, por Robert Turnbull. Chamada de Negro Seamen Act, ela previa custódia prisional dos marinheiros negros de qualquer unidade da federação ou nação estrangeira enquanto a embarcação que os trouxera permanecesse atracada nos portos do Estado. O preso seria solto apenas quando seu navio estivesse prestes a zarpar e se os custos de sua reclusão fossem remidos. Caso contrário, podia sofrer inversão do status jurídico e ser vendido como escravo em hasta pública. A historiografia já sugeriu a relação entre a discussão parlamentar sobre a admissão do Missouri e a organização do complot de Vesey. A hipótese é objeto de dúvida, dado que a existência da própria conspiração ainda é debatida entre os especialistas. O que parece inegável é que o segundo ciclo da Crise do Missouri, tendo girado em torno dos direitos civis da população de cor livre, parecia reabrir o problema da classe social dos subalternos da escravidão, a gaiola das bruxas que os arranjos constitucionais já tinham fechado, e que a Constituição estadual do Missouri, aceita pelo Congresso, autorizou a infame resposta que Turnbull e seus amigos senhores de escravos deram à articulação social dos negros. Primeira peça da legislação ocidental moderna que previu escravizar cidadãos num país constitucional, o Negro Seamen Act partilhou o suposto de que a população de cor livre não possuía direitos civis federalmente garantidos. Turnbull gostava de adotar o pseudônimo Brutus. É fácil entender por quê.¹⁸

O estreito campo da cidadania que o Congresso demarcou em 1821 deu frutos imprevistos. David Walker, um mulato livre, morava na Carolina do Sul quando a violenta reação senhorial, da qual o Negro Seamen Act fez parte, irrompeu contra o complot atribuído a Vesey. Constrangido, mudou-se para Boston, Massachusetts, onde continuou a ouvir histórias de perseguição racial contadas por marinheiros negreiros recém-chegados do Sul. No Norte também conheceu a equipe do *Freedom's Journal* (fundado em 1827, em Nova York), o primeiro periódico negro aberto à denúncia das barreiras raciais erigidas nos anos vinte, à censura da ACS e à condenação do cativo. Em 1829 Walker decidiu agir. Publicou uma espécie de convocatória para uma

¹⁸ Philip M. Hamer, "Great Britain, the United States, and the Negro Seamen Acts, 1822-1848". *The Journal of Southern History*, vol. 1, núm. 1 (fev., 1935): 3-28; sobre o papel de Turnbull em sua redação, Alan F. January, "The South Carolina Association: An Agency for Race Control", p. 191-201. Para a dúvida sobre a existência da conspiração de 1822, Michael P. Johnson, "Denmark Vesey and his Co-Conspirators". *The William and Mary Quarterly*, terceira série, vol. 58, núm. 4 (out. 2001): 915-976, e o debate que deflagrou na mesma revista: "Forum: The Making of a Slave Conspiracy, Part 2". In: *The William and Mary Quarterly*, third series, vol. 59, núm. 1 (jan., 2002): 135-202. Sobre as relações causais entre Missouri e Vesey, Glover Moore. *The Missouri Controversy, 1819-1821*. Lexington: University of Kentucky Press, 1966, p. 295, 348-349, e os seguintes artigos que constam do forum: Edward A. Pearson, "Trials and Errors: Denmark Vesey and His Historians", p. 137-142; e Robert L. Paquette, "Jacobins of the Lowcountry: The Vesey Plot on Trial", p. 185-192.

internacional antiescravista da população de cor livre, o panfleto *Appeal to the Colored Citizens of the World [and] especially to those of the United States*. Nele pregou o direito de resistência dos escravos a seus senhores, solicitou a extensão da cidadania civil norte-americana aos não-brancos e refutou o programa de colonização africana da ACS. Walker sonhou fazer uma revolução social no Sul estocando sua obra explosiva nos portos da região. Em 1830, depois de sua cabeça ser posta ao prêmio de 10 mil dólares, morreu em circunstâncias misteriosas e suspeitas. O *Appeal*, porém, sobreviveu a seu autor.¹⁹

Até então um simpatizante moderado da ACS e um obscuro jornalista de pena alugada, Lloyd Garrison devorou o panfleto de Walker. Embebido em novas ideias, num discurso de 4 de julho de 1829 o futuro campeão da causa abolicionista rompeu com a agenda da ACS e declarou que “nossa população de cor nasceu neste solo, tendo, portanto, títulos para todos os privilégios dos cidadãos americanos”.²⁰ Dali por diante, conviveu de perto com negros, provou a animadversão racial que sofriam e aprendeu o significado profundo da Crise do Missouri. Do primeiro ciclo da controvérsia herdou a certeza de que a Constituição federal proibia a União de interferir no sistema escravista dos Estados do Sul, isto é, que a emancipação do cativo dependia da anuência senhorial. Seu aparente ato de rendição nesse front o levou a reabrir a guerra em outro. Dado que a abolição tinha de passar pela vontade dos senhores, o abolicionismo devia concentrar-se na arte de persuadi-los, e uma das formas de fazê-lo era demonstrar que os negros podiam viver como cidadãos normais no meio dos brancos. Garrison passou a achar, agora mais do que nunca, que a seção 2 do artigo 4º da Constituição de 1787 andava mistificada. Sua leitura correta, sem conotação racial, abria uma brecha para a recolocação social dos negros livres e dos ex-escravos no Norte, tornando-os provas vivas do êxito que a emancipação poderia alcançar no Sul.

A revolução de mercado, o reformismo religioso, a ação dos ex-escravos e a redefinição federal dos direitos civis nos Estados Unidos não podiam ter tido sincronia mais dramática. O cenário social tenso que criaram expôs uma parte do país a estímulos antiescravistas vindos do exterior bem na hora em que a campanha contra o comércio negreiro na Grã-Bretanha escalava para a luta contra o próprio instituto da escravidão.

¹⁹ Peter Hinks, “David Walker”. *Encyclopedia of Antislavery and Abolition*. Org. de Peter Hinks e John McKivigan. Westport, Con: Greenwood Press, 2007, v. 2, J-Z, p. 735-737. E o estudo do mesmo autor, *To Awaken my Afflicted Brethren: David Walker and the Problem of Antebellum Slave Resistance*. University Park: Pennsylvania State University Press, 1997.

²⁰ William Lloyd Garrison. *Address at Park Street Church, Boston, July 4, 1829*, apud P. Goodman. *Of One Blood*, p. 37-38.

Desde 1823 sociedades filantrópicas vinham solicitando ao Parlamento medidas de emancipação gradual, a facilitação da alforria, o direito escravo à formação do pecúlio e a libertação do ventre, sendo provável que tenham animado a comunidade negra de Nova York a rodar o seu *Freedom's Journal* em 1827 e Garrison o seu *The Liberator* quatro anos depois. Os britânicos, desenganados do jogo de concessões e recuos do governo, fundaram em maio de 1831 uma agremiação de agenda imediatista, a *Anti-Slavery Society*. Seu ativismo era buliçoso. Até a aprovação parlamentar do *Emancipation Bill*, em agosto de 1833, amealharam quase 1,5 milhão de assinaturas em 5 mil petições, uma das quais se celebrizou pelas dimensões inauditas: era um abaixo-assinado-monstro, com sua cauda de 800 metros de comprimento e seu grito de 350 mil assinaturas, todas de mulheres. Maravilhado, Garrison montou em 1832 a *New England Anti-Slavery Society*, emulação modesta da anglo-saxã. No ano seguinte viajou à Grã-Bretanha e viu com seus próprios olhos, das galerias, o Parlamento passar o *Emancipation Bill*. Os britânicos, registrou o diplomata norte-americano em Londres, estavam curiosos para saber o tamanho de “seu provável impacto sobre o espírito público nos Estados Unidos, o que não é fácil de responder.” Garrison sabia a resposta. Fez as malas, cruzou o Atlântico de volta e ajudou a fundar na Filadélfia a ambiciosa *American Anti-Slavery Society*, motor de arranque do abolicionismo nos Estados Unidos. Era 6 de dezembro de 1833. A república estava para sentir a mobilização em massa que incendiara o Reino Unido. O tamanho do “provável impacto” seria enorme.²¹

The Crisis, de Robert Turnbull, foi o primeiro enunciado senhorial que equacionou uma solução comum aos desafios da questão tarifária e do abolicionismo nos Estados Unidos. Seus vieses, seu radicalismo, suas proposições funcionaram como uma espécie de maquete do edifício político que deputados e senadores da Carolina do Sul tentariam pôr de pé ao longo da década de 1830 e, por isso, merecem uma síntese. Turnbull elegeu a Grã-Bretanha o modelo histórico mais adequado para compreender a

²¹ Para uma síntese do imediatismo britânico, Robin Blackburn. *The Overthrow of Colonial Slavery, 1776-1848*. Londres: Verso, 1988, p. 419-472. As relações antiescravistas transatlânticas da década de 1820 foram estudadas por Betty Fladeland. *Men and Brothers: Anglo-American Antislavery Cooperation*. Chicago: University of Illinois Press, 1972; David Brion Davis. *From Homicide to Slavery: Studies in American Culture*. Oxford: Oxford University Press, 1986, p. 238-289, e *Inhuman Bondage*, p. 231-249; William Caleb McDaniel. *The Problem of Democracy in the Age of Slavery: Garrisonian Abolitionists and Transatlantic Reform*. Baton Rouge: Louisiana State University Press, 2013, p. 45-88; e William Mulligan e Maurice Bric. *A Global History of Anti-Slavery in the Nineteenth Century*. Hampshire, Ingl.: Palgrave MacMillan, 2013. Ofício diplomático de Aaron Vail a Louis McLane, 13 de julho de 1833. “Diplomatic Despatches, Great Britain”. National Archives, Record Group 59, General Record of the Department of State. O título “The Liberator”, o libertador, é provável homenagem de Garrison a Simón Bolívar e Daniel O’Connell, heróis do tempo epitetados de libertadores, com os quais acreditava formar uma causa comum pela libertação da humanidade.

evolução social e econômica do Norte. Ela ensinava que manufaturas, protecionismo e movimento abolicionista surgiam em pequena escala e cresciam de moto próprio. “Ano após ano”, resumiu, “as minorias se tornaram mais respeitáveis, e as esperanças dos colonos afundaram.” Mostrava também que protecionismo e abolicionismo se complementavam. Um, desde a proibição do comércio do Caribe Britânico com os Estados Unidos, subtraía poder econômico aos senhores. O outro, em curso desde 1823, provocara “falta de confiança na propriedade em negros”, reduzindo as taxas de reinvestimento no Caribe. O declínio econômico das *plantations* levava à redução do poder político de seus proprietários, e ambos estavam preparando o terreno para a abolição do cativeiro. Restava saber, perguntou-se Turnbull, se “seremos arrastados, como os colonos infelizes, dependentes e fracos das Antilhas, a um Estado miserável de existência política, abalando-nos entre esperanças e receios perante o que o Congresso pode nos fazer, sem conhecimento exato de nosso provável destino nem esperança de uma resistência bem-sucedida.” Sua ideia central cabe no contorno de um aforismo: se o Norte estava a caminho da Grã-Bretanha, o Sul tinha de evitar o descaminho das *West Indies*.²²

Turnbull fez uma leitura interessada do abolicionismo norte-americano. Seletivo, desvinculou o fenômeno das decisões hostis do Congresso ou do Legislativo de seu Estado, como o talho federal nos direitos civis dos negros em 1821 e o Negro Seamen Act de 1822. Cético, diagnosticou seu crescimento como inevitável e dado a estirões a cada palmo cedido pelo governo. Irredutível, recusou alianças na Câmara dos Representantes ou no Senado. “Não nos consola dizer que, sendo apresentada uma petição ao Congresso, os votos serão a nosso favor”, pois a “pequena minoria deste ano pode se tornar mais respeitável no seguinte.” E, monômano, lembrou que os “colonos das Antilhas Britânicas tinham há quarenta anos” os mesmos “consolos”. Turnbull exibiu então sua marca registrada, a resistência em três etapas. Primeiro, usar argumentos constitucionais para deixar o Congresso ainda mais irredutível, duro, empedernido. No campo da escravidão, a Constituição demonstraria que “uma petição nunca deve ser recebida e uma votação JAMAIS realizada no Congresso”. No das tarifas, que as manufaturas podiam ser estimuladas só por patentes ou prêmios, não por aduanas. Falhados os argumentos, o segundo passo era agir. O federalismo permitia entender as unidades estaduais como jurisdições soberanas que, dando à Constituição de

²² Brutus [Robert Turnbull]. *The Crisis*, p. 128 e 64.

1787 valor de simples acordo, podiam se retirar dele quando violado. Por essa perspectiva, a Carolina do Sul tinha poderes para convocar uma assembleia permanente e exigir do Congresso a restauração do pacto primitivo. Não a obtendo, cumpria adotar o terceiro recurso: dar adeus à União, abandoná-la, ir-se embora. “Irremediavelmente embora”, escreveu rancoroso.²³

De 1831 a 1836 políticos da Carolina do Sul submeteram as ideias ventiladas por Turnbull a dois testes de fogo, a Crise da Nulificação e a Crise das Petições Abolicionistas. Em nenhum dos casos lograram impor à União a doutrina constitucional que desenvolveram, mas em ambos suas ideias e sua ação influenciaram os compromissos firmados no Congresso, tendo amplo impacto nas múltiplas dimensões do processo histórico que unificou paulatinamente as trajetórias dos Estados Unidos, da monarquia espanhola e do Império do Brasil entre 1830 e 1860.

Entre 1816 e 1828 as pautas da alfândega tinham evoluído, nos Estados Unidos, de uma média de 25% para quase 50% do valor dos produtos importados pelo país. A última lei aduaneira, de 19 de maio de 1828, foi considerada tão elevada que recebeu o epíteto de Tarifa das Abominações e concitou a legislatura estadual da Carolina do Sul a encomendar uma teoria constitucional para o Estado justificar o ato de nulificá-la dentro de sua jurisdição. A escolha da autoria recaiu sobre John C. Calhoun, vice-presidente de John Quincy Adams, e o texto que ele compôs, sem assinar, foi batizado de *Exposition and Protest*. Na primeira metade da obra, Calhoun revisitou argumentos verbalizados por Cooper e Turnbull que demonstravam o impacto econômico assimétrico do sistema tarifário protecionista sobre o Norte e o Sul. Alíquotas altas encareciam igualmente insumos empregados nos processos produtivos das duas seções do país, porém criavam para os manufactureiros uma reserva de mercado doméstico livre de competidores globais, enquanto não traziam benefício análogo aos exportadores de algodão, dado que estes atuavam no mercado internacional. “*Nosso mercado é o mundo*”, italicizou. “Não temos monopólio na provisão de nossos produtos. Três quartos do mundo podem produzi-los. Se reduzirmos a produção para elevar nossos preços, outros estarão a postos para aumentar a produção deles e ocupar o nosso lugar. [...] Somos obrigados a produzir, seja qual for o preço, sob pena de ser expulsos do mercado”. Por essa perspectiva, cumpria reformar o quadro institucional doméstico (tarifas) para manter o

²³ Brutus [Robert Turnbull]. *The Crisis*, p. 132 e 150.

patamar de competitividade que a produção algodoeira sulista apresentara ao conquistar, recentemente, sua posição hegemônica na economia mundial.²⁴

Na segunda metade da *Exposition and Protest*, Calhoun inventou um procedimento institucional para pôr em prática as ideias de Turnbull. Num silogismo clássico de duas premissas e uma conclusão, ensinou que “a soberania é dividida entre Estados e governo geral”; que os primeiros são delegantes e o segundo é delegatário; e, logo, que os Estados podem “decidir sobre a infração de seus direitos e sobre o melhor remédio a ser aplicado para a correção.” Isto é, a doutrina transferia da Suprema Corte para uma convenção legislativa estadual o poder de decidir se leis federais lesivas dos interesses particulares do Estado eram inconstitucionais; e, sendo, se chegavam a uma violação tão “palpável e perigosa” a ponto de justificar seu veto pelo Estado. Um exemplo de palpabilidade eram as leis tarifárias. “A Constituição dá ao Congresso poder de impor sobre produtos para fins fiscais, poder de que se abusa quando convertido em instrumento de fomento à indústria de uma parte do país em detrimento de outras.” Na conclusão do texto, Calhoun mirou para o futuro. As eleições presidenciais de 1828 tinham acabado de resultar na vitória de Andrew Jackson, político do Tennessee nascido na Carolina do Sul. Com seu triunfo prometendo uma revisão tarifária favorável à classe senhorial, Calhoun deixou o Congresso respirar. Deu-lhe um “tempo para mais reflexão”, uma segunda chance para “repelir os atos inconstitucionais e obnóxios”. Somente se eles não fossem revogados nas apreciações orçamentárias seguintes é que valia a pena recorrer à “interposição do poder soberano” – ao veto estadual, em linguagem menos “obnóxio”. O silogismo dava lugar à ameaça.²⁵

O texto de Calhoun cumpriu seu papel. Conquanto ele acabasse recusado pelo Legislativo da Carolina do Sul, sua publicação em 1829 forneceu aos livre-cambistas do Estado o fundamento doutrinário para que montassem o futuro “partido da nulificação”. A causa ganhou adesão intergeracional. A montante, dos experientes Thomas Cooper e Robert Turnbull. A jusante, de Francis Pickens, James Hammond e toda uma mocidade então na casa dos vinte e poucos anos sequiosa de nomeada nacional. Lugares-tenentes de Calhoun, como Robert Hayne e James Hamilton, se revelaram “instrumentais no desenvolvimento da política separatista e escravista [proslavery]”, e Henry Pinckney, editor do *Charleston Mercury*, abriu sua acolhida na imprensa. Dentre os articuladores

²⁴ [John C. Calhoun]. *Exposition and Protest reported by the Special Committee of the House of the Representative of South Carolina, on the Tariff*. In: Thomas Cooper (org.). *The Statutes at Large of South Carolina*. Colúmbia, Carolina do Sul: A. S. Johnston, 1836, p. 247-273 (citação, p. 257).

²⁵ [John C. Calhoun]. *Exposition and Protest*, p.266, 269 e 272.

de primeira hora se destacava George McDuffie, um seguidor de Calhoun a que a historiografia às vezes dá o papel de pregoeiro cabotino das ideias do mestre. De fato, McDuffie tinha das suas. Ao ler *Exposition and Protest*, ele assimilou um dos cálculos do texto (segundo o qual, direitos de importação de 45% retiravam 45% da competitividade do algodão norte-americano) e bolou uma expressão que colou na cabeça de todo mundo, o “fardo dos quarenta”. No seu raciocínio, uma tarifa de importação de 40% encarecia o algodão em 40%, restringindo, também em 40%, sua compra por manufatureiros britânicos; portanto o protecionismo afanava do Sul quarenta sacos de algodão a cada centena produzida. Por fácil e simplista, o dito virou slogan do movimento da nulificação. Tinha inclusive a polissemia graciosa da propaganda: aludia tanto ao peso do ônus fiscal como à fardelagem perdida. Mas seu criador estava longe de ser um irresponsável bruxo da matemática.²⁶

Eleito deputado federal, McDuffie conseguiu ocupar o posto-chave de presidente da Comissão Orçamentária, uma das duas que competiam na Câmara dos Representantes pela condução do sistema aduaneiro nacional – a outra era a de Manufaturas. Em 1830 ele adotou a tática de atacar o tarifaço pela frente e pelos flancos. Pela frente, correu, trombou, caiu. Sua proposta sucinta de anular as pautas de importação definidas em 1824 e 1828 relativamente às manufaturas de ferro, algodão e lã, bem como ao melaço e ao sal, foi rejeitada no plenário da Câmara. Pelos flancos, correu, bateu, derrubou. Sacou de sua Comissão um projeto de lei rebaixando a aduana sobre o alqueire do sal para 15 centavos em 1830 e para 10 centavos no ano seguinte. Foi aprovado. E descravou outra proposta, para diminuir a taxa sobre o melaço de 10 para 4 centavos por galão, tal como vigente “antes da tarifa de 19 de maio de 1828”. Também foi aprovada.²⁷

McDuffie fez mais. Presidente que era da Comissão Orçamentária, sugeriu à plenária da Casa o reajuste do direito de entrada sobre a libra do café de 5 para 2,5 centavos. Um deputado de Maryland aproveitou a deixa sugerindo podar o imposto para 1 centavo por libra – Maryland votara pela maior parte contra as pautas de 1828 e ali estavam instaladas as principais empresas envolvidas na comercialização do café brasileiro para os Estados Unidos. Alegou que o protecionismo permitia o sacrifício,

²⁶ William W. Freehling. *The Road to Disunion. Vol. 1: Secessionists at Bay*, p. 253-288; e Manisha Sinha. *The Counterrevolution of Slavery*, p. 33-62 (citação, p. 34).

²⁷ Para o sal, *RD, HR*, 21º Congresso, 19 de maio de 1830, 1049 (apresentação do projeto) e 28 de maio de 1830, p.1138-1139 (aprovação). Para o melaço, *RD, HR*, 20º Congresso, 4 de março de 1828, p. 1727 (tarifa de 10 centavos); 21º Congresso, 21 de maio de 1830, p. 1121 (apresentação do projeto de McDuffie) e 28 de maio de 1830, p. 1139 (sua aprovação).

pois gerava ampla receita fiscal; que o café não entrava “em competição com nenhum produto doméstico”; e que seu consumo não era mais “de luxo, mas tinha se tornado de uso geral e necessário”. Após alguma hesitação, a Casa adotou uma escala de regressão tributária gradual para o café importado. De 5 para 2 centavos em 1831 e de 2 para 1 centavo em 1832. José de Araújo Ribeiro, o ministro brasileiro em Washington, ficou tão absorvido pela magnitude do embate entre o Norte e o Sul, que quase desprezou os pomos de ouro que a Nulificação começava a gerar para o Império do Brasil. Avisou à Corte que os “debates sobre as tarifas, que tinham suspensos os ânimos dos diferentes partidos”, redundaram numa “pequena redução dos direitos sobre o melaço, sal, chá, café e cacau”. Em seguida, voltou ao seu assunto predileto: “Não se contentarão certamente com uma tal redução os Estados do Sul”. “Os seus periódicos abundam de contínuos e azedados artigos contra o governo geral e ameaçam sustar dentro de seus limites a execução da tarifa [de 1828], não mandar mais deputados ao Congresso e mesmo separarem-se da Confederação.” O brasileiro vidrara nos frutos negros da Nulificação.²⁸

Em 1831 ocorreram dois eventos que parecem ter dado aos radicais da Carolina do Sul condições para pôr em marcha as ameaças que Ribeiro anotou em seu ofício ao Rio de Janeiro. Num domingo de verão de 21 de agosto, o cativo Nat Turner, tomado pelo mesmo fervor religioso que se difundira no resto do país nos anos vinte, liderou uma revolta escrava em Cross Keys, condado de Southampton (Virgínia). Seu grupo atravessou quase duas dezenas de fazendas, recrutou de 60 a 80 indivíduos e executou cerca de 60 brancos, entre eles mulheres e crianças, na mais sangrenta insurreição escrava da república. A reação militar da ordem senhorial foi imediata. Milícias e tropas federais desbarataram a rebelião em dois dias, quase vinte dos insurgentes foram condenados à morte e o próprio Nat Turner, depois de se esconder por dois meses perto da fazenda onde vivera, acabou aprisionado e enforcado. No cômputo final, a revolta não atingiu nem 1% da escravaria de Southampton. Ainda assim, seu impacto político foi profundo e contraditório.²⁹

²⁸ Sobre café, *RD, HR*, 21º Congresso, 15 de abril de 1830, p. 803; e 20 de abril de 1830, 807-808. Ofício de José de Araújo Ribeiro a Miguel Calmon Du Pin e Almeida. Ofício de 1º de junho de 1830. Arquivo Histórico do Itamaraty (AHI), código 233/3/1.

²⁹ Douglas Egerton, “Nat Turner in a Hemispheric Context”, e Louis P. Masur, “Nat Turner and Sectional Crisis”, ambos em Kenneth S. Greenberg (org.). *Nat Turner: A Slave Rebellion in History and Memory*. Oxford: Oxford University Press, 2003, p. 134-147 e p. 148-161; e Anthony Kaye, “Neighborhoods and Nat Turner: The Making of a Slave Rebel and the Unmaking of a Slave Rebellion”. *Journal of the Early Republic*, vol. 27, núm. 4 (Winter, 2007): 705-720.

De dezembro de 1831 a janeiro de 1832, políticos antiescravistas da Virgínia aproveitaram o sentimento de insegurança social que a revolta de Turner despertara para propor à sua legislatura uma lei emancipando os escravos no Estado. O debate que se seguiu opôs os reformistas, provenientes de paisagens de baixa concentração escrava localizadas a oeste do Estado, aos delegados de Tidewater e Piedmont, regiões dedicadas às culturas do tabaco e do trigo. Os antirreformistas, juntos, possuíam mais de 1000 cativos, seu adversários, menos de 100. No fim, levaram por 73 a 58 votos. A revolta de Turner e os debates legislativos alimentaram na Virgínia e nos Estados adjacentes a convicção de que o sistema escravista carecia de proteção institucional mais articulada, caso seus interessados quisessem dissolver os efeitos de classe social que os tradicionais conflitos entre senhor e escravo podiam contrair no contexto de articulação do abolicionismo no Atlântico Norte. O *Richmond Enquirer* pediu a seus leitores que “nos informe se o *Liberator* de Garrison, Boston (ou o *Appeal* de Walker) circula em qualquer parte deste Estado”. A legislatura da Virgínia podou direitos civis dos negros livres no âmbito estadual. E o nulificador Robert Hayne, da Carolina do Sul, reclamou ao prefeito de Boston a prisão de Garrison. Não é para espantar que a proposta de testar na prática a teoria da nulificação tenha ganhado adesão no pós-Nat Turner.³⁰

O segundo acontecimento de 1831 foi a “Free Trade Convention” organizada em outubro por um vira-casaca do Norte, Condly Raguet, cuja trajetória sinalizava a crescente animosidade de sua região, em especial dos grupos mercantis, contra o protecionismo manufatureiro. Deputado da Pensilvânia que apoiara o aumento das tarifas em 1820, Raguet tinha sido o primeiro representante diplomático dos Estados Unidos no Império do Brasil, onde assentara as bases do tratado comercial que os dois países ratificaram em 1828. De volta a Washington, tornou-se defensor do livre comércio, ajudou a planejar a “Free Trade Convention” na Filadélfia e foi nomeado seu relator. Os livre-cambistas da Carolina do Sul viram no evento que Raguet secretariou uma oportunidade para fincar sua bandeira num discurso antitarifário de amplitude nacional. De fato, conseguiram embutir na “Proclamação ao Povo dos Estados Unidos”, produzida no fim do encontro, a nota de que uma “porção respeitável e numerosa” dos delegados presentes considerava a lei de 1828 uma violação da Constituição federal. Com tal retaguarda McDuffie forcejou de novo, no início de 1832, a revisão tarifária no

³⁰ Referências da nota anterior e, para uma análise global dos debates da Virgínia, Alison G. Freehling. *Drift Toward Dissolution: The Virginia Slavery Debate of 1831-1832*. Baton Rouge: Louisiana State University Press, 1982.

Congresso. Agarrado à presidência da Comissão Orçamentária da Câmara dos Representantes, leu na tribuna um projeto de corte gradual das aduanas de importação sobre manufaturas de algodão, artigos de ferro e açúcar que partia de 25% em 1832, caía para 18,75% em 1833 e parava em 12,5% de 1834 em diante. Em sua defesa, enunciou um discurso longuíssimo, de mais de quatro horas, roçando aqui e acolá a cauda do gatilho da secessão. “No caso da separação, as exportações dos Estados sulistas remontariam a pelo menos 40 milhões de dólares, e o imenso comércio que teria por base esse valor passaria exclusivamente pelas cidades do Sul”.³¹

Analizada apenas em si, a belicosidade retórica e ideológica dos nulificadores parecia capaz de vergar o Congresso e o Executivo dos Estados Unidos à vontade dos sulistas. Mas há mais nessa história do que dizem seus discursos. As flutuações internacionais dos preços de artigos tropicais como café, açúcar e melão haviam tornado as tarifas consagradas no American System pesadas demais para os negociantes norte-americanos no final da década de 1820, criando o clima certo para o sucesso da “Free Trade Convention” e esvaziando a coalizão até então bem sucedida que com eles os manufatureiros vinham montando desde 1816. Os gráficos abaixo ilustram a evolução do preço anual médio dos melão, do café e do açúcar mascavo enviados aos Estados Unidos desde meados dos anos vinte até 1833:

Fonte: para 1823, *Report of the Secretary of the Treasury of the Commerce and*

³¹ Para Raguet, Brion Schoen. *The Fragile Fabric of Union*, p. 139-140. Seu ativismo não passou despercebido a José de Araújo Ribeiro. Ofício a Francisco Carneiro de Campos, 4 de outubro de 1831, (AHI), código 233/3/1. Para McDuffie, *RD, HR*, 22º Congresso, 8 de fevereiro de 1832, p. 1763 passim. Sua fala para a defesa do projeto foi publicada em panfleto. *Speech of Mr. McDuffie of South Carolina on the Bill Proposing a Reduction of the Duties on Imports*. Washington, D.C.: Duff Green, 1832 (citação, p. 47).

Navigation of the United States for the year ending on the 30th September, 1823. Washington: Gales and Seaton, 1824, p. 22-23; para 1824 (edição de 1825), p. 24-25; para, 1825 (1826), p. 46-47; 1826 (1827), p. 47-48; 1827 (1828), p. 48-49; 1828 (1829), p. 38-39; 1829 (1830), p. 48-49; 1830 (1831), p. 44-45; 1831 (1832), p. 46-47; 1832 (1833), p. 46-47; 1833 (1834), 58-59.

O ano-base deste e dos próximos gráficos é fiscal. Começa em 1 de outubro e termina em 30 de setembro

Fonte: *idem*. 1823 (1824), p. 28-29; 1824 (1825), p. 28-29; 1825 (1826), p. 52-53; 1826 (1827), p. 52-53; 1827 (1828), p. 54-55; 1828 (1829), p. 42-43; 1829 (1830), p. 54-55; 1830 (1831), p. 48-49; 1831 (1832), p. 50-51; 1832 (1833), p. 50-51; 1833 (1834), p. 62-63.

Fonte: *idem*. 1825 (1826), p. 54-55; 1826 (1827), p. 54-55; 1827 (1828), p. 56-57; 1828 (1829), p. 43-44; 1829 (1830), p. 56-57; 1830 (1831), p. 50-51; 1831 (1832), p. 52-53; 1832 (1833), p. 52-53; 1833 (1834), p. 64-65. Esta série começa dois anos depois das anteriores porque apenas em 1825 o açúcar mascavo se tornou uma rubrica isolada em quantidade e em valor nos relatórios da Secretaria do Tesouro.

A cotação anual média do melaço parece ter sofrido influência direta da Tarifa das Abominações, que elevava o direito de entrada sobre o produto de 4¢ para 10¢. Em consequência, o valor do artigo despencou no mesmo ano de 20¢ para 11¢, de forma que a tarifa passou a representar 91% de seu valor. Quando McDuffie pedira sua revisão de 10¢ para 4¢, contara com a graça dos deputados que representavam interesses mercantis importadores e o Congresso aceitou. Retomada a comercialização do artigo, seu preço recuperou-se. O café passou por um processo semelhante. O valor anual médio da libra do artigo desabou de mais de 20¢ para 6,5¢ (Cuba) ou 7,1¢ (Brasil), fazendo a tarifa de 5¢ dar um salto de 25% para mais de 70% *ad valorem*. Em 1827 a bancada livre-cambista tinha tentado reduzir essa aduana, mas em vão, uma vez que os preços ainda giravam em 8¢ ou 10¢. Na baixa histórica de 1830, conseguiram trazê-los de 5¢ para 2¢, repetindo-se a cena anterior: McDuffie pediu, os negociantes agradeceram, o Congresso aceitou. A vez do açúcar só chegou em 1832, quando o preço da libra do mascavo atingiu seu menor valor na série 1823-1840, caindo de quase 6¢ para 4,2¢. Os vociferantes ideólogos da Carolina do Sul jamais aceitariam a frase, mas o fato é que os centavos de dólar falaram mais alto e convenceram melhor que as centenas de páginas bravateiras que eles vinham publicando. No início da década de 1830, fazendeiros escravistas e negociantes do Norte costuraram uma aliança consciente que não se esgarçou senão na década de 1850.³²

Pressionado, o Executivo saiu da inércia. Estimando que a dívida pública nacional dos Estados Unidos fosse zerar em 1833, o gabinete de Jackson solicitou ao Congresso uma revisão conciliatória da Tarifa das Abominações. O novo projeto fiscal, fabricado no interior da Comissão de Manufaturas, previa anular o diploma de “19 de maio de 1828” e reajustar pela metade o valor médio das alíquotas de importação. Algumas das alterações miravam os sulistas e seu mantra de que o protecionismo encarecia os custos de produção dos fazendeiros. Daí o corte de 45% para 5% na taxa sobre tecidos de lã baratos adquiridos para escravos. Outras atendiam à comunidade mercantil e, de tabela, interessavam aos produtores escravistas cubanos e brasileiros. A taxa do açúcar importado finalmente cairia de 3 para 2,5¢ (mascavo) e de 4 para 3,3¢

³² Os livre-cambistas jogavam ao lado dos grandes importadores de Nova York e Pensilvânia. Estes é que pediram uma escala de redução gradual da tarifa sobre o café a correr de 1830 a 1832, pois queriam queimar o estoque adquirido a custos maiores antes da redução tarifária, a fim de manter seu monopólio na venda do produto. “Memorial of the Chamber of Commerce of New York, praying that the duties on teas and coffee may be reduced after the 31st March, 1832”, lido no Congresso em 15 de março de 1830; e “Pennsylvania Dealers in Tea and Coffee, Philadelphia”, protocolado no Congresso em 8 de março de 1830.

(branco), ao passo que a do café deslizaria de 1 para 0,5¢. A Câmara aprovou o projeto, e uma emenda do Senado inscreveu o café no rol dos produtos isentos de qualquer tarifa. Araújo Ribeiro abriu melhor seus olhos para as novidades. Reportou ao Rio de Janeiro a notícia da “nova tarifa que começará a ter vigor do dia 5 de março do ano seguinte por diante, e que V. Exa. poderá ver no *Globe* de 25 deste mês. Ela isenta o café e o cacau de todo o direito.” E reclamou do lobby dos senhores de engenho da Louisiana, que impedira benefício análogo para o açúcar importado. Depois, ao contrário do presidente Andrew Jackson, que acreditava que a lei iria “aniquilar os nulificadores”, vaticinou a escalada dos conflitos domésticos no interior da federação: “O Norte defende os seus interesses com energia, mas, sempre respeitoso, não sai das vias legais; o Sul, porém, falta ao respeito ao governo geral, alega injustiças, profere ameaças, mostrando em tudo um grande fastio pela União e todos os sintomas de uma revolução que se fomenta.”³³

Ribeiro, não Jackson, estava certo. Os porta-vozes da nulificação viram a lei tarifária de 1832 como uma armadilha constitucional. Ao reduzir algumas taxas e isentar mercadorias não produzidas no país (o café, por exemplo), ela mantivera na casa dos 50% as alíquotas de importação de manufaturas feitas com ferro e algodão, a fim de tapar os buracos no orçamento. Tecnicamente, permaneciam altas por necessidades orçamentárias, não por protecionismo. Para os nulificadores, se essa era a reforma aduaneira do governo Jackson, então tinha chegado a hora de agir (como pedira Turnbull) emitindo um veto (como ensinara Calhoun). Em outubro de 1832 eles convocaram uma Convenção estadual na cidade de Colúmbia, Carolina do Sul, que aprovou uma ordenança nulificando as leis federais tarifárias a partir de 1º de fevereiro do ano seguinte. O texto proibiu a Suprema Corte de avaliar recursos protocolados nos tribunais do Estado e prometeu “organizar um governo separado” da União caso o Congresso agisse contra a ordenança. “Preferiríamos infinitamente”, disseram, “que o território do Estado fosse o cemitério de homens livres a uma habitação de escravos”. Ribeiro não resistiu à antítese: “Foi uma tarifa que reuniu os americanos e produziu a sua Independência; e é uma tarifa que os agita agora e ameaça a sua União”.³⁴

³³ *Journal of the House of Representatives of the United States of America*. Washington, D.C.: Duff Green, 22 de junho de 1832, p. 915-918; e *Journal of the Senate of the United States of America*. Washington, D. C.: Duff Green, 5 de julho de 1832, p. 407. Ofícios a Francisco Carneiro de Campos, 24 de junho e de 28 de julho de 1832. Arquivo Histórico do Itamaraty (AHI), código 233/3/1. Para Jackson, apud William W. Freehling, *The Road to Disunion. Vol. 1: Secessionists at Bay*, p. 274.

³⁴ “An Ordinance to Nullify certain Acts of the Congress of the United States, Purporting to Be Laws Laying Duties and Imposts on the Importation of Foreign Commodities”. In: *State Papers on*

Com a república à beira da guerra civil, tropas federais foram mobilizadas, e 25 mil voluntários se ofereceram para a defesa da Carolina do Sul. Mas eis que, de repente, não se ouviu um único estampido. De outubro de 1832 a fevereiro de 1833, no vórtice da mais grave crise militar doméstica dos Estados Unidos antes da Guerra Civil de 1861, o que os norte-americanos fizeram foi escrever. A Convenção disparou uma “Declaração aos cidadãos da Carolina do Sul” e detonou uma “Declaração aos cidadãos dos Estados Unidos”. Andrew Jackson contra-atacou com sua “Proclamação do Presidente dos Estados Unidos”. Traduzir “Address” por “Declaração” talvez seja impreciso. Declarações são peças de artilharia leve, duram pouco, miram o coração, atingem o *pathos*. As da Crise da Nulificação não eram assim. Inscreviam-se no gênero das dissertações. As duas que a Convenção da Carolina do Sul compôs somavam 13 mil palavras, e a de Jackson, quase 10 mil. O equivalente, hoje em dia, a mais de 50 páginas de um documento *Word* com fonte *Times New Roman* e espaçamento 1,5. O alvo delas era o *logos*. Cada parte tentou demonstrar ao país a correção de sua leitura da Constituição federal. A certa altura o debate soaria jocoso, não fora dramático. A Carolina do Sul dizendo, com base na *Exposition and Protest* de Calhoun, que a “infração” constitucional das leis tarifárias era “perigosa e palpável”, justificadora portanto do veto. E Jackson se perguntando “Qual é o sentido da palavra palpável?” Era preciso abrir os dicionários, antes de sacar as armas.³⁵

No meio de tanta palpabilidade, a Geórgia e a Virgínia levaram a sério a hipótese de se unir à Carolina do Sul no movimento pela nulificação das leis aduaneiras, mas no fim chegaram a um meio-termo. Condenaram as tarifas da União e repudiaram a doutrina constitucional do federalismo separatista. Os demais Estados da região, assim como a totalidade dos do Norte, se alinharam com o governo de Jackson. O Executivo, percebendo o desamparo relativo dos rebeldes, obteve do Congresso duas leis que, sendo contrárias na aparência, no fundo se complementavam. Uma, redigida por Henry Clay sob a consulta de Calhoun, espécie de versão edulcorada do projeto apresentado por McDuffie em 1832, previa pequenas reduções anuais das alíquotas de importação até um corte mais abrupto para 20% em 1842. A outra, apelidada de Force Bill, obrigava a arrecadação ininterrupta da alfândega na Carolina. Enquanto a primeira

Nullification, Including the Public Acts of the Convention of the People of South Carolina. Boston: Dutton & Wentworth, 1834, p. 33-37 e 71. Ofício de José de Araújo Ribeiro a Francisco Carneiro de Campos, 24 de junho de 1832. AHL, código 233/3/1.

³⁵ “Address to the People of South Carolina, by their Delegates in Convention”; “Address to the People of the United States, by the Convention of the People of South Carolina”; e “Proclamation of the President of the United States of America”. In: *State Papers on Nullification*, p. 37-97.

esvaziou a discórdia tarifária trazendo de vez os Estados do Sul para as fileiras da União, a segunda confirmou a constitucionalidade das leis aduaneiras federais vigentes no país. Atendida na questão fiscal, isolada na constitucional, a Convenção de Colúmbia revogou sua ordenança para se livrar de uma guerra desastrosa e da aplicação humilhante do Force Bill. Em seguida, arranhou um jeito de dar a volta por cima no campo doutrinário. Para reafirmar sua tese de que um Estado podia invalidar de modo inapelável uma lei federal sob pena de se declarar independente da União, decidiu nulificar um Force Bill que não tinha mais razão de ser aplicado. O gesto era simbólico e o Executivo fez que não viu. Mas a comunidade política da Carolina do Sul gostou. Era a sua convicção galileana. Era o seu *eppur si muove*. Em inglês atual, era o seu *yes, we can*.³⁶

A Crise da Nulificação cristalizou-se como experiência para os parlamentares que, em menos de dois anos, seriam desafiados pela montagem do movimento abolicionista nos Estados Unidos. Aos adeptos da causa ensinou que a Carolina do Sul arrancara do governo, sozinha e de repente, o que muitos Estados não tinham obtido juntos e em dez anos de batalha fiscal no Congresso: o radicalismo se tornara uma opção política. A seus adversários mostrou que o risco da secessão era tangível e que a União carecia de mais zelo do que até então se imaginara: moderação e tato se tornaram palavras de ordem. Esses sentidos contraditórios da Nulificação ajudaram a compor os dois lados que se formaram no Congresso em torno de uma das grandes controvérsias da década, a Crise das Petições Abolicionistas.

De dezembro de 1835 a maio de 1836, a *American Anti-Slavery Society* enviou ao Capitólio centenas de petições pela abolição do cativeiro e do tráfico negreiro interestadual no Distrito de Colúmbia, sede da capital federal (Washington). Detectando na campanha um inimigo comum, os congressistas se dividiram conforme as linhas traçadas na Crise da Nulificação. Uns propuseram receber as súplicas e engavetá-las, para não antagonizar abolicionistas com escravistas no coração da república. Eram do Partido Democrático, de Andrew Jackson. Queriam estabilidade no sistema político nacional. Outros retomaram o que Robert Turnbull enunciara em 1827, o imperativo de que “uma petição [abolicionista] nunca deve ser recebida”. Fizeram suas as tópicas dos nulificadores: elegeram a Grã-Bretanha como modelo histórico para compreender o

³⁶ Para o apoio que a nulificação ganhou fora da Carolina do Sul, Richard E. Ellis. *The Union at Risk: Jacksonian Democracy, States' Rights and the Nullification Crisis*. Oxford: Oxford University Press, 1987, p. 74-177, em que se aborda também o desfecho da controvérsia.

abolicionismo; seletivos, tiraram da moldura de análise as conexões entre Congresso e antiescravismo nos Estados Unidos; céticos, achavam que o abolicionismo crescia sem parar; irredutíveis, rechaçaram compromissos no Congresso; e, bons discípulos, aplicaram à escravidão a doutrina constitucional do federalismo separatista. Como veremos, o último ponto teve efeito bumerangue. Ao projetar a independência nacional no horizonte da ação política, a doutrina constitucional dos nulificadores deu asas a uma profunda reformulação da defesa ideológica da escravidão negra nos Estados Unidos.

Por volta de 1830, o Distrito de Colúmbia, esquadrihado em territórios cedidos por Virgínia e Maryland, abrigava uma escravaria de 8 mil indivíduos (15% de sua população total) e se tornara um importante depósito para os escravos que traficantes arrematavam na Baía de Chesapeake a fim de enviar ao complexo algodoeiro localizado no baixo sudoeste e no extremo sul do país. Entre 1828 e 1836, no auge de sua função como entreposto, passaram por ali 10% das operações negreiras de Chesapeake. De início, a instituição do cativeiro foi considerada extensão natural de Virgínia e Maryland, tornando-se um problema político apenas quando porta-vozes do antiescravismo crescente da década de 1820 insistiram que ela maculava uma república criada em nome da liberdade individual e alegaram que podia ser constitucionalmente abolida pela União. De fato, a seção 8 do artigo I da Constituição autorizava o Congresso a “exercer legislação exclusiva em todos e quaisquer casos sobre o Distrito” que se tornasse “a sede do governo dos Estados Unidos”. Respeitando o entendimento senhorial de que a escravidão instituída nos Estados era impenetrável à União, os abolicionistas acharam no trecho uma honrosa exceção à regra: “legislação exclusiva” significava *sem concorrência da estadual*, e “todos e quaisquer casos” anulava *restrições temáticas*. Ao menos em seu quintal a União era dona da própria casa.³⁷

Em 1829 e 1831 os antiescravistas testaram seu argumento na prática, enviando aos deputados federais as primeiras petições coletivas contra os institutos da escravidão na capital federal. Recebidas no Congresso, elas passaram à Comissão para o Distrito de Colúmbia, composta na maioria por representantes de Maryland e Virgínia. Os dois pareceres que a Comissão emitiu indeferiram, como era de se esperar, o teor das representações. Mais inesperado talvez seja que ambos passaram recibo na tese dos

³⁷ Don E. Fehrenbacher. *The Slaveholding Republic: An Account of the United States Government's Relations to Slavery*. Edição completada por Ward M. McAfee. Oxford: Oxford University Press, 2001, p. 49-88. Para dados do tráfico negreiro interestadual em Chesapeake, Michael Tadman. *Speculators and Slaves: Masters, Traders, and Slaves in the Old South* (1986). Madison, Wisconsin: The University of Wisconsin Press, 1996, p. 12. A leitura escravista da seção 8 fora feita em 1790 e reafirmada em 1820 (Capítulos I e II, supra).

amplios poderes da União sobre o Distrito. O de 1829 reconheceu que o Congresso podia “mudar os direitos das pessoas e das coisas” (abolir a escravidão), mas advertiu que seria despótico fazê-lo sem “consentimento” dos proprietários locais, uma vez que estes não possuíam representação parlamentar. O de 1831, escrito na ressaca da revolta de Nat Turner e na véspera dos debates virginianos sobre a emancipação escrava, julgou “imprudente e impolítico” imiscuir-se num “assunto tão delicado” enquanto Virgínia e Maryland não erradicassem “o mal da escravidão”. Os textos se completavam. Avalizavam a plenipotência federal da seção 8, só que exigiam consultas prévias aquém (moradores locais) e além (Estados concessores) das fronteiras do Distrito. Representações antiescravistas enviadas à Câmara dos Representantes nos anos seguintes foram recebidas, encaminhadas à Comissão e devidamente silenciadas. E assim foi, até que a abolição no Caribe britânico levou à montagem da *American Anti-Slavery Society*, e ambas remodelaram o quadro político norte-americano³⁸

Sabendo que o peso dos sulistas no Congresso, a leitura vigente da Constituição e a hostilidade racial no Norte tornavam sua batalha nos Estados Unidos mais árdua que a recém-vencida na Grã-Bretanha, os quadros da AASS compensaram seu déficit político com ganho de escala na propaganda ideológica. Em pouco tempo abriram centenas de sociedades filantrópicas locais, patrocinar a publicação anual de milhares de itens antiescravistas e disseminaram oradores pela república, inclusive gente de primeira plana do movimento britânico, como George Thompson. Suas ideias, ventiladas por estratégias agressivas de retórica e articulação social, provocaram uma reação conservadora que confirmou seus piores receios. Em muitas cidades do Norte, cidadãos movidos por ódio racial, rixas políticas, interesses econômicos ou concorrência no mercado de trabalho, se revoltaram contra uma das propostas-chave da AASS, a de restaurar a isonomia interestadual dos direitos civis entre brancos e negros, e organizaram motins antiabolicionistas. Nova York, a capital financeira do algodão e dos grandes importadores livre-cambistas, se tornou o epicentro dos novos conflitos étnicos urbanos. De 4 a 10 de julho de 1834, seus moradores atacaram igrejas consideradas “negrófilas” e invadiram a casa, queimando a mobília, do principal financiador e então presidente da sociedade, Arthur Tappan. No ano seguinte, os membros da AASS se

³⁸ *Congressional Serial Set*, Report n. 60 do *Committee for the District of Columbia*, HR, 20º Congresso, segunda sessão; e RD, HR, 8 de dezembro de 1831, p. 1424 (composição da Comissão) e 19 de dezembro de 1831, p. 1442 (parecer). Para o impacto do experimento abolicionista britânico nos Estados Unidos, Edward Bartlett Rugemer. *The Problem of Emancipation: The Caribbean Roots of the American Civil War*. Baton Rouge: Louisiana State University Press, 2008.

reorganizaram numa campanha de fôlego nacional distribuindo pelo correio quase 200 mil publicações antiescravistas (jornais e panfletos). Em seu *mailing* havia interlocutores locais, mas também 20 mil endereços de sulistas. Queriam sua legitimação no Norte, queriam a revisão da seção 2 do artigo 4º e queriam a suasão moral dos senhores. Em dezembro, disseram querer mais e lançaram seu ataque a Washington, D.C.³⁹

Se o instrumento (petição) e o assunto (emancipação escrava no Distrito de Colúmbia) não eram novos, o sentido que ambos adquiriram no quadro político norte-americano foi reconstruído pela Crise da Nulificação e pela publicidade agressiva da AASS. Congressistas da Carolina do Sul, da Virgínia e da Geórgia, os três Estados mais envolvidos na quase-secessão de 1833, retomaram o quadro conceitual da nulificação para solicitar ao Congresso que se negasse a receber as petições abolicionistas. Francis Pickens, ex-membro da Convenção de Colúmbia, justificou-se com a tópica do crescimento imparável do abolicionismo: “Olhem para a história dele no mundo. No início, parece uma mancha no horizonte; mas rastreiem-no na medida em que cresce – ele se espalha e se expande, torna-se mais e mais negro, até varrer tudo com a fúria de um tornado estonteante que desola a terra”. Depois de notar que a “Inglaterra emancipou suas ilhas caribenhas” e que a “França também está se movendo na mesma direção”, fatalizou: “o poder moral do mundo está contra nós.” James Hammond, outro nulificador de primeira hora, tomou a leniência do Parlamento britânico com o abolicionismo como contraexemplo: “os experimentos recentes das *West Indies* provam integralmente que o primeiro passo que se toma rumo à emancipação explode de uma vez por todas e para sempre os grilhões do escravo.” Na mirada desses congressistas, decisões moderadas (aceitar petições) levariam ao colapso da ordem senhorial (modelo oferecido pela Grã-Bretanha), ao passo que decisões radicais (rejeitar as petições), mesmo quando impopulares, ditariam o rumo da política nacional (modelo oferecido pela Crise da Nulificação). Convicção traduzida na metáfora sangrante do ex-vice-

³⁹ Para os motins antiabolicionistas, Leonard Richards. *Gentlemen of Property and Standing: Anti-Abolition Mobs in Jacksonian America*. Oxford: Oxford University Press, 1970. Especificamente sobre o episódio de Nova York, Linda K. Kerber, “Abolitionists and Amalgamators: The New York City Race Riots of 1834”. *New York History*, vol. 48, núm. 1 (jan., 1967): 28-39. Acerca das razões da hostilidade racial no Norte, Christopher Malone, *Between Freedom and Bondage*, e “Race Formation and Voting Rights in the Antebellum North”. Para a campanha nos correios, Bertram Wyatt-Brown, “The Abolitionist’s Postal Campaign of 1835”. *The Journal of Negro History*, vol. 50, núm. 4 (out., 1965): 227-238. A influência britânica sobre a organização dos abolicionistas norte-americanos está em Seymour Drescher. *Abolition*, p. 299-306.

presidente e então senador John C. Calhoun: “se alguém o peticionasse”, você “escorregaria em silêncio a petição para o bolso” ou “daria na cara do patife?”⁴⁰

Com base na experiência das derrotas parlamentares vividas pelo Sul durante a disputa fiscal da década de 1820, os nulificadores tinham assumido que uma garantia constitucional valia mais que alianças costuradas no Congresso, por definição transitórias e pouco fiáveis. A mesma tópica reapareceu em 1836. Um deputado da Virgínia, Robert Stevenson, pediu que os “direitos das pessoas do Sul” assentassem “não na noção caprichosa e volúvel” da “conveniência política”, mas sim “na firme base da Constituição”, em princípios que “são iguais hoje, amanhã e para sempre.” No mesmo diapasão ideológico, James Hammond afirmou na Câmara dos Representantes que “não há doutrina com efeitos mais fatais e desoladores para nós que aquela que torna o governo controlado pela simples ação de uma maioria numérica.”⁴¹ Para pôr em base definitiva e independente das composições partidárias, tal como queriam Stevenson e Hammond, a rejeição das súplicas abolicionistas no Congresso, John C. Calhoun desenvolveu no Senado uma leitura filiforme da Constituição. Era a versão elegante e professoral do seu tapa *na cara do patife*.

O senador afirmou que os abolicionistas visavam deixar o Sul “vilipendiado perante o mundo” (como as *West Indies* o tinham sido), “dilacerar a União” e “subverter a Constituição”. Três objetivos nefastos a que só o entendimento verdadeiro do texto de 1787 podia obstar. Sua estratégia retórica consistiu em levantar uma questão hermenêutica e outra doutrinária para escoimar das expressões “legislação exclusiva” e “em todos e quaisquer casos”, da seção 8 do artigo I, o significado indesejado que as petições antiescravistas lhes emprestavam. Segundo as regras da interpretação, a Constituição não podia contradizer-se; logo, o Congresso tinha de respeitar os limites gerais impostos pelo texto. Mesmo no Distrito de Colúmbia ele não podia suprimir a liberdade de pensamento, abolir o júri e obrigar uma religião, uma vez que outras passagens da Constituição consideravam tais direitos inalienáveis do cidadão. *Todos e quaisquer casos*, tal o seu raciocínio, não importava *tudo e qualquer coisa*. Restava provar então que o princípio também se aplicava à emancipação, e para fazê-lo o senador usou a quinta emenda. Ela rezava que “ninguém deve ser privado da vida, da liberdade e da propriedade sem devido processo da lei; nem deve a propriedade privada

⁴⁰ *RD, HR*, 24º Congresso, 21 de janeiro de 1836, p. 2242 (Pickens), 1 de fevereiro de 1836, p. 2248 (Hammond) e *RD, Senate*, 7 de janeiro de 1836, p. 98 (Calhoun).

⁴¹ *RD, HR*, 24º Congresso, 25 de maio de 1836, p. 4011 (Stevenson) e *RD, HR*, 24º Congresso, 1 de fevereiro de 1836, p. 2251 (Hammond).

ser alienada para uso público sem justa indenização”. Se a expressão “devido processo da lei”, sustentou Calhoun, significasse lei federal, o Congresso gozaria a competência, absurda, de aprovar um estatuto espoliando os cidadãos de “sua vida e liberdade”. *Devido processo da lei* denotava, portanto, *processo judicial*. “Não são escravos propriedade?”, perguntou. A exemplo da “vida” e da “liberdade”, eles eram alienáveis apenas em demandas judiciais. A quinta emenda ainda restringia a desapropriação para casos de “uso público”. Visto que a emancipação destruía a propriedade escrava, ela não se encaixava na cláusula do “uso público”.⁴²

Admitida como verdadeira, a hermenêutica de Calhoun tornaria a escravidão sagrada não só nos Estados ou em Washington, senão também nos territórios da Compra da Louisiana. A própria lei do compromisso do Missouri seria infundada. A Constituição federal seria uma bíblia escravista. Ora, o que ele desejava era impossível, dada a concepção estreita do repertório de constitucionalização que os pioneiros da política norte-americana inventaram a fim de tornar o texto palatável nas diversas regiões do país. Por que Calhoun, então, estava abandonando o campo das garantias ilocutórias da Constituição federal e exigindo que o Congresso reconhecesse no aparato locutório do texto uma forte carga escravista? Simples. Embora a defesa da escravidão no campo do direito constitucional estivesse longe de ser novidade, em 1836 ela adquiriu semântica nova, pois, dentro do horizonte teórico da nulificação, um ato inconstitucional “palpável e perigoso” (como a emancipação) justificava o abandono do pacto de 1787 pelas unidades da federação. Calhoun insistiu no Senado que o poder dos Estados “é original, inerente e soberano”, enquanto o da União é “delegado e derivativo”, sujeito “a ser alterado e rescindido conforme a vontade dos Estados”. A afirmação poderia constar de qualquer página de seu *Exposition and Protest*, e graças a sua doutrina os ultras do Sul deram à ameaça da secessão uma naturalidade e uma recorrência inéditas no Congresso. Henry Wise, deputado da Virgínia, depois de oferecer resolução para declarar que a “Constituição não concede poder de legislação ao Congresso dos Estados Unidos” no assunto da escravidão, completou que “iria para casa e nunca mais retornaria, se a Câmara dissesse que tinha, direta ou indiretamente, aquele poder.” Na linha do “TIREM AS MÃOS DAÍ” de Turnbull, James Hammond prometeu que “abandonará [o Congresso] na hora em que o primeiro passo for dado para legislar

⁴² RD, *Senate*, 24º Congresso, 7 de janeiro de 1836, p. 72-74 e 95-99. O tópico do “uso público” já ocorrera no parecer de 1829 como argumento subsidiário para relativizar, sem negar, os poderes do Congresso sobre o cativo no Distrito de Colúmbia.

sobre o assunto. Irá para casa pregar e, se puder, praticar desunião e, se necessário, guerra civil. Uma revolução se seguirá, e esta União afundará no sangue”. A separação deixara de ser, até mesmo no Congresso, uma ameaça velada, metida nos rebuscos de um discurso retraído, rouquejada de leve aqui e ali. Adquirira o contorno firme da linguagem dos direitos.⁴³

Ao projetar a independência nacional no horizonte da ação política, a doutrina do federalismo separatista implicou uma profunda reformulação da defesa ideológica da escravidão negra nos Estados Unidos, como se vê na fala que James Hammond proferiu na Câmara dos Representantes três semanas depois da exposição constitucional de Calhoun no Senado. Hammond tinha sido aluno de Thomas Cooper no South Carolina College e desde a virada do ano vinha recebendo do ex-professor uma série de cartas pregando que a hora da secessão tinha soado para os sulistas. Em 1 de fevereiro de 1836, no dia mais frio de um inverno nevado que raramente se vê em Washington, ele pediu a palavra para sustentar de um modo novo a proposta de rejeição parlamentar das petições abolicionistas. Hammond percorreu diversos campos do conhecimento. Acerca da Constituição federal, insistiu que a quinta emenda elevava a escravidão ao nível conceitual dos direitos naturais inalienáveis da “vida” e da “liberdade”, dado que os colocava ao alcance exclusivo do Judiciário, não do Legislativo. Na área da economia política, notou que o trabalho individual ou familiar em pequenas propriedades era vantajoso no Norte, enquanto as extensas unidades produtivas agrícolas do Sul, nas quais se empregava “uma grande combinação de trabalho” conforme os ciclos agrários da limpa, semeadura, colheita e pousio, tornavam a escravidão um grande “interesse dos fazendeiros”. Do ponto de vista sociológico, afirmou que “nenhum processo humano pode pôr o negro em igualdade com o branco”, mas que sua escravização produzia “uma aristocracia de talentos, de virtude, de generosidade e de coragem” que colocava o Sul numa posição internacional de destaque. A “escravidão doméstica, regrada como é a nossa, produz a mais alta, a mais timbrada, a mais pura, a mais bem organizada sociedade que jamais existiu na face da terra”. “Dizem que a escravidão é um mal”, perorou, “mas não é. Pelo contrário, é a maior de todas as grandes bênçãos que a Providência derramou sobre a nossa gloriosa região.”⁴⁴

⁴³ *RD, Senate*, 24º Congresso, 7 de janeiro de 1836, p. 97 (Calhoun); *RD, House of Representatives*, 24º Congresso, 8 de janeiro de 1836, p. 2136 (Wise) e 1 de fevereiro de 1836, p. 2456 (Hammond).

⁴⁴ *RD, HR*, 24º Congresso, 1º de fevereiro de 1836, p. 2448-2461. Ver também Drew Gilpin Faust. *James Henry Hammond and the Old South: A Design for Mastery*. Baton Rouge: Louisiana State University Press, 1985, p. 165-185.

No fim do discurso, Hammond confessou ter introduzido no Congresso um tipo sem precedente de defesa ideológica da escravidão. “Senhor, toquei hoje em tópicos que ainda não tinham sido levantados dentro destas paredes. Afastando-me, assim, do silêncio costumeiro que o Sul guarda sobre esse assunto, talvez se pense que fui longe demais. Mas os tempos mudaram.” Sim, os tempos tinham mudado. Não só porque o abolicionismo assomara nos Estados Unidos. Mudaram porque a doutrina constitucional da Nulificação dera materialidade à ideia da secessão:

Não podemos nos justificar perante o mundo por uma causa que talvez sejamos obrigados a tomar [a independência] a fim de manter nossos direitos [a propriedade escrava], sem declarar com coragem quais são os direitos, sem defini-los, sem mostrar que eles são inestimáveis.⁴⁵

A novidade no discurso de Hammond não eram os lugares-comuns em favor da escravidão, uma parte dos quais remontava ao arrazoado ideológico publicado algumas décadas antes na crise do escravismo do sistema atlântico do noroeste europeu e usado em 1820 na própria Crise do Missouri. Sua novidade consistia na reunião de todos eles num único voo teórico sobre os campos dos direitos inalienáveis do homem, da economia política e da sociologia para legitimar uma independência nacional declarada sobre o princípio do cativo humano. Em outras palavras, na elaboração de um discurso que guindava a escravidão à categoria das noções abstratas legitimadoras das revoluções liberais de 1776 a 1824, como os direitos inalienáveis do homem, a liberdade de comércio e o regime constitucional. A apologia radical da escravidão nasceu internacionalista. Não por acaso aflorou mais forte na Carolina do Sul, terra da doutrina constitucional do federalismo separatista e do movimento da nulificação.⁴⁶

⁴⁵ RD, HR, 24º Congresso, 1º de fevereiro de 1836, p. 2460-2461.

⁴⁶ A historiografia norte-americana diverge sobre a definição do termo *proslavery*. Alguns estudiosos o entendem como qualquer discurso que justifique o sistema; outros, como um discurso coerente que defenda o sistema; e ainda há outros que o reservam ao discurso que elogia a escravidão como um sistema de trabalho perpétuo e superior aos demais (exemplos respectivos das três leituras: L. Tise. *Proslavery: A History of the Defense of Slavery in America, 1701-1840*. Athens, GA: The University of Georgia Press, 1987; D. G. Faust (org.). *Ideology of Slavery: Proslavery Thought in the Antebellum South, 1830-1860*. Baton Rouge: Louisiana State University Press, 1981; e J. Ashworth. *Slavery, Capitalism, and Politics in the Antebellum Republic. Vol. 1*, p. 194-195). A confusão tem razões linguísticas e históricas que não precisam ser importadas para o português. Alguns estudiosos brasileiros entendem que a defesa da escravidão significa apenas o que *proslavery* designa na terceira acepção e concluem que, por ela não ter existido no Brasil, ninguém defendeu o instituto no país nem na primeira ou segunda acepções. Um belo exemplo de *non sequitur*. Na língua portuguesa o termo *escravista* está dicionarizado como aquele que se compromete com a escravidão em sentido lato, dado que o sufixo *ista* designa o homem ou a coisa que apoia a instituição. Já a língua inglesa, por ter reservado o termo *slavist* (radical *slave* e sufixo *ist*) para o estudioso da cultura eslava, teve de recorrer ao prefixo *pro* e cunhou o termo *proslavery*. Segundo os processos de formação de palavras, *escravista* e *proslavery* possuem rigorosamente o mesmo significado. Mesmo significado não implica mesmo sentido. Os usos sociais do termo *proslavery* nos Estados Unidos de meados do século 19 deram-lhe uma acepção particular de apologia radical da escravidão (terceira

Congressistas do Norte, com apoio de diversos pares do próprio Sul, repeliram o princípio da rejeição das petições abolicionistas porque, alegavam, ela violaria a primeira emenda da Constituição, que proibia o Congresso de restringir “o direito de fala, de imprensa; ou o direito do povo de se reunir pacificamente e peticionar o governo”. Não era só uma questão de direito. Para os representantes do Norte, a doutrina dos recusadores traria custos políticos nos distritos eleitorais onde sociedades abolicionistas influíam no resultado da votação. Na ótica dos moderados do Sul, se a defesa da escravidão se confundisse com um ataque à liberdade dos cidadãos brancos, o abolicionismo se fortaleceria. Em 8 de fevereiro, depois de dois meses de alteração, Henry Pinckney, um ex-nulificador arregimentado pelo Executivo, apresentou na Câmara dos Representantes duas resoluções conciliatórias a serem encaminhadas para uma Comissão especial, dizendo, respectivamente, que “o Congresso não possui autoridade constitucional para interferir, de nenhuma maneira, na instituição da escravidão em qualquer um dos Estados da Confederação” e que “na opinião desta Casa”, a interferência “sobre a escravidão no Distrito de Colúmbia” era “violação da fé pública”. Quando 34 mil assinaturas antiescravistas se acumularam nas caixas de arquivo morto do Capitólio, a Comissão leu seu parecer. Já era 18 de maio.⁴⁷

A primeira resolução atualizava os acordos políticos de 1791 e de 1820. Com o adjunto adverbial “de nenhuma maneira”, reassegurou que não só o cativo nos Estados existentes era constitucionalmente inviolável (algo dedutível, porém implícito no bill of rights), mas também o comércio de escravos entre eles (corolário, por inferência, do Compromisso do Missouri). Deslizou quase despercebida pelos deputados, a não ser por um ou outro antiescravista como William Slade, de Vermont, que não quis reconhecer que “o Congresso não tem poderes para abolir o tráfico negreiro interestadual”. Com o ponto firmado desde 1820, tais vozes ficaram isoladas e a discórdia girou em torno da segunda resolução. Pinckney gastou metade de seu longo parecer, cuja leitura durou uma hora e meia, sustentando que conviria ao Sul considerar a emancipação em Washington uma violação *da fé pública* apenas, e não *da Constituição*. Fez um alegado sinuoso, com afirmações dando, por assim dizer, ora no cravo, ora na ferradura. Por um lado, pregou que a emancipação na capital federal não podia prescindir de plebiscito local (parecer de 1829) e que os dois Estados concessores

acepção, igual à de Hammond). Neste estudo, para driblar problemas que não existem em português, falo em escravismo/escravista (duas primeiras acepções) e escravismo/escravista radical (última acepção).

⁴⁷ RD, HR, 24º Congresso, 4 de fevereiro de 1836, p. 2482-2486; 8 de fevereiro de 1836, p. 2492-2495; e 18 de maio de 1836, p. 3756-3758.

do território também deviam ser consultados (parecer de 1831). Daí a violação da fé pública (cravo). Por outro, definiu a quinta emenda na linha de Calhoun ou Hammond. A emancipação era inconstitucional (ferradura). O vaivém do texto não conota inépcia de redação. Revela a tenacidade dos adversários. Pinckney procurou seduzi-los a todo custo, oferecendo inclusive uma resolução-surpresa, que o Congresso não tinha examinado, segundo a qual não só as petições, mas também quaisquer outros documentos, inclusive projetos de lei, relativos “à abolição da escravidão devem, sem ser impressos nem encaminhados, ser postos sobre a mesa, de maneira que nenhuma ação seja motivada.”⁴⁸

A última resolução possuía dois objetivos. O primeiro mirava os nulificadores. Ao proibir a *apreciação* de qualquer iniciativa antiescravista na Câmara dos Representantes, ela tornava dispensável a doutrina do federalismo separatista que depositava nos Estados uma autonomia suficientemente dilatada para proteger o cativo. Isto é, redefinia o papel do governo federal perante os desafios surgidos nos Estados para impedir que os Estados redefinissem o lugar da soberania dentro da federação. O segundo objetivo se voltava para os abolicionistas. Permitindo a *recepção* de qualquer iniciativa antiescravista, a resolução contornava o problema do direito de peticionar suprimindo o direito de ser atendido. Nesse sentido, ela era mesmo o que seu apelido acusava ser: uma Gag Rule, a norma da mordação.

Pinckney deu aos representantes do Norte três argumentos para a aprovação de suas resoluções na íntegra. Fez da resistência escrava coletiva um tópico retórico escravista, segundo o qual o assalto do abolicionismo ao centro de decisões do Estado transformaria os conflitos sociais do Sul em conflitos de classe social, numa reedição da “história de Saint Domingue”, das “tentativas de insurgência em Charleston” (episódio de Denmark Vesey) e das “cenas trágicas de Southampton” (Nat Turner). Seguindo uma das ideias ventiladas nos debates fiscais de 1820, a de que as “receitas federais” dependiam das “trocas de mercadorias estrangeiras por produtos do Sul”, equiparou a emancipação escrava à insolvência geral da União. E, dentro da chave de leitura constitucional dos direitos civis consagrada no segundo ciclo da Crise do Missouri, perguntou se o Norte, que “já tem aprovado leis” para “excluir negros livres da residência em seu território”, aceitaria que “eles desfrutassem os mesmos privilégios civis e políticos que cidadãos brancos”. A escravidão, mesmo sendo uma instituição

⁴⁸ O parecer não foi publicado nem no *Register of Debates* nem no *Congressional Globe*. Sua transcrição está no *Congressional Serial Set*, Report n. 691, “Slavery in the District of Columbia”.

local, precisava ser alçada aos valores partilhados pelo consenso na arena política nacional. Pinckney leu para os deputados: “todo patriota verdadeiro tem de estar ciente de que uma crise aflorou na condição política do país, na qual a neutralidade seria criminosa e na qual ele é obrigado a escolher entre a supressão da abolição e a destruição da União”. Era preciso ficar em silêncio. E o silêncio era escravista.⁴⁹

Fístula deixada pela Crise da Nulificação, a referência à fragilidade da União estivera na boca de todos os parlamentares moderados durante a apreciação das petições abolicionistas, facilitando o apoio da deputação do Norte à aprovação das três resoluções recomendadas no parecer. Tal como em 1833, os políticos da Carolina do Sul e outros radicais se viram sem força para impor sua leitura constitucional ao resto da república. Um Hammond desiludido desabafou na Câmara dos Representantes que, se Pinckney “diz que deseja preservar a União”, ele “gostaria de saber desde quando o deputado aprendeu as homilias da União”. O incontido Henry Wise, posteriormente afamado pela truculência verbal e pelo pendor duelista, afirmou duas vezes no plenário que “o vaiou e desprezou como um desertor dos princípios do Sul”.⁵⁰ Esses homens queriam uma declaração oficial de que a abolição em Washington contraditava a quinta emenda porque, com ela nas mãos, rotulariam qualquer ato antiescravista federal de infração constitucional *palpável*, justificadora de um novo movimento de nulificação. Em que pese sua derrota, também como em 1833 seu radicalismo constitucional empurrou a União para um compromisso próximo do que buscavam. No momento em que a emancipação no império britânico ganhava voz no mundo, os abolicionistas norte-americanos perderam o direito de falar aos deputados federais de seu país.

A Gag Rule reeditou o estímulo ao antiescravismo que já tinha sido visto na segunda rodada da Crise do Missouri. Por mais que os ultras do Sul se negassem a ver uma relação de causa e efeito entre seu radicalismo no Congresso e a ação social antiescravista no Norte, o paralelo entre a proteção da propriedade escrava e a restrição da liberdade civil trouxe legitimidade à causa dos abolicionistas. O número de assinaturas recolhidas em suas representações enviadas ao Congresso em intervalos semelhantes deu um salto de 370% em três anos, passando de 34 mil (dezembro de 1835 a maio de 1836) para 163 mil (dezembro de 1838 a março de 1839). A partir de 1837, os abolicionistas também ampliaram os temas das petições. Além da abolição no

⁴⁹ *Congressional Serial Set*, Report n. 691, “Slavery in the District of Columbia”, p. 3, 17-19.

⁵⁰ *RD, HR*, 24º Congresso, 8 de fevereiro de 1836, p. 2496 (Hammond); e 15 de fevereiro de 1836, p. 2534 (Wise).

Distrito de Colúmbia, solicitaram o fim da Gag Rule, a supressão do tráfico negreiro interestadual (pondo em xeque o primeiro Compromisso do Missouri) e a não-anexação do Texas, independente desde 1836. O representante diplomático brasileiro nos Estados Unidos percebeu que a Gag Rule não agradara “nem aos representantes do Sul”, por “reservar ao Congresso o direito de legislar sobre a escravatura no Distrito de Colúmbia”, nem “aos do partido oposto, que veem na determinação final um obstáculo ao cumprimento de seus desejos”, falhando, assim, em seu propósito de restaurar a confiança no sistema político nacional. Ao lado da democracia, preconizou, a discórdia entre uns e outros constituía “um dos vários elementos de dissolução” a pairar sobre “a prosperidade dos Estados Unidos”.⁵¹

O palpite do diplomata podia estar certo no longo prazo, mas ignorou o arranjo político que estava surgindo naquele momento para, entre outras finalidades, proteger a instituição da escravidão no contexto da nulificação, da abolição britânica e da montagem do abolicionismo nos Estados Unidos: o segundo sistema partidário norte-americano. Como já demonstrou a historiografia, o sistema foi dominado por dois partidos – o Democrático, em gestação desde o início da década de 1830, e o Whig, gradualmente montado na segunda metade da década –, que, para controlar o Congresso e chegar à presidência, tinham de evitar pautas que os anatematizavam no Sul ou no Norte. Ambos discutiam na arena nacional o veto do Poder Executivo, a instituição do sufrágio universal, a conversibilidade do papel-moeda e a participação federal no financiamento de obras de infraestrutura. Tais matérias podiam dividi-los no Congresso justamente porque não os dividiam ao longo das linhas seccionais do país.⁵²

O status quo escravista, em contrapartida, era o tema que, sendo capaz de cindir a república ao meio, devia ser deixado de lado na polarização partidária nacional. Isso está longe de implicar que não tivesse peso na organização política dos Estados Unidos. O historiador John Asworth localizou o zênite do quadro partidário whig-democrata entre 1837 e 1843, não por acaso o tempo de vigência da Gag Rule (1836-1844). Ela encarnou o espírito do arranjo. Enquanto os ultras do Sul, tendo em mente o modelo histórico da Grã-Bretanha, queriam considerar o abolicionismo um fenômeno social em expansão contínua, a Gag Rule o redefiniu como um ludíbrio malicioso controlável pela

⁵¹ Para as petições, Henry Lee Miller. *Arguing about Slavery: The Great Battle in the United States Congress*. Nova York: Alfred A. Knopf, 1996, p. 305-309. Ofício de José Francisco de Paula Cavalcanti e Albuquerque a José Inácio Borges, 29 de maio de 1836. AHI, código 233/3/2.

⁵² Ver Joel H. Silbey. *The Shrine of Party: Congressional Voting Behavior, 1841-1852*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1967.

maioria sensata do país. Conferiu, assim, uma clara finalidade histórica ao segundo sistema partidário norte-americano. E, ao entender como “criminosa” até mesmo a neutralidade na luta entre a escravidão e a abolição, fez do antiabolicionismo a ideologia oficial dos Estados Unidos. O ponto era decisivo. Na estrutura federal da república, que protegia os abolicionistas contra leis antiabolicionistas do Sul (da mesma forma que blindava a classe senhorial contra leis antiescravistas do Norte), o consenso oficial em torno da escravidão se tornou um instrumento poderoso para atingir na arena política nacional aqueles que eram inimputáveis na esfera jurídica de seus Estados.⁵³

A leitura constitucional e a ação política dos sulistas radicais, mesmo que não tenham triunfado de modo incontestado na república, impactaram a organização do comércio exterior e reconfiguraram a política nacional dos Estados Unidos. Fossem como estímulos positivos ou negativos, fossem como exemplos ou contraexemplos, a doutrina do federalismo separatista, a remodelação do sistema tarifário e a frente antiabolicionista discutidas no Congresso se inscreveram no campo de atuação dos atores brasileiros e hispano-cubanos na década de 1830. Foi pensando nos Estados Unidos ou contando com as possibilidades sistêmicas criadas pelos Estados Unidos que eles tomaram decisões quando defrontados com três realidades. As oportunidades de mercado abertas pelo fim da escravidão no Caribe britânico. As pressões competitivas que o mercado integrado de commodities da periferia impunha ao G3 do escravismo mundial. E o avanço do antiescravismo como um dado cada vez mais aceito na cultura política do sistema mundial capitalista. É chegada a hora de ver como os outros espaços escravistas do Novo Mundo fizeram a sua política da escravidão na era da liberdade.

⁵³ John Ashworth. *Slavery, Capitalism, and Politics in the Antebellum Republic*, p. 289-492. Convém notar que, especificamente no Sul, o assunto da escravidão, em vez de ser silenciado, se tornou gabarito de elegibilidade nas disputas entre democratas e whigs, isto é, o ponto de referência do eleitor e o principal estoque ideológico do elegível. Ver William Cooper Jr. *Liberty and Slavery*, p. 171-212.

Capítulo 6

A política da escravidão no império espanhol

Jovem impetuoso, olhos azuis, cabeleira copiosa. O letrado cubano José Antonio Saco era aquilo mesmo que seu perfil anunciava: um romântico em sentido pleno, um homem entranhado de convicção que denuncia os males de seu tempo e enxerga no futuro o presente reformado. “Na marcha em que estão os negócios políticos”, escreveu em 1832, “o comércio ilícito de escravos não pode continuar por muito tempo”. Não era fácil publicar uma frase assim em sua terra natal, governada pelo regime de faculdades onímodas, sem liberdade de imprensa nem de tribuna. Mas Saco era vivido. Nascera rico na vila de Bayamo em 1797, ficara órfão de pai e mãe aos 14 anos, fora esbulhado da herança pela parentela pouco amiga e se reerguera por mérito próprio ao ser escolhido professor, aos meros 21, do renomado Seminário de San Carlos, berço intelectual da elite cubana no século 19. Com essa cancha e sem medo de perder o que não tinha, ele resolveu censurar as relações coloniais hispano-cubanas comentando textos estrangeiros sobre terras distantes, um pouco à maneira das *Cartas Chilenas*, do Gonzaga, ou até das *Cartas Persas*, de Montesquieu. O trecho citado acima está numa resenha aparentemente anódina sobre o relato de viagem *Notícias do Brasil*, do Reverendo Walsh, a qual na verdade era uma diatribe contra o tráfico negreiro para Cuba. Noutra, sobre o panfleto anônimo *Estado do Comércio da Grã-Bretanha*, citou passagens reclamando que a metrópole, “sob o pretexto de favorecer o comércio nacional e a exportação de farinhas [...] deu um golpe mortal em suas Antilhas”. A metrópole era a Grã-Bretanha, mas seus leitores quase podiam ler Espanha. Saco pagou caro pela ousadia criptografada. Dois anos depois foi expulso de Havana e partiu num longo autoexílio para a Europa. Seu tempo ainda não tinha chegado. Só voltou a ver Cuba em 1860.¹

Numa vertente importante dos estudos sobre o império espanhol do século 19, a expulsão de Saco sinaliza o início de um período sombrio na história cubana. Até mais ou menos 1830 (diz-se) os proprietários havaneses tinham construído uma aliança com a Coroa na qual ofereceram fidelidade à monarquia no meio de revoluções ou independências e receberam em troca isenções fiscais, direito pleno de propriedade sobre imóveis rurais, liberação do tráfico negreiro legal e instituição do livre comércio.

¹ José Antonio Saco, “*The State of the Commerce of Great Britain with Reference to Colonial and other Produce*”. *Revista Bimestre Cubana*, núm. 6 (mar., 1832): 79-92; e “*Notices of Brasil in 1828 and 1829 by Rev. R. Walsh, Author of a Journey from Constantinople &c.*”. *Revista Bimestre Cubana*, n. 7, maio de 1832, 173-231. Ambas reproduzidas em José Antonio Saco. *Obras (volumen I)*. Introd., org. e notas de Eduardo Torres-Cuevas. Havana: Imagen Contemporanea, 2001, p. 6-18, 28-77. Descrição física em Cirilo Villaverde. *Cecilia Valdés o La Loma del Ángel*. Havana: Instituto Cubano del Libro, 1972, p. 210. Dados biográficos, Eduardo Torres-Cuevas, “José Antonio Saco. La aventura intelectual de una época”. In: J. A. Saco. *Obras (volumen I)*, p. 1-99.

Na década de 1830, a aliança se desfez, e os crioulos foram submetidos *manu militari* a um domínio colonial violento montado sobre o tripé de um sistema tarifário protecionista, de um indesejado contrabando negreiro e da exclusão da representação ultramarina no Parlamento, os pontos, enfim, que Saco malsinou por toda a vida. A interpretação possui um pressuposto, o de que a Espanha, pelo atraso econômico que a impedia de manufaturar e consumir produtos tropicais, adotou parâmetros anacrônicos de gestão imperial, na contramão do desmanche progressivo das relações coloniais clássicas que se via nos domínios britânicos e franceses. De forma unilateral, impôs a Cuba a função fiscal de tapar seus proverbiais déficits orçamentários, o papel macroeconômico de equilibrar sua frágil balança comercial e o fardo mercantil de fomentar sua acanhada marinha mercante e absorver seus caros gêneros alimentícios, entre eles a farinha de trigo.²

Os autores que sustentam a tese do despotismo metropolitano procedem a três recortes de análise. Isolam a política tarifária espanhola das que outros países adotaram nos quadros da ordem mundial pós-vienense. Privilegiam discursos enunciados por autoridades espanholas, dando menor relevo à voz dos colonos. E identificam, por uma operação metonímica, o programa político de Saco e seus colegas ou com a opinião geral dos cubanos ilustrados ou com a opinião particular da elite do Departamento Oriental da ilha (Las Tunas, Holguín, Bayamo, Manzanillo, Baracoa e Santiago), menos desenvolvido que o Ocidental das opulentas Havana, Artemisa, Matanzas, Cárdenas e Güínes. Nos três recortes, os dados de análise são submetidos a uma moldura nacional, a da Espanha já existente ou a de uma Cuba por existir, que cria inevitáveis pontos cegos na interpretação.

Nas páginas seguintes, pretendo demonstrar que o desenho assimétrico que o império espanhol contraiu na década de trinta expressou os interesses de um grupo socioeconômico específico formado na ilha depois de 1815 em decorrência de duas conquistas dos próprios hispano-cubanos analisadas no Capítulo 3 (acima), a

² A leitura remonta ao século 19 e informou os excelentes estudos de Manuel Moreno Fraginals. *Cuba/Espanha, Espanha/Cuba: uma história comum* (1ª ed. em espanhol, 1995). São Paulo: Edusc, 2005, p. 239-256, e *O engenho: complexo sócio-econômico açucareiro cubano* (1ª ed. em espanhol, 1978). São Paulo: Hucitec/Editora Unesp, 1987, vol. II, p. 234-251; de Candelaria Saiz Pastor. *Liberales y esclavistas. El dominio colonial español en Cuba (1833-1868)*. Doutorado. Alicante. Universidad de Alicante, 1990, vol. 1, p. 25-225; e de Josep Maria Fradera. *Gobernar colonias*. Barcelona: Ediciones Península, 1999; *Colonias para después de un imperio*. Barcelona: Bellaterra, 2005, p. 141-182; e “Moments in a Postponed Abolition”. In: Josep M. Fradera e Christopher Schmidt-Nowara. *Slavery & Antislavery in Spain’s Atlantic Empire*. Nova York: Berghahn, 2013, p. 256-290. Para uma crítica semelhante, Christopher Schmidt-Nowara. *Empire and Antislavery: Spain, Cuba, and Puerto Rico, 1833-1874*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1999, p. 9-13.

nacionalização das operações do tráfico negreiro transatlântico e a montagem de um sistema tarifário condizente com as pressões competitivas do mercado integrado mundial de commodities da periferia. Em seguida, argumento que o terceiro tombo do absolutismo na Espanha em 1833 recolocou, para os hispano-cubanos, o problema do repertório de constitucionalização do escravismo num patamar inédito de dramaticidade. O século 19 parecia castigar os espaços que viviam o regime absoluto. Quanto mais tempo nele gastavam, mais acelerada e densa era a experiência histórica da transição. No lapso de três anos apenas (1834-1837) os hispano-cubanos enfrentaram desafios que já existiam em 1812 (perder o controle do Parlamento por ser uma minúscula minoria nas Cortes), que surgiram em 1820 (africanos livres das Comissões Mistas), que apareceram na virada para os anos trinta (abolicionismo anglo-saxão, debate protecionismo vs. livre-cambismo) e que nasceram com a própria reconstitucionalização (guerra civil na Espanha). As páginas seguintes contam a história que aquele grupo socioeconômico, chamado aqui de pró-império conservador, inscreveu no destino de Cuba quando tentou superar tantos desafios simultâneos concebendo o Estado como um meio de contenção da mudança social em tempos de forte crescimento econômico.³

*

Quando varejou as águas do Caribe com seus cruzeiros militares na Guerra Anglo-Saxã de 1812, Londres expulsou negociantes britânicos e norte-americanos do comércio de escravos para Cuba, acelerando o processo de nacionalização das operações negreiras nas Antilhas espanholas. No fim das Guerras Revolucionárias o bastão já mudara de mãos, e os hispano-cubanos mercaram 88% dos 99.613 africanos enviados à ilha entre 1815 e 1820, uma completa inversão da marca registrada para os primeiros doze anos do século (25% por hispano-cubanos vs. 75% por estrangeiros). A farra negreira estava no auge quando, por um instante, a Grã-Bretanha a ameaçou. Em 1817 Londres arrancou da Espanha a promessa de abandonar o tráfico legal de escravos no prazo de três anos, e Madrid, para indenizar os proprietários cubanos, concedeu-lhes regime de liberdade de comércio com a real cédula de 10 de fevereiro de 1818. De repente, duas alternativas sombrias se impuseram à comunidade mercantil em gestação no ultramar espanhol. Na pior delas, o acordo antitráfico a varreria do mapa. Na melhor,

³ Essa formulação retoma e desenvolve a que foi adotada em Márcia Berbel, Rafael Marquese e Tâmis Parron. *Escravidão e política: Brasil e Cuba, c. 1790-1850*. São Paulo: Hucitec, 2010, p. 233-252.

o tráfico negreiro continuaria sob a forma de contrabando, mas a liberdade de comércio a condenaria à mesma divisão internacional do trabalho que engolira a praça luso-brasileira: negociantes nacionais atuando no vácuo deixado pelos concorrentes no corredor África-América, companhias estrangeiras atuando na comercialização internacional do açúcar e do café. Por sorte, os hispano-cubanos safaram-se dos dois destinos. Por ironia, conseguiram-no com a ajuda da própria Grã-Bretanha.⁴

Reestabelecida a paz mundial em Viena, Londres protegeu seu mercado doméstico com a edição da *Corn Law* de 1816, despertando em Washington duas reações que beneficiaram indiretamente a comunidade mercantil espanhola. A primeira delas foi o clima protecionista que redundou no American System, por efeito do qual manufaturados britânicos e artigos tropicais acabaram sobretaxados. Os 2,5¢ e 3¢ que os importadores pagavam pela libra do açúcar mascavo e do café introduzidos na república antes da guerra de 1812 passaram a 3¢ e 5¢, inibindo o salto potencial de seu consumo em massa nos Estados Unidos. Das duas commodities a mais prejudicada foi o açúcar estrangeiro, concorrente do processado na Louisiana. Sua importação estagnou por completo ao longo dos anos vinte, e o aumento da oferta cubana teve de ser comercializado na Europa através de entrepostos na Grã-Bretanha ou na Espanha, sendo realizado, no segundo caso, por negociantes radicados na ilha.

A segunda reação dos Estados Unidos a Londres que pegou de tabela o império espanhol relacionou-se com a farinha de trigo. A necessidade de dar saída à produção barrada pela *Corn Law* levou a república a ampliar seu mercado nas ilhas do Caribe espanhol, onde agentes locais desejavam o trigo norte-americano. Em contrapartida, os espanhóis, porque estavam desfalcados das possessões continentais que tinham declarado independência, dependiam mais que nunca de sua reserva de mercado em Cuba. Resultado direto desse choque de interesses, a lei parlamentar de janeiro de 1822 pôs nas mãos dos hispano-cubanos um regime aduaneiro de bandas fiscais pré-estabelecidas que funcionou se equilibrando sobre os critérios da necessidade fiscal e do protecionismo. As carências tributárias haviam se intensificado na década de 1820 em decorrência de duas percepções. De um lado, a metrópole, destituída de seu antigo império, temia reduzir-se a um segundo Portugal na Europa e tramou recolonizar o

⁴ Estimativas do tráfico em <http://www.slavevoyages.org/>; para as relações dos norte-americanos com o infame comércio para Cuba, Leonardo Marques. *The United States and the Transatlantic Slave Trade to the Americas, 1776-1867*. Doutorado. Emory University, Atlanta. 2013, p. 91-107. Sobre as vicissitudes do tráfico nos dois primeiros decênios do século 19, David Eltis. *Economic Growth and the Ending of the Transatlantic Slave Trade*. Oxford: Oxford University Press, 1987, p. 31-61.

México a partir de Cuba. De outro, os hispano-cubanos temiam que patriotas do Continente revidassem a tentativa de recolonização invadindo a ilha ou conspirando a subversão revolucionária de sua ordem social escravista. As duas percepções levaram à militarização do ultramar, a militarização gerou custos orçamentários, e os custos a necessidade de elevar as taxas alfandegárias.⁵

Mas qual das duas, as de exportação ou as de importação? O assunto foi discutido em 1827 numa comissão especial em Havana (Junta de Auxílios), que optou pela segunda alternativa e justificou-se colando no seu parecer a oscilação negativa dos preços típica do mercado integrado mundial de commodities da periferia: a “baixa de preços nos frutos da ilha, a qual ameaça os fazendeiros, particularmente os de café, até o extremo da ruína”, inviabilizava elevar demais a tributação das exportações. Se “o imposto de exportação faz os fazendeiros contribuírem”, explicaram sem ruborescer, “pela imposição sobre objetos de consumo vêm a contribuir todos os indivíduos como consumidores numa relação que, se não é a mesma para cada classe conforme a utilidade delas, é com relação ao capital que destinam à sua subsistência”. No mesmo ano, Francisco de Arango y Parreño repetiu no Real Consulado o que já havia anunciado na sua apaixonada defesa da liberdade de comércio cubana de 1808: “gravar os produtos de importação que se opõem ao desenvolvimento e fomento de nossa indústria” era desejável, pois habilitariam os hispano-cubanos a abolirem “por completo as contribuições impostas a nossos frutos de exportação”. Arango confiou no rei: “não medirá S. M.”, perguntou-se retoricamente, “nossa possibilidade de obter o que devemos dar a seu real serviço sem derrubar a árvore, como se costuma dizer, para pegar o fruto?” E desconfiou dos livre-cambistas: os que dizem que “nossa exportação depende do nosso consumo” ignoram os preceitos da economia. Ele achava, em contraste com os escravistas da república vizinha, que consumidores cubanos deviam pagar caro para que produtores da ilha e da Península vendessem barato. A democracia de mercado que se formava nos Estados Unidos não tinha lugar no aristocratismo hispânico.⁶

⁵ Para o protecionismo norte-americano e busca de mercados na América ibérica, Brian Schoen. *The Fragile Fabric of Union: Cotton, Federal Politics, and the Global Origins of the Civil War*. Baltimore: The John Hopkins University Press, 2009, p. 61-99. Valor das aduanas do açúcar em Richard Follet. *The Sugar Masters: Planters and Slaves in Louisiana's Cane World, 1820-1860*. Baton Rouge: Louisiana State University Press, 2005, p. 25-26.

⁶ “Arreglo de Derechos”, de 14 de outubro de 1822, transcrito na íntegra em [Anônimo] *Estado actual de la Isla de Cuba y medios que deben adoptarse para fomentar su prosperidad con utilidad de la madre patria*. Madri: Compañía General de Impresores y Libreros, 1838, p. 103-107; “Acta de la Junta de Auxilios, en que se aprobaron los impuestos extraordinarios”, reproduzida em Ramón de la Sagra.

Para *pegar o fruto sem derrubar a árvore*, os hispano-cubanos deixaram os impostos de importação voarem alto. A aduana sobre a farinha de trigo estrangeira subiu, em 1824, para 5 pesos (se fretada em casco espanhol) e 7 (em estrangeiro). Quatro anos depois, estava em 5,18 e 7,5 pesos (p). Uma Real Ordem de 1830 a colocou em 7 e 9,5 p. Outra de 1834, em 8,5 e 9,5 p. Até a farinha espanhola passou a pagar 0,875 p, em seguida 1,5 p e finalmente 2 p (1824, 1830 e 1834, respectivamente).⁷ Assim também a taxa de tonelagem, cobrada sobre o volume dos espaços internos dos navios. A alfândega havanesa coletava 5 reales de vellón por tonelada cúbica dos barcos espanhóis, 8 dos norte-americanos e 20 dos demais. O intendente da Fazenda Claudio Martínez de Pinillos igualou por cima a dos estrangeiros e, aproveitando que o vocábulo reales aparecia nos documentos sem adjunto adnominal, decidiu que denotava *reales de prata*, não de *reales de vellón*. Assim, a taxa subiu de 0,25 para 0,62 pesos por tonelada em barcos nacionais e de 1 para 2,5 pesos por tonelada em estrangeiros. Sua hermenêutica fiscal foi recebida com um misto de apuro e resignação por William Shaler, cônsul norte-americano que acabara de voltar de Havana. “É bem verdade que o intendente tem o direito de regular o comércio desta ilha, sujeito sempre à decisão [posterior] do rei. Possuindo esse poder, ele pode impor tais tarifas como julga mais apropriadas.” Os frutos estavam sendo colhidos. Graças ao compromisso tarifário, o Estado espanhol levou o seu, os proprietários do ultramar se livraram da tributação direta, os negociantes que operavam em Cuba ampliaram os canais de acumulação de capital, os cultivadores de trigo na Espanha ganharam um rico mercado consumidor, a indústria naval cresceu. Tudo perfeito? Faltou combinar com os norte-americanos.⁸

Historia económico-política y estadística de la isla de Cuba, ó sea, de sus progresos en la población, la agricultura, el comercio y las rentas. Havana: Viuda de Arazoza y Soler, 1831, p. 372-378; e Francisco de Arango y Parreño, “Informe al Real Consulado de la Habana, en el expediente para formar las instrucciones y proponer a la persona que se encargue de la comisión de pasar a Jamaica a examinar el estado de adelanto en que halla esa isla con respecto al cultivo y elaboración de los frutos coloniales.” In: *Obras (volumen II)*. Havana: 2005, p. 238-254.

⁷ Até a década de 1860, a Espanha manteve um sistema monetário pré-decimal. O peso espanhol, ao qual o dólar equivalia em valor, se subdividia em 8 unidades de reales de prata ou em 20 de reales de vellón.. Sete reales de prata são, por exemplo, 0,875 peso. Quatro pesos e 3 reales de prata não dão 4,3 pesos, mas sim 4,375 pesos. Sempre que possível será feita a conversão para o sistema decimal em pesos.

⁸ Para o valor das tarifas em 1826, *The Mercantile Weekly Report*, 30/09/1826, p. 3, incluída no ofício de Thomas M. Rodney, cônsul em Havana, a Henry Clay, 30/09/1826, U. S. National Archives (USNA). Record Group 59, vol. 5. Para o das taxas de 1829, *The Mercantile Weekly Report*, 21/10/1829, p. 3, ofício de William Shaler, cônsul em Havana, a Martin Van Buren, 05/11/1829, USNA. RG 59, vol. 5. A Real Ordem de 4 de novembro de 1830 está em ofício de Cornelius Van Ness, ministro na Espanha, a Martin Van Buren, 06/12/1830, USNA. RG 59, m. 31, rolo 30. Seus valores não coincidem com os publicados em várias edições do *The Mercantile Weekly Report* (16/07, 23/07, 06/08, 30/08, 03/09, 10/09, 17/10, 24/10 e 01/10 de 1831), nas quais preferi basear-me. A Real Ordem de 30 de junho de 1834 está em ofício de Cornelius Van Ness, Madri, a Louis McLane, 30/06/1834, USNA. RG 59, m. 31, rolo 31. A

“É pouco provável que nos seja feita justiça a não ser que adotemos um tom duro”, escreveu Shaler ao secretário de Estado e futuro presidente Martin Van Buren. Na chancelaria de Washington, justiça significava dinheiro. Tomando-se por base algumas variáveis (sistema tributário cubano, média anual do volume de farinha negociada, preços de sua compra nos Estados Unidos e sua venda em Havana, número de barcos norte-americanos usados em seu transporte), é possível contabilizar o tamanho da injustiça espanhola. Dos dados emerge um navio mercante ideal-típico de Nova Orleans, com arqueação de 160 t, estivado com 1.100 barricas do farináceo e batizado de *Liberty*. Em cinco anos *Liberty* atravessou tormentas cada vez maiores no balancete em sua viagem de ida a Havana: lucro de 104 p a 929 p em 1826 (conforme preços de venda na baixa e na alta), prejuízo de 411 a 273 p em 1829 e perda de 688 p ou ganho de 18 p em 1831. Sob bandeira espanhola, o barco que discorresse o mesmo trajeto registraria naqueles anos: lucro de 2.424 a 3.249 p, de 2.432 a 2.570 p, de 2.518 a 3.068 p. A injustiça – ou diferença no caixa dos dois navios – era de 2.320 p em 1826, 2.843 p em 1829 e 3.050 p em 1831. “Nossos passos para remediar isso”, prescreveu o cônsul, “serão primeiro reclamar ao rei e ao Conselho por meio de nosso ministro ou outro representante; e, diante do fracasso da iniciativa, cobrar uma tarifa correspondente sobre os navios espanhóis procedentes da ilha de Cuba.”⁹

De início, o Departamento de Estado se limitou a usar em suas instruções ao diplomata lotado na Espanha as reduções fiscais recém-obtidas por McDuffie no

tramoia na taxa de tonelagem foi comentada em ofício de Thomas M. Rodney, Wilmington, a Martin Van Buren 23/07/1829, USNA. RG 59, vol. 5.

⁹ A embarcação norte-americana típica surgiu de um cálculo longo, porém simples, referente ao ano-base de 1837: divisão do número total de embarcações norte-americanas que deram entrada no consulado norte-americano em Havana por sua tonelagem de arqueação; contagem dos navios que levaram farinha dos Estados Unidos a Havana e divisão do número total de barricas vendidas dos EUA a Cuba pelo de navios empregados em seu transporte (barricas de trigo por viagem); dólares declarados na alfândega dos Estados Unidos pelo total de barricas vendidas a Cuba (preço de compra); para ganhos e perdas, subtraí do preço de venda, disponível no *The Mercantile Weekly Report*, o de compra, as aduanas e as taxas de tonelagem dos respectivos anos. Há leves distorções: barcos arrolados são apenas de Havana, a farinha de trigo norte-americana também entrou por outros portos da ilha. Mas o sentido geral da estimativa se sustenta. Em 1841, um barco de Nova Orleans com arqueação de 140 toneladas levou 650 barricas de farinha de trigo, completando seu porão com 13 toneladas de toucinho e 4 toneladas de presunto. Ver *The Commercial. Relations of the United States with Foreign Nations; Comparative Tariffs; Tabular Statements*. Washington: Gales and Seaton, 1842, p. 32-33. Fontes usadas no cálculo: “Consular Statement of Fees received at Havana from the first day of January to the thirtieth day of June, 1837 inclusive” e “Consular Statement of Fees received at Havana from the first day of July to the thirtieth first day of December 1837 inclusive”, ofício de Nicholas Trist a John Forsyth, 23/11/1838, p. 119-282, USNA. RG 59, vol. 8; *Report of the Secretary of the Commerce and Navigation of the United States for the year ending on the 30th September, 1823*. Washington: Gales and Seaton, 1824, p. 80-81; idem de 1827 (edição de 1828), p. 140-141 e de 1831 (1832), p. 212-213; e edições de 30/09/1826, 21/10/1829 e 16/07, 23/07, 06/08, 30/08, 03/09, 10/09, 17/10, 24/10 e 01/10 de 1831 do *The Mercantile Weekly Report*. Citações no ofício de Thomas M. Rodney, Wilmington, a Martin Van Buren 23/07/1829, USNA. RG 59, vol. 5.

Congresso. Devia lembrar Madri que “os direitos sobre o arroz e a farinha de trigo” em Cuba “foram ainda mais aumentados, ao passo que nos Estados Unidos os direitos sobre duas mercadorias de Cuba, café e melaço, foram enormemente reduzidos.” A Espanha fez ouvidos de mercador, e Washington, engolfada ela mesma nas batalhas da Nulificação, editou em julho de 1832 uma sanção tímida impondo tarifa adicional, equivalente à taxa de tonelagem paga em Havana, aos navios espanhóis surtos nos portos norte-americanos. Feito o pacto de 1º de março de 1833 que findou a Crise da Nulificação, a república saiu do compasso de espera. “Até aqui o presidente se recusou a recomendar tal medida [uma dura retaliação]”, disse o secretário de Estado ao diplomata em Madri três semanas mais tarde, “mas ela não poderá ser adiada para além do próximo Congresso, por mais indispostos que estejamos a entrar numa guerra de restrições.” Quem trouxe para a Câmara dos Representantes uma nova represália à Espanha foi ninguém menos que o nulificador e futuro autor da Gag Rule Henry Pinckney, então na relatoria da Comissão de Comércio. A cena é cômica: um livre-cambista a pedir votos dos colegas por aduanas altas depois de quase ter ateadado uma guerra civil no país pela redução delas. Pinckney usou de cautela no parecer que apresentou à Casa: “Nem poderá a comissão conceber ou admitir que a adoção desta lei irá de alguma forma interferir no nosso sistema tarifário, tal como estabelecido pelo compromisso de março de 1833. Não possui nenhuma relação com aquele ato, nem pode ele reabrir a questão da agenda protecionista.” Ponto ganho. De março de 1835 em diante, os barcos espanhóis tiveram de depositar na alfândega dos Estados Unidos uma taxa “correspondente ao montante das tarifas discriminatórias” cobradas em Havana sobre a bandeira norte-americana. Contrariando a previsão de Arango, a colheita dos frutos derrubara uma árvore. Não há consenso sobre qual foi a árvore sacrificada.¹⁰

Levada pela frase elegante de Saco ou pela panfletagem despoética dos livre-cambistas norte-americanos, a historiografia entende que a metrópole impôs à colônia um protecionismo escorchante a partir da Real Ordem de 1830 e que a retaliação dos Estados Unidos ceifou a cafeicultura cubana em seu mercado doméstico. O Congresso teria elevado “um direito especial sobre o café cubano”, ao mesmo tempo que eliminou “o imposto sobre o grão para seus provedores restantes”. Ou então os “interesses

¹⁰ Despachos do Departamento de Estado a Cornelius Van Ness, ministro em Madri, de 25/4/1831 e 24/03/1834. In: “Trade between United States and Cuba and Porto Rico”, documento n. 170, *House of Representatives*, 23º Congresso, 1ª sessão, p. 3-6; “Tonnage Duties – Cuba and Porto Rico”, parecer n. 468, *HR*, 23º Congresso, 1ª sessão, 17 de maio de 1834, p. 8; e “An Act Concerning Tonnage Duty on Spanish Vessels”, de 30 de junho de 1834, nos *Public Statutes at Large of the United States of America*. Boston: Charles Little and James Brown, 1846, p. 741.

agrícolas e navais norte-americanos” teriam desenvolvido “intensa campanha contra o café cubano”. Nativismo, nacionalismo, anti-imperialismo, cada lente emprestou à questão os fatos que nela quis ver.¹¹

A retaliação tarifária norte-americana não visou o café. Mirou, e atingiu, os navios espanhóis que, sob o escudo da legislação hispano-cubana, vinham avançando no corredor mercantil Cuba-EUA. Sua evolução é ilustrada no gráfico abaixo:

Fonte: *Letter from the Secretary of the Treasury, Transmitting Statements of the Commerce and Navigation of the United States for the Year Ending on the 30th September, 1826*. Washington: Gales and Seaton, 1827, p. 286; 1827 (ed. de 1828), p. 294; 1828 (1829), p. 246; 1829 (1830), p. 201, 253, 261 e 267; 1830 (1831), p. 101, 115, 185, 235, 239, 243, 253, 259, 265; 1831 (1832), p. 99, 185, 245, 253, 259, 265; 1832 (1833), p. 99, 245, 253, 259, 265; 1833 (1834), p. 113, 207, 267, 275, 281; 1834 (1835), p. 117, 199, 251, 259, 263, 266, 274; 1835 (1836), 115, 197, 249, 257, 261; 1836 (1837), p. 115, 199, 251, 259, 263; 1837 (1838), p. 117, 211, 263, 271, 275; 1838 (1839), p. 119, 201, 251, 259, 263; 1839 (1840), p. 119, 205, 255, 263. O ano-base deste e dos próximos gráficos é fiscal. Começa em 1 de outubro e termina em 30 de setembro.

É possível insistir na *tese do declínio da cafeicultura por retaliação tarifária* alegando, como de fato se faz, que a queda abrupta na linha verde implicou a exclusão do café cubano do mercado norte-americano. O argumento supõe três assertivas. Barcos espanhóis transportavam carregamentos expressivos de café. Esses carregamentos só

¹¹ Citações tiradas de Philip S. Foner. *Historia de Cuba y sus relaciones com los Estados Unidos*. Vol. 1, 1492-1845: *De la conquista de Cuba a la Conspiración de La Escalera* (1ª ed. em inglês, 1962). La Habana: Editora Universitaria, 1966, p. 251; e de Manuel Moreno Fraginals. *Cuba/Espanha, Espanha/Cuba*, p. 259. Ver também Levi Marrero. *Cuba: Economía y Sociedad. Azúcar, Ilustración y Conciencia (1763-1868)*. Madri: Editora Mayor, vol. 3, 1984, p. 119. A leitura surgiu em meados do próprio século 19, como se nota em Vicente Vázquez Queipo. *Colección de varios artículos en defensa del Informe Fiscal: cuestión de harinas*. Madri: Alegría, 1848, p. 16-17.

podiam ser feitos em barcos espanhóis. O grão cubano perdeu sua liderança nos Estados Unidos a contar de 1836.

A primeira das afirmações é plausível. Negociantes norte-americanos em Havana afirmaram unânimes, numa enquete encomendada pelo Departamento de Estado em 1833 para a elaboração da segunda sanção do Congresso, que o único artigo da ilha levado em bandeira espanhola era o café e que o principal item que ela trazia, na torna-viagem, era o trigo. Os dois eventos explicam a barriga das linhas verde e roxa e o tombo da linha vermelha entre 1829 e 1834. A segunda afirmação é improvável. O grão cubano fora despachado apenas em navios norte-americanos quando conquistou o mercado da república entre 1808 e 1825. Dizer que seu transporte dependia da bandeira espanhola é tomar por regra o que era exceção. Pior: é achar que as mercadorias eram comercializadas por donos de navios, não por casas comerciais que consignavam barcos conforme a conveniência do instante. Os historiadores espanhóis Angel Bahamonde e José Cayuela descobriram uma enorme penetração de negociantes hispano-cubanos na comercialização dos frutos da ilha para a Europa e para os Estados Unidos, com suas sucursais e trapiches em Londres, Bordeaux, Cádiz, Barcelona, Santander, Nova York, Mobile e Nova Orleans. A papelada consular dos Estados Unidos confirma a descoberta. Só as companhias de Antonio José Mariátegui e Carlos Drake consignaram 39% das viagens que barcos norte-americanos fizeram entre Cuba e Estados Unidos no primeiro semestre de 1835. Quando a segunda sanção norte-americana pesou no bolso, deslizaram para a bandeira das estrelas e listras, consignando 52% das embarcações dos Estados Unidos e mostrando, mais uma vez e sempre, que a nação do negociante é seu capital. Se o valor das exportações dos Estados Unidos a Cuba em barcos norte-americanos (linha vermelha) voltou a níveis normais no fim da década, por que não aconteceria o mesmo com o café da colônia? Por fim, a terceira assertiva é mito. O café brasileiro desbancou o cubano no mercado norte-americano entre 1828 e 1834, antes de a bandeira espanhola ser recolhida no comércio entre Cuba e Estados Unidos.¹²

Apenas de modo indireto e tardio a guerra tributária pode ter atingido a cafeicultura cubana. Depois de 1835 ela espremeu a margem de lucro das casas

¹² Angel Bahamonde e Jose Cayuela. *Hacer las Américas. Las elites coloniales españolas en el siglo XIX*. Madri: Alianza Editorial, 1992. Enquete nos arquivos de Nicholas Trist, Washington, a Louis McLane, 23/09/1833, e de Cleveland, Havana, 14/12/1833, USNA. RG 59, vol. 6. Dados das consignações retirados do “Consular Statement of Fees received at Havana from the first day of January to the thirtieth day of June, 1835 inclusive” e do “Consular Statement of Fees received at Havana from the first day of January to the thirtieth day of June, 1837 inclusive”, incluídos nos arquivos de Nicholas Trist, Havana, a John Forsyth, 27/09/1836 e 23/11/1838. USNA. RG 59, respectivamente vol. 7 e 8.

comerciais. Se não pagassem impostos proibitivos em Havana, pagavam-nos nos Estados Unidos, e vice-versa. Para escapar do cerco, algumas preferiam consignar navios norte-americanos que entrassem em lastro em Havana para carregá-los só na volta ao Continente. 17% das viagens de 1837 foram assim. O prejuízo na carreira de ida – contraído com navios carregados de farinha ou em lastro – tinha de ser compensado na de volta. Para tanto, os intermediários regateavam o preço de compra dos artigos tropicais em Cuba ou aumentavam o preço de sua venda nos Estados Unidos. No caso do açúcar, o repasse era possível: Cuba era price-maker do item, havia margem de negociação nas duas pontas do processo. No do café, não. O Brasil se tornara seu price-maker em 1831: ou o fazendeiro vendia mais barato do que já o obrigava seu concorrente brasileiro ou via seu artigo chegar caro aos armazéns norte-americanos. A dificuldade, é bom lembrar, surgiu só em março de 1835, ao passo que o plantio do café na ilha deixara de se expandir desde 1829, inibido pelos saltos exponenciais da produção brasileira. A guerra tarifária entre Cuba e Estados Unidos terá sacrificado algumas árvores, mas não foi ela que acabou com a lavoura do café.¹³

As páginas anteriores sugerem que, de 1815 a 1830, Cuba atravessou uma revolução econômica que os dados de sua produção agrícola não traduzem com precisão. Em quinze anos, a exportação açucareira da ilha passou de 45 mil a 105 mil toneladas métricas, alta de 133% contra a de, no máximo, 57% do resto da produção mundial processada com cana-de-açúcar. Líder nesse ramo do mercado internacional, a colônia ainda encabeçou o do café por boa parte daqueles anos. Feitos notáveis, sem dúvida, porém eles não dizem tudo. Para aquilatar a remodelação institucional do império espanhol na década de 1830 que criou uma nova relação entre Estado e sociedade no ultramar, não se pode perder de vista três fenômenos que deram liga na segunda quinzena do século: a nacionalização do tráfico negreiro transatlântico iniciada no fim da era legal e mantida na do contrabando; a militarização da colônia, que gerou um rico comércio de abastecimento de tropas e a necessidade de revisão das pautas alfandegárias ultramarinas; e a montagem, acordada por metropolitanos e colonos perante os desafios do mercado integrado mundial de commodities da periferia, de um sistema tarifário protecionista que estimulou a penetração hispano-cubana na comercialização internacional do açúcar e do café. Unidos, os três sucessos propiciaram

¹³ Dados de exportação no próximo Capítulo (infra). Para viagens em lastro, “Consular Statement of Fees received at Havana from the first day of January to the thirtieth day of June, 1837 inclusive”. Sobre a superior produtividade do solo na cafeicultura brasileira, Rafael Marquese, “Capitalismo, escravidão e a economia cafeeira do Brasil no longo século XIX”, *Saeculum*, núm. 29 (jul.-dez. 2013): 289-321.

canais de acumulação acelerada de capital nos quais se formou um grupo socioeconômico de início constituído por negociantes peninsulares e grandes *hacendados* cubanos que se identificavam, ambos, com a estrutura vigente do império espanhol. O bando, chamado por outros especialistas de *pró-peninsular*, se chamará aqui *pró-império conservador*, concedido que, para ele, a Península era vital ao ultramar, e o ultramar era vital à Península. Sua atitude ideológica se opôs à do *pró-império reformista*, de José Antonio Saco, que englobava muitos proprietários, alguns negociantes e um punhado de batalhões constitucionalistas das tropas peninsulares. Conservadores e reformistas se toleraram na década de 1820, até que mudanças sistêmicas, ocorridas dentro e fora de casa, os puseram em choque frontal na seguinte.¹⁴

Primeiro, mudanças fora de casa. A fermentação do antiescravismo em abolicionismo no Atlântico Norte exumara, nas sociedades escravistas do Novo Mundo, o problema da luta de classes entre senhores e escravos que os Estados liberais tinham se esforçado por enterrar bem enterrado na Era das Revoluções. Seu impacto no Sul dos Estados Unidos fora ambivalente, encorajando moderados antiescravistas da Virgínia a condenarem a escravidão e escravistas radicais da Carolina do Sul a condenarem o antiescravismo. A ascensão do movimento despertou, em Cuba, respostas igualmente contrárias. William Shaler, o já mencionado cônsul da república em Havana, viu as coisas só de um lado quando, ao saber da revolta escrava eclodida na Jamaica em 1831 e vinculada à radicalização do abolicionismo metropolitano, palpitou: “a revolução na Jamaica parece ser o início de uma nova era”, isto é, a da solidariedade horizontal dos escravizados nas colônias e sua integração vertical com os homens livres da metrópole. Nessa nova era, os Estados Unidos, por “comunidade de interesses”, “devem tornar-se o

¹⁴ Quando referente aos hispano-cubanos, o termo *conservador*, é bom que se explicita, não possui conotação partidária (ser do partido conservador); apenas descreve uma posição política antirreformista. Para o mapeamento dos “pró-peninsulares”, Angel Bahamonde e Jose Cayuela. *Hacer las Américas*, p. 31-52. Como advertem os autores, fazendeiros cubanos e negociantes espanhóis compõem dois perfis socioeconômicos que a “especialização econômica” no conjunto do império espanhol, não a determinação geográfica do lugar de nascimento, ajudou a formar, antagonizar e pôr em harmonia. Sobre a formação da comunidade mercantil hispano-cubana, Martín Rodrigo y Alharilla, “Barcelona i el món americà”. In: M. Rodrigo y Aharilla (org.) *Les bases colonials de Barcelona, 1765-1968*. Barcelona: Museu d’Història de Barcelona, 2014, p. 9-18. Para o efeito orçamentário das reformas fiscais, Saiz Pastor, Candelaria, “Imperio de Ultramar y fiscalidad colonial”. In: Palazón Ferrando, Salvador e Saiz Pastor, C. *La ilusión de un império. Las relaciones económicas hispano-cubanas en el siglo XIX*. Alicante, Espanha: Universidad de Alicante, 1998, p.77-94; e, da mesma autora, *Liberales y esclavistas*, p. 75-206. Dados da elaboração açucareira cubana e mundial, Manuel Moreno Friginals. *O engenho*, vol. III, “Quadro I” e “Quadro II”. Seus índices para o fabrico mundial são de 1820 em diante; retrocedi até 1815 usando a taxa de crescimento cubana, a fim de obter uma estimativa conservadora. Os do café estão em Mario Samper e Radin Fernando, “Historical Statistics of Coffee Production and Trade from 1700 to 1960”. In: W. G. Clarence-Smith e Steven Topik (orgs.). *The Global Coffee Economy in Africa, Asia, and Latin America, 1500-1989*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003, p. 428 e 432.

árbitro do destino de Cuba”. Shaler acertou no longo prazo. O abolicionismo apertou os laços escravistas que atavam a ilha ao continente. Mas errou no curto.¹⁵

Três meses depois da criação da imediatista Anti-Slavery Society na Grã-Bretanha, Arango y Parreño sugeriu à Coroa que levasse a sério a hipótese de estourar o contrabando negreiro para Cuba. O guru dos hacendados cruzara a linha da heresia. Traduziu um ensaio emancipacionista francês e uma fala antiescravista da Virgínia, e deu-lhes um preâmbulo antenado, no qual dizia que a Grã-Bretanha acabara de obter do Brasil “um decreto aplicando a pena estabelecida pelo artigo 173 de seu Código Criminal ao introdutor de negros”, a lei de 7 de novembro de 1831. Cuba, pensou, estava isolada. Ao tempo que seu material seguia para Madri (maio de 1832), Saco resenhou as *Notícias do Brasil*. Mostrou que a população de cor livre crescia mais que as outras nas Antilhas, tópico do ensaio traduzido por Arango, e perguntou: “só consideramos a força numérica da população de cor”, mas e “se considerássemos essa enorme massa” à luz das “leis filantrópicas ditadas por algumas nações”, dos “eloquentes debates parlamentares” e das “recentes comoções em vários pontos do arquipélago”? “Se essa mãe querida [Espanha]”, indagou traindo seu conhecimento dos textos de Arango e sua confiança no poder deles de mover a Coroa, “perguntasse quais são as medidas que tomamos para sacá-la [Cuba] do perigo”, seus “bons filhos” pediriam, exatamente como Arango estava fazendo, o fim do contrabando. Ao contrário de Shaler, Saco achava os Estados Unidos incapazes de salvar a ilha, visto que sua imagem internacional ainda era a do antiescravismo moderado vendida pela American Colonization Society, não a do antiabolicionismo fixada em seu segundo sistema partidário: “compram terrenos na costa da África”, “fomentam a emigração da gente de cor” e logo “perseguirão com rigor os piratas negreiros”. Um amigo concordava: “Prescindamos da justiça ou da injustiça; trata-se apenas dos fatos: os ingleses, o mundo cristão, todos, ao mesmo tempo, têm interesse em abolir a escravidão e tentam fazê-lo. Que faremos nós?” Mais que isolada, Cuba estava cercada.¹⁶

E, depois, mudanças dentro de casa. A morte de Fernando VII em agosto de 1833, mês do Abolition Act no império britânico, tornou a viúva Maria Cristina de

¹⁵ Ofício de William Shaler, Havana, a Martin Van Buren, 31/01/1831. USNA. RG 59, vol. 5.

¹⁶ Francisco de Arango y Parreño, “Representación al rey sobre la extinción del tráfico de negros y medios de mejorar la suerte de los esclavos coloniales”. In: *Obras (volumen II)*, p. 334-423. A representação é de 28 de maio de 1832, mês da publicação do número 7 da *Revista Bimestre Cubana*, o qual trouxe a resenha antitráfico de Saco. As frases da resenha estão nas páginas 227-230 da *Revista*. A última citação é de José de la Luz y Caballero. *Obras*. Barcelona: Red Ediciones, 2013, vol. 5, carta a Saco de 30/05/1836, p. 145-146.

Bourbon regente em nome da herdeira D. Isabel, de apenas três anos incompletos. Maria Cristina outorgou uma Carta (Estatuto Real, 1834) que estabelecia regime representativo dotado de uma câmara alta nomeada pela Coroa e de outra baixa, o Estamento de Procuradores, eleita por sufrágio censitário. Encorajados pelo abolicionismo atlântico, os reformistas cubanos viram no réquiem de Fernando VII o prelúdio de seu próprio concerto. Eles tinham trabalhado para criar uma “Comissão Permanente de Literatura” no interior da Real Sociedad Económica e, apesar da oposição, conseguiram. Eles tinham suado para dar à Comissão um periódico dirigido por Saco, a polêmica *Revista Bimestre Cubana*, e, apesar da oposição, conseguiram. Eles tinham lutado pela permissão para criar sua própria instituição, a Academia o Instituto Habanero de Literatura, e, apesar da oposição, conseguiram. Com a abertura do regime político e o fim da censura de imprensa, que mais não conseguiriam? A supressão do contrabando negreiro e a revisão das pautas protecionistas pairaram no horizonte do possível.¹⁷

Para desengano dos reformistas, o capitão-general que o recém-instituído gabinete liberal nomeou para Cuba fechou com grupo pró-império conservador e fez sua primeira baixa 40 dias depois de assumir o cargo: expulsou José Antonio Saco de Havana. Juan Bernardo O’Gavan, o cubano que no Triênio abraçara a causa dos negreiros, combatera a liberdade de imprensa e solicitara poderes discricionários à capitania-general, formulou o pedido do desterro. Pinillos, o cérebro da reforma tarifária protecionista dos anos vinte, aprovou-o: “declamavam contra minha conduta”, “foi preciso lançá-los fora dela [da ilha] por inquietos e perturbadores da paz pública”. Saco passou à Espanha e da Espanha à França. Na Europa podia publicar suas convicções à vontade. Os reformistas sabiam que tinham perdido um homem, mas não sabiam que tinham acabado de ganhar um fecundo ideólogo e, talvez, até um mártir popular. Em Madri Saco escreveu a *Carta de un patriota*, na qual simulou a voz de um havanês dando instruções eleitorais aos delegados da ilha escolhidos para o Estamento de Procuradores. Bateu no sistema tarifário: “Incumbe, pois, a nossos deputados pedir uma redução considerável das contribuições que pagamos”, visto que a concorrência de “rivals poderosos” na produção de café e açúcar deixava “abatido o preço em que se vendem”. Cantou a liberdade de imprensa. Pregou o fim do contrabando negreiro. E,

¹⁷ Josef Opatrný. “El Estado-nación o la ‘cubanidad’: los dilemas de los portavoces de los criollos cubanos de la época antes de La Escalera.” In: M.Dolores González-Ripoll; C.Naranjo; A.Ferrer; G.García; J. Opatrný. *El Rumor de Haití en Cuba: Temor, Raza y Rebeldía, 1789-1844*. Madri: CSIC, 2004, p. 321-416.

novidade, estrilou contra as faculdades onímodas: “O bastão que antes empunhavam nossos governantes passou às mãos de um Ditador”; “sem provas, sem formação de culpa, sem escrever um parágrafo sequer, fulminam-se desterros contra cidadãos honrados”. Eis Saco, no auge da forma e da raiva, esbanjando autobiografia num escrito anônimo.¹⁸

A mensagem antitarifária falava ao bolso, a da injustiça do exílio, ao coração. Em 1835 os cubanos elegeram Andrés de Arango, Juan Montalvo y Castillo, José Serapio Mojarrieta e Juan Kindelán para o Estamento de Procuradores, nenhum deles porta-voz dos conservadores pró-império. Kindelán botaria para fora seu espírito revolucionário em Santiago no ano seguinte. Mojarrieta censurou no Parlamento em Madri o sistema tarifário de Pinillos e as faculdades onímodas da capitania-general. Montalvo pediu, na mesma tribuna, liberdade imediata às instituições locais de Cuba. E Andrés de Arango, que votava muito e falava pouco, concordou com todos. O futuro da ilha parecia depender, assim, de sua base senhorial e mercantil: o grosso dela passaria um cheque em branco a Saco e àqueles reformistas que elegera em 1835 ou se arrebanharia, arrependida, em torno do capitão-general? Quem era, afinal, o ditador com “D” que fabricara o mártir?¹⁹

Taconense, taconil, taconiano, taconação, tacones, taconistas, poucos substantivos próprios possuem na língua espanhola um processo de formação de palavras por derivação sufixal tão rico como o principal sobrenome de Miguel Tacón y Rosique. Militar de formação e capitão-general de Cuba de 1834 a 1838, Tacón costuma ser descrito como um homem armado de natural fereza que degenerou em neurótico depois de ser derrotado nas guerras de independência do continente americano. Um indivíduo que, desde então, viveu tomado por prevenções destemperadas contra os filhos do Novo Mundo. Esse perfil psicológico e político, tirado da pena zombeteira dos coevos, passou

¹⁸ José Antonio Saco, “Justa defensa de la academia cubana de literatura”, “representación de Don José Antonio Saco al excmo. señor gobernador y capitán-general Don Minguel Tacón” e “Carta de un patriota, o sea, clamor de los cubanos dirigidos a sus procuradores”. *Obras (volumen III)*. Havana: Imagen Contemporanea, 2001, p. 23-56, 57-74 e 75-91. Para O’Gavan, seção 2 do capítulo anterior e Eduardo Torres-Cuevas, “José Antonio Saco. La aventura intelectual de una época”, p. 38-40. Opinião de Claudio Martínez de Pinillos em ofício ao secretário de Estado e do Despacho de Fazenda, Archivo Nacional de Cuba (ANC), Havana, Fondo de Asuntos Políticos (FAP), 4 de fevereiro de 1836, legajo 133, pasta 13, fo. 336-341.

¹⁹ Falas dos representantes cubanos, *Diario de las Sesiones de Cortes. Estamento de Procuradores*, 2 de janeiro de 1836, p. 239 (Mojarrieta), 20 de janeiro de 1836, p. 516 (Montalvo). Mojarrieta, Montalvo, Kindelán e Arango, com dois deputados de Porto Rico, entregaram ao Executivo longo arrazoado contra o regime das faculdades onímodas em 7 de janeiro de 1836, reproduzido em Olga Portuondo Zúñiga (org.). *El Departamento Oriental en documentos. Tomo II (1800-1868)*. Santiago, Cuba: Editorial Oriente, 2012, p. 230-236.

à historiografia do século 20, e seu sucesso justifica-se. Nos quatro anos do governo de Tacón, jogou-se o destino político que Cuba conheceria até o fim do século. Como o destino foi controverso, Tacón, pela função de relevo que ocupou, aparece como seu principal arquiteto. Daí os sufixos *istas* ou *aço* que se lhe agregaram. Um designa os seguidores de um sistema, outro o grau dilatado e pejorativo de uma ação. Sinônimo de sistema amplo e nocivo, Tacón se tornou mais que ele mesmo na escrita da história.²⁰

Na verdade, a agenda reformista hispano-cubana sofreu seu primeiro grande revés sem que seus inimigos movessem um dedo sequer. Até 1833 a demanda agregada de açúcar estrangeiro no mercado norte-americano permanecera reprimida pelo modelo tarifário protecionista que a república montara na ordem mundial pós-napoleônica. O gráfico seguinte ilustra a quantidade de açúcar mascavo estrangeiro que ela comprou e o montante de dólares que usou para adquiri-lo (desconsiderados os impostos), tomando-se por base igual ao índice 100 os valores referentes ao ano de 1821:

Fonte: para 1821, *American State Papers. Documents, Legislative and Executive, of the Congress of the United States. Commerce and Navigation*. vol. I e II. Washington: Gales and Seaton, 1832, p. 540; para 1822, *Letter from the Secretary of the Treasury of the United States for the year ending the 30th September, 1822*. Washington: Gales and Seaton, 1823, p. 62-63; para 1823, (ed. 1824), p. 64-65; 1824 (ed. 1825), p. 30-31; 1825 (1826), p. 54-55; 1826 (1827), p. 54-55; 1827 (1828), p. 56-57; 1828 (1829), p. 44-45; 1829 (1830), p. 56-57; 1830 (1831), p. 50-51; 1831 (1832), p. 52-53; 1832 (1833), p. 52-53.

²⁰ A tópica do preconceito contra nativos americanos remonta ao século 19. “Preocupado contra os naturais por efeito de seus descalabros na América do Sul, a idade, tornando-o mais tímido e desconfiado, tinha fortalecido aquela disposição [...] Só desse modo pode explicar-se como, em meio da mais profunda tranquilidade, se precipitou nos excessos que enegrecem a crônica de seu governo.” [manuscrito anônimo] *Observaciones sobre la memoria publicada por el C. G. D. Miguel Tacón al entregar el gobierno*, sem data, ANC, Havana, FAP, legajo 39, pasta 43, fo. 224; ver também José Antonio Saco, “Motivos que influyeron en privar a Cuba de sus derechos políticos en 1837”. In: *Obras (volumen IV)*, p. 12-23. Para as derivações sufixais, cartas a Domingo del Monte. *Centón Epistolário (volumen II)*. Introdução, compilação e notas, Sophie Andioc. Havana: Imagen Contemporánea, 2002, vol. 2, de 25/05/1837 (p. 128), maio de 1838 (p. 169), 28/07/1838 (p. 205), janeiro de 1840 (p. 433, esta de seu primo-irmão Francisco Muñoz Del Monte) e de 10/03/1844. In: *idem*, vol. 3, p. 235.

Por doze anos, enquanto a produção açucareira cubana cresceu 50%, os Estados Unidos apresentaram uma tímida curva ascendente na aquisição das partidas de açúcar estrangeiro e até uma queda na de dólares pagos a seus fornecedores globais. Em consequência, a ilha remeteu em 1827 mais toneladas métricas do artigo às cidades hanseáticas e à Espanha que aos Estados Unidos. Dois anos depois, Grã-Bretanha, países bálticos, Holanda, cidades hanseáticas e Espanha deixaram a república para trás. Que significado político pode ter contraído esse recuo no intercâmbio de dois parceiros comerciais tradicionais?²¹

A resposta à questão aparece num memorando de novembro de 1829 em que o cônsul norte-americano em Havana registrou uma conversa com Arango y Parreño. Nele William Shaler reportou que o sábio revelhusco, cuja idade orçou em 65 anos, “falou por um tempo razoável da grande importância de nossas relações para as duas partes, e o fez de maneira que indicava muito conhecimento do assunto. Ele reclamou de nossas tarifas.” Arango fora sincero. Tinha acabado de enviar à Coroa uma carta fatalista vaticinando que, pela “recente aduana [a Tarifa das Abominações, de 1828] que gravou a introdução do açúcar estrangeiro em todas as províncias da União”, “no ano seguinte não se introduzirá ali nem uma libra de nosso açúcar”. Shaler continuou: “Objetei mencionando as tarifas excepcionais cobradas aqui sobre os produtos dos Estados Unidos, especialmente sobre a farinha de trigo, e a desarrazoada taxa de tonelagem imposta à nossa navegação”. Segundo ele, Arango “concordou, e me pareceu que sempre tinha se oposto a ambas.” Há no trecho duas leituras. Uma errada: em 1827 Arango fora pelo aumento das taxas de importação (ao menos o cônsul teve o cuidado de dizer *me pareceu*). Outra certa: o velho, que estava apadrinhando Saco e outros jovens reformistas, podia ter mudado de opinião. Desde meados 1828 o encontro de dois sistemas superprotecionistas passara a incomodar os senhores cubanos, empurrando uma parte deles para o campo das demandas antitarifárias. Arango, e com ele muitos outros, pareciam contrafeitos com o esquema que tinham ajudado a montar.²²

A Crise da Nulificação destravou as relações comerciais cubano-americanas. Com o corte nas tarifas do açúcar branco de 4¢ para 3,3¢ e do mascavo de 3¢ para 2,5¢ de 1833 em diante, acompanhado de uma dedução escalonada para os anos seguintes até

²¹ Dados em Manuel Moreno Fraginals. *O engenho*, vol. III, “quadro I”, p. 347, e nos ofícios de William Shaler, Havana, a Henry Clay, 31/01/1828, e a Martin Van Buren, 05/11/1829, USNA. RG 59, vol. 5.

²² Memorando da conversa com Arango no ofício de Shaler a Martin Van Buren de 05/11/1829, USNA. RG 59, vol. 5. Carta à Coroa, de 25/06/1829, em Francisco de Arango y Parreño. *Obras (volumen II)*, p. 330-332.

que atingissem 20% *ad valorem*, as importações norte-americanas do artigo apresentaram um arranque exponencial:

Fonte: para 1823-1832, mesmas do gráfico anterior; para 1833 (ed. de 1834), p. 64-65; para 1834 (1835), p. 64-65; 1835 (1836), p. 66-67; 1836 (1837), p. 66-67; 1837 (1838), p. 62-63; 1838 (1839), p. 64-65; 1839 (1840), p. 64-65.

Antes compradores de 30 a 40 mil toneladas métricas de açúcar por ano, depois compradores de 80 mil, os Estados Unidos deixaram de ser um consumidor júnior, comparável aos Países Baixos, e se elevaram à grandeza da França e das cidades germânicas, segundo e terceiro mercados no consumo mundial do produto. Por indução de sua demanda, a cotação da libra do açúcar em Cuba, raspando na média anual de 4,5¢ na primeira metade da década (1830-1834), subiu 22% e pairou acima dos 5,5¢ no quinquênio seguinte (1835-1839), com pico de 7,2¢ em 1836, valor não igualado na série 1823-1839. Tais indicadores alavancaram o contrabando negreiro para a ilha. Nos 46 longos anos de sua ilegalidade (1821-1866), em apenas seis ele rompeu a barreira dos vinte mil africanos desembarcados, sendo quatro na sequência 1835-1836-1837-1838. E isso a despeito do tratado antitráfico anglo-espanhol de 1835, assinado para substituir o de 1817, então prestes a caducar. Como o convênio contivesse cláusulas de instrumento (bastavam sinais de traficância para o indiciamento do navio), a bandeira dos Estados Unidos centralizou as operações do infame comércio e os barcos fabricados na república chegaram a 63% dos usados no percurso Cuba-África-Cuba. Somadas, a geopolítica de Washington e a magnitude da demanda norte-americana por açúcar estrangeiro tiveram um efeito em cascata na ilha. Beneficiaram a maior parte dos investidores locais – senhores de engenho, traficantes de escravos, donos das frotas

mercantes, negociantes hispano-cubanos ou estrangeiros que comercializavam produtos feitos na colônia ou consumidos nela –, esvaziaram a oposição ao sistema tarifário protecionista que brotara na primeira metade da década e abriram caminho para a formação de um consenso conservador.²³

O segundo adversário que os reformistas enfrentaram também não tinha cara definida. O termo que melhor o traduz é o que vem sendo chamado aqui de concepção estreita de repertório de constitucionalização. Na Era das Revoluções, os hispano-cubanos tinham sido os primeiros atores do Atlântico a defender a ideia de que a troca do Antigo Regime pelo governo representativo devia regular o mínimo possível a dinâmica social em países escravistas. Para tanto, desejavam discretos, e até mesmo lacunares, aparatos constitucionais (Constituição, emendas, decretos, leis), devendo confiar nas práticas políticas (atos e falas que delimitam o sentido dos aparatos constitucionais) como elemento suficiente para preservar a estabilidade da escravidão. O Estatuto Real de 1834, escrito no segredo de um gabinete, satisfazia a esses critérios. Curto, deixou para um futuro indeterminado questões espinhosas como liberdade de imprensa, direitos civis, regras eleitorais e a maior parte dos direitos políticos. Seco, é uma das poucas Constituições do mundo, se não a única, que desconhece os vocábulos *liberdade, segurança, propriedade, cidadania* e *cidadão*. Muitos proprietários hispano-cubanos abraçaram-no como se fora obra sua e aceitaram encarar, desde que naqueles termos (ou na ausência deles), a reconstrução constitucional do regime político-administrativo da ilha. O Estatuto Real pôs os conservadores pró-império na defensiva, ao mesmo tempo que dava pouca margem de manobra aos liberais simpatizantes de Saco.

Essas, as condições locais da disputa política sobre o destino de Cuba. À partida, Tacón, Pinillos e sua base política pareciam receber mais amparo da Coroa que dos grandes Ayuntamientos de Havana e Santiago. Desde o fim de 1833 a Espanha atravessava uma Guerra Civil entre liberais, defensores de Isabel II, e absolutistas,

²³ Dados do consumo de açúcar na Europa em José Antonio Saco, “*State of the Commerce*”, p. 79-82; para a cotação do açúcar, mesmas fontes usadas no Gráfico 23; estimativa do contrabando em <http://www.slavevoyages.org/>; *Tratado entre su magestad la reina de España y su magestad el rey del Reino Unido, de la Gran Bretaña e Irlanda, para la abolición del tráfico de esclavos, concluido y firmado en Madrid en 28 de junio de 1835*. Madri: Prenta Real, 1835; sobre o peso dos Estados Unidos no tráfico para Cuba depois de 1835, Leonardo Marques. *The United States and the Transatlantic Slave Trade*, p. 179-198. Desde os reformistas do século 19 a intensificação do contrabando é imputada à cobiça de Tacón. Domingo Del Monte, “Interrogatorio de Mr. R. R. Madden, absuelto por mi en 17 de septiembre de 1839”. In: José Antonio Saco. *Historia de la esclavitud de la raza africana en el Nuevo Mundo y en especial en los paises americano-hispanos*. Habana: Alfa, 1944, vol. 5, p. 358-366.

partidários de D. Carlos Bourbon, irmão do rei defunto e pretendente ao trono. De 1833 a 1840 a primeira das Guerras Carlistas produziu 130 mil baixas e pôs o Estado à beira da bancarrota. Os liberais passaram então a temer uma espécie de tese da dupla desgraça: se a cizânia cruzasse o Atlântico, Cuba ia derivar pelo mar aberto da independência ou ancorar nos seus próprios conflitos o capital escravista que vinha destinando à causa liberal na Espanha. Para anular as duas alternativas, a Coroa aproveitou o fato de o Estatuto Real não prever isonomia entre metrópole e colônias e baixou Reais Ordens mantendo provisoriamente no ultramar o modo de governo do absolutismo: reconfirmou o regime de faculdades onímodas para as Antilhas; manteve intocada sua organização dos Cabildos, reformados na metrópole; voltou atrás na extinção das Comissões Militares, tribunais de crimes políticos, permitindo sua restauração nos trópicos “nos mesmos termos em que estavam constituídas”; e, com a lei eleitoral de 20 de maio de 1834, restringiu a participação eleitoral em Cuba a 72 ungidos, isto é, aos vereadores de três Ayuntamientos acompanhados de igual número de leigos, ao passo que criou na Espanha um colégio de 17 mil votantes.²⁴

Os reformistas contra-atacaram com êxito. Desde a expulsão de Saco o Ayuntamiento de Havana e outras vereações da ilha vinham mantendo relação morna, se não fria, com Tacón e Pinillos. Uns não tinham engolido o desterro de Saco, outros lamentavam as aduanas altas, e muitos os culpavam pelo excepcionalismo que a Coroa dispensava ao regime político nas colônias. Em que pesem suas diferenças internas, antitacónianos, livre-cambistas e constitucionalistas se uniram numa frente informal e emplacaram apenas deputados reformistas para o Estamento de Procuradores. Ao longo de 1835 jornais espanhóis se basearam nessa opinião cubana para disparar artigos envenenados contra o capitão-general e o intendente de fazenda. “Parece que é moda”, notou um leitor da metrópole, “atacar as autoridades da ilha de Cuba”. Esse foi o auge dos reformistas: batendo Tacón e Pinillos nas eleições coloniais, fustigando-os na imprensa metropolitana. Daí para frente o que se viu foi um constante e progressivo

²⁴ Para as faculdades onímodas, Real Ordem de 24 de março de 1834, ANC, Havana, FAP, legajo 36, pasta 2, fo. 71-72. Sobre as Comissões Militares, Reais Ordens de 7 de agosto de 1834 e de 24 de abril de 1835, ANC, Havana, FAP, legajo 36, pasta 11, fo. 63; e legajo 36, pasta 20, fo. 39-40. Para o decreto eleitoral de 20 de maio de 1834, Natividad Araque Hontangas, “Las primeras elecciones celebradas con el Estatuto Real de 1834”. *Cuadernos de Historia Contemporánea*, vol. 32 (2010): 95-108; há transcrição dele no ofício de Van Ness a Louis McLane, 20/06/1834, USNA. RG 59, m. 31, rolo 31. Acerca das relações conflituosas entre as forças carlistas e os políticos liberais, José Ramón Urquijo Goitia, “Interferencias de las Cortes conservadoras ante el pretendiente carlista”. *Hispania*, vol. 66, núm. 223 (maio-ago., 2006): 583-632.

descolamento entre eles e sua base social em Cuba. Dessa vez seus inimigos tinham cara, boca, nome e endereço fixo.²⁵

Pinillos foi quem primeiro perdeu a paciência com o falatório da oposição. Em fevereiro de 1836, quando leu no *La Abeja*, de Madri, a falsa notícia de que uma revolução justa tinha deposto o tirânico Tacón, escreveu à Coroa uma obra-prima de pressão política. Ele contextualizou a questão: “Não é a primeira vez que os redatores desse e de outros papéis têm tomado a liberdade de publicar iguais imposturas” para “rebaixar a estima que gozam no país e fora dele suas autoridades superiores.” Definiu o problema de fundo: o que era “obra de uma facção composta por naturais desta ilha [reformistas] descontentes com o atual governo” escalara para um ousado plano de “revolução”. Previu suas consequências sociais: fácil de estalar nos “tempos de turbacões e guerras civis” (“basta neles um nome mágico para formar artificialmente um motim com a plebe disposta a novidades”), a revolução é impossível de frear “em país de escravidão e de tão vários elementos” (“por mais que a classe proprietária e industrial da população opusesse com sua inércia um embaraço ao movimento, é para temer que, para essas empresas, não falem auxiliares poderosos”). Lançou uma maldição econômica: sumiriam as “crescidas fortunas do campo formadas por milhares de negros que um curtíssimo número de homens brancos rege.” Por fim, pediu a cabeça dos editores (“não posso menos que reclamar a proteção de S. M. para a reparação desses agravos feitos às nossas costas”) e pôs na bandeja a sua própria: cumpria dispensá-lo “de um cargo que outros poderão desempenhar, se não com maior zelo pelo bem-público, ao menos com mais acerto nas exigências do momento”. Pinillos estava jogando. Apostava que o governo calaria meia dúzia de editores polêmicos em vez de perder o destro arquiteto de sua base fiscal ultramarina. Em espanhol, truco significa habilidade no ofício, artil para iludir e lance no jogo de cartas a que dá nome. Pinillos sabia trucar – e trucou.²⁶

No início de março, antes da manobra do intendente chegar à Espanha, os cubanos leram no *La Abeja* uma representação escrita em seu nome por nove supostas personalidades da ilha. O texto era impiedoso com Tacón. Chamava-o de “monstro de crueldade e tirania”, culpava-o por naquela “porção da monarquia não se goza[r] de

²⁵ *Revista española, periódico dedicado a la S. M. La reina Gobernadora, mensageiro de las Cortes*, 13/03/1836, p. 618; *El noticioso del Pueblo de Cádiz* de 07/06/1836 publicou carta defendendo Pinillos e Tacón, transcrita na *Revista Espanhola*, 14/06/1836, p. 1060.

²⁶ Ofício do conde de Villanueva ao secretário de Estado e do Despacho de Hacienda, 4/02/1836, *ANC*, FAP, legajo 132, pasta 18, fo. 336-341.

liberdade”, acusava-o de lançar por terra a imagem de Nossa Senhora no meio de uma procissão. Tacón, em vez de vaziar sua ira, reuniu o militar que fora ao político que estava sendo e traçou racionalmente sua contraofensiva. Barrou menções ao assunto nos jornais para ganhar tempo. Deixou em seguida que o Ayuntamiento de Guanabacoa lançasse às “corporações” e “todos os homens de bem” uma convocatória de repúdio geral contra *La Abeja*, com descrição do “número, índole e transcendência das empresas de S. E. [Tacón]”. Intimação que, por respeito à censura, correu de boca em boca. Com o terreno preparado, em 25 de março explodiu seu primeiro artefato: inseriu no *Diario de la Habana* artigo de seu irmão, governador de Cádiz, que pedia depoimento dos cubanos sobre o teor da representação e, se provado que era falsa, punição dos editores do *La Abeja*, na linha de Pinillos em sua demissão de faz-de-conta. Como por encanto, uma poderosa máquina ideológica que nunca se vira na história da ilha foi posta em movimento.²⁷

103 exposições municipais, declarações de moradores, artigos de fundo, testemunhos individuais e protestos corporativos em defesa de Tacón e de Pinillos saíram na imprensa local de 26 de março a 29 de abril. O conjunto reúne 2.436 assinaturas colhidas desde Havana até a vila central de Puerto-Príncipe, uma área que compreende dois terços de Cuba. Não era pouca gente. Diogo Antonio Feijó acabara de ser eleito regente do Brasil recebendo, no país inteiro, 2.826 votos. Nem gente desimportante. As vilas peticionárias cartografavam as fronteiras agrícolas da colônia: Havana, Guanabacoa, Matanzas, Güínes e Cienfuegos, principais zonas das plantations açucareiras, Guanajay, San Antonio de los Baños e Alquizar, importantes núcleos cafeicultores. Em universo tão amplo, alguns que não se sentiam bem com a capitania-general devem ter assinado para não ficar pior. Outros, por acreditar que a apocrífa caluniosa contra Tacón fortalecia o adversário que tentava atingir. Condutas compreensíveis, elas não anulam o poder de representatividade da maior parte das firmas. É inútil caçar nos abaixo-assinados os nomes dos notáveis que se opunham a Tacón ou Pinillos: José de la Luz y Caballero, Nicolás Manuel Escovedo, Matías de Meza, Domingo Aldama, Domingo Del Monte, Blas Osés, José Luis Alfonso e Francisco de Arango y Parreño. Embora vivessem em Havana, Matanzas e Güínes, por onde as listas correram de porta em porta, não mancharam suas biografias com falsas

²⁷A edição do periódico espanhol *El jorobado* traz citações da representação na edição de 16 de maio de 1836, p. 1. Para textos redigidos e organizados pelo irmão de Tacón, ANC, Havana, FAP, lejaço 36, pasta 31, fo. 16-37.

adesões. Sua ausência, por ironia, dava – e dá – maior credibilidade aos manifestos que repudiaram.²⁸

As exposições possuíam uma unidade conceitual, o cacoete lógico de atribuir ao homem o que o homem não controla. Nelas Tacón, não a abertura do mercado doméstico norte-americano, é o dínamo do crescimento econômico que bafejava a ilha desde 1834. “Seu incansável zelo pelo mais exato cumprimento das leis”, disse a Junta de Fomento (uma seção do Real Consulado), “fomenta o tráfico exterior”, “com notáveis vantagens dos ramos a que devemos nossa prosperidade.” Tacón, não o repertório de constitucionalização dos hispano-cubanos, arredara sozinho da ilha a Guerra Carlista que talava a Península. “Nas revoltas calamitosas que agitam a metrópole”, escreveu o negreiro Manuel Pastor gastando sua poesia, “você tem sido e é o íris de esperança dessa preciosa porção da monarquia castelhana”. “Sua obediência ao chefe que hoje os governa”, perorou o arcebispo aos colonos, “é o que os vem livrando dos desastres que têm padecido e padecem algumas províncias e cidades da Espanha”. Ardilosos, tais raciocínios empurravam à conclusão de que o ultramar precisava de regime distinto do da metrópole, calcado num comandante de fibra e em suas faculdades onímodas. Nem todos estavam prontos para aceitar isso. Em seu depoimento o Ayuntamiento de Havana foi protocolar e restringiu-se ao que mandava o figurino (relatar atos de Tacón e Pinillos, pedir punição dos falsários, solicitar “conservação de chefes tão probos” em seus cargos). Em compensação, conservadores pró-império, como os vereadores de Puerto-Príncipe, deitaram as mangas de fora. Tacón e Pinillos, disseram, apenas exerciam “as amplíssimas faculdades que com tanta justiça e acerto V. M. lhes confiou e que são a salvaguarda e o antemural que têm salvado e salvarão essa preciosa parte da monarquia”. Cuba desconhecia “a ansiedade que a reforma ou mutação dos governos traz” e conservaria sua fortuna “se não se fizesse novidade em seu atual sistema de governo”. Tacón e a Real Sociedad Patriótica mandaram compilar a propaganda de abril, pondo o texto de Puerto-Príncipe no final. Uma chave de ouro para a sua coleção.²⁹

²⁸ O material foi recolhido na impressionante *Coleccion de varias esposiciones dirigidas al Escmo. Señor Procer del Reino, governador Capitan General de la Isla de Cuba y á S. M. la Reina Gobernadora*. Havana: Imprenta del Gobierno y Capitanía General, y de la Real Sociedad Patriótica por S. M., 1836. Também publicada em Madri, pela Baylli Baillièrre, a obra ainda está inexplorada na historiografia sobre o império espanhol oitocentista e precisa, com urgência, receber mais análises. A exposição de Guanabacoa, mencionada no parágrafo anterior, está nas p. 71-74.

²⁹ *Coleccion de varias esposiciones*, respectivamente, p. 46-49, 63-65, 157-159, 124-125, 91-97 e 182-185. Panfletos coloniais e jornais metropolitanos também atribuíram a Tacón o que era efeito da reorganização do mercado mundial de açúcar. Em virtude de seu combate à violência urbana e rural em

Os aplausos a Tacón e Pinillos na ilha foram sonoros, mas ainda havia dois importantes claros em sua plateia. Um deles se percebe no mais longo dos abaixo-assinados feitos em seu favor. Recolhido em Havana, somou 858 indivíduos, dos quais 706 declararam sua ocupação econômica, revelando uma desconfortável desproporção entre fazendeiros (78) e negociantes (598). Os signatários reconheciam que o desequilíbrio ocupacional era seu ponto fraco e explicaram que tinham recolhido as firmas na Semana Santa, durante a qual os proprietários estanciavam no campo. Há aí um quê de verdade. Dias depois surgiram no *Diario de La Habana* 15 adesões ao texto de donos de engenhos ou *cafetales* lamentando ter perdido a chance de declarar de que lado estavam. Mesmo sinceros, os votos tardinhos não mudavam o aspecto geral do abaixo-assinado. Ele era a perfeita vocalização da ordem socioeconômica montada no interior da agenda tarifária protecionista de Pinillos. Continha a virtual totalidade dos negociantes (com a presença indefectível de Antonio José Mariátegui, Carlos Drake, Salvador Samá, Julián Zulueta, Manuel Pastor, Suárez Argudín, Juan Manuel Manzanedo, Miguel Biada, Sebastián Ignacio de Lasa e Francisco Ruvirosa, este se enfiaria no tráfico negreiro para o Brasil nos anos quarenta) e parte significativa, porém incompleta, dos grandes *hacendados* (condes de Santovenia, de la Fernandina e de Casa Pedroso, marquês de Campo Florido, José Ricardo O’Farril, Joaquín Perez de Urria, Juan Montalvo e Ignacio Gonzáles de Larrinaga). O segundo claro nos aplausos de abril é de caráter geográfico. Do Departamento Ocidental ao Oriental os vivas a Tacón e Pinillos foram decrescendo. Das vilas ocidentais, eles receberam saudações de Havana, Matanzas, Jaruco, Güines e Guanajay, sem contar topônimos menores. Das centrais, ovações de Puerto-Príncipe e Cienfuegos. Do Oriente, o silêncio. Apenas um silêncio preñado de sentido.³⁰

Desde 18 de julho de 1835 o Departamento Oriental (Santiago, Bayamo, Baracoa, Manzanillo, Holguín, Las Tunas etc.) era administrado por Manuel Lorenzo

Cuba, a agricultura e o comércio tomaram “voo e impulso, o que o demonstra, preconiza e faz constar a balança mercantil do ano próximo passado de 1837, da qual, comparada com o ano anterior, resulta o assombroso aumento de cinco milhões de pesos”. [Trino Usauna, pseudônimo]. *Algo sobre cierto discurso que cierto señor diputado a Cortes pronunció en Madrid en la sesión del día de 19 de diciembre de 1837*. S. l.: s. e., 1838, p. 40.

³⁰ Juan Montalvo aderiu ao protesto depois, por achar-se em sua fazenda na Semana Santa. Os fazendeiros mencionados ou seus herdeiros estão entre os megaproprietários açucareiros cubanos que Carlos Rebello listou em *Estados relativos de la producción azucarera de la Isla de Cuba formados competentemente y con la autorización de la Intendencia de Ejército y Hacienda*. Havana: s. e., 1860, p. 5, 21, 22, 25, 27, 28, 32, 37, 45, 54, 73. Em 1860 Santovenia possuía quatro engenhos (em Guanabacoa, Bejucal, Matanzas e Colón), Campo Florido três (Guanabacoa, Güines e Sagua la Grande), Fernandina dois (Guanajay e Colón), O’Farril dois (Matanzas e Colón), um dos filhos de Larrinaga um (Guanajay e San Antonio), Casa Pedroso um (Santiago de las Vegas) e a família Urria um (Colón).

Oterino, militar de trajetória brilhante na Guerra Carlista. Entrara nela brigadeiro em 1833, dois anos depois saíra marechal de campo, chegando a vice-rei de Navarra. Vaidoso por dentro, magnificava seus feitos nos informes de campanha ao Executivo. Desprendido por fora, recusara um marquesado oferecido por um triunfo sobre importante general carlista. Uma vez em Santiago, o homem seguiu lutando a guerra que o afamara: bateu o terreno à caça dos carlistas e se fez rodear da fileira mais liberal da ilha, puxada por Francisco Muñoz Del Monte (primo de Domingo Del Monte), Juan Bautista Sagarra (aluno fiel de Luz y Caballero), Porfirio Valiente (filho de exaltado preso no Triênio) e Juan Kindelán (procurador reformista no Estamento de 1835). Tais homens encontravam mais eco na jurisdição de Lorenzo que na de Tacón.

No departamento oriental, as dimensões da propriedade fundiária, da posse escrava e da demografia eram menores que no Ocidente. Essas limitações estruturais à montagem de economias de escala não eram (nem são) um problema urgente em si, porém se tornaram insuportáveis quando defrontadas com o regime de preços declinantes do mercado integrado mundial de commodities da periferia. A combinação espremeu as taxas de retorno e lançaram os agentes econômicos no reformismo dos políticos. Lorenzo, em busca do apoio de uns e outros, ouviu as queixas de ambos, relaxou a censura à imprensa e permitiu que o arqui-inimigo de Tacón, José Antonio Saco, levasse as eleições parlamentares de 1836. Apertadas, decididas por dois, três votos, as vitórias do baiamês geravam disputa por autoria entre seus simpatizantes. Muñoz Del Monte as atribuía a si. “Os votos para mim destinei ao Saco: minha influência, minhas amizades, minhas relações, tudo consagrado a ele.” Luz y Caballero, a Sagarra: “meu discípulo predileto é quem obteve a vitória”. E Sagarra, a Lorenzo: “Nosso general Lorenzo [...] favoreceu a eleição”. Tacón era da opinião de Sagarra e pediu à Coroa o pescoço de Lorenzo. O momento era delicado para o capitão-general. O dividido Ayuntamiento de Havana também estava emplacando deputados reformistas para o Estamento em 1836.³¹

Em 29 de setembro Manuel Lorenzo e seus comissários receberam a notícia de uma revolução dentro da revolução na Espanha que reinstituíra a Constituição de 1812

³¹ Francisco Muñoz Del Monte a Domingo Del Monte, 05/05/1836. *Centón Epistolário*, vol. 2, p. 19-20; extrato da carta de Sagarra a Domingo Del Monte foi citado por Caballero em missiva a Saco de 30 de maio de 1836. In: José de la Luz y Caballero. *Obras*, vol. 5, p. 142-147. A biografia mais completa de Manuel Lorenzo é de Manuel Muriel Hernández. *Manuel Lorenzo: militar y gobernador de Santiago de Cuba*. Doutorado. Universidad Complutense de Madrid. Facultad de Geografía e Historia, Departamento de Historia de América. Madri, 2012, com descrição de sua participação na Guerra Carlista nas p. 333-518 e referência ao pedido de demissão de Lorenzo em maio de 1836 nas p. 600-602.

até que uma Constituinte redigisse outra em seu lugar. O decreto real que alterou o regime, de 13 de agosto, dissera lacônico: “ordeno e mando que se publique a Constituição política do ano de 1812”. Sem adjunto adverbial de lugar, a frase gerava uma dúvida igualmente breve, porém angustiante. Incluía as colônias? Dado que o artigo 10 da Constituição de Cádiz as declarava províncias integrantes do império, os primeiros leitores americanos, de Porto Rico e do Oriente cubano, entenderam que sim, incluía as colônias. Na noite do mesmo 29, no meio de coplas, desfiles e vivas, Lorenzo participou a Madri, Havana, Matanzas, Trinidad e Puerto Príncipe a dramática remodelação de seu departamento, o que significava, do ponto de vista institucional, ampliação do Ayuntamiento, criação da Deputação Provincial, fim da censura prévia, instituição da Guarda Nacional e supressão das faculdades onímodas. Por duas semanas Tacón sentiu-se pego no contrapé, viu seu mando pender de um fio. Se Puerto Príncipe e Trinidad, vilas do Centro, aderissem a Lorenzo, ele seria acuado, sendo talvez forçado a jurar a Constituição no Ocidente. Convinha então repreender Lorenzo? Mas e se a Coroa apoiasse seu adversário? Como um militar cercado, esperou sinais mais claros de Madri. Nesse ínterim, interceptou correios e tesourou menções ao assunto na imprensa ocidental.³²

Em outubro Tacón recebeu duas notícias que mitigaram sua aflição. Soube que Puerto Príncipe, cuja Câmara Municipal instara pelo regime das faculdades onímodas na propaganda de abril, rechaçara o cortejo de Lorenzo. A decisão deu confiança a Tacón. Mais ainda. Prenunciou a reaproximação entre ele e os proprietários do Ocidente que até ali haviam cortejado o reformismo. A Constituição de Cádiz trazia dois problemas que intimidaram os escravistas da zona da ilha mais envolvida com o contrabando negro. Um, velho, é que os hispano-cubanos nunca haviam engolido a constitucionalização dos direitos individuais que eles queriam ter deixado para leis ordinárias feitas sob seu controle total. O outro, novo, é que a Constituição de Cádiz dera direitos civis plenos aos africanos (art. 5º, par. 4), algo que não é de espantar tendo-se em conta que ela foi redigida muito antes da criação das Comissões Mistas anglo-espanholas. Com esses tribunais, habilitados a “criar” africanos livres por fora das redes paternalistas do mando senhorial, o valor do artigo mudava de feição. Como conciliar, agora, direitos civis

³² Para a proclamação constitucional de Lorenzo em Santiago de Cuba, há três estudos referenciais. Raul Jesus Navarro García. *Entre esclavos y constituciones (el colonialismo liberal de 1837 en Cuba)*. Prefácio de Josep M. Fradera. Sevilla: Escuela de Estudios Hispano-Americanos de Sevilla, 1991; Olga Portuondo Zúñiga. *Cuba. Constitución y liberalismo (1808-1841)*. Santiago de Cuba: Oriente, 2012, 2 vols.; e M. Muriel Hernández. *Manuel Lorenzo*, p. 519-722. O próximo parágrafo também se baseia nelas.

constitucionalizados e subalternos da escravidão que escapavam ao controle da escravocracia? No dia 21, Tacón recebeu a notícia que faltava para apertar com um nó o ponto que já estava sendo dado: uma Real Ordem de Madri tranquilizou os proprietários do Ocidente apondo à oração de 13 de agosto os devidos adjuntos adverbiais: a Constituição de Cádiz valia para a metrópole, cabendo às colônias apenas eleger, segundo a maneira feita até então, seus deputados para as futuras Cortes Constituintes. Tacón publicou-a nos jornais do Ocidente, ordenou o bloqueio marítimo do porto de Santiago e iniciou a montagem de uma expedição de 3000 homens ao Oriente. A legalidade mudara de lado, e todos os relógios da ilha passaram a correr contra Lorenzo.

O último ato que os *doceañistas* fizeram antes de se saber ilegais foi dar uma nova vitória a Saco nas eleições para a Constituinte, dessa vez de lavada, com 25 de 28 votos possíveis. Dali por diante, vendo-se na defensiva, eles agiram como diplomatas e militares. Enviaram à metrópole uma comissão para se justificar e obter apoio contra Tacón, e trataram de montar um esquema militar para resistir ao agressor. Carentes de tropas, aumentaram as milícias de pardos e morenos, convocaram camponeses brancos para servir nas cidades a ser atacadas e criaram o Comando Militar de Las Tunas, área-limite entre o Centro e o Oriente. O esforço militar, a cinzenta legalidade do constitucionalismo e a sombra da guerra civil numa sociedade escravista dissolveram a adesão social à causa. No porto de Manzanillo um quinta-coluna denunciou que em sua arregimentação de tropas os revolucionários vinham imbuindo os “mulatos de ofício” com “espanholias, cidadania e mil farândolas para aluciná-los.” O coronel escolhido para chefiar Las Tunas deu com a língua nos dentes e botou medo nos locais. “O caralho do Sojo”, chiou Lorenzo, “disse o diabo da gente com notícias infames como ele”. As ordens do marechal de campo iam num sentido, a notícias vinham noutro. “Não deixes de lado” (eis a voz de Lorenzo) “a reunião das milícias brancas e pardas”. “Os metodistas de Costa Firme” (agora, a voz de um estafeta mandado por Baracoa) “em união com os negros de Saint Domingue vêm a esta ilha. Deus nos ampare”. A base social de Lorenzo tremia. Bater Tacón no voto para mudar o regime político era aceitável. Operar a mudança do sistema desobedecendo à Coroa parecia questionável. Trazer a guerra civil a uma ilha de plantation cercada por experiências abolicionistas, nem pensar. Sem um rápido retorno positivo de Madri, o calendário constitucional do Oriente estava com os dias contados.³³

³³ Votos da eleição de Saco, R. J. Navarro Garcia. *Entre esclavos y constituciones*, p. 104; carta do taconiano em Manzanillo, Olga Portuondo Zúñiga. *Cuba*, p. 236-238, anexo n. 14, donde também extraí a

Em 29 de novembro o cônsul dos Estados Unidos em Havana previu que o envio das tropas expedicionárias de Tacón ao Oriente “dentro de poucos dias se provará desnecessário”. Ele estava certo. Antes que a notícia de sua partida chegasse a Santiago, em 14 de dezembro grandes negociantes e proprietários da cidade encabeçaram um abaixo-assinado de 468 subscrições solicitando a Lorenzo que se rendesse a Tacón. “Quando falta harmonia nas autoridades, dividindo-se também os povos em opiniões, fermentam os partidos, perigam as propriedades, cessa a segurança, principia a incerteza, estão em risco as vidas” (termos semelhantes aos da exposição de Puerto-Príncipe). “Bem conhecidos são de V. E. os diferentes elementos de combustão peculiares da ilha e sabe que ao mínimo contato haveria uma explosão difícil de apagar” (iguais aos de Villanueva). A conclusão, redigiram-na em estilo guindado, porém direto. “Sobrada glória já tem V. E. adquirida nos campos de batalha; resta-lhe agora completá-la com traços de mais verdadeiro heroísmo: o vencimento de si próprio.” Palavras duras de ouvir para um marechal de campo vaidoso que afetava despreendimento. Expunham o orgulho que ele ocultava, cobravam dele o que o mesmo orgulho não aceitava entregar. Quatro dias depois, enquanto Lorenzo perseverava na resistência, 110 oficiais e suboficiais do Exército como da Marinha, eletrizados ao saber que a soldadesca tacônica partira de Havana, depuseram em suas mãos súplica semelhante. Contra a deserção de seus melhores lhe restou pouco, o consolo dos sargentões radicais da Catalunha que foram reanimá-lo em seu palácio cingidos de uma cinta roxa bordada com um *Adelante siempre, atrás nunca*. Era hora de parar. O invicto marechal de campo perdera uma guerra de festim. A dois dias do Natal, Lorenzo abandonou Cuba.³⁴

A exposição de 14 de dezembro dos *santiagueros* prenunciou a guinada que o Departamento Oriental daria por conta própria em consequência de sua virtual guerra civil. Do ponto de vista político, vários de seus signatários tinham sido personalidades do liberalismo reformista: oito haviam feito parte dos 28 membros do colégio eleitoral (28,5%) que sufragou Saco em outubro. E de novo oito (ou 35%) tinham entrado no

ordem de armamento das milícias de cor e o recado do estafeta de Baracoa (p. 94 e 96); xingadela a Sojo e comissão de sargentos, M. Muriel Hernández. *Manuel Lorenzo*, p. 667 e 711; redução dos batalhões de pardos e morenos, ofício de Lorenzo a Tacón de 8/10/1835, transcrito em Olga Portuondo Zúñiga (org.). *El Departamento Oriental en documentos. Tomo II (1800-1868)*. Santiago de Cuba: Oriente, 2012, p. 222-224.

³⁴ Ofício de William Shaler, Havana, a John Forsyth de 29/11/1836, USNA. RG 59, vol. 7; abaixo-assinados de 14 e 18 de dezembro em Manuel Lorenzo. *Manifiesto del General Lorenzo a la nación española*. Cádiz: Campe, 1837, anexos núm. 32, p. 121-125, núm. 35, p. 129-131, e núm. 36, p. 132-134. Também foram reproduzidos em R. J. Navarro Garcia. *Entre esclavos y constituciones*, apêndice II, p. 213-221.

Ayuntamiento Constitucional montado em 8 de dezembro. Em termos econômicos, muitos eram donos do dinheiro grosso: Antonio Vinent, negociante catalão e membro da Junta Permanente de Fazendeiros da cidade; Prudencio Casamayor, emigrado de Saint-Domingue, dono de navio empregado no tráfico transatlântico de escravos, principal acionista da empresa de loteamento da Sierra Maestra para o plantio de café por franceses, proprietário ele mesmo de ao menos cinco fazendas de café e peça local da rede creditícia dos Baring Brothers; e José Ilizástegui, um dos principais negociantes de Santiago, em cujo armazém se redigiu a petição. Gente que o diplomata espanhol em Washington, ao saber da exposição, chamou de “habitantes sensatos”, “proprietários e ricos”. As duas linhas de força, a política e a econômica, se cruzavam nos irmãos Mariano Vaillant e José Vaillant, marquês de la Candelaria. Proprietários de grandes tratos de terra, escreveram cartas de empenho em favor de Saco para a eleição de maio de 1836, estiveram no seletor colégio eleitoral que o consagrou vitorioso no fim de outubro e o primeiro ainda foi escolhido membro do Ayuntamiento Constitucional do Oriente de 8 de dezembro. Seis dias depois, borraram seu impecável portfolio botando seus nomes no abaixo-assinado contra Lorenzo.³⁵

Com a balança pendendo para os conservadores, o destino de Cuba foi decidido em duas batalhas políticas travadas no primeiro semestre de 1837, cada uma delas durando um mês e abraçando os dois fronts do Atlântico. No segundo sábado de 1837, deu no *Diario de la Habana* que os Ayuntamientos da capital e de Guanabacoa estavam felicitando Tacón pelo triunfo sobre Lorenzo. Ambos avançavam no que tinham escrito em 1836, maldizendo a mudança revolucionária do estado político em Cuba. Que o Cabildo de Guanabacoa o fizesse não surpreende, visto que puxara a fila da propaganda de abril, mas a ação do de Havana, que adversara o capitão-general nas três eleições de 1836, revelava que o antitaconismo terminava onde começava o liberalismo exaltado. Na segunda-feira seguinte, Saco, como se estivesse sentido a punhalada pelas costas que lhe davam do outro lado do oceano, solicitou por escrito às Cortes a validação imediata

³⁵ Sobre Casamayor, Levi Marrero. *Cuba: Economía y Sociedad*, p. 114, e Juan Bautista Sagarra. *Elogio de don Prudencio Casamayor, socio numerario de la Real Sociedad Patriótica de Amigos del Pais de Santiago de Cuba*. Santiago de Cuba: Real Sociedad Patriótica, 1842. Vinent é descrito como secretário da junta de fazendeiros nas *Representaciones documentadas del muy ilustre Ayuntamiento de Santiago*. Santiago de Cuba: Real Sociedad Económica, 1835, p. 114. Acerca dos Vaillant, Ilizástegui e nomes dos membros do Cabildo de 8 de dezembro, Olga Portuondo Zúñiga. *Cuba*, p. 104, 116 e 171, e José de la Luz y Caballero. *Obras*, carta a Saco de 30/05/1836, p. 147; a lista dos nomes do Ajuntamientos *doceañista* que elegeu Saco, R. J. Navarro García. *Entre esclavos y constituciones*, p. 103-104. Para comentário do diplomata, Despacho n. 91, 10 de janeiro de 1837, Washington, A. Calderon de la Barca ao Primeiro Sec. De Estado y del Despacho etc., Archivo Histórico Nacional de Madri (AHN), Sección Exteriores, legajo H1465.

de seu diploma para tomar posse no Parlamento. O deputado espanhol Vicente Sancho aproveitou a ocasião para propor, em sessão secreta, a montagem de uma Comissão Especial incumbida de decidir se os representantes ultramarinos seriam admitidos ao Congresso. O centro de seu alvo era o reformismo de Saco, Escovedo e Montalvo. Quando o colegiado se formou em segredo, Saco pressentiu o bote que lhe armavam e, na sexta-feira, redigiu uma queixa ao Parlamento. “Se meus poderes são nulos, por que não me dizem já? Por que deixam passar tanto tempo sem enviar à minha província uma nova convocatória [eleitoral]?” A Comissão demorou 26 dias a parir um relatório de 6 páginas. Tempo suficiente para receber do diplomata espanhol lotado em Washington um ofício que pode ter determinado o curso de seus trabalhos.³⁶

“As sociedades formadas com o objeto de abolir a escravidão dos negros”, reportou em 8 de dezembro de 1836, “que eram no ano passado 200, têm aumentado até o número de 523 durante essa curta época”. Publicando “por mês mais de 12 mil exemplares de papéis destinados a predicar a imediata emancipação dos escravos e a amalgamação do escuro sangue africano com o da raça branca”, os insaciáveis patronos da causa pretendiam rodar tiragens maiores de folhetos, livros, estampas e jornais no ano que se aproximava. Surpreso, o diplomata atribuíu o crescimento galopante do abolicionismo à “exaltação das opiniões religiosas” (pensava em Theodor Weld?) e aos recursos “de algumas das pessoas ricas deste país” (irmãos Tappan?). Simpático ao Sul, não enxergava o peso da Gag Rule, aprovada em maio daquele *annus mirabilis*, na radicalização do movimento social. O problema não é que a ignorasse, e sim que a admirava demais. Seu ofício usou como argumento de autoridade uma fala que o nosso conhecido George McDuffie, regalado com o posto de governador da Carolina do Sul por sua atuação separatista no Congresso, acabara de fazer ao Legislativo de seu Estado: “A sociedade que atenta transtornar as constituições de outra sociedade, ainda que seja por meio da discussão”, provoca “motivo suficiente para a guerra” e “causa justa para a separação”. Ainda McDuffie: “que nos seja permitido gozar não só nossos direitos de propriedade, senão também os desfrutar com tranquilidade e paz”. Os sulistas ensinavam que, afora a posse do homem pelo homem, o próprio modo de exercer aquela posse (*tranquila e pacificamente*) era elevado à noção de direito inalienável; logo, a Gag

³⁶ Referência às exposições de Havana e Guanabacoa em *Diario de Sesiones de las Cortes Constituyentes (DSCC)*, 5 de abril de 1837, p. 2510; solicitação de Saco, “Oficio al señor presidente de la Comisión de Poderes”. In: *Obras (volumen III)*, p. 85; sessão secreta e seu objeto original, no “Dictamen de las Comisiones reunidas de Ultramar y Constitucion, proponiendo que las provincias ultramarinas de América y Asia sean regidas y administradas por leyes especiales”, DSCC, 12 de fevereiro de 1837, p. 1491-1493; Saco, “Representación a las Cortes Generales”. In: *idem*, p. 85-88.

Rule e outros tipos de censura à opinião pública se tornavam admissíveis. O espanhol aprendeu a lição. Cuba e Porto Rico, vendo da primeira fileira o teatro do abolicionismo norte-americano e da abolição britânica, deviam cercear a esfera pública em suas jurisdições tal como os sulistas vinham tentando fazer na arena nacional nos Estados Unidos:

se este assunto é aqui de vital importância, de muito maior é para as colônias irmãs que nos restam, porque ali é numerosa a espécie africana e é ainda mais impossível e perigosa que aqui a emancipação. Os abolicionistas americanos e ingleses a desejam e trabalham por consegui-la, e conseguirão sem dúvida e muito em breve, se for repetido o exemplo do General Lorenzo de chamar os homens de cor ao auxílio dos brancos em suas desavenças políticas ou se se acalorar, por meio de uma liberdade de imprensa sem freio, a imaginação dos escravos, tornando-lhes palpáveis, com declamações inconsideradas, a injustiça e desventura de sua condição.

Discórdias políticas, plena liberdade de opinião: valores positivos em teoria, preceitos impraticáveis na reconfiguração dos conflitos sociais operada pelo abolicionismo anglo-saxão no Atlântico Norte. A imagem externa antiescravista dos Estados Unidos, pintada pela American Colonization Society e decantada por Saco, cederia espaço para a do nacionalismo antiabolicionista do segundo sistema partidário. “Agora estão tratando no Congresso da abolição da escravidão no Distrito de Colúmbia”, comentou um editorialista do *El Español*, jornal de Madri. “Ainda não foi decidida a questão, mas concluirá com uma vitória dos amigos da escravidão.” O que era bom para os senhores dos Estados Unidos era bom para os senhores de outros países.³⁷

Enquanto o ofício diplomático espanhol seguia seu destino até Madri, entre 18 e 31 de janeiro as vilas cubanas de Villa-Clara, Trinidad, Cienfuegos, Remédios (todas do Centro), Santiago e Baracoa (do Oriente) também deram seus parabéns a Tacón pela pacificação da colônia. O acordo de Santiago sobressai por combinar desmesura e contenção. Mimoseou o capitão-general com a oferta de uma estátua na praça da cidade e se calou sobre o melhor regime político a ser adotado para a ilha. Os textos de Remédios e Cienfuegos fizeram o contrário. Não lhe ofereciam monumentos, e sim anticonstitucionalismo. O “herói da ilha”, disse a vereação de Remédios, “como por encanto exterminou a guerra fratricida que ameaçava envolver-nos na desgraça”, “restabelecendo [...] as antigas leis que tanto se ajustam aos nossos costumes e felicidades, simpatizando os nossos sentimentos sobre isso com o emitido pelo Exmo.

³⁷ ANC, Havana, FAP, legajo 39, pasta 18, fo. 185-193; *El Español*, 30/01/1836, p. 3.

Ayuntamiento da Sempre Fiel Cidade de Havana.” Os figurões de Cienfuegos, que tinham participado da propaganda de abril, transformaram o apego à ordem existente numa agenda permanente para a ilha: “o progresso de sua prosperidade, efeito indubitável até agora do suave influxo do sistema de leis e governação peculiar desta parte da monarquia e das franquias que lhe têm dado vigor e opulência, e que pelo mesmo devemos esperar que seja digno da recomendação de S. E. ao Trono a conveniência de conservar-nos no mesmo regime”. O Cabildo de Baracoa deu ares de teoria a essa linha de raciocínio.³⁸

Isolada pela Serra do Purial no extremo leste de Cuba, quase de cara para a república do Haiti, Baracoa nunca falara a mesma língua que Lorenzo. Em 1 de outubro de 1836 seu Ayuntamiento solicitara ao marechal de campo ampliação “das tropas de linha desta praça” para conter “não os desordenadores políticos”, os carlistas que ele caçava, “mas sim o irreconciliável, se bem que ora agachado, inimigo que habita os palenques [referência aos quilombos espalhados no maciço] ou os vizinhos haitianos, cuja perigosa imediação de 14 léguas e o receio que nos deve inspirar como os mais expostos a suas intenções hostis V. E. não desconhece”. Em novembro os dois seguiam batendo cabeça: enquanto Lorenzo alistava negros e mulatos, a vila soava o alarme de um ataque haitiano à ilha. Na felicitação a Tacón de janeiro de 1837, Baracoa transformou sua experiência constitucional em anticonstitucionalismo teórico. Repudiou o jusnaturalismo: “fundar nos direitos primitivos as consequências da associação civil é um absurdo, porque as necessidades do homem social nenhuma relação têm com as do homem selvagem.” Pediu empirismo legal: “Não percamos de vista as histórias antigas e modernas. [...] os costumes de uma nação repugnam certas leis que em outras são sábias e úteis.” E quis teor de classe às leis da ilha: que se fizessem conforme a “opinião geral dos homens judiciosos que a conhecem, que a estudam, que têm propriedades nela”. Em Cuba até “Washington [o *founding father*] havia puxado as rédeas de seu carro...”, pois num novo sistema político as “nossas classes”, isto é, negros e pardos livres, encontrariam “seu desafogo em outro governo que lhes desse armas [como Lorenzo] para pretender um nível que, destruído o equilíbrio que as distinções políticas sustentam, se apoiaria na desgraça geral”. Na conclusão, rogaram a Tacón e à Coroa que a ilha “jamais sofra alteração em sua forma atual de governo”. Num texto que elogiou Washington e pediu governo absoluto perpétuo, os colonos usaram a palavra *tiranía* em

³⁸ ANC, Havana, FAP, legajo 133, pasta 13, fo. 280-312.

quatro ocorrências, todas pejorativas. *Livre e liberdade* escreveram três vezes, louvando-as sempre.³⁹

Tacón se ateu ao que importava. Na segunda semana de fevereiro recusou a estátua de Santiago e recomendou à Coroa as demais felicitações municipais cubanas. “Em algumas se manifestam positivos desejos de que S. M. tenha por bem conservar essas possessões unidas à madre-pátria por meio de leis excepcionais e adaptadas a um país cujo estado político e heterogeneidade de população é tão distinto da metrópole. Nesse sentido, é notável a exposição do Ayuntamiento de Baracoa.” Na mesma semana, a Comissão Especial das Cortes em Madri lia o ofício diplomático enviado dos Estados Unidos e redigia seu parecer sobre a admissão dos deputados coloniais. Como se escutassem o mar do Caribe, seus membros alargaram a matéria da proposição inicial – lisura das eleições realizadas – para englobar também se “convinha ou não que as províncias do ultramar fossem representadas nas ‘presentes e futuras Cortes’”. Isto é, saltaram do pontual e passado para o definitivo e vindouro, o que exigiu sua fusão com a Comissão de Constituição.⁴⁰

O parecer da supercomissão, lido na plenária em 12 de fevereiro, é uma obra de contorcionismo lógico. Sua premissa repousa na Constituição de 1812. O artigo 5º dela consagrara os direitos civis dos libertos (100 mil pessoas, em Cuba), porém o 29 reduzira a base demográfica para a representação parlamentar aos brancos (300 mil), impedindo os primeiros de representar e ser representados politicamente. “Esta circunstância”, comentaram os autores, “basta tocá-la tão ligeiramente para que as Cortes deduzam as reclamações que poderia originar” no “momento solene” das eleições. Da proposição inicial inferiram uma singular conclusão: “Não sendo possível aplicar a Constituição que se adote na Península e ilhas adjacentes [Canárias e Baleares] às províncias ultramarinas de América e Ásia, serão estas regidas e administradas por leis especiais” e “não tomarão assento nas Cortes atuais os deputados pelas mencionadas províncias”. Doem nos olhos os enormes *non sequitur*. *Se a Constituição de 1812* criara tensão social dando status duplo ao liberto – espanhol com direito à liberdade de opinião, porém desprovido do direito ao exercício político formal –, *então*

³⁹ ANC, Havana, FAP, legajo 133, pasta 13, fo. 314-331. Seus signatários merecem menção: Luis Gayarre, Juan Rodríguez, José Francisco Navarro, José, Policarpo Colombié, Antonio Policarpo Carcarés, Rafael Urguelles, Jayme Bonell, Antonio Ubaldo Guilarte, Manuel Delgado Soto, Julio San Miguel e Francisco Hernández. Dos 11, oito estavam no Ayuntamiento que aceitara a ordem constitucional jurada por Lorenzo em 1836, isto é, não são vicários dúcteis fabricados por Tacón. Um dos edis, o senhor Antemi, por acaso ou dignidade, não assinou o documento.

⁴⁰ Ofício de Tacón de 5 de março de 1837, ANC, Havana, FAP, legajo 133, pasta 13, fo. 334; agrega-se a outro, no qual enviara as exposições Havana e Guanabacoa, de 5 de fevereiro.

a *Constituição por fazer* era perigosa em Cuba. *Se as eleições futuras* podiam gerar desordens sociais, *então as já realizadas* de modo pacífico deviam ser anuladas e seus deputados, excluídos do Parlamento. O parecer desconcertou José Antonio Saco, Juan Montalvo y Castillo e Francisco Armas. Os três quase deputados assinaram às pressas um *Protesto*, de autoria do primeiro, com 14 porquês para a refutação do voto da supercomissão. Em todos eles, bateram na ideia genérica da exclusão parlamentar, sem desconchavar as contradições internas de um texto que parecia não terem paciência de ler direito. Em 24 de fevereiro, dispararam cópias do *Protesto* para as capitais dos três Departamentos de Cuba (Havana, Villa-Clara, Santiago), para a sede da Audiência (Puerto-Príncipe) e para a cidade natal de Saco (Bayamo).⁴¹

Os dados estavam lançados. Saco, Montalvo e Escovedo aguardavam a chegada de seu *Protesto* à ilha e uma possível adesão dela a suas ideias. As Cortes tinham nas mãos o parecer, mas não se expunham a discuti-lo até o fim, talvez na expectativa de receber um sinal verde do ultramar. Do fim de fevereiro ao início de abril todos entraram em compasso de espera, numa espécie de armistício forçado. Em algum ponto do Atlântico se cruzaram, opostos no itinerário e na política, o texto de Saco rumo a Cuba e as felicitações de Havana, Guanabacoa, Villa-Clara, Cienfuegos, Trinidad, Remédios, Santiago e Baracoa rumo à Espanha. Nesse entreato, como que num silêncio de catedral, em 21 de março morreu Francisco de Arango y Parreño, o principal ideólogo da montagem do sistema escravista em Cuba e do posicionamento político da ilha dentro do império espanhol que, no ocaso da vida, condenara o tráfico negreiro transatlântico, o protecionismo tarifário e o regime de faculdades onímodas.

Em 5 de abril recomeçou a guerra. Num discurso arrastado que monopolizou a sessão das Cortes, Vicente Sancho, autor da proposta para criar a Comissão Especial, sacou do coldre algumas representações municipais recém-chegadas de Cuba: “Os sucessos em Cuba [Santiago] terminaram na noite do dia 23 de dezembro; e que fizeram todas as corporações ali? Lerei nada mais que dois ou três trechinhos das representações delas e por aí as Cortes poderão inferir o estado daquelas províncias e seus desejos [...]. Um é do acordo do Ayuntamiento de Havana e ainda que se diga que é Ayuntamiento antigo, ali a questão não é de Ayuntamiento ou não Ayuntamiento; a questão ali é de brancos ou negros. O acordo da cidade de Havana diz: (*leu*). Sim, senhores, querem o

⁴¹ “Dictamen de las Comisiones reunidas de Ultramar y Constitución”, *DSCC*, 12 de fevereiro de 1837, p. 1491-1493; “Protesta de los diputados electos por la Isla de Cuba a las Cortes Generales de la Nación”, publicado como suplemento ao jornal *El Mundo* de 22/02/1837. ANC, Havana, FAP, legajo 38, pasta 25.

governo que têm tido até agora [faculdades onímodas] porque não podem ter outro.” Com esse material, a bancada governista atropelou a oposição nas plenárias de 5, 12, 14, 15 e 16 de abril: 152 votos *vs.* 2 (leis especiais para reger a ilha no futuro) e 90 votos *vs.* 65 (expulsão dos deputados já eleitos).⁴²

As duas votações parlamentares caíram num domingo. Na sexta-feira seguinte, 21 de abril, o conflito sobre o destino de Cuba continuou na frente de batalha ultramarina. O *Protesto* de Saco, Montalvo e Escovedo chegara à ilha e, no melhor dos cenários, eles contavam com a recepção geral que Luz y Caballero disse ter acontecido em Havana: “foi aplaudido até pela gente mais moderada, pois sua leitura não deixa outro recurso que dizer: ‘este homem tem razão em todos os catorze porquês’”. Um choque de realidade desfez a fantasia. Em Villa Clara um morador estranhou a entrega em sua casa de um envelope gomado que tinha selo espanhol e conteúdo suspeito por “conter ideias contrárias à tranquilidade pública” e “à segurança de sua pessoa”. Repassou-o, com seus catorze porquês, ao alcaide, e no dia seguinte os outros destinatários da vila foram chamados a devolver o material. A sorte de Saco foi ainda pior em seus dois grandes redutos. Em Bayamo, que lhe dera a vida, e em Santiago, que o batizara deputado, os Ayuntamientos abriram a sobrecarta, iniciaram a leitura do *Protesto*, interromperam-na no meio de algum porquê, meteram todos os exemplares de volta na sobrecarta e postaram-na a Tacón. *Fait accompli*.⁴³

“Ele também foi lido no Cabildo”, comentou entusiasmado Luz y Caballero. A cena se passara no dividido e ambíguo Ayuntamiento de Havana, onde pelo menos os edis tinham ido até o fim do décimo quarto porquê. “Ainda que por um momento *conticuere omnes* [emudeceram todos]” – o latim fora tirado da passagem de *Eneida* em que o herói Eneias conta aos atentos e silentes cartagineses a última noite da existência de Tróia – “Pancho Sánchez quebrou o gelo dizendo que a corporação devia responder aos deputados que tinha recebido com agrado seu protesto. Então se alvoroçou a gentilha do bando oposto e, increpando-se a discussão, ou, para dizer melhor, a altercação, Meza saiu dizendo que não apenas devia contentar-se com os termos propostos por Céspedes, senão que o Ayuntamiento aplaudia os sentimentos dos

⁴² DSCC, 5 de abril, p. 2505-2512 (citações na 2510); 12 de abril, p. 2692-2700; 14 de abril, p. 2746-2756; 15 de abril, p. 2778-2783; e 16 de abril de 1837, p. 2800-2802.

⁴³ Carta de José de la Luz y Caballero a José Antonio Saco de 2/05/1837. In: *Obras*, vol. 5, p. 151-153; ANC, Havana, FAP, legajo 134, pasta 5, “Juzgado Real Ordinario de primera elección”, “Administración de Correos de Villa Clara” e “Comandancia General del departamento del Centro y a la derecha: no. 1751” (todos para Villa Clara); “Tenencia de Gobierno Político y Militar de Bayamo” e certificado adjunto do Cabildo de 27/05/1837 (ambos referentes a Bayamo); carta de Tacón de 3 de junho de 1837, n. 394, relata rejeição do *Protesto* do Saco pelo Ayuntamiento do Puerto Príncipe.

deputados e se identificava com eles. Nisso outros saíram a propor paz e, celebrando uma espécie de transação, concordaram em não responder até saber se eram ou não admitidos no Congresso.” Caballero estava dourando a pílula. O Ayuntamiento notificou Tacón de que, inteirado do protesto, “acordou que se pusesse em conhecimento de V. E. com remissão de oito exemplares, para que V. E. tenha por bem determinar o que verificamos”. Na prática, era um compromisso que sangrava o *Protesto* nas mãos de Tacón. O grupo pró-império conservador triunfara em todos os Ayuntamientos importantes de Cuba, derrubara Lorenzo, repelira Saco e fora decisivo para as votações de 16 de abril nas Cortes de Madri. *Nec spes opis ulla datur*: nem há mais de esperança um só vislumbre. Assim Eneias encerra seu relato sobre a destruição de sua Tróia amada. Um trecho que Luz y Caballero preferiu não citar.⁴⁴

Mesmo sem receber o *Protesto* da trinca cubana, a Güínes do falecido Arango y Parreño escreveu a Tacón não só para explicitar seu apoio à decisão das Cortes, senão também para vinculá-la à defesa do tráfico negreiro transatlântico. A faltar a “musculatura desses seres formados de natureza privilegiada” naturais “da segunda parte do mundo” (epíteto da África), “acabar-se-ão os engenhos e as fazendas de café, único manancial da riqueza cubana”, dado que “os brancos, alemães, islenhos, ingleses, franceses etc. não têm conseguido superar os trabalhos que requerem essas propriedades”. A expansão do cativo mediante contrabando transatlântico de escravos se provava viável no regime político vigente, mas continuaria viável no regime que vinha pondo a metrópole a pique, em profunda divisão de opiniões e crua guerra civil? “Se abrirmos os fatos, se recorrermos à tradição e se nos valermos de nossa memória, encontraremos que às bases em que se fundam as Leis de Índias e aos pretórios que delas emanam se deve sua prosperidade, conservação e aumento.” No fecho da exposição, uma carta branca a Tacón em defesa do repertório legal existente: “faça à S. M. os informes que julgar devidos em benefício do Estado e do país, sem prejuízo das franquias e dessas mesmas Leis de Índias com que nos temos elevado ao esplendor e crédito de que já a ilha goza em quase todas as nações do mundo civilizado”. É irônico que Güínes, para onde Arango se retirara na velhice, tenha encerrado o ciclo constitucional aberto em 1834 que selou o destino político de Cuba para o resto do século. A coincidência dá à morte do cubano força para alegorizar o fim de sua pátria.

⁴⁴ Carta de José de la Luz y Caballero a José Antonio Saco de 2/05/1837. In: *Obras*, vol. 5, p. 151-153; ANC, Havana, FAP, legajo 134, pasta 4, fo. 248. A tradução da *Eneida* é do maranhense, e deputado no Parlamento Brasileiro, Odorico Mendes, Canto II, versos 1 e 839.

Não de uma real que a metrópole teria esmagado. Mas sim de uma sonhada que sua mesma pátria não quis ser. Güines mostrou que sua própria casa se tornara hostil a Arango. *Conticuere omnes* – para bom entendedor, *omnes* eram *todos* os que pensavam como ele.⁴⁵

Por que a maioria dos notáveis de Cuba, os que tinham voz ativa por sua posição econômica ou institucional, rechaçou o regime constitucional em 1837? A resposta está no processo que alterou pouco a pouco a concepção estreita de repertório de constitucionalização que os hispano-cubanos formularam em 1811. A Constituição de Cádiz mexera, a despeito das demandas escravistas, nas relações raciais da ilha, dando à população de cor livre direitos civis, como opinar na imprensa e recorrer à justiça, sem lhes repassar direitos políticos, como representar e ser representado. O desconforto hispano-cubano com o texto veio à tona com a Revolta de Aponte, quando porta-vozes dos colonos pediram à Coroa competências “extraordinárias e coercitivas” ao capitão-general, uma variante primitiva das faculdades onímodas para controlar as derrapadas do carro constitucional. Desatendidos, viram a Constituição tombar em 1814. Seis anos depois, os espanhóis a desenterraram, e os cubanos, que fizeram? Rechaçaram-na por Aponte? Não. Adotaram-na sem decreto nem Real Ordem, lendo num picote mareado de jornal a notícia da revolução na metrópole. Mais uma vez, todavia, aflorou o desconforto com a população de cor livre. A capitania-general acusou parte do Ayuntamiento de Havana de “vender papéis públicos ao populacho e à gente de cor”. A mobilização dos negros evocava o Aponte de 12, a divisão dos proprietários prenunciava o Lorenzo de 36. Alguns notáveis instaram às Cortes “a faculdade de suspender a lei” na ilha. Era a segunda vez que o faziam. Pela segunda vez foram ignorados.⁴⁶

Desde 1821 o tráfico transatlântico de escravos para Cuba operava na ilegalidade, e os africanos a bordo dos barcos abalroados pelo cruzeiro britânico no mar do Caribe recebiam carta de liberdade na ilha. Como ninguém previsse os efeitos da intervenção estrangeira antiescravista sobre a ordem social, os incansáveis hispano-cubanos exoraram de novo regras especiais para Cuba. Dessa vez a demanda entrou na

⁴⁵ ANC, Havana, FAP, legajo 133, pasta 12, fo. 267-273. Ao enviar a exposição de Güines a Madri, Tacón ressaltou, com segurança, a disjunção entre o *Protesto* dos representantes cubanos e a posição política de seus representados. “Dois são, portanto, os motivos que me impelem a remeter o voto daquela corporação: 1º, que em sua oportunidade haja de acordo com o manifestado pelos demais Ayuntamientos da ilha; 2º, que se perceba claramente que a opinião emitida pelos eleitos deputados dela, e seus protestos contra a resolução da Comissão que exclui de figurar no Congresso a representação do ultramar, não é, nem pode ser, o voto desses habitantes.” ANC, Havana, FAP, legajo 133, pasta 12, fo. 274.

⁴⁶ Capítulos I e II (supra).

ordem do dia, e Fernando VII, em seu último reinado absoluto (1823-1832), lhes entregou o regime de faculdades onímodas (maio de 1825). A reinvenção da capitania-general teve dez anos para provar sua eficácia, acobertando o tráfico negreiro ilegal e lutando contra as investidas diplomáticas de Londres, a ação social dos emancipados, a resistência escrava coletiva, as conspirações separatistas dos maçônicos e, fato novo, a emancipação escrava nas Antilhas Britânicas. No período, os colonos também ajudaram a erigir o sistema tarifário protecionista hispano-cubano. Ambos, o regime e o sistema, imprimiram novo sentido à colonização da ilha e contaram, até a morte de Fernando VII, com uma base social bem definida composta por negociantes de grosso trato, traficantes de escravos e parcela razoável grandes proprietários de terra.

Em 1834 a Guerra Carlista na Península desaguou na outorga do Estatuto Real, uma Constituição redigida a portas fechadas e muito diferente da de Cádiz: não falava em liberdade de imprensa, direitos civis e regras eleitorais, e falava o mínimo em direitos políticos. Seu texto e seu processo de redação encarnavam uma concepção perfeitamente estreita de repertório de constitucionalização, encorajando a reabertura gradual do sistema político ultramarino sem risco de sua transição escorregar para a subversão revolucionária da ordem social. Colonos insatisfeitos com tarifas altas ou faculdades onímodas festejaram a oportunidade. Nas quatro eleições para o Parlamento que ocorreram de 1834 a 1836, nas quais 12 vagas estiveram em jogo, elegeram sempre deputados que prometiam remodelação dos Ayuntamientos, fim das faculdades onímodas, relativa liberdade de imprensa e revisão das pautas alfandegárias. Seu maior obstáculo era a guerra civil na metrópole. Ela gerava radicalismos que alguns colonos pensavam capazes de revolucionar a ilha e consumia recursos militares que muitos metropolitanos consideravam pagáveis apenas via ultramar. Daí as Reais Ordens que mantiveram faculdades onímodas, censura prévia e Ayuntamientos tradicionais nas colônias e que ajudaram a subdividir as posições contra- e pró-Tacón em quatro colunas. A contra-Tacón em *liberalismo radical* (Constituição de 1812) e *reformismo moderado* (Estatuto Real sim, Reais Ordens não). A pró-Tacón em *reformismo contido* (Estatuto Real sim, Reais Ordens sim) e *anticonstitucionalismo* (statu quo ante). O grupo conservador pró-império preenchia a última coluna, pois seus interesses, que ganharam expressão institucional entre 1825 e 1834, protegiam-se melhor das críticas nas fortalezas do Antigo Regime. Para controlar a política em Cuba, ele precisava das duas colunas do meio. Se a *virtù* maquiavélica consiste em colher a ocasião propícia, os conservadores escravistas se provaram homens virtuosíssimos.

Sua tática consistiu em explorar o movimento dos adversários. Com jornais metropolitanos lanhando Tacón e Pinillos, organizaram a propaganda de abril atraindo para seu campo reformistas contidos e, talvez, até alguns moderados. O avanço sobre os inimigos, notável até ali, se completou na oportunidade seguinte. Em agosto de 1836 uma quartelada na Espanha restaurou a Constituição de Cádiz, e em setembro o Departamento Oriental de Cuba jurou o texto. Ao fazê-lo, impôs aos reformistas moderados e contidos do Centro e do Ocidente a escolha entre uma ordem constitucional polêmica que não se encaixava com o contrabando negreiro e um sistema de governo que se provara seguro desde 1825 e cuja política tarifária começava a ser compensada pela abertura do mercado doméstico norte-americano à compra de açúcar estrangeiro. A maioria não pensou duas vezes e desertou para as fileiras conservadoras. Com a quase guerra civil ultramarina de 1836, durante a qual Lorenzo arregimentara negros e pardos para as milícias, os endinheirados do Oriente também debandaram para o outro lado. Engrossada por desertores e debandados, a quarta coluna fez praça da supressão definitiva do regime constitucional no ultramar, artilhando suas petições com tópicos diversos: abolicionismo anglo-saxão, hostilidade haitiana, instabilidade do liberalismo peninsular, Guerra Carlista, peso demográfico de negros e mulatos livres na ordem social cubana etc. Sem base social, os reformistas foram massacrados nas Cortes e nos Ayuntamientos. O repertório de constitucionalização hispano-cubano estreitara-se tanto – pelo uso que os plutocratas fizeram do receio da população de cor livre, do abolicionismo no Atlântico e da guerra civil na Espanha – que em 1837 desapareceu. Liberalismo e escravidão se incompatibilizaram para sempre nas Antilhas espanholas.⁴⁷

1837 é um daqueles anos que não cabem no calendário, que começam antes de janeiro e terminam muito além de dezembro. Nele culminou a gradual construção do *segundo império espanhol*, expressão que o historiador Christopher Schmidt-Nowara

⁴⁷ A votação das leis especiais de 16 de abril redundou no segundo artigo adicional à Constituição espanhola de 18 de junho de 1837: “As províncias do Ultramar serão governadas por leis especiais.” A conjugação da locução verbal no futuro do presente (“serão governadas”) permitiu que as “leis especiais” fossem interpretadas como promessa de leis novas. O grupo conservador pró-império não as entendeu assim. “Aos que podem pensar em leis especiais para países tão remotos como os do ultramar”, Trino Usauna respondeu que a única necessidade da ilha é que as ações do governo “produzam em todas as partes seus efeitos, e todas as partes sintam e gozem vantagens e benefícios”. *Algo sobre cierto discurso*, p. 23 e 55. O Ayuntamiento de Matanzas qualificou a redação de leis especiais de “perigosa operação” capaz de produzir “equivocações e outras concausas que alterem a cordial harmonia de todo bom espanhol residente nesta parte da América; do que depende não só seu próprio bem-estar, senão também a conservação da ilha contra a imensa escravidão que a ameaça e constitui um de seus maiores inimigos”. Exposição de 28 de outubro de 1837 publicada no periódico madrilenho *El Español*, edição de 26 de dezembro de 1837, p. 1. Desde o início, os hispano-cubanos conservadores definiram o sentido da expressão “leis especiais” como a manutenção das Leis de Índias.

criou para sugerir que a monarquia hispânica do século 19, longe de obsoleta, se articulou à economia mundial mediante recursos tecnológicos da Revolução Industrial, exploração crescente do trabalho escravo e manutenção do tráfico negreiro transatlântico ilegal.⁴⁸ Em termos políticos, o segundo império espanhol se caracterizou pela racialização dos direitos individuais, ausência de representação parlamentar dos colonos, composição estatutária biaxial (zonas constitucionais na metrópole vs. zonas não constitucionais nas colônias), sistema tarifário protecionista e militarização do ultramar. Essa estrutura concentrou a reprodução expandida do capital num grupo seletivo que, no início, se constituiu de grandes hacendados patrícios e negociantes peninsulares. Aos poucos, ela os combinou num *processo de colonialização dos grupos metropolitanos e de metropolização dos grupos coloniais*, uma interpenetração que, no plano econômico, se expressou na inversão do excedente mercantil em Cuba e do excedente agrário na Espanha, modernizando ao mesmo tempo metrópole e colônia.

Ao cravar tráfico negreiro ilegal e barreiras tarifárias no centro de seus interesses, a aliança transatlântica hispano-cubana empurrou a oposição ao segundo império espanhol para um campo contra-hegemônico que os textos de José Antonio Saco verbalizam com perfeição. O gênio de Bayamo definiu o protecionismo mais o contrabando como as duas lâminas que talharam os direitos políticos dos cubanos brancos e baseou sua revisão do pacto imperial num misto de antiescravidão moderado e livre-cambismo radical, pautas que seus inimigos obstruíram até a década de 1860. Fora do reformismo sempre adiado, restava a ideia da anexação aos Estados Unidos, que Saco namorou em 1837 e descartou em seguida. “Que farei, pois, no curso de minha vida?”, perguntou ao amigo Gonzalo Alonso numa carta de 1839, enquanto, feito um Ahasverus caribenho, flanava romântico no meio da estatuária romana antiga, sem esperança de voltar a Cuba, não a sua, imaginária, mas a real, das Leis de Índias e do governo absoluto. “Estarei sempre esperando *esse agora* que talvez nunca chegue ou que, chegando, seja muito tarde?” Nós sabemos a resposta. Alonso não sabia.⁴⁹

⁴⁸ Christopher Schmidt-Nowara. *Empire and Antislavery*, p. 3-6. Nowara propôs o termo em oposição ao enquadramento de estudos como Robert Paquette. *Sugar is made with Blood: The Conspiracy of La Escalera and the Conflict between Empires over Slavery in Cuba*. Middletown, Connecticut: Wesleyan University Press, 1988, p. 114-115; e Luis Martínez-Fernández. *Torn Between Empires: Economy, Society, and Patterns of Political Thought in the Hispanic Caribbean, 1848-1878*. Athens: University of Georgia Press, 1994, p. 5. Para uma objeção semelhante à abordagem de Paquette, ver resenha de Dale Tomich sobre seu livro em *Journal of Social History*, vol. 23, núm. 3 (Spring, 1990): 657-660.

⁴⁹ Apud Eduardo Torres-Cuevas, “José Antonio Saco. La aventura intelectual de una época”, p. 51.

Capítulo 7

A política da escravidão no Império do Brasil

Entre dois goles de licor e um pedaço de queijo minas, Bernardo Pereira de Vasconcelos, um dos mais célebres deputados brasileiros do tempo, recebeu em sua casa de Vila Rica, atual Ouro Preto (MG), o viajante irlandês Robert Walsh. Cercado por gravuras de paisagens da Inglaterra, reclamou ao visitante que a Grã-Bretanha “fosse hostil ao Brasil e à sua Constituição”. Walsh não engoliu a crítica: “achei-o fortemente imbuído de velhos preconceitos brasileiros”. “No dia anterior ao da minha visita, ele tinha apresentado uma moção ao Conselho Geral da Província encarecendo a necessidade de prorrogar a data estabelecida para a cessão do comércio de escravos.” Sua desconfiança era certa, a anglofobia de Vasconcelos tinha motivação negreira. O discurso que acabara de fazer no Conselho Geral de Minas daria numa petição pró-tráfico enviada ao Senado imperial em 13 de fevereiro de 1829. Nela os mineiros advertiam que a “suspensão da entrada de africanos novos”, estipulada na convenção anglo-brasileira de 1826, iria secar os “rendimentos dos registros”, barreiras fiscais interprovinciais, e levar a uma “infalivelmente menor produção anual”. Queriam a “prorrogação do prazo estipulado no tratado ao menos por mais três anos”. O Senado se negou a reabrir a discussão do acordo anglo-brasileiro, por achá-lo “terminado definitivamente”. O tempo de Vasconcelos ainda não tinha chegado.⁵⁰

A historiografia costuma entender que o tráfico negreiro transatlântico teve força de destino manifesto no Brasil e que foi suprimido apenas em 1850 por ingerência britânica. Essa visão, que contém elementos corretos, menospreza o impacto da convenção anglo-brasileira de 1826 e da lei de 7 de novembro de 1831 sobre o fluxo do comércio de africanos escravizados, que de sua proibição até 1834 bateu os mais baixos recordes históricos registrados no país desde o final do século 17. Naqueles anos, os que se aventuravam na ilegalidade tinham de valer-se da prevaricação nas fímbrias do aparelho estatal. Pequenas autoridades como os juízes de paz, encarregadas de verificar embarcações suspeitas de traficar homens, deixavam, molhadas as mãos, de verbalizar os índices de traficância no auto de liberação dos navios que averiguavam. E júris populares absolviam acusados de contrabando. Embora existentes, essas ações não

⁵⁰ Robert Walsh. *Notícias do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1985, vol. II, p. 107-109 – essa é a obra que Saco resenhou na *Revista Bimestre Cubana* de 1832 (Capítulo 6, supra); “Representação do Conselho Geral de Minas Gerais de 13 de fevereiro de 1829”, número do documento 6638; e “Parecer da Comissão de Legislação de 10 de junho de 1829”, ambos em Acervo Arquivo do Senado Federal (AASF), Brasília. O Senado reencaminhou a petição ao Executivo, que tentava, sem sucesso, obter da Grã-Bretanha permissão para trazer colonos africanos livres ao Brasil. Alex Borucki, “The ‘African Colonists’ of Montevideo: New Light on the Illegal Slave Trade to Rio de Janeiro and the Río de la Plata (1830-1842)”. *Slavery and Abolition*, vol. 30, núm. 3 (set., 2009): 427-444. Londres aceitou apenas prorrogar o início da vigência do tratado em 6 meses, de março para setembro de 1830.

encontravam respaldo nos jornais nem nas principais instâncias de articulação política do império: Câmaras Municipais, Conselhos de Província, Câmara dos Deputados e Senado. Pelo contrário, depois que D. Pedro I abdicou, em 7 de abril de 1831, uma série de debates em torno da feição que o Estado e a sociedade deviam adquirir, misturada a alguns episódios de resistência escrava coletiva, estigmatizou o “comércio de carne humana” e desaguou em ações destinadas a combater o próprio instituto da escravidão.⁵¹

Foi nesse cenário improvável que uma reação negreira se articulou e matou a lei de 7 de novembro de 1831, enterrando com ela a liberdade de centenas de milhares de pessoas inocentes. O ponto de partida da reviravolta foi o mercado mundial do café. Prova de que o sistema mundial capitalista internacionaliza fenômenos locais e nacionaliza fenômenos internacionais, a Crise da Nulificação nos Estados Unidos acelerou o engate da economia brasileira na norte-americana, fazendo o Brasil percorrer o mesmo caminho que Cuba havia percorrido trinta anos antes. Teve, assim, peso decisivo no processo de reinvenção do tráfico negreiro e do Estado imperial na década de 1830. Um peso ainda inexplorado na historiografia. O ponto de chegada de todo o processo foi um novo pacto entre a classe senhorial e o Estado brasileiro. Não um contrato desses que se assinam e registram em cartório. Pelo contrário, foi um acordo não escrito em lugar nenhum, cuja eficiência repousou na grande confiança que os atores privados depositaram nas práticas públicas, criando-se um tipo de parceria público-privada que refinou o modelo jurisprudencial de conservação da ordem escravista consagrado em 1824, quando se adotou uma concepção estreita de repertório de constitucionalização no país.

*

⁵¹ Caio Prado Jr. *História econômica do Brasil* (1945). São Paulo: Brasiliense, 1949, p. 157; Emília Viotti da Costa. *Da Monarquia à república: momentos decisivos* (1977). São Paulo: Unesp, 1999, p. 282; José M. de Carvalho. *A construção da ordem. Teatro de sombras* (1ª ed., respectivamente, 1980 e 1988). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 294; Clóvis Moura. *Dicionário da escravidão negra no Brasil*. São Paulo: Edusp, 2004, verbete “lei para inglês ver”, p. 240-241; Jeffrey D. Needell. *The Party of Order: The Conservatives, the State, and Slavery in the Brazilian Monarchy, 1831-1871*. Stanford: Stanford University Press, 2006, p. 120. Sobre o cerco policial no início do contrabando, Jaime Rodrigues. *O infame comércio: propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850)*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2000, p. 142-163; e Sidney Chalhoub. *A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista*. São Paulo: Cia. das Letras, 2012, p. 46-69.

O leitor contemporâneo mal pode imaginar a atmosfera emocionalmente carregada que a Abdicação de D. Pedro I criou na Corte e nas províncias do Brasil. As tropas andavam indisciplinadas, insatisfeitas que estavam com seu soldo corroído por uma inflação acumulada em até 250% desde 1821 por conta da política monetária frouxa adotada para tapar a hemorrhagia financeira de um governo deficitário. E a elite se batia pela melhor forma de redefinir a concepção de Estado inscrita na Constituição de 1824. Enquanto no Teatro Constitucional Fluminense as famílias assistiam às peças *O pífaro liberal ou o verdadeiro modelo dos que deviam rodear os imperantes* e *O ministro de retidão ou o Príncipe Arrepentido*, os homens organizavam clubes batizados de sociedades patrióticas no Rio de Janeiro, em Pernambuco, na Bahia, em Minas Gerais e por aí afora. Num leque de opções que se estendia do apoio ao ex-imperador ao reformismo radical, aos poucos se impôs um campo discursivo que foi sintetizado nas palavras de ordem enviadas pela Câmara Municipal da Vila de Campanha (MG) ao Parlamento no início de 1831: “um dos primeiros objetos que devem ocupar a atenção dos nossos Representantes” são “as reformas da Constituição e a Federação”, visto que “não querereis os Representantes da Nação contentar-vos com a queda do tirano e, com ela, ufanos descansar molemente sem prevenir os assaltos da tirania”. O clima era tenso. Só na Corte estalaram sete revoltas até 1833, e o governo suspendeu as cartas de seguros – instrumento jurídico semelhante ao habeas corpus –, proibiu reuniões noturnas de mais de 5 pessoas e criou a Guarda Nacional para desmobilizar as tropas. Sufocos rendem inspiração. A melodia do atual hino nacional brasileiro foi inventada para comemorar o 7 de Abril.⁵²

Como havia ocorrido na Era das Revoluções, o debate sobre o Estado ensejou a reivindicação de reformas sociais, e o combustível da ideologia antiescravista começou a mover as máquinas das tipografias menos contidas do país. A edição de 19 de abril da *Nova Luz Brasileira* propôs que se festejasse a queda de D. Pedro I “com uma lei que libertasse os ventres ainda não livres”, e em novembro outro periódico radical, *O Jururuba dos Farroupilhas*, baseando-se na legislação britânica de 1816, pediu o fim

⁵² Para a inflação, Théó Lobarinhas Piñeiro. “Os simples comissários” (*negociantes e política no Brasil Império*). Doutorado. UFF. Niterói, 2002, p. 124-150; peças de teatro no *Correio Mercantil* (22/07/1831, p. 4) e no *Diário do Rio de Janeiro* (30/09/1831, p. 4); lista de sociedades patrióticas, Moreira de Azevedo, “Sociedades fundadas no Brasil desde os tempos coloniaes ate o começo do actual reinado”. *Revista Trimestral do Instituto Historico, Geographico e Ethnographico do Brasil*, t. 48, parte 2, 1885, p. 265-322; representação de Campanha, em *O universal*, 10/06/1831 apud Wlamir Silva. *Liberals e povo: a construção da hegemonia liberal-moderada na província de Minas Gerais (1830-1834)*. São Paulo: Hucitec, 2009, p. 209-210; medidas legislativas sumariadas em Justiniano José da Rocha. *Ação; reação; transação e seus textos*. Org. de Tâmis Parron. São Paulo: Edusp (no prelo).

dos açoites sobre os “miseráveis africanos”. Até o moderado *Jornal do Comércio* louvou o hoje célebre texto de José Bonifácio, a *Representação* à Assembleia Constituinte. Não menos inesperado foi o surgimento de periódicos da oposição ao governo regencial que davam um ar de tensão racial às rivalidades políticas. *O Filho da Terra*, *O Mulato*, *O Brasileiro Pardo*, *O Cabrito*, *O Meia Cara*, *O Crioulinho* e *O Crioulo* entraram a delatar práticas discriminatórias na nomeação pública para postos civis e militares. “Não sabemos o motivo por que os brancos moderados nos não declarado guerra”, dizia *O Mulato*. “Nas eleições”, observava, “não há um representante das nossas cores; dos empregos públicos e de todas as partes nos excluíram”. Preocupado com o que ouvia sobre a Corte, o representante diplomático do império nos Estados Unidos, José de Araújo Ribeiro, coligiu relatos sobre revoltas escravas no Atlântico Norte, rastreando-as em Cuba, Martinica e Caracas, e mandou ao Rio de Janeiro jornais “cheios das circunstâncias de uma rebelião de escravos que teve lugar em Southampton, Virgínia”, o banho de sangue derramado na revolta de Nat Turner. Araújo tirou uma lição: “à vista de uma numerosa população de escravos”, a população corre perigo quando anda mais “possuída de um desordenado zelo pelos negócios políticos” que “de seus verdadeiros interesses”. Seja-se claro. O limite das justas entre os proprietários de escravos se chamava solidariedade de classe.⁵³

O preceito de Araújo virou fumaça na freguesia de Carrancas, Comarca do Rio das Mortes (em terras hoje localizadas no município de Cruzília, MG). Integrada às rotas do mercado de abastecimento da Corte, a comarca tinha as mais altas taxas de escravos por homem livre da província (60%). Muitos de seus escravos eram tropeiros empregados no comércio com a província do Rio de Janeiro, cujo incremento demográfico intensificava a exploração da mão de obra mineira. Na política, a freguesia tinha uma estrela ascendente, Gabriel Francisco Junqueira. Dono de mais de 100

⁵³ Apud Jeanne Berrance de Castro, *A milícia cidadã: a Guarda Nacional de 1831 a 1850* (1977). São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1979, p. 187-188. Sobre a “imprensa mulata”, Hebe Maria Mattos. *Escravidão e cidadania no Brasil monárquico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000; Marcello Basile. “O Império em construção: projetos de Brasil e ação política na Corte regencial”. Rio de Janeiro: PPGHIS-UFRJ, 2004, p. 171-175, 251-336 e 388-447, e, com outra visão, Thomas Flory, “Race and Social Control in Independent Brazil”. *Journal of Latin American Studies*, vol. 9, núm. 2 (nov., 1977): 199-224. Sobre a *Nova Luz Brasileira*, M. Basile. *Ezequiel Corrêa dos Santos: um jacobino na corte imperial*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001, e “Unitários e federalistas: a questão federal na imprensa da Corte (1830-1834)”. In: Mônica Leite Lessa e Sílvia Carla Pereira de Brito Fonseca (orgs.). *Entre a monarquia e a república: imprensa, pensamento político e historiografia (1822-1889)*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008, p. 83-106; ofícios de José de Araújo Ribeiro a Francisco Carneiro de Campos, 6/07/1831 e 14/07/1831. Arquivo Histórico do Itamaraty (AHI), código 233/3/1. Gerald Horne diz que Araújo “analisou extensamente” o caso de Nat Turner (*The Deepest South: United States, Brazil, and the African Slave Trade*. Nova York: New York University Press, 2007, p. 11 e 263, n. 73). Seu relato tem meia página.

cativos, medira forças com D. Pedro I em 1831 batendo um candidato do imperador nas eleições para o Parlamento. Seus adversários o enxovalhavam de “deputado de merda” e punham sua cabeça a prêmio. Típica briga de gente graúda no Brasil, a coisa mudou de figura em 1833. Uma facção política tomou de assalto Ouro Preto em 22 de março, sendo acusada pela Regência de tramar a restauração de D. Pedro. As vilas do interior se declararam legalistas, e Carrancas mandou um quarto de seus Guardas Nacionais para o cerco à capital. Solidário aos rebeldes isolados, Francisco Silvério Teixeira, dono de 19 escravos, quis gorar o avanço das fardetas regenciais espalhando entre os escravos de Junqueira que “os brancos no Ouro Preto estavam se guerreando entre si” e “que era boa ocasião de eles se levantarem e ficarem forros matando a seus senhores”. Em 13 de maio, o cativo Ventura Mina, que estivera na tumultuada Corte em 1831 e talvez soubesse da redução do efetivo em Carrancas, fez sua própria leitura do que acontecia e levantou as senzalas. Seus seguidores disseram: “Vocês não costumam a falar nos caramurus [adeptos do ex-imperador], nós somos os caramurus, vamos arrasar tudo...”. De Gabriel Junqueira chacinaram pai, mãe, filho, filha, genro, dois parentes e dois netos – um garoto de cinco anos e uma menina de dois meses. A repressão, rápida como violenta, resultou na morte de 21 escravos. Dezesseis tiveram enforcamento exemplar. Na rua da Forca, em de S. João d’el Rei, “com grande concurso de espectadores”.⁵⁴

A revolta escrava de Carrancas teve reflexo na macropolítica. Enquanto as vilas e o Conselho de Província de Minas Gerais emitiram posturas e ofícios para inibir planos de restauração do duque de Bragança (D. Pedro I), o representante dos Estados Unidos na Corte escreveu em 7 de junho que o Senado tinha declarado sessão secreta dois dias antes por recear “que os escravos estavam prestes a se revoltar na Província de Minas Gerais instigados por alguns dos implicados em Ouro Preto”. Os *Anais do Senado* não acusam o conclave, porém em 10 de junho, três dias depois do ofício, o Executivo apresentou ao Parlamento um pacote de segurança pública que ligava a “restauração” ao assunto dos “escravos africanos”. O pacote consistia em quatro pontos, todos considerados essenciais em Carrancas: 1. centralização da Guarda Nacional mediante nomeação de comandantes e majores por presidentes de províncias; 2.

⁵⁴ Marcos Ferreira de Andrade. “Rebelião escrava na Comarca do Rio das Mortes, Minas Gerais: o caso Carrancas”. *Afro-Ásia*, núm. 21-22 (1998-1999): 45-82; e “Negros rebeldes nas Minas Gerais: a revolta dos escravos de Carrancas” (1833), uma introdução ao respectivo processo-crime, de mais de 400 páginas, ambos disponíveis em http://www.acervos.ufsj.edu.br/site/fontes_civeis/carrancas.html; para a convocação das tropas de Carrancas antes da rebelião escrava, *O Astro de Minas*, 31/03/1833, p. 1. Síntese das ações dos supostos caramurus em Marcello O. Basile. *Ezequiel Corrêa dos Santos*, p. 111 passim, e em Wlamir Silva. *Liberais e povo*, p. 277-321.

ampliação das guardas municipais para arrochar vigilância sobre localidades e desincumbir a Guarda Nacional de tarefas menores; 3. restrição da liberdade de imprensa, proibindo-se menções a D. Pedro I; 4. processo sumário na aplicação da pena de morte a escravos que cometessem alguns tipos de homicídio. O primeiro artigo da lei contra os cativos recompôs em detalhes a chacina da família Junqueira – nessas sessões, o deputado se ausentou com “causa motivada” – e calçou *in toto* as ações criminais nas condutas dos revoltosos de 1833: “Serão punidos com a pena de morte os escravos ou escravas que matarem por qualquer maneira que seja, ferirem ou fizerem outra grave ofensa física a seu senhor, administrador, feitor ou às suas mulheres e filhos.” Só faltou nomear os familiares de Junqueira.⁵⁵

Se em 1834 o assunto da reforma constitucional fez o Parlamento relegar a um segundo plano a aprovação da pena capital dos cativos, no ano seguinte o evento explosivo da Revolta dos Malês, na capital da Bahia, recolocou em pauta os assuntos da escravidão e da coesão da classe senhorial. Na noite de 24 para 25 de janeiro, quase seiscentos cativos lutaram nas ruas de Salvador por cerca de três horas, com a intenção de seguir para a zona rural, onde previam obter reforços de outros para uma batalha menos desigual com as forças imperiais. Como o perigo da amplificação da revolta não era pequeno, pois Salvador apresentava alto percentual de escravos (42% da população) e de africanos (63% entre os de condição servil), a repressão foi rápida e cruenta. Quase setenta escravos terminaram fuzilados sumariamente e mais de cinco centenas sofreram pena de morte, tortura ou deportação para a África. Em 10 de junho de 1835, o governo, assombrado com os malês, sancionou a lei que regulava a pena capital aos cativos, redigida exatos dois anos antes por causa da insurreição de Carrancas.⁵⁶

O caldo antiescravista que viera à tona depois da Abdicação engrossou na imprensa em 1835. O *Aurora Fluminense*, de Evaristo Ferreira da Veiga, e o oficioso *Jornal do Comércio* condenaram não só o tráfico negreiro e a presença africana no Brasil, mas a própria instituição do cativo. No âmbito do aparelho estatal, as propostas começaram radicais e foram sendo filtradas a cada vez que mudavam de instância legislativa. A Câmara Municipal de Itaparica (BA) sugeriu à Assembleia

⁵⁵ *Anais da Câmara dos Deputados (ACD)*, 10 de junho de 1833, p. 241 passim; 27 de agosto de 1833, p. 193 passim; 3 de setembro de 1833, p. 218-219; 16 de setembro de 1833, p. 256; ofício de Ethan A. Brown a Edward Livingston, 7/06/1833, U. S. National Archives (USNA). Record Group 59, microfilme 121, rolo 11.

⁵⁶ João José Reis. *Rebelião escrava no Brasil. A história do levante dos Malês em 1835*. Ed. revista e ampliada. São Paulo: Cia. das Letras, 2003. Acerca do impacto legislativo de Carrancas, João Luiz Ribeiro. *No meio das galinhas as baratas não têm razão: a lei de 10 de junho de 1835. Os escravos e a pena de morte no Império do Brasil, 1822-1889*. Rio de Janeiro: Renovar, 2005, livro I, p. 43-67.

Provincial da Bahia um projeto de ventre livre, só que os legisladores em Salvador mudaram de assunto, pedindo à Câmara dos Deputados apenas a repatriação de africanos e a proibição do intercuro mercantil do império com a África. Quando o Parlamento se reuniu, em maio, o deputado baiano Ferreira França driblou a censura da Assembleia de sua província e apresentou à plenária quatro projetos que iam do ventre livre a uma data-limite para a escravidão no Brasil. Outros – João Barbosa Cordeiro (Pernambuco) e Antônio Luís Patrício da Silva Manso (Mato Grosso) – introduziram suas versões de emancipação gradual dos cativos. Ao todo, nove dos doze projetos sobre tráfico e escravidão submetidos ao Parlamento entre 1831 e 1836 têm datação posterior ao levante dos malês. William Hunter, recém-chegado à Corte para representar os Estados Unidos, surpreendeu-se com a onda antiescravista no Brasil: “aqui também há fanáticos filantrópicos”, contou ao secretário de Estado John Forsyth, talvez se lembrando de que fazia mais de dez anos que um deputado norte-americano não apresentava ao Congresso um projeto de emancipação escrava. “Em vez de evitar, onde tudo é combustível, lançar suas palavras incendiárias, fazem-no sob o risco da conflagração e da autodestruição. As falas de um dos Andradas lhe pareceriam aquelas que precederam, na França, o massacre de Saint-Domingue”. Aquela seria a mais alta marca d’água do antiescravismo na parede do Parlamento brasileiro até a década de 1860.⁵⁷

A apresentação dos projetos antiescravistas pode ter levado a Comissão das Assembleias Provinciais da Câmara dos Deputados a levar a sério a petição da Assembleia baiana pelo fim do comércio afro-brasileiro e pela devolução dos africanos a seu continente de origem. Em 18 de agosto, ela lavrou um parecer reduzindo a projeto de lei a primeira das duas propostas. Pelo tratado anglo-brasileiro de 1826, uma embarcação imperial só podia ser aprisionada pelo cruzeiro britânico se trouxesse escravos a bordo; na proposta de lei da Câmara dos Deputados, as autoridades brasileiras tinham poderes para apreender e leiloar embarcações flagradas com quaisquer produtos a serem mercados na África – pólvora, panos, jeribita [cachaça],

⁵⁷ Ofício de William Hunter a John Forsyth, 28/03/1835, USNA. RG 59, m. 121, rolo 11. *Diário da Bahia*, núm. 70 (3/08/1836), apud J. J. Reis. *Rebelião escrava no Brasil*, p. 531-2. Os projetos de 1834, de João Antônio Rodrigues de Carvalho, foram aprovados no Senado e chegaram à segunda discussão na Câmara. Um objetivava formalizar matrículas de venda de escravos para evitar a circulação de africanos ilegais; outro dava meios para queimar e desmontar negreiros envolvidos no tráfico. *ACD*, 6 e 7 de maio de 1835, p. 20-25; 20 de julho de 1835, p. 91-92; 23 de julho de 1835, p. 105; 24 de julho de 1835, p. 109.

tabaco etc. Esse projeto coincidiu com outro instrumento jurídico de teor semelhante, originado por pressão externa.⁵⁸

O experimento abolicionista nas Antilhas Britânicas vinha induzindo Londres a forçar novos tratados bilaterais antitráfico com potências escravistas. Um mês antes da aprovação do *Emancipation Act*, o diplomata imperial na Grã-Bretanha previu uma coalizão estranha, mas lógica, entre os proprietários caribenhos e os abolicionistas da metrópole contra seus rivais na economia global: “além das maquinações dos chamados promotores da liberdade dos negros”, diagnosticou, “teremos contra nós a dos próprios colonos ingleses, os quais é de esperar que trabalhem para privar-nos das vantagens que podemos colher das suas desgraças.” Em 1835, no ano em que Madri assinou seu tratado com Londres, o representante britânico no Rio de Janeiro fez o Executivo imperial subscrever os Artigos Adicionais à Convenção de 1826, segundo os quais os indícios de tráfico – escotilhas em xadrezes no lugar de taboas inteiriças, presença de grilhões e algemas, bem como tonéis de água e carga de alimentos maiores que o necessário para a tripulação – bastavam para a captura de navios brasileiros pelos vasos militares britânicos. Difícil saber se a concessão diplomática ocorreria em outro contexto. O fato é que o ministro brasileiro dos Negócios Estrangeiros da ocasião, Manoel Alves Branco, também ele baiano, lavou as mãos na fonte dos malês: “tenho a íntima convicção de que não obrei mal na ocasião em que aceitei e propus esses artigos. A opinião do país não era então favorável ao tráfico e ela se tinha tornado ainda menos favorável em consequência das muito graves insurreições de escravos que no ano de 1835 tinha havido no império.”⁵⁹

Alves Branco tinha apoio do governo. A convenção comercial anglo-brasileira, por rebaixar as tarifas de importação a 15% *ad valorem*, impusera ao orçamento imperial desfalques enormes, dado que elas constituíam a principal fonte das receitas públicas. Em 1833 e 1834, no Conselho de Estado e no Senado alguns políticos tinham pedido ao governo que barganhasse com a Grã-Bretanha uma convenção antitráfico mais draconiana pela revisão para cima do teto aduaneiro nacional. Reticente no início, o Executivo agiu depois dos malês. Eleito regente do império, o padre paulista Diogo

⁵⁸ ACD, 18 de agosto de 1835, p. 176-177.

⁵⁹ Ofício ostensivo de Eustáquio Adolfo de Melo Matos a Bento da Silva Lisboa, 05/07/1833, AHI, código 216/1/14; Antônio Pereira Pinto. *Apontamentos para o direito internacional ou collecção completa dos tratados celebrados pelo Brazil com diferentes nações estrangeiras, acompanhada de uma notícia histórica e documentada sobre as Convenções mais importantes*. Rio de Janeiro: F. L. Pinto & Cia. Livheiros Editores, 1864, vol. 1, p. 394-398; *Anais do Senado do Império* (AS), 24 de maio de 1844, p. 559-560.

Antonio Feijó enviou a Londres o marquês de Barbacena, autor da lei de 7 de novembro de 1831, em missão especial para rediscutir com os britânicos o conjunto das negociações travadas por ocasião do reconhecimento internacional da Independência brasileira. Segundo as instruções de Feijó, o marquês empregaria “todos os meios a seu alcance [...] para que se possa mais efetivamente reprimir no mar o tráfico de africanos”. É de supor que ele mostrasse ao *Foreign Office* a aceitação parcial dos Artigos Adicionais – pendente do consentimento parlamentar – e o projeto da Câmara dos Deputados anulando transações comerciais afro-brasileiras. Em contrapartida, o Brasil elevaria os direitos de entrada sobre produtos estrangeiros.⁶⁰

Se uma fratura na solidariedade da classe senhorial levara a uma revolta de escravos, a de Carrancas em 1833, uma segunda revolta de escravos, a dos malês em 1835, motivara uma série de iniciativas que ameaçavam a força da própria classe senhorial. Tudo somado, a imprensa mulata, os artigos contra a escravidão, as revoltas escravas, os projetos de lei antiescravistas e as ações antitráfico do Executivo impunham uma questão aos atores coevos: qual iria ser a natureza da relação entre o governo brasileiro e a escravidão e, em particular, entre o governo brasileiro e o tráfico negreiro transatlântico? De um lado, a rejeição parlamentar dos projetos de lei emancipando escravos e o diploma penal de 10 de junho de 1835 indicavam adesão do governo e do Estado à ordem social escravista. De outro, os projetos de lei provinciais e nacionais apresentados contra o comércio ilegal de africanos escravizados, bem como a política externa de Feijó praticada na Corte ou em Londres, anunciavam que o governo perseverava na incompatibilidade entre o Estado imperial e o contrabando negreiro nos termos da lei de 7 de novembro de 1831. Numa de suas últimas medidas, o gabinete de Feijó determinou que, durante as inspeções portuárias, os prevaricadores juizes de paz fossem acompanhados de peritos da Marinha e oficiassem seu relatório ao guarda-mor da alfândega e ao promotor público. A medida surtiu efeito. Nove navios negreiros acabaram recolhidos pela polícia do Rio de Janeiro de maio a julho de 1837. Apenas cinco o haviam sido entre maio de 1834 e maio de 1835.⁶¹

⁶⁰ Não deixa de ser irônico que o Império do Brasil procurou fazer o mesmo que desejara a comunidade mercantil lisboeta entre 1815 e 1820 (Capítulo 4, supra). Para a distribuição de cartazes, Robert Conrad. *Tumbeiros: o tráfico escravista para o Brasil* (Trad. port.). São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 95; tentativa de acordo com Portugal, João Pedro Marques. *Os sons do silêncio: o Portugal de oitocentos e a abolição do tráfico de escravos*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 1999, p. 242-3. Sobre o envio de Barbacena a Londres, com respeito aos despachos aos juizes de paz, Alfredo Ellis Jr. *Feijó e a primeira metade do século XIX* (1940). São Paulo: Cia. Editora Nacional do Livro, 1980, 224-229.

⁶¹ Medida publicada no *Correio Oficial*, 14/06/1837, p. 1, e discutida em ACD, 30 de maio de 1838, p. 248 passim. Para o número de apreensões, Roquinaldo Amaral Ferreira. *Dos sertões ao Atlântico: tráfico*

De 1831 a 1834 o contrabando existiu, mas foi residual (vitimou 46 mil africanos ou 6% do total traficado até 1850). De 1835 a 1837 atingiu volume extraordinário (média anual de 48 mil), porém o Estado ainda não estava com ele. Do final de 1837 em diante, a escravização ilegal e o poder público brasileiro se tornaram indissociáveis. Esse processo, impressionante e devastador, não pode ser plenamente apreendido se for desvinculado da Crise da Nulificação, agitada nos Estados Unidos entre 1828 e 1833. Ela esteve na raiz da reconfiguração qualitativa do comércio global do café, contribuindo para inverter o estatuto do contrabando negreiro e modificar a composição das disputas políticas no Brasil. Seu impacto incontável mas certo atingiu até mesmo o teor da reforma constitucional de 1834. Começamos pela análise desse ponto, para em seguida focar na reabertura do tráfico transatlântico de escravos.

Com a Abdicação de D. Pedro I, a mobilização na imprensa e nas sociedades patrióticas pela injeção de princípios federativos na Carta de 1824 penetrou o seio do Parlamento. Por três meses, de julho a outubro de 1831, a Câmara dos Deputados apreciou um projeto de reforma constitucional elaborado por uma comissão especial e batizado com o nome de seu relator, Miranda Ribeiro. Mais que uma reforma, o texto propunha uma remodelação. Mudava o nome do país, passando-o para Monarquia Federativa do Império do Brasil (art. 1º). Mudava os poderes do Estado, suprimindo-se o Moderador e o Conselho de Estado (art. 2º e 8º). Mudava a duração do mandato dos deputados de quatro para dois anos (art. 3º). Mudava a senatoria, antes vitalícia, agora temporária, com renovações bienais de um terço das vagas. Mudava a regência trina para uma (art. 11). E mudava os Conselhos Gerais de Província, sem predomínio legislativo, para Assembleias Legislativas Provinciais (art. 9 e 10). O leitor que passar os olhos pela Constituição dos Estados Unidos se espantará. Os artigos das assembleias legislativas provinciais, do Executivo unificado em um regente eleito, do Senado temporário renovável a cada dois anos e do mandato bienal para os deputados emulam de perto o texto norte-americano. Uma semana antes de Miranda Ribeiro revelar a proposta ao plenário da Câmara, o representante de Washington na Corte antecipou seu conteúdo. “Do que tenho sabido por meio de outros canais, a parte mais patriótica e numerosa dos deputados deseja muito imitar os Estados Unidos, na política geral como nas instituições.” Do ministro brasileiro dos negócios estrangeiros ouviu que os legisladores buscavam “a formação de um governo federal segundo o exemplo dos

Estados Unidos”. Chamar o Império do Brasil de monarquia federativa não era questão de nome, perfumaria lexical. Inscrevia no ordenamento jurídico uma doutrina constitucional completamente nova, com imprevisíveis implicações para a redefinição do lugar da soberania no país.⁶²

Segundo a Carta de 1824, o processo de emenda constitucional era vagaroso. Seus artigos 173-178 previam alteração do texto quando três quartos dos deputados de uma Legislatura o requeressem e redigissem um projeto de reforma a ser aprovado nas duas Casas. Aceito o projeto, os representantes da Legislatura seguinte precisavam discutir o teor das emendas constitucionais e aprová-las. O projeto Miranda Ribeiro se saiu bem no primeiro teste, o de 1831: a ideia da reforma constitucional foi aceita pelos três quartos necessários e os artigos do projeto ganharam apoio da maioria na Câmara. Faltava conquistar o Senado, e aí a batalha seria árdua. Seus membros, apontados pelo ex-imperador, identificavam-se com a concepção de Estado consagrada na Constituição imperial. Em julho de 1832 eles barraram quase todos os artigos do projeto Miranda Ribeiro, à exceção dos que instituíam Assembleias Legislativas Provinciais. A Câmara dos Deputados não se curvou à ingerência, reprovou a maior parte das rejeições do Senado e provocou, em fins de setembro, a reunião das duas Casas numa Assembleia Geral para resolver os artigos pendentes. Nos 90 dias que correm de julho a setembro, uma variável de peso começou a entrar na equação.

No início de 1832, os nulificadores dos Estados Unidos tinham adquirido o controle do governo estadual na Carolina do Sul e passado a acenar com a secessão no interior do Congresso, em Washington. Araújo Ribeiro, o representante imperial na cidade, alarmou-se com a intensidade das discórdias sobre a soberania do país e começou a juntar em seus ofícios à Corte jornais que transcreviam na íntegra as amargas discussões congressistas sobre as tarifas aduaneiras. De um a outro periódico, interpunha seu juízo: “Não é necessário ser profeta para prever que este estado de coisas

⁶² Ofício de Ethan Brown a Martin Van Buren, 2/07/1831 e 12/10/1831, USNA. RG 59, m. 121, rolo 10. Projeto Miranda Ribeiro, em *Aurora Fluminense*, 14/10/1831, p. 1. Ao comentar a edição, Ethan Brown escreveu, de novo, que notava “uma disposição no espírito da maioria da Câmara dos Deputados a assimilar sua [dos Estados Unidos] Constituição”, Ethan Brown a Edward Livingston, 28/10/1831, USNA. RG 59, m. 121, rolo 10. Não à toa os Estados Unidos tinham sido a primeira potência estrangeira a reconhecer a legitimidade do fim do Primeiro Reinado e do governo regencial (ofício de 12/10/1831). Para uma síntese da reforma constitucional, Paulo Pereira de Castro. “A experiência ‘republicana’, 1831-1840”. In: Sérgio Buarque de Holanda (org.). *História geral da civilização brasileira. O Brasil monárquico: dispersão e unidade*. São Paulo: Difel, t. 2, vol. 2, 1985, p. 9-67, e Marcelo O. Basile, “O laboratório da nação: a era regencial (1831-1840)”. In: Keila Grinberg e Ricardo Salles (orgs.). *O Brasil imperial, vol. II: 1831-1870*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 53-120. A centralidade dos Estados Unidos foi notada por Fernanda Pacca de Almeida Wright. *Testando o Leviathan: a presença dos Estados Unidos nos debates parlamentares de 1828 a 1837*. São Paulo: Perspectiva, 1978.

[a união do país] não pode durar longos anos”, pois “o germe de discórdia que existe na natureza do governo já brotou as rivalidades e disputas, que são o que destrói as federações, e não tarifas ou pautas de alfândegas.” Em março de 1832, ele foi mais explícito: “A Proclamação da Convenção da Carolina do Sul é uma peça que julgo importante”, disse ao transcrevê-la e traduzi-la, “talvez que ela leve V. Exa. a refletir sobre a natureza dos governos federados e seus defeitos, e de lá às circunstâncias da nossa pátria, onde tanto se insinuam presentemente ideias de federação.” Tais notícias circularam no Rio de Janeiro. Em novembro de 1832, o periódico *A Verdade* dava como matéria óbvia, chão batido, a crise do federalismo nos Estados Unidos: “Já sabeis até que ponto a questão da *tarifa das alfândegas* tem azedado o espírito dos Estados no Sul”, disse. “Na *Carolina Meridional* propõe-se convocar uma convenção com o fim de anular a lei do Congresso Geral, que estabeleceu a tarifa. Se esta declaração tem lugar na *Carolina do Sul*, a União está dissolvida”.⁶³

As sessões da Assembleia Geral brasileira – a reunião das duas Casas legislativas para decidir o futuro das reformas constitucionais – tiveram compilação concisa. Suas 47 horas e 25 minutos de discursos e trabalhos parlamentares foram espremidas em 16 páginas dos *Anais do Senado*, que, na virtual totalidade, só trazem as listas das emendas, sua aprovação ou sua rejeição. O assunto da crise federativa dos Estados Unidos dificilmente apareceria ali. Por sorte, *O Caramuru*, uma folha de linha editorial conservadora, epitomou algumas das falas proferidas pelo senador visconde de Cayru nos debates da Assembleia Geral. Nelas se vislumbra o ácido da recente experiência federativa norte-americana sendo usado para corroer a posição dos reformistas: “Sabe o povo que a hostilidade que está declarada contra o Senado é efeito de cavernosa política de notórias Covas de Trofônio em que só se apregoa a excelência da Constituição dos Estados Unidos. Mas que aproveita a estes hoje o seu Senado de *rotação*? Consta que as montanhas dos federalistas se estão desbroando e que os dinastas dos Estados do Sul ameaçam separação dos do Norte pela nova Lei da Tarifa. Não sei por que fatalidade não se quer nada estável, mas tudo incerto.”⁶⁴

⁶³ Ofícios de José de Araújo Ribeiro a Francisco Carneiro de Campos, 17/03/1832 e 24/06/1832 . AHI, códice 233/3/1. Ofícios de 24 junho de 32; *A verdade*, 17 de novembro de 1832, p. 2.

⁶⁴ AS, sessões da Assembleia Geral, de 17 a 28 de setembro, p. 153-169; *O Caramuru: o Imperador Pedro II, e a Constituição Jurada*, 17 de outubro de 1832, p. 1-2, e 1 de dezembro de 1832, p. 1-2. O compilador oitocentista dos discursos parlamentares brasileiros se descabelou por não achar os tão importantes debates da Assembleia Geral: “A despeito porém das maiores diligências e pesquisas empregadas, não encontramos em jornal algum político ou especial que se ocupasse dos trabalhos legislativos a publicação dos debates que ocorreram na Assembleia Geral”, *ACD*, 1832, t. II, p. 265.

Trofônio é o herói grego que arquitetou o oráculo de Delfos e recebeu por prêmio a própria morte, dado que Apolo, amando-o pelo feito, lhe quitou a vida no fim de sete dias. A alegoria ensina que o Brasil, a erguer um templo à Constituição de 1787, enfrentaria o sombrio destino dos Estados Unidos, prestes a se desmembrar no cisma de 1832. A plataforma da Carolina do Sul era prova viva, e fúnebre, de que o federalismo fabricava doutrinas constitucionais separatistas mesmo no modelo federal mais bem acabado do mundo. Nas discussões da Assembleia, o artigo do Senado vitalício atraiu 54 dos 100 membros que pertenciam à Câmara e 3 senadores, porém mais de duas dezenas dos deputados se alinharam com a oposição, e a ideia caiu por um mísero voto. O artigo I do projeto Miranda Ribeiro, aquele que inscrevia a doutrina do federalismo no ordenamento jurídico de modo explícito, sofreu evasão maior, e só 40 deputados se declararam a seu favor, uma marca baixa, para não dizer pífia. Teria sido insuficiente até mesmo para aprová-lo na Câmara em 1831. No cômputo geral, nem as Câmaras bienais nem a supressão do Poder Moderador tiveram melhor sorte, e a prometida reforma da Constituição, aprovada pela Legislatura seguinte em 12 de agosto de 1834 com o nome de Ato Adicional, se restringiu à criação das Assembleias Legislativas Provinciais e ao fim do Conselho de Estado.⁶⁵

De 1833 a 1835 a agenda radical dos escravistas da Carolina do Sul continuou a receber um abano de cabeça negativo dos escravistas brasileiros. O *Diário do Governo* publicou a transcrição integral da “Proclamação do Presidente dos Estados Unidos”, aquele texto massudo de quase 10 mil palavras que Andrew Jackson disparara contra os nulificadores. O jornal precisou das edições de 27, 28, 29 e 30 de março, bem como das de 1 e 2 de abril, para dar conta do recado – seis números para uma peça de consumo imediato! O prestigioso *Correio Mercantil* deu suíte nos dias 3, 6, 10, 12 e 15 de abril, imprimindo de novo o discurso de Jackson. Seus editorialistas elogiaram a iniciativa do presidente de “conciliar esta colisão de interesses” entre o Sul e o Norte, oportunidade que os “Nullyfiers” não vinham sabendo aproveitar. O sentido que a Crise da Nulificação adquiriu no reformismo constitucional brasileiro foi sintetizado em *O Novo Farol Paulistano*: “A união dos Estados Unidos, este admirável monumento de sabedoria e de civilização, esperança da raça humana e da liberdade, está ameaçada pela teima de um dos Estados na questão da tarifa das alfândegas.” Mesmo extinto, o fogo da Nulificação deixou suas cinzas na leitura do federalismo norte-americano. Em julho de

⁶⁵ AS, respectivamente 24 de setembro de 1832, p. 162-163, e 18 de setembro de 1832, p. 157.

1834, a pouco da passagem do Ato Adicional, um deputado repisou que a “divisão entre as províncias do Sul e do Norte dos Estados Unidos [...] é um efeito do governo dos Estados Unidos”. E em janeiro de 1835 o representante de Washington no Brasil, novato na Corte, surpreendeu-se com o interesse vivo pelas disputas sobre o federalismo em seu país. “Agora posso compreender por que o ministro Aureliano conversou tão longamente em nossa primeira entrevista sobre a natureza da Nulificação.” Os monarquistas, completou, estudavam “como história” e “modelo de imitação” a experiência federal dos Estados Unidos da América.⁶⁶

O desconcerto ideológico entre os escravistas da Carolina do Sul e os escravistas do império não deve sequestrar o papel que a Crise da Nulificação desempenhou em unificar as trajetórias do Brasil e dos Estados Unidos no século 19. Como se viu, George McDuffie, uma das mentes do livre comércio montadas na fábrica ideológica que era a Carolina do Sul, ajudou pessoalmente a derrubar a tarifa aduaneira sobre o café de 5 para 2 centavos de dólar a partir de 1831 – a qual cairia para 1 centavo em 1832. De início, o atento Araújo Ribeiro desdenhou. O resultado da arengada livre-cambista “foi pequena redução nos direitos sobre o melaço, sal, chá, café e cacau”. O ministro dos Estrangeiros, Miguel Calmon Du Pin e Almeida, corrigiu seu subordinado, fazendo-o ver a relevância dos três centavos a menos: “mandei publicar no *Diário Fluminense*”, disse, os atos “do Congresso dos E.U. que diminuem os direitos sobre o café, cacau e chá, por ser objeto de muito interesse para este império.” Em 1832, quando a tarifa zerou, um escolado Araújo Ribeiro lhe deu a devida cobertura, falando da “nova tarifa que começará a ter vigor do dia 5 de março do ano seguinte [1833] por diante, e que V. Exa. poderá ver no *Globe* de 25 deste mês. Ela isenta o café e o cacau de todo o direito”. O diplomata talvez soubesse do impacto que os cortes aduaneiros anteriores vinham provocando sobre o mercado do café nos Estados Unidos. O gráfico abaixo ilustra um dos significados econômicos da Nulificação:

⁶⁶ *Diário do Governo*, 27/03/1833, p. 3-4; 28/03/1833, p. 2-4; 29/03/1833, p. 2-4; 30/03/1833, p. 3-4; 1/04/1833, p. 4; 2/04/1833, p. 2-4; *Correio Mercantil*, 29/03/1833, p. 1-2; 3/04/1833, p. 2; 6/04/1833, p. 1-2; 10/04/1833, p. 1-2; 12/04/1833, p. 1; 15/04/1833, p. 1-2; *ACD*, 3 de julho de 1834, p. 23 (Francisco de Paula Araújo e Almeida, pela Bahia); ofício de William Hunter a John Forsyth, 22/01/1835, USNA. RG 59, m. 121, rolo 12.

Fonte: para 1823, *Report of the Secretary of the Commerce and Navigation of the United States for the year ending on the 30th September, 1823*. Washington: Gales and Seaton, 1824; para 1824 (edição de 1825), p. 110-111; para 1825 (1826), p. 52-53; 1826 (1827), p. 52-53; 1828 (1829), p. 42-43; 1829 (1830), p. 54-55; 1830 (1831), p. 48-49; 1831 (1832), p. 50-51; 1832 (1832), p. 50-51; 1833, (1834), p. 14-15 e 62-63; 1835 (1836), p. 14-15; 1836 (1837), p. 14-15; 1837, (1838), p. 14-15; 1838 (1839), p. 14-15; 1839 (1840), p. 14-15. As unidades de tempo deste e do próximo gráfico são anos fiscais.

Em 1823 o Brasil se emparelhava com Java numa longínqua terceira posição no mercado norte-americano de café. Cada qual ocupava uma fina fatia de 6% do montante adquirido pelos Estados Unidos, bem atrás dos 30% e 42% que Haiti e Cuba detinham respectivamente. Em 1828, acompanhando o tratado de comércio bilateral Washington-Rio de Janeiro, o Brasil deixou Java para trás e encostou no Haiti, atendendo a 70% do aumento das compras norte-americanas realizadas entre 1826 e 1828. O salto prenunciava que o país tinha condições materiais para suprir as futuras expansões do mercado consumidor de café na república, e a oportunidade não tardou a aparecer. Se no quinquênio 1826-1830 a média da importação norte-americana de café foi de 49 milhões de libras ou 22 mil toneladas métricas, no seguinte, sob efeito das reduções aduaneiras, atingiu 91 milhões de libras ou 41 mil t. Sem precedentes, o aumento exponencial de 86% estabeleceu um novo patamar de magnitude para o mercado do café nos Estados Unidos, o qual se manteve estável na casa das 40 mil t de 1836 a 1840, com uma modesta alta de 3% sobre o lustro anterior. Em perspectiva comparada, o incremento das importações de café superou o que o melão (45%) e o açúcar (64%) obtiveram após a redução de suas respectivas tarifas no seio ou na esteira da Crise da

Nulificação. O Brasil foi quem melhor respondeu a essa grande transformação, apoderando-se do primeiro posto entre os fornecedores globais da república.

Falta esclarecer por que a diminuição da tarifa sobre o café em US\$ 0,03 – à qual Araújo Ribeiro demorou a ligar importância – foi tão decisiva e quais foram as condições para a penetração bem-sucedida do café brasileiro no mercado norte-americano. As duas indagações podem ser esclarecidas com o exame do gráfico abaixo:

Fonte: Gráfico 22.

Ano-base fiscal. Começa em 1 de outubro e termina em 30 de setembro.

O gráfico apresenta a variação anual do preço médio do café, convertido para o dólar na própria época, nas praças exportadoras de Cuba, do Brasil e de todos os portos incluídos (Haiti, Jamaica, Java etc.). A exemplo do que ocorrera com o açúcar e o melaço, o valor anual médio da libra do café sofreu uma forte depreciação na década de 1820 induzida pelo excesso de oferta em relação à demanda, despencando de 19¢ em 1820 para 7,7¢ na virada da década. Anuários históricos e manuais de economia política como o *Historisch-statistisches Jahrbuch* e o *Universal-Lexikon der Handelswissenschaften*, publicados na Europa alguns anos mais tarde (1834 e 1838, respectivamente), ainda chamavam os anos fiscais de 1830 e 1831 de “calamitosos”, nos quais o preço do artigo derreteria em todas as praças do mundo “como nunca se vira antes [nem depois]”. Na prática, isso fez que o direito sobre a entrada do café nos Estados Unidos, fixo em 5¢, saltasse duas vezes em termos proporcionais ou de 26% para 65% *ad valorem*, criando – como foi dito na primeira seção deste capítulo – as

condições materiais para uma aliança pragmática entre os escravistas do Sul e os negociantes do Norte. Entre estes, os centésimos do dólar, às vezes silenciosos e ignorados, persuadiam mais que as centenas de páginas esdrúxulas e berregantes dos nulificadores.⁶⁷

Graças à padronização coeva dos preços de compra do café em dólar, o gráfico também permite aferir quais eram as condições essenciais ao controle do mercado norte-americano. Na década de 1820 a libra do café cubano vendeu abaixo da média geral e da brasileira – entre 1823 e 1830 recuou de 18,5¢ para 6,6¢, enquanto a geral variou de 19¢ a 8,2¢ e a do Rio de Janeiro de 22¢ a 7,1¢. A colônia reinava na república. Devido ao volume da oferta, a praça carioca bateu a média geral em 1830, igualou seus preços aos de Havana em 1831 e venceu sua concorrente a partir do ano seguinte. Um ofício de Araújo Ribeiro, escrito em 1831, tirou um instantâneo dos efeitos dramáticos que a inversão de preços teve para os cubanos: “não há muito tempo que uma pessoa que acabara de viajar pelo interior da referida ilha de Cuba aqui me disse que muitos lavradores abandonaram naquela ilha a cultura do café queixando-se de não poder competir com os cafés do Brasil”. De 1833 em diante as curvas de preço do artigo brasileiro e dos países em geral convergiram, isto é, o Brasil se tornou price-maker do café. Como sugere a linha cubana, com seus pontacos para cima, Havana bem que tentou, mas não conseguiu acompanhar o rival. 1833 registrou o recorde histórico de sua produção cafeeira. Auge construído sobre uma base que começava a ruir.⁶⁸

As principais casas comerciais hispano-cubanas que participavam da comercialização do café para os Estados Unidos – José Mariátegui, Carlos Drake, Joaquín Gómez – escreveram uma representação à Coroa reclamando que os negociantes da república tinham começado a preterir a ilha em favor do Brasil e de Java na encomenda do artigo: “os especuladores americanos que sempre traziam de um milhão a um milhão e meio de ouro em onças não puderam nos fornecê-las este ano, em razão de tê-las levado aos mercados da Batávia e do Rio de Janeiro para comprar café.” Por que o espaço do fluxo de capital empregado na importação norte-americana do café se reorganizou em direção ao Brasil? Por causa das vantagens comparativas que o país oferecia aos negociantes estrangeiros. A principal delas radicava no mundo da

⁶⁷ Friedrich Benedict Weber. *Historisch-statistisches Jahrbuch in bezug auf Nationalindustrie und Staatswirtschaft mit besonderer Berücksichtigung Deutschlands und namentlich Preussischen Staats*. Earster Doppel-Jahrgang: Die Jahre 1830-1831. Breslau: Mar und Comp., 1834, p. 438; e verbete “Kaffee”. In: August Schiebe (org.). *Universal-Lexikon der Handelswissenschaften*. Leipzig: Friedrich Fleischer; Zwickau: Gebrüder Schumann, 1838, vol. II, p. 137-146.

⁶⁸ Ofício de Araújo Ribeiro a Francisco Carneiro de Campos, de 15/01/1831, AHI, código 233/3/1.

produção. A massificação da oferta de café na virada para a década de 1830 derrubara o preço médio do artigo a um patamar que aumentava a margem de ganho mercantil por unidade revendida nos Estados Unidos, desde que o grão brasileiro mantivesse o preço de venda semelhante ao cubano – algumas evidências indicam que ele pudesse ser até superior. Razões secundárias podem ter contado no plano mercantil. Enquanto em Cuba os negociantes estrangeiros dividiam a comercialização do café com as casas comerciais hispano-cubanas, no Rio de Janeiro eles dominavam a rota internacional da comercialização da commodity, desde sua compra no porto de saída até sua venda no porto de chegada da república, aumentando a formação de seu lucro. Por fim, o truque das taxas de tonelagem, de Claudio Martínez de Pinillos, encarecera a viagem dos navios norte-americanos no instante em que sua carga transportada (café ou trigo) perdia valor no mercado mundial. As taxas começaram a valer em 1825. No triênio seguinte, o Brasil respondeu por 70% do incremento da demanda norte-americana de café. Em 1828, selou a nova parceria com os Estados Unidos assinando um tratado de comércio que estendia à república os benefícios tarifários cedidos à Grã-Bretanha.⁶⁹

Se a desvalorização na década de 1820 e sua estabilidade num patamar baixo na seguinte criaram condições para o Brasil destronar Cuba no mercado de café dos Estados Unidos, cabe indagar que condições os produtores brasileiros tiveram para melhor resistir à queda de preços que eles mesmos estavam provocando. A primeira condição que se pode notar foi geoecológica. A produtividade média dos cafezais no Vale do Paraíba atingia 90 arrobas por mil pés, enquanto em Cuba não passava de 30 arrobas por milhar, de modo que a renda global do cafeicultor brasileiro permanecia alta não obstante o decréscimo do preço unitário do produto. A segunda foi monetária. A depreciação do câmbio brasileiro na década de 1820 – a mesma que elevou a inflação e desassossebou os setores populares no Sete de Abril – deu aos exportadores fôlego em moeda local no instante em que a cotação internacional do café tocava no fundo do poço

⁶⁹ “Representação de 4 de julho de 1832”, firmada por Mariategui Knight & Co., Carlos Drake & Co., Joaquin Gomez, Picard y Albert, José Joaquin de Aispúrrera, Francisco Ferrer y Co., Gray Gordon y Co., Saull Stirey y Co. In: “Copia de expedientes de la Real Hacienda sobre circulación en Cuba de la moneda de los Gobiernos de la America y sobre precio de azucar y el café. La Habana, 1832”, ANC, legajo 445, número de ordem 71 (agradeço a Rafael Marquese a referência ao documento). Para as taxas de Pinillos, a participação hispano-cubana na comercialização internacional do café e uma análise do impacto apenas relativo da legislação tarifária hispano-cubana sobre o café de Cuba, ver acima capítulo III, seção 2. Preços de venda do café nos Estados Unidos: em 1831, 9¢-10¢ por libra (Havana) vs. 9,5¢-10¢ (Rio de Janeiro); em 1832, 12,5¢-13,5¢ (Havana) vs. 13¢-14¢ (Rio de Janeiro); em 1833, 11,5¢-12¢ (Havana) vs. 12¢-12,5¢ (Rio de Janeiro), valores retirados, respectivamente, de *Boston Weekly Messenger*, 3/01/1831, p. 2, *Boston Courier*, 9/01/1832, p. 2 e *Boston Courier*, 4/05/1833, p. 2. em: Havana: 11,5 a 12 vs. B. 12 a 12,5.

(admitindo-se a hipótese, ainda por ser testada na ponta do lápis, de que a inflação doméstica não consumiu os ganhos obtidos com a desvalorização cambial). E a última mas não menos importante condição foi a defesa do abastecimento elástico de mão de obra escravizada. Sem a diplomacia de D. Pedro I que rifou a soberania aduaneira nacional para manter o tráfico negreiro transatlântico na legalidade até o tardio ano de 1830, o preço dos escravos teria avançado na segunda década de 1820, comendo por dentro o lucro auferido pelos cafeicultores.⁷⁰

Nesse quadro, a Crise da Nulificação teve um papel paradoxal e determinante. De um lado, trouxe alívio aos fazendeiros ao alargar o consumo norte-americano e reequilibrar a relação entre oferta e demanda no mercado global de café, sintonizando o preço da libra 42% acima do mínimo histórico (10,6¢ em 1833 contra 7,1¢ em 1830). “De dezembro de 1831 a julho de 1832”, escreveu o diplomata dos Estados Unidos na Corte, “os preços se elevaram e qualquer coisa que se parecesse com café foi trazida para o mercado”. “A qualidade enviada era um lixo”, completou. Porém a demanda fazia milagres e até as “varreduras das fazendas foram despachadas e vendidas rapidamente”. De outro lado, criou sobre os fazendeiros uma inesperada pressão para incrementar a oferta. “A perspectiva de uma completa abolição nos direitos de entrada”, disse o diplomata imperial radicado em Hamburgo em 31 de dezembro de 1832, “induziu os americanos do norte a comprar no Brasil e nas Antilhas grande quantidade deste gênero”. O Vale do Paraíba “não pôde satisfazer os outros consumidores [a Europa] com a mesma quantidade com que tinha satisfeito no ano anterior” porque “nossa população agrícola e industriosa não aumenta em relação ao desenvolvimento do nosso comércio”. Noutros termos, era preciso expandir a classe senhorial. A Crise da Nulificação tinha redefinido o patamar da demanda global do café e restaurado a cotação do artigo no mercado mundial, ligando as curvas de procura e preço que perfazem o círculo virtuoso do crescimento econômico. Para fazer a roda girar, faltava destravar a produção. Foi aí que se encaixou o eixo perverso do tráfico negreiro.⁷¹

Até então nenhum brasileiro ousara defender na imprensa, no Parlamento ou em outros canais políticos a reabertura do tráfico transatlântico de africanos escravizados

⁷⁰ Heitor Pinto de Moura Filho, “Câmbio de longo prazo do mil-réis: uma abordagem empírica referente às taxas contra a libra esterlina e o dólar (1795-1913)”. *Cadernos de História*, vol. 11, núm. 5, (2010): 9-34; Rafael Marquese, “Capitalismo, escravidão e a economia cafeeira do Brasil no longo século XIX”, *Saeculum*, núm. 29 (jul.-dez. 2013): 289-321 (produtividade do solo). Sobre o tratamento político do tráfico negreiro transatlântico no Primeiro Reinado, Capítulo 4 (supra).

⁷¹ Ofício de William Hunter a John Forsyth, 22 de janeiro de 1835, USNA, RG 59, m. 121, rolo 12; ofício de Antonio de Menezes Vasconcelos de Drummond. Hamburgo, 31/01/1832.

sob a forma de contrabando. Em 20 de maio de 1834, os vigilantes juizes britânicos da Comissão Mista anglo-brasileira instalada no Rio de Janeiro, George Jackson e Frederick Grigg, ainda comemoravam que “a imprensa pública aqui é, acreditamos, sem exceção, coerente e não poupa esforços em solicitar as medidas mais enérgicas para a repressão do tráfico”. Diziam que o antiescravismo estava mais palpável “depois que o munificente exemplo da Grã-Bretanha [a abolição de 1833], bem como seu sentimento, se tornaram muito prevalentes mesmo nos Estados escravistas da União norte-americana, do que, a nosso pedido, foram publicados exemplos recentes aqui”. Eles não estavam mentindo. Pesquisas recentes mostram a ausência de artigos pela reabertura do tráfico na imprensa nos primeiros anos da década; e uma edição de fevereiro de 1834 do *Jornal do Comércio* publicara um texto sobre a existência da escravidão nos Estados Unidos, “onde o banquete da liberdade” ainda era “servido por escravos”, bem como nas Antilhas e no Brasil. Provavelmente plantado por Jackson e Grigg, o editorialista aditava uma advertência: “Em todos esses casos, o *bill* inglês da abolição deve ser tão fértil em grandes consequências, quanto a vantagem da escravatura há de vir a ser diminuída”. O otimismo dos britânicos, todavia, tinha nascido caduco.⁷²

Oito dias antes do ofício a Londres, a Câmara Municipal de Bananal, estimulada pela expansão do mercado consumidor global do café e pela estabilidade satisfatória dos preços do artigo, elevou ao Parlamento uma petição que inaugurava um campo de atuação política a ser explorado por distintos atores sociais até 1850. “Vós sabeis que, sendo proibida a introdução de africanos”, alertaram, “nenhuma outra providência apareceu que melhorasse ou ao menos equiparasse o desfalque que esta lei ia causar à agricultura” pela “falta de braços”. Entre os signatários estava Antonio Barbosa da Silva, homem que, pela opulência das carnes, era chamado de Baú. Estabelecido em Bananal em 1813, no meio do século ele era megaproprietário de 344 escravos, a terceira maior escravaria da vila. Com os colegas, Baú dizia que o número de seus cativos estava diminuindo. Era uma questão de perspectiva. Ele não aumentava em proporção ao mercado. Pelo que não dizem, e não pelo que alegam, os fazendeiros se juravam obrigados a “infringir uma lei que é pesada”, a de 7 de novembro de 1831. “Eles bem conhecem o prejuízo que resulta à moral”, “não ignoram o quanto este tráfico

⁷² Ofício de George Jackson e Frederick Grigg a Lord Visconde Palmerston, Public Record Office, Londres, Foreign Office 84 (FO), 20/05/ 1834. Para uma análise dos jornais editados na Corte até 1850 a respeito do tráfico negreiro e da escravidão, Alain El Youssef, *Imprensa e escravidão: política e tráfico negreiro no Império do Brasil (Rio de Janeiro, 1822-1850)*. Mestrado. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, 2009. Artigo do *Jornal do Comércio*, 25/02/1834.

é contrário à humanidade” e sabem das “consequências rigorosas que acarreta a infração desta lei, uma vez sabida”, isto é, que os africanos clandestinos eram juridicamente livres e podiam reivindicar seus direitos. Mas dinheiro é dinheiro. Se nada fosse feito, o Legislativo teria ou de permitir “a infração da lei” ou de “criminar toda uma classe”, a dos fazendeiros. O texto saiu no *Correio Oficial* em 3 de junho. Pegos no contrapé, Jackson e Griggs anexaram constrangidos cópia dele num novo ofício a Londres. Bananal era uma vila paulista pioneira, integrante do primeiro ciclo de montagem da cafeicultura de plantation no Vale do Paraíba. A formação de sua riqueza coincidia com a de Baú. Ambos estavam, agora, abrindo uma nova era na história brasileira.⁷³

É preciso ir direto ao ponto: em termos conceituais, o que a petição solicita senão um novo acordo entre políticos e proprietários para redefinir a natureza da relação entre o Estado imperial e a sociedade brasileira? O texto adverte, com uma franqueza que não se vê por aí, que os agentes econômicos iam reabrir o tráfico negreiro sob a forma de contrabando, e para mais espantar foi exatamente isso o que aconteceu. De 1831 a 1833 haviam sido introduzidos no centro-sul do Brasil 17 mil africanos escravizados. Só ao longo de 1834, o ano da petição, foram outros 17 mil. No seguinte, 35 mil. Baú e seus amigos não pediam a revogação da lei de 7 de novembro de 1831. Queriam as coisas na prática. Um entendimento cordial que anulasse o direito à liberdade dos africanos ilegalmente escravizados e erigisse em direito o interesse dos proprietários na escravização ilegal dos africanos. Impunham um dilema pouco digno aos políticos litografáveis do Parlamento: ou proteger a lei e os africanos, um grupo de estrangeiros a que a Constituição não emprestava o título de cidadania, ou proteger o crime e os proprietários, estes sim nacionais, contribuintes, votantes, eleitores e elegíveis. A questão não estava decidida. Em 1835 o Parlamento tinha diante de si a petição da vila de Bananal pelo contrabando negreiro e a petição contra ele da Assembleia Legislativa Provincial da Bahia. Uma província manda mais que um município. Mas mandará mais que diversos municípios unidos? Mandaria o açúcar mais que o café?⁷⁴

⁷³ A representação de Bananal, mencionada por Leslie Bethell em *A abolição do tráfico de escravos no Brasil* (1ª ed. trad. port., 1975). Rio de Janeiro: Expressão e Cultura/São Paulo: Edusp, 1976, p. 87, pode ser parcialmente lida no ofício de George Jackson e Frederick Grigg a Lord Visconde Palmerston, Public Record Office, Londres, FO 84/152, 15/06/1834, anexo D. Para o texto integral, *Correio Oficial*, 3/06/1834, p. 4. Sobre Antonio Barbosa da Silva, Breno Aparecido Servidone Moreno. *Demografia e trabalho escravos nas fazendas cafeeiras de Bananal, 1830-1860*. Mestrado. São Paulo: Departamento de História, USP, 2013, p. 65-66.

⁷⁴ Para a estimativa do tráfico, <http://www.slavevoyages.org>. Sobre a negação da cidadania aos africanos, Capítulo 4 (supra).

De 1835 a 1837 – depois que uma disputa na classe senhorial levava a uma revolta escrava e depois que outra revolta escrava estava abrindo cisões na classe senhorial –, proprietários da bacia expandida do Vale do Paraíba, estimulados pelo mercado mundial, e um grupo de políticos, de olho não só na economia, mas também no poder, costuraram uma aliança que se expandiu aos poucos até garantir a reabertura do tráfico transatlântico de escravos sob a forma de contrabando em nível sistêmico, isto é, uma atividade aceita em grande volume, por longos anos e de modo vertical no país, desde as altas estruturas de poder (a esfera da *res publica*: Executivo, Senado, Câmara dos Deputados) até o juizado de paz de alguma freguesia interiorana e a fazenda do vizinho (a esfera da *res privata*). Em outro trabalho chamei isso de *política do contrabando negreiro*. O Império do Brasil teve seus pilares. Um deles foi o pacto informal entre um Estado soberano e uma classe senhorial contrabandista, entre o que um especialista denominou elite política (termo impreciso, pois ela não se descolava do tecido social em que vivia) e um bando de respeitáveis cidadãos que, não se contentando em ser proprietários de escravos, escolheram ser também cleptoescravistas (realidades novas solicitam palavras novas). A informalidade do arranjo importa, pois indica o grau de confiança dos cleptoescravistas no Estado cleptocrata que os representava. Uma cisão rígida entre eles é, no mínimo, arbitrária.⁷⁵

A disputa política em torno do tráfico negreiro começou na esteira do Ato Adicional. Os artigos 26-30 da reforma previam eleições gerais para o cargo de regente uno, determinando que os eleitores de cada província dessem dois votos, um dos quais a um candidato da província e outro a um de província alheia. Dezenas de nomes acabariam votados, mas a corrida se polarizou em dois candidatos: o padre Feijó (SP), apoiado por Evaristo da Veiga (MG), Manuel Alves Branco (BA) e Aureliano de Souza Coutinho (RJ), e Holanda Cavalcanti (PE), a quem se alinharam Honório Hermeto Carneiro Leão (MG), José da Costa Carvalho (SP) e Joaquim José Rodrigues Torres (RJ). Bernardo Pereira de Vasconcelos, o político mineiro que abriu este capítulo, foi cogitado para integrar o segundo bloco, mas não se empenhou nisso. Vasconcelos era um animal político e na época parecia mais preocupado com a própria popularidade. Um dos relatores do Ato Adicional, ele, que desde 1829 não voltara a tocar no assunto do tráfico negreiro, na virada para 1834 ainda praguejou os antirreformistas dizendo que

⁷⁵ Tâmis Parron. *A política da escravidão no Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. Para o conceito de elite política imperial, José Murilo de Carvalho. *A construção da ordem. Teatro de sombras* (1ª ed., respectivamente, 1980 e 1988). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

pretendiam “transportar escravos para o Brasil” a despeito “do tratado com a Grã-Bretanha” porque “contavam com a proteção do Defensor Perpétuo do chumbismo [D. Pedro]”. “Mudaram-se, porém, os tempos, e isto deve de uma vez acabar”. Aprovado o Ato Adicional, um misto de convicção e de azedume nascido por uma disputa de cargo no Executivo fez Vasconcelos trocar de lado. Não só de lado, mas de discurso. *Os tempos mudavam-se* mais uma vez. O animal que havia nele farejou na representação de Bananal uma nova trilha a ser seguida e em 25 de setembro de 1834 Vasconcelos soltou sua primeira dose de veneno contra a lei de 7 de novembro: “Não direi quanto se me afigura danosa a lei novíssima sobre os africanos importados no Brasil: mal dos proprietários, que têm de ser por eles perseguidos e molestados com pleitos!” Os africanos clandestinos, embora livres segundo a lei, deviam ser presumidos escravos. Em seguida, condenou a sugestão do ministro da Justiça, Aureliano de Souza Coutinho, para transferir à Comissão Mista o julgamento das embarcações negreiras presas pela Marinha Imperial, inocentadas no foro comum: “chama estrangeiros para suprir nossa capacidade intelectual?!”. “Pôs-nos abaixo dos pretos de Serra Leoa”.⁷⁶

Logo depois de disparar contra a lei de 1831, Vasconcelos publicou uma carta – verossímil, se não verdadeira – em seu jornal, *O Sete de Abril*, assinada por um *Eleitor da roça* das vilas cafeeiras do Vale do Paraíba. O autor lhe pedia uma lista de pessoas confiáveis para integrar a Assembleia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro, prevista no Ato Adicional. “O *Sete de Abril* é um dos periódicos que merece muito conceito da nossa gente de Serra Acima”, explicou o *Eleitor da roça*, “e a lista que ele oferecer será sem dúvida bem aceita ao menos de mim e de outros muitos eleitores”. A lista saiu logo depois. Um name-dropping revelador: Joaquim José Pereira do Faro, Anastácio Leite Ribeiro, José Carneiro da Silva, Bernardo Belisário Soares de Souza, Paulino José Soares de Souza, João Silveira do Pilar, Francisco das Chagas Werneck, João Gomes Ribeiro de Avelar e José Inácio Vaz Vieira. Vasconcelos metia medo nos adversários. “Nós bem sabíamos, quando partiu desta Corte”, escreveu um amigo de Aureliano e Feijó, que Vasconcelos “ia continuar o seu antigo plano empregado contra o ex-imperador” de “espalhar entre os seus apaniguados, arregimentados em sociedades invisíveis, continuados boatos aterradores, amedrontando a população e instando-a a calúnias contra o governo”. Traduzindo: que ele ia fazer política. “Já três ou quatro jornais insuflados por ele ou mal informados têm escrito contra o ministro da Justiça

⁷⁶ *O Sete de Abril*, 30/09/1834, p. 1-2.

[Aureliano]”. E por quê? “Onde está o crime em um ministro apontar uma ideia que lhe parece boa para ser exequível a salutar lei de 7 de Novembro de 1831?”. “O fim é macular”, concluiu desolado. A ponte que Vasconcelos estava construindo entre Bananal, Serra Acima e Parlamento – é disso que o articulista no fundo reclama – talvez se transformasse em passagem obrigatória a quem quisesse empalmar o cargo máximo da Regência no pleito previsto pelo Ato Adicional.⁷⁷

O padre Diogo Antonio Feijó o percebeu e se aproximou do campo discursivo da ilegalidade. Uma de suas principais base de apoio – que subscreveu cartas recomendando-o a eleitores de todo o Brasil – era a *Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional*, a qual, sob a direção de Evaristo da Veiga, organizara em março de 1834 um concurso para premiar o melhor ensaio social contra o tráfico negreiro transatlântico. Feijó não quis correr o risco de ser associado a uma causa que estava deixando de ser consensual. Num artigo em que tudo foi calculado, inclusive a data de publicação, o Natal de 1834, o padre fez uma concessão oratória à sua base antitráfico e antiescravista – Aureliano e Evaristo, respectivamente – rotulando a escravidão de “injusta por todos os princípios”, em “toda a parte” e em “todos os tempos”. No meio do argumento, porém, deu uma guinada espetacular, notando que os brasileiros “julgam os escravos indispensáveis à vida” e que, no estado de atraso técnico da agricultura nacional, “acabar de um jato com o tráfico de africanos é querer o impossível”. No texto, intitulado “Do tráfico de pretos africanos”, o antiescravismo de Feijó era da boca para fora. A missa do galo que o padre preparara tinha só um endereço. O ouvido e o voto dos fazendeiros.⁷⁸

A estratégia confundiu os amigos. “Ouvimos dizer que o sr. Feijó, a quem se atribui o artigo, quer granjear votos para Regente; não o acreditamos”, escreveu um articulista descrente – ou simplesmente crente demais. Diante das cobranças por coerência, Feijó ziguezagueou, imprimindo outro texto no qual refutou a acusação de que defendera o cativo no Brasil. E assim – sendo e não sendo ao mesmo tempo, equilibrando-se num arco heterogêneo de alianças – o padre se fez regente nas eleições de abril de 1835, com 2.826 votos dos 11.716 computados (24,12%), deixando em segundo lugar Holanda Cavalcanti, com 2.251 (19,21%). Cacifou votos decisivos na bacia do Vale do Paraíba, onde, na parte paulista, obteve 63 dos 221 possíveis, contra

⁷⁷ *O Sete de Abril*, 27/09/1834, p. 4; lista em *O Sete de Abril*, 8/11/1834, p.3; *Correio Oficial*, 26/11/1834, texto na seção “Artigos não oficiais”, p. 2-3.

⁷⁸ *O Justiceiro*, 25/12/1834, p. 1-2; há reprodução em *Diogo Antônio Feijó*. Org. e intro. de Jorge Caldeira. São Paulo: Editora 34, 1999, p. 151-154.

53 de Cavalcanti, e no interior do Rio de Janeiro 168 *versus* 107 do rival num universo de 576. Mais surpreendente foi a surra que lhe deu na populosa província mineira. Ajudado indiretamente por um Vasconcelos que corria como azarão e que republicara “Do tráfico de pretos africanos” em seu próprio jornal dois meses antes das eleições, Feijó ganhou 976 votos contra apenas 95 de Cavalcanti. Carneiro Leão, também mineiro, não recebeu nenhum voto na província, por engajado na campanha contra Feijó. Vasconcelos não estava nem aí. Levou contente 533 votos para casa.⁷⁹

Em política, sabe-se bem, distinguir preto no branco é papel da oposição e dos candidatos, sendo todo governo sempre cinza. Que dizer então de Feijó, que já nascera furta-cor em sua candidatura? Indefinível na corrida eleitoral, o padre montou um governo de coalizão que, retalhado desde a base e impressionado pela revolta dos malês, falhou em conduzir o contrabando negreiro para o centro dos interesses do Estado. Os Artigos Adicionais assinados com a Grã-Bretanha, a missão especial de Barbacena a Londres, o arrocho nas regras de inspeção de barcos atracados no cais do porto, nada disso havia sido prometido aos fazendeiros e aos negociantes da bacia do Vale do Paraíba durante a campanha eleitoral de 1834 e 1835. A orquestração da ilegalidade escravista precisava de outro regente, não o oficial, um que assumisse a causa porque tinha fome de poder e porque simplesmente gostava da escravidão. O homem que procuravam era Bernardo Pereira de Vasconcelos. Seu tempo começava a chegar.

Em julho de 1835 a Câmara dos Deputados ponderava um projeto vindo do Senado para aplacar o comércio clandestino de almas. Era mais uma das iniciativas postas em circulação para prevenir o contrabando. Vasconcelos pediu a palavra, levantou-se, fez um discurso proemial e propôs a revogação da lei de 1831, inaugurando a campanha em favor do contrabando no seio do Parlamento.⁸⁰ A proposta foi rejeitada, e sua introdução nem apareceu nos jornais que publicavam os debates parlamentares. O deputado venceu a censura parafraseando-a em seu *O Sete de Abril*: “a escravidão dos

⁷⁹ ACD, 5 a 9 de outubro de 1835, p. 355-369. O colégio eleitoral do Rio de Janeiro registrou 1128 votos de eleitores no pleito para a Regência em 1835: 558, ou 49,4%, se concentravam nas comarcas do Rio de Janeiro, que incluía a vila de Iguaçu, e de Niterói. Os demais, 576 ou 51,04%, se espalhavam pelas de Itaboraí, Magé, Maricá, Campos, Macaé, Cabo Frio, Ilha Grande, Parati, Resende, S. João do Marcos, Cantagalo e Vassouras. Needell acredita que era pequeno o poder político das vilas cafeeiras fluminenses na década de 1830, dado que, para ele, Serra Acima possuía 100 eleitores, equivalente a 42,7% dos da baixada (234 eleitores) e a 39,3% dos da Corte (254). *The Party of Order*, p. 64. Na verdade, em 1835 elas possuíam 176 eleitores, correspondente a 52,4% da baixada (328) e a 42,7% da Corte (402). Ademais, a comarca de Ilha Grande, que incluía Angra dos Reis, Mangaratiba, Itaguaí e Parati, era social e economicamente integrada às das vilas cafeeiras. Unidas, umas e outras totalizavam 248 eleitores – igual a 75,6% da baixada e a 61% da Corte. Poder-se-ia lembrar ainda que o poder eleitoral é só uma das dimensões do poder político que uma região exerce sobre os parlamentares e a agenda do Estado.

⁸⁰ ACD, 24 de julho, 1835, p. 109.

africanos não era tão odiosa como a representavam alguns outros srs.”, pois era “acomodada aos nossos costumes, conveniente aos nossos interesses e incontestavelmente proveitosa aos mesmos africanos, que melhoravam de condição”. Confirmou “quanto disse com a opinião dos filósofos antigos, e com os exemplos de todas as nações civilizadas e não civilizadas, concluindo que a abolição deste tráfico não era objeto de lei”. Vasconcelos resumiu sua fala sem explicar qual era o apoio filosófico à escravidão e ao tráfico. Em vez de disso, reproduziu – nos quase três quartos da página dedicada à questão – um discurso proferido três meses antes na Assembleia Nacional Francesa por François Mauguin, deputado eleito por Guadalupe para combater na metrópole a ideia de se adotar no Caribe francês a abolição recém-ensaiada nas Antilhas Britânicas. “Temos sumo prazer”, disse o brasileiro, em mostrar o discurso de um dos “mais eloquentes, sisudos e ilustrados parlamentares” da “tribuna francesa”. Era mais relevante para Vasconcelos e seus leitores saber que não atuavam sozinhos na arena internacional que perder o latim com pensadores da Antiguidade.⁸¹

Periférica no império francês e na economia mundial, Guadalupe não tinha condições de desempenhar o papel de liderança moral que Vasconcelos lhe deu. Aos Estados Unidos é que coube tomar à França, à medida que o abolicionismo do Atlântico Norte despertou reações adversas em seu cenário doméstico, o status de modelo mundial para a defesa da escravidão. Por volta de 1835, o representante brasileiro em Washington já tinha relatado ao governo imperial os motins antiabolicionistas que agitaram Nova York de 4 a 10 de julho, culminando na fogueira que consumira a mobília de Arthur Tappan. Também pudera, disse ele. Era uma “seita que reclama completa igualdade de direitos políticos para todos os homens de cor e que quer operar uma amalgamação entre eles e os brancos.” Embora afetasse humanidade (“é mau que tais excessos se cometam sem autoridade das leis”), concluiu que “é bom que princípios tão nocivos achem logo no começo resistência capaz de os sufocar. Felizmente a ordem parece estar de novo estabelecida”. Ao que parece, a notícia mofou nos escaninhos, e só alguns meses depois da fala pró-tráfico de Vasconcelos a imprensa da Corte noticiou a resistência norte-americana ao movimento abolicionista. “Recebemos papéis de Nova York e de outras partes da União Americana”, bem como “uma carta do nosso

⁸¹ *O Sete d’Abril*, 01/08/1835; sobre François Mauguin, Lawrence C. Jennings. *French Anti-Slavery: The Movement for the Abolition of Slavery in France, 1802-1848*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000, p. 76 passim. O deputado fazia reuniões dominicais em sua casa com a nata dos escravistas coloniais para desenhar a estratégia antiabolicionista que se adotaria no Parlamento francês. Ver *Eco del Comercio*, Madri, 13/07/1838, p. 2.

correspondente”, reportou o editorialista da *Voz Fluminense*. “Deles se colige que alguns dos Estados do Sul se achavam em consideráveis sustos e alvoroço pelos ativos esforços das sociedades do Norte para a abolição da escravatura distribuindo pelo Sul papeis de abolição” cheios de “doutrinas venenosas e inflamatórias.” Em Charleston, o “Correio foi tomado por assalto, e as malas que continham os maços de impressos em questão foram apreendidos [sic] e deles se fez uma fogueira na rua.” *O Sete d’Abril* noticiou que em “Washington a população se tem também sublevado por ocasião de um indivíduo” que tinha “espalhado panfletos favoráveis à emancipação da escravatura”. “O ódio contra os partidistas da abolição da escravatura, no Sul dos Estados Unidos, tem adquirido um tal grau de violência”, que capitalistas de Charleston prometeram “não tratar [negociar] nem direta nem indiretamente com qualquer abolicionista, seja ele quem for.” Charleston, a censurada Meca da Nulificação, tinha se tornado a adorada Roma do cativoiro.⁸²

Em abril de 1836, João Silveira do Pilar – um dos candidatos do name-dropping do jornal de Vasconcelos para as eleições provinciais – introduziu na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro moção para solicitar ao Parlamento a revogação da lei de 7 de novembro de 1831. A iniciativa foi barrada na plenária, mas o município de Valença tentou salvá-la um mês depois, peticionando o mesmo objeto à Câmara dos Deputados. O texto vinha assinado por gente mais afamada e poderosa que Baú e seus amigos: Braz Carneiro Nogueira da Costa Gama (filho do marquês de Baependi, um dos redatores da Constituição de 1824), Anastácio Leite Ribeiro (membro de uma família que tinha negociado escravos no eixo Rio-Minas até 1830) e Camilo José Pereira do Faro (filho de um dos principais negociantes da época joanina). Os dois primeiros e o pai do último também recomendados na ominosa lista eleitoral do *Sete de Abril*. Com essa retaguarda, em junho Vasconcelos reapresentou ao Parlamento seu projeto contra o diploma de 1831. Calejado com a derrota do ano anterior, pediu que ele “fosse remetido à Comissão de Constituição”, numa jogada ensaiada com Carneiro Leão, membro do colegiado e de quem se aproximara em definitivo. Sua intenção era ganhar tempo. 1836 era ano de eleições parlamentares, e a legislatura seguinte poderia revisar o Ato Adicional, desejo dele e de Carneiro Leão. Um articulista percebeu-o. O deputado queria “angariar uma fictícia popularidade”, “favoreando a errônea opinião de muitos eleitores fazendeiros”, dado que “este ano é o das eleições e tanto basta para entrarmos

⁸² Ofício de José Francisco de Paula Cavalcanti e Albuquerque a Aureliano de Souza Oliveira Coutinho, 18/07/1834, AHI, código 233/3/1; *Voz Fluminense*, 16/12/1835, p.4; *O Sete de Abril*, 19/12/1835, p. 4.

no conhecimento de certos fenômenos.” Que ele favoneava, favoneava mesmo: a moção na Assembleia fluminense e a petição de Valença deram n’*O Sete de Abril* depois que seu projeto foi lido no Parlamento. O compasso de espera também tinha outras motivações. Um arguto parlamentar pernambucano (Henriques de Rezende) alertou que a pendência da proposta soaria como promessa de revogação da lei, abrindo caminho para a especulação negreira. Estava certo. 57.716 africanos escravizados foram desembarcados no centro-sul em 1836, contra apenas 4 mil em Pernambuco e 3 mil na ainda traumatizada Bahia.⁸³

Enquanto o projeto de Vasconcelos latejava numa comissão parlamentar, os leitores da Corte iam conhecendo a maneira por que a classe senhorial do Sul dos Estados Unidos conduzia a recepção do abolicionismo na agenda nacional da república. Um texto publicado no *Journal du Havre* e reproduzido no *Correio Oficial* ligava a proteção da propriedade escrava à unidade do país. O abolicionismo, “inundando os Estados do Sul de escritos violentos contra a escravidão [...], exasperava os proprietários dos negros a ponto de lhes fazer pronunciar ameaças de separação e de dissolução da União, se medidas severas contra isto que se chama abolicionistas não vierem pôr termo a suas inquietações, aliás bem fundadas”. O *Journal du Havre* era o porta-voz do lobby colonial francês encarnado em Mauguin. Em vez de buscar por Martinica e Guadalupe, o editor brasileiro pescou ali o país que pesava de fato na arena internacional. Outro artigo, do *Journal des Débats*, ensinava que “os proprietários de escravos tomaram a ofensiva [...] já não reclamam condições, ditam-nas”. O articulista tirava suas conclusões de caráter generalizante. A emancipação escrava antilhana era inaplicável em países dotados de interesse nacional: “a abolição da escravatura nas Antilhas dá em abandoná-las aos negros e aos mulatos.” “Compreende-se”. A Grã-Bretanha “tem interesse em deslocar o centro de produções de açúcar [...] a suas imensas colônias da Índia”. Em segundo lugar, “nenhuma sociedade humana” pode “existir sem que haja uma ou muitas castas mais ou menos duramente tratadas pelas outras, uma sorte de *substratum* servindo de supedâneo a outras classes privilegiadas”. O instituto da escravidão, uma forma entre outras da extração universal do trabalho. De Washington chegou a confirmação do poder senhorial norte-americano. Os sulistas

⁸³ “Representação da Câmara Municipal da Vila de Valença”, de 06 de maio de 1836, Seção de Documentos Históricos do Centro de Documentação e Informação (CEDI) do Arquivo da Câmara dos Deputados, Brasília. Ela e a iniciativa na Assembleia fluminense estão em *O Sete de Abril*, 13 de julho de 1836; projeto de Vasconcelos e observação de Rezende em *ACD*, 25 de junho de 1836, p.224; apreciação eleitoral da iniciativa, *Correio Oficial*, 1/07/1836, p. 4; dados em <http://www.slavevoyages.org>.

conseguiram, contra “a discórdia produzida pelos partidistas da abolição”, uma regra determinando que “as petições, memoriais, resoluções etc. relativos à escravatura ou à sua abolição fossem adiados indefinidamente” no Congresso. Era a Gag Rule.⁸⁴

Os cleptoescravistas do Vale do Paraíba cafeeiro pressionaram pelo projeto de Vasconcelos nos termos das notícias norte-americanas. Em 6 de julho os mesmos municípios de Valença advertiram que a execução da lei de 7 de novembro “concitaria os povos a uma rebelião e formal desobediência, porque essa maioria respeitável de vossos concidadãos de qualquer das formas procurará com todas as suas forças conservar intactas suas fortunas, adquiridas com tantas fadigas e suores.” Isso mesmo. O filho de um dos redatores da Constituição do império ameaçava pegar em armas para proteger uma propriedade ilegal caso o Estado continuasse a condenar o contrabando negreiro. Barra Mansa (RJ) redigiu uma petição pró-tráfico que ecoava a violência justiceira à Charleston. Segundo o texto, o café era a senha para o progresso do império e o africano a chave para a expansão do complexo cafeeiro no Vale do Paraíba, mas a lei de 7 de novembro levaria os fazendeiros à “revolução geral”. Em seguida, o Lynch brasileiro: “Ai daquele juiz de paz, ai daquela autoridade que quisesse neste município, ou em qualquer outro dos vizinhos, pôr cobro ao contrabando!!! A vingança o seguiria logo de perto, e eles por certo não querem arriscar suas vidas”. Os proprietários de Barbacena (MG) disseram que o antiescravismo da esfera pública os fizera “sufoca[r] os brados da razão” até 1835. Mas, desde que corpos municipais tinham partido para a ofensiva e “no vosso augusto recinto um digno representante da nação [Vasconcelos] indicou a revogação da lei de que se trata”, cumpria proteger os “capitais investidos na aquisição de cativos”, sob pena de haver no país “uma conflagração geral”. Como o *Journal des Débats* sobre os Estados Unidos, lembravam que toda sociedade tem seus miseráveis, e os negros “são, quiçá, mais miseráveis quando, livres, se entregam à crápula e à inércia; porque delas passam à mendicidade e desta à rapina, e da rapina a serem devorados dos vermes e a acabarem a existência na miséria e desamparo.” Além de roubar, os signatários mostravam que gostavam de estudar a língua portuguesa: à progressão crescente no status jurídico do africano (escravo, liberto, livre) opuseram a progressão

⁸⁴ O artigo do *Journal du Havre* foi publicado duas vezes no *Correio Oficial*, 16/01 e 28/01/1836, p.4; o do *Journal des Debats* está na edição de 20/05/1836, p. 3-4; ofício de J.F.P.C. e Albuquerque a José Ignácio Borges, 29/05/1836, AHI, código 233/3/2. Sobre o *Journal du Havre*, Lawrence C. Jennings. *French Anti-Slavery*, p. 81passim.

decrecente de sua condição social (ócio, roubo, doença, miséria), num interessante exemplo de emprego cruzado da figura da gradação.⁸⁵

A centralidade dos Estados Unidos não era apenas retórica, moral, ideológica. As casas comerciais pioneiras de capital norte-americano James Birckhead & Co. e Maxwell, Wright & Co., que tinham penetrado no Brasil estruturando o comércio bilateral de trigo e café no fim dos anos de 1810, abriram o caminho para outros especuladores na década de 1830. A circular anual da Birckhead referente ao ano de 1835 trouxe dados impressionantes sobre o papel que elas desempenharam na distribuição global do café do Vale do Paraíba no momento em que a região tomara a Cuba o primeiro posto na produção mundial do artigo.

Fonte: Circular de 31 de dezembro de 1835, incluída no ofício de Hunter a John Forsyth de 29 de junho de 1836, USNA, RG 59, m. 121, rolo 12. Dados originais em sacas de 160 libras. Porcentagens arredondadas para a casa decimal mais próxima.

Com letras de câmbio a ser descontadas na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos, as casas norte-americanas negociavam um terço do café destinado a Europa, todos os grãos embarcados para os Estados Unidos e pouco menos de 2 em cada 3 sacas saídas do Brasil em 1835. “Deixamos para trás qualquer competidor, sem exceção da Inglaterra”, exultou o representante de Washington na Corte. Em primeiro lugar estavam Maxwell e Birckhead, que compraram sozinhas 36,7% do café brasileiro e venderam 89,6% do

⁸⁵ “Representação da Câmara Municipal de Valença”, de 1 de julho de 1836, Acervo Arquivo do Senado Federal (AASF), Brasília, número do documento 3772; “Representação da Câmara Municipal de Valença Barbacena”, de 26 de julho de 1836, AASF, Brasília, núm. do documento 2626-A; “Representação da Câmara Municipal da Vila de S. Sebastião de Barra Mansa,” de 2 de agosto de 1836, AASF, Brasília, núm. do documento 3772. O *Sete d’Abril* reproduziu a de Barra Mansa na edição de 20 de agosto de 1836, p. 3.

trigo norte-americano. Em seguida, John Gardner, Priaulx Tupper, Henry Miller e Lewis & Kehmle, todas próximas umas das outras nas ruas da Corte: os escritórios da Kehmle, Gardner, Priaulx e Birckhead ficavam na rua Direita (atual Primeiro de Março), e o da Maxwell na rua atrás do Hospício (hoje, Buenos Aires), número 38. Essas casas aprenderam a embutir o volume do contrabando negreiro na especulação sobre a formação futura dos preços do café. “Por diversos anos”, registrou Birckhead, “os nossos grandes fazendeiros” sofreram “por falta de braços”. No final de 1835 a situação principiava a mudar: “um vigor adicional” iria impulsionar a “produção pelo aumento do trabalho por meio da introdução de escravos por contrabando”, devendo fazer o preço do café cair. Os efeitos não seriam para o início de 1836: “como esses novos escravos não são considerados imediatamente produtivos, ainda não podemos esperar nenhuma influência material desta causa.” Em 1837 o cenário era outro. “A colheita será boa e grande”. O preço da arroba do café caiu de 10¢ para 9,5¢ entre 1835 e 1837, girando em 8,4¢ no triênio 1838-1840. Tem certas coisas que negociante não erra.⁸⁶

“Nosso próprio comércio é imenso. Dizem que quase 7 milhões de dólares de nosso capital foi investido neste ano de 1835 apenas em café”, reportou William Hunter, o diplomata dos Estados Unidos radicado na Corte. Hunter era um homem que diziam “esquecer regularmente todos os dias ao jantar a medida de sobriedade com que deve usar dos líquidos”. Talvez fosse um lúdico, talvez fosse um bom copo, mas ele não brincava em serviço. Em meados da década, as firmas norte-americanas exportadoras de café tinham passado a prover os contrabandistas de barcos e documentação dos Estados Unidos. Os navios, os célebres clippers, tinham baixo calado, se escondiam em meandros de pouca água e eram baratos; a documentação os blindava contra inspeção em alto-mar da Royal Navy. Segundo o cálculo do historiador Leonardo Marques, cerca de 60% dos navios usados no infame comércio entre a África e o Brasil de 1830 a 1850 saíram de arsenais norte-americanos, principalmente Baltimore, onde Birckhead e Maxwell operavam no comércio trigo-café (notável coincidência, 60% também fora a proporção do café que remetiam ao estrangeiro). Hunter expedia, com uma proverbial

⁸⁶ Circular de 31 de dezembro de 1835, incluída no ofício de William Hunter a John Forsyth, 29/06/1836, USNA, RG 59, m. 121, rolo 12; para o endereço das firmas, Sebastião Fabregas Surigué. *Almanak Geral do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Typ. Commercial Fluminense, 1838, p. 173-176; para os preços médios, fontes dos gráficos 6 e 7. A Maxwell, Wright & Co. se tornou, nos anos quarenta, a principal empresa exportadora de café no Império do Brasil. Exportava sozinha, no mínimo, 11% da safra total brasileira. Alan dos Santos Ribeiro. “The leading comission-house of Rio de Janeiro”. *A firma Maxwell, Wright & Co. no comércio do Império do Brasil c. 1827-c.1850*. Niterói: Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da UFF, 2014, p. 14-63.

largueza ex-offício, os papéis diplomáticos necessários em tais vendas, alimentando uma linha de crédito em que parte do lucro do café era descontada, pelas casas comerciais que o compravam, na aquisição de tumbeiros nos Estados Unidos. Politicamente, Hunter não gostava do homem que fazia a sua felicidade: “eloquência, sátira e descaramento, tudo é satanicamente misturado em Vasconcelos”, monarquista reacionário distinto da cepa liberal de um Feijó, que ele respeitava. Como na recepção da Nulificação no Brasil, a ideologia soltava suas faíscas nas engrenagens que a economia montava. Vasconcelos era o pivô dos lucros com que as firmas norte-americanas se lambuzavam. Hunter não brincava mesmo em serviço. Casou sua filha com o sobrinho de James Birckhead.⁸⁷

Em 1837 Vasconcelos se preparou para alimentar outro vaivém entre o Parlamento e a bacia do Vale do Paraíba. Em junho pediu à Câmara dos Deputados que discutisse seu projeto do ano anterior, por ele chamado de “mimoso”. O projeto tinha ido parar na Comissão de Justiça Civil, e Vasconcelos começou um jogo de cena. Afetou desconhecer “quem são os membros” da Comissão, o que era impossível, e solicitou ao presidente da Câmara que convidasse “a ilustre Comissão para apresentar seu parecer”, o que era improvável. Pedindo e deixando de pedir ao mesmo tempo, publicava sua posição sem correr o risco de ser derrotado na plenária, dobrando o sino para as vilas favoráveis ao contrabando negreiro caírem sobre a Câmara dos Deputados. A manobra funcionou. Em duas semanas Valença disparou aos parlamentares seu terceiro protesto contra a lei de 1831, sendo desta vez secundada por Vassouras e Paraíba do Sul. À exceção de Valença, de 1823, as Câmaras peticionárias tinham fundação recentíssima: Barra Mansa e Bananal eram de 1832, Vassouras e Paraíba do Sul, de 1833. Sua trajetória sintetiza a dos proprietários do centro-sul. Beneficiando-se da diplomacia de D. Pedro I, seus povoados cresceram na década de 1820 graças ao tráfico legal. Mesmo assim se opuseram ao imperador em 1831 e receberam da Regência o status de vila. Agora usavam de seus novos poderes para impor ao resto do

⁸⁷ Ofício de William Hunter a John Forsyth, 10 de dezembro de 1835, USNA, RG 59, m. 121, rolo 12; sobre a incontinência alcoólica, ofício de José Francisco de Paula Cavalcante e Albuquerque a Aureliano de Souza Oliveira Coutinho, 18/07/1834, AHI, código 233/3/1; Leonardo Marques. *The United States and the Transatlantic Slave Trade to the Americas, 1776-1867*. Doutorado. Atlanta: Emory University, 2013, p. 208 passim; para o casamento da filha de Hunter, Laura Jarnagin. *A Confluence of Transatlantic Networks*. Tuscaloosa: The University of Alabama Press, 2008, p. 124.

país o fardo do contrabando. Vasconcelos tinha ciência da sintonia entre o rumo dessas vilas e o destino do país? Sim ou não, ele agia como se soubesse.⁸⁸

Sem maioria no Parlamento, um vacilante Antonio Feijó caminhava para a resignação do cargo de regente, mas antes conseguiu fazer um aliado – marquês de Barbacena – esvaziar a pressão negreira com um projeto conciliador. Barbacena tinha voltado de Londres sem conseguir trocar os Artigos Adicionais de 1835 pela revisão aduaneira imperial. Agora ia atender aos proprietários que já tinham prevaricado. Em 30 de junho introduziu no Senado um projeto de lei que declarava “revogada a lei de 7 de novembro de 1831” (art. 14). Em contrapartida, ia arrochar contra os que ainda queriam prevaricar. Seu projeto proibia “a importação de escravos e de pretos livres no território do Brasil” (art. 1), criminalizava os “sinais de destino ao tráfico de escravos” numa quase reprodução dos Artigos Adicionais de 1835 (art. 4), escalava os “principais oficiais da Alfândega”, e não os juizes de paz, para inspecionar os navios com partida para a África (art. 11), definia como autores do crime de contrabando a tripulação dos navios e os “que coadjuvarem o desembarque” em terra (art. 5), condenava-os a degredo de 3 a 9 anos em Fernão de Noronha (art. 6) e transferia seus julgamentos do juizado de paz para alçada dos juizes de Direito (art. 13). Conquanto a Grã-Bretanha protestasse contra o projeto e alguns senadores o acusassem de estimular o contrabando no futuro por escravizar milhares de pessoas *de jure* livres até o presente, a comunidade negreira não o entendeu assim. Tão logo o texto passou no Senado e chegou à Câmara, um parlamentar pernambucano alinhado a Vasconcelos sugeriu como substitutivo apenas a revogação da lei de 1831. E o próprio Vasconcelos prometeu sustentar a continuação do tráfico negreiro “pelo lado da economia política”, além de demonstrar que “a maior parte dos direitos sociais procedem da força e violência”.⁸⁹

A base política de Barbacena, os proprietários da Bahia, recobrando-se aos poucos do avantesma dos malês, também se afastou de seu senador. Um articulista disse que a “felicidade do Brasil é inseparável” do fluxo contínuo dos “africanos forçados”, concluindo que, se a “lei de 7 de novembro de 1831 foi prematura em sua publicação e é inexequível em sua prática”, “da mesma forma o será a nova lei cujo projeto ora se discute no Senado”. Uma representação assinada por mais de 230 pessoas do Recôncavo – visconde do Rio Vermelho, barão de S. Francisco, barão de Maragogipe,

⁸⁸ Cf. *ACD*, 17 de junho de 1837, p. 272; *ACD*, 28 de maio de 1838, p. 220-221 (Vasconcelos); *ACD*, 28 de maio de 1838, p. 220-221 (parecer sobre as petições de Vassouras e Paraíba do Sul).

⁸⁹ *ACD*, 11 de setembro de 1837, p. 516.

barão do Rio das Contas, além de donos de engenho, negociantes, empregados públicos, capitães da Guarda Nacional etc. – pediu à Câmara dos Deputados a análise do “projeto apresentado pelo ilustre senador marquês de Barbacena”, para que a lei de 7 de novembro de 1831 fosse revogada apenas “na parte que reputa livres aos africanos importados logo que em terra sejam postos”. Não queriam o projeto de seu senador, mas a agenda da bacia do Vale do Paraíba. A iniciativa de Barbacena ajudou a campanha pró-contrabando a irromper no âmbito das Assembleias Legislativas Provinciais. A do Rio de Janeiro encarregou uma comissão integrada por José Inácio Vaz Vieira (juiz de direito indicado na lista eleitoral negreira de 1834) e presidida por José Clemente Pereira (desembargador e proprietário em Vassouras) de redigir uma petição ao Parlamento contra qualquer lei penal antitráfico. Clemente Pereira e Vaz Vieira capricharam. Ensinaram que “nada há tão ordinário na ordem natural das coisas humanas como a tendência para adquirir braços escravos”, de forma que nem a lei antiga nem a nova deviam vigor: “Não devem fazer-se leis criminais proibitivas, cuja inobservância deva provavelmente produzir tão crescido número de infratores, que torne impraticável a sua punição”. O direito positivo devia conhecer seu lugar. O contrabando ganhara *droit de cité* nos cânones do Direito Natural.⁹⁰

Em 19 de setembro de 1837, dois anos, um mês e 26 dias depois de sua primeira fala pró-tráfico no Parlamento imperial, Bernardo Pereira de Vasconcelos chegou ao poder Executivo. Acumulando as pastas da Justiça e do Império, comandou uma equipe batizada de “ministério das capacidades” e integrada por Rodrigues Torres (Marinha), Antônio Peregrino Maciel Monteiro (Estrangeiros), Sebastião do Rego Barros (Guerra) e Miguel Calmon (Fazenda). Sem tomar parte direta nela, mas como “contraforte exterior” entre os deputados, na bela frase de Joaquim Nabuco, figurava Carneiro Leão (por Minas Gerais), a que se pode acrescentar o futuramente célebre Paulino Soares (pelo Rio de Janeiro). Como reconhece a historiografia, o gabinete, nomeado após a resignação de Feijó ao cargo de regente, representa uma inflexão na história política brasileira, iniciando um período de ascendência dos conservadores do centro-sul na formulação da agenda do Estado imperial. O chamado tempo saquarema.⁹¹

⁹⁰ *O censor: periódico mensal, político, histórico, e litterario*. Bahia: Aurora de Serva, 1837, p. 42-43; “Representação de moradores da província da Bahia solicitando a derrogação da lei de 7 de novembro de 1831”, CEDI, Arquivo da Câmara dos Deputados, Brasília; Cf. “Representação da Assembleia Legislativa da Província do Rio de Janeiro”, de 7 de dezembro de 1837, AASF, Brasília, núm. doc. 3026.

⁹¹ Ilmar Rohloff de Mattos. *O tempo saquarema: a formação do Estado imperial* (1986). São Paulo: Hucitec, 2004, p. 142-204.

Mapa 5. Vale expandido: as nervuras do contrabando negreiro na bacia do Paraíba (Fonte: Tâmis Parron, 2011).

Inçados ao poder, Vasconcelos e seus amigos engavetaram o projeto penal de Barbacena e alardearam que o Executivo havia adotado a posição de tolerar os traficantes. As instruções de Montezuma foram anuladas, e Rodrigues Torres disse no Parlamento que o combate ao tráfico era função secundária da marinha imperial. Em 1838 José Carneiro da Silva – produtor açucareiro em Campos dos Goytacazes, político regressista em Macaé e outro dos recomendáveis na lista eleitoral negreira de fins de 1834 – publicou a *Memoria sobre commercio dos escravos, em que se pretende mostrar que este trafico é, para eles, antes um bem do que um mal*. A exemplo da representação fluminense, mais que a revogação da lei de 1831 Carneiro da Silva defendeu o tráfico em termos conceituais, contrastando, com base na Constituição de 1824, a vida dos negros na África, onde “nunca deixaram de guerrearem-se”, à que levavam no Brasil, onde seus descendentes se tornavam “grandes proprietários”, “soldados” e “senhores de

escravos”, ocupando “empregos públicos que são tão úteis ao Estado”.⁹² A ênfase estava mudando. Suprimir a lei era importante, mas mais importante era construir um consenso entre proprietários e Estado que a aniquilasse. Não é difícil entender o porquê. Se a manutenção do diploma tinha um custo, a ação dos africanos escravizados pela liberdade, sua revogação tinha outro, a ação diplomática da Grã-Bretanha. Diante das opções, os brasileiros preferiram a primeira, afinal os africanos, segundo a Constituição de 1824, não tinham nem direitos civis, podendo ser mais facilmente vitimados pela truculência do Estado. Os cleptoescravistas tomaram, mais uma vez, os Estados Unidos por modelo. Quando um deputado acusou “sumidades” saquaremas de acobertarem o contrabando, Carneiro Leão evocou a coesão patriótica norte-americana. “Crescendo em 1835 e 1836 naquele país a sanha dos abolicionistas”, disse o contraforte exterior, “os Estados onde há escravos se lhe opuseram, e o povo dos Estados onde não há escravatura entendeu, julgando ameaçados os interesses dos Estados em que havia escravos, não dever ser mero espectador, mas dever tomar a iniciativa para punir os abolicionistas. Sabe-se das insurreições de New York, Filadélfia e outros Estados onde não havia escravos.” Consenso é a palavra que ele buscava.⁹³

Consenso foi a realidade que ele e seus aliados obtiveram. De que maneira isso ocorreu? Nos espaços econômicos mais expressivos e dependentes do tráfico negreiro transatlântico, os atores escravistas haviam lutado por uma redefinição legal da propriedade roubada (revogação da lei de 1831) ou pela consolidação de ações sociais que garantissem sua relação com a forma da propriedade escrava clandestina (suspensão informal da lei de 1831). Essa campanha gerara dividendos. Dera aos defensores do contrabando a proteção dos políticos e projetara os políticos entre os defensores do contrabando nas regiões da Zona da Mata pernambucana, do Recôncavo baiano e da bacia expandida do Vale do Paraíba, grandes redutos de poder eleitoral e maiores fontes de poder político na monarquia. A aliança dos proprietários e dos negociantes

⁹² *O Sete de Abril*, 23/12/1834, p.2; [José Carneiro da Silva], *Memoria sobre o commercio dos escravos, em que se pretende mostrar que este trafico é, para eles, antes um bem do que um mal*. Escrita por ***, natural dos Campos dos Goitacazes. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional e J. Villeneuve e Comp., 1838.

⁹³ *ACD*, 17 de julho de 1839, p. 332-333 e 336-337; Sidney Chalhoub diz que a atuação de Eusébio de Queirós como chefe de polícia na Corte “mostrou-se instrumental na consolidação do direito senhorial costumeiro de escravizar ao arrepio da lei”, pois teria instituído o pressuposto “de que todo preto – e muitos pardos também – era escravo” (*A força da escravidão*, p. 107-08). Há um problema de escala nessa análise. Com jurisdição restrita à Corte, a ação de Eusébio não teve o condão de manter no cativeiro ilegal as centenas de milhares de africanos introduzidos no Brasil. A façanha se deu mediante a redefinição politicamente induzida da relação entre o Estado e a classe senhorial dos anos trinta em diante. Para uma crítica semelhante a Chalhoub, Beatriz Gallotti Mamigonian, “A liberdade no Brasil oitocentista”. *Afro-Ásia*, núm. 48 (2013): 395-405.

escravistas com o grupo do Regresso acabaria ajudando este último a impor sua concepção de Estado em 1841, com um novo Código de Processo Criminal. Esse código é que teve profundas implicações na organização político-partidária do império e na consolidação do consenso escravista no Brasil.

Entre 1824 e 1841 a monarquia brasileira não possuía um aparelho capaz de controlar as eleições em nível nacional. Como não havia justiça eleitoral, o processo de organização, apuração e supervisão do sufrágio cabia a uma série de autoridades inespecíficas. Uma das mais importantes era a figura do juiz de paz, um cargo eleito nas paróquias que agregava funções hoje tidas como policiais (vigilância da ordem pública), pré-processuais (inquérito e exame de corpo de delito), processuais (apresentação de denúncia) e eleitorais (qualificação dos cidadãos em não-votantes, votantes e eleitores). Seus poderes, assim dilatados, foram obra dos adversários de D. Pedro I que receavam ações abusivas de um Estado centralista (conforme a Carta de 1824) dirigido por um suposto tirano (o imperador). Os mesmos parlamentares aprovaram um Código de Processo Criminal que investiu os munícipes de influência na nomeação dos juízes de órfãos, dos juízes municipais e dos promotores. As eleições parlamentares dependiam das forças na localidade, blindadas contra o Executivo.⁹⁴

O Ato Adicional de 1834 alterou esse quadro jurídico-político. As Assembleias Legislativas Provinciais receberam o poder de criar ou suprimir postos do Judiciário, à exceção do de desembargador (art. 10º, par. 7º). Podiam redefinir o júri, os juízes municipais, os promotores e regular a seu modo as competências dos juízes de paz. Valendo-se do expediente, algumas províncias (São Paulo, Pernambuco, Ceará etc.) transferiram atribuições do juizado de paz ao prefeito, cargo que elas mesmas inventaram e cujos critérios de nomeação ou remoção eram por elas definidos. De 1835 e 1841 a paulatina diversidade provincial do Judiciário deu o que pensar aos parlamentares do Império do Brasil, e sua revisão se tornou pauta entre políticos das mais diferentes espécies.⁹⁵

Nos embates que então se travaram, o grupo encabeçado por Vasconcelos, Carneiro Leão, Rodrigues Torres, Clemente Pereira e Paulino José Soares de Souza – apelidado na época de Regresso – bolou uma saída que aparentava destinar-se somente à administração racional do bem-comum. Propuseram *uniformizar* e *centralizar* o

⁹⁴ A. Figueiras Jr. *Código do processo do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1874, p. 82-101.

⁹⁵ Thomas Flory. *Judge and jury in Imperial Brazil, 1808-1871: social control and political stability in the new State*. Texas: University of Texas Press, 1981, p. 28-84 e 158-163; e Miriam Dolnikoff. *O pacto imperial*, p. 97-100.

aparelho judiciário, passando seu controle dos níveis local e provincial para o nacional. Sua ação se deu em dois atos. Primeiro, trataram de modificar o parágrafo 7 do artigo 10º do Ato Adicional, proibindo que as províncias redefinissem agentes previstos por lei nacional (como o juiz de paz). Conseguiram-no com a lei de Interpretação do Ato Adicional (1840). O nome era esse mesmo. “Interpretação”. Como os artigos de 1834 tinham virado parte do texto constitucional e a Carta só podia ser emendada se duas legislaturas seguidas o consentissem, a “Interpretação” foi um jeitinho maroto de mexer no espírito da lei sem mudar sua letra.

No segundo ato, partiram para a reforma do Código de Processo Criminal, aprovando um longo regulamento que se tornaria conhecido como lei de 3 de dezembro de 1841. Resumido a seu teor central, o texto depositou as funções policiais, pré-processuais e processuais do juizado de paz – aquelas transferidas aos prefeitos, o que agora era considerado irregular – para os cargos de delegado e de subdelegado, nomeados ou pelos presidentes de província ou, para driblar demandas das Assembleias Legislativas, pelo governo central. E fez muito mais do que isso. Incluiu o comissário fardado na mesa eleitoral responsável pela qualificação dos cidadãos em não-votantes, votantes e eleitores; colocou as nomeações e remoções da magistratura togada (promotores, juízes municipais, juízes de órfãos e juízes de direito) à mercê do bico de pena dos ministros da Justiça e do Império; criou o cargo de chefe de polícia para cada província, que, designado pelo Executivo, detinha o controle de inúmeros postos menores (inspetores de quarteirão, carcereiros, amanuenses, escrivães de paz); alterou as funções dos magistrados, as competências do júri, o lugar do julgamento em casos de províncias rebeladas, a formação da culpa etc. Em 1836 os regressistas tinham alegado a necessidade de uma reforma. Em 1841 concluíram uma reconstrução.⁹⁶

Com a hipertrofia dos poderes do delegado, uma autoridade que também participava da mesa eleitoral, os saquaremas *policializaram* práticas judiciárias e eleitorais; com a expansão de cargos nomeados direta ou indiretamente pelo Executivo, *partidarizaram* a burocracia. Esses dois recursos – policializar, partidarizar – brindaram o Executivo com moedas de troca para negociar eleições no nível local, criando, pela primeira vez no Brasil, a estrutura institucional necessária à organização dos partidos sobre uma base nacional a partir de um bunker político, a Corte. Só depois da lei de 1841 é que a oposição entre regressistas e progressistas (como às vezes seus adversários

⁹⁶ A. Figueiras Jr. *Código do processo*, p. 162-231; e Richard Graham. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. (1ª ed. em inglês, 1990). Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997, p. 82-100; 162-231.

eram chamados) evoluiu para os pares opostos mais amplos saquaremas vs. luzias e Partido Conservador vs. Partido Liberal. A reforma do Código de Processo Criminal foi o núcleo do sistema bipartidário do Segundo Reinado. Em contrapartida, o desmedido patronato do Executivo travou a roda do sistema eleitoral, impedindo que as urnas rendessem à oposição viradas nos pleitos ou minorias robustas no Parlamento. Com um pouco de exagero, dir-se-ia que as eleições parlamentares no Brasil se tornaram corridas de um cavalo só.⁹⁷

Havia uma condição para o funcionamento do sistema político-partidário regressista. Com um dos partidos sempre desprovido de representação influente no Parlamento, era preciso que os atores deixados de fora numa legislatura confiassem naqueles que os governavam. O sistema seria impossível se os grupos da época dissentissem sobre assuntos fundamentais: a religião católica, a monarquia, a unidade nacional e, por que não dizê-lo, a legitimidade da propriedade escrava ilegal. Cumpria fazer como os norte-americanos faziam, governar respeitando os interesses escravistas, independentemente das convicções de quem estava no poder. “Van Buren”, explicou um jornal da Corte fitando a política doméstica dos Estados Unidos, “é o primeiro homem do Norte que os Estados do Sul tenham concorrido a elevar à Presidência. [...] Provém esta aparente inconsequência de que Van Buren é homem do Norte, mas com ideias políticas do Sul. Sentindo que era impossível sua eleição sem o apoio dos sufrágios do Sul, empenhou-se solenemente em favor dos interesses dos proprietários de escravos. Possa a moderação e sabedoria de Van Buren impedir a colisão entre o zelo pouco refletido de uns e a sombria desconfiança de outros!”. Restava, porém, uma diferença irreduzível entre os dois países. O segundo sistema partidário norte-americano precisara de uma Gag Rule para desatrelar o destino da escravidão dos grupos representados no Congresso. O sistema bipartidário brasileiro precisou não de uma norma oficial, mas da aceitação sistêmica do contrabando, do consenso social em torno do roubo, para dissociar o destino jurídico dos africanos escravizados do rodízio político dos partidos no poder.⁹⁸

O federalismo radical da Nulificação contribuiu duas vezes para limitar a experiência federal brasileira. Em 1832, ao afastar os legisladores do modelo

⁹⁷ Para o uso eleitoral do patronato, Roderick J. Barman. *Brazil: the forging of a nation, 1798-1852*. Stanford: Stanford University Press, 1988; e *Citizen Emperor. Pedro II and the making of Brazil. 1825-91*. Stanford: Stanford University Press, 1999; Richard Graham. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*; J. Needell. *The Party of Order*.

⁹⁸ *Jornal dos Debates*, “Reflexões sobre o novo presidente dos Estados Unidos”, 3 de maio de 1837, p. 3

constitucional norte-americano. Nos anos seguintes, ao expandir da noite para o dia o mercado global de café, engatar de vez a economia brasileira na norte-americana e dar um empurrão na escalada do Regresso, que retirou ao Ato Adicional sua capacidade de federalizar as eleições. O contrabando negreiro foi a peça-chave desse processo. Exigiu da classe senhorial e dos políticos que a representavam uma aliança para consolidar as relações necessárias à reprodução social da nova propriedade, o africano roubado. Que foi isso senão fazer um novo pacto, senão redefinir a natureza da relação entre a classe senhorial, agora cleptoescravista, e o Estado brasileiro, agora cleptocrata? Nada expressa tão bem a força do consenso escravista construído nos anos trinta como a plataforma regressista de censurar a lei de 1831 e de aprovar a lei de 1841. Ela requeria um jogo de confiança recíproca entre Estado e sociedade cuja extensão se nota na ausência de garantias formais aos jogadores: a norma de 1831 não teve de ser anulada para perder efeito e as sucessivas Câmaras dos Deputados, quase monopartidárias, não careceram de uma oposição vigilante para seguir respeitando a propriedade humana roubada. Os índices do comércio negreiro dão a medida desse universal acordo: 710.106 africanos foram trazidos para o Brasil entre 1835 e 1850, equivalente a 60% ou 70% dos escravos que o país possuía em 1822. São números obscenos. Mostram que o tempo de Vasconcelos tinha chegado – e viera para ficar.⁹⁹

⁹⁹ <http://www.slavevoyages.org>. Para visões distintas sobre a relação do escravismo com Regresso e com o Estado imperial, José Murilo de Carvalho. *A construção da ordem. Teatro de sombras*, e Jeffrey Needell. *The Party of Order*. Para uma crítica a ambas, Tâmis Parron, Alain El Youssef e Bruno Estefanes, “Vale expandido: contrabando negreiro e a construção de uma dinâmica política nacional no Império do Brasil.” *Almanack*, Guarulhos, núm. 7 (1º sem., 2014): 137-159.

Capítulo 8

No fim da conjuntura:
abolicionismo internacional
e internacional escravista

“Meu esquema supõe outra Constituinte neste país”, revelou o diplomata da Grã-Bretanha lotado na República do Texas de 1842 a 1846. Charles Elliot, que se descrevia como “um homem ansioso”, queria refundar um Estado que acabara de nascer. O Texas tinha se separado do México em 1836 e ainda ignorava se manteria a independência ou integraria os Estados Unidos. Elliot preferia a primeira opção, sabia correr contra o tempo, mas não deixava a pressa, que espremia sua ilegível letra cursiva tombada para a direita, turvar a clareza de suas ideias. O Parlamento que imaginara iria “abolir a escravidão, abolir as restrições políticas das pessoas de cor, declarar livre comércio perfeito como um princípio fundamental”. Três medidas que resolviam de uma vez os principais problemas que ele enxergava na economia-mundo capitalista: a expansão da escravidão negra nas Américas e a carência de novos mercados para a Grã-Bretanha. “Com o princípio do livre comércio estabelecido aqui”, explicou a lord Aberdeen, seu chefe no Foreign Office, e com a “crescente oferta do artigo [algodão] na Índia” e no Texas, “o lucro na produção algodoeira escravista chegaria ao fim nos Estados Unidos”. A filantropia, segundo Elliot, pagava de volta. E em libras esterlinas. Num Texas agrário e livre-cambista, a fibra herbácea apanhada por mãos livres seria “trocada principalmente por manufaturas britânicas”, lançando contra as cordas o protecionismo dos Estados Unidos, onde as tarifas de importação tinham acabado de subir. A menos que “sejam rebaixadas”, disse mal escondendo a felicidade, “é fácil prever que este país se tornará rapidamente a sede de um considerável comércio.”¹

Charles Elliot foi um daqueles homens que parecem viver várias vidas numa só. Em 1815 alistou-se na Royal Navy contra Napoleão, serviu na década seguinte no Esquadrão da África Ocidental que combateu o tráfico negreiro transatlântico e foi Protetor dos Escravos nos campos alagadiços de Demerara (Guiana) no ocaso da escravidão negra no Caribe britânico. De suas mãos saíram informes usados na redação de uma das leis mais importantes de seu tempo, o *Emancipation Act* de 1833. No mesmo ano foi convocado para o Oriente, onde galgou postos até ocupar o de Superintendente Maior e Plenipotenciário do Comércio em Cantão (China). Nunca menos do que importante, deu a primeira voz de comando na Guerra do Ópio,

¹ Elliot a Addington, Galveston, 15 de novembro de 1842, e Elliot a Aberdeen, sem local, setembro ou outubro de 1843. In: Ephraim Douglass Adams (org.). *British Diplomatic Correspondence Concerning the Republic of Texas, 1836-1848*. Austin: Texas State Historical Association, 1918, p. 125-130 e 264-267. Sua caligrafia castigada e sua ansiedade, em Susana Hoe e Derek Roebuck. *The Taking of Hong Kong: Charles and Clara Elliot in China Waters*. Richmond: Curzon, 1999, p. 109 e 253, n. 22.

desprende a ilha de Hong Kong do continente chinês e viu sua cabeça posta a prêmio por US\$ 20 mil, uma fortuna na época. Em 1842, depois que Londres concluiu a guerra no Oriente com o Tratado de Nanquim, que abriu a economia chinesa para o comércio internacional, ele virou o mundo de novo e instalou-se no Texas. É aí que o encontramos às voltas com sua Constituinte imaginária, confabulando estender nas costas dos Estados Unidos o manto da emancipação escrava e do livre comércio que ajudara a estender de um ponto a outro do globo. Elliot parecia viver mais vidas que o comum da gente não porque fosse irrequieto, “ansioso”, como ele se descrevia, mas porque, entre 1815 e 1846, sua carreira foi moldada pelas oscilações que a economia mundial impôs ao Estado que servia. Do Ocidente ao comércio indo-chinês, das possessões formais (Guiana) aos domínios informais (China e, quase, Texas), ele acompanhou o deslocamento do eixo imperial britânico, como se o tempo curto do homem, o tempo médio do império e o tempo longo do sistema mundial se confundissem no mesmo relógio.²

1815 e 1846, as balizas da estação mais agitada da vida de Elliot, são também o início e o fim da conjuntura do mercado integrado mundial de commodities da periferia. Nos capítulos anteriores, examinei a montagem das políticas nacionais dos Estados Unidos, da Espanha e do Brasil que blindaram seus sistemas escravistas contra o abolicionismo do Atlântico Norte durante o surgimento e a consolidação dessa conjuntura. Neste, analiso como a crise dela submeteu a política da escravidão nos espaços nacionais a um inédito grau de estresse. O período da crise conjuntural (1837-1846), durante o qual Elliot transitou do imperialismo do ópio ao abolicionismo no Texas, foi dramático. Por breves porém decisivos anos, os homens da Avenida White Hall quiseram resolver os principais problemas econômicos e sociais da Grã-Bretanha redesenhando uma divisão internacional do trabalho baseada em interesses imperiais e preceitos abolicionistas. Flertaram, por assim dizer, com a possibilidade de moralizar a passagem de uma conjuntura que morria, a do mercado integrado de commodities da periferia, para outra que ainda não tinha nascido, a do mercado integrado de commodities do centro. Sua utopia gerou uma contra-utopia na elite da escravidão mundial. Estados Unidos, Brasil e Cuba ameaçaram evoluir de sua recente integração inter-regional de mercado para um novo nível de articulação política global. Projetaram

² Clagette Blake. *Charles Elliot, R. N. 1801-1875: A Servant of Britain Overseas*. Cleaver-Hume Press: Londres, 1960; e Susana Hoe e Derek Roebuck. *The Taking of Hong Kong*.

no horizonte da época uma internacional escravista que nem os piores pesadelos do ansioso Elliot podiam prever.

Grã-Bretanha: fissuras no centro do mundo

A ordem mundial pós-napoleônica, gerenciada pela Grã-Bretanha, também moldou o poder que a gerenciava. Com o protecionismo do Atlântico Norte restringindo o consumo de manufaturas no mercado internacional, a nação hegemônica acabou forçada a tapar de improviso o hiato entre a taxa de crescimento de sua oferta e a de expansão da demanda dos outros países. Até os anos trinta seu mercado interno preencheu o vazio. Depois, por razões que iam da compressão relativa dos salários à mecanização completa do processo produtivo têxtil (que passou a incluir, além da fiação, a tecelagem), a solução doméstica mostrou sinais de esgotamento. “A distância na produção industrial entre a Grã-Bretanha e seus vizinhos no continente aumentou. Mas então, em relação à França (e Bélgica, e talvez alguns outros), ela começou a diminuir, de forma que entre 1835 e 1850 virtualmente desapareceu.” Admitida a hipérbole da última oração, o raciocínio do período é perfeito. Em algum momento, as vantagens industriais relativas da Grã-Bretanha esbarraram nos limites estruturais ao desenvolvimento do mercado interno e nos limites político-fiscais à ampliação do externo. Para os contemporâneos, o momento da virada tinha nome, dia, mês e ano, uma certidão de nascimento completa: o Pânico Financeiro Internacional de 10 de março de 1837. Suas origens e seus efeitos enformaram a ação dos britânicos até 1846.³

Na história das finanças, o fatídico ano de 1837 resultou de uma década de confluência de trocas mercantis que atavam a City a dois extremos do mundo, o Golfo do México na costa sul dos Estados Unidos e o Mar Meridional da China. Em Cantão os britânicos obtinham a folha do chá, base da infusão aromática amarga quente que estavam tornando num hábito nacional. Obtê-la não era fácil. Os mandarins recusavam a maior parte das mercadorias oferecidas que não fosse o que chamavam de carga rica, a prata, usada na cunhagem da moeda local desde o século 14, obrigando Londres a trocar metal precioso por vegetal murcho. Os ocidentais melhoraram seus termos de troca quando a empresa colonizadora da Grã-Bretanha na Índia, a *East India Company*,

³ Immanuel Wallerstein. *The Modern World System IV: Centrist Liberalism Triumphant, 1789-1914*. University of California Press: Berkeley, 2011, p. 29 passim; e Maurice Lévy-Leboyer, “Le Processus d’industrialisation: le cas de l’Angleterre et de la France”. *Revue Historique*, Paris, ano 92, vol. 239 (abr.-jun., 1938): 281-298. Relevância crescente do mercado interno britânico depois de 1815, em W. W. Rostow. “Adjustments and Maladjustments after the Napoleonic Wars”. *The American Economic Review*, vol. 32, núm. 1, parte 2 (mar., 1942): 13-23.

calibrou com experimentos agrários, controle de preços e até coerção física a gestão do *diwan*, o direito de coletar impostos na forma de bens produzidos pelos camponeses que moravam nas áreas sob sua administração direta (províncias de Bengala, Bihar e Orissa). Graças a essa política fiscal, a *Company* criou as bases de sua autoexpansão obtendo dois artigos que os chineses aceitavam em troca do chá, o algodão cru, que adquiriam para manufaturar no Baixo Vale do Yantzé nos anos de colheita insuficiente, e o ópio, que compravam apesar de proibido. Extraído da flor da papoula, o psicotrópico da Índia britânica vendido em Cantão revolucionou o comércio indo-chinês nos anos vinte. Ultrapassou o valor do algodão cru em 1824 e chegou a US\$ 15 milhões em 1828 – nesse ano, apenas para que se veja a escala, a exportação algodoeira de todos os portos norte-americanos tinha sido de US\$ 22 milhões. Para fechar sua balança comercial, a China sangrou prata pela primeira vez em 400 anos.⁴

A comodificação do ópio beneficiou outro grande consumidor global de artigos orientais, os Estados Unidos. Até os anos vinte os norte-americanos que operavam na importação do chá da China se submetiam aos tradicionais termos de troca do mandarinato, entregando metal precioso por derivados de vegetal. No fim da década, sua sorte mudou. Graças ao boom algodoeiro nos Estados do Golfo (Alabama, Mississippi, Louisiana), as letras de câmbio dos Estados Unidos ganharam cada vez mais aceitabilidade internacional, até penetrar no circuito mercantil que a Grã-Bretanha administrava no Oriente. “Os mercados do mundo inteiro”, comentou um articulista da época, “pode-se dizer sem exageração, na Europa, nas Índias Orientais foram inundados com os *post-notes* do banco [dos Estados Unidos]”. Na prática, um dos caminhos do esquema era simples. Os norte-americanos levavam letras para a Índia, onde as vendiam aos ingleses por ópio, seguiam para Cantão, onde davam o soporífero por chá ou seda, e voltavam para casa. Nessa última parada, seus compatriotas compravam a chinesaria passando-lhes mais letras de câmbio, e o ciclo recomeçava em escala ampliada. A roda

⁴ Índices do ópio e do algodão, respectivamente, em *Parliamentary Papers Relating to the Opium Trade: viz., Extracts from reports, &c., of Committees of the Houses of Lords and Commons; 1821 to 1832*. Londres: T. R. Harrison, 1840, p. 148; e *Letter from the Secretary of the Treasury of the Commerce and Navigation of the United States for the year ending on the 30th September, 1828*. Washington: Gales and Seaton, 1829, p. 122-123. O estudo clássico do comércio do ópio é Michael Greenberg. *British Trade and the Opening of China, 1800-42* (1951). Cambridge: Cambridge University Press, 1969, p. 41-103. Sobre a gestão dos recursos locais pela East Indian Company, B. Chaudhuri, “Regional Economy (1757-1857): Eastern India II”. In: Dharma Kumar (org.). *The Cambridge Economic History of India, vol. 2: c. 1757-c. 1970*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983, p. 326-328; P. J. Marshall. *Bengal: The British Bridgehead: Eastern India, 1740-1828*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987, p. 70-92 e 111-115; e Burton Stein, “State Formation and Economy Reconsidered”, *Modern Asian Studies*, Cambridge, vol. 19, núm. 3 (1985): 387-413.

chinesa girou fortunas, entre elas a de Warren Delano, cabeça da terceira maior firma de ópio no Oriente (inglesas incluídas) e avô de Franklin Delano Roosevelt, 32º presidente da república. Seus efeitos na macroeconomia do país podem ser visualizados no gráfico abaixo.⁵

Fonte: para 1821, *Commerce and Navigation of the United States for the year ending on the 30th September, 1822*, p. 531, 538, 576; para 1822, *Letter from the Secretary of the Treasury of the Commerce and Navigation of the United States for the year ending on the 30th September, 1822*. Washington: Gales and Seaton, 1823, p. 10-11, 24-25 e 106-107; para 1823, *Report of the Secretary of the Treasury of the Commerce and Navigation of the United States for the year ending on the 30th September, 1823*. Washington: Gales and Seaton, 1824, p. 11, 26-27, 108-109; para 1824 (edição de 1825), p. 12-13, 26-27 e 226-227; para 1825 (1826), p. 20-21, 50-51, 176-177; 1826 (1827), p. 22-23, 50-51, 180-181; 1827 (1828), p. 24-25, 52-53, 186-187; 1828 (1829), p. 14-15, 42-43, 154-155; 1829 (1830), p. 20-21, 52-53, 132-133; 1830 (1831), p. 20-21, 48-49, 118-119; 1831 (1832), p. 20-21, 50-51, 116-117; 1832 (1833), p. 20-21, 50-51, 118-119; 1833 (1834), p. 28-29, 62-63, 130-131; 1834 (1835), p. 14-15, 28-29, 134-135; 1835 (1836), p. 14-15, 30-31, 132-133; 1837 (1836), p. 14-15, 30-31, 132-133.

O ano-base deste e do próximo gráfico é fiscal. Começa em 1 de outubro e termina em 30 de setembro.

As colunas das espécies em prata e em ouro se separam apenas de 1825 em diante. Como o valor em ouro foi de 7% do total no biênio 1825-1826, a diferença foi projetada, retrospectivamente, para os anos 1821-1824.

Por pressão dos nulificadores, a importação do chá nos Estados Unidos se isentou de tarifas em 1831 e atingiu valores inéditos nos anos seguintes, mais de 60% do gerado pelo comércio do café. Àquela altura, todavia, o entrosamento do império

⁵ Para o sistema monetário dos Estados Unidos nos anos trinta, George Macesich, "Sources of Monetary Disturbances in the United States, 1834-1845". In: *The Journal of Economic History*, Nova York, vol. 20 (set. 1960): 407-433; e Peter Temin. *The Jacksonian Economy*. Nova York: W. W. Norton, 1969, p. 80-173. Citação extraída de [anônimo] "Crise Financeira e Comercial dos Estados Unidos", *O Despertador*, Rio de Janeiro, 07/01/1840, p. 1. Sobre Delano Warren, Geoffrey C. Ward. *Before the Trumpet: Young Franklin Roosevelt, 1882-1905*. Nova York: Harper and Row, 1985, p. 68-78.

algodoeiro no Sul e do império britânico na Índia secara o fluxo de prata para Cantão, fazendo a média anual da exportação do metal para o Oriente desabar de US\$ 3,6 milhões para apenas US\$ 482 mil. No acumulado dos anos, a queda possibilitou a retenção de cerca de US\$ 28 milhões de dólares em prata no sistema bancário norte-americano, aos quais um pico produtivo nas jazidas metalíferas do México adicionou outros US\$ 12 milhões.⁶

Os Estados Unidos não possuíam nem de perto a rigidez monetária do padrão-ouro inglês. A combinação do comércio mundial de algodão, chá e ópio criou lastro para a ampliação desproporcional do crédito doméstico na forma de letras de câmbio, projetando a circulação dos meios de pagamento num nível muito acima da conversibilidade e inflando selvagens especulações imobiliárias, fundiárias, comerciais. Um perplexo diplomata espanhol em Washington descreveu o feitiço do papel sobre a economia: “a extensão de crédito aos negociantes no interior do país”, “a criação de imensas dívidas para a aquisição, a preços agora reconhecidos como exorbitantes, de terrenos em cidades ou povoados que no presente só existem na imaginação”, a “inversão de grandes somas na importação de grãos do estrangeiro”, tudo isso gerou investimento “nos anos de 1835 e 1836 de 39 milhões e meio de pesos fortes [equivalentes a US\$ 39,5 milhões] em terrenos de nenhuma produção, enquanto no anterior se empregaram somente quatro e meio”. Nos dourados anos trinta a agiotagem fundou Chicago depois da expulsão dos Potawatomi (1833), povoou Michigan até o território virar Estado (1835), especulou em terras no Mississippi e Alabama e bombeou dinheiro para o tráfico negreiro interestadual, elevando-o a níveis jamais vistos. Quando os preços do algodão cru começaram a declinar por excesso de oferta, o Banco da Inglaterra desconfiou da capacidade de a República honrar seus compromissos financeiros e cobrou a conversão das letras norte-americanas em vez de renová-las. A bolha estourou, e os dois países caíram em profunda recessão.⁷

⁶ Vide fonte do Gráfico 30.

⁷ Para as causas globais da Crise de 1837, George Macesich, “Sources of Monetary Disturbances in the United States”, e Peter Temin. *The Jacksonian Economy*, p. 80-173. Com ênfase na superoferta de algodão, Douglass North. *The Economic Growth of the United States, 1790-1860* (1961). Nova York/Londres: Norton & Company, 1966, p. 194-202, abordagem levada adiante por Edward Baptist. *The Half that Has Never Been Told: Slavery and the Making of American Capitalism*. Nova York: Basic Books, 2014, p. 261-308. A especulação no Norte foi gigantesca, ver, por exemplo, William Cronon. *The Nature's Metropolis: Chicago and the Great West* (1991). Nova York: Norton, 1992, p. 23-54. Citação extraída de ofício de Antonio Calderón de la Barca, ministro nos Estados Unidos, ao Primeiro Secretário de Estado e do Despacho, 05/09/1837, Archivo Histórico Nacional de Madrid (AHN), Sección Exteriores, legajo H1465.

Na Grã-Bretanha, a Crise Financeira Internacional de 1837, ou o Pânico de 37, eletrizou suas graves contradições internas numa série de contestações, comícios, passeatas, petições e panfletagens que visou rediscutir a partilha dos dividendos em tempos de carestia criando três campos de pressão política sobre a Av. White Hall: o dos trabalhadores, o dos manufatureiros e o dos livre-cambistas. O primeiro talvez tenha sido o mais assustador para o establishment. De 1838 a 1842 o poder de compra dos salários não só cresceu menos que a média mas até recuou, e um amplo leque de demandas históricas dos trabalhadores, os quais formaram uma classe social compacta na década de 1830, convergiu para o canal comum do Cartismo. Movimento social interclasse liderado por operários e ramificado de Glasgow a Londres, o Cartismo elegeu a redistribuição do poder político (sufrágio universal, voto secreto) como o melhor meio de redistribuir os recursos escassos (valor dos salários, carga horária, assistência social). “Os canalhas dizem que é porque vocês não têm propriedade que não têm representação parlamentar”, resumiu num aforisma James Bronterre O’Brien, líder cartista irlandês atuante em Londres. “Digo-lhes o contrário, é porque vocês não têm representação parlamentar que não têm propriedade”. A visão cartista incomodava os donos do poder por acreditar que, num mundo invertido, era preciso botá-lo de cabeça para baixo para ele ficar de pé.⁸

O segundo campo de pressão sobre Westminster que a Crise Financeira Mundial de 1837 magnificou foi o do lobby manufatureiro. Havia muito que os industrialistas tinham diagnosticado, na conjuntura do mercado integrado de commodities da periferia, a necessidade de realinhar o império britânico segundo os interesses deles. “Diversos países da Europa e os Estados Unidos estão se tornando manufatureiros rapidamente”, registrara a Câmara do Comércio de Manchester em 1827. “Os vastos campos para a empresa comercial que as Índias Orientais nos oferecem”, concluiu, “com certeza compensaria a perda de todos os nossos antigos consumidores e daria pleno emprego ao nosso capital excedente e densa população”. Não obstante sedutora, a ideia de recobrar no Oriente o terreno perdido no Ocidente dormitou em vozes isoladas até que uma crescente especulação norte-americana em algodão e a Crise de 1837 lhe deram status de alerta vermelho em sucessivos encontros anuais da Câmara do Comércio de Manchester. Em 1839 plutocratas de Liverpool e Manchester foram até mesmo visitar a

⁸ Malcolm Chase. *Chartism, a New History*. Manchester: Manchester University Press, 2007, p. 1-235; e Edward Royle. *Chartism* (1980). Londres: Routledge, 1996 (citação da p. 92-93); e E. P. Thompson. *A formação da classe operária inglesa, vol. 3: a força dos trabalhadores* (1ª edição em inglês, 1963). Trad. de Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

East India Company no Índico dispostos a encorajar uma cultura algodoeira mercantil, competitiva e de escala no subcontinente. Nos anos seguintes, a *Company* montou fazendas algodoeiras experimentais administradas por norte-americanos, alguns deles selecionados entre os escravistas do Sul. Fracassou.⁹

O historiador alemão Sven Beckert resumiu em dois pontos as razões de fundo que levaram os nababos de Manchester para uma afobada ação colonizadora no Oriente: o receio de que norte-americanos e europeus industrializados competissem mais e mais pela principal fonte mundial do abastecimento algodoeiro, o Sul dos Estados Unidos (cenário de demanda superaquecida); e o risco de o abolicionismo explodir a agricultura escravista do Sul (cenário de quebra da oferta). A essas razões se pode acrescentar uma mais ampla. A balança comercial da Grã-Bretanha com os Estados Unidos era deficitária, visto que o país comprava grandes remessas do algodão sulista sem exportar o equivalente em manufaturas por conta do protecionismo tarifário. “Estamos pagando aos Estados Unidos cerca de 10 milhões de libras esterlinas [US\$ 49 milhões] por ano pelo algodão que recebemos”, reclamou a uma Comissão Parlamentar de Inquérito Thomas Bazley, presidente da Câmara do Comércio de Manchester. Em compensação, a Índia, por ser colônia, podia fazer o papel do subordinado na sua relação econômica com a Grã-Bretanha, papel que os Estados fortes no centro do sistema mundial estavam se recusando a cumprir. “Na Índia há uma extensão imensa de território, e sua população consumiria manufaturas britânicas numa quantidade enorme”. O certo é que ninguém compra sem capital. Para o desejo de Bazley virar realidade, era imprescindível dinamizar a economia indiana com agricultura mercantil para exportação, o que incluía a montagem moderna da produção de açúcar (na bacia do Ganges), do complexo cafeeiro (no Ceilão, atual Sri Lanka) e, em primeiro lugar, da cultura algodoeira (nas províncias de Berar e Madras, centro e extremo sudeste do subcontinente, bem como em Mumbai). O projeto britânico para a Índia previa, em resumo, uma divisão internacional do trabalho perfeita, baseada no modelo da integração complementar de mercado imperial dos séculos anteriores, mas destinada a cumprir uma nova função consumidora. Colonizar o Oriente era um meio de compensar a soberania nacional da ordem pós-napoleônica instituída no Ocidente.¹⁰

⁹ Arthur W. Silver. *Manchester Men and Indian Cotton, 1847-1872*. Manchester: Manchester University Press, 1966, p. 37-43. *Proceedings of the Manchester Chamber of Commerce*, vol. 2, 25/04/1827, apud Michael Greenberg. *British Trade and the Opening of China*, p. 181.

¹⁰ Sven Beckert. *Empire of Cotton: a Global History*. Nova York: Alfred A. Knopf, 2014, p. 119-131. Ver também Seth Leacock e David G. Mandelbaum, “A Nineteenth Century Development Project in

A julgar pelas vicissitudes do algodão herbáceo de fibra curta, falar era tão fácil como era difícil fazer. Embora a Índia fosse uma das maiores e mais tradicionais regiões produtoras de algodão do planeta, a montagem de um complexo mercantil exportador do artigo no subcontinente para atender a demandas industriais enfrentava uma série de barreiras. Segundo Fernand Braudel, o capital europeu do Antigo Regime tinha penetrado nos mercados do Oriente com facilidade porque eles “formavam uma série de economias coerentes, ligadas a uma economia-mundo eficaz”, que os estrangeiros, em aliança com elites locais, podiam “manobrar com vantagem”. Argumento plausível que tem sua contraprova no século 19. Uma coisa era atender às carências do Antigo Regime, outra à magnitude da demanda industrial. O que até então fora um conjunto de vantagens comparativas no Oriente se torna um emaranhado de percalços. O plantio, o descaroçamento e a limpeza do algodão estavam nas mãos de pequenos agricultores, a comercialização do excedente era controlada por negociantes locais, a fibra dirigia-se a manufatureiros indianos e, para completar, a safra terminava quando as monções bloqueavam os meios de transporte tradicionais até Mumbai. Caso atendesse aos novos padrões da demanda industrial britânica, a produção algodoeira na Índia teria de passar por uma intensa reorganização desde os seus fundamentos: controle estrito de qualidade, quadro legal para as relações de propriedade e trabalho, investimento maciço em infraestrutura de transporte ferroviário e capacidade de bater os preços norte-americanos. A economia-mundo industrial exigia uma gestão empresarial mista na Índia, algo que desse à Grã-Bretanha a segurança dos mercados cativos do século 18 e impusesse à Índia a liberdade econômica do século 19.¹¹

Enquanto permaneciam de pé os obstáculos à montagem da monocultura mercantil para exportação na Índia, coexistiam duas outras maneiras de Londres compensar as restrições de mercado impostas no Ocidente. A primeira era proteger o ópio, que podia assumir as funções do algodão cru e quaisquer outros artigos tropicais

India: The Cotton Improvement Program”. *Economic Development and Cultural Change*, vol. 3, núm. 4 (jul. 1955): 334-351; Rolland Wenzlhuemer, “Indian Labour Immigration and British Labour Policy in Nineteenth-Century Ceylon”. *Modern Asia Studies*, vol. 41, núm. 3 (2007): 575-602; e Ulbe Bosma, *The Sugar Plantation in India and Indonesia: Industrial Production, 1770-2010*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013. Sobre o aumento do consumo de manufaturas na Índia entre 1815 e 1850, P. J. Cain, “Economics and Empire: The Metropolitan Context”. In: Andrew Porter (org.). *The Oxford History of the British Empire. Vol. IV: The Nineteenth Century*. Oxford: Oxford University Press, 1999, p. 31-50. Citação extraída de Thomas Bazley, depoimento de 3 de março de 1838. In: *Report from the Select Committee on the Growth of Cotton in India*. Londres: House of the Commons, 1848, p. 57.

¹¹ Fernand Braudel. *Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV-XVIII, vol. 3: o tempo do mundo* (1ª ed. francesa, 1986). São Paulo: Martins Fontes, 1996, p. 460; Sven Beckert. “Emancipation and Empire: Reconstructing the Worldwide Web of Cotton”. *American Historical Review*, núm. 109 (dez. 2004): 1405-1438, e *Empire of Cotton*, p. 119-131, 224-227, 243-274.

que alavancassem a economia colonial indiana. Os lucros do negócio “não apenas vêm tendendo a inverter a balança comercial entre a Grã-Bretanha e a China”, informou um panfleto de 1839. Também habilitavam a Índia “a multiplicar por dez seu consumo das manufaturas britânicas”. Quando Charles Elliot soube que o imperador em Pequim montara uma grande blitz contra a já proibida venda do narcótico a seus súditos, não pensou diferente. “A interrupção do tráfico do ópio deve ter o efeito”, escreveu, “de temporariamente paralisar nossos instrumentos de compra nesse mercado.” Em 1839 o comissariado chinês confiscara quase 1,5 t da droga, numa das mais espetaculares operações antinarcóticas da história – o recorde europeu no estouro de um estoque de outro derivado da papoula, a heroína, foi de 2,2 t em 2014. Da costa chinesa, Elliot escreveu ao Governador Geral da Índia pedindo “navios de guerra a este porto” para “visitas curtas e frequentes”, uma espécie de parada naval intimidatória para dobrar a arrogância do Império Celeste. O imperador não se curvou, e sobreveio a Guerra do Ópio (1839-1842).¹²

A segunda forma de neutralizar as barreiras protecionistas ocidentais consistia em combatê-las de frente mediante a adoção unilateral do livre-cambismo. Essa alternativa, encarnada na criação da *Anti-Corn Law League* em 1839, delimitou o terceiro campo de pressão sobre os homens de Westminster. Um de seus mentores, Richard Cobden, natural de Sussex e ele mesmo manufactureiro, devia muito ao abolicionismo. Elegera-se parlamentar de Yorkshire na vaga aberta com a morte de William Willbforce e criara a sua *Anti* tomando por modelo de nome e organização institucional a *Anti-Slavery Society*. Cobden pregava um evangelho ecumênico. Para os operariados, condenava a transferência de renda dos *bread-eaters*, trabalhadores, para os *bread-taxers*, ruralistas. Para os pacifistas, prometia uma concórdia mundial regida por interesses materiais: “O problema da contínua prosperidade comercial, da paz universal e da harmonia internacional não se resolverá com o *abracadabra* da fineza diplomática”. “Liberdade, perfeita e inteira, é tudo o que é necessário.” Para os abolicionistas, definia a revogação da Corn Law como a única bomba sugadora capaz de desinflar o peso do Sul no conjunto da economia norte-americana: “dar posse exclusiva de nosso mercado aos artigos cultivados por escravos, tais como algodão, tabaco e arroz, desencorajando a plantação de trigo” equivalia a “condenar todos os Estados

¹² Samuel Warren. *The Opium Question* (1839). 3ª edição. Londres: James Ridgway, 1840, p. 125. Carta de Elliot em “China”, *The Asiatic Journal and Monthly Miscellany for British and Foreign India, China and Australasia*. Londres: W. H. Allen, 1840, vol. 31, p. 273. Para a apreensão de 2014, <http://www.reuters.com/article/2014/06/22/greece-ship-drugs-idUSL6N0P30WP20140622>.

livres da América a uma dependência vil do Sul”. Para os manufatureiros, enfim, prometia mais manufaturas com o rigor (e a rigidez) do raciocínio algébrico:

O efeito do livre comércio em trigo será este: incrementaria a demanda por produtos agrícolas da Polônia, da Alemanha e dos Estados Unidos. O aumento da demanda por produtos agrícolas elevaria a demanda por trabalho naqueles países, os quais tenderiam a aumentar os salários dos trabalhadores agrícolas. O efeito disso seria afastar trabalhadores das fábricas em todos aqueles lugares. Para pagar por aquele trigo, mais manufaturas seriam requeridas deste país.¹³

Sempre contraditórios e por vezes antagônicos, os três campos de pressão política sobre a Av. White Hall, Cartismo, lobby manufatureiro e *League*, respondiam a alguns problemas comuns, reforçavam-se reciprocamente e partilhavam a façanha de pôr na defensiva os homens que comandavam o Estado. Friedrich Engels talvez não exagerasse ao preconizar em *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra* (1845) o iminente estouro de uma revolução na Grã-Bretanha, “perto da qual a primeira da França e o ano de 94 vão ser brinquedo de criança”. Sua leitura acertou no que viu: o poder público britânico atravessava uma grave crise de legitimidade. E errou no que previu: a revolução foi driblada quando o Estado britânico processou as tensões da época instituindo uma espécie de protocolo de crise, pelo qual se abria às mais distintas demandas dos governados. Atendeu à plebe operária redividindo o bolo dos lucros com novas leis trabalhistas, o *Mines Act* de 1842, o *Factory Act* do mesmo ano e o *Ten Hours Bill* de 1847. E serviu os reis do algodão com duas receitas para o bolo crescer. De um lado, acelerar o deslocamento do eixo imperial britânico para o Oriente, intensificando a colonização da Índia com produtos tropicais ou ópio. De outro, porque a orientalização se provou mais difícil que o imaginado, adotar unilateralmente o livre comércio com a revogação das Corn Laws (1846).¹⁴

¹³ “Review”, *Anti-Bread Tax Circular*, 24/03/1842 (“O problema...” e “Liberdade, perfeita...”) e “Unholy Alliance between the Slaveholders of America and the British BreadTaxers”, *Anti-Corn Law Circular*, 25/02/1841 (“dar posse exclusiva...”), apud Richard Francis Spall Jr, “Free Trade, Foreign Relations, and the Anti-Corn Law League”. *The International History Review*, vol. 10, núm. 3 (ago., 1988): 405-432 (p. 417 e 423-424), que prova a autoria do segundo artigo e imputa a do primeiro. Richard Cobden, “Free Trade VIII. London, February 8, 1844”. In: *Speeches on Questions of Public Policy*. Londres: T. Fisher Unwin, 1908, vol. 2, p. 58-68 (“O efeito do...”, p. 62). Sobre a organização da Anti-Corn Law League, Paul Pickering e Alex Tyrell. *The People’s Bread: a History of the Anti-Corn Law League*. Londres: Leicester University Press, 2000, p. 14-40.

¹⁴ Friedrich Engels. *Die Lage der arbeitenden Klasse in England, nach eigener Anschauung und authentischen Quellen*. Leipzig: Otto Wigand, 1845, p. 31. Segundo um especialista britânico, “a passagem dos Factory Acts, o movimento em direção ao livre comércio, o programa reformista parlamentar, tudo isso teve um efeito moderador sobre a insatisfação popular e removeu o incentivo para a revolução”. Frank Darvall. *Popular Disturbance and Public Order in Regency England*. Londres: Oxford University Press, 1934, p. 307 passim.

Em termos conceituais, de 1837 a 1846 a Grã-Bretanha emitiu ao resto do mundo um sinal claro, o de que o poder hegemônico global procurava reajustar seu Estado e redesenhar a divisão internacional do trabalho porque sua capacidade de adaptação à conjuntura do mercado integrado de commodities da periferia chegara a um limite. Até mesmo historiadores que relativizam a influência de Lanchashire na direção do Estado britânico do século 19 reconhecem que o intervalo 1837-1846 abriu uma honrosa exceção à regra e cavou uma passagem para o lobby manufatureiro pautar a agenda do Foreign Office. “O imperialismo agressivo de Palmerston [ministro dos Exteriores] durante a severa depressão no fim dos anos trinta e início dos quarenta providencia um exemplo perfeito de uma política concebida para manter a indústria satisfeita, mas também a uma distância segura.” Isso só ocorreu porque a crise da ordem econômica mundial pós-napoleônica dilatou, na Grã-Bretanha, os espaços para a ação social de grupos organizados à margem do poder oficial.¹⁵

Além dos operários, manufatureiros e livre-cambistas, um dos movimentos sociais que podia se aproveitar dos anos decisivos vividos entre 1837 e 1846 era o abolicionismo. Suas tropas, concluindo a emancipação escrava no Caribe Britânico em 1838, estavam prontas para embarcar numa missão internacionalista contra a existência da escravidão no globo. A ascensão do abolicionismo internacional bem naqueles anos impõe uma série de questões a quem estuda o tema. Até que ponto ele também penetrou as estruturas do Estado britânico laceadas pela crise conjuntural de 1837-1846? O Estado britânico buscou associar a nova divisão internacional do trabalho que o beneficiava a uma moral abolicionista? Como as potências escravistas do Atlântico reagiram a esse esforço? E finalmente: quem venceu no fim da partida?

Abolicionismo internacional: Estado britânico, um Estado abolicionista?

Depois de antecipar o fim do Sistema de Aprendizagem (uma fase de transição da escravidão para a liberdade no Caribe Britânico) de 1840 para o verão de 1838, os abolicionistas metropolitanos redesenharam seu horizonte de atuação inaugurando duas instituições concorrentes porém complementares. Uma, a *Colonization Society*, encabeçada por Thomas Buxton, programava erradicar as práticas de escravidão na

¹⁵ P. G. Cain e A. G. Hopkins. *British Imperialism, 1688-2000* (1993). Londres: Routledge, 2002, p. 52. Para as conexões entre o imperialismo britânico e as necessidades locais da metrópole no século 19, John Gallagher e Ronald Robinson, “The Imperialism of Free Trade”. *The Economic History Review*, New Series, vol. 6, núm. 1 (1953): 1-15. O artigo isola o império britânico da economia-mundo europeia, problema corrigido em John Darwin. *The Empire Project: The Rise and Fall of the British World-System, 1830-1970*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009, p. 1-216.

África. Outra, a *British and Foreign Anti-Slavery Society* (BFASS), de Joseph Sturge, mirava o fim do cativo no mundo tendo por alvo o seu coração, as zonas escravistas das Américas. Com o tempo, a voz de Sturge abafou a de Buxton. Mais longeva organização antiescravista da história, a BFASS hauriu forças da sociedade britânica e do outro lado do Atlântico. Em 1838 um jornal da Jamaica, antevendo que a colônia seria esmagada pela produtividade escravista em Cuba e no Brasil, cuidou que ela colheria frutos se “a Inglaterra, a França e os Estados Unidos se combina[sse]m na causa da liberdade.” Um pouco além da ilha, o editor abolicionista norte-americano Joshua Leavitt, nem bem soube da criação da BFASS, propôs no seu jornal *The Emancipator* um “movimento geral do mundo civilizado” contra “o tráfico negreiro dos africanos” e a “própria escravidão”. “Como um meio de concentrar nossas energias e harmonizar nossos movimentos, nos arriscamos a sugerir a nossos colegas britânicos [da BFASS] a conveniência de convocar, de todas as nações civilizadas, uma CONFERÊNCIA GERAL CONTRA A ESCRAVIDÃO.” Dois meses depois, a BFASS devolveu-lhe um vibrante sim. O abolicionismo se internacionalizara.¹⁶

Abolicionistas britânicos e norte-americanos se lançaram na luta mundial contra a escravidão por razões diferentes, se não opostas. Os britânicos libavam suas vitórias. Tinham ilegalizado o tráfico negreiro em seu império e fora dele, tinham conquistado o *Emancipation Act* de 1833, tinham abolido o Sistema de Aprendizagem alguns anos depois. Sua casa se tornara pequena demais para eles. Os norte-americanos acumulavam dissabores. Suas petições eram ignoradas no Congresso, seus oradores eram perseguidos, acossados, achacados nas ruas, seu direito à palavra fora caçado no nível federal. Sentiam-se sufocados em casa. Ambos sabiam que os Estados Unidos haviam estabelecido o antiabolicionismo como política oficial de Estado. E ambos se perguntavam se a Grã-Bretanha assumiria o papel antagonista de Estado oficial do abolicionismo. Por volta de 1840 os ativistas dos dois lados do Atlântico, uns porque já santos, outros porque ainda mártires, cavalgaram a oportunidade de usar um Estado

¹⁶ *Poliphemo*, 13 de junho de 1838, traduzido no ofício de Antonio Broza, cônsul espanhol na Jamaica, ao Capitão-General da Ilha de Cuba, 18/06/1838, AHN, Sección Ultramar, Cuba, legajo H2906. O texto integra a extraordinária compilação de 187 páginas manuscritas que o operoso cônsul preparou com o título *Estractos traducidos de varios papeles públicos de la Ysla de Jamaica*. Para o chamado de Leavitt, *The Emancipator*, 28 de março de 1839, p. 193, e 25/07/1839, p. 50. Sobre as sociedades abolicionistas britânicas, Howard Temperley. *British Antislavery, 1833-1870*. Londres: Longman, 1972, p. 168-193.

britânico em metamorfose na sua cruzada universal contra a escravidão, a qual, acaso vitoriosa, ungiria suas respectivas posições dentro de seus próprios países.¹⁷

Fruto da coalizão abolicionista anglo-americana, a General Anti-Slavery Convention, rebatizada no tempo e na historiografia de Convenção Mundial Contra a Escravidão, reuniu-se em Londres em junho de 1840 e ganhou reedição em 1843. Os 516 delegados e visitantes do primeiro encontro, vindos na maior parte da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos, mas também da França, Serra Leoa, Jamaica e Haiti, identificaram no circuito mercantil global das commodities tropicais a chave de força que dava energia à escravidão negra nas Américas. O mercado explicava os números que eles mesmos publicaram nos anais da Convenção, segundo os quais os Estados Unidos possuíam 2,7 milhões de escravos (verdade), o Brasil 2,5 milhões (um chute) e Cuba 600 mil (um exagero). Ainda segundo seus dados, o contrabando negreiro para o Rio de Janeiro era o mais volumoso de quantos existiam na face da terra. A premissa devia levar a uma conclusão óbvia, a de que os Estados Unidos e o Brasil, pela dimensão de seus sistemas escravistas, tinham de ser os principais alvos do abolicionismo internacional. Isso não ocorreu. No meio dos trabalhos, os fios da premissa foram trocados, e a análise abolicionista do clube de elite do escravismo mundial curto-circuitou.¹⁸

Se a república norte-americana de fato recebeu maior atenção dos delegados, o Império do Brasil não passou de eminência parda. Non sequitur devido a um misto de interesse e cálculo. A maioria do congresso era bretã, e na economia imperial britânica o mercado mundial do açúcar falava mais alto que o do café, por dele dependerem o êxito material do experimento abolicionista e a dieta da classe operária. Desde a revogação do Sistema de Aprendizagem (1838), o fabrico do açúcar na Jamaica vinha em queda livre por causa de um fenômeno observado nas ilhas maiores, onde os ex-escravos exigiam ordenados melhores porque, graças à oferta de terras, tinham como alternativa ao salário

¹⁷ A bibliografia sobre o assunto é vasta. O que se segue é uma amostra: Betty Fladeland. *Men and Brothers: Anglo-American Antislavery Cooperation*. Chicago: University of Illinois Press, 1972; David Brion Davis. *From Homicide to Slavery: Studies in American Culture*. Oxford: Oxford University Press, 1986, p. 238-289, e *Inhuman Bondage: The Rise and Fall of Slavery in the New World*. Oxford: Oxford University Press, 2006, p. 231-249; William Caleb McDaniel. *The Problem of Democracy in the Age of Slavery: Garrisonian Abolitionists and Transatlantic Reform*. Baton Rouge: Louisiana State University Press, 2013, p. 45-88; e Simon Morgan. "The Political as Personal: Transatlantic Abolitionism, c. 1833-67". In: William Mulligan e Maurice Bric (orgs.). *A Global History of Anti-Slavery in the Nineteenth Century*. Hampshire, Engl.: Palgrave MacMillan, 2013, p. 78-96.

¹⁸ *Proceedings of the General Anti-Slavery Convention, Called by the Committee of the British and Foreign Anti-Slavery Society, and Held in London*. Londres: British and Foreign Anti-Slavery Society, 1841, p. iii, 481-483, 572-584.

baixo a agricultura de subsistência nas áreas desprezadas pelos fazendeiros (em economês: o custo de oportunidade do trabalho assalariado era mais alto no ambiente geoecológico das grandes Antilhas). Operando com um quarto da força de trabalho, os engenhos de açúcar jamaicanos colheram mal em 1838, plantaram menos ainda em 1839 e granjearam só 26,5 mil toneladas métricas de açúcar em 1840, metade da média anual obtida no intervalo 1835-1838. Em resultado, o valor do artigo no mercado britânico, independente da cotação mundial do açúcar porque protegido por altas tarifas, subiu 60%. A seta para cima, aos olhos dos políticos, possuía a forma de um Chuço revolucionário, pois o operariado metropolitano ia pagar mais por um item essencial de sua cesta básica num momento de intensa mobilização coletiva e ganhos mensais minguados. Pressionada, a Av. White Hall abriu seu protocolo de crise. Assimilou as demandas sociais dos produtores e consumidores de açúcar permitindo a migração de africanos livres e asiáticos para o seu complexo açucareiro caribenho. Uma estranha agenda colonial destinada a compor um mercado de trabalho barato, estrangeiro e racializado num império que acabara de abolir a escravidão negra.¹⁹

Os abolicionistas desejavam o êxito empresarial do trabalho livre no Caribe, mas sem o plus da migração de colonos africanos cuja condição de trabalho nas Antilhas seria análoga à da escravidão. A complexidade do problema explica por que os oradores da Convenção Mundial trocaram o cenário amplo da economia global pelos gargalos específicos do império britânico, e repetiram o termo *açúcar* até enjoar (185 vezes), mal se lembrando do *café* (7). Ou mal se lembrando do Brasil, cujo nome pronunciaram 50% menos que *Cuba*. Ou de sua capital, *Rio de Janeiro*, que mencionaram 11 vezes contra 30 de *Havana*. Afinal, Cuba, não o Brasil, estava no topo da produção mundial da sacarose. Dela, não do Brasil, dependia o êxito material do trabalho livre no Caribe. Era o seu sistema escravista, não o do Brasil, que imantava a opinião pública e apelava a um Estado em crise de legitimidade na metrópole. No fim de 10 sessões, a Convenção Mundial pediu ao governo o que convinha: apostar no cultivo mercantil do algodão na Índia para bater o norte-americano (em consonância com manufactureiros e investidores da *East India Company*) e abraçar o projeto Turnbull, uma proposta para libertar cativos

¹⁹ Problemas na produção açucareira, O. Nigel Bolland. "Systems of Domination after Slavery: The Control of Land and Labor in the British West Indies after 1838". *Society for Comparative Study of Society and History*. 1981, vol. 23, núm. 4 (out. 1981): 591-619; William Green, "The Perils of Comparative History" e O. Nigel Bolland, "Reply to William A. Green". *Society for Comparative Study of Society and History*. 1981, vol. 26, núm. 4 (out. 1981): 112-119 e 120-125; e J. H. Galloway. *The Sugar Cane Industry: An Historical Geography from its Origins to 1914*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989, p. 146-154. Ver também David Northrup. *Indentured Labor in the Age of Imperialism, 1834-1922*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995, p. 15-42.

ilegalmente introduzidos em Cuba (em consonância com interesses dos proprietários caribenhos britânicos). A conclusão não batia com a premissa, e a troca de fios teve suas consequências. O Rio de Janeiro, maior sorvedouro de gente africana escravizada do tempo, e o café, sua força vital, passaram em brancas nuvens no meio do apagão.²⁰

Os principais assuntos da segunda edição da Convenção Mundial, de 1843, foram o livre-cambismo e o destino da República do Texas. Os 408 presentes, vindos dos mesmos quadrantes que os do encontro anterior, prometeram analisar ambos os temas somente à luz da “verdade divina”. O que se viu foi um segundo espetáculo de acomodação da justiça universal ao interesse particular. Um segundo blecaute moral.

No quarto e quinto dia da Convenção Mundial, a bancada livre-cambista propôs equalizar a alíquota de importação do açúcar com a do algodão, isto é, erradicar as sobretaxas cobradas dele só por ser fruto do trabalho escravo. Ela estava reforçada pela estrela de Richard Cobden, eleito para o congresso pelos abolicionistas de Manchester. Cobden explicou seu ponto pela lógica da cadeia da mercadoria. O britânico que levava manufaturas ao Brasil voltava de lá com açúcar. Sem sobretaxas, vendê-lo-ia no mercado doméstico, lucrando uma vez. Com sobretaxas, reexportava-o para Hamburgo e dali trazia lã, lucrando duas vezes. Se a Grã-Bretanha queria mesmo boicotar o açúcar escravo, devia interromper, na base da cadeia de trocas, a exportação de manufaturas às zonas escravistas. As palavras de Cobden sugeriam que o protecionismo, uma medida nacional, era incapaz de atacar um problema alimentado pelo sistema econômico mundial. Davam a entender que, mais que incapaz, era hipócrita. “Não há nenhum dos nossos amigos da América [Estados Unidos] que não tenha vindo aqui num navio carregado de tabaco ou algodão feitos por escravos; e quando vocês enviarem as novas deste encontro a todos os cantos do mundo, o próprio papel será produto do trabalho escravo, pois a maior parte dele consiste de algodão.” Cobden arrancou aplausos dos delegados da economia cerealífera do Noroeste dos Estados Unidos, mas foi atalhado por três racionalizações dos protecionistas. Disseram que o algodão era assunto delicado “porque, se fôssemos recusá-lo, nossa população manufatureira morreria de fome”. Especial, porque o Sul dos Estados Unidos jugulara o monstruoso tráfico transatlântico de escravos, enquanto a ilha de Cuba e o Império do Brasil não. E diferente do açúcar, porque, se a fazenda de algodão destruía “seus centos de escravos”, o engenho de açúcar “destrói seus milhares.” Argumentos flébeis. O que eles queriam era defender o

²⁰ Propostas finais dos abolicionistas, *Proceedings of the General Anti-Slavery Convention*, p. 430-432 (Índia) 251-259, 463-475 e 547 (Cuba).

defensável na White Hall e garantir mercado cativo para a produção açucareira pós-escravista das Antilhas. Por isso, não pelo discurso inconsistente, levaram o dia.²¹

O embate livre-cambismo vs. protecionismo engatou no segundo grande tema da Convenção Mundial, o futuro da República do Texas. Como restringir a escravidão nos Estados Unidos se não pela política fiscal? Os deputados buscaram sua resposta numa espécie de teoria do dominó, segundo a qual o Texas seria a primeira, a mais exposta, a mais frágil pedra negra retangular de uma série de sistemas escravistas no Novo Mundo. “Se a escravidão fosse abolida no Texas”, disseram, “cairia rapidamente nos Estados Unidos, e se caísse lá se extinguiria em toda a cristandade”. A ideia do ataque ao Texas estava no coração de todos, e os abolicionistas encarregaram um grupo do congresso de formalizar uma proposta ao Executivo britânico que previa a emancipação escrava na recém-nascida república. A comissão saiu otimista do encontro com o Ministério das Relações Exteriores porque ele partilhava “a nossa visão, que uma crise chegara à República do Texas, na qual a influência britânica podia ser exercida com justiça” a fim de “pôr em execução o grande objeto da abolição da escravidão”. Charles Elliot tinha razão de acreditar no seu esquema para uma Constituinte abolicionista no Texas.²²

A “verdade divina” que os abolicionistas seguiam, sincera embora, seguia interesses terrenos. Para os concorrentes açucareiros (Brasil e Cuba), o juízo celeste previa uma conveniente intervenção protecionista do governo no mercado britânico. Para os fornecedores de algodão (Estados Unidos), o livre mercado era sagrado. O plano consistia numa oportuna intervenção do governo na geopolítica do Oeste norte-americano. Os números falam por si. *Rio de Janeiro*, o porto que reunia os maiores cleptoescravistas do mundo, foi mencionado 6 vezes durante a segunda edição da Convenção Mundial. *Havana*, 44. A commodity-chave da escravidão no século 19, *algodão*, ganhou 53 referências. *Açúcar*, 188. Se Deus existia, ele conhecia a divisão internacional do trabalho, consumia açúcar e era britânico.

O abolicionismo internacional se aproximara de propósito dos interesses defendidos na White Hall, e a White Hall, que enfrentava uma crise de legitimidade se abrindo a demandas de trabalhadores, manufatureiros e livre-cambistas, tinha todo interesse em ouvir a plataforma do abolicionismo internacional. Em sintonia com a I

²¹*Proceedings of the General Anti-Slavery Convention, Called by the Committee of the British and Foreign Anti-Slavery Society, and Held in London*. Londres: John Snow, 1843, p. 127-173 (citações nas p. 145 e 166). Para análise do debate que traça uma linha muito rígida entre moral e interesses, C. Duncan Rice, “‘Humanity Sold for Sugar!’ The British Abolitionist response to Free-Trade in Slave-Grown Sugar”. *The Historical Journal*, vol. 13, núm. 3 (set., 1970): 402-418.

²²*Proceedings of the General Anti-Slavery Convention* (1843), p. 298 e 306.

Convenção Mundial Contra a Escravidão, o governo patrocinou a agricultura algodoeira experimental no subcontinente indiano e acolheu o projeto Turnbull mobilizando seu corpo diplomático no império espanhol pela libertação dos escravos introduzidos de contrabando em Cuba. Por ocasião do segundo congresso, exigiu do Rio de Janeiro a emancipação dos escravos no Brasil em troca da entrada do açúcar no poderoso mercado doméstico britânico e ouviu de bom grado o plano dos abolicionistas para o futuro da escravidão no Texas (no que foram secundados pelos despachos de Charles Elliot). Isso tudo em terra firme. No mar ele foi mais longe. Sem autorização de tratados internacionais, a Navy abalroou embarcações norte-americanas suspeitas de se envolver no tráfico negreiro, apreendeu navios brasileiros desprovidos de africanos escravizados e bombardeou um mercado negreiro hispano-cubano no território do rei Siacca, às margens do Rio Gallinas (atual Serra Leoa, África). O brigue sloop que fez carga ali, o *HMS Wanderer*, singrou logo depois rumo à China e papou honrarias pelo assalto à cidade de Chin Keang Foo, na Guerra do Ópio. O orientalização do império, o livre-cambismo e o abolicionismo internacional pareciam fundar, juntos, uma nova ordem global ajustada para resolver os problemas domésticos da Grã-Bretanha.²³

O abolicionismo internacional virou política de Estado? O historiador britânico Richard Huzzey é enfático na negativa. Os homens da White Hall respeitavam a soberania nacional na Europa e na América, ao passo que a BFASS esperava “interferir nos assuntos políticos de outros países. Enquanto existisse esse fosso estratégico entre ela e o Estado, a influência dela seria limitada”. Segundo o estudioso, o Estado britânico, descartando a linha de atuação intervencionista do abolicionismo internacional, preferiu operar dentro do antiescravismo, uma zona cultural cinzenta em que desejar o fim da escravidão na arena global convivia com a tolerância de práticas escravistas nos espaços nacionais. Se a análise de Huzzey descreve com propriedade a ação oficial do Foreign Office no longo arco do século 19, seria um erro aceitá-la por igual para todo o período.²⁴

De 1815 a 1846 o império britânico passou por uma grande transformação. Embora fosse o maior subsistema do sistema mundial, ainda era uma função da economia-mundo capitalista. Com o mercado integrado de commodities da periferia intensificando suas contradições internas, o Estado britânico sofreu uma crise de

²³ Desempenho do *Wanderer*, http://anglochinesewar42.com/index.php?p=1_53_HMS-WANDERER (acesso, 16 de fev. de 2015).

²⁴ Richard Huzzey, *Freedom Burning: Anti-Slavery and Empire in Victorian Britain*. Ithaca, NY: Cornell University Press, 2012, p. 40-74 (citação, p. 68).

legitimidade na própria metrópole e procurou restaurá-la dialogando com as mais distintas vozes sociais. Ao consultá-las, apostou, em essência, numa divisão internacional do trabalho apoiada na orientalização definitiva de seu eixo imperial e na adoção unilateral do livre comércio. A fricção de duas gigantescas estruturas em movimento (sistema mundial e império britânico) também abriu espaço para a ação dos abolicionistas, e por alguns anos pareceu que o Estado ia se valer do programa da BFASS, consentâneo aos interesses consensuais do país, para moralizar a entrada do livre-cambismo no centro do sistema mundial. Até 1846 o programa do abolicionismo internacional, as decisões da White Hall e o sentido de ambos se fundiram e confundiram, independentemente da intenção dos indivíduos, no interior do choque estrutural entre a economia do sistema-mundo e a economia do império britânico. Cada espaço escravista do Atlântico precisou então enfrentar o seu próprio Charles Elliot, concreto ou conceitual, de carne e osso ou imaginário, individual ou coletivo. Mas, porque estrutural, sempre inescapável.²⁵

Estados Unidos: soberania e expansão

O sentido que o abolicionismo internacional adquiriu na política federal dos Estados Unidos foi definido pela bolha especulativa dos anos trinta e seu estouro em 1837. O consórcio do império do algodão no Sul e do império britânico na Índia gerara nos bancos norte-americanos reservas metálicas que deram lastro a uma gigantesca agiotagem fundiária, urbana, comercial e negreira no país, principalmente no Oeste. De 1820 a 1840, com ápice nos anos trinta, foram negociados 30.478 milhões de acres públicos nos Estados graníferos e suinocultores do Noroeste, Ohio, Indiana, Illinois. Nos da fronteira agrícola do algodão, Louisiana, Alabama, Mississippi, 20.579 milhões

²⁵ Há décadas a historiografia entende que o antiescravismo anglo-saxão contraditou uma indústria açucareira escravista em expansão no Caribe Britânico e que, portanto, sua base ideológica foi moral e política, não econômica. Essa abordagem supõe que o antiescravismo (e, depois, o abolicionismo), restrito a um grupo social minoritário, influiu na agenda do governo só porque a Grã-Bretanha possuía a mais densa esfera pública do planeta, a qual tinha poder de guiar a ação de seus governantes; e que, ao dominar esse espaço, ele dominou o governo. Trata-se de uma forma de entendê-lo que, a meu ver, é incapaz de explicar os múltiplos sentidos sociais que ele produziu e contraiu ao longo do tempo. O autor que consagrou esse ponto de vista é Seymour Drescher, nos seus *Econocide: British Slavery in the Era of Abolition* (1977). Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2010; “The Decline Thesis of British Slavery since *Econocide*”. In: *From Slavery to Freedom: Comparative Studies in the Rise and Fall of Atlantic Slavery*. Nova York: New York University Press, 1999, p. 110 passim; e *Abolition: A History of Slavery and Antislavery*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009, p. 115-266. Para uma síntese do debate sobre o antiescravismo gerado pelos estudos de Drescher, Thomas Bender (org.). *The Antislavery Debate: Capitalism and Abolitionism as a Problem in Historical Interpretation*. Berkeley: University of California Press, 1992. Para contrapontos a Drescher, David Back Ryden. *West Indian Slavery and British Abolition, 1783-1807*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010; e Robin Blackburn. *The American Crucible: Slavery, Emancipation and Human Rights*. Londres: Verso, 2011.

passaram à iniciativa privada. Tudo somado, uma área gigantesca equivalente a 1,5 Inglaterra ou 4 Holandas. Mesmo atrás em números absolutos, as zonas escravistas rodavam um maior mercado fundiário per capita, a exemplo do que se vira na segunda década do século. No intervalo 1820-1840 a população dos Estados do Sudoeste (livres mais escravos) passou de 356 mil a 1,319 milhão, variação de 963 mil, enquanto a dos três do Noroeste cresceu de 783 mil para 2,681 milhões, incremento de 1,898 milhão. Por uma conjunção de fatores geológicos e econômicos chamados no Capítulo 2 (acima) de geografia locacional da escravidão, o índice de acre vendido por imigrante foi 25% maior no Sudoeste (21,36 contra 16,05). É preciso reter o que há de comum e de particular nos números: a febre da especulação fundiária se apoderou de todo o Oeste, sua intensidade, como havia sido a regra até então, exigia menor contingente humano nas zonas escravistas.²⁶

Emissionismo puxa especulação, especulação puxa preços. Quando o presidente da república Andrew Jackson, engajado numa guerra contra o Segundo Banco dos Estados Unidos, resolveu apertar a política monetária e controlar a inflação, seu secretário do Tesouro anunciou em julho de 1836 que o governo só protocolaria as futuras venda de terras públicas mediante pagamento em ouro ou prata, em vez de papéis bancários. Somada à Crise Financeira Internacional de 1837, a norma, chamada de circular da espécie, produziu no mercado fundiário doméstico o efeito de um freio de emergência sendo acionado numa locomotiva a todo vapor. No Mississippi, onde a geografia locacional da escravidão monopolizava a ocupação espacial, a alienação de terras públicas se dissolveu. Recuou de 3,26 milhões de acres em 1836 para 430 mil em 1837, até quase estagnar em 43 mil seis anos depois. Em Illinois, cujo mercado de fundos agrários era movido não só por grandes especuladores senão também por pequenos colonos, a queda na vendagem de lotes devolutos, mesmo grande, foi mais suave. Do auge de 3 milhões em 1836 desceu para 1 milhão em 1837 e atingiu o mínimo de 300 mil em 1842. Como cada uma das regiões, com seus distintos padrões de ocupação espacial, reagiu à convulsão econômica do Atlântico Norte?²⁷

²⁶ Para população, R. Sutch e S. B. Carter (org.). *Historical Statistics of the United States: Earliest Times to the Present, Millennial Edition*, 5 vols. Nova York: Cambridge University Press, 2006, vol. 1, p. 180-359. Vendas de terras federais, Benjamin Horace Hibbard. *A History of the Public Land Policies*. Nova York: McMillan, 1924, p. 102.

²⁷ R. Sutch e S. B. Carter (org.), *Historical Statistics of the United States*, vol. 1, p. 180-359. John Hebron Moore. *The Emergence of the Cotton Kingdom in the Old Southwest, Mississippi, 1770-1860*. Baton Rouge: Louisiana State University Press, 1988, p. 18-20. E, sobre Illinois, *The Merchant's Magazine and Commercial Review*, dezembro de 1852, "Debts and Finances of the States of the Union", cap. IX, "The

Ao cortar margens de lucro, a contração monetária de 1836 e a depressão mundial dos anos seguintes empurraram os capitalistas para práticas ou espaços econômicos mal mercantilizados onde pudessem diminuir os custos sociais médios da produção de mercadorias. No Sudoeste uma dessas práticas foi a busca da autossuficiência alimentar. Os produtores de algodão alocaram escravos e terras para o plantio constante de grãos e a criação de suínos, tornando a subsistência uma dimensão integrante, não apenas contingencial, das plantations. “Os recentes desarranjos da moeda ensinou os fazendeiros do Mississippi úteis lições de agricultura”, disse um editorialista de Nova Orleans. “Convenceram-se de que mais vale manejar seus recursos obtendo tudo por si mesmos, cultivando sua própria carne e seus próprios grãos e tudo o que seu solo é capaz de produzir, que seguir o velho plano de não plantar nada além do algodão”. “Fomos movidos”, resumiu um fazendeiro, “pela necessidade de quebrar nossa intolerável dependência dos Estados produtores de grãos e de produzir nós mesmos o que era necessário para o nosso consumo”. “Quebrar a dependência” é um exagero. Equivale a suprimir a formação espacial reciprocamente condicionada do Noroeste e do Sudoeste, a suspender o envio de grãos e carnes do Norte para Nova Orleans e a remessa de café, açúcar e manufaturas de Nova Orleans para o Alto Mississippi e o Baixo Ohio. A tanto não chegou. Basta dizer que a mudança na administração das plantations induzida pelos difíceis tempos financeiros foi tal, que um dos maiores especialistas na história agrária sulista a apelidou de “revolução agrícola”.²⁸

Outra maneira de driblar as taxas de retorno declinantes era a compra de terras baratas para o lado de lá da fronteira. Numa irônica coincidência histórica, a República do Texas declarou sua Independência só três meses antes da circular da espécie de Andrew Jackson. Seu governo, sem bolso para pagar a guerra de secessão contra o México, abriu um mercado de terras devolutas a preços baixos como fonte extra de receita pública. Era uma ótima opção de investimento para estrangeiros, e os sulistas farejaram a oportunidade. Entre eles estava Thomas Walker Gilmer, natural da Virgínia, escravista, futuro deputado federal e ministro. Gilmer partiu para o Texas depois da circular de Jackson e antes do Pânico de 1837. De lá escreveu embaixado: “Há muita

Western States – Illinois”, p. 660-661. A circular da espécie foi revogada em 1838. Dali por diante o mercado fundiário continuou desaquecido por conta da Crise Financeira de 1837.

²⁸ Citações em *New Orleans Bulletin*, reproduzido no *Troy Daily Whig*, condado de Rensselaer, Nova York, 20 de maio de 1839, p. 1; e John Hebron Moore. *The Emergence of the Cotton Kingdom*, p. 22. A relação entre a crise financeira internacional de 1837 e a diversificação agrária no Sul, em J. H. Moore. *Agriculture in Ante-Bellum Mississippi* (1958). Nova introdução, de Douglas Helms. Columbia, SC: South Carolina Press, 2010, p. 93-122. Assunto desenvolvido em Walter Johnson. *River of Dark Dreams: Slavery and Empire in the Cotton Kingdom*. Cambridge, Mass.: Belknap Press, 2013, p. 280-302.

gente vindo ao Texas comprar terras. Se não houver *contretemps*, as terras subirão 100% até o outono. Quem me dera ter mais fundos à disposição, nunca vi melhor chance de especulação com tão pouco risco.” Aos que tinham quebrado em 1837 se somavam os que fugiam de execuções judiciais. Eles nadavam na mesma aluvião rumo ao país vizinho e tinham até apelido próprio, eram os G.T.T., os “gone to Texas”. De 1837 a 1845 uns 60 mil cidadãos norte-americanos lançaram seus dados além dos rios Neches e Sabine, que sulcavam a fronteira entre a Louisiana e a república rebelada. Levavam cerca de 30 mil cativos, os quais, na condição de escravos-colateral e escravos-insumo, já eram o suficiente para girar um dinâmico mercado fundiário especulativo. Uns em busca de propriedade, outros em fuga de dívidas, todos escravizando negros, todos massacrando Comanches e Wichitas, todos engordando a carteira com a valorização de terras em tempos de carestia.²⁹

No Noroeste os norte-americanos buscaram paisagens mal mercantilizadas no território do Oregon, encravado entre as Montanhas Rochosas e o Pacífico. Até os anos de 1840 a região era objeto de colonização conjunta anglo-americana e não era vista senão como uma reserva natural de coníferas lenhosas usadas na construção civil e de peles de castor cobiçadas na *haut couture*. Com a Crise de 1837 e a abertura definitiva de cinco portos chineses ao comércio ocidental na esteira da Guerra do Ópio, aquela terra de ninguém se tornou uma valiosa zona de fronteira entre dois sistemas econômicos mal integrados, o capitalista e o chinês, onde produtos de baixo valor social num deles podiam se converter em grande capital no outro. “À medida que o lucro do comércio de pele cair [em função da caça predatória] e a região for povoada”, opinou em 1843 um articulista da *Democratic Review*, editada por John O’Sullivan, pai do slogan *Destino Manifesto*, “a atenção será dirigida para o cultivo do solo, e os copiosos grãos, ao lado do gado, couro, sebo, bife, porco, manteiga, queijo e lã, se tornarão os principais artigos de exportação e encontrarão um mercado pronto e altos preços na maior parte dos portos do Pacífico.” A valorização da terra era um quesito importante, porém no médio ou longo prazo. Os fronteiriços desejavam “bons portos no Pacífico” porque, segundo especialistas, dali “podiam tocar no comércio da China”. Em 1843, um ano depois do Tratado de Nanquim, uma caravana de mil colonos abalou para o Oregon,

²⁹ Thomas W. Gilmer ao Dr. James Morris, Nova Orleans, 18/03/1837, reproduzido em Frederick Merk. *Slavery and the Annexation of Texas*. Com a colaboração de Lois Bannister Merk. Nova York: Alfred A. Knopf, 1972, p. 185-187. Randolph B. Campbell. *Gone to Texas: a History of the Lone Star State*. Oxford: Oxford University Press, p. 159-186 (estimativa de migrantes e escravos, p. 159); e Gary Clayton Anderson. *The Conquest of Texas: Ethnic Cleansing in the Promised Land, 1820-1875*. Norman, Oklahoma: University of Oklahoma Press, 2005, p. 108-153.

e especuladores de Ohio publicaram um manifesto pela ocupação total do território. O deslocamento do eixo dinâmico imperial da Grã-Bretanha remodelara, num contexto de crise econômica internacional, a formação da fronteira extrema dos Estados Unidos.³⁰

A segunda saída do Noroeste para a retração monetária repousou na perspectiva de reposicionar os Estados Unidos no mercado mundial de cereais. “Começando na metade da década de 1830”, detectou o historiador William Appleman Williams num estudo hoje clássico, “um crescente número de pessoas do Noroeste passou a frisar a importância das exportações na determinação de sua riqueza absoluta e relativa.” Essa mudança de atitude significava que o Noroeste começara a abandonar o terreno do *American System*. Não o movia o descobrimento de uma demanda externa disponível, movia-o a descoberta de que o consumo doméstico, desaquecido, deixara de absorver as taxas de expansão do excedente nas fronteiras agrícolas. Segundo o periódico *The Prairie Farmer*, “o mercado doméstico está completamente saturado [...] Seremos obrigados a diminuir nossa produção a menos que encontremos um mercado externo”. O enunciado é a oposição simétrica do hino dos nulificadores que Calhoun escrevera em seu *Exposition and Protest*, de 1828: “Somos obrigados a produzir, seja qual for o preço, sob pena de ser expulsos do mercado”. Uns tinham de produzir mais para não perder o mercado externo, outros precisavam do mercado externo para não produzir menos. E ambos, os escravistas algodoeiros do Sul e os produtores livres de alimentos do Noroeste, pela primeira vez desde 1815 começaram a falar a língua comum do livre-cambismo e da economia internacional. Sinal de novos tempos. A conjuntura do mercado integrado de commodities da periferia estava soando o seu dobre de finados também nos Estados Unidos.³¹

Anexação do Texas, incorporação do Oregon, livre mercado mundial. O governo federal que administrou demandas tão diversas coube a um presidente que era chamado pelas costas de “Sua Acidência” em vez de “Sua Ascendência”, a forma de tratamento usual para o primeiro cargo da república. John Tyler fora vice na chapa de um presidente Whig que se elegeu em 1840 com pompa e glória prometendo a restauração do *American System* e morreu alucinado de pneumonia tratada à base de opio 32 dias depois de empossado. Tyler assumiu por acidente, no sentido simultâneo de acaso e

³⁰ “Oregon”. In: *The United States Democratic Review*, vol. 12, núm. 58 (abr., 1843): 337-448 (citação, p. 44). Ver também Ray Allen Billington e Martin Ridge. *Westward Expansion: A History of the American Frontier* (1949). Albuquerque: University of New Mexico Press, 2001, p. 174.

³¹ William Appleman Williams. *The Roots of the Modern American Empire: a Study of the Growth and Shaping of Social Consciousness in a Marketplace Society*. Nova York: Random House, 1969, p. 69 (*The Prairie Farmer*, citado na p. 78).

desdita ou de sorte e azar – daí o maldoso apelido. O novo presidente nascera na Virgínia, tinha gestos afáveis, abriu a Casa Branca para bailes e carteados. Em política era Whig por fora, sem legendas por dentro. Em seis meses de governo, depois de vetar com uma proverbial cara de pôquer os projetos de lei do Congresso que os Whigs consideravam sua royal flush contra os Democratas (o Terceiro Banco Nacional, os fundos federais para investimentos em infraestrutura estadual, a elevação das alfândegas), foi abandonado pelo gabinete e acabou enxotado do partido que o levava ao poder. Parecia o fim da linha para o jogador que virara presidente. Na verdade, era o recomeço para um presidente que também sabia ser jogador.³²

John Tyler convidou amigos próximos para recompor o ministério e seguir um plano ambicioso: reconstruir na política externa, onde tinha mais liberdade de atuação, o apoio que perdera no Congresso por causa da política doméstica, namorando até a possibilidade de se reeleger – na verdade, de se eleger – no fim do mandato. Entre os amigos chamados a seu socorro estava Abel Parker Upshur, que escreveu a um confidente: “Nós subimos *contra todos os partidos*”. Não havendo governo “sem um partido que o apoie”, continuou Upshur, era preciso cavar uma base entre os “moderados de todos os partidos”, no centrão do Congresso, defendendo “os melhores interesses do país”. A expressão-chave aí é “melhores interesses do país”, que em vulgar significa pautas suprapartidárias que se convertem em consenso nacional. Tyler, que além de cartas cultivava música e literatura, que tinha o vício de citar Shakespeare e empapava-se com versos românticos de Byron, fazia troça da sua própria situação. Apelidou sua fazenda de 1200 acres às margens do Rio James, na Virgínia, de *Sherwood*, nome da morada natural de Robin Hood. É para lá que fingia recolher-se do ódio dos partidos como um flecheiro encartolado do século 19. Na verdade, sabia que todo Robin Hood tem um João-Sem-Terras, um tirano que lhe dê apoio popular. O Hood da Virgínia escolheu o antagonista que lhe daria prestígio nacional: a Grã-Bretanha.³³

Londres e Washington haviam entrado em rota de colisão antes da posse de Tyler. O incremento do tráfico negreiro interestadual norte-americano e do contrabando transatlântico de escravos para Brasil e Cuba na metade dos anos trinta estava pondo as

³² Início do governo Tyler e sua sociabilidade na Casa Branca, Gary May. *John Tyler*. Série The American Presidents (dir. de Arthur Schlesinger e Sean Wilentz). Nova York: Time Books, 2008, cap. 4.

³³ Upshur a Tucker, Washington, 23 de dezembro de 1841. In: Lyon G. Tyler. *The Letters and Times of The Tylers*. Richmond: Whittet & Shepperson, 1885, vol. II, p. 153-154. Para a política externa de Tyler, Edward Crapol. *John Tyler, the Accidental President*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2006.

relações diplomáticas entre os dois países no pior nível desde a Guerra de 1812. Uma das rotas negreiras da Baía de Chesapeake até o Sudoeste algodoeiro era marítima. Os navios zarpavam do Alto Sul, atravessavam o Estreito da Flórida e ganhavam o Golfo do México, num traçado perigosamente próximo de algumas ilhas britânicas que salpicavam o Mar do Caribe. Em 1831 e 1834 brigues negreiros norte-americanos arribaram às Bahamas por conta das más condições de navegação, e juízes britânicos locais libertaram os escravos com base no princípio jurídico do “solo livre”, o qual a Constituição dos Estados Unidos rejeitara na seção 2 do artigo 4º (parágrafo sobre devolução de escravos fugitivos). Em 1835 a cena se repetiu. O navio *Enterprise* se desviou no meio de intempéries até encalhar nas Bermudas, e seus escravos foram emancipados. Washington exigiu indenização dos proprietários de escravos nos três casos por sucessivos anos.³⁴

No fim da década o ministro dos Exteriores britânico, lord Palmerston, dividiu as solicitações norte-americanas em dois tipos, o das arribações anteriores e o das arribações posteriores ao *Emancipation Act* de 1833. Estava disposto a indenizar as do primeiro tipo, por ocorrerem quando havia escravidão nas Antilhas Britânicas, mas não queria saber das do segundo, pois tinham acontecido depois da emancipação dos escravos. Sua decisão criava insegurança jurídica no comércio negreiro intercostal, concitava escravos sabedores do porto seguro britânico à revolta nos altos mares. Abrasado em fúria, John C. Calhoun leu na sessão plenária do Senado de 4 de março de 1840 uma moção afirmando que o ato britânico de “capturar e deter negros a bordo” era “uma violação das leis internacionais e altamente injusta aos nossos próprios cidadãos.” Ele pediu apoio unânime aos colegas, e sua moção foi aprovada por 33 a 0. Seu gesto ganhou ares de profecia quando, em 1841, Madison Washington, um dos 135 cativos a bordo do *Creole*, que ia da Virgínia para Nova Orleans, liderou uma rebelião e tomou conta do navio. Ao mudar o destino da nau para Bahamas, ele mudou o destino dos próprios escravos. Foram quase todos postos em liberdade pela justiça britânica, no que

³⁴ Don E. Fehrenbacher. *The Slaveholding Republic: An Account of the United States Government's Relations to Slavery*. Edição completada por Ward M. McAfee. Oxford: Oxford University Press, 2001, p. 104-107; e Edward Rugemer. *The Problem of Emancipation: The Caribbean Roots of the American Civil War*. Baton Rouge: Louisiana State University Press, 2008, p. 197-204; e Matthew Jason Karp. *“This Vast Southern Empire”: The South and the Foreign Policy of Slavery, 1833-1861*. Doutorado. University of Pennsylvania, 2011, p. 38-44. Sobre a anulação constitucional do princípio do solo livre, Capítulo 1 (supra).

um historiador chamou de “mais bem sucedida revolta escrava na história norte-americana.”³⁵

O segundo problema que vinha fritando nos canais diplomáticos anglo-americanos se originava do contrabando transatlântico de escravos. Duas ofensivas do Foreign Office, o tratado anglo-espanhol de 1835, com suas cláusulas de equipamento, e o bill Palmerston de 1839, que sujeitava navios negreiros portugueses a tribunais britânicos, estavam empurrando os traficantes para a bandeira do único país que não cedera à Royal Navy o direito de inspeção em alto-mar, os Estados Unidos. Vendo a dança macabra dos pavilhões, um contra-almirante lotado no Esquadrão da África reportou a Londres que “navios mercando em escravos sob aquela bandeira enxameiam as costas da África e do Brasil numa extensão muito maior do que se acredita.” “Do que tenho visto e ouvido desde que assumi este comando”, continuou, “não poderá haver esperança razoável de desafiar permanente e efetivamente o tráfico negreiro”, “a menos que uma linha de conduta diferente da atual seja adotada pelo governo norte-americano”. Com Washington inflexível, a Navy começou a parar navios norte-americanos nas batidas que fazia na extensa mancha negreira do Atlântico, em Gallinas, Ambriz, Luanda ou Rio de Janeiro. O primeiro incidente estalou em 1839. No entorno do Cabo Frio (província do Rio de Janeiro), um vaso de guerra britânico atirou e mandou parar um navio norte-americano recém-saído da Corte brasileira. Seu oficial estava acostumado a dar ordens e ser temido. No emparelhar das naus, ouviu um “Seu maldito! O que você quer com esse tiro cruzando a frente da nossa proa? Vou te estourar pra fora d’água.”³⁶

Os duelos navais anglo-americanos prosseguiram por dois anos e escalaram para um duelo teórico que ocupou centenas de páginas nas notas trocadas entre o diplomata

³⁵ Don E. Fehrenbacher. *The Slaveholding Republic*, p. 108, e bibliografia da nota anterior. Moção de Calhoun em *Journal of the Senate of the United States*, 4 de março de 1840, p. 216 (apresentação) e 15 de abril de 1840, p. 311 (aprovação). O discurso que o senador fez em defesa da moção está na biografia publicitária que visava lançá-lo como presidente, Robert Mercer Taliaferro Hunter. *Life of John C. Calhoun, Presenting a Condensed History of Political Events from 1811 to 1843*. Nova York: Harper & Brothers, 1843, p. 378-390. Sobre Calhoun, ver também Capítulo 5 (supra).

³⁶ David Murray. *Odious Commerce: Britain, Spain, and the Abolition of the Cuban Slave Trade* (1980). Cambridge: Cambridge University Press, 2002, p. 92-114; João Pedro Marques. *Os sons do silêncio: o Portugal do Oitocentos e a abolição do tráfico de escravos*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 1999, p. 192-265; e Leonardo Marques. *The United States and the Transatlantic Slave Trade to the Americas, 1776-1867*. Doutorado. Atlanta: Emory University, 2013, p. 185-231. Citações extraídas, respectivamente, das cartas de contra-almirante Sir E. D. King a Mr. More O’Ferrall, a bordo do *Southampton*, 03/04/1841; e de comandante Smyth ao comodoro Sullivan, a bordo da corveta *Grecian*, 10/12/1839. In: *Accounts and Papers: Twenty Volumes. Vol. 19: Slavery. Correspondence on Slave Trade with Foreign Powers Relating to the Slave Trade*. Londres: William Clowes and Sons, 1842, p. 155.

dos Estados Unidos em Londres e o ministro britânico dos Exteriores. Em 1841 Palmerston teorizou uma solução para o problema. Se a Navy carecia do direito de varejar os porões dos barcos norte-americanos (direito de busca), possuía ao menos o de consultar os documentos da cabine para verificar se um navio com a bandeira da União era mesmo da União (direito de visita). Caso contrário, explicou, “um navio mercantil pode isentar-se da busca só por hastear um pedaço de pano com os emblemas e as cores dos Estados Unidos impressos nele.” Palmerston legitimou seu raciocínio mencionando a lei antitráfico norte-americana de 1820, que tinha qualificado de pirataria o crime do contrabando negreiro. Ao consultar a papelada de bordo, a Navy estava apenas impedindo o abuso de um “pedaço de pano” dos Estados Unidos “em empresas que a lei da União pune como pirataria”, isto é, em ações que o próprio Congresso reconheceria como condenáveis no campo do direito internacional. Seu interlocutor, Andrew Stevenson, um virginiano escravista, contra-teorizou. Se havia direitos e direitos, também havia piratarias e piratarias:

Embora a pirataria seja admitida como uma ofensa contra o direito das gentes [direito internacional] e por isso punível em qualquer país e qualquer nação, independentemente do lugar onde cometida, ainda assim se deve lembrar que nem todas as piratarias são ofensivas do direito das nações. A pirataria, portanto, segundo o direito internacional, e a pirataria que é assim considerada pelo direito municipal de Estados particulares, são essencialmente de distinto caráter e devem ser assim tratadas. Daí resulta que ofensas declaradas piratarias pelas leis municipais de um Estado [como a norte-americana de 1820] só podem ser julgadas e punidas pelo país em cuja jurisdição, que inclui seus próprios navios, a ofensa terá sido cometida.³⁷

Duas questões estavam em jogo. A primeira consistia em saber se um país podia fiscalizar documentos dos navios de outro país em alto-mar (como se o ato fosse do “direito das gentes”, isto é, do direito natural aplicado às relações internacionais) ou se precisava de autorização concedida por tratados (como se fosse do direito positivo). A segunda vinha a ser se participar do contrabando negreiro era ação punível sempre (direito das gentes) ou punível apenas quando definida como crime (direito positivo). Palmerston dilatava ambas as noções para o campo do direito natural, Stevenson restringia ambas ao do direito particular. Que fazer quando a lógica empata?

³⁷ Visconde Palmerston a Mr. Stevenson, Foreign Office, 27/08/1841 e Mr. Stevenson ao conde de Aberdeen, Upper Grosvenor Street, 10/09/1812. In: *Accounts and Papers*, p. 259-260; 263-267. Ver também H. G. Soulsby. *The Right of Search and the Slave Trade in Anglo-American Relations, 1814-1862*. Baltimore: The John Hopkins Press, 1933, p. 58-77.

Londres contornou o impasse pelo atalho da violência simbólica do direito. Negociou com Rússia, Prússia, Áustria e França uma convenção antitráfico que, pelo número de signatários, recebeu o nome de Tratado Quíntuplo. Assinado em 20 de dezembro de 1841, o texto continha no Artigo I uma arma letal contra Washington: “qualquer navio que tentar realizar o tráfico negreiro deve, pelo fato em si, perder todo o direito à proteção de sua bandeira.” Para convencer que o direito de visita era natural e prescindia do direito positivo, Palmerston estava usando o direito positivo dos principais países europeus para impô-lo como direito natural. O jurista Henry Wheaton, diplomata dos Estados Unidos na Prússia que estudou as notas trocadas entre Stevenson e Palmerston, percebeu que a Grã-Bretanha estava a caminho de obter reconhecimento internacional do “direito de visita e busca sobre qualquer navio de um Estado que não consentiu a isso por tratado especial”. Para Wheaton, que viraria best-seller no nicho do direito internacional, os Estados Unidos tinham sido sinucados. “A única maneira de escapar dessa consequência é integrando o tratado”. Talvez a única maneira no campo jurídico. No político, havia outra: gorar sua ratificação na França.³⁸

O governo Tyler atou o guizo ao pescoço da Grã-Bretanha com cautela. Sua linha de frente diplomática, repleta de homens anglófilos de Massachusetts, era para inglês ver. O presidente conseguira manter Daniel Webster como secretário de Estado depois da renúncia coletiva dos ministros Whigs e aceitara Edward Everett no lugar do mercurial Stevenson, em Londres. O segundo escalão do Departamento de Estado era para inglês não ver. Tyler remunerou uma missão secreta ao Caribe Britânico para catalogar as fortalezas que a Navy podia usar em caso guerra com os Estados Unidos e bancou a estadia inoficial de um jornalista nulificador na Europa com o encargo de fisgar informações estratégicas que a anglofilia de Everett deixasse escapar. Por um ano (setembro de 1841-agosto de 1842) a Casa Branca tentou anular pela diplomacia a pretensão da Grã-Bretanha ao direito inalienável de visita a navios mercantes. Se bem-sucedido nesse passo, Tyler podia lançar-se numa política externa expansionista abraçando pautas diversas como a abertura dos portos chineses aos Estados Unidos, a autonomia do Havaí, a Anexação do Texas e a ocupação integral do Oregon, encarando

³⁸ Apud Steven Heath Mitton. *The Free World Confronted: The Problem of Slavery and Progress in American Foreign relations, 1833-1844*. Doutorado. Baton Rouge, Louisiana State University, 2005, p. 60-61.

em todas elas uma Grã-Bretanha temida por sua posição no sistema mundial, mas devidamente pacificada por negociações bilaterais prévias.³⁹

O braço direito de Tyler na Europa era seu agente secreto Duff Green. Nascido no Kentucky, Green era um especulador nato de bens materiais (terras, minérios, pessoas) e imateriais (ideias políticas). Casara sua filha com o filho de John C. Calhoun, investira em terras no Missouri, campeara a doutrina da Nulificação na imprensa de Washington e havia pouco integrara o conselho diretor de uma companhia de comércio, minas e imigração com base no Texas. A historiografia é pouco generosa com ele. Chama-o de “boateiro irresponsável”, “manipulador” e “propagandista incansável” para baixo. Os rótulos talvez expliquem por que o epistolário que enviou da Europa aos medalhões de Washington entre 1841 e 1843 tem recebido pouca atenção dos especialistas ou, no máximo, uma leitura parcial que restringe seu sentido à abolição do cativeiro no Caribe Britânico. Na verdade, seus textos revelam a primeira interpretação escravista norte-americana da crise do mercado integrado de commodities da periferia no sistema-mundo capitalista. E serviram de guia ideológico para a diplomacia que Tyler perseguiu até o fim do mandato presidencial.⁴⁰

Green chegou a Londres em dezembro de 1841 e viu que não tinha muito que fazer por ali. O Foreign Office decidira transferir para Washington as conversas com os Estados Unidos sobre o direito de visita, e o destino do Tratado Quíntuplo pendia da ratificação da França. Sabendo que alguns norte-americanos estavam reunidos em Paris estudando o melhor lobby possível contra a sua assinatura pelo rei Luís Felipe I, o jornalista cruzou o Canal da Mancha pouco depois do Ano Novo. Na capital francesa, formou com Lewis Cass, diplomata dos Estados Unidos na França, e Henry Wheaton, que viera da Prússia acompanhar o assunto, um trio workaholic e nacionalista. Os três estudaram as notas diplomáticas anglo-americanas, ruminaram seu conteúdo, trocaram impressões de leitura, e depois cada um deles detonou um panfleto sobre o affaire numa grande cidade do Atlântico Norte (Paris, Londres, Filadélfia), conseguindo que suas

³⁹ Para a política externa de Tyler, Edward Crapol. *John Tyler*, p. 89-222; e Matthew Karp. “*This Vast Southern Empire*”, p. 20-216. Ver relato sobre Caribe Britânico que o agente secreto Albert Fitz enviou a Daniel Webster, Washington, 21/07/1842, U. S. National Archives (USNA), *Despatches of Special Agents of the Department of State, 1794-1905*, rolo 6, alvo 6.

⁴⁰ W. Stephen Belko. *The Invincible Duff Green: Whig of the West*. Columbia, Missouri: University of Missouri Press, 2006, 323-438. Epítetos pejorativos em David Pletcher. *The Diplomacy of Annexation: Texas, Oregon, and the Mexican War*. Columbia, Missouri: University of Missouri Press, 1973 p. 123; e Frederick Merk. *Fruits of Propaganda in the Tyler Administration*. Cambridge: Harvard University Press, 1971, p. 17. Para uma leitura dos escritos de Green focada no Caribe Britânico, Steven H. Mitton. *The Free World Confronted*, p. 54-83 e 87-89.

ideias circulassem até mesmo, em alemão, nos países germanófonos. Seus feitos editoriais talvez tivessem valor limitado, não fosse um trunfo elementar obtido no início de sua campanha: prover os parlamentares franceses de um guia completo de leitura para a papelagem Stevenson-Palmerston, ajudando a selar o destino do Tratado Quíntuplo em Paris.⁴¹ Quando a *Chambre des Députés* apreciou a convenção no início de 1842, seus censores usaram o abecê dos norte-americanos, ainda que soletrassem Stewenson em vez de Stevenson. “Se o tráfico fosse sinceramente o objeto do tratado”, orou um deputado da *Chambre*,

seria ilusório; e por quê? É que existe um povo, e um povo considerável no mundo, que não quer submeter-se a ele; é que existem os Estados Unidos. Pois bem, os Estados Unidos não querem (vocês possuem a correspondência entre M. Stewenson e lord Aberdeen); eles não querem permitir que a Inglaterra visite os barcos americanos ou navegando sob bandeira americana, não apenas que os visite, mas que peça a um barco navegando sob a bandeira americana que apresente seus papéis de bordo, que prove sua nacionalidade. Os americanos não querem permitir isso. Mas, se há uma bandeira no mundo que os ingleses são obrigados a respeitar, se há uma só e se ela quisesse fazer o tráfico, evidentemente ele seria feito sob essa bandeira.⁴²

Segundo a Constituição francesa de 1830 (art. 13), protocolos diplomáticos como o Tratado Quíntuplo podiam ser aprovados pela Coroa sem anuência do Parlamento. A uma semana antes do prazo para a troca das ratificações do diploma entre as cinco potências, um preocupado Cass botou nas mãos de François Guizot, ministro dos Estrangeiros, uma nota palpitante segundo a qual ignorar o recado da *Chambre* equivalia a correr um risco de guerra com a União: “esses tratados para a abolição do tráfico negreiro não podem ser executados sem que necessariamente sejam abordados navios norte-americanos”. A república ia devolver a agressão. “É óbvio que os Estados

⁴¹ Henry Wheaton publicou *Inquiry into the Validity of the British Claim to a Right of Visitation and Search of American Vessels Suspected to be engaged in the African Slave Trade*. Filadélfia: Lea & Blanchard, 1842. Lewis Cass escreveu *An Examination of the Question, now in discussion, between the American and British Governments, concerning the Right of Search*, reproduzido em William T. Young. *Sketch of the Life and Public Services of General Lewis Cass. By an American*. Detroit: Markham & Elwood, 1852, p. 136-170. E Duff Green compôs “England and America”, publicado na imprensa francesa em 1842 e, com o título “War with America: An Examination of the Instigations and Probable Effects. By a Kentuckian”, na *The Great Western Magazin and Anglo-American Journal of Literature, Science, Art, Commercial and Political Economy, Statistics, etc.* Vol. 1. Editada por Isaac Clark Pray. Londres: Simpkin, Marshall and Co., 1842, p. 70-97. O panfleto foi republicado em George L. Sioussat. “Duff Green’s ‘England and the United States’: with an Introductory Study of American Opposition to the Quintuple Treaty of 1841”. *Proceedings of the American Antiquarian Society*, nova série, vol. 40 (1931): 175-276. As duas obras em alemão que compraram o ponto de vista dos norte-americanos são Francis J. Grund. *Das Untersuchungsrecht: zur Beurtheilung der zwischen den Vereinigten Staaten von Nordamerika und der Königlich Grossbritannischen Regierung obschwebende Frage*. Leipzig: Weber, 1842; e Olof Berg. *Nordamerikas Stellung zum Quintupel-Tractat vom 20. December 1841*. Königsberg: Gräfe und Unzer, 1842.

⁴² *Annales du Parlement Français, session de 1842, du 27 décembre 1841 au 11 juin 1842*. Paris: Firmin Didot Frères, 24 de janeiro de 1842, p. 130, deputado Berryer.

Unidos devem fazer a ela [França] o que farão à Inglaterra.” Guizot adiou a assinatura do Tratado Quintuplo. Indefinidamente.⁴³

Por seu status clandestino, Duff Green não deixou rastros nas conversas oficiais dos Estados Unidos com a Coroa francesa. Ele tampouco desenvolveu tecnicidades jurídicas no campo do direito internacional, no qual Stevenson, Wheaton e Cass se sentiam em casa. O agente secreto se destacou pela diagnose que fez da reorganização do império britânico no sistema mundial. Ao que tudo indica, sua grande explosão intelectual foi em 24 de janeiro. Depois de dias mergulhado no diferendo anglo-americano, Green disparou de um só jato cartas à Presidência da República, ao Departamento de Estado, ao Ministério da Marinha, ao cérebro da política escravista norte-americana no Congresso, John C. Calhoun, e ao homem número um do setor financeiro em Wall Street, Nicholas Biddle. Seu gigantesco arco de interlocução espelhava a amplitude da ambiciosa leitura que ele estava começando a fazer do novo império britânico.⁴⁴

Duff Green situou o núcleo de sua análise nos constrangimentos estruturais internacionais e domésticos que o crescimento econômico sustentado da Grã-Bretanha vinha sofrendo. Com a onda mundial do protecionismo tarifário, disse, “a Inglaterra acha impossível manter sua superioridade manufatureira e comercial” sobre o mundo. “Não vemos ocioso um quarto de suas metalúrgicas? E por quê? Porque, ela diz, a oferta excede a demanda.” As cifras negativas até podiam se reduzir a um problema local, mas esse não era o caso porque elas estavam empurrando a Av. White Hall para um colonialismo compensatório no Oriente de profundas implicações mundiais. “A Inglaterra sente agora a necessidade de vender artigos de algodão à Índia, mas a Índia não pode comprá-los porque está empobrecida.” Para obter meios de pagamento, a colônia hindu precisava penetrar nos mercados integrados globais de commodities da periferia, e para penetrar neles tinha de massificar a oferta de artigos tropicais a preços que batessem os das zonas escravistas do Novo Mundo. “A Inglaterra acredita que não tem alternativa senão tornar os poderes continentais dependentes das matérias-primas dela encarecendo o custo [produtivo] nos Estados Unidos, Brasil e em Cuba acima do preço pelo qual ela pode vender os produtos das Índias Orientais.” Green, pichado na historiografia de manipulador, chegado a um bochicho, descabelado, viu o que seus

⁴³ Lewis Cass a François Guizot, Paris, 13/02/1842, reproduzida em *Gen. Cass and the Quintuply Treaty*, circular do National and Jackson Democratic Association Committee. S.l.: s.d., p. 2-5.

⁴⁴ W. Stephen Belko. *The Invincible Duff Green*, p. 336-338.

críticos não viram. Constatou que o protecionismo tarifário pós-napoleônico contribuía para a patinada da economia britânica e que a divisão internacional do trabalho que a Grã-Bretanha ensaiava no Oriente para manter a cabeça à tona d'água encontrava seu maior limite estrutural no monopólio do mercado global de artigos tropicais exercido pelos sistemas escravistas das Américas. Dois pontos irretorquíveis.⁴⁵

Sua análise é censurada nos trechos que acusam o Estado britânico de fazer do abolicionismo internacional um meio para reconfigurar o sistema-mundo capitalista. “Ela [a Grã-Bretanha] acredita que a abolição do tráfico negreiro aumentará o custo da produção em Cuba e no Brasil e, por fim, acabaria com a abolição da escravidão lá”. E tem “demandado da Espanha que a Comissão Mista em Havana seja autorizada para libertar todos os africanos (e, claro, seus filhos) que têm sido importados desde 1820” (alusão ao projeto Turnbull). Findo o cativeiro em Cuba, “a contrariedade será tão grande que tornará o trabalho escravo menos produtivo nos Estados Unidos, e assim ela atingirá seu grande propósito de tornar o mundo inteiro dependente do algodão, arroz e açúcar a ser fornecido por ela através da troca de suas manufaturas [com a Índia].” Green disse tudo isso mesmo, mas não foi o único a fazê-lo. Na mesma época, o Departamento de Estado recebia de seu diplomata na Espanha a preocupante confirmação de que Londres vinha apertando Madri pela libertação dos africanos contrabandeados para a ilha. A convicção geral, diz um dos documentos que anexou ao ofício, é que a Grã-Bretanha deseja “dar cabo do desenvolvimento da agricultura cubana para anoadar ou ao menos diminuir toda concorrência aos seus produtos da Índia”. A frase, que estampou um jornal de Madri e acabou lida na Casa Branca, podia ter saído do tinteiro de Duff Green. Um galo sozinho não tece uma manhã.⁴⁶

A historiografia, o discurso sobre o que aconteceu, dita: aterrar no mesmo plano a visão dos abolicionistas e a política do Foreign Office é anular os níveis de autonomia que graduam o continuum existente entre qualquer sociedade e seu Estado. A história, o fluxo dos eventos, contradita: separar esses níveis por completo é erro análogo, por ignorar a interdependência que costura o mesmo continuum. A faixa cinzenta entre

⁴⁵ Duff Green a John C. Calhoun, Paris, 24/01/1842 (“não vemos...” e “A Inglaterra acredita...”). In: Clyde N. Wilson (org.). *The Papers of John C. Calhoun*, vol. 16: 1841-1843. Columbia, Car. do Sul: University of South Carolina Press, 1984, p. 83-86. Duff Green a John Tyler, 24/01/1842 (“A Inglaterra sente...”), Duff Green Papers, Southern Historical Collection (SHC), The University of North Carolina (UNC).

⁴⁶ Duff Green a John Tyler, 24/01/1842 (“demandado da Espanha...”) e Duff Green a Abel Uphsur, 24/01/1842 (“Ela acredita que...” e “a contrariedade...”), Duff Green Papers, SHC, UNC. E *El Correo Nacional*, 19/12/1841, p. 3, anexo ao ofício de Aaron Vail a Daniel Webster, 28/12/1841, USNA. RG 59, microfilme 31, rolo 33.

Estado e sociedade, sempre estruturalmente indeterminada, se tornou mais larga e confusa no esgotamento da conjuntura econômica mundial pós-1815, contraindo de 1837 a 1845 sentidos que podiam ser dados por todos sem ser fixados por ninguém. Green, deputados franceses, periodistas espanhóis, abolicionistas de Londres e o próprio Palmerston, todos eles usavam a confusão semântica entre Estado e sociedade sem que ninguém fosse capaz de definir cada um dos polos em estado puro de dicionário. Os estudiosos que descompõem os sulistas por paranoicos, os que beatificam o abolicionismo internacional como apenas humanitário ou os que incensam a autonomia ideológica do Foreign Office tomam tanto partido como aqueles que censuram por tomar partido. Deixam de ver que a indeterminação semântica do abolicionismo internacional se tornara um dado determinante do sistema-mundo capitalista na crise do mercado integrado de commodities da periferia.

O Executivo norte-americano possuía duas informações estratégicas quando o enviado especial da Grã-Bretanha chegou a Washington investido de poderes para negociar o direito de visita, a entrada dos Estados Unidos no Tratado Quíntuplo, o destino dos escravos dos navios norte-americanos arribados nas Antilhas britânicas e uma definição de limites na fronteira Maine-Canadá. Sabia que a ideia do G-5 antitráfico se encalacrara na França e suspeitava que o Foreign Office usasse o antiescravismo para calibrar o sistema mundial conforme a pressão da economia imperial britânica. Fortalecido, Webster, o negociador da Casa Branca, fez praça da soberania nacional contra o direito de visita. O homem da White Hall, lord Ashburton (Alexander Baring, que mediera em 1803 o financiamento da Compra da Louisiana) aceitou ceder no particular, cobrando em troca que o Canadá abocanhasse um pedaço do Maine naquilo que foi a única disputa territorial nitidamente desfavorável aos Estados Unidos em toda a sua história. Não foi só essa exigência que ele fez.⁴⁷

Até ficar pronto, o Tratado Webster-Ashburton foi cosido e descosido por quatro meses e meio (abril-agosto), com os Estados Unidos rifando sempre o acessório para levar o essencial. O essencial: garantir a inviolabilidade de sua soberania marítima contra o direito de visita, o que o Legislativo estadual do Mississippi traduziu numa bravata enviada ao Senado durante a estadia de Ashburton nos Estados Unidos, declarando que “o exercício deste direito pela Grã-Bretanha pode ser considerado uma justa causa de guerra”. O acessório: encolher o Maine (art. 1-7), contrair para a União o

⁴⁷ Howard Jones e Donald A. Rakestraw. *Prologue to Manifest Destiny: Anglo-American relations in the 1840s*. Wilmington, Delaware: Scholarly Resources, 1997, p. 97-149.

custo de um esquadrão antitráfico privativo para navios norte-americanos na costa da África (art. 8), prometer fazer coro com a Grã-Bretanha em “representações e protestos” a “quaisquer potências dentro de cujos domínios se permite a existência” de mercados “para a compra de negros africanos” (art. 9). O último acerto referia-se a Brasil e Espanha: para Washington, a soberania dos outros terminava onde começava a sua. O assunto das arribações permaneceu inconcluso (art. 10), e se não houve mais encalhes de negreiros norte-americanos nas ilhas caribenhas britânicas até a Guerra Civil de 1861 é porque a vigilância se tornou maior nos navios. E, talvez, porque o vapor dominou a tempestade, resolvendo um problema diplomático melhor que a própria diplomacia.⁴⁸

A opinião oficial norte-americana sobre o tratado Webster-Ashburton reponta no discurso feito em sua defesa por John C. Calhoun, aliado do presidente. Chamado de “homem forjado em ferro”, célebre por colocar os princípios acima das contingências, Calhoun esqueceu o apelido, relaxou os princípios e vergou-se ao sabor dos ventos como os salgueiros negros da sua Carolina do Sul. “O limite que o Estado do Maine pretendia”, disse no Senado, “era o verdadeiro” (princípio). Mas “a fronteira só podia ser definida por uma linha de compromisso” (contingência). “Há várias circunstâncias que lhe [me] causam não pequena repugnância a qualquer estipulação com a Grã-Bretanha” acerca do esquadrão na África (princípio). Acordos de Londres com outros países e o mau uso da bandeira listrada não deixavam “alternativa para nós senão a que foi adotada” (contingência). “[Sou] contra interferir em outras potências” (princípio). “As colônias espanholas e o Brasil já estavam abundantemente supridos de escravos” (contingência). Os diplomatas brasileiro e espanhol em Washington, que esperavam do ajuste de 1842 um porto seguro para o contrabando negreiro, lamentaram a “cruzada dirigida contra as ilhas de Cuba e Puerto Rico e o império brasileiro”. O homem do Rio de Janeiro subiu nos cascos, falando em “promessa ilusória e ridícula que jamais poderá ser cumprida com empenho e dignidade pelo governo de uma república onde ainda existe a escravidão e é permitida a compra e venda de escravos.” Três dias depois de seu discurso no Senado, Calhoun explicou a um dos seus genros por que pusera de lado seu estilo “ferro forjado” e balançara que nem salgueiro: “ratificamos o tratado ontem; o que vai nos dar tempo e repouso para resolver nossos problemas domésticos sem

⁴⁸Resoluções do Mississippi no *Journal of the Senate of the United States of America*, 29 de abril de 1842, p. 319. O texto do tratado está em Richard Peters (org.). *The Public Statutes at Large of the United States of America, from the Organization of the Government in 1789, to March 3, 1845*. Boston: Charles C. Little e James Brown, 1846, p. 572-577.

nenhum outro vindo de fora”. “Meus amigos estão bem otimistas”, concluiu num tom que estava se tornando predominante em suas cartas.⁴⁹

O otimismo de Calhoun era literal. O Executivo conseguira passar o ajuste Webster-Ashburton no Senado por 39 a 9, placar elástico para um presidente defenestrado pelos dois partidos que controlavam o Congresso e uma dose extra de ânimo para seguir apostando na política externa. Já o seu “arranjar problemas domésticos sem nenhum outro vindo de fora” significava, na verdade, “arranjar problemas domésticos partindo de dentro para fora”. Afastado o risco de guerra contra a Grã-Bretanha, Tyler teve caminho livre para processar demandas regionais de grande apelo popular, como a redução das alfândegas, o destino do Texas e a ocupação do Oregon. Sobre os dois últimos pontos, leu no fim de 1842 uma Mensagem Anual ao Congresso que desencavou a Doutrina Monroe em quatro linhas matreiras: “Cuidadosamente abstendo-nos de todas as questões que se referem exclusivamente aos interesses políticos da Europa, estamos autorizados a esperar uma igual isenção da interferência de governos europeus no que respeita aos Estados do continente americano”. O texto prega uma igualdade não correspondente. O advérbio “exclusivamente”, na primeira oração, absolvía a União do conspícuo lobby que fizera na *Chambre des Députés* contra o Tratado Quíntuplo. Sua ausência na última (“no que respeita aos Estados do continente americano”) condenava uma equivalente intromissão europeia, digamos, no Texas ou no Oregon. Charles Elliot, que assistia a tudo de Galveston (Texas), resumiu sua surpresa num mot d’esprit. O que a mensagem dava mesmo era um “‘Bon Soir’ à influência europeia nesta região do globo”.⁵⁰

Em 1843 os olhos de Tyler na Europa, Duff Green, se desviaram da França para a Grã-Bretanha. Até maio não detectaram nenhuma atividade abolicionista britânica

⁴⁹ O *Congressional Globe* não publicou a apreciação do convênio pelo Senado, e o discurso de Calhoun, de 19 de agosto de 1842, deve ser consultado em Clyde N. Wilson (org.). *The Papers of John C. Calhoun*, vol. 16, p. 393-410. Ver também os ofícios de Pedro Alcántara Argáiz ao Primeiro Sec. De Estado y del Despacho etc., Washington, 24/08/1842, AHN, Sección Exteriores, legajo H1465; e de Gaspar José Lisboa a Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho, Washington, 18/08/1842. Arquivo Histórico do Itamaraty (AHI), códice 233/3/3. John C. Calhoun a Thomas G. Clemson, 22/08/1842. In: J. Franklin Jameson (org.). *Annual Report of the American Historical Association for the Year of 1899. Vol. II: Calhoun Correspondence*. Washington: Government Printing Office, 1900, p. 514-515. O apelido de Calhoun foi dado por Harriet Martineau. “Retrospect of Western Travel.”, art. V. In: *The Monthly Review*, vol. I. Londres: E. Henderson, 1838, p. 365. Votação no Senado, Edward Crapol. *John Tyler*, p. 115 (que também cita trecho da carta a Clemson).

⁵⁰ *Addresses and Messages of the Presidents of the United States, Inaugural, Annual, and Special from 1789 to 1846, with a Memoir of each of the Presidents, and a History of their Administration; also the Constitution of the United States, and a Selection of Important Documents and Statistical Information*. Org. de Edwin Williams. Nova York: Edward Walker, 1846, v. II, p. 1313; Elliot a Addington, Galveston, 28/12/1842. In: Ephraim Douglass Adams (org.). *British Diplomatic Correspondence*, p. 145-146.

oficial no Texas. “Não posso acreditar”, escreveu Green do premiê britânico, “que o senhor Robert Peel esteja tomado de tais motivos”. O governo Tyler também vinha no ritmo do informante, cozinhando seus planos em banho-maria, espaçando um artigo anódino aqui, outro acolá, sobre o tópico da anexação. Depois da II Convenção Mundial contra a Escravidão, Green teve um lampejo súbito, um estalo igual ao do ano anterior. Soube (corretamente) que um antiescravista do Texas, amparado pelos colegas da Convenção, apresentara a Peel um projeto segundo o qual uma companhia de capital britânico financiaria a emancipação dos escravos da jovem república a troco de títulos agrários. E concluiu (equivocadamente) que o governo britânico garantiria o pagamento dos juros do capital (Peel e Aberdeen, seu ministro dos Estrangeiros, tinham simpatizado com a ideia, sem assumir compromissos oficiais). Em sua longa carta, Green começou a rejuntar os fiapos de uma história até então esgarçada. Primeiro os direitos de visita contra os Estados Unidos, depois a tentativa de libertar os africanos escravizados em Cuba, em seguida o movimento contra o Texas e, por fim, mais um fato novo:

remeto a você uma fala do Sir Robert Peel sobre as tarifas do açúcar do último ano e sua declaração no debate sobre o assunto na semana passada, no qual ele diz que o governo britânico requereu a abolição da escravidão no Brasil e que o tratado [comercial anglo-brasileiro] fracassara porque o Brasil se recusou a aboli-la – na sua fala do ano passado ele declarou que procurava abolir a escravidão no Brasil como um meio de aboli-la nos Estados Unidos.

Green deu ordens ao presidente. “Deixe-me confiar a você a solução da crise – faça um tratado para a Anexação [do Texas], adiante-se ao próximo Congresso nesse assunto e confie no povo. Confie no que lhe digo. Essa será a questão que absorverá todas as outras questões.”⁵¹

O Texas puxava outro assunto. Tyler, depois de vetar duas vezes a elevação das tarifas alfandegárias, aceitou um projeto protecionista que virou lei em meados de 1842. Um revés doméstico que, como os outros, ele queria reverter pela política externa. Green deu-lhe a explicação global de como fazê-lo. Com a escravidão blindada no Texas e o Texas no bolso dos Estados Unidos, a Grã-Bretanha teria de desistir da Índia e eleger os Estados Unidos como *o seu* mercado para o excedente de suas manufaturas, o que se obteria num acordo bilateral abatendo as alíquotas industriais na república e as Corn Laws na monarquia. “Se você assumir uma posição ousada e decidida, você

⁵¹ Green a John Tyler, 03/07/1843 (citações) e Green ao presidente dos Estados Unidos, 29/08/1843 (referência à Convenção Mundial contra a Escravidão), Duff Green Papers, SHC, UNC.

controlará as medidas da Inglaterra – [...] Se ela descobrir que não pode tornar o Texas um abrigo para negros fugidos e assim usá-lo para abolir a escravidão nos Estados Unidos, ela se satisfará em fazer um tratado assegurando para si as vantagens dos nossos mercados”. Green, que privava com Richard Cobden, ecoava-o pregando uma divisão internacional do trabalho no qual a escravidão no Novo Mundo faria o papel que o trabalho camponês no Oriente não podia fazer. “[Eu disse a Peel que] recusando nosso excedente agrário, ele necessariamente forçaria nosso excedente de trabalho para as fábricas, por onde compelia a nos tornarmos seus competidores nos mercados do mundo em vez de seus maiores consumidores de manufaturas.” Com a tomada do Texas, o livre-cambismo ia se impor no mundo e aproximar Londres de Washington. “Tinha chegado a hora de decidir as relações futuras entre os dois países; ou os nossos interesses se tornam mais identificados ou necessariamente se tornarão mais e mais adversos.” Os “nossos interesses”: os da Grã-Bretanha, do Sul, do Noroeste. Das indústrias do Norte, não.⁵²

Assim que recebeu a carta de Duff Green alinhavando as ações antiescravistas do Executivo britânico no Texas, no Brasil e em Cuba, o novo secretário de Estado norte-americano, Abel P. Upshur, da Virgínia, escreveu ao contraparente de sua fonte, John C. Calhoun. Upshur se abriu com o amigo, disse que não podia mais “haver dúvida, eu acho, de que a Inglaterra está determinada a abolir a escravidão no continente e nas ilhas da América, se ela puder. É pior que pueril supor que ela concebe todo esse movimento só por impulso filantrópico.” E reproduziu a leitura global de Green: “Não posso achar outra razão que o desejo de criar ou encontrar mercados para o excedente de manufaturas e destruir a competição que sofrem os trabalhadores de suas colônias”. Caso Washington ficasse inerte, a Grã-Bretanha apadrinharia a independência do Texas, recebendo em troca matéria-prima e concessões tarifárias. “O efeito será, 1. prejudicar o manufatureiro do Norte [...] 2. prejudicar o produtor de algodão [...] 3. prejudicar nossas divisas fiscais; 4. prejudicar nossos interesses de navegação”. Green dissera ao Executivo dos Estados Unidos: “adiante-se ao próximo Congresso”, essa “será a questão que absorverá todas as outras questões.” Upshur queria ouvir Calhoun: “O que devemos fazer? Não é o caso de nos movermos imediatamente para a admissão do

⁵² Duff Green a John Tyler, 31/05/1843. Duff Green Papers, SHC, UNC.

Texas à União como um Estado escravista?” “Peço que me favoreça com sua opinião sobre a matéria o mais extensamente que julgar apropriado”.⁵³

“Na minha opinião”, replicou Calhoun, “você não exagera na importância que dá aos desígnios da Grã-Bretanha no Texas.” Basta ver “os trabalhos do encontro abolicionista [Convenção Mundial] organizado há pouco em Londres” e a “resposta do lord Aberdeen” aos que lhe foram apresentar o plano de uma companhia privada para emancipar os escravos no Texas. No resto da carta Calhoun foi mesmo extenso, rabiscou um prospecto geopolítico sobre como pôr em marcha a anexação do vizinho. Upshur devia entabular conversas secretas com o governo texano e, antes de revelá-las, garantir apoio dentro e fora do país. A “atenção das pessoas do Sul” se garantia com uma série de artigos “do seu Departamento e da sua caneta”. A dos eleitores do Noroeste podia ser comprada com o Oregon se fosse possível “uni-lo com a questão do Texas”. Para furar um possível isolamento internacional da república, era preciso aparelhar o corpo diplomático na França, onde o Tratado Quíntuplo fora abafado, e na Prússia, cujo poder comercial “começa a ser invejado pela Grã-Bretanha”, e convencer os dois países do “espírito monopolizador da Grã-Bretanha”, de sua tentativa de impor pela violência uma nova divisão internacional do trabalho. Upshur aceitou na íntegra os conselhos de Calhoun. Um mês depois da carta-programa, o *Daily Madisonian*, jornal bancado pelo governo, publicou uma contundente série de cinco artigos com o título “The British Conspiracy”. O Oregon foi apenso ao Texas. E o corpo diplomático ganhou um time de faroleiros e opiniosos do Sul.⁵⁴

A política internacional escravista pela anexação do Texas é um momento-pivô nos anos que correm de 1837 a 1846. Para uma análise compreensiva que explore sua dimensão global, é preciso rastrear, antes, o impacto conjunto dos três vetores aqui analisados (crise do mercado integrado de commodities da periferia, internacionalização do abolicionismo, possível abolicionização do Estado britânico) sobre a monarquia espanhola e o Império do Brasil. A reação desses espaços aos desafios internacionais, informada pela ação norte-americana vista até agora, informaria a ofensiva norte-americana sobre o Texas que veremos adiante.

⁵³ A. P. Upshur a J. C. Calhoun de 14 de agosto de 1843, carta reproduzida em *William and Mary Quarterly*, núm. 16 (jan. 1936): 554-557.

⁵⁴ J. C. Calhoun a A. P. Upshur, Fort Hill, 27 de agosto de 1843. In: Clyde N. Wilson (org.). *The Papers of John C. Calhoun*, vol. 16, p. 381-383. Steven H. Mitton (*The Free World Confronted*, p. 110-167) argumentou que o governo Tyler decidiu anexar o Texas quando Upshur soube pelo diplomata de Londres em Washington, em agosto de 1843, que a emancipação escrava nas Antilhas Britânicas tinha sido um fiasco econômico. Na verdade, Upshur leu o abolicionismo britânico com os olhos globalizados de Duff Green e agiu sob influência direta de sua carta de 3 de julho de 1843.

Cuba: soberania e consulta

“Estando um dia de conversa com o secretário das Finanças sobre assuntos comerciais e a restrição imposta ao comércio estrangeiro aqui e nas ilhas espanholas, uma pessoa entrou na sala”, contou o diplomata dos Estados Unidos em Madri a seu superior do Departamento de Estado. O intruso, um tal de Turnbull, pescou a ideia geral da conversa, quis ir a fundo no assunto e “obteve de algum dos funcionários da Secretaria cópia de alguns documentos que acho que enviou ao *Times*”. A papelada continha notas manuscritas do diplomata norte-americano que vazaram *ipsis litteris* na imprensa inglesa, e o episódio valeu-lhe um puxão de orelha da Casa Branca. “A coisa não vai acontecer de novo”, prometeu, constrangido, o diplomata.⁵⁵

A cena, que se passou em 1834, dá a medida de quem foi David Turnbull, o jornalista, abolicionista e agente diplomático dono de uma personalidade obstinada que provocou a maior colisão política entre a Grã-Bretanha e a Espanha em torno da escravidão negra no século 19. Depois de ser correspondente do *Times* na Espanha, Turnbull viveu no Caribe de 1837 a 1839. Ali passou por uma grande transformação. Seus olhos curiosos leram cartas cifradas de negreiros presos pela Royal Navy, horrorizaram-se com a bestialidade do cativeiro em Cuba, brilharam com o fim do Sistema de Aprendizagem na Jamaica. No seu *Travels in the West* (1840), relato da viagem, Turnbull traduziu sua experiência pessoal num insight para esmagar o contrabando negreiro que caiu nas graças dos abolicionistas e do irascível ministro do Foreign Office, lord Palmerston. Animado, levou seu plano à Convenção Mundial Contra a Escravidão de 1840, onde o defendeu dizendo descrever das duas estratégias disponíveis que visavam à supressão do tráfico pelo lado da oferta. “O modo do Sr. Buxton para obter a supressão do tráfico negreiro é a civilização da África.” “Não confio”, discursou aos abolicionistas, “no lento processo da civilização africana”. “Não confio tampouco”, disse, “na eficácia de um bloqueio”, o cerco aos negreiros feito por uma caríssima frota da Navy deslocada para o Atlântico Sul. Em vez de inibir a oferta, a Grã-Bretanha devia olhar para o outro lado do Atlântico e “cortar a demanda”. A tarefa não era autoevidente. Bombardear a foz do Gallinas, jurisdição mal reconhecida na Europa, tinha implicações geopolíticas limitadas. Forçar a mão nas Américas, onde

⁵⁵ Cornelius P. Van Ness a John Forsyth, 20/11/1834. USNA. RG 59, microfilme 31, rolo n. 32.

quase todos os países integravam o sistema interestatal moderno, disparava uma série de reações locais e internacionais imprevisíveis. Como fazê-lo?⁵⁶

Turnbull achava que seu plano era de simples execução. O Foreign Office, usando todo o seu poder de influência, obteria da Espanha licença para conferir às Comissões Mistas uma nova competência, a de “declarar que A, B ou C, o colega de barracão ou um trabalhador de uma fazenda, não é crioulo nativo, mas que foi introduzido no país em violação da lei e do tratado.” Até então, os juízes das Comissões Mistas libertavam africanos dos tumbeiros interceptados pela Navy, dali por diante pesquisariam a origem dos já introduzidos na ilha e teriam poder de emancipar as vítimas do contrabando. Na prática, o plano fazia a jurisdição dos tratados antitráfico anglo-espanhóis saltar do mar para a terra firme. Turnbull propunha aplicar a medida aos africanos introduzidos nas colônias a partir de 1840, perdendo os crimes anteriores. A Convenção Mundial aprovou seu plano e levou-o a Palmerston, mas este achou a ideia cautelosa demais e deu um passo além. Indicou Turnbull a dois cargos em Havana (cônsul e Superintendente dos Africanos Emancipados) e instou Madri pela liberdade dos cativos contrabandeados *desde 1820*, uma massa equivalente a mais da metade da escravidão de Cuba. Assim nasceu a explosiva parceria de um jornalista obstinado e um ministro truculento. Juntos, quiseram ampliar o poder de negociação coletiva dos subalternos da escravidão num espaço cujo Estado tinha sido desenhado na Era das Revoluções justamente para anular o efeito de classe social que inovações jurídicas – como a da figura dos africanos livres – podiam exercer nos conflitos sociais intrínsecos ao escravismo.⁵⁷

Na lente dos hispano-cubanos, o projeto Turnbull foi para o império espanhol o que o direito de busca estava sendo para os Estados Unidos, um signo da ofensiva britânica sobre a soberania nacional de jurisdições escravistas – o qual, podemos acrescentar, contraía sentidos múltiplos por ocorrer num momento conturbado da Grã-

⁵⁶ David Turnbull. *Travels in the West. Cuba; with Notices of Porto Rico, and the Slave Trade*. Londres: Longman, Orme, Brown, Green, and Longmans: 1840, p. 340-350; *Proceedings of the General Anti-Slavery Convention* (1841), p. 254-258. David Murray. *Odious Commerce*, p. 133-158.

⁵⁷ *Proceedings of the General Anti-Slavery Convention* (1841), p. 254-258. O cargo de Superintendente dos Africanos Emancipados foi previsto no tratado antitráfico anglo-espanhol de 1835. O acordo decretava que os africanos de um negreiro apreendido seriam supervisionados por oficiais do governo aprensor, o que equivalia, na prática, a transferir a administração do assunto para os britânicos. Londres pretendia inibir a sombria prática de lavagem de defuntos (que também fez estragos no Brasil), pela qual os hispano-cubanos substituíam os africanos emancipados por cativos mortos e escravizavam no lugar dos cativos mortos os africanos emancipados. Sobre o assunto, Inés Roldán de Montaud, “En los borrosos confines de la libertad: el caso de los negros emancipados en Cuba, 1817-1870”. *Revista de Indias*, vol. 71, núm. 251 (2011): 159-192.

Bretanha e do sistema mundial. Assim como o endurecimento de Londres gerou em Washington uma reação escravista carregada de implicações imprevisíveis para a União, assim também a pressão do projeto Turnbull sobre Cuba catalisou mudanças profundas no gerenciamento interno do império espanhol. Uma nova percepção social do tráfico negreiro transatlântico e um inédito sistema de consultas entre a metrópole e a colônia se impuseram tanto em Cuba como no coração do governo em Madri. Vejamos como isso se deu.

A fama precedera o homem. Turnbull mal desembarcou em Cuba em novembro de 1840 como cônsul e Superintendente dos Africanos Emancipados, a Real Junta de Fomento detonou uma denúncia do seu “*Viajes al Oeste*”, dizendo que propunha uma “inquisição interior” (em terra, nas fazendas) “exercida por Comissões Mistas” que levaria ao “extermínio dos brancos pelas raças de cor.” Dirigida à Regência espanhola, a queixa continha uma convocação às outras instituições da ilha. “É necessário que as corporações conhecedoras dos verdadeiros interesses do país e encarregadas de promovê-los acudam sem demora a ilustrar os protetores desejos de V. M.” Tradução: a metrópole errara por aceitar um abolicionista incendiário no posto de cônsul numa ilha escravista sem consultar os ultramarinos, dali por diante os órgãos coloniais é que ensinariam ao governo o caminho das pedras para se livrar da persona non grata. O chamado da Junta de Fomento foi atendido. No primeiro semestre de 1841 o Ayuntamiento de Havana, o Tribunal de Comércio da cidade (órgão que fora destacado do Real Consulado), a própria Junta de Fomento, o Ayuntamiento de Santiago de Cuba, e, através do oceano, até a Junta de Comércio de Barcelona abarrotaram o Executivo espanhol de argumentos com que rebater o projeto Turnbull na versão radicalizada de Palmerston. Pela imprensa livre da metrópole, quem tinha relações pessoais com a ilha entrou na discussão escrevendo panfletos, como a cubana condessa de Merlin (*Los esclavos en las colonias españolas*) e Mariano Torrente (*Cuestion importante sobre la esclavitud*). A linha de força colonial escravista imantou a bússola do cônsul dos Estados Unidos em Havana. “Tenho encontrado aqui”, escreveu Nichoals Trist em março, “uma grande inquietação e um correspondente grau de alarma (o qual não podem deixar de crescer a cada dia) com o suposto desígnio do governo britânico de estender a esta ilha seu sistema colonial moderno adotado nas West Indies”. Ele estava

certo. A onda reacionária ia *crescer a cada dia* e virar a carreira de Turnbull. Em breve, a difamação precederia sua fama.⁵⁸

Turnbull era o tipo do jornalista que entra numa sala sem pedir licença e pede licença para roubar documentos nela, não o diplomata sutil que ama a discrição elegante. Uma vez em Cuba, começou a mapear e assessorar africanos emancipados e súditos das Antilhas britânicas ilegalmente escravizados na colônia espanhola. Só isso já daria motivo para um enorme charivari, um clamor por justiça popular. Mas Turnbull fez mais. Fortes evidências sugerem que ele, valendo-se de uma rede de contatos herdada do anterior Superintendente dos Africanos Emancipados, ajudou a formar um grupo de negros e mulatos livres avessos à ordem escravista colonial e outro de criollos unidos pela oposição ao segundo império espanhol, com o fito de atar os dois comitês numa insurreição comum contra a escravidão e a metrópole. A Cuba que sonhou seria o Texas imaginário de Charles Elliot: independente e abolicionista. Suas iniciativas, colocadas no caldeirão que era o Caribe no fim dos anos trinta, ferveram de boca em boca num raio muito mais amplo que seu livro, afinal sujeito à censura. A difusão oral da má fama do cônsul se faz ouvir nas denúncias que políticos e juízes coloniais, todos homens letrados, fizeram contra ele por escrito. Nos seus papéis grafa-se tudo, menos o nome do inimigo. Turrumbull (Ayuntamiento de Manzanillo), Turumbull (Tribunal de Comércio de Santiago), Turnbult (Ayuntamiento de Santiago de Cuba), Thrombull (Regência de Puerto Principe), Trumbull (Ayuntamientos de Santiago del Prado e de Bejucal), Trombull (Matanzas, que, conhecida pelo epíteto de Atenas Cubana, “corrigiu” para Turmbull) e Thurumbull (Ayuntamiento de Holguín). O Ayuntamiento de Baracoa, embebido de veleidades literárias, recorreu à paráfrase para evitar um étimo que não sabia escrever. Na mente dos cubanos, Turnbull deixara de ser homem e passara a ser pesadelo. Traumático. Recorrente. Inominável.⁵⁹

⁵⁸ Representação de 28 de novembro de 1840 (mesmo mês do desembarque de Turnbull), assinada, entre outros, pelo onipresente conde de Villanueva, AHN, Sección Ultramar, Cuba, legajo 3552, expediente 1. Ofício de Nicholas Trist a Daniel Webster, Havana, 23/03/1841. USNA. Record Group 59, vol. 16. Ver também Condessa de Merlin. *Los esclavos en las colonias españolas*. Madri: Alegría y Charlain, 1841; e Mariano Torrente. *Cuestion importante sobre la esclavitud*. Madri: Jordan e hijos, 1841. O texto da condessa, Doña Maria de las Mercedes de Santa Cruz y Montalvo, nascida em Cuba, ganhou projeção internacional por sair na prestigiosa *Revue des Deux Mondes*, de Paris (vol. 26, junho de 1841, 4ª série). Mariano Torrente tinha trabalhado na aduana havanesa e fora intendente de província em Cuba. Teve contato próximo com os grandes dos escravistas, como o conde de Fernandina, a quem dedicou uma de suas obras (*Revista General de la Economía Política*. Havana: Jordan, 1835), e Julián Zulueta, subscritor de outra iniciativa editorial sua (*Coleccion escogida de novedades científicas*. Havana: Jordan, 1837, t. 1, p. 159). Elegeu-se deputado para o Parlamento espanhol a partir de 1843.

⁵⁹ Grafia recolhida dos textos citados na nota 79. Para o caso Turnbull, David Murray. *Odious Commerce*, p. 133-158, Robert L. Paquette. *Sugar is Made with Blood: The Conspiracy of La Escalera and the*

Os textos ultramarinos enviados à Regência no início de 1841 partilham com Duff Green a convicção de que a Grã-Bretanha pretendia mesmo era redesenhar a divisão internacional do trabalho. Segundo os cubanos, a economia da Jamaica entrara em parafuso por causa da abolição do cativo no império britânico, e a economia da Índia deixava de decolar por causa da expansão do cativo no império espanhol. Londres queria reduzir Cuba a uma Jamaica para tornar a Índia uma Cuba. “O exemplo da Jamaica”, disse o Ayuntamiento de Havana, “cujo triste estado apresenta maiores convencimentos que todas as teorias econômicas, demonstrará o triste porvir da ilha.” O projeto de Turnbull, aditou o Tribunal de Comércio, “acabaria com a produção de dezesseis milhões de arrobas de açúcar”, “da qual uma parte grande passaria a ser produto da Índia Oriental” – as regiões de Bihar e Gorakhpur, na bacia do Ganges, e a Costa de Coromandel, no sudoeste do subcontinente, davam materialidade à suspeita, na medida em que estavam a caminho de exportar à Grã-Bretanha a nada desprezível cifra de 60 mil t, ou 25% da tonelagem cubana. Os peticionários sugeriram que a Regência, para resistir à reordenação da economia mundial, devia empregar três argumentos, um antigo, um reciclado e um novo.⁶⁰

O antigo: a dualidade ideológica, criada nas experiências constitucionais espanholas, de encomiar o bem-estar social dos negros livres ou libertos quando se defende escravidão e denunciar a potencial ameaça deles à ordem social quando se ataca a emancipação. “O nojo da raça anglo-saxã contra a africana jamais será conhecido pelos espanhóis”. “Poucas são as disposições testamentárias desta ilha em que não se manumitem alguns escravos por prêmio de seus serviços; poucos os escravos de conduta correta que não aumentem seu pecúlio até conseguir sua liberdade e com ele o protetorado dos Síndicos Procuradores”. Porém, os “quinhentos mil escravos”, se emancipados, formariam “causa comum com os duzentos mil livres de cor”, gerando

Conflict between Empires over Slavery in Cuba. Middletown, Connecticut: Wesleyan University Press, 1988, p. 131-157; e Alain Yacou. *Essor des plantations et subversion antiesclavagiste à Cuba (1791-1845)*. Paris: Karthala, 2010, p. 421-482. Nenhum deles notou que a ideia de Turnbull, tal qual apresentada em seu livro e na Convenção Mundial, foi modificada por Palmerston. Noutros termos, que o Foreign Office radicalizou o programa do abolicionismo internacional.

⁶⁰ A primeira exposição, da Real Junta de Fomento de Havana, 28/11/1840, está em AHN, Sección Ultramar, Cuba, legajo 3552. As que vieram em sua retaguarda, da Junta de Fomento, 27/02/1841, do Ayuntamiento de la Habana, 04/03/1841 e do Tribunal de Comércio de la Habana 30/04/1841, foram reproduzidas por José Antonio Saco. *Historia de la esclavitud de la raza africana en el nuevo mundo y en especial en los países américo-hispánicos*. Havana: Editorial Alfa, 1944, vol. 5, p. 185-192, 236-241 e 242-252. A do Ayuntamiento de Santiago de Cuba, 14/05/1841, se pode consultar em Olga Portuondo Zúñiga (org.). *El Departamento Oriental en documentos. Tomo II (1800-1868)*. Santiago, Cuba: Editorial Oriente, 2012, p. 249-255. A da Junta de Comércio de Barcelona, 16/06/1841, está em AHN, Sección Ultramar, Cuba, legajo 3547. Ulbe Bosma, *The Sugar Plantation in India and Indonesia*, p. 67.

uma “guerra de cores” contra “os habitantes brancos.” O argumento reciclado: a estratégia, usada pela primeira vez na Crise do Missouri, de vincular a estabilidade da escravidão em Cuba à expansão territorial dos Estados Unidos. Será que o país ia “ver com indiferença tamanha novidade na ilha de Cuba, sua vizinha, sem achar nela um motivo ou sequer um pretexto para pôr aqui em prática as mesmas máximas que o têm guiado na sua conduta no Texas?” E o argumento novo: a percepção social do contrabando negreiro segundo a qual a suspensão dele era o melhor escudo para barrar o abolicionismo internacional de um Estado possivelmente abolicionista. “Quiséramos ver extinto o comércio africano” e “cerrar para sempre toda questão diplomática com a Inglaterra sobre esse negócio e dissolver a Comissão Mista que existe em Havana com dois juízes ingleses”. Na expressão que os barceloneses escreveram em socorro dos hispano-cubanos, era preciso “lavar nossa roupa em nossa própria casa”.⁶¹ Eis, em síntese, a fórmula da soberania nacional que os hispano-cubanos buscavam.

Mas a quem cabia decidir como se lava a roupa suja? O Ayuntamiento de Havana tinha uma resposta. Rachado entre o grupo pró-império conservador e o pró-império reformista no decisivo ano de 1837, o órgão ainda se mostrava mal acomodado ao regime especial das Leis de Índias reservado ao ultramar e usou o projeto Turnbull como uma espécie de pé de cabra para abrir uma brecha nele. Num império biaxial composto por um espaço constitucional não escravista na metrópole e por um espaço escravista não constitucional no ultramar, a gestão política do cativo e de assuntos conexos devia passar por um sistema de consultas permanente no qual os hispano-cubanos teriam voz ativa. A Junta de Fomento falara na *necessidade* de ajudar o governo. O Ayuntamiento falou na *justiça* de ser ouvido. A questão da consulta colonial se deslocara do campo da razão de Estado para o campo dos direitos dos súditos:

Mesquinho mas único simulacro de representação destes fieis habitantes, o Ayuntamiento propõe [...] demonstrar a impossibilidade de resolver a emancipação dos escravos da mesma ilha sem destruí-la por prêmio de sua acrisolada lealdade [...].

É doloroso ver que as circunstâncias que serviram de pretexto para negar às *Províncias da América* o direito de representação e outras garantias sociais não sejam levadas em conta quando se trata da emancipação dos escravos [...].

A circunspeção que exige uma questão de importância vital para esta ilha, a necessidade de conhecimentos locais para decidi-la e a justiça que os

⁶¹ Junta de Comércio de Barcelona, 16/06/1841 (“O nojo...” e “Lavar a roupa...”), AHN, Sección Ultramar, Cuba, legajo 3547. E Ayuntamiento de la Habana, 04/03/1841 (“Poucas são...”), e Junta de Fomento, 27/02/1841 (“quinhentos mil...”). In: J. A. Saco. *Historia de la esclavitud*, vol. 5, p. 238 e 191, respectivamente.

interessados teriam para pedir que sejam ouvidos, por meio de legítimos representantes, podem impedir a emancipação repentina.⁶²

O Executivo atendeu à solicitação do modo mais direto possível: pondo-a em prática. Em junho instruiu o novo capitão-general de Cuba, Gerónimo Valdés, a recolher de indivíduos e órgãos coloniais pareceres sobre o projeto Turnbull, os quais usaria nas conversas diplomáticas com a Grã-Bretanha. Valdés encomendou os informes no meio de agosto, no fim de outubro tinha-os na mão. Hoje se sabe da existência de dois emitidos por particulares, Bernardo Navarro e um anônimo, e de quatro por entidades ultramarinas, Junta de Fomento, Real Consulado, Real Sociedad Patriótica e Audiência Pretorial de Havana (tribunal superior da seção ocidental da ilha). Naquele instante, peninsulares e hispano-cubanos protagonizaram um novo sistema de consultas na história do colonialismo espanhol. Desde tempos imemoriais, ou os súditos faziam e Coroa julgava em seguida, ou a Coroa decidia e os colonos opinavam a reboque. A deliberação era uma via de mão única. Dessa mecânica é que tinham surgido as reais cédulas de 1768, 1769 e 1778 sobre autorresgate compulsório, o código negro carolino de 31 de maio de 1789, a celebrizada *Exposición* escravista de Havana às Cortes em 1811, a petição de 1823 da *Deputación Provincial* havanaense por poderes especiais ao capitão-general e até a autorização para Turnbull ocupar o cargo de cônsul na capital cubana. De 1841 em diante o *modus operandi* mudou, e o processo deliberativo ganhou mão dupla. Antes de agir, a Coroa ouve. A novidade foi prática. Não virou lei, decreto, ordem. Virou, mais que isso, uma conquista real de canais de representação política num regime não representativo.⁶³

⁶² Ayuntamiento de la Habana, 04/03/1841. In: J. A. Saco. *Historia de la esclavitud*, vol. 5, p. 236 e 241 (ênfases originais). Dos cinco integrantes da comissão que redigiu o documento, três se ausentaram da propaganda de abril, a avalanche peticionária pró-Tacón de 1836. São eles José Agustín Govantes, conde de O'Reilly e Ramón de las Armas. E dois marcaram sua presença: o conde de Casa Bayona (José María Chacón), que assinou a representação de Havana, e o conde de Casa Pedroso, que aderiu ao longo abaixo-assinado da cidade.

⁶³ No quinto volume da sua *Historia de la esclavitud*, Saco republicou três desses pareceres: Junta de Fomento, 18/08/1841 e 28/09/1841, Real Consulado, 28/09/1841 e Bernardo María Navarro, 02/09/1841 (p. 198-200 e 211-231, 232-235 e 253-265, respectivamente). E uma emenda do censor ao da Real Sociedad Patriótica, 25/10/1841 (201-208). Além desses, identifiquei outros três. O informe particular anônimo, de 30 de agosto de 1841, saiu impresso no *Eco del Comercio*, Madri, 20/12/1841, p. 3-4. O da Real Audiencia Pretorial de Havana está mencionado, sem ser reproduzido, num outro que ela redigiu em 2 de maio de 1843, AHN, Sección Ultramar, Cuba, legajo 4617, expediente número 12. E o parecer integral da Real Sociedad Patriótica, 29/10/1841, se encontra no Archivo Nacional de Cuba, Havana, Fondo de Asuntos Políticos, legajo 41, núm. 21. Esses textos quase dobram a coleção feita por Saco, e para o argumento aqui defendido o volume importa por indiciar a mecânica do sistema de consultas. O teor dos textos que eram conhecidos recebeu análise, numa perspectiva diferente da aqui adotada, de Arthur F. Corwin. *Spain and the Abolition of Slavery in Cuba, 1817-1886*. Austin, Texas: Institute of Latin American Studies, 1967, p. 70 passim; Jean-Pierre Tardieu "Morir o dominar": en torno al

Tomada em conjunto, a consultoria hispano-cubana defendeu a supressão do tráfico negreiro ilegal e exibiu, contra o projeto Turnbull, argumentos que hoje seriam decantados nas áreas do Direito, das Ciências Sociais e da Economia. Os que tinham talante de jurista repassaram termo por termo os tratados de 1817 e 1835 e seus regulamentos no intuito de certificar que as Comissões Mistas só estavam autorizadas a declarar o status dos africanos capturados em alto-mar. “Consumado em terra, [o delito] deve ser julgado e decidido pelas leis e pelos tribunais da nação a que pertence o território.” Exatos na hermenêutica, os jurisconsultos maltrataram a jurisprudência. “Tanto as nossas leis”, disseram, “como as adotadas geralmente pelas nações cultas para reprimir o contrabando, castigam a quem o faz, e não a quem compra os artigos clandestinamente introduzidos”. Curioso enunciado. O segundo sujeito da oração principal – as leis *geralmente adotadas pelas nações cultas* – pode até incluir as norte-americanas aprovadas de 1808 a 1820, que apenas multavam os compradores, mas não a brasileira de 7 de novembro de 1831, pois esta mandava botar naarceragem o escravista e em liberdade o escravizado. E o primeiro sujeito, *nossas leis*, é um enigma completo. Os hispano-cubanos haviam impedido que um diploma antitráfico passasse nas Cortes de 1821. Se alguma lei havia, era a que eles mesmos tinham criado, na prática, para tornar inviolável uma propriedade que adquiriam por meio da mais sórdida violação.⁶⁴

Numa leitura incompleta, porém não de todo equivocada, da conjuntura mundial que estava por trás das motivações abolicionistas de Londres, a Junta de Fomento ligou a abolição do cativeiro na Jamaica à crise de legitimidade que abalava o Estado britânico. Sua visão foi moldada pela experiência do fim do Sistema de Aprendizagem na Jamaica, onde a oferta de terras aumentara o poder de barganha salarial dos ex-escravos, e esse poder travara a elaboração do açúcar. A Junta apenas uniu os pontos: a queda na produção açucareira bruta jamaicana fora tão aguda que, pela escassez dos produtos e aumento de seus preços, chegou a “dar lugar a sérios distúrbios na metrópole”, os quais energizavam os movimentos sociais do Cartismo e do livre-cambismo. O governo “que sacrificou inútil e horrorosamente as colônias”, continuou o

reglamento de esclavos de Cuba (1841-1866). Vervuert: Frankfurt/Iberoamericana: Madri, 2003, p. 76-84; and Alain Yacou. *Essor des plantations*, p. 421-482. Sobre os canais de representação política num regime não representativo, Márcia Berbel, Rafael Marquese e Tâmis Parron. *Escravidão e política: Brasil e Cuba, c. 1790-1850*. São Paulo: Hucitec, 2010, p. 261-276.

⁶⁴ Junta de Fomento, 28/09/1841 (“consumado o delito...”), Bernardo María Navarro, 02/09/1841 (“Tanto as nossas leis...”). In: J. A. Saco. *Historia de la esclavitud*, vol. 5, p. 215 e 254 (devido a uma gralha, a recopilação de Saco datou o texto da Junta de Fomento em 1814).

parecer, se veria obrigado a “completar o sacrifício reduzindo os direitos sobre o açúcar e café [importados de regiões escravistas] para satisfazer às justíssimas exigências do povo da metrópole.” Focada no Caribe, a análise deixa de fora da moldura o protecionismo pós-napoleônico que a própria Espanha praticava, bem como o fomento colonial britânico de mercados consumidores de manufaturas no Oriente, e acaba atribuindo às Antilhas uma força vetorial na crise da Grã-Bretanha que, em rigor, resultava de vetores diversos, nacionais, imperais, globais. Seja como for, a análise se mantém de pé. No nível conceitual, os hispano-cubanos apreenderam que a disputa entre liberdade e escravidão na periferia do sistema-mundo capitalista ia decidir a adoção unilateral do livre comércio pela potência hegemônica global. Ia anunciar o fim de uma conjuntura mundial e o nascimento de outra.⁶⁵

A consultoria hispano-cubana de 1481 cobrou seu preço. A Junta de Fomento percebeu que a metrópole, abrindo seus ouvidos aos colonos antes de deliberar, estava adotando o novo modelo de gestão política colonial sugerido pelo Ayuntamiento de Havana, e escreveu: “que se suplique a S. M. se digne não fazer a menor alteração na questão dos negros seja no sentido que for, sem ouvir previamente, *como agora se serviu fazer*, essas autoridades e corporações, que sempre exporão com zelo e lealdade o que convier”.⁶⁶ A matéria mudara de campo semântico de novo. Não se tratava mais de liquidar uma questão pontual, senão de processar questões análogas no futuro. Em menos de um ano, evoluíra da necessidade de Estado para o direito do súdito e do direito do súdito para um sistema permanente de consultas coloniais. O esquema sugerido pelos hispano-cubanos prometia os benefícios do sistema representativo sem os custos da esfera pública. As discussões sobre a escravidão na forma de pareceres se davam a portas fechadas, não na tribuna entre um orador e outro. As audiências passavam pelo crivo dos proprietários locais, não pelo capricho imprevisível de um deputado eleito. Os hispano-cubanos, por fim, dominavam os conselhos e órgãos coloniais, enquanto no Parlamento seriam uma minúscula minoria forçada a compor com interesses alheios, tal como ocorrera na definição da cidadania espanhola em 1811. Acima desses ganhos ainda pairava outro. Atrelar o futuro da escravidão e do tráfico a um sistema permanente de consultas coloniais subtraía às Cortes de Madri uma porção da soberania nacional que, em tese, deviam encarnar na totalidade. A conclusão se

⁶⁵ Junta de Fomento, 28/09/1841. In: J. A. Saco. *Historia de la esclavitud*, vol. 5, p. 225.

⁶⁶ Junta de Fomento, 28/09/1841. In: J. A. Saco. *Historia de la esclavitud*, vol. 5, p. 230 (realce adicional).

impõe: se o repertório ideológico que os hispano-cubanos enunciaram em 1841 era importante para enfrentar a Grã-Bretanha, definir as condições institucionais com que podiam enunciá-lo importava ainda mais.

Não estava claro se os residentes no ultramar deviam ser a única fonte de informação para matérias coloniais. Em sua resposta à encomenda de agosto, um morador do polo açucareiro de Matanzas opinou que os metropolitanos também deviam ser levados em consideração pelo governo. “Na questão suscitada pelos ingleses, Excmo. Senhor, não estão interessados somente os cubanos, estão também nossos irmãos peninsulares, e eles têm um incontestável direito de ser ouvidos nessa discussão importante que afeta os interesses da nação inteira.” Seu verbo se fez ação. Com a chegada dos textos cubanos à metrópole, as Juntas de Comércio de Madri, Cádiz, Málaga, Tarragona, Palencia, Mallorca, San Sebastián e Tenerife (Canárias), bem como o Tribunal do Comércio de Múrcia e a Deputação Provincial de Tenerife, dispararam petições contra o projeto Turnbull. Seus argumentos repetem os dos colonos. O ensaio abolicionista na Jamaica fracassara. A escravidão em Cuba era o centro do alvo britânico porque sua competitividade inibia o deslanche do granjeio de açúcar no subcontinente indiano. Os tratados antitráfico anglo-espanhóis possuíam jurisdição em águas marítimas, não em territórios nacionais. O fim do contrabando negreiro era o melhor golpe para desarmar Turnbull. Entre as queixas, contudo, emergiu um tópico que merece citação na íntegra. As Juntas de Comércio de Málaga, Múrcia e Madri, regiões de produção ou exportação alimentar, explicaram por que a escravidão colonial também era assunto metropolitano. Caso o cativo em Cuba acabasse,

ficariam estancados os grãos de Castela, porque lhes faltaria a vazão de mais de cem mil barris de farinha atualmente exportados para o consumo daqueles habitantes. Por falta de saída, seriam perdidos os azeites, vinhos, aguardentes nas bodegas de Andaluzia e Catalunha. A Península seria privada do mercado de Cuba e Porto Rico e, por consequência necessária, paralisada a indústria galega e catalã nos tecidos de linho e algodão. Diminuir-se-ia em grande parte a indústria de artefatos metálicos, como são a pregaria, os instrumentos de trabalho, de chumbo, de estanho etc. Acabar-se-ia de destruir nossa cadavérica marinha mercante.⁶⁷

⁶⁷ Junta de Comércio de Madrid, 26/01/1842 e 28/02/1842. AHN, Sección Ultramar, Cuba, legajo 4616, expediente número 24. O expediente 24, que integra o legajo, também contém os das Juntas de Comércio de San Sebastián, 24/01/1842; Cádiz, 29/01/1842; Tarragona, 31/01/1842; Mallorca, 28/01/1842; Múrcia, 31/05/1842; Tenerife, 28/09/1842, bem como das Diputaciones Provinciales de Palencia, 31/03/1842, e Tenerife, 06/06/1842.

O trecho é a ponta visível de uma grande inversão histórica no coração do império espanhol: a defesa da escravidão negra, feita desde a crise do Antigo Regime pelas corporações coloniais, passou a manchar a história das instituições civis peninsulares. Como a virada foi possível? Graças ao protecionismo pós-napoleônico, a colônia cubana deixara de ser para a Espanha apenas uma ilha fiscal, um expediente para locupletar os cofres do governo, leitmotiv do reformismo ilustrado de Carlos III e Carlos IV, do militarismo recolonizador de Fernando VII e do liberalismo anti-carlista da Regência. Agora ela integrava um mercado comum imperial, uma zona de comércio politicamente instituída dos anos vinte em diante que cimentou aos poucos a identidade de interesses entre capitalistas do espaço escravista não constitucional e capitalistas do espaço constitucional não escravista. O segundo império espanhol, pode-se dizer sem receio, atingira sua plenitude. Tornara-se uma jurisdição política biaxial unificada por um mercado comum, uma soberania nacional híbrida capaz de promover a colonialização dos grupos metropolitanos e a metropolização dos grupos coloniais.⁶⁸

Primeiro dossiê produzido pelo novo sistema de consultas do império espanhol, a papelada cubana protegeu o Executivo contra o abolicionismo britânico e a oposição doméstica da própria Espanha. Nas sessões de 20 e 21 de janeiro de 1842, enquanto em Paris a *Chambre des Deputés* atacava o Tratado Quíntuplo nos ombros dos lobistas norte-americanos, as Cortes de Madri sabatinaram o presidente do Conselho de Ministros e secretário de Estado, Antonio González y González, querendo detalhes do projeto Turnbull. O chefe do gabinete se defendeu com o dossiê, explicando, num discurso cheio de meias verdades, suas origens e seus efeitos. “Sobre este projeto de tratado tinham sido pedidos pareceres às autoridades e corporações de Havana”. É fato: a Coroa encomendara os informes “às autoridades e corporações” coloniais. Porém, os hispano-cubanos é que a haviam orientado a pedi-los. A versão oficial botava o governo na frente da sociedade. Sobre as consequências do dossiê, outro meio dito. “Com base nesses pareceres e em minha convicção profunda formada antes de recebê-los, havia sido dirigida uma comunicação ao governo de S. M. Britânica, na qual se dizia que o projeto era impolítico, ofensivo à dignidade e independência nacional e contrário às leis”. “E que respondeu o governo de S. M. britânica a essa nota vigorosa? [...] respondeu dizendo que tinha muita razão, que poria um fim à negociação e que ficava retirado o projeto.” Mais uma vez, Gonzáles foi verdadeiro no que disse: os textos

⁶⁸ Capítulo 6 (supra).

hispano-cubanos serviram de escudo contra o abolicionismo internacional de um Estado possivelmente abolicionista. E falso no que deixou de dizer: por trás do escudo, havia uma oculta arma de contra-ataque.⁶⁹

Dois meses antes da sabatina nas Cortes, González tinha recebido de seu diplomata nos Estados Unidos, Pedro Alcántara Argaiz, um ofício revelador. Argaiz lera no *New York Herald* uma denúncia do projeto Turnbull convocando os Estados do Sul para uma ação conjunta de apoio a Cuba. Aflito, deixou seu posto em Washington e partiu para Manhattan, onde se encontrou com “vários senadores e deputados do Sul”, para “averiguar por mim mesmo o estado das coisas”. Os mandatários da escravidão foram claros com Argaiz. Disseram que se a Espanha “cedesse às pretensões desoladoras da Grã-Bretanha, os Estados do Sul ajudariam com toda sorte de auxílios os por ora súditos de S. M. C. nas Antilhas”. Surpreso, o espanhol quis testar o teor de bravata ou, ao contrário, de ameaça real contido nas palavras dos sulistas. Atiçou-os: “Como socorreriam os cubanos”, indagou, “se a mera notícia de que a Inglaterra dispunha de esquadras para apoiar suas reclamações em favor de McLeod espalhara o terror nas principais cidades da União?” Argaiz referia-se a Alexander McLeod, súdito britânico que os Estados Unidos prenderam em 1840 e que, depois de ameaças beligerantes do Foreign Office, puseram em liberdade. Os escravistas soltaram a língua: “Não. Na questão McLeod não vemos mais que um sentimento de vaidade, mas na da escravidão, consideramo-la de vida e morte para a nossa propriedade e para o nosso país.” Que desejava a Grã-Bretanha, perguntaram-se, trabalhar pela emancipação escrava em Cuba? “Trabalhará sim, mas trabalhará para os Estados Unidos, que se acham ligados aos habitantes de Cuba por todo tipo de simpatias e principalmente por depender a existência de ambos da mesma fonte [a escravidão]”. Os congressistas, é bom que se note, haviam trocado a parte pelo todo, o Sul pela União, sua visão particular pela oficial. Uma metonímia perigosa que fez Argaiz concluir que o teor de bravata em suas palavras era baixo. E a ameaça, real.⁷⁰

A carta perturbou González, e ele procurou Aaron Vail, o diplomata dos Estados Unidos em Madri. Contou que “ficara sabendo” que a ofensiva antiescravista da Grã-Bretanha sobre Cuba “repercutira nas porções sulistas dos Estados Unidos” e que gostaria de saber se a visão do Sul também era a visão de Washington. Na prática,

⁶⁹ *Congreso de los Diputados, Diario de Sesiones*, 20 jan. 1842, p. 348-349, 21 de janeiro de 1842, p. 411-412 (citação).

⁷⁰ Pedro Alcántara Argaiz ao Primeiro Secretario de Estado, Nova York, 14/10/1841. AHN, Sección Exteriores, legajo H1465.

queria conferir se a metonímia mencionada por Argaiz era mais que uma figura de linguagem. Vail, em vez de afetar espontaneidade, solenizou a conversa e leu em voz alta o despacho que recebera do Departamento de Estado. “Como aquela parte das minhas instruções tinha sido redigida com o objetivo específico de [ser usada] em comunicações dessa natureza, não podia fazer melhor do que basear-me na fonte; e, por conseguinte, li o parágrafo inteiro para o Sr. Gonzáles. Ele se expressou de modo profundamente satisfeito, particularmente com a última declaração de nossa determinação contra qualquer tentativa de arrancar da Espanha a posse territorial da colônia.” O ministro espanhol ficara feliz mesmo. Não tanto por um eventual apoio dos Estados Unidos à Espanha, como afetara diante de Vail, senão por poder lhe dar outro sentido nas conversas bilaterais que vinha tendo com a Grã-Bretanha. A seu diplomata em Londres escreveu: “V. E. também acrescentará que as exigências de Turnbull, em tudo o que tem relação com a raça africana, alentam e justificam semelhantes inquietudes [no Sul da União] e as esperanças dos Estados Unidos, cuja cobiça e desejo de apoderar-se da ilha são bem conhecidos.” A metonímia era, mais que uma figura de linguagem, ainda mais que uma ameaça real, uma poderosa arma de contra-ataque. Diante da resistência dos hispano-cubanos, que González publicizou, mas também da ameaça dos norte-americanos, que preferiu não dizer às Cortes, a Grã-Bretanha recuou e o projeto Turnbull deslizou para a gaveta. Madri tentou, em seguida, retirar de Cuba o próprio autor do projeto.⁷¹

Grande parte dos colonos, o Executivo e os vicários da Coroa em Cuba sabiam que a política doméstica hispano-cubana, por transitória, e a geopolítica geral do Caribe, por perigosa, eram insuficientes para conter um adversário que consideravam novo e constante, o abolicionismo internacional adotado pela Grã-Bretanha. Quem mais encarnou essa percepção dentro do governo hispânico foi Gerónimo Valdés, veterano das Guerras Carlistas, duas vezes secretário de Guerra e capitão-general de Cuba de 1841 a 1843. Valdés foi empossado em 7 de março, três dias depois de o Ayuntamiento de Havana ter repudiado o projeto Turnbull, definido o sistema de consulta colonial como direito dos súditos e escolhido o fim do contrabando como a melhor reação à ofensiva britânica. Em abril Valdés fez eco ao último ponto dos havaneses. Solto uma circular exigindo que as inspeções nos navios levassem em conta os indícios de

⁷¹ Ofícios de Aaron Vail a Daniel Webster, Madri, 30/11/1841 e 28/12/1841, USNA. RG 59, microfilme 31, rolo 33. Primera Secretaría del Despacho y de Estado ao ministro plenipotenciário de S. M. em Londres, Palacio, 17/11/1841, AHN, Sección Exteriores, legajo H1465.

traficância tipificados no tratado anglo-espanhol de 1835 e que os barcos infratores e seus responsáveis fossem encaminhados para a capitania-general. Quem não o fizesse levaria processo por improbidade. O rol dos advertidos foi grande. Comandantes gerais da Marinha, do Departamento Oriental e do Departamento do Centro, e governadores de Santiago, Trinidad, Matanzas e Cienfuegos. Ainda era pouco. Em novembro Valdés, ciente de que a escravidão era a base da economia colonial e da soberania espanhola em Cuba, esboçou o desejo de promulgar um código negro na ilha que estimulasse o crescimento vegetativo das escravarias a exemplo do que vinha ocorrendo nos Estados Unidos. Com a Grã-Bretanha se tornando um Estado abolicionista na arena mundial, Cuba tinha de trazer para a jurisdição do sistema interestatal moderno a reprodução do sistema escravista que ainda estava na África.⁷²

No início de 1842, antes de redigir suas normas sobre gestão senhorial, o futuro *Reglamento de esclavos*, Valdés mimetizou na escala local o sistema de consultas que vinha se estabelecendo na imperial. Distribuiu um questionário a “dezoito fazendeiros dos mais ricos e notáveis” sobre a vida material dos escravos nas fazendas, no qual abordava itens como alimentação, vestuário, moradia, enfermaria, cuidados com parturientes, conucos (terrenos cedidos aos cativos para roça e criação de animais) e horário de trabalho. A prática informaria as regras. O historiador Jean-Pierre Tardieu localizou quatorze e republicou na íntegra doze dos dezoito pareceres que Valdés disse haver encomendado. O tom geral das respostas expressa desconsolo. Para a maioria dos consultados (oito dos doze que Tardieu publicou), se a interferência do governo na administração das fazendas, na chamada soberania doméstica senhorial, era assunto secularmente controverso, desencavá-la num contexto delicado de hostilidades anglo-espanholas beirava a insanidade. “Não queira V. E. tocar nessa pedra angular, mas muito movediça, de um edifício que já está bamboleando”, resumiu um deles.⁷³

Dois pareceres dão a ver a dinâmica política hispano-cubana que vinha fermentando por baixo do mundo oficial desde 1837. O marquês de Arcos (Ignacio Peñalver y Peñalver) suspeitou que a iniciativa de Valdés cheirava ao reformismo antiescravista iniciado no império britânico em 1823, no qual Londres “indicava por via de conselho” algumas medidas “muito humanas e inocentes, mas com as quais se

⁷² Em 10 de dezembro, ampliou a circular aos tenentes governadores de Guanabacoa, Filipias e Güines, aos pedaneos de Batabanó, Guaniman, las Pozas, Bahía-honda, Bavañas, Mariel, Bauta, San. Antonio Chiquito, Bacuranao, Rio Blanco del Norte, Lagunillas, Gibacoa, Guanabo, Arroyo Arenas, Cefa de Pablo, e aos alcaides de Jaruco. Ver AHN, Sección Ultramar, Cuba, Gobierno, leg. 4615, núm. 28.

⁷³ Gerónimo Valdés ao Primeiro Secretário de Estado, ofício 192, Havana, 30/11/1842, AHN, Gobierno Superior Civil de la Isla de Cuba; e Jean-Pierre Tardieu. “*Morir o dominar*”, p. 208-263 (citação, p. 240).

preparou o ato da emancipação”. Ignacio Peñalver quis sobrestar o que lhe parecia um desastre iminente e defendeu a soberania doméstica senhorial fazendo duas analogias entre o privado e o público. “O general Tacón, em cuja famosa residência se apresentaram contra ele cinquenta processos, foi admoestado para que passasse a seguir as leis e, sem embargo, foi absolvido. E por que tamanha inconsequência? Porque o governo acredita que não se deve desautorizar a quem manda, ainda que abuse de sua autoridade, para não debilitá-la.” O segundo paralelo era mais desconcertante. “Assim como os habitantes desta ilha se acham privados de todos os direitos políticos, que (falando absolutamente) um governo representativo não pode negar [sem cometer] injustiça, e se lhes nega porque se diz que não convém, assim também não se deve adotar nenhuma concessão em favor dos escravos que, inovando seu regime interior, possa despertar neles ideias de insubordinação.” A condição de existência do regime das Leis de Índias no ultramar era a inviolabilidade absoluta da escravidão negra.⁷⁴

Na sua resposta à enquete, o proprietário Wenceslao de Villa-Urrutia avaliou que legislar sobre a soberania doméstica em resposta a Turnbull equivalia a “cantar a palinódia”, fazer uma retratação das defesas escravistas concedendo razão a “nossos censores e inimigos”. Villa-Urrutia cobrou de Valdés que desse ao cativo da ilha a proteção que a União vinha dando ao cativo nos Estados Unidos contra a recente abolicionização do Estado britânico. Amparou seu raciocínio na célebre moção dos 33 a 0 que Calhoun fizera passar no Senado em 1840, a qual tinha equiparado a validade da propriedade escrava à de qualquer tipo de propriedade do direito nacional e internacional:

O Senado dos Estados Unidos acaba de inserir deliberadamente em uma de suas atas relativa a servos de cidadãos americanos a palavra “escravos” [Calhoun escrevera “negros”], inusitada em sua Constituição e em todos os documentos da legislação e do governo federal, com o único objetivo de fazer entender à nação poderosa que se ocupa em minar e destruir a escravidão em certos países que o Congresso dos Estados Unidos a considera uma instituição legal com todas as suas consequências e que está pronto a sustentá-la e defendê-la contra todo gênero de ataques [o direito de visita e a libertação dos escravos de navios arribados]. Ação oportuna e exemplar de dignidade nacional que nem um voto abolicionista ousou contradizer [alusão aos 33 a 0]! Os verdadeiros espanhóis não cedem a ninguém na posse dessas qualidades, e Cuba espera que V. E. pertença a esse número.⁷⁵

⁷⁴ O marquês de Arcos, Havana, 19/05/1842, apud Jean-Pierre Tardieu. “*Morir o dominar*”, p. 215-216. Residência, ou juízo de residência, é um recurso jurídico tradicional da monarquia espanhola em que os moradores de uma localidade denunciavam desmandos de uma autoridade pública no fim do exercício de seu mandato.

⁷⁵ Wenceslao de Villa-Urrutia, Havana, 25/03/1842, apud Jean-Pierre Tardieu. “*Morir o dominar*”, p. 257. Villa-Urrutia deve ter trocado “negros” por “escravos”, dado que eram sinônimos na linguagem

No começo, a oposição ao projeto do *Reglamento de esclavos* se restringiu aos canais fechados dos laudos particulares, e ninguém se declarou pelo contrabando negreiro. O cenário se inverteu quando Turnbull sofreu sua segunda grande derrota em Cuba. Na primavera de 1842, ele foi atingido pela notícia de que o Foreign Office o demitira do consulado, mantendo-o só na função de protetor dos africanos emancipados. Sem imunidade diplomática e pungido pelo rumor de que um assassino de aluguel seguia suas pegadas, Turnbull se mudou da casa que ocupava em Havana para um navio britânico tripulado por negros e ancorado na baía da cidade. Em maio, a novidade da sua exoneração bateu no outro lado do Atlântico, pipocou nos jornais da Espanha e foi mencionada na Câmara dos Deputados. Um mês depois, os negreiros se serviram dela – que lhes parecia um recuo da Grã-Bretanha – para surrar a ideia do *Reglamento de esclavos*, o governo de Valdés e seu combate ao tráfico negreiro.⁷⁶

A *Diputación Provincial* de Santander puxou a fila dos reacionários na metrópole em 29 de junho. Numa petição ao regente, ecoou a interpretação de Duff Green afirmando que o Foreign Office adotara o abolicionismo internacional porque a escravidão nas Américas barrava a nova divisão do trabalho que a Grã-Bretanha pretendia efetuar sobre o globo: “sob o aparente e enganoso velo da humanidade buscam a perda total das produções das Antilhas porque são superiores às de seus próprios escravos na Índia.” Empregou a linguagem anglofóbica do direito internacional que os norte-americanos estavam usando em Washington e Paris: “O direito das gentes não permite, Sereníssimo Senhor, que uma nação se mescle nos negócios interiores de outra”. Retomando as palavras de Villa-Urrutia contra o *Reglamento de esclavos*, acusou Valdés de adotar um “sistema de contemplações e condescendências” “às exigências estrangeiras”, violando “a honra e a independência nacional”. Numa notável troca de papel com os colonos, tornou a Espanha o último país europeu a defender o comércio de africanos. “Quantos libertos em Cuba quiseram voltar a sua pátria? Nenhum; porque, depois de ter observado os costumes europeus, temem a barbárie do

política racializada norte-americana. Caso contrário, o que ele fez foi mesclar a moção dos 33 a 0 com outra, semelhante, que Calhoun também escrevera em 1840: “que se requeira ao presidente dos Estados Unidos comunicar ao Senado se o governo da Grã-Bretanha já compensou nossos cidadãos nos casos dos brigues *Enterprise*, *Encomium* e *Comet*”, cujos “escravos a bordo foram forçadamente apreendidos”. *Congressional Globe*, 13 de janeiro de 1840, p. 117.

⁷⁶ *La Posdata*, Madri, 21/05/1842, p. 4; *El Espectador*, Madri, 10/05/1842, p. 3 e 23/05/1842, p. 2-3; *El Constitucional*, Barcelona, 16/05/1842, p.1; *Eco del Comercio*, Madri, 05/05/1842, p. 3. *Congreso de los Diputados, Sesiones de Cortes*, 21 de maio de 1842, p. 3348-3357 (por Mariano Torrente). Sobre a mudança de residência de Turnbull, Robert L. Paquette. *Sugar is made with Blood*, p. 153.

país em que nasceram”, onde lavram “guerras perpétuas cujos prisioneiros são postos em venda [...]. Destrua-se o tráfico, e os prisioneiros não serão vendidos, mas sim atrozmente sacrificados.” E terminou pedindo à Regência que o “capitão-general seja substituído por um militar de caráter enérgico e capaz de fazer frente às injustas e impolíticas exigências” da Grã-Bretanha.⁷⁷

Valdés passou por cima da exposição de Santander. Assim que expulsou Turnbull de Cuba graças a uma derrapada do ex-cônsul, pensou que o rótulo de pusilânime com os britânicos não colasse mais e publicou seu *Reglamento de esclavos* em 14 de novembro. O general calculou mal. Os negreiros levantaram uma onda de fúria contra ele que penetrou nos poros cada vez mais abertos de uma Regência corroída pela oposição peninsular. As Juntas de Comércio de Málaga, Alicante, Cádiz, Aragón, Barcelona, La Coruña, Valencia, Zaragoza, Sevilha e Vigo, quase todas cidades litorâneas conectadas com o ultramar, enviaram ao Executivo uma denúncia do *Reglamento de esclavos* acompanhada do pedido de demissão de Valdés. Tomaram emprestados dos pareceres dos proprietários hispano-cubanos os principais temas: início da abolição do cativeiro, fim da autoridade senhorial, concessão aos britânicos, desrespeito ao pacto de 1837. O preceituário da gestão escrava preparado por Valdés era um “transunto [cópia] do ato do Parlamento inglês sobre a emancipação de seus escravos”. Atalhava “a subordinação e disciplina” dos subalternos. Provava “incontestavelmente seu esforço [de Valdés] de favorecer as sinistras miras da conhecida sociedade abolicionista da Inglaterra”, a BFASS. Falseava as Leis de Índias, “um sistema de governo exclusivo e singular, sob o qual [Cuba] pode progredir e que, separado das bases fundamentais sobre a qual há de elevar-se o edifício de sua felicidade, terá destruição inevitável.” Os tratantes de Málaga, Cádiz, La Coruña e Vigo deram nome ao *militar de caráter enérgico* aludido na exposição de Santander que gostariam de recolocar no comando de Cuba: Miguel Tacón y Rosique. Obra que devia solucionar um problema internacional, o *Reglamento de esclavos* estava criando um problemão doméstico.⁷⁸

⁷⁷ Exposição da Diputación de Santander a Espartero, 29/06/1842, AHN, Sección Exteriores, legajo H2910. Valdés, com capital político por causa da recente demissão de Turnbull, publicou em tom de ironia o último trecho da exposição, que o acusava de indolente e pedia sua dispensa, no *Diario de la Habana*, 10/09/1842, p. 1.

⁷⁸ Junta de Comércio de Cadiz, 13/02/1843 (“transunto...” e “incontestavelmente...”), Junta de Comércio de Málaga, 23/01/1843 (“a subordinação e disciplina”), Junta de Comércio de La Coruña (“um sistema de governo...”). Ver também Junta de Comércio de Alicante, 05/02/1843; do Reino de Aragón, 16/02/1843; de Barcelona, 17/02/1843; de Valencia, 18/02/1843; de Zaragoza, 18/02/1843; de Sevilha, 18/03/1843; e de Vigo, 26/03/1843. Todas em AHN, Sección Ultramar, legajo 4617, expediente 12.

O Executivo tentou descobrir se a oposição a Valdés em Cuba era volumosa ou se os assuntos coloniais estavam sendo manipulados por negreiros que contavam com apoio da oposição doméstica na metrópole. Pela segunda vez em dois anos, ele colocou em prática o sistema de consultas e ouviu antes de agir. Dessa vez, pediu ao Tribunal de Comércio de Havana e aos dois principais tribunais da ilha (Audiência Pretoria de Havana e Audiência de Puerto Príncipe) que avaliassem a linha de conduta adotada até então pelo governo. Suprimir o tráfico e manter a propriedade ilegal adquirida, como se vinha fazendo, era de fato o melhor “princípio para eludir questões perigosas” e estimular o comércio da ilha? Dava para adotar outras medidas de fomento colonial desprovidas de “inconvenientes”? As autoridades locais mereciam o apelo “das gentes honradas e amantes da ordem”? Os colonos alargaram o plebiscito com as próprias mãos. Os Ayuntamientos de Havana, Matanzas, Cienfuegos, Guanabacoa, Güines, Jaruco, Santiago, Bejucal, Bayamo, Baracoa, Manzanillo, Santiago del Campo, Jiguany, Holguín e Santa Clara, bem como a Junta de Fomento, a Real Sociedad Patriótica, o Tribunal de Comércio de Santiago e o Cabildo da Igreja Metropolitana da mesma cidade, todos, reforçados por um abaixo-assinado aberto recolhido em Havana, saíram em defesa de Valdés, de sua atuação contra Turnbull e de seu *Reglamento de esclavos*. A oposição ao general em Cuba era menor do que se suspeitava. Colonos e metropolitanos estavam puxando a corda em direções contrárias. Quem venceria?⁷⁹

A máxima *sobre Cuba, os hispano-cubanos* guiou os protestos do ultramar contra as Juntas de Comércio da Espanha. Os colonos elogiaram, é claro, o sistema de consultas recém-instituído, até para reafirmá-lo como prática permanente. “O Supremo Governo faz quanto pode ao pedir, a cada instante, os informes que tão longa distância torna indispensáveis para obrar com acerto”, como no *affaire Valdés* e, antes, na

⁷⁹ Sobre a Regência de Espartero e a crescente oposição a ela dentro da Península, Josep Fontana. *Historia de España. Vol. 6: La época del liberalismo*. Barcelona: Crítica/Editorial Pons, 2007, p. 185-218. A Real Ordem pedindo parecer às corporações é de 28 de fevereiro de 1843 e, assim que chegou a Cuba, suscitou as respostas coloniais. Ver exposições do Ayuntamiento de Havana, 02/04/1843; Ayuntamiento de Matanzas, 24/04/1843; Ayuntamiento de Trinidad, 25/04/1843; Ayuntamiento da Villa de Cienfuegos, 27/04/1843; Ayuntamiento de Guanabacoa, 28/04/1843; os informes do Real Tribunal de Comercio de La Habana, 02/05/1843, e da Audiência Pretorial de la Habana, 2/05/1843; as exposições do Ayuntamiento de Güines, 02/05/1843; Ayuntamiento de Jaruco, 02/05/1843; Ayuntamiento de Santiago de Cuba, 02/05/1843; a exposição aberta de Havana, 04/05/1843; as do Ayuntamiento de Bejucal, 05/05/1843; Ayuntamiento de Bayamo, 09/05/1843; Ayuntamiento de Baracoa, 10/05/1843; Ayuntamiento de Manzanillo, 13/08/1843; Ayuntamiento de Santiago del Campo, 15/05/1843; Ayuntamiento de Jiguany, 16/05/1843; Cabildo de la Santa Iglesia Metropolitana de Santiago de Cuba, 17/05/1843; os informe das Audiência de Puerto Príncipe, 17/05/1843, e de seu regente, Francisco García del Fierro, 20/05/1843; e as exposições do Ayuntamiento de Holguin, 22/05/1843; Tribunal de Comercio da província de Santiago de Cuba, 28/05/1843; Real Sociedad Patriótica de la Habana, 31/05/1843; Ayuntamiento da Villa de Santa Clara, 23/07/1843; Real Junta de Fomento de Agricultura y Comercio de la Isla de Cuba, 13/07/1843. Todos em AHN, Sección Ultramar, legajo 4617, expediente 12.

“repulsa ao projeto de convênio sobre a emancipação dos negros introduzidos depois do ano de 1820”. Agora chegara o momento de refinar a fonte dos consultados. Embora um morador de Matanzas houvesse dito que “nossos irmãos peninsulares” tinham “incontestável direito de ser ouvidos” na querela Turnbull, a “intrusa intervenção (daquelas corporações)” na polêmica sobre Valdés foi acusada de abrir as portas para uma “anárquica e absurda confusão de princípios administrativos”. “Quem as autorizou (a Diputación Provincial de Santander ou a Junta de Comercio de Cádiz) a levantar acusações contra os empregados desta ilha?”, rosnou a Sociedad Patriótica. Só a colônia devia opinar, e os colonos opinavam que Valdés era irreprochável. Reprimira revoltas escravas. Publicara um *Reglamento de esclavos* adequado aos costumes locais que era a “melhor resposta que se podia dar a declamações ridículas e absurdas” dos “inimigos desta ilha”, as “sociedades abolicionistas” e a Grã-Bretanha, ou seja, que era um perfeito recurso ideológico a ser usado no que parecia ser uma nova ordem mundial. E expulsara da colônia o irretratável Turnbull sem ferir os brios do Foreign Office. A Coroa os escutou, Valdés permaneceu no poder. A máxima prevaleceu. Sobre Cuba, os hispano-cubanos.⁸⁰

Mas que hispano-cubanos? A análise cruzada dos signatários das petições e pareceres coloniais escritos de 1836 a 1843 lança luz sobre os bastidores sombrios da política em Cuba. Num ofício ao Foreign Office, Joseph Tucker Crawford, o cônsul substituto de Turnbull, preparou uma lista de notáveis que tinham enveredado pela anexação da ilha aos Estados Unidos no início dos anos quarenta. Embora o catálogo possa conter erros, como qualquer documento de delação, os nomes que apresenta são significativos. Dos 17 atualmente identificados, 12 haviam participado da propaganda de abril de 1836, formando o núcleo do grupo pró-império conservador: os condes de Fernandina (que encabeçara a petição aberta de Havana) e Santovenia, o marquês de Esteva, Joaquín Gómez, Villa-Urrutia, Salvador Samá, Joaquín Aizpurúa, Juan Antonio Izaguirre, Roque Jacinto Llopart, Nicolás Peñalver, Miguel Biada e Juan Montalvo. Dos doze, cinco foram consultados por Valdés sobre o iminente *Reglamento de esclavos*, entre eles Fernandina, cujos argumentos batem com os das petições peninsulares antivaldesianas. Se a lista nominativa é fiável, a primeira conclusão é: os homens que firmaram o pacto de 1837 eram os mesmos que o cortejavam a anexação aos Estados

⁸⁰ Francisco García de Ferro, regente da Audiência de Puerto Príncipe, 20/05/1843 (“o governo supremo faz quanto pode...”), Ayuntamiento de Havana, 02/04/1843 (“intrusa intervenção...” e “melhor resposta...”), Sociedad Patriótica, 31/05/1843 (“Quem as...”), AHN, Sección Ultramar, legajo 4617, expediente 12.

Unidos quando a escravidão ou o contrabando eram atacados. O abaixo-assinado aberto pró-Valdés de 1843 completa o quebra-cabeça. Nenhum dos grandes negociantes que haviam apoiado o arranjo de 1837 (Salvador Samá, Julián Zulueta, Mariátegui, Aizpurúa, Izaguirre, Llopart, Larrinaga, Miguel Biada, assim como os notórios traficantes Francisco Ruvirosa e Pedro Blanco) pôs seu nome na subscrição. Vistos pelo revés, tais dados ensinam uma lição ignorada pelos expansionistas norte-americanos do século 19 e seus historiadores dos séculos seguintes. O fenômeno do anexionismo em Cuba compreendeu um gradiente de grupos sociais heterogêneos, ao qual até os maiores sustentáculos do segundo império espanhol recorriam quando terçavam armas com Madri na defesa de seus interesses negreiros. Flexível e quase amorfo, estava longe de denotar programa revolucionário liberal, ou seita de resistência civil, contra um regime de exceção imposto pela metrópole.⁸¹

Resta explicar por que a elite dos conservadores pró-império, que cavalcou triunfalmente o anticonstitucionalismo taconiano em 1837, perdeu as rédeas alguns anos depois nas decisões finais sobre o *Reglamento de esclavos* e o destino de Valdés. A resposta à questão é simples, desde que se olhe para o lugar correto. Não foi a elite que mudou. Ela seguiu esbanjando poder e influência como antes. O contrabando negreiro é que havia perdido respaldo nos Ayuntamientos das fronteiras agrícolas da ilha, impondo uma brutal queda política à cúpula dos traficantes e seus comanditários. A pergunta, então, se desloca: por que o apoio ao comércio ilegal recuou no coração da escravidão cubana? Três variáveis cruzadas explicam o problema. Em primeiro lugar, o mercado mundial do açúcar. Com a aprovação da tarifa protecionista nos Estados Unidos em 1842, ligeiramente diferente das duas versões que Tyler tinha posto no patíbulo, a taxa do açúcar voltou o nível pré-Nulificação, fazendo da produção açucareira cubana sua principal vítima. No quadriênio seguinte à nova alíquota, as importações totais médias de açúcar branco e mascavo da república caíram de 75 mil t anuais (1839-1842) para 55 mil t (1843-1846), declínio de 27%, e foram acompanhadas por uma desvalorização do

⁸¹ Lista de Crawford em Robert Paquette. *Sugar is Made with Blood*, p. 172. Campanha de abril, cap. 6, acima. Os consultados de 1842 estão em Jean-Pierre Tardieu. “*Morir o dominar*”, p. 208. Exposição de Havana, 04/05/1843, AHN, Sección Ultramar, legajo 4617, expediente 12. Exemplos de leitura do anexionismo que ignora sua instrumentalização por parte dos grandes escravistas cubanos é Walter Johnson. *River of Dark Dreams*, p. 330-365; ou Anton L. Allahar, “Sugar and the Politics of Slavery in Mid-Nineteenth Century Cuba”. In: Bernard Moitt. *Sugar, Slavery, and Society: Perspectives on the Caribbean, India, the Mascarenes, and the United States*. Gainesville, Flórida: University Press of Florida, 2004, p. 110-134.

açúcar iniciada na Crise Financeira Internacional de 1837 e acentuada de 1842 a 1844 (visível no intervalo entre as linhas do gráfico abaixo).⁸²

Fonte: para 1821, “Commerce and Navigation for the year ending september 30th, 1821”, 17th Congresso, 1^a sessão (1822), n. 246, p. 540; para 1822, *Letter from the Secretary of the Treasury*. Washington: Gales and Seaton, 1823, p. 28-29; para 1823 (edição de 1824), p. 30-31; para 1824 (1825), p. 30-31; para 1825 (1826), p. 54-55; 1826 (1827), p. 54-55; 1827 (1828), p. 56-57; 1828 (1829), p.44-45; 1829 (1830), p. 56-57; 1830 (1831), p. 50-51; 1831 (1832), p. 52-53; 1832 (1833), p. 52-53; 1833 (1834), p. 64-65; 1834 (1835), p. 64-65; 1835 (1836), p. 66-67; 1836 (1837), p. 66-67; 1837 (1838), p. 62-63; 1838 (1839), p. 64-65; 1839 (1840), p. 64-65; 1840 (1841), p. 63-64; 1841 (1842), p. 62-63; 1842 (1843), p. 192-193; 1843 (1844), p. 200-201; 1844 (1845), p. 144-145.

As Juntas de Comércio da metrópole tentaram nacionalizar o problema. Disseram que “uma recente memória de poucos anos relembra o governo geralmente aplaudido do general Tacón”, os “frutos das colheitas gozavam então uma remuneração proporcional aos principais invertidos, e hoje estão numa deterioração tão grande que oferecem desalento a seus proprietários, levando-os de ano em ano à destruição”. O pulso mole de Valdés e as incertezas geradas pelo *Reglamento* tinham dado azo à “paralisação do comércio, da vida e do sustento daquele invejado território”, à “decadência ou estagnação do comércio interior e exterior.” A leitura era interessada. Nem Tacón nem Valdés controlavam as variáveis que seus amigos e adversários lhes imputavam. Escandalizada com a manipulação do cenário econômico mundial, a Junta

⁸² A tarifa sobre o açúcar mascavo voltou a 2,5¢ de dólar por libra, como no início da década de 1830, e a do branco subiu a 4¢, valor superior aos 3,3 cobrados antes da Crise da Nulificação. Para os dados, Capítulo 6 (supra) e “An Act to provide revenues from imports, and to change and modify existing laws imposing duties on imports, and for other purposes”, seção 8, artigo 1. In: Richard Peters (org.). *The Public Statutes at Large of the United States of America*. Boston: Charles C. Little and James Brown, 1850, vol. 5, p. 558.

do Fomento de Havana pôs os pingos nos is: “se bem que reconheça a atual decadência de nossos frutos e a depressão do mercado”, escreveu, a Junta “tem procurado estudar sua origem encarregando uma comissão de seu seio de discorrer sobre as causas que podem nos ter trazido a este estado, fixando sua consideração [...] em primeiro lugar: no sistema de tarifas hoje geralmente estabelecido nos mercados estrangeiros tão favorável à indústria da refinaria e a suas produções coloniais”. O trecho se reportava à alíquota dos Estados Unidos e à derrota, temporária, dos livre-cambistas na Grã-Bretanha, os dois últimos golpes que a colônia sofreu na agonizante conjuntura do mercado integrado de commodities da periferia.⁸³

A segunda variável que cruzou o caminho da elite negreira hispano-cubana foi o Tratado Webster-Ashburton de 1842. A polêmica do direito de visita tinha implicações para o tráfico negreiro transatlântico hispano-cubano, o que foi detectado de pronto pelo diplomata da Espanha em Washington, Pedro Alcántara Argáiz. Em 1841, Argáiz estava otimista. Enviou a Madri as notas Stevenson-Palmerston, dizendo que a “correspondência tem muitíssima relação com a introdução fraudulenta de escravos na ilha de Cuba” e “que sua leitura pode oferecer muito interesse”. Alguns meses depois, ficou expectante. “Se os Estados Unidos não procederem nesta delicadíssima questão com o maior cuidado e sagacidade”, disse, “a Grã-Bretanha será, só e exclusivamente, a dominadora absoluta dos mares e navegação e comércio nas costas da África.” Assim que leu o acordo Webster-Ashburton, deprimiu-se. “A Inglaterra obteve tudo sem ter cedido em nada.” O tratado era “prejudicial para o Brasil, de certo modo para a França e mais particularmente para as possessões de S. M. nas Índias Ocidentais [Cuba e Porto Rico], não só pelas reclamações que os ministros das duas potências entabularão em Madri [artigo 9º], senão pelas extorsões que, provavelmente, aguardam nosso comércio na costa da África”. Leitura imprecisa de um diplomata ciclotímico? Talvez. Só que mesmo os mais lúcidos na Península tinham dúvidas sobre o sentido exato do tratado. “Relativamente aos artigos 8º e 9º, que versam sobre a abolição do tratado da escravatura”, escreveu um editorialista de Madri, “a obscuridade é tal que só o tempo pode dizer se os Estados Unidos cederam nessa questão.” Num momento incerto da geopolítica mundial, a dúvida ajudou a dissolver a base de apoio dos negreiros.⁸⁴

⁸³ Junta de Comércio de La Coruña, 16/02/1843 (“uma recente memória...” e “frutos das colheitas...”), Junta de Comércio de Cádiz, 13/02/1843 (“paralisação do...” e “decadência ou...”) e Real Junta de Fomento, Havana, 13/07/1843. AHN, Sección Ultramar, legajo 4617, expediente 12

⁸⁴ Ofícios de Pedro Alcántara Argáiz ao Primeiro Secretário de Estado e do Despacho, Washington, 27/05/1841, 11/09/1842 e 24/08/1842, AHN, Sección Exteriores, legajo H1465. E *El Herald*, Madri,

A terceira variável foi a resistência coletiva dos escravizados numa das mais prósperas fronteiras agrícolas de Cuba. Quatro meses depois da publicação do *Reglamento de esclavos*, uma grande turma de cativos do engenho *Alcancía*, de Joaquín Peñalver, entre os maiores em Cimarrones, distrito a 23 km de Cárdenas, uniu-se a outra que trabalhava na construção de uma ferrovia em Soledad de Bemba (atual Jovellanos), 5 km ao sul de Cimarrones, e ambas, um contingente de quase quinhentas pessoas lideradas por lucumís (falantes de iorubá, semelhantes aos nagôs no Brasil), enfrentaram as forças armadas coloniais naquilo que foi uma das maiores batalhas de resistência escrava em Cuba. O saldo do levante foi trágico: 120 escravos chacinados, suicídio coletivo, oito condenados ao fuzilamento público, sete homens livres mortos. Nas respostas às Juntas de Comércio da Península, os hispano-cubanos leram o confronto pelo prisma da ordem senhorial, elogiando as rápidas e duras decisões de Valdés, e pelo prisma da autonomia colonial, censurando os peninsulares por persistirem no contrabando negreiro, assunto ultramarino: “o que acaba de suceder em Cimarrones e Soledad de Bemba é o melhor testemunho de que o governo não dorme quando se trata de apagar as chispas que despede o vulcão ao qual os caluniadores de Valdés querem dar livre desenvolvimento com o tráfico na costa da África.” Evocar a ação escrava para malhar o tráfico transatlântico de escravos é lugar-comum no discurso político oitocentista. Fazê-lo na conturbada crise que abalou o sistema-mundo capitalista de 1837 a 1846 expressa algo a mais que um simples tópico da *ars rhetorica*.⁸⁵

Os problemas domésticos da Grã-Bretanha, mediados pelo protecionismo tarifário pós-napoleônico do Atlântico Norte, pela crise financeira mundial de 1837 e pela transformação do próprio Estado britânico, oxigenaram a atuação simultânea da White Hall por uma nova divisão internacional do trabalho e pelo combate à escravidão negra na arena global. Numa inversão irônica da história, a perspectiva de o Foreign Office atuar como xerife abolicionista num novo ordenamento mundial, filtrada pelos quadros locais dos Estados Unidos e do império espanhol, gerou reações escravistas que se materializaram numa política externa agressiva em Washington e na construção de

24/09/1842, p. 3.

⁸⁵ Daniel Martínez García, “La sublevación de la Alcancía: su rehabilitación histórica en el proceso conspirativo que concluye en La Escalera (1844)”. *Rábida*, 19 (2000): 41-48. Para as citações, Real Sociedad Patriótica de Havana, 31/05/1843 (“o que acaba de...”). Os Ayuntamientos de Cienfuegos, 27/04/1843; Trinidad, 25/04/1843; Guanabacoa, 28/04/1843; Havana, 02/04/1843; Santiago de Cuba, 02/05/1843; Jiguany, 16/05/1843; e Santa Clara, 23/07/1843, também mencionaram as revoltas escravas de Bemba e Cimarrones tanto para defender Valdés como para condenar o contrabando negreiro. Todos em AHN, Sección Ultramar, legajo 4617, expediente 12.

um sistema permanente de consultas coloniais em Madri. A ênfase de um na arena mundial e do outro no cenário doméstico, mais que o mero resultado de tensões locais, traduz também a posição que cada espaço ocupava no sistema-mundo. Se para os Estados Unidos a soberania dos outros terminava onde começava a sua, para a Espanha a sua terminava onde começava a dos outros. Uma diferença sutil porém crucial. Chegou a hora de rastrear o que a crise do mercado integrado de commodities da periferia provocou no maior império escravista do Atlântico Sul.

Brasil: soberania e bilateralismo

“O governo francês não ratificou o tratado concluído entre a Inglaterra, Áustria, Rússia e Prússia”, comentou aliviado no início de 1842 um editorialista do Rio de Janeiro a respeito do Tratado Quintuplo, “e assim a grande liga que tinha por fim o predomínio da marinha britânica não se pode formar segundo os ardentes desejos da Grã-Bretanha.” O artigo estampou as páginas d’*O Brasil*, jornal concebido, financiado e pautado por Paulino José Soares de Souza, um dos líderes do Regresso que a historiografia canoniza como estadista amigo das teorias sobre o bem-comum e apartado do chão escravista da sociedade imperial. “Deste modo”, continuou, “os Estados Unidos não ficam isolados na posição que com tanta energia e bom senso foi explicada pelos seus diplomatas em Londres e Paris [...]: ou a Grã-Bretanha terá de recuar ou [...] as eventualidades de uma guerra crescerão”. Como se percebe pelo texto, a política externa norte-americana interessava de perto à sociedade brasileira. Não apenas. Penetrava também nos ofícios do representante imperial em Washington. No mesmo ano de 1842, ele enviou ao Executivo papéis oficiais da União destacando as notas Stevenson-Palmerston. “Entre estes interessantes documentos”, explicou, “figura em primeiro lugar a correspondência que o plenipotenciário dos Estados Unidos em Londres teve com o gabinete Britânico sobre o direito de visita pelos cruzadores ingleses a bordo dos navios americanos suspeitos de fazerem o comércio de escravos nas Costas da África. A discussão desse delicado assunto, por si mesma já mui importante, tornou-se ainda mais grave pela ocorrência do brigue americano Creole”.⁸⁶

⁸⁶ *O Brasil*, 21/04/1842, p. 4. Gaspar José Lisboa a Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho, Washington, 10/01/1842, AHI, código 233/3/3. O editor-chefe d’*O Brasil* era Justiniano José da Rocha. Ele disse, no Parlamento, que Paulino tratava pessoalmente do pagamento da gráfica do jornal e que era o único da cúpula regressista a discutir temas do jornal com ele. *ACD*, 26 de maio de 1855, p. 134. O retrato de Paulino como político refratário à esfera econômica escravista brasileira aparece em José Murilo de Carvalho. “Entre a autoridade e a liberdade”. In: *Visconde do Uruguai*. Org. e introd. de J. M. de

A torcida da imprensa pelo fracasso do Tratado Quíntuplo e o vivo interesse do governo nos argumentos de Stevenson justificam-se. A convenção antitráfico anglo-brasileira de 1826 estava para expirar em 13 de maio de 1845, e o Rio de Janeiro, a exemplo de Havana, Madri e Washington, percebeu que precisava manter a estabilidade da escravidão dentro dos canais legítimos do sistema interestatal moderno, sob pena de se expor à pontaria da Grã-Bretanha, o poder hegemônico global que, atravessando uma profunda crise doméstica, se tornara mais agressivo na arena internacional e vinha bombardeando zonas exteriores ao sistema de Estados, como os estuários do Rio das Pérolas (China) e do Rio Gallinas (África). A Corte vinha sentindo na pele uma prévia dessa escalada. Segundo o tratado de 1826, a Navy podia inspecionar navios imperiais em alto-mar, porém só estava autorizada a apreender os que trouxessem africanos escravizados a bordo. Desde 1839, ela vinha “esquecendo” a regra, e as embarcações equipadas para o tráfico passaram a ser detidas mesmo que tecnicamente “limpas”. O Foreign Office tinha razões de sobra para brutalizar. O acordo anglo-espanhol de 1835, que continha uma cláusula de equipamentos, e o bill Palmerston de 1839, que submetia as quinças portuguesas às cortes britânicas, haviam inibido o uso das bandeiras de ambos os países no submundo do contrabando, empurrando os traficantes renitentes para o brasão imperial, que os protegia antes do embarque dos africanos, e para as estrelas e listras, que a União exigia que jamais fossem paradas numa batida. Pega no contrapé, a Grã-Bretanha expandiu seus direitos. Aplicou na marra a cláusula de equipamentos contra navios brasileiros e impôs aos norte-americanos o direito de visita. O Rio de Janeiro chiou, sem poder material nem simbólico para se fazer respeitar, ao passo que Washington protestou com chances reais de atalhar a Navy. Conhecer seus argumentos (notas de Stevenson), acompanhar sua política externa (lobby na França) e gozar os efeitos de sua conduta (derrota do Tratado Quíntuplo) era, para a elite brasileira, uma forma de calcular as chances de refazer o tratado antitráfico sobre bases completamente novas. Era quase como vencer a queda de braço com Londres usando bíceps de terceiros.⁸⁷

Carvalho. São Paulo: Editora 34, 2002, p. 9-49; e em Ivo Coser. *Visconde do Uruguai: centralização e federalismo no Brasil, 1823-1866*. Belo Horizonte: UFMG/ Rio de Janeiro: IUPERJ, 2008, p. 211-221.

⁸⁷ Leonardo Marques. *The United States and the Transatlantic Slave Trade to the Americas, 1776-1867*. Doutorado. Atlanta: Faculty of the James T. Laney School of Graduate Studies of Emory University, 2013, p. 186-198 e 209 passim. Sobre o bill Palmerston, João Pedro Marques. *Os sons do silêncio: o Portugal de oitocentos e a abolição do tráfico de escravos*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 1999, p. 192-265. Para a releitura da convenção anglo-brasileira de 1826, Leslie Bethell. *A abolição do tráfico de escravos no Brasil* (1ª ed. em inglês, 1970). Rio de Janeiro: Expressão e Cultura/São Paulo: Edusp, 1976, p. 166-190.

Não era apenas o futuro do tráfico negreiro que estava em pauta. O tratado comercial anglo-brasileiro, de 1827, também estava prestes a terminar, tendo um prazo que vencia em 10 de novembro de 1842 e que podia ser estendido até 1844. O governo imperial quis a primeira data, a Grã-Bretanha impôs a segunda, e a sua vontade é que prevaleceu. “Vai o Brasil”, resumiu um articulista da Corte, “chupando mais dois anos de prepotência inglesa”. Com base na acrimônia do tempo, a historiografia sobre as relações internacionais brasileiras no século 19 diz que a experiência do sistema de tratados comerciais da década de 1820 foi tão traumática para o Estado brasileiro, que a Corte nunca mais se submeteu a acordos bilaterais do tipo até a queda da monarquia. Embora tenha algo de correto, a leitura, achacada de um nacionalismo institucional a que devia ser imune, subestima o que a Coroa fez: em meados do século fechou acordos bilaterais de comércio escolhendo, a dedo, países de economia mais frágil que a brasileira. E o que a Coroa procurou fazer: de 1841 a 1844 se empenhou a fundo numa tentativa de concluir mais um tratado comercial com ninguém menos que a própria Grã-Bretanha. Como na quadra da Independência, as relações econômicas anglo-brasileiras e o tráfico de africanos escravizados cruzaram-se mais uma vez no horizonte do governo imperial. Por três anos, a Corte, em vez da sobrançeria nacionalista que lhe atribuem, tentou ajustar-se, em acordos bilaterais com a Grã-Bretanha, às regras que o Foreign Office aceitava como legítimas na regulação do sistema interestatal moderno.⁸⁸

O unilateralismo da Grã-Bretanha em diversas frentes de sua política externa – Guerra do Ópio, bombardeio na África, direito de visita aos navios norte-americanos, orientação antiescravista no Texas, projeto Turnbull, cláusula de equipamentos contra os navios imperiais, extensão do prazo do tratado comercial anglo-brasileiro – era a ponta sobressalente de um tecido maior, o do esgotamento do mercado integrado mundial de commodities da periferia como modelo para a acumulação equilibrada de capital dentro da economia metropolitana britânica. Tal como ocorrera à monarquia espanhola, a escalada da violência na agenda externa de Londres enformou a dinâmica da política nacional no Brasil. Vale definir a moldura conceitual com que a elite brasileira traduziu a linha de conduta do Foreign Office nos assuntos do contrabando de escravos e do comércio anglo-brasileiro, para em seguida examinar as respostas concretas que ela ofereceu a seus novos desafios internacionais.

⁸⁸ Amado Luiz Cervo e Clodoaldo Bueno. *História da política exterior do Brasil*. 3ª ed., ampliada. Brasília: UFB, 2008, p. 65-79; Paulo Roberto de Almeida. *Formação da diplomacia econômica do Brasil. As relações econômicas internacionais no Império*. São Paulo: Editora Senac; Brasília: FUNAG, 2001, p. 133-140.

Mal terminara o Sistema de Aprendizagem no Caribe Britânico, *O Sete d'Abril*, a segunda boca de Bernardo Pereira de Vasconcelos e a primeira voz dos negreiros da Corte, apontou para o declínio econômico subsequente da Jamaica e perguntou-se com a ironia de costume: “Que é dessa majestosa colônia, dessa brilhante filha do Oceano, dessa Jamaica, que inundava os mercados europeus com seus produtos tão procurados; algum furacão das Antilhas a fez desaparecer? Onde suas riquezas?!...” Na sua resposta, Vasconcelos racializou o que era devido às novas relações de poder entre subalternos e administradores numa geoeconomia com terras disponíveis para atividades agrofloretais de subsistência: “o africano, por natureza indolente, não se quer sujeitar à vontade protetora de seus *filantropos*”. E do declínio do fabrico açucareiro caribenho concluiu, apostrofando os britânicos, que eles perseguiriam o tráfico negreiro ilegal movidos por um novo ímpeto material, a necessidade compensatória de tirar do chão a economia de seu império no Oriente. “Sim, que só desse modo podereis ver sem rivais os gêneros de produção de vossas colônias asiáticas e africanas, que encontram atualmente poderosos concorrentes nesses engenhos, nessas plantações americanas alimentadas pelos africanos.” A análise, que virou lugar-comum nos jornais brasileiros nos anos seguintes, coincidia com a que hispano-cubanos e norte-americanos estavam esboçando na mesma época. Emancipação escrava nas Índias Ocidentais, deslocamento do eixo imperial britânico para o Oriente, escravidão nas Américas como barreira à nova divisão internacional do trabalho. Três variáveis que definiam e semantizavam, nos olhos dos mais distintos observadores globais, uma única equação, a política externa antiescravista do Foreign Office.⁸⁹

Os brasileiros estavam cientes, até por experiência própria, do peso de seu mercado consumidor na comercialização internacional das manufaturas de Liverpool e da importância dessa comercialização no conjunto das exportações britânicas. Na crise dos anos quarenta, sua mirada, correta, ganhou uma grade conceitual mais ampla que acoplou o problema econômico do comércio exterior à política externa do combate à escravidão no Novo Mundo. No primeiro semestre de 1842, dois dos mais importantes jornais da Corte deram aos seus leitores a oportunidade de conferir, em português, o ensaio “England and America”, aquele no qual Duff Green divulgara a interpretação da nova geopolítica britânica que tinha explicado, em cartas privadas, à cimeira dos políticos em Washington. O escrito saía assinado com o gentílico “Um kentuckiano”

⁸⁹ *O Sete d'Abril*, 05/01/1839, p. 1.

no francês *Le Commerce* em março de 1842 e na *The Great Western Magazine* em abril, uma densa revista anglo-americana que trouxe, no mesmo número, contos da última fornalha de Edgar A. Poe e Nathaniel Hawthorne. De maio a setembro o *Diário do Rio de Janeiro* e *A Sentinela da Monarchia* desovaram, ao longo de dezessete edições, a tradução brasileira integral do ensaio de Duff Green, mantendo o título (“A Inglaterra e a América”) e o criptônimo (“Um kentuckyano”). “O Novo Mundo”, disse o texto citando Richard Cobden, “está destinado a tornar-se o árbitro da política comercial do Mundo Antigo.” Em que pese a estranha tradução de Velho Mundo por Mundo Antigo, o recado estava dado. As senzalas nas Américas, não os gabinetes da Av. White Hall, é que definiriam a mecânica das trocas mercantis globais dali por diante.⁹⁰

A tese ganhou mais densidade no ensaio que na correspondência pessoal. Green usou relatórios oficiais de Londres (assim como Engels em *A situação da classe trabalhadora*) para aduzir que as leis protecionistas do açúcar e do trigo custavam cerca de US\$ 90 milhões a mais por ano para o “povo da Grã-Bretanha” e que essa conta era paga pelos países “que consomem as produções de suas manufaturas.” Enquanto a Grã-Bretanha “pôde vender estas produções às outras nações”, tapou o rombo. Com seus clientes “deixa[ndo] de comprar porque agora manufaturam para si”, perdeu fôlego financeiro e buscou na Índia o “seu único recurso”: um mercado consumidor ultramarino. A colônia, para cumprir seu papel compensatório de anular as perdas britânicas sofridas no centro da economia-mundo, precisava gerar riquezas exportando, e aí é que estava a chave do problema. Duas razões de fundo a impediam de decolar. De um lado, a Grã-Bretanha a desindustrializara. “Só os homens de idade madura se podem recordar dos tempos em que a Índia fazia os seus pagamentos ânuos com a produções de suas manufaturas; era então este o interesse da Inglaterra, pois ela vendia essas produções às outras nações. Agora [...] ela manufatura mais barato do que as Índias, e em vez de receber as mercadorias indianas [...] força a Índia a comprar-lhe as suas próprias produções.” De outro, o sistema escravista nas Américas subordinava sua inserção na economia mundial via commodities tropicais. Diante do problema, a Grã-Bretanha imaginava “que, a não existir a escravidão nos Estados Unidos, em Cuba e no Brasil, ela poderia produzir o algodão, o açúcar, o arroz e o café mais baratos do que o

⁹⁰ *Diário do Rio de Janeiro*, 28/05/1842, p. 1-2; 30/05/1842, p. 1-2; 01/06/1842, p.1-2; 02/06/1842, p.1-2; 14/06/1842, p. 1-2; 17/06/1842, p. 1; 25/06/1842, p. 1-2; 06/07/1842, p. 1-2; 08/07/1842, p. 1. E *O Sentinella da Monarchia*, 15/06/1842, p. 6; 17/06/1842, p. 3; 20/06/1842, p. 3-4; 04/07/1842, p. 3-4; 06/07/1842, p. 3-4; 29/07/1842, p. 5-6; 26/08/1842, p. 2-3; 05/09/1842, p. 4. Para o ensaio de Green, nota 40 deste capítulo.

são pelos cultivadores dos Estados Unidos, de Cuba e do Brasil.” Assim, combatia “o tráfico da escravatura” calculando que, por aí, podia “facilmente vencer Cuba e o Brasil. E que, sendo então os Estados Unidos e Texas os únicos Estados que conservem escravos, estes Estados serão obrigados a seguir a torrente.” O abolicionismo internacional era uma das componentes da crise do mercado integrado de commodities da periferia. Green, e com ele os brasileiros, entenderam-no como sua variável decisiva.⁹¹

Essa leitura extraía seu vigor do projeto Turnbull. Se provas eram necessárias, ele dava materialidade à denúncia de que a agenda antitráfico se tornara nas mãos do Foreign Office a alavanca do abolicionismo internacional. Apenas soube do seu teor, o *Diário do Rio de Janeiro* reimprimiu os passos mais reacionários do panfleto escravista da condessa de Merlin, uma das respostas hispano-cubanas de 1841 à ofensiva britânica. Selecionaram um dos trechos que atribuía o campo de visão seletivo do abolicionismo internacional ao projeto oculto de manipular o mercado global do açúcar: “não sendo comparável com o açúcar da Havana o de New Orleans e do Brasil, a ilha de Cuba é a verdadeira e única rival das colônias inglesas.” E outro que exibia o oxímoro da escravidão voluntária: “se se apresentar aos infelizes negros”, disse, “a cruel alternativa de serem mortos ou comidos pelos seus ou de ficarem escravos no meio dum povo civilizado, sua escolha não será duvidosa, preferirão a escravidão”. Os editores do jornal também pescaram no mar aberto das notícias internacionais a representação que o Ayuntamiento de Havana tinha enviado à Coroa no início de 1841 – na qual pleiteara o sistema de consultas no campo dos direitos dos súditos, não da razão de Estado. “Acaba-se de publicar um documento importante da ilha de Cuba. É uma enérgica representação do Ayuntamiento de Havana à Regência de Madri sobre a emancipação dos escravos. Esta representação, assinada por três dos principais moradores da ilha de Cuba, escolhidos pelo capitão-general do Ayuntamiento, e escrita pelo síndico procurador geral, foi unanimemente adotada pelo Ayuntamiento. O documento em questão defende a escravatura e ameaça com resistência e mesmo com separação da mãe pátria se esta fizer a mínima tentativa de emancipação dos escravos em Cuba”. Mesmo sem saber do sistema de consultas, em construção silenciosa no próprio império

⁹¹ *Diário do Rio de Janeiro*, 02/06/1842, p. 1 (“povo da Grã-Bretanha...” até “seu único recurso”); 17/06/1842, p. 1 (“Só os homens...”); 17/06/1842, p. 1 (“a não existir...”).

espanhol, a Corte aferiu o impacto do abolicionismo internacional sobre os princípios de governo que regulavam as relações entre Espanha e Cuba.⁹²

O receio de que a Grã-Bretanha estendesse o projeto Turnbull ao Brasil pôs os políticos imperiais em polvorosa. “E quando, Sr. presidente, nós sabemos que o gabinete de S. James propôs o estabelecimento de semelhante Comissão Mista à Espanha”, indagou-se um político fluminense, “poderemos deixar de persuadir-nos de que eles não praticarão da mesma maneira para conosco?” *O Brasil*, do presumidamente equilibrado Paulino José Soares de Souza, usou o bordão dileto dos sulistas – *de vida e de morte* – ao encarar o tema: “hoje não é só o tráfico que ela quer que cesse [...] quer que nos escravizemos sujeitando-nos a um tribunal seu que venha dominar em nossas terras; quer fazer do Brasil um novo e mais vasto S. Domingos, chamando os escravos à liberdade, fazendo-os entrar em luta contra os seus Srs. Não, os brasileiros conhecerão que se trata para eles de uma questão de vida e de morte; não, eles não hão de consentir que os perseguidores da Irlanda, os escravizadores da Índia, os envenenadores da China [...] sejam em nossa terra negrófilos fautores de carnificina! Ódio aos ingleses!” A fonte da cólera estava na legislação local. O império espanhol carecia de leis que decretavam a liberdade dos africanos escravizados ilegalmente importados em Cuba. O Império do Brasil, não. Possuía a de 7 de novembro de 1831, que dava ao projeto Turnbull embasamento legal na própria jurisdição doméstica. “Como é que nos persuadiremos que ele [o governo britânico] está satisfeito e não tem pretensões mais exageradas; que não venham exigir o estabelecimento de uma Comissão Mista para emancipar os escravos importados depois de 1831?” As respostas à pergunta foram dadas na dinâmica da política local e no bilateralismo diplomático.⁹³

A cena política brasileira teve três grandes novidades em 1842 que redefiniram o discurso e a ação relativos ao contrabando negreiro. A superlei de 3 de dezembro, que reformara o Código de Processo Criminal, foi aplicada pela primeira vez naquele ano e, dadas as engrenagens que instituíra entre poder central e recursos estratégicos locais, passou a gerar Câmaras de Deputados quase monopartidárias na cor do gabinete em

⁹² *Diário do Rio de Janeiro*, 26/10/1841, p. 1, e 22/09/1841, p. 1.

⁹³ Citações, respectivamente, de *O Brasil*, 14/04/1842, p. 1, *Diário do Rio de Janeiro*, 19/04/1842, p. 1-2, e Elias Regnault. *Historia criminal do governo inglez, desde as primeiras matanças na Irlanda até o envenenamento dos Chinas, traduzida do francês, anotada, e aumentada com a historia dos muitos fatos modernos tanto no Brasil, como em dominios de Portugal. Por um brasileiro* [J. M. Pereira da Silva]. Rio de Janeiro: Laemmert, 1842, vol. 2, p. 496. Ver também *Diário do Rio de Janeiro*, 16/04/1842, p. 2, 18/04/1842, p.2, e *O Brasil*, 16/04/1842, p.4, 21/04/1842, p. 4. A respeito da *Historia Criminal* e seu tradutor e co-autor, J. M. Pereira da Silva, Tâmis Parron. *A política da escravidão no Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 201-203.

exercício. A regra dali por diante foi o domínio de um partido *numa* legislatura, com rodízio partidário *entre* as legislaturas. Se o segredo de qualquer sistema político está na forma como ele estabelece a sucessão no poder, o triunfo da máquina eleitoral público-privada montada pelos saquaremas alterou dois pilares da política brasileira. Diminuiu uma necessidade: por que bater na lei de 1831 para abater adversários políticos, se as eleições podiam ser fabricadas pelo Executivo? E aumentou outra: o exercício máximo do poder e sua plena entrega aos adversários em Câmaras monocromáticas só eram admissíveis se o consenso em torno do inadmissível (a escravização ilegal em massa de pessoas livres) se convertesse num absoluto suprapartidário. A questão cabe numa fórmula de círculo vicioso. O novo sistema político-eleitoral-partidário funcionava apenas com o consenso social do escravismo ilegal, e o consenso social do escravismo ilegal se reforçava com o funcionamento do novo sistema político-eleitoral-partidário. Não admira que a campanha contra a lei de 7 de novembro de 1831 desaparecesse com o tempo. Admira, porém, que tenha sumido da noite para o dia, como se os atores tivessem ciência imediata das implicações de longo alcance do Leviatã que haviam criado. É aí que entra a segunda novidade de 1842.⁹⁴

Um dos primeiros produtos que a crise do mercado integrado de commodities da periferia gerou no Império do Brasil foi o eclipse repentino das petições particulares, municipais e provinciais, bem como dos discursos parlamentares, pela revogação da lei de 7 de novembro de 1831. A última vez que um porta-voz dos negreiros pediu, no espaço público imperial, a invalidação da lei antitráfico foi na quarta-feira de 12 de abril de 1842, num debate da Assembleia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro sobre a recém-descoberta notícia do projeto Turnbull e o risco de o Foreign Office estendê-lo ao Brasil.⁹⁵ Não é por acaso que tenha sido numa altercação parlamentar sobre o episódio. Depois daquela quarta-feira, na verdade depois que o projeto Turnbull personificou a nova fase do abolicionismo internacional, o assunto deixou de ser politizado à direita e à esquerda, foi esquecido por amigos e inimigos do contrabando, como se o diploma estivesse morto de uma vez, enterrado às pressas numa cova sem lápide. Aberto em 1834 com petição de Baú e seus camaradas de Bananal, o ciclo da infame campanha contra uma das mais ousadas leis da história brasileira, que mandava libertar escravo e

⁹⁴ Tâmis Parron, Alain El Youssef e Bruno Estefanes, “Vale expandido: Vale expandido: contrabando negreiro e a construção de uma dinâmica política nacional no Império do Brasil.” *Almanack*, Guarulhos, núm. 7 (1º sem. 2014): 137-159.

⁹⁵ Fala de J. M. Pereira da Silva. In: Elias Regnault. *Historia criminal do governo inglez*, vol. 2, p. 503-504.

prender senhor, completou a sua primeira volta no fim de oito anos. A sua segunda duraria mais oito. De 1842 a 1850 a lei de 7 de novembro de 1831, tão acusada de ser para inglês ver, tornou-se, na verdade, uma lei para inglês não ver.

Calar para melhor fazer a política do bilateralismo. Essa foi a estratégia do Poder Executivo para aplacar a fúria da Royal Navy, desviar o projeto Turnbull de sua rota de colisão com o Brasil e renovar o tratado comercial anglo-brasileiro sobre novas bases. A iniciativa pública que melhor materializou todos esses objetivos foi o projeto da célebre Lei de Terras, o primeiro marco regulatório da aquisição de fundos agrários no Brasil independente. Concebido nas salas do Conselho de Estado para responder à geopolítica britânica, mas também aos eternos litígios nas mal definidas fronteiras das propriedades rurais do país (como se tentassem matar dois pássaros com um tiro), ele foi a última grande novidade de 1842 na cena política brasileira. Conforme seus artigos, as terras devolutas só podiam ser adquiridas pela compra; as glebas por comprar, bem como as já ocupadas de posse ou título antes da aprovação da lei, seriam tributadas; a receita dos impostos e das vendas financiaria a importação de colonos livres; e os imigrantes não poderiam comprar nem arrendar terrenos agrícolas antes de três anos de residência no império. Pelo papel que lhe foi atribuído depois de sua aprovação em 1850, a Lei de Terras aparece na historiografia como um instrumento jurídico destinado a trazer imigrantes europeus ao Brasil, fazendo o país passar do arcaísmo colonial escravista para as relações de trabalho assalariadas e modernas do capitalismo contemporâneo. Um pequeno esforço de arqueologia histórica mostra que suas motivações iniciais foram outras. Bernardo Pereira de Vasconcelos, seu principal redator, pretendia montar um esquema de importação de africanos livres que fosse alternativo ao contrabando de africanos escravizados, se não por inteiro ao menos em parte e se não em parte ao menos no jogo da diplomacia.⁹⁶

A ideia pingara num artigo de jornal. A edição d'*O Despertador* de 24 de julho de 1841 noticiava que, na Guerra do Ópio, o governador da cidade chinesa de Ningpo prometera “uma recompensa de 50 mil pesos a todo aquele que entregar vivos Mr. Elliot” e seus comparsas (sim, o Elliot que depois ia tramcar a abolição do cativeiro no

⁹⁶ Márcia Maria Menendes Motta. *Nas fronteiras do poder: conflitos de terra e direito agrário no Brasil de meados do século XIX*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura/Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998; José Murilo de Carvalho. *A construção da ordem. Teatro de sombras*, p. 329-354; Ilmar Rohloff de Mattos. *O Tempo Saquarema: a formação do Estado Imperial* (1986). São Paulo: Hucitec, 2004, p. 251-252; Ruy Cirne Lima. *Pequena história territorial do Brasil: sesmarias e terras devolutas* (1954). São Paulo: Secretaria do Estado da Cultura, 1990; José de Souza Martins. *O cativeiro da terra* (1986). São Paulo: Hucitec, 1996; e Lígia Osório Silva. *Terras devolutas e latifúndio: efeitos da lei de 1850*. Campinas: Ed. Unicamp, 1996.

Texas) ou “de 30.000 àquele que levar as cabeças”. No mesmo número – o que não é coincidência, pois os editores sabiam que a fumaça que vinha do Oriente encobria os mares do mundo –, o jornal abriu espaço para uma resenha sobre a reorganização do império britânico e seu impacto no tráfico negreiro ilegal transatlântico. O autor, mascarado com as iniciais J. A. L. G., escreveu que o governo inglês, “tão esperto como é”, estava caçando navios brasileiros em nome de suas “Índias Orientais, em cujo território se cultiva o café, açúcar e outros gêneros”. E que, sendo essa uma causa que viera para ficar, o Brasil, por sua posição internacional, devia adaptar-se à nova ordem em vez de tentar mudá-la. “Não nos parece despropositado compararmos o nosso estado com a luta que sustentou a Inglaterra com a França, quando o imperador Napoleão decretou o bloqueio continental proibindo de qualquer gênero ou fazenda à Inglaterra pertencente; mas as intrigas, o ouro e o egoísmo mercantil prevaleceram. Napoleão caiu! E o gabinete inglês venceu!!!” Na prosa de J. A. L. G., a Grã-Bretanha precisou de duas orações e quatro pontos de exclamação para tomar Paris. Em seu raciocínio, precisaria de muito menos para esmagar o Rio de Janeiro: “como não queremos que nos deitem por terra, cobertos de lama e de miséria, procuremos um meio termo”. Sua proposta de conciliação consistia em buscar “na África colonos pretos” no lugar de escravos. Era uma ideia atualizada. No ano em que o artigo veio à luz, a Grã-Bretanha mal começara a transportar africanos livres para suas plantations açucareiras caribenhas.⁹⁷

O texto de J. A. L. G. se chamava “Reflexões sobre a escravatura” e não passava disto: reflexões. Com a Lei de Terras, o Conselho de Estado reduziu as reflexões a ação. Embora o texto falasse em imigrantes, sem definir a procedência deles, Vasconcelos, seu principal relator, foi mais direto e falou em africanos. Pouco antes de o projeto ser apresentado no Parlamento, o político lhe preparou o terreno em algumas sessões do Senado. Começou declarando que abandonara a agenda pela revogação da lei de 7 de novembro de 1831. “Eu não advogo hoje o tráfico de africanos, porque não sou advogado contra as leis que regem o país, e existe lei que proíbe esse tráfico”. Sua nova

⁹⁷ *O Despertador*, 24/07/1841, p. 1 e 3. David Northrup. *Indentured Labor in the Age of Imperialism*, p. 44-51. Os escravistas do Atlântico estavam por dentro do experimento. Em setembro, a Junta de Fomento cubana escreveu: “No mês de fevereiro deste ano saiu do Tâmis o sr. Barday, membro do Conselho Legislativo da Jamaica, armado de uma permissão do governo para conduzir àquela ilha sob o título especioso de trabalhadores forçados por 15 anos, mas para ser escravos na realidade, milhares de negros de Serra Leoa e outros pontos da Costa da África.” In: J. A. Saco. *Historia de la esclavitud*, vol. 5, p. 225. Em 1843 os Estados Unidos foram sondados pelo diplomata da Grã-Bretanha em Washington sobre a possibilidade de transferir seus negros livres às Antilhas Britânicas (Steven H. Mitton. *The Free World Confronted*, p. 110-131).

posição, legalista entre aspas, podia supor a defesa da imigração europeia em massa. Não foi isso o que ocorreu. Segundo Vasconcelos, a cultura da propriedade individual tornava o imigrante branco inepto para trabalho agrícola no Brasil, país de grandes fazendas. “O europeu tem um interesse, um instinto para proprietário como nenhum outro habitante do mundo. Ele está habituado a ver o proprietário no seu país sempre cercado de prestígio, de autoridade, de consideração. Logo que o europeu chega a um país como o Brasil, tão vasto e tão fértil, e em que se obtém grande extensão de terras por um ceitil [...] torna-se proprietário e não vai alugar seu serviço”. Em oposição, os negros, escravizados ou livres, trabalhavam de bom grado para terceiros e expandiam a riqueza agregada nacional. Um senador, descrente dos próprios ouvidos, quis confirmar o que escutara. “Deveremos aumentar constantemente a população do Brasil com a raça preta?” Vasconcelos tornou-lhe seco: “Apoiado”. E explicou. “Os africanos têm contribuído para o aumento, ou têm feito a riqueza da América; a riqueza é sinônimo de civilização no século em que vivemos; logo a África tem civilizado a América”. O mais perfeito exemplar escravista de um silogismo aristotélico no século 19.⁹⁸

Como numa jogada ensaiada, outros políticos começaram a se mover na direção apontada por Vasconcelos. Na Assembleia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro, Inácio Manuel Alves de Azevedo repercutiu o debate negros vs. brancos do Senado. “Fui sócio da sociedade de colonização [europeia], da qual não vi progresso, e nem julgo gente branca tão apropriada para estes climas como colonos negros.” O problema é que a Grã-Bretanha fechava a torneira do fluxo de africanos para o Brasil, ao passo que a reabria em seu império para irrigar o Caribe e o “Hindustão” com “200.000 colonos africanos.” “Algum dia”, ironizou aludindo à divisão internacional do trabalho que parecia estar em curso, “se venderá no Rio de Janeiro café e açúcar inglês”. O santo remédio: batalhar junto ao Parlamento pela “regularização da colonização africana” no Brasil. Uma cena parecida se deu em Ouro Preto. No seu discurso à Assembleia Provincial, Francisco Soares d’Andrea, presidente de Minas Gerais, acusou a Grã-Bretanha de usar “todos os meios de abolir entre nós a escravatura, bem como entre outras nações”, obtendo, ao mesmo tempo, “colonos à costa da África” para “suas colônias.” E exortou os mineiros a pedirem ao governo o direito de importar “africanos livres para serem empregados debaixo de tutela por um certo número de anos.” Azevedo e Andrea eram da roda saquarema. Venceram as eleições parlamentares manipuladas de

⁹⁸ *Anais do Senado do Império (AS)*, 25 de abril de 1843, p. 349; e 26 de abril de 1843, p. 384; e 27 de abril, p. 393.

1842 na mesma chapa fluminense que elegeu Paulino, Rodrigues Torres, Eusébio de Queirós e o visconde de Baependy. Azevedo caiu no esquecimento. Vive, hoje, à sombra do filho Álvares de Azevedo, luminar do romantismo brasileiro que preferiu o escapismo byroniano à política do pai. Andrea é de mais triste memória. Assinara, quando presidente do Pará, uma das poucas leis da história brasileira que institucionalizou o racismo no país, condenando “índios, mestiços e pretos que não forem escravos” ao regime de trabalho compulsório em favor “da lavoura, do comércio e de obras públicas”. Os “africanos livres” que pedia em Minas Gerais, já se vê, eram mais africanos que livres.⁹⁹

Vasconcelos, Rio de Janeiro, Minas Gerais. O homem e o Vale expandido. A mudança repentina no discurso do núcleo vivo dos negreiros sobre os africanos se ajustava à leitura que a Corte fazia da crise da conjuntura mundial e à sua intenção de substituir os acordos antitráfico e comercial anglo-brasileiros nos melhores termos possíveis para os escravistas do Brasil. Se o projeto da Lei de Terras se destinava ao problema do tráfico, qual era a solução para o tratado comercial? A imprensa e o governo entendiam (na pegada do artigo “A Inglaterra e a América”, de Duff Green) que a conjuntura mundial do protecionismo pós-napoleônico encurralara a economia doméstica na Grã-Bretanha e concluíam (por si mesmos) que isso reposicionava para cima a importância do mercado consumidor brasileiro na escala de prioridades dos magnatas de Lancashire. De modo inverso, percebiam que a consolidação do mercado integrado de commodities da periferia nos Estados Unidos e nos países europeus sem colônias dera ao Brasil parcerias comerciais que aliviavam o peso relativo da Grã-Bretanha no fechamento de suas contas externas. Era preciso tirar proveito disso. Um artigo de jornal pôs o dedo no nervo da questão:

O Brasil é efetivamente um dos melhores consumidores de artefatos de algodão que a Inglaterra tem. O valor anual da exportação para o Brasil dos produtores das manufaturas de algodão inglesas chega à soma enorme de milhão e meio de libras esterlinas [US\$ 7,2 milhões]; o que faz mais de metade do total das exportações da Inglaterra para o Brasil, enquanto a Rússia, toda a África e suas ilhas, a Prússia, a França, a Suécia, Dinamarca e Noruega não consomem, todas juntas, nem metade desse valor à Inglaterra [...] excetuadas as nações onde, como na Índia e agora na China,

⁹⁹ Fala de Alves de Azevedo no *Diário do Rio de Janeiro*, 17/05/1843, p. 2; apoio à sua proposta em *O Brasil*, 18/05/1843, p. 2. A de Andrea está em *Falla dirigida á Assembléa Legislativa Provincial de Minas-Geraes na abertura da sessão ordinaria do anno de 1843 pelo presidente da provincia, Francisco José de Souza Soares d'Andrea*. Ouro Preto: Typ. do Correio de Minas, 1843, p. 62. Para as eleições de 1842, *O Brasil*, 11/10/1842, p. 3.

a Inglaterra impõe à força de armas as condições do comércio, não tem no mundo vaca mais leiteira do que o bem mugido Brasil!...¹⁰⁰

A Corte estava disposta a entregar o leite, mas queria dois benefícios em troca. A entrada privilegiada do açúcar brasileiro no mercado doméstico britânico, uma área de escape para ele se safar da colisão com o gigante cubano nas praças livres do Atlântico Norte, e a autorização da Royal Navy para o transporte de colonos negros da África para o Brasil. O principal jornal dos saquaremas, que então ocupavam o Executivo, falou na língua de Vasconcelos, Alves de Azevedo e Soares d'Andrea, ao tocar no assunto: “Os nossos lavradores que não estão abastecidos de escravos de dia em dia se vão arruinando [...] Substituí-los pelo trabalho do europeu, pela colonização europeia, é quimera que, cumpre confessá-lo, não pode iludir a ninguém.” Mais um pouco: “nada de tratados. Sem que a Inglaterra nos conceda, quanto a braços para nossa lavoura, o mesmo que ela usa em suas colônias. Consinta-nos ela que vamos buscar à África colonos para nossas fazendas.” O biênio 1842-1843 foi de negociações suadas. O diplomata espanhol na Corte ouviu da boca de Joaquim José Rodrigues Torres, num encontro a sós, a lista de pedidos que o governo imperial entregara ao Foreign Office. Era grande: “que admita o café e o açúcar para consumo, que evacue o território do Brasil que ocupa na província do Pará, que satisfaça o pagamento pendente faz tanto tempo das reclamações de presas brasileiras, que cessem os excessos que se têm cometido nas costas e portos do império pelos cruzeiros ingleses empregados em perseguir o comércio ilegal de introdução de africanos e, por último, a ver se não poderia obter que o gabinete de S. James concordasse com a importação deles, na classe de colonos, para o Brasil.” O governo imperial não desejava anular a divisão internacional do trabalho em que o país importava manufaturas e exportava matérias-primas. Queria apenas que ela coexistisse com a escravidão negra e a importação legalizada de africanos. Ser “vaca leiteira” não era um problema. O problema era o preço do leite.¹⁰¹

No auge de sua crise de legitimidade, o Estado britânico apostou numa posição que, a dar certo, lhe traria capital político e, a dar errado, a imagem de bem intencionado. O lobby caribenho, usando a Câmara de Comércio inglesa como sua caixa

¹⁰⁰ “Os interesses da Inglaterra e os do Brasil na questão do tratado”, *O Sentinella da Monarchia*, 20/02/1843, p. 1-3, 08/03/1843, p. 2-3, 13/03/1843, p. 3-4 e 17/03/1843, p. 2-3 (citação). O artigo saíra, originalmente, no *Diário de Pernambuco*.

¹⁰¹ José Delavat y Rincón ao Primeiro Secretário de Estado, Rio de Janeiro, 20/02/1843, AHN, Sección Exteriores, legajo H1410.

de ressonância, pedira ao governo que fosse duro nas negociações com o Brasil, pois o império tropical não podia ganhar acesso ao mais denso mercado consumidor de açúcar do planeta cometendo o crime do contrabando negreiro. Sua posição tinha apelo em outro potente grupo social. O grosso dos abolicionistas aceitava a entrada do açúcar brasileiro no mercado britânico desde que o Foreign Office exigisse a emancipação dos escravos do país. “Saibam os brasileiros que, se for para abrir os nossos mercados ao seu açúcar, eles têm que o conseguir proclamando a liberdade de seus escravos, dando salário aos seus trabalhadores.” A Av. White Hall, seguindo seu protocolo de crise, se abriu a essas demandas sociais e despachou Henry Ellis ao Brasil no início de 1842. Ele devia seguir o parecer do presidente da Câmara de Comércio, lord Ripon, aliás seu irmão. “Se tivermos de fazer concessões em favor do açúcar e do café brasileiro”, disse, “deverá ser em troca de uma regulamentação realmente eficiente, da parte deles, [pelo fim] do tráfico de escravos e até mesmo da escravidão.”¹⁰²

Ellis se esmerou em sua missão. Trouxe a maior carruagem que as janelas da Corte tinham visto, jaez do mais fino tecido, gala sem igual. Deu festa, baile, jantar. Não adiantou. O que ele queria do governo o governo não deu, e o que o governo queria dele ele não podia dar, pois excedia suas instruções. De comum acordo, ambos decidiram que as tratativas anglo-brasileiras por um acordo comercial continuassem em Londres no ano seguinte. O homem que a Corte escolheu para a missão especial de 1843 foi o experiente diplomata José de Araújo Ribeiro, que tinha testemunhado a Crise da Nulificação nos Estados Unidos e vinha ocupando o importante cargo de chefe da delegação imperial em Paris. Depois de alguns encontros com lorde Aberdeen, Ribeiro explicou à Corte que a Grã-Bretanha abraçara uma espécie de abolicionismo livre-cambista levada por fatores materiais. “A emancipação de seus escravos nas Antilhas a colocou em posição desfavorável a respeito da produção de todos os gêneros coloniais, que ela não pode agora produzir tão barato como aquelas nações que ainda conservam os seus escravos.” Daí a necessidade das altas tarifas de importação. Por outro lado, ela precisava importar produtos baratos por conta da pressão dos movimentos populares. Daí a necessidade das alíquotas baixas. Para sair das cordas, a Inglaterra resolvera bater abaixo da cintura. Aceitaria um tratado comercial em benefício do café, porém “modificaria os direitos que excluem o nosso açúcar dos seus mercados de consumo” se, e somente se, o Brasil declarasse “de maneira bem determinada e irrevogável a

¹⁰² *Proceedings of the General Anti-Slavery Convention* (1843), p.164 (“Saibam os...”); e apud Leslie Bethell. *A abolição do tráfico de escravos no Brasil*, p. 220 .

emancipação de seus escravos”.¹⁰³ Ribeiro rodou Londres, e um encontro com lord Ripon, o irmão de Henry Ellis, rendeu este diálogo:

JAR: Sua Excelência está ciente de que o acordo comercial entre a Inglaterra e o Brasil está para expirar?

LR: É verdade; e alegra-me poder tratar com Sua Excelência por uma renovação.

JAR: O Brasil é favorecido por seu solo e clima. Seus produtos compreendem peles, sebo, algodão, minerais de diversos tipos, açúcar.

LR: Perdoe-me Sua Excelência por interrompê-lo, mas como é cultivado o açúcar, por trabalho escravo?

JAR: É.

LR: Oh, peço que o retire da lista. Não podemos aceitá-lo. É contrário aos princípios religiosos do povo britânico comprar açúcar feito por escravos.

JAR: Respeito os honrosos escrúpulos de sua nação. Ainda há outras mercadorias que podemos trocar para o bem de ambos os países.

LR: Ah, sim. Podemos prover vocês de ferros, cerâmica, seda, artigos de lã e algodão.

JAR: Perdoe-me, Sua Excelência disse algodão? Como ele é cultivado?

LR: Por quê? Hum! Você disse, como é cultivado?

JAR: Ao menos quatro quintos do algodão importado na Inglaterra são cultivados por escravos. Devo então entender que seu povo não tem escrúpulo religioso quando vende produto cultivado por escravos aos brasileiros?

LR: (enrubesce e se remexe desconfortável em sua cadeira)

O diálogo é cênico demais, tem coups de théâtre demais, para ser verdadeiro. Ainda assim, circulou impresso no próprio século 19, sem dar nome ao diplomata imperial, no espírito do *se non è vero, è ben trovato*. A Corte do Rio de Janeiro não precisava lê-lo nem analisá-lo para captar o sentido *vero* da missão Ribeiro. No fim de 1843, desistiu do bilateralismo e despachou seu diplomata de volta para Paris.¹⁰⁴

Antes de fazer as malas, o brasileiro encontrou-se com um antigo colega jornalista norte-americano que também vivera em Washington na Crise da Nulificação. O homem era o agente secreto do governo Tyler e autor do influente “A Inglaterra e a América”, recém-publicado no Brasil. Ninguém mais, ninguém menos que Duff Green. Ribeiro narrou à Corte que Green tinha “vindo com a incumbência de falar acerca da emancipação dos escravos com as pessoas influentes com quem tratasse.” Os dois se abriram, e Ribeiro revelou-lhe o que Aberdeen vinha exigindo do Brasil. Green associou a ofensiva de Aberdeen ao projeto Turnbull e garantiu que “o governo americano”

¹⁰³ Sobre o luxo da Missão Ellis, J. M. Pereira da Silva. *Memórias do meu tempo*. Rio de Janeiro: Garnier, 1895, vol. 1, p. 99-105. Ofícios de José de Araújo Ribeiro a Paulino José Soares de Souza, Londres, 03/10/1843; 21/11/1843 e 23/11/1843. AHI, código 271/4/6.

¹⁰⁴ John McGilchrist. *Richard Cobden, The Apostle of Free Trade. His Political Career and Public Services*. Nova York: Harper & Brothers, 1865, p. 84-88. E Henry Richard. *Memoirs of Joseph Sturge*. Londres: S. W. Partridge, vol. 2, 1865, p. 281-283. Tomei a liberdade de fazer cortes no diálogo sem as devidas reticências entre colchetes: [...]. Em ambos os livros, o interlocutor de Ripon é descrito como um “embaixador brasileiro”. Não pode ser outra pessoa que José de Araújo Ribeiro.

considerava o “procedimento do governo inglês em querer seduzir o Brasil e Cuba a emancipar seus escravos” uma “intervenção ilícita que se arrogava a Inglaterra nos negócios internos de outros povos.” A comunicação com Aberdeen e a linha cruzada com o espião de Tyler convenceram Ribeiro de que, salvo “alguma guerra ou outro acontecimento extraordinário que absorva a atenção da Inglaterra, a marcha de tais princípios [do abolicionismo] há de ser sempre progressiva”. O Brasil devia estar preparado para a nova ordem mundial fazendo de sua soberania a fortaleza da escravidão negra. “O gabinete de que V. Ex.”, disse a Paulino José Soares de Souza, ministro dos Estrangeiros, “faz parte se pode justamente gloriar de ter proclamado um importante princípio, declarando que o negócio da emancipação ou não emancipação dos escravos no Brasil era de exclusiva competência de seu governo. [...], mas não basta proclamar essa doutrina, é necessário mantê-la inalterável sem perder nunca de vista o reconhecimento que dela fez o governo inglês. Infelizmente, os primeiros gabinetes que regeram o Brasil não pensaram acertadamente a este respeito.”¹⁰⁵

Ainda engrenado na marcha da conversa com Duff Green, Araújo Ribeiro relatou que os Estados Unidos já estavam juntando forças para reagir à abolicionização da potência hegemônica do sistema-mundo capitalista. “Disse-me também”, escreveu, “que, para evitar os efeitos dessa intervenção no território de Texas, se dispunha o presidente dos Estados Unidos a propor ao Congresso a incorporação dessa república.” A Corte se encorajou. Travada a comunicação com Londres, suspensas as rodadas do tratado comercial anglo-brasileiro, rejeitada a ideia da colonização de africanos – falhado, enfim, o bilateralismo legalista – o Rio investiu no tráfico transatlântico ilegal de africanos escravizados apostando no princípio da soberania nacional adotado pelos Estados Unidos. Para uma potência do centro, a soberania basta. Para uma periférica, só possui valor substantivo se garantida por outros Estados que deem ao país a força que ele não tem. O império precisava dessa garantia. O Brasil precisava de uma internacional escravista.¹⁰⁶

Internacional escravista: dos Estados soberanos à soberania em rede

O condestável da Carolina do Sul tinha dito. Acelere a anexação do Texas e engate todo mundo na mesma locomotiva: o Noroeste com sua plataforma pela

¹⁰⁵ Ofício de José de Araújo Ribeiro a Paulino José Soares de Souza, Londres, 28/12/1843. AHI, códice 271/4/6.

¹⁰⁶ José de Araújo Ribeiro a Paulino José Soares de Souza, Londres, 28/12/1843. AHI, códice 271/4/6.

ocupação do Oregon, Nova York, Paris e Berlim na resistência ao plano britânico de monopólio comercial do algodão, a Espanha pelo domínio de Cuba. Da ilha em particular, achou que “seria bom para o nosso governo e o da França acordarem a garantia de sua posse pela Espanha contra a interferência de qualquer outra potência”. O que propunha era um acordo formal entre França, Espanha e Estados Unidos pela estabilidade da escravidão no Caribe e no Golfo do México. Uma espécie de G3 escravista – que, depois, se abriu à entrada do Império do Brasil –, no qual as reações políticas à Grã-Bretanha deixavam de ser simultâneas e interinfluenciáveis, como vinham sendo até então, para se tornar programaticamente coordenadas. Não sendo nada fácil reunir na mesma frente regiões e povos com interesses tão diversos, era necessário adotar, por eixo comum, a luta patriótica contra a divisão internacional do trabalho que a Grã-Bretanha queria impor à Europa, aos Estados Unidos, ao mundo todo. O gabinete Tyler recebeu de braços abertos as instruções de John C. Calhoun.¹⁰⁷

Em fevereiro de 1844 o Executivo soltou nos Estados Unidos a *Letter relative to the Annexation of Texas*. O texto, que devia arrastar a opinião pública do Norte para a tomada do Texas, trazia argumentos proteicos que apenas um Proteu moderno podia compor, e esse deus retórico era o secretário do Tesouro, Robert James Walker. Nascido e educado na Pensilvânia, acomodado e enriquecido no Mississippi, advogado, fazendeiro e especulador, Walker conhecia como poucos os diversos costumes sociais, habitats políticos e interesses materiais que demarcavam as fronteiras internas da União, e usou o seu know-how para escrever o que se pode chamar de obra-prima. Sua *Letter* era um menu ideológico para todos os gostos. O jurista encontrava nela a constitucionalidade da anexação. O militar, o fortalecimento da fronteira sul dos Estados Unidos. O geógrafo, a unidade hidrográfica do Golfo do México ao Rio Alleghany, em Nova York. O historiador, a evidência de que o Texas fez parte da Compra da Louisiana (em que pese o título da obra, Walker fala apenas em *reanexar* o Texas). O escravista, o golpe contra o abolicionismo internacional. O antiescravista, a garantia de que “a escravidão desaparecerá com certeza se o Texas for reanexado à União; não por abolição, mas contra ela e seu frenesi, devagar e gradualmente, por difusão, tal como já recedeu quase por completo em diversos dos Estados escravistas mais ao norte”. E o racista, o alívio de que o Texas sugaria todos os negros dos Estados

¹⁰⁷ J. C. Calhoun a A. P. Upshur, Fort Hill, 27 de agosto de 1843. In: Clyde N. Wilson (org.). *The Papers of John C. Calhoun*, vol. 16, p. 381-383. Para o desenvolvimento da ideia de uma internacional escravista, Rafael Marquese e Tâmis Parron, “Internacional escravista: a política da Segunda Escravidão”. *Topoi*, vol. 12, núm. 23 (jul-dez. 2011): 97-117.

Unidos para o funil da América Central e do Sul. O panfleto foi financiado pelo “Texas Fund”, um lobby de especuladores fundiários que bancou uma tiragem de, talvez, 1 milhão de cópias. Walker não escreveu uma única palavra sobre valorização de terras.¹⁰⁸

O principal argumento da *Letter* é o mesmo que os senhores e seus vogais vinham formulando em outros espaços do Atlântico e que Calhoun tornou a viga mestra da sua internacional escravista, a noção de que a Grã-Bretanha pretendia impor uma nova divisão internacional do trabalho capaz de aniquilar a escravidão dos concorrentes de suas colônias orientais e de fechar as fábricas têxteis dos adversários de suas indústrias metropolitanas. Nessa chave de leitura, a escolha do Norte só podia ser do tipo ou ou. O Texas, por conta de seu perfil agrário, ocupava um lugar fixo na economia mundial que beneficiaria ou a Nova ou a Velha Inglaterra. Do lado do consumo, havia comprado “de nossas manufaturas domésticas em 1839 uma quantidade que excede de longe um quarto e quase chega a um terço das nossas manufaturas domésticas exportadas para o estrangeiro.” “Há um mercado doméstico agora no Texas que pode ser assegurado para sempre” ou será lançado “na posse na Inglaterra.” Do lado da produção, por sua vocação algodoeira, seria o que a Índia não vinha conseguindo ser, e cabia ao Norte escolher entre garantir o monopólio da oferta mundial do algodão dentro dos Estados Unidos ou deixar um importante fornecedor da matéria-prima cair nas mãos da Grã-Bretanha: “em dez anos a contar da reanexação, haverá mais algodão americano processado nesta União do que há agora ou deverá haver na Inglaterra.” Com o Texas no seio dos Estados Unidos, Nova York, aparelhada de um “porto fundo, acessível e amplo, unida por canais e pelo Hudson ao Rio São Lourenço e aos Lagos, ao Ohio e ao Mississippi”, irá “tomar de Londres o tridente do oceano e comandar o comércio do mundo”. Nova York, a nova Posêidon. Alegoria apropriada para um Proteu que se chamava Walker.¹⁰⁹

O passo seguinte do Executivo norte-americano foi o aparelhamento do corpo diplomático. Enquanto Duff Green fazia seu tour ideológico pela Grã-Bretanha, William King, político do Alabama nascido na Carolina do Norte, foi enviado à França e Henry Wise, da Virgínia, ao Brasil. A diplomacia imperial desconfiou que a causa da nomeação de Wise fosse o fato de ele proceder de um lugar “onde ainda existe a

¹⁰⁸ *Letter of Mr. Walker, of Mississippi, relative to the Annexation of Texas, in reply to the Call of the People of Carroll County, Kentucky, to Communicate his Views on that Subject*. Washington: Globe Office, 1844. Sobre o “Texas Fund” e a tiragem do panfleto, Frederick Merk. *Slavery and the Annexation of Texas*, p. 9-10.

¹⁰⁹ *Letter of Mr. Walker*, p. 15, 19 e 24.

escravidão”. Era isso mesmo. Abel Upshur, o secretário de Estado da era pós-Webster, fez mais. Querendo tornar verdadeiro o que até ali era uma teoria verossímil, começou a repertoriar o maior número possível de evidências da conspiração mundial da Grã-Bretanha a serem usadas na política doméstica norte-americana em favor da anexação do Texas. Seu primeiro passo foi encomendar ao seu cônsul na Jamaica, Robert Harrison, virginiano como Wise, uma enquete com proprietários locais sobre disciplina do trabalho, custo produtivo, valor das fazendas e moralidade pública na colônia desde o fim do Sistema de Aprendizagem, critérios com que ia provar o fracasso do experimento abolicionista no Caribe. Em seguida, abriu o G3 da escravidão ao Rio de Janeiro.¹¹⁰

Numa conversa com José Gaspar Lisboa, o diplomata imperial em Washington, Upshur, tendo Green por fonte, perguntou se era verdade que “Aberdeen tivesse proposto ao plenipotenciário brasileiro como condição *sine qua non* para a negociação de um tratado de comércio a emancipação dos escravos no Brasil”. Upshur queria provas por escrito. Dizia “que o gabinete britânico não cessava de propagar que ele não tencionava intervir com a escravatura” e que precisava “ter provas que confirmem quais são as verdadeiras intenções do governo inglês a este respeito”. Lisboa, que conhecia Ribeiro, escreveu-lhe uma carta e notificou a Corte. Aquele lhe respondeu com uma resenha da missão falhada em Londres e sentenciou que o “governo britânico está decidido a empregar todos os meios ao seu alcance para conseguir a emancipação dos escravos em todos os países da América”. A Corte, por sua vez, revelou-lhe que Henry Ellis, quando no Rio, só esteve autorizado a abrir o mercado doméstico da Grã-Bretanha ao açúcar brasileiro “se o Brasil se obrigasse a emancipar os escravos em um prazo de tempo convencionado. Foi repellido.” Lisboa entregou uma tradução da carta de Ribeiro a Upshur e ouviu que o “atual gabinete tinha a ideia mais vantajosa do Brasil e que desejava muito estreitar as suas relações, especialmente na presente conjuntura, pois necessitava da *sua cooperação*, bem como da França, para resistir aos projetos hostis do gabinete britânico, que, debaixo da máscara de humanidade e filantropia, tratava de destruir, em seu proveito, a prosperidade das outras nações”. O brasileiro se envaideceu. A Corte grifou de vermelho o trecho de sua carta. A delegação imperial vivia agastada com o desprezo com que as Mensagens do Presidente botavam o Brasil no mesmo

¹¹⁰ Para a política externa escravista de Tyler, Matthew Karp. “*This Vast Southern Empire*”, p. 116-216. Análise da enquete da Jamaica, Steven H. Mitton. *The Free World Confronted*, p. 110-167. Citação extraída do ofício de Gaspar José Lisboa a Paulino José Soares de Souza, Washington, 12/02/1844, AHI, códice 233/3/3.

parágrafo – e, portado, no mesmo patamar – que as repúblicas da América do Sul. Agora, o país ombreava com a França. Lisboa disse à Corte que “entre as duas nações” os “interesses se acham enlaçados até certo ponto”. É seu o primeiro registro oficial, na história do Brasil, da ideia de que a escravidão negra dava ao país e aos Estados Unidos a base de uma geopolítica comum.¹¹¹

Pedro Alcántara Argaiz, o diplomata espanhol em Washington, também se embalou no canto da sereia norte-americano, a política da boa vizinhança com os países escravistas. O Departamento de Estado ficara sabendo dos dois comitês, o de brancos e de negros, que David Turnbull quisera unificar no mesmo movimento revolucionário pela independência de Cuba (“uma conspiração [...] arranjada pelos abolicionistas e vários agentes ingleses, apoiados indireta mas eficazmente por seu governo, na qual tomarão parte ativa os negros, escravos e livres, e os criollos brancos não proprietários”) e repassou a história a Argaiz, dizendo-lhe que a Espanha podia contar com a destra amiga dos Estados Unidos para esmagar qualquer rebelião liberal do tipo. Quando Espartero, o regente espanhol, foi deposto em meados de 1843, Argaiz temeu que ele se refugiasse em Cuba sob a proteção da Grã-Bretanha e deflagrasse uma guerra de resistência que meteria a pique a ordem social escravista da colônia. Foi ter com Upshur, o secretário de Estado. A conversa dá um giro quando a escravidão entra em cena.

A: Desejo saber se o gabinete da União continua animado dos princípios políticos que me manifestou no inverno passado.

U: O senhor sabe que, pela Constituição federal, o poder de declarar guerra reside no Congresso, não no Executivo.

A: O que se deseja é impedir que os ingleses promovam uma sublevação simultânea e geral de escravos. Seria conveniente que vocês mandassem uma esquadra puramente de observação às águas de Havana.

U: Pode ter certeza de que vamos mandá-la.¹¹²

Upshur e Argaiz tiveram mais diálogos privados. O espanhol notou que, quando dava corda ao assunto da escravidão, o secretário “ia se exasperando contra os ingleses até tal extremo, que houve momentos em que me deixou pasmado e surpreso.” Num de seus picos de fúria, Upshur disse: “faça entender à população branca e às autoridades de

¹¹¹ Offícios de Gaspar José Lisboa a Honório Hermeto Carneiro Leão, Washington, 21/11/1843, e a Paulino José Soares de Souza, Washington, 05/12/1843, AHI, código 233/3/3. E despacho de Limpo de Abreu a José Gaspar Lisboa, Rio de Janeiro, 05/06/1845, código 235/1/17. Ênfase original.

¹¹² Pedro Alcántara Argaiz ao Primeiro Secretário de Estado, Washington, 19/01/1843 (“uma conspiração...”); e Washington, 16/10/1843 (“Desejo saber...”). AHN, Sección Ultramar, legajo H2910. Eliminei as reticências entre colchetes para aumentar a legibilidade do diálogo.

Cuba que, se algum indivíduo se fizesse culpável de um atentado semelhante ao do ex-cônsul inglês Mr. Turnbull, e se provasse seu delito, devem imediatamente lhe tirar a vida; e se as autoridades, como no caso de Turnbull, interviessem em seu favor [isto é: prendessem em vez de assassinar], o povo pode fazer justiça com as próprias mãos enforcando-o no primeiro engenho que encontrarem; e que reclamem depois os que o comissionaram, e veremos quem vai tomar a responsabilidade de seus atos”. A última oração, na leitura de Argaiz, era “como quem diz: nós faremos frente às reclamações que suscitem”. Em pouco tempo Upshur e Argaiz estreitaram a relação, e o americano confidenciou ao espanhol uma carta do cônsul norte-americano em Cuba garantindo que os norte-americanos residentes na ilha estavam de sobreaviso para pegar em armas contra o primeiro sinal de subversão da ordem social. As linhas eram secretas, estavam criptografadas:

29. 176. 2399. 5038. 6636. 6540. 2540. 2593. 2772. 5545. 2159. 701. 5402.
4744. 1286. 5806. 4868. 5474. 2017. 2017. 4998. 2268. 2740. 6266. 2017.
4547. 730. 4307. 3211. 4821. 5358. 4808. 29. 30. 31.

Upshur mostrou a Argaiz a sopa de números e traduziu-a num inglês claro: nada acontecerá a Cuba, dizia a cifragem, até “o dia que saiba a Grã-Bretanha que possa apoderar-se dela sem encontrar os canhões anglo-americanos!!!” Traía um segredo de Estado? Entre amigos não há segredos.¹¹³

Em 28 de fevereiro de 1844 um deus ex machina sacou Upshur do entrecho histórico. Um dia antes ele fora dormir realizado por ter concluído a minuta do tão sonhado tratado de anexação do Texas com os enviados da república vizinha. Acordou feliz na manhã do 28 e permitiu-se uma festa autocongratulatória na exibição pública do *Princeton*, a nova joia de guerra dos Estados Unidos. Concebido no quase confronto com a Grã-Bretanha, o *Princeton* era um navio a vapor movido a hélice submersa (em vez das rodas de pás), aparelhado com eixo propulsor e casa das máquinas abaixo do calado e munido de potentes canhões, um deles um monstro batizado de Peacemaker, que lançava projéteis de 110 kg a cinco km de distância. Muita gente foi à festa. O presidente Tyler, a mulher com quem pretendia se casar, o pai da pretendida (ex-senador por Nova York), a viúva de James Madison, o secretário da Marinha Thomas Walker Gilmer (o anexionista que vinha especulando em terras no Texas desde 1837), congressistas e diplomatas. O espanhol e o brasileiro foram convidados. Lisboa

¹¹³ Pedro Alcántara Argaiz ao Primeiro Secretário de Estado, Washington, 16/10/1843 (“ia se exasperando...” até “como quem diz...”) e Washington, 08/12/1843 (“29.176.2399...”). AHN, Sección Ultramar, legajo H2910. Ênfase original.

declinou por “ter estado o dia ventoso e ter outras coisas a fazer”, o espanhol subiu a bordo. No meio da festa o Peacemaker fez o seu show. O fogo acende, o pavio arde e bum. É tudo festa no *Princeton*. Mais uma vez. O fogo acende, o pavio arde e bum. A festa estava boa, e o Peacemaker, quente, descansou. Mas Gilmer tinha muito dinheiro em jogo no Texas, não queria parar. Mais uma vez, mais uma vez. O fogo acende, o pavio arde e bum. Silêncio. Zumbido. Gritos. O Peacemaker explodira. Morreram um escravo do presidente, o ex-futuro sogro de Tyler e diversas notabilidades. “Entre as vítimas”, contou o diplomata espanhol, “exânimes e horivelmente mutiladas, caíram o secretario de Estado, Mr. Upsher, [e] Mr. Gilmer”. Lisboa descreveu a tragédia no dia seguinte. Seu colega precisou de três para se recompor. “Testemunha ocular do horrível acidente de cujas consequências escapei milagrosamente, meu ânimo ainda está abalado de terror e sob a impressão da cena mais espantosa que vi em toda a minha vida.”¹¹⁴

Upshur e Gilmer morreram, o anexionismo e a internacional escravista, não. John C. Calhoun saiu da coxia de onde assoprava a fala dos protagonistas e assumiu a Secretaria de Estado no último ano do governo Tyler. Em dois tipos de epístolas, um para consumo doméstico, outro para a arena mundial, sintetizou o que Walker e Upshur tinham feito até ali. Enviou ao Senado o tratado com o Texas, anexando-lhe uma denúncia do abolicionismo internacional britânico endereçada a Richard Pakenham, diplomata de Londres em Washington. Na nota a Pakenham, recunhou a ideia da decadência racial dos negros que Walker expusera e “comprovara” em sua *Letter*. Walker escrevera: “O número de surdos e mudos, cegos, idiotas e loucos, dos negros nos Estados não escravistas, é de um para 96; nos Estados escravistas, é de um para cada 672, ou sete a um em favor dos escravos a esse respeito quando comparados com negros livres.” Calhoun, como se tivera a *Letter* aberta sobre as coxas, copiou-lhe o anverso, o lado da efígie (“o número de surdos e mudos, cegos, idiotas e loucos nos Estados que mudaram as antigas relações entre as raças”...), e o reverso, o lado dos algarismos (...“é de um para seiscentos e setenta e dois – isto é, sete para um em favor do último em comparação com o primeiro”). Embora a moeda fosse a mesma, Calhoun trocou o seu valor de câmbio. O racismo de Walker prometia escoar os negros, escravos inclusive, para outras Américas, o de Calhoun denotava eternidade da escravidão. O Senado, que abrigava mais racistas que escravocratas, recusou o argumento e fulminou

¹¹⁴ Descrição em Crapol, *John Tyler*, p. 207-209; Karp, “*This Vast Southern Empire*”, 198-199. Fidencio Bourman ao Secretário de Estado y Despacho, Washington, 02/03/1844, AHN, Sección Exteriores, H1466. E Gaspar José Lisboa a Paulino José Soares de Souza, Washington, 29/02/1844, AHI, código 233/3/3.

o projeto de anexação. Gaspar José Lisboa pensava diferente. Gostou do que leu e recomendou o racismo calhouniano à Corte do Rio. “Merecem a consideração do governo imperial a correspondência de lord Aberdeen para Mr. Pakenham, ministro britânico, comunicada ao falecido secretário de Estado Mr. Upsher, e a enérgica resposta que lhe deu o seu sucessor, Mr. Calhoun.”¹¹⁵

Em suas cartas destinadas à audiência internacional, o “homem forjado em ferro” deixou o de lado o racismo (tema restrito às implicações da abolição para os brancos norte-americanos) e focou no problema da divisão internacional do trabalho (que compreendia os efeitos da abolição para os capitalistas do mundo). Calhoun sabia do projeto Turnbull oferecido à Espanha e tinha fortes evidências das tramas do cônsul britânico em Cuba, reforçadas pela recém-eclodida Conspiração de La Escalera. Também estava por dentro das condições abolicionistas que Londres impusera ao Rio de Janeiro em troca da abertura de seu mercado doméstico metropolitano ao açúcar brasileiro. “O Sr. Rebiero [José de Araújo Ribeiro]”, escreveu-lhe Duff Green, “me contou que a Inglaterra solicitou que concordasse em abolir a escravidão e que ele estava indo embora sem nenhum tratado.” Seu contraparente o tinha estimulado com palavras missionárias a assumir os negócios estrangeiros dos Estados Unidos: “receio que você não veja a importância e o peso que sua entrada no Departamento de Estado teria nas negociações pendentes entre a Inglaterra & Espanha & Inglaterra & Brasil sobre a abolição da escravidão.” Agora, Calhoun precisava botar em prática tudo o que sabia.¹¹⁶

No texto que disparou a William King, seu diplomata na França, Calhoun leu a crise de legitimidade do Estado britânico num nível de abstração que ainda não tinha sido atingido por seus pares escravistas. Ela não se devia a interesses coloniais (leitura comum nos Estados Unidos, no império espanhol e no Brasil) nem à competição manufatureira dos países industrializados (leitura de Green), senão à relação intrínseca entre bens de capital, trabalho e comércio mundial nos países desenvolvidos. “Tão grande tem sido o avanço das artes, químicas como mecânicas, nas últimas gerações, que todas as velhas nações civilizadas suprimem suas próprias necessidades com uma

¹¹⁵ *A Letter of Mr. Walker*, p. 12; Calhoun a Richard Pakenham, Washington, 18/04/1844. In: *Public Documents, Printed by order of the Senate of the United States. First Session of the Twenty-Eighth Congress*. Washington: Gales and Seaton, 1844, vol. 5, p. 52 (aí está a documentação completa que Calhoun enviou ao Senado); ou Clyde N. Wilson (org.). *The Papers of John C. Calhoun*, vol. 18, p. 276. Há outras semelhanças notáveis entre os textos. Ver, por fim, Gaspar José Lisboa a Paulino a Ernesto Ferreira França, Washington, 30/04/1844, AHI, código 233/3/3.

¹¹⁶ Duff Green a Calhoun, Nova York, 12/01/1844, e Londres, 29/09/1843. In: Clyde N. Wilson (org.). *The Papers of John C. Calhoun*, vol. 16, p. 693 e 470-472, respectivamente.

pequena parte de trabalho e capital, o que tende a limitar a um círculo estreito a quantidade de comércio entre elas, forçando todas à procura de mercados nas regiões tropicais e nas áreas mais recentemente colonizadas do globo”. Devido a essas condições estruturais que não podia controlar, a Grã-Bretanha não tinha opção senão “aumentar sua capacidade de produzir produtos tropicais” a fim de “recuperar a sua superioridade” sobre as demais potências do Atlântico Norte. Em termos analíticos, isso significava dominar o comércio na periferia para reposicionar suas manufaturas no centro do sistema-mundo capitalista. O escravismo nas Américas era a única instituição capaz de frear a divisão internacional do trabalho que a Av. White Hall, por conta da própria dinâmica do capitalismo industrial, precisava impor ao resto do sistema. Segundo Calhoun, as colônias britânicas

além do Cabo da Boa Esperança possuem ilimitada quantidade de trabalho, estando prontas para, com ajuda do capital britânico, suprir o déficit que seria ocasionado pela destruição das produções tropicais dos Estados Unidos, Cuba, Brasil e outros países cultivadas por trabalho escravo neste continente, assim que os consequentes preços elevados dessem lucro. É a competição bem-sucedida daquele trabalho que mantém os preços dos principais artigos tropicais tão baixos, a ponto de prevenir seu cultivo com lucro nas possessões da Grã-Bretanha pelo que ela gosta de chamar de trabalho livre. Se ela destruir essa competição, teria monopólio naquelas produções. Ela possui todos os meios de garantir uma oferta ilimitada: possessões vastas e férteis no Oriente e no Ocidente; comando irrestrito de trabalho e capital, e um grande poder para suprimir motins e manter a ordem em todos os seus domínios.

A crença no poder do livre comércio sobre a divisão internacional do trabalho atravessa os escritos de Calhoun desde que ele desfalcara o lobby do American System. Em seu *Exposition and Protest*, de 1828, dissera que os sulistas precisavam combater o protecionismo tarifário a fim de produzir algodão mais barato que outras regiões do globo, “sob pena de ser expulsos do mercado.” Discutir tarifas (que interferiam na formação de preço dos bens trocados) era um meio legítimo de assegurar o monopólio da produção mundial de algodão que o Sul tinha acabado de obter. Passada uma geração de domínio absoluto do mercado integrado de commodities da periferia pelos países escravistas – pensava agora Calhoun –, a Grã-Bretanha queria mudar as regras do jogo com uma ferramenta ilegítima, o abolicionismo internacional manifesto em sua diplomacia enviesada no Texas, e assim refazer a formação do preço dos bens trocados na arena mundial. Contra a violenta hegemonia da Grã-Bretanha, o interesse das demais nações era um só: deixar fazer na América escravista, deixar passar na Europa livre. “Não é melhor que recebam a baixos preços providenciados pela competição, pelos

meios de produção mais baratos e pela proximidade de mercados, que pagar altos preços impostos pelo monopólio, trabalho caro e grande distância dos mercados? Não é melhor que seu trabalho seja trocado com um novo continente que se expande rapidamente em população e capacidade de consumo [...] do que com regiões distantes e antigas cuja população já cresceu o que podia crescer?” A carta a King nasceu clássica. Ganhou edição em panfleto, foi comentada pelos diplomatas do Brasil e da Espanha, abriu os *Documents Américains: Annexion du Texas*, de Adolphe Jollivet, circulou na imprensa brasileira e reapareceu na primeira *DeBow's Review* de 1850.¹¹⁷

A Grã-Bretanha negou qualquer dolo de emancipar os escravos na República do Texas. O problema não é o que prometia fazer ou não fazer, e sim o que já tinha feito. O projeto Turnbull, a injunção abolicionista na renegociação do tratado comercial anglo-brasileiro, o flerte entre o Executivo e a Convenção Geral Contra a Escravidão, o plano de emancipação escrava no Texas que Charles Elliot mandara a Aberdeen e que, apesar de sua letra castigada, os olhos espiões do Sul decifraram e vazaram na imprensa norte-americana (o que não surpreende: a paranoia sulista podia decifrar até o que Elliot jamais escrevera), diante de tudo isso as escusas britânicas não colaram, e a comunidade internacional, no mínimo, se omitiu na crise do Texas. Sem a Europa no meio do caminho, os desafios geopolíticos dos Estados Unidos se reduziram à dimensão regional (disputa com o México) e principalmente à doméstica (disputa com antianexionistas). Depois da carta a King, o presidente Tyler ainda navegou por 201 dias as tumultuosas indas e vindas da política interna norte-americana, que envolveram muito fisiologismo e ao menos uma violação constitucional, até assinar em março de 1845 a resolução conjunta do Congresso que ratificou o tratado de anexação do Texas.

Assim como a relação de forças entre a Grã-Bretanha e outras potências escravistas se tornou componente da agenda política norte-americana, assim também o diálogo entre os Estados Unidos e a Grã-Bretanha integrou o processo de tomada de decisões nos impérios escravistas da Espanha, do Brasil e até da França. A cadeia de eventos analisada a seguir quadra bem à oficina da sociologia histórica. Uma variável principal pode ser isolada (reação dos Estados Unidos às ofensivas abolicionistas oficiais, inoficiais e oficiosas da Grã-Bretanha sobre as Américas) a fim de ver o que

¹¹⁷*DeBow's Review*, vol. 9, núm. 1 (agosto, 1850): 184-191; Adolphe Jollivet (org.). *Documents Américains: Annexion du Texas, Émancipation des Noirs, Politique de l'Angleterre*. Paris: de l'Imprimerie de Bruneau, 1845. Jollivet era o principal lobista do Caribe escravista francês na Câmara de Deputados em Paris. Trechos da carta de Calhoun saíram n' *O Mercantil*, Salvador, 11 abril 1845, p. 2 (extraídos da coleção de Jollivet).

acontece quando ela varia, isto é, quando é filtrada por um conjunto de forças sociais particulares que determinam os ambientes locais.

Gaspar José Lisboa, o diplomata imperial em Washington, chamava Calhoun de “sábio”. Repassou ao Rio de Janeiro a carta a King, pois achava que ela sintetizara “com bastante esclarecimento e previsão as verdadeiras vistas da Grã-Bretanha relativamente à abolição da escravidão nos Estados Unidos, Brasil e Cuba, e as funestas consequências que se seguiriam da execução de semelhante medida”. À vontade com o secretário, um dia resolveu “convidá-lo para jantar comigo”. Calhoun agradeceu dizendo que tinha apreço pelo Brasil, “que era um grande país, cheio de recursos, com um governo consolidado, que estava prosperando e que prometia ser uma grande nação; que os Estados Unidos e o Brasil eram os dois principais países do continente americano e que, não obstante a diversidade das formas de governo, era do seu recíproco interesse o unirem-se juntamente com a França para resistirem às exigências do gabinete britânico”. O Executivo brasileiro, às voltas com a negociação comercial emperrada com Londres, destacou em vermelho a passagem do ofício. Poucos dias depois do jantar, Calhoun escreveu as instruções de Henry Wise, seu homem no Rio. “A missão para a qual você foi nomeado é considerada a mais importante entre as deste hemisfério. Depois dos Estados Unidos, o Brasil é o país maior, mais rico e mais firmemente estabelecido das Américas.” Wise devia justificar a ação dos Estados Unidos no Texas (explicando “as visões e a política da Grã-Bretanha”, “especialmente no que se relaciona com o assunto da abolição da escravidão”) e sugerir que era semelhante à “resistência firme que [o Rio] mostrou contra a tentativa da Grã-Bretanha, na última negociação, de tornar a abolição da escravidão no Brasil uma condição para que ela admitisse em seu mercado o açúcar brasileiro”. A república e o império, segundo Calhoun, tinham de adotar a “mesma fórmula política” de entrincheirar a escravidão negra nos limites da soberania nacional. Do contrário, o “café, arroz, algodão, tabaco e açúcar” de ambos iriam “para as possessões inglesas que ficam além do Cabo da Boa Esperança.” Calhoun e Lisboa enviaram para o Rio a documentação apenas ao tratado de anexação do Texas que o primeiro submetera ao Senado federal. A íntegra da nota racista e plagiadora que o “sábio” escrevera a Pakenham ganhou as páginas do *Jornal do Commercio*, *A Sentinella da Monarchia*, *Correio Mercantil* e *Diário Novo*.¹¹⁸

¹¹⁸ A expressão “sábio senador” está no ofício de Gaspar José Lisboa a Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho, em Washington, 04/03/1843, AHI, código 233/3/3. Para o elogio à nota a Pakenham e o grifo

Àquela altura, os cleptoescravistas brasileiros e seus comissários no governo estavam vendo um notável resultado prático da ideia da internacional escravista. A diplomacia dos Estados Unidos não só tinha alterado o curso da linha diplomática antitráfico que a Grã-Bretanha seguira contra Washington. Também estava inflando o poder de barganha de Paris junto a Londres. François Guizot previra em 1842 que a atitude dos Estados Unidos que levou ao tratado Webster-Ashburton “daria segurança aos direitos marítimos e às atividades comerciais de todas as nações” e seria tomada por modelo dali por diante. Estava certo, e para o seu pesar. Assim que a oposição francesa soube da convenção, castigou-o sem parar até 1844, acusando-o de fraco por manter o país curvado ao “humilhante” direito de visita da Navy. Guizot pediu ajuda no outro lado do Canal da Mancha, e Aberdeen tinha interesse em atendê-lo, pois sabia que a França era uma espécie de amplificador da opinião pública europeia, que abaixar o volume da anglofobia em Paris ajudava a silenciar a anglofobia na Europa. Londres aceitou submeter o assunto a uma comissão anglo-francesa e, por fim, admitiu novo acordo bilateral trocando o direito de visita britânico pela obrigação francesa de bancar seu próprio esquadrão antitráfico na costa da África. Estava a Grã-Bretanha começando a aceitar como regra o que os Estados Unidos haviam exigido como exceção? Um jornal do Rio de Janeiro achou que sim. No mesmo número que notou que “já está nomeada a comissão que deve rever o tratado existente entre a França e a Inglaterra a respeito do direito de visita”, lembrou que o acordo antitráfico anglo-brasileiro de 1827, estando para expirar, faria “cessa[r] o direito de visita dos navios brasileiros pelos cruzadores ingleses. Temos por nós o direito e a justiça, e o governo deve promover com toda energia que prevaleça.” Por que, nesse contexto, renovar o tratado antitráfico cedendo o direito de visita? Seria humilhante aceitar o que os Estados Unidos tinham rejeitado e a Grã-Bretanha estava permitindo rejeitar.¹¹⁹

do governo, Gaspar José Lisboa a Ernesto Ferreira França, Washington, 30/04/1844 e Washington, 13/05/1844. A imprensa brasileira, que se ufanava da Constituição não racista do país, esparramou elogios à carta racista de Calhoun. Ver *A Sentinella da Monarchia*, Rio de Janeiro, 12/08/1844, p. 1-2 (que menciona a publicação no *Jornal do Commercio*, mas que transcreve a carta do jornal norte-americano “*The New Yorck Journal of Commerce*”); *Correio Mercantil*, Salvador, 27/08/1844, p. 1-3; e *Diário Novo*, Olinda, 20/01/1845, p. 2. O editorialista desse último inferiu, dos números que Calhoun apresentou, que o escravizado, diante de uma proposta da emancipação, devia gritar: “Arreda-te lá, ganho, que me dás perda”.

¹¹⁹ Guizot a Cass, Paris, 31 de maio de 1842. In: *Gen. Cass and the Quintuply Treaty*, p. 6-7; *O Diário do Rio de Janeiro*, 17 de março de 1845, p. 2; e *A Sentinella da Monarchia*, 17 de março de 1845, p. 3. Para o contexto do tratado antitráfico anglo-francês de 1845, Paul Michael Kielstra. *The Politics of Slave Trade Suppression in Britain and France, 1814-48: Diplomacy, Morality and Economics*. Londres: MacMillan Press, 2000, p. 207-250

Vendo brechas na parede diplomática do Foreign Office, o governo imperial quis abrir a sua. Em 12 de março de 1845, Antonio Paulino Limpo de Abreu, ministro dos Estrangeiros, avisou o diplomata britânico na Corte que o tratado expiraria no dia seguinte. Num despacho à delegação brasileira em Washington, explicou em que ele apoiava sua brusca advertência ao Foreign Office. Expirado o convênio, disse, acabaria “por consequência o direito de visita e busca” – os termos “visitar” e “buscar” são sinônimos no espicilégio anglo-luso-brasileiro; a distinção algo bizantina entre eles, que penetrou na redação do ministro, havia sido colocada em circulação pelas notas Stevenson-Palmerston –, e o Rio de Janeiro seguiria “os princípios que tão vigorosamente sustentou esse governo [dos Estados Unidos] quando tratou com a Grã-Bretanha objeto idêntico; e seria para desejar que V. Exa. conseguisse penetrar as vistas políticas do mesmo ministro [dos Estrangeiros] a nosso respeito.” Uma internacional escravista havia sido sugerida pelos Estados Unidos. Às vésperas de uma das mais graves crises diplomáticas da história do Brasil, Limpo de Abreu precisava dela. “Noto igualmente haver-lhe dito o secretário de Estado Mr. Calhoun que achava muito justo que o Brasil tratasse de promover os seus interesses e de manter a sua independência para com as demais nações, para o que supunha que seria muito conveniente juntar-se com os Estados Unidos e a Espanha para repelir as arrogantes exigências da Grã-Bretanha à emancipação da escravatura”.¹²⁰

Três fatores ajudam a entender por que o Império do Brasil leu com otimismo as novidades da arena mundial. O país tinha silenciado o último levante escravo de magnitude havia dez anos e, dada a pacificação das revoltas regenciais, não se detectava nenhum outro na iminência de ocorrer. Vinha sendo regido por um sistema político-eleitoral-partidário que abafara a politização do contrabando e, portanto, a discussão sobre a lei de 7 de novembro de 1831. E suas exportações de café continuaram beneficiadas pela política tarifária dos mercados do centro da economia global (ao contrário do açúcar, o café não fora taxado, por exemplo, na revisão aduaneira norte-americana de 1842). Com uma base firme em casa, a Corte olhou para fora e se encorajou com o que viu. Os Estados Unidos tinham afastado a Grã-Bretanha de seu caminho (do direito de visita à anexação do Texas), plantando no campo das relações internacionais uma resistência que estava dando frutos, desde o arquivamento do projeto Turnbull na Espanha até o recuo do direito de busca na França. E a Grã-Bretanha, à sua

¹²⁰ Despacho de Limpo de Abreu a José Gaspar Lisboa, 5 de junho de 1845, AHI, código 235/1/17.

parte, vinha enfrentando uma crise de legitimidade doméstica agravada pelo estrangulamento do mercado mundial de artigos industriais, de modo que precisava do Brasil, um de seus principais importadores estrangeiros de manufaturas, para superá-la. Nas contas do governo imperial, Londres ia sentar à mesa com o Rio de Janeiro desesperada por um acordo comercial e disposta a um protocolo antitráfico inspirado no modelo Webster-Ashburton. Não foi o que aconteceu. Os episódios externos que encorajavam os brasileiros também encorajaram Aberdeen. A oposição inglesa vinha usando o tratado antitráfico anglo-francês e a anexação do Texas aos Estados Unidos na sua campanha contra o Executivo, forçando, com algum paradoxo, é verdade, Aberdeen a restaurar sua popularidade e alianças políticas batendo no ator internacional mais fraco ao seu alcance, o Império do Brasil. Em 8 de agosto de 1845, o ministro conseguiu sancionar o bill que hoje leva seu nome, uma lei que submetia a tribunais britânicos os navios imperiais envolvidos (ou suspeitos de se envolver) no contrabando de africanos escravizados. O sistema mundial é dinâmico e desigual. As mesmas brechas que haviam inspirado o Brasil a cavar a sua tinham endurecido a parede britânica contra o Brasil.¹²¹

As duas principais respostas ideológicas do Rio de Janeiro à Grã-Bretanha foram o *Protesto do governo imperial contra o bill sancionado em 8 de agosto de 1845*, de Limpo de Abreu, e *Inglaterra e Brasil: tráfico de escravos*, redigido, hoje se sabe, por João Manuel Pereira da Silva. Decerto há diferenças notáveis no teor dos textos, graças a seus gêneros discursivos – aquele é manifesto, este uma série de artigos de jornal – e ao lugar social do discurso – um é declaração oficial assinada por um ministro, o outro recopilação anônima impressa numa tipografia particular. Essas diferenças produziram textos cruzados, cujos argumentos cabem no contorno de um quiasmo: o primeiro defende o país, não o tráfico; o segundo o tráfico, não o país. Distinções à parte, uma coluna comum põe de pé as duas obras. Tanto o *Protesto* de Limpo de Abreu como o livro de Pereira da Silva pretenderam ir à raiz do problema e atacar o preceito que a Grã-Bretanha evocou para legitimar o bill Aberdeen, o de que o tráfico negreiro era

¹²¹ Para a oposição a Aberdeen, Paulo Michael Kielstra. *The Politics of Slave Trade Suppression*, p. 251-252. A eleição de James Polk para a presidência dos Estados Unidos no fim de 1844 pode ter dado o último empurrão para o Brasil confiar no êxito de uma internacional escravista. “Atualmente há toda a probabilidade de que Mr. James Polk seja eleito presidente dos Estados Unidos”, disse o diplomata imperial em Washington, “acontecimento este que suponho será favorável ao Brasil, porquanto o Partido Democrático [...] está mais disposto a ligar-se com as demais nações para resistir às exigências ambiciosas da Grã-Bretanha.” Gaspar José Lisboa a Ernesto Ferreira França, Washington, 22/11/1844, AHI, código 233/3/3.

equiparável à pirataria, e ao fazê-lo ambos tomaram por eixo uma ideia básica do direito internacional extraída das notas Stevenson-Palmerston de 1841.¹²²

Segundo a consultoria jurídica do Foreign Office, o artigo 1º do tratado antitráfico anglo-brasileiro de 1826 dava base à agressão britânica. O item dizia que “a continuação deste comércio, feito depois da dita época, por qualquer pessoa súdita de S. M. será considerada e tratada de pirataria.” O leitor lembrará que a paridade entre tráfico e pirataria no direito ocidental surgira como consequência (indireta) da Crise do Missouri. A lei do Congresso que selou em 1820 a correspondência dos dois termos levou a Grã-Bretanha a fazer o mesmo quatro anos depois, e o ato britânico, num bate-rebate, facilitou a inscrição do conceito no pacto anglo-brasileiro de 1826. Anos depois, na querela anglo-americana sobre o direito de visita, Palmerston justificou a ação dos navios interceptadores recorrendo à lei norte-americana de 1820, e Stevenson respondeu que havia piratarias do direito positivo nacional e piratarias do direito internacional, e que o contrabando pertencia às da primeira classe (portanto, a Grã-Bretanha não podia abalroar negreiros senão quando permitida por normas específicas). Limpo de Abreu repetiu-o. “Tanto é certo não ser a pirataria a que se refere o artigo 1º da convenção de 1826 aquela de que trata o direito das gentes, que as duas altas partes contratantes julgaram indispensáveis as estipulações contidas nos arts. 2º, 3º e 4º [sobre as regras de captura dos navios]”. Pereira da Silva também. “É geralmente conhecida a distinção entre pirataria por direito das gentes e pirataria por leis particulares de cada Estado”. Ambos citaram uma impugnação que o juiz britânico lord Stowell fizera do direito de visita em tempos de paz por ocasião da apreensão de um navio francês em 1817, um caso longínquo, empoado, esquecido, que Stevenson desenterrara em suas notas a Palmerston. Ironicamente, os brasileiros tentavam resolver um problema, criado por uma crise doméstica norte-americana, com argumentos produzidos pelos próprios norte-americanos.¹²³

Palavras são atos discursivos, seu poder simbólico varia conforme as circunstâncias da enunciação. O mesmo argumento que, na boca de Stevenson, baqueara

¹²² Sobre as distinções entre os dois textos e a autoria de *Inglaterra e Brasil*, Tâmis Parron. *A política da escravidão no Império do Brasil*, p. 219-230.

¹²³ Antonio Paulino Limpo de Abreu. “Protesto do governo imperial contra o bill sancionado em 8 de Agosto de 1845, relativo aos navios Brasileiros que se empregarem no trafico”. In: Antonio Pereira Pinto. *Apontamentos para o direito internacional ou colecção completa dos tratados celebrados pelo Brasil com diferentes nações estrangeiras*. Rio de Janeiro: F. L. Pinto, vol. 1, p. 426-445 (citação, p. 438). E [J. M. Pereira da Silva]. *Inglaterra e Brasil. Trafego de escravos. Por um deputado*. Rio de Janeiro: Typographia do Brasil, 1845, p. 205. O título da obra de Pereira da Silva evoca o do ensaio de Duff Green, “England and America”. É improvável que a semelhança seja mera coincidência.

o Foreign Office e povoara o mundo editorial do Brasil, da Espanha, da Alemanha e da França, na boca dos brasileiros não passou de grito no deserto, incapaz de evitar o isolamento da Corte. A imprensa norte-americana mencionou-o sem alarde nem paixão. Agora lhe interessava o futuro do Texas. A francesa não fez caso. Paris estava em paz com Londres. A espanhola reproduziu o *Protesto* e parou por aí. Madri havia entrado de vez na casa do combate ao tráfico transatlântico ilegal de escravos. A Corte percebeu que a internacional escravista era um meio de reposicionamento do Sul nos Estados Unidos e dos Estados Unidos no sistema mundial. Criava uma soberania em rede apenas na medida em que reforçava a escravidão na soberania nacional de Washington. Uma lição amarga para o Rio de Janeiro. A seguir, cumpre verificar por que a monarquia espanhola olhou com outros olhos a ideia da internacional escravista e caminhou na direção contrária à do Brasil durante a crise do mercado integrado mundial de commodities da periferia.

Pedro Alcántara de Argaiz, o diplomata de Madri em Washington, andava entusiasmado com o governo Tyler, da mesma forma que seu colega Gaspar José Lisboa. Ganhara a confiança de Upshur, via-lhe os documentos secretos, confabulavam juntos o envio de uma esquadra norte-americana a Havana numa operação contra o abolicionismo internacional de Londres. “Neste momento me ocorre uma ideia”, disse-lhe um dia o virginiano como por acaso. “A França tem tanto interesse quanto nós em que a ilha de Cuba não seja presa da ambição britânica.” “Uma aliança entre a Espanha, a França e os Estados Unidos adquiriria tal preponderância na balança europeia”, continuou, “que faria a Grã-Bretanha desistir por completo de qualquer projeto que agora ou mais adiante pudesse forjar contra Cuba.” A conversa, de outubro de 1843, emanava da sugestão que Calhoun tinha feito a Upshur pouco antes, na carta-programa de 27 de agosto. Argaiz, a exemplo de Gaspar José Lisboa, escreveu a seu governo passando recibo da internacional escravista. “Uma aliança com a França e os Estados Unidos, cuja base e objeto seja a continuação da ilha de Cuba sob o domínio peninsular, é, nas circunstâncias atuais, um dos acontecimentos mais felizes que nosso país podia esperar”. O paralelo entre a diplomacia espanhola e a brasileira cessa nesse ponto.¹²⁴

Ao contrário da Corte do Rio de Janeiro, o Executivo de Madri censurou Argaiz pela simpatia com os flertes norte-americanos, fazendo-o atentar para as condições locais da ilha, o histórico anexionista da república e a geopolítica britânica no Caribe.

¹²⁴ Pedro Alcantara Argaiz ao Primeiro Secretário de Estado, Washington, 16/10/1843, AHN, Sección Ultramar, H2910.

Mais de uma vez explicou ao empolgado diplomata que a prevenção dos Estados Unidos contra o abolicionismo independentista da Grã-Bretanha tinha seu espelho na prevenção da Grã-Bretanha contra o independentismo escravista dos Estados Unidos. “O interesse da Espanha”, advertiu-o, “consiste em utilizar os ciúmes das duas nações rivais neutralizando seus mútuos esforços e provocações”. Ou, numa fórmula mnemotécnica, tirar partido da rivalidade sem tomar partido nela. O equilíbrio, difícil por si, se tornava ainda mais instável pelas tensões sociais que vinham chacoalhando Cuba. À capitania-general da ilha, Madri ordenou, caso os grupos conspiratórios órfãos de David Turnbull se revoltassem, que lutasse com os recursos que tinha na ilha, evitando o máximo possível qualquer ajuda militar norte-americana, pois “permitir a estranhos o mesclar-se em negócios próprios” criava “um precedente que pode trazer complicações muito transcendentais”, além de “chamar a atenção de outra potência [a Grã-Bretanha] e provocar um conflito que a Espanha deseja evitar”. A repressão devia ser precisa, violenta e célere, visto que se sabia que Washington tinha decidido “agir à primeira notícia fundada que receba sobre a conspiração de que se trata.”¹²⁵

A leitura que Madri fez do palco político caribenho era um péssimo agouro para os homens que projetavam pôr a ilha de cabeça para baixo. O cenário piorou para eles quando o regente Espartero foi apeado do poder, e Argaiz, por viés ideológico ou teimosia, ignorou seus superiores pedindo à Casa Branca o envio preventivo de uma frota militar a Havana a fim de sufocar as ações de Espartero e da Grã-Bretanha que pudessem contar com a parcela insubordinada da população local branca ou negra. Os navios foram despachados com prontidão, e a Corte madrilena não acreditou nos seus próprios olhos. Exonerou Argaiz de seu posto em Washington (“comportou-se com sobrada ligeireza”) e nomeou para o seu lugar um diplomata que tinha a vantagem de já ter trabalhado nos Estados Unidos e passado uma temporada em Cuba. A voz de comando que a metrópole deu à colônia foi “desconfiar das ofertas dos dois governos”, Estados Unidos e Grã-Bretanha, e “redobrar a vigilância e quantos meios se possam pôr em execução para evitar compromissos”, ou seja, não contrair obrigações posteriores por conta de algum auxílio militar externo. Nada podia ser mais letal, naquele instante de nervos à flor da pele e de brutalidade iminente, do que ser acusado de conspiração contra a ordem colonial na ilha. Um grupo de pessoas, umas livres, outras escravas,

¹²⁵Ver, por exemplo, Primeira Secretaria de Estado e do Despacho ao Ministro Plenipotenciário de S. M. em Washington, Palacio, 05/05/1843. Primeira Secretaria de Estado e do Despacho ao Capitão-General de Cuba (Gerónimo Valdés), 05/05/1843. E Pedro Alcantara Argaiz ao Primeiro Secretário de Estado, Washington, 22/02/1843. Todos em AHN, Sección Ultramar, Cuba, legajo H2910.

todas negras ou mulatas, teve a infelicidade de sê-lo. A acusação talvez fosse injusta. Os acusados com certeza foram injustiçados.¹²⁶

Num dia de dezembro de 1843 Esteban Santa Cruz de Oviedo ouviu de sua escrava Polonia, em quem buscava trabalho e sexo, que a escravaria de seu engenho *La Santísima Trinidad*, no partido de Sabanilla, irrigado pela bacia do San Juan, que desagua em Matanzas, tramava o extermínio dos brancos. Oviedo espionou-os, confirmou o complô, acionou as autoridades. A temperatura local estava alta. Dentro da ilha, fazia um mês que centenas de cativos do mesmo partido, liderados por lucumís (nagôs, no Brasil), tinham organizado uma das maiores revoltas escravas em Cuba, tocado fogo nas instalações patrimoniais e matado dois homens, três mulheres e um bebê; a repressão mergulhara-os num banho de sangue de quase 60 rebeldes executados. Na metrópole, a queda da Regência nublava o futuro da monarquia. Nos mares do Caribe, o vulto de uma suspeita frota norte-americana acabara de iniciar sua ronda nas águas territoriais de Cuba. Diante da denúncia de Oviedo, militares locais montaram um inquérito-relâmpago no *La Trinidad* e engenhos contíguos, mandaram prender dezenas de escravos e, a quatro dias do Natal, condenaram 16 ao fuzilamento exemplar perante uma lúgubre plateia de mil cativos. O novo capitão-general, Leopoldo O'Donnell, achou pouco. Ele queria limpar a região de complôs remanescentes imputados a David Turnbull, queria mostrar que a ilha estava sob controle total. Deixou Havana, foi a Matanzas e permitiu o recolhimento de testemunhos sob tortura ao longo de 1844. Foram meses que pareceram anos, a contar pela penitência dos investigados e pelos números superlativos que o tribunal de exceção produziu. 230 *plantations* varejadas. 3 mil pessoas interrogadas. 1.292 indivíduos na enxovia. 430 negros e mulatos livres desterrados da ilha. 78 condenados ao patíbulo, dos quais um branco. E um sem-número que gangrenou até morrer. Ao longo do inquérito, o fumo de incêndios misteriosos que se batiam nos canaviais como protestos calados envolveu e cobriu o sangue dos cadáveres.¹²⁷

¹²⁶ Instruções a D. Angel Calderon de la Barca, Madrid, 27/04/1844, AHN, Sección Exteriores, legajo H1466. E documento de 15/07/1843, sem firma, possivelmente cópia de uma Real Ordem, ANC, Fondo Asuntos Políticos, legajo 41, núm. 56. Argaiz escreveu em meados de 1844 um memorandum de sua atuação nos Estados Unidos, analisado em Carlos Seco Serrano, “Espartero y Cuba: Entre Inglaterra y Norteamérica”. *Revista de Indias*, vol. 39, núm. 115-118 (1969): 581-605.

¹²⁷ Robert Paquette. *Sugar is Made with Blood*, p. 233-266. Para a revolta de novembro de 1843, Gloria García, “Vertebrando la resistencia: la lucha de los negros contra el sistema esclavista, 1790-1845”. In: M. D. González-Ripoll, C. Naranjo, A. Ferrer, G. García e Joseph Opatrny. *El rumor de Haití en Cuba: temor, raza y rebeldía, 1789-1844*. Madri: CSIC, 2004, p. 316-317. Dados da Comissão Militar, em Vidal Morales y Morales. *Iniciadores y primeros mártires de la Revolución Cubana*. Prólogo de Nicolas

Qual o balanço da Conspiração de la Escalera (o nome vem das escadas de mão a que se atavam as testemunhas enquanto eram espancadas)? Seu maior especialista acredita que “o governo apanhou uma revolução em gestação”, projetada por grupos esparsos que, por razões locais e internacionais, confluíram no início da década para uma aliança precária entre brancos liberais inconformados com o segundo império espanhol e negros contrários à escravidão. Ainda que os brancos desertassem logo a causa, os negros, livres e escravos, seguiram a marcha da contestação, estourando o ciclo de revoltas de 1843 (Cimarrones, Soledad de Bemba, Sabanilla). Os atores da época chegaram a conclusão semelhante e instituíram um regime de terror contra os não brancos da ilha. Entendendo que o complô nascera do cruzamento do proselitismo mal-intencionado de David Turnbull com o paternalismo mal-entendido do *Reglamento* de Valdés, O'Donnell pôs o destino do *Reglamento* nas mãos da Junta de Fomento. O colegiado tomou duas decisões, ambas surpreendentes. Embora tivesse defendido Valdés dos peninsulares meses antes, agora deplorava seu paternalismo; e, embora deplorasse seu *Reglamento*, desaconselhava reformá-lo ou revogá-lo porque teria efeito “transcendental nas relações exteriores” entre Madri e Londres e porque “os escravos se alarmariam contra seus senhores”. A solução era “não tocar nele nem mencioná-lo, senão fazer que o desuso o vá anulando de fato”. Saída análoga ao enterro vivo da lei de 7 de novembro de 1831 no Brasil, encenado no mesmo contexto mundial. Em compensação, cobrou (e obteve) o endurecimento das barreiras institucionais contra negros e mestiços livres: deportação dos desocupados, interdição de arrendamentos de terras, proibição de alguns empregos etc. Depois de La Escalera, a vida social dos negros encruou, e o maior exemplo disso é a desmobilização dos centenários *batallones de pardos y morenos*. Mas há fenômenos de longa duração que os eventos, por dramáticos que sejam, são incapazes de mudar. Três importantes planos da vida social cubana permaneceram intocados: o das práticas disseminadas de alforria, o das garantias processuais de proteção dos escravizados e o da ideologia escravista que celebrava a assimilação dos libertos ao grupo dos livres.¹²⁸

Eredia. Havana: Avisador Comercial, 1901, p. 173. Referência aos incêndios em José Pizarro y Gardín a O'Donnell, Ingenio el Triángulo, 21/02/1844, AHN, Sección Exteriores, H2911.

¹²⁸ Robert Paquette. *Sugar is Made with Blood*, p. 233-266. Sua leitura foi corroborada e ampliada por Aisha Finch, que focou na ramificação do complô entre escravos rurais muito além dos contatos de Turnbull (*Insurgency at the Cross Roads: Cuban Slaves and the Conspiracy of La Escalera, 1841-1844*. Doutorado. New York University, 2007, p. 185-289). Para a restrição de direitos aos livres de cor, Aline Helg, “Race and Black Mobilization in Colonial and Early Independent Cuba: a Comparative Perspective.” *Ethnohistory*, vol. 44, núm. 1 (Winter, 1997): 53-74; e Michele Reid-Vazquez. *The Year of the Lash: Free People of Color in Cuba and the Nineteenth Century Atlantic World*. Athens, Georgia:

Acresce um aspecto ao balanço da Conspiração de la Escalera. O suplício obscuro das vítimas do inquérito costuma ser lançado à conta da paranoia, do destempero, da loucura do comando colonial em Cuba. É bem possível que expresse, antes, sua extrema racionalidade. Desde que o projeto Turnbull eletrizara o Sul dos Estados Unidos, Washington havia prometido interferir na ilha em socorro da ordem, o que significava, para Madri, em favor da independência. Na ascensão da anexação do Texas, os sulistas incrementaram sua promessa com a internacional escravista, e Madri mais uma vez ficou de atalaia. No fim de 1843 o apocalipse chegou, as palavras se fizeram realidade, uma armada norte-americana estava a caminho de Havana. Era preciso restaurar, dentro e fora de Cuba, a confiança na ordem social, e O'Donnell – hoje nome de estação de metrô em Madri – fez da repressão em Matanzas, precisa, violenta, célere, um teatro de punição exemplar para a população local e de exercício da soberania espanhola para a comunidade internacional. A ação precisava ser tão rápida, que em fevereiro o capitão-general tratava de já oficializar o retorno da “tranquilidade” à ilha. O diplomata brasileiro em Washington alcançou bem o efeito calculado da carnagem de O'Donnell ao dizer que, se houve em Cuba “uma conspiração de negros com ramificações por toda a ilha, em que se dizia estarem complicados alguns ingleses e franceses”, o perigo passara porque as “autoridades estão procedendo com toda a energia e vigor”.¹²⁹

A hipótese da repressão racional, que caminha do geral para o particular, também tem seu reverso. A relação de forças entre subalternos e superiores em Cuba se tornara tão instável na década de 1840, que inibiu que a internacional escravista enunciada em Washington encorajasse a monarquia espanhola a perseverar no tráfico negreiro ilegal. Um paralelo entre resistência social e poder do Estado no Brasil e em Cuba ilustra o argumento. As insurreições escravas no Recôncavo Baiano e na jurisdição de Matanzas possuíam um repertório cultural comum, visto que seus líderes eram provenientes de povos falantes de iorubá do beligerante reino de Oió (sudoeste da Nigéria e sudeste do Benim). As semelhanças abundam. Ciclo continuado de revoltas (1814-1835 na Bahia, 1825-1844 em Matanzas), táticas de confronto armado, vestimenta militar, vocabulário (diziam que sua resistência era *yaki* ou *fada*, guerra ou

University of Georgia Press, 2011, p.117-172. Citações, do parecer da Real Junta sobre o *Reglamento de esclavos*, Havana, 17/04/1845, apud Jean-Pierre Tardieu. “*Morir o dominar*”, p. 268. As páginas seguintes retomam e desenvolvem argumento de Márcia Berbel, Rafael Marquese e Tâmis Parron. *Escravidão e política*, p. 290-302.

¹²⁹ Violência da repressão, em Michele Reid-Vazquez. *The Year of the Lash*, p. 42-63. E ofício de Gaspar Lisboa a Ernesto F. França, maio de 1844, AHI, códice 233/3/3.

batalha, não insurreição), sacrifício de animais, tudo de fato se parece e pode levar o especialista a crer que seu impacto na macropolítica dos Estados onde ocorreram é comparável. Nada mais enganador. A Revolta dos Malês foi associada a elementos culturais dos escravizados, as últimas de Matanzas se misturaram com a geopolítica global da Grã-Bretanha, contraindo um potencial de luta de classes muito mais tenebroso que seu congênere no Brasil. O conflito na Bahia atingiu uma província a 1600 km do poder central e seu impacto na percepção do tráfico negreiro se filtrou nas instâncias administrativas até chegar à Corte, ao passo que o de Matanzas eclodiu numa jurisdição vizinha à de Havana e penetrou fundo no crâneo dos tomadores de decisão da política colonial. A secular especialização do centro-sul do Brasil sobre o fluxo negreiro de povos falantes do banto (*grosso modo*, atual Angola) criava para o Rio de Janeiro um contorno aos iorubás que não era automático para Havana. Tudo isso conta e ajuda a explicar por que, no ano em que o Rio de Janeiro lançou manifestos ao mundo contra o bill Aberdeen, Madri aprovou, silenciosa, a primeira lei antitráfico de sua história.¹³⁰

Em 1844, pela terceira vez em quatro anos, Madri se apoiou no recém-descoberto pilar político do segundo império espanhol, o sistema de consultas baseado em canais de representação política num regime não representativo. Fazendeiros, negociantes, corporações e tribunais de Cuba foram convidados a analisar as bases de uma lei exigida no tratado antitráfico anglo-espanhol e destinada a combater o contrabando negreiro, a chamada Lei Penal.¹³¹ O Executivo recebeu 17 pareceres, um calhamaço de duzentas páginas manuscritas, de um grupo que incluía Ayuntamiento de Havana, Superintendência de Hacienda (conde de Villanueva), Junta de Fomento, Audiências de Havana e Puerto Príncipe, Tribunal de Comércio, Real Sociedad Patriótica e, entre os particulares, Wenceslao de Villa-Urrutia, Rafael de Quesada, marquês de Esteva de las Delicias e Joaquín Gómez. A maior parte dos consultados era veterana da propaganda de abril de 1836, o que significa que apoiara por convicção ou pragmatismo o sistema das Leis de Índias e o contrabando negreiro. Passados alguns anos, a opinião sobre o segundo ponto mudara por completo, graças ao projeto Turnbull e à Conspiração de la Escalera. “Estes sucessos”, resumiu um consultado, “têm trazido as coisas ao grau de se haver generalizado o desejo de ver terminado o tráfico de

¹³⁰ Manuel Barcia. *West Africa Warfare in Bahia and Cuba: Soldier Slaves in the Atlantic World, 1807-1844*. Cambridge: Cambridge University Press, 2014 (para uma comparação direta, p. 105-106).

¹³¹ Conforme David Murray (*Odiuous Commerce*, p. 182), em 1835 o Executivo chegara a redigir um projeto de lei complementar à convenção anglo-espanhola do mesmo ano, submetendo-o aos Procuradores do Reino (nome da Câmara Baixa segundo o Estatuto Real). Em 1844 a regra do jogo era outra, e fê-lo segundo o sistema de consultas entre metrópole e colônia.

escravos a tal ponto, que parece ser antes um sentimento que uma opinião.” Ao registrar esse sentimento, Madri agiu com maestria. Para os cubanos, a consulta deu legitimidade à ideia da lei. Para a oposição na Península, justificou sua redação. E para a Grã-Bretanha, mostrou que o texto tinha lastro social. Ele ia ser aplicado.¹³²

O colonato produziu argumentos às dezenas, divididos em cinco categorias: economia mundial, diplomacia, direito criminal, soberania doméstica e política parlamentar. Eles serviam para mostrar, no primeiro caso, que o recuo dos preços das commodities cubanas nos anos quarenta – a segunda descida no Gráfico 18, sintoma da conjunção entre massificação da oferta, protecionismo tarifário e depressão do mercado mundial – ia operar uma redistribuição da força de trabalho dentro de Cuba. “O baixo valor do açúcar e café mal basta agora para repor as fazendas”, lamentou um parecerista, “e assim haverá de continuar enquanto não variarem, com respeito à ilha, as alfândegas e tarifas comerciais de outros povos.” “A mesma baixa de preços”, disse outro, “faz que sejam demolidos muitos engenhos velhos e destruídas ou abandonadas muitas fazendas de café (cujas dotações de escravos são sob todos aspectos preferíveis aos recém-chegados da África).” Ao lado da reprodução vegetativa da escravaria e da imigração, a realocação da mão de obra dos cafezais para os engenhos de açúcar taparia o vácuo deixado pelo fim do tráfico. No caso da diplomacia, os argumentos eram para sugerir que a Espanha aproveitasse as novas brechas internacionais surgidas contra o direito de visita: “é um direito antinacional [...] reprovado nas demais nações, e sobre o qual ultimamente tem havido célebres discussões nas Câmaras francesas.” Quanto ao terceiro caso, do direito criminal, seu propósito era driblar a noção de pirataria, enquadrando o crime do tráfico ilegal na classe dos delitos comuns, punível com reclusão (de 6 a 8 anos) em ações processadas em tribunais ordinários. No quarto, da soberania doméstica, vinham a pedir que o inquérito se desse no mar e no “ato de desembarque”, cessando assim que os africanos fossem “introduzidos em uma ou mais fazendas”. E finalmente, quinto caso, destinavam-se a sugerir que a Coroa protocolasse a Lei Penal pelo sistema absoluto das Leis de Índias, evitando o imponderável dos debates nas Cortes.¹³³

¹³² Todos os pareceres se encontram em AHN, Sección Exteriores, H2911. Citação extraída de Ignacio de Herrera a O'Donnell, Havana, 01/03/1844.

¹³³ Intendência de Exército da ilha de Cuba, Superintendência Geral Delegada de Fazenda, conde de Villanueva a O'Donnell, Havana, 20/04/1844 (“O baixo valor do açúcar...”); Domingo de Aldama a O'Donnell, 02/03/1844 (“a mesma baixa...”); Javier de Ulloa, Comandancia General de Marina del Apostadero de La Habana, a O'Donnell, Havana, 15/01/1844 (“é um direito...”); Joaquín Gómez a O'Donnell, Havana, 07/08/1844 (“ato de desembarque” e “introduzidos em...”). Contra a noção de

A Lei Penal seguiu a maior parte do receituário hispano-cubano. Contornou a qualificação da pirataria, ao prever pena de prisão de até 8 anos em sentenças prolatadas por tribunais ordinários. E definiu como criminosos armadores (financiadores), oficiais do navio e tripulação, livrando a barra dos compradores. A punição seletiva se devia a outro ponto levantado nos laudos ultramarinos, o de isolar as fazendas das investigações policiais. Ao contrário do diploma brasileiro de 7 de novembro de 1831, a Lei Penal chancelou a escravização definitiva do africano que fosse introduzido na ilha à revelia de seu próprio texto. Se a polícia falhasse na captura até o desembarque, diz o artigo 9º, “em nenhum caso nem tempo se poderá proceder nem inquietar em sua posse [*posesión*] os proprietários de escravos, com pretexto de sua procedência.” Redação primorosa. Reconhecia que o domínio era irregular – daí o termo *posse* – mas lhe dava segurança jurídica plena, tornando o que denominava (*posesión*) naquilo que não tinha coragem de chamar pelo nome (propriedade).

Da lista hispano-cubana, apenas um item se pode dizer ignorado, o que pretendia que a norma fosse confeccionada segundo o regime das Leis de Índias. Ela não foi. Por exigência do Foreign Office, que via no ato público uma carta a ser jogada na política doméstica britânica e, em caso de recidiva do contrabando, nas relações com Madri, a Lei Penal teve de passar pelo Senado e pela Câmara dos Deputados. Ainda assim, o Executivo fez tenção de seguir os informes hispano-cubanos. Quando o texto foi introduzido no Senado e dois oradores quiseram discutir o mérito do assunto em abstrato, o que é uso parlamentar na primeira apreciação dos projetos legislativos, o secretário de Estado, Martínez de la Rosa, atalhou-os dizendo que a “questão da escravidão [...] deve excluir-se totalmente; e seja qual for a opinião dos indivíduos em tão delicada matéria, não pode ser abordada sem ser exposta a gravíssimos inconvenientes”. O Senado acatou a advertência, pulou a leitura conceitual e se limitou a examinar, em concreto, as tecnicidades dos artigos do projeto. Os senadores da metrópole deixaram de fazer o que os moradores da colônia tinham feito. Estes, não aqueles, tinham o direito de opinar sobre a escravidão.¹³⁴

pirataria, Regência da Audiência Pretorial de Havana a O'Donnell, Havana, 19/01/1844, assinado por José Antonio de Olañeta e José Bernal; Tribunal de Comércio a O'Donnell, 29/05/1844, firmado por José A. Yrigoyen, Fernando Antonio de Alvear e Dominguez y Alvarez. Contra o trâmite da lei pelo Parlamento, Wenceslao de Villa-Urrutia, Havana, 20/06/1844; Joaquín Gómez a O'Donnell, Havana, 07/08/1844; Rafael de Quesada a O'Donnell, Havana, 12/08/1844. Todos em AHN, Sección Exteriores, legajo H2911.

¹³⁴ *Diario de Sesiones de Cortes, Senado*, 23 de dezembro de 1844 (introdução da matéria no Senado), 30 de dezembro de 1844 (apresentação do projeto de lei redigido por uma comissão do Senado) e 4, 7 e 8 de janeiro de 1845 (discussão sumária dos artigos do projeto). Citação, 4 de janeiro de 1845, p. 279.

O Executivo teve menos controle sobre Câmara dos Deputados. Ali a discussão preliminar sobre o tráfico e a escravidão ocupou três plenárias inteiras, as quais, em compensação, esmiuçaram um tema levantado pelos colonos que, por sua natureza essencialmente diplomática, ficara de fora do projeto da Lei Penal: o direito de visita. Assim que a Câmara recebeu o texto do Senado, os deputados encarregaram uma comissão especial de emitir um parecer sobre ele. As palavras que reservou ao direito de visita foram inamistosas, no mínimo. “Este direito é uma calamidade”, pontificou. “Quando os Estados Unidos da América se libertaram definitivamente do direito de visita; quando a França está próxima de eximir-se dele, a Espanha não deve ficar condenada a essa humilhação.” A oposição pegou a deixa e cobrou do Executivo uma postura igual à de Washington e Paris. “Vai se formar uma Comissão Mista [anglo-francesa], convencido que está o governo de S. M. Britânica da situação difícil em que as Câmaras puseram o ministro das Relações Exteriores da França [Guizot]. Nessa posição quisera eu que fosse posto o Sr. ministro de Estado, para que negociasse o assunto com a Inglaterra.” “Acredito”, emendou outro, “que tendo nós aguardado um pouco mais, logo que os franceses tivessem aberto o caminho, poderíamos, indo às suas costas, dizer: ‘O direito de visita tampouco convém a nossos interesses’”.¹³⁵

O governo espanhol dispunha dos mesmos dados globais que o Brasil para encarar a Grã-Bretanha: o tratado Webster-Ashburton, a rejeição parisiense do Tratado Quíntuplo, o projeto da internacional escravista, o fim do direito de visita a navios franceses. Se não fez como o Brasil, é porque sua posição no sistema mundial foi determinada por fatores locais. A ordem social em Cuba se fragilizara, os colonos haviam condenado o tráfico negreiro ilegal, os Estados Unidos tinham estacionado uma frota nas águas territoriais da ilha. Nesse quadro explosivo, o risco de qualquer enfrentamento com Londres era um suicídio geopolítico. Isto é: se confrontasse a Grã-Bretanha apostando na soberania em rede, a Espanha ia perder a sua própria soberania em Cuba. “Os tratados se fazem com pluma e se rompem com espada”, resumiu um deputado, “e nós não estamos na condição de romper com a espada o que escrevemos com a pluma”. O paralelo se impõe. A Espanha se sabia sem espada, o Brasil imaginou-

¹³⁵ *Diario de Sesiones de Cortes, Congreso de los Diputados*, 24 de janeiro de 1845 (parecer sobre o projeto), 1345-1351; 27 de janeiro de 1845, p. 1384 (“Vai se formar...”, deputado Isturiz); 29 de janeiro de 1845, p. 1410 (“Acredito que...”, deputado Orense).

se com uma que era de terceiros. Ela deixou vigor o direito de visita, ele deixou expirar o tratado antitráfico. Ela aprovou sua Lei Penal. Ele apanhou o bill Aberdeen.¹³⁶

Desenlace ou anticlímax?

De 1837 a 1846 as duas maiores estruturas isoladas do sistema-mundo capitalista, a economia global e a economia imperial britânica, colidiram, pondo em rota de crise a conjuntura do mercado integrado mundial de commodities da periferia e abrindo espaços para a agência social em distintos quadrantes do globo, dos industrialistas de Manchester aos empresários da opiomania na China, dos abolicionistas em Londres aos cleptoescravistas do Atlântico Sul, dos escravos de Cuba à nata política de Washington. Os desafios domésticos que a Grã-Bretanha enfrentou naqueles anos se universalizaram porque a metrópole tentou superá-los com o deslocamento de seu próprio eixo dinâmico imperial do Atlântico para o Oriente; e afetaram a percepção política da escravidão nas Américas porque a orientalização do império significava uma nova divisão internacional do trabalho que redefiniria o lugar estrutural do escravismo no sistema-mundo capitalista. Nesse quadro, é desnecessário e, mais que desnecessário, inútil decidir se o abolicionismo internacional e a abolicionização do Estado britânico expressaram uma moralidade autêntica ou acobertaram interesses materiais. Resolver o dilema é uma questão empírica que só faz sentido metendo-se na cabeça de cada ator histórico. O que todos sabiam, independentemente de credo, cor e religião, fosse abolicionista, homem de Estado ou escravocrata, é que a luta entre liberdade e escravidão na periferia do sistema mundial (Cuba e Brasil vs. Jamaica e Índia; Sul dos Estados Unidos vs. Índia e Texas livre) daria a medida do êxito e do fracasso da reorganização imperial britânica e, portanto, da nova divisão internacional do trabalho que Londres vislumbrava.

Duff Green tinha dito que os Estados Unidos, se tomassem o Texas, enterrariam vivo o sonho britânico de colonizar a Índia por completo. Londres, sem um mercado consumidor oriental que compensasse o protecionismo alfandegário dos países centrais do Ocidente, teria de achar outra solução para aumentar a margem de lucro dos industriais e os salários dos trabalhadores, e essa solução seria a adoção unilateral do livre comércio para artigos que competiam com os seus: trigo, carne, açúcar. A julgar por eventos posteriores, Green parecia ter enfiado os olhos pela parede opaca do futuro.

¹³⁶ *Diario de Sesiones de Cortes, Congreso de los Diputados*, 27 de janeiro de 1845, p. 1384 (“Vai se formar...”, deputado Isturiz).

O Texas foi anexado em junho de 1845, sete meses depois a Grã-Bretanha anunciou ao mundo que estava abandonando o regime do mercado integrado mundial de commodities da periferia. Embora a cadeia de causa e efeito entre os dois episódios seja complexa, sua mera sucessão dava à predição de Green status de justa, se não de exata. Durante os debates que suprimiram as Corn Laws, Aberdeen escreveu uma nota curta e melancólica a Charles Elliot: “tenho de declarar que o governo de Sua Majestade considera extintas suas funções como encarregado de negócios e cônsul geral de Sua Majestade na República do Texas pelo fato de não mais existir a independência daquele Estado. Você retornará à Inglaterra o mais rápido que julgue conveniente e trará com você os arquivos e os documentos da sua missão”. Acabara-se a Constituinte abolicionista sonhada por Elliot.¹³⁷

O que talvez ninguém soubesse é que a profecia de Green era como um oráculo grego. Tinha o falar dobrado, podia significar o contrário do que dizia. O alargamento do livre mercado no sistema-mundo capitalista entre 1846 e 1860 aumentou a demanda por algodão, açúcar e café, bem como seus respectivos valores de mercado, reenergizando a exploração do trabalho nos países de elite da escravidão mundial. Em contrapartida, e essa é a face reversa do oráculo, intensificou novas formas de acumulação de capital e novos padrões de ocupação espacial agrária que criaram uma profunda e definitiva crise geopolítica no último sistema de escravidão em massa voltado para o mercado que a humanidade conheceu.

¹³⁷ Lord Aberdeen a Charles Elliot, Foreign Office, 03/04/1846. In: Ephraim Douglass Adams (org.). *British Diplomatic Correspondence*, p. 612.

Conclusão

Oikoumenê da Segunda Escravidão

A política da escravidão só existe se também existe uma política da emancipação. Quando o movimento social abolicionista se consolida na década de 1830, e a emancipação pelo Parlamento se torna um dado cada vez mais aceito na arena mundial, o novo cenário sistêmico exige de Washington, Madri e Rio de Janeiro pactos sociais capazes de redefinir o papel do Estado nacional na reprodução expandida de seus respectivos sistemas escravistas. Embora a forma dos pactos varie de acordo com o terreno, seu conteúdo é, na essência, o mesmo. Os escravistas exigem dos centros de poder o *controle social politicamente imposto das massas escravizadas*, isto é, uma administração pública empenhada em blindar a extração violenta do trabalho forçado, intensificada pela pressão competitiva do mercado mundial, contra ações abolicionistas; e o *controle político socialmente aceito do Estado*, um sistema representativo que tolera o rodízio de poder no Estado nacional desde que, e somente desde que, o governo em exercício se furte a questionar o cativo e o acesso à mão de obra escravizada (tráfico negreiro interestadual ou transatlântico). O primeiro elemento do pacto social, que pretende esmagar o dissenso do escravizado, põe a nu a extrema violência física de seu governo. O segundo, que exige dos governados soluções consensualistas ainda que não consensuais, exhibe a violência simbólica de seu regime representativo. Nenhum desses aspectos é apanágio dos sistemas constitucionais escravistas. Apenas são mais visíveis neles que nos nossos. A natureza da escravidão, o movimento abolicionista e a resistência dos escravizados partem o belo cântaro do liberalismo ao meio e mostram as ranhuras que também existem no barro que enforma as nossas democracias.

Por sua intensidade, pactos sociais antiabolicionistas são radicais e polêmicos. Cerceiam direitos individuais num sistema-mundo organizado por direitos individuais. Cassam a palavra a oradores norte-americanos. Esmagam o voto de eleitores hispano-cubanos. Removem a liberdade de homens livres no Brasil. Sem uma realidade sistêmica mais ampla na qual se apoiem, isolam o Estado no plano internacional, perdem legitimidade dentro do país, caducam por impopulares e são subvertidos. A condição de existência da política da escravidão consiste em que ela triunfe num nível intermediário, o qual não é o do Estado nacional (onde o triunfo é fraco demais: não lhe dá a legitimidade internacional que exige) nem o do sistema mundial (onde o triunfo é forte demais: retira sua própria razão de ser). Noutras palavras, a política da escravidão exige uma fonte de poder sistêmico – um dado estável do sistema internacional que aumenta o poder de barganha dos atores de determinada jurisdição – que não seja nem muito particular nem muito universal. Como obtê-la? Visto que o primeiro século 19

desconhece órgãos multilaterais que formalizem uma subestrutura política dentro da estrutura mundial, os pactos sociais antiabolicionistas precisam, para que existam, responder a desafios comuns ao mesmo tempo (ser simultâneos) e de modo reciprocamente reforçado (ser sincronizados). Nos limites materiais e institucionais do primeiro século 19, trata-se de algo irrealizável sem o adensamento das relações comerciais diretas entre os envolvidos.

Cuba e Brasil não tinham economias complementares. A Espanha, por sua produção de trigo, podia vendê-lo ao Brasil e revender café brasileiro na Europa, mas a produtividade do solo espanhol era menor que a do norte-americano, encarecendo o cereal peninsular e impedindo sua entrada no mercado de livre concorrência do Brasil. Por essas razões, a condição sistêmica para a existência dos pactos sociais antiabolicionistas repousou na capacidade de os Estados Unidos transacionarem com as outras jurisdições. A república não nasceu pronta para o papel. Sua lenta preparação levou mais de meio século a contar da Independência e resultou de uma série de fatores macroeconômicos e decisões políticas cuja combinação não podia ser prevista desde o início do processo. Para apreender a formação gradual do clube de elite do escravismo mundial oitocentista, a análise pode começar pela leitura do gráfico abaixo:

Fonte: para este e para os próximos gráficos, as referências até o ano fiscal de 1821 foram retiradas dos *American State Papers. Documents, Legislative and Executive, of the Congress of the United States. Commerce and Navigation*. vol. I e II. Washington: Gales and Seaton, 1831-1861. 1796, p. 356, 360, 367,368; 1797, p. 378, 382, 394,395,402; 1798, p. 411, 415, 434, 435, 441; 1799, p. 425, 429 e [anexo do ano de 1800] 471,472, 178,179; 1800, p. 452-453 e 471-472; 1801, p. 488-489, 514-515, 521; 1802, p. 506-507, 560-561, 566-567; 1803, p. 541-543, 576, 577, 580;1804, p. 588-591, 629, 635; 1805, p. 668-671, 676, 682; 1806, p. 706, 712; 1807, p. 693-697, 771; 1808, p. 735-738, 806; 1809, p. 812-815, 862; 1810, p. 866-869, 921;1811, p. 889, 891, 892, 893, 950; 1812, 966, 987; 1813, p. 964, 993-994-995, 1014; 1814, p. 9, 1022, 1024;1815, p. 20, 21, 82;

1816, p. 147, 148; 1817, p. 93, 94, 191; 1818, p. 446, 447; 1819, p. 385, 386, 387, 500; 1820, p. 466-468, 469; 1821, p. 528, 556, 566, 586, 587. De 1822 em diante, as publicações, contemporâneas, saíram, em geral, com o nome de *Letter from the Secretary of the Treasury, Transmitting Statements of the Commerce and Navigation of the United States for the Year Ending on the 30th September, 1822* Washington: Gales and Seaton, 1823, p. 27, 29, 62, 63, 84-85, 127, 129, 160-163; 1823 (editado em 1824), p. 29, 31, 64, 65, 87; 1824, p. 131, 164-165; 1824 (1825), p. 177, 179, 205, 249, 284; 1825 (1826), p. 119, 124, 147, 276, 278, 214-215; 1826 (1827), p. 117, 148, 217, 219, 280, 288; 1827 (1828), p. 119, 121, 123, 147, 223, 225, 289, 294; 1828 (1829), p. 101, 108, 123, 185, 187, 239, 244; 1829 (1830), p. 122, 126, 163, 165, 211, 231, 257; 1830 (1831), p. 108, 112, 192, 195, 215, 244; 1831 (1832), p. 106, 192, 195, 219, 250; 1832 (1833), p. 106, 110, 193, 195, 219; 1833 (1834), p. 117, 122, 125, 210, 215, 218, 241, 272; 1834 (1835), p. 121, 126, 207, 209, 229, 255; 1835 (1836), p. 119, 124, 127, 200, 205, 207, 227, 258; 1836 (1837), p. 119, 124, 127, 207, 229, 255; 1837 (1838), p. 121, 126, 130, 219, 221, 241, 267; 1838 (1839), p. 123, 127, 130, 204, 208, 210, 229, 251; 1839 (1840), 123, 127, 131, 208, 212, 213, 232; 1840, p. 121, 125, 129, 202, 206, 208, 227, 249.

O ano-base deste e dos próximos gráficos é fiscal. Começa em 1 de outubro e termina em 30 de setembro.

O gráfico apresenta três tendências sucessivas, chamadas aqui de *Momento I* (1796-1814), *Momento II* (1815-1828) e *Momento III* (1829-1840). O que os diferencia um do outro são os respectivos pesos que a exportação de algodão cru e as reexportações de produtos estrangeiros tiveram na balança comercial dos Estados Unidos ao longo de meio século. No *Momento I*, as Guerras Revolucionárias, cortando o comércio direto entre as metrópoles europeias e suas colônias americanas, acentuaram o comércio de abastecimento que a república entretinha com a macrobacia caribenha. Os Estados Unidos se tornaram um grande entreposto euro-americano, e suas reexportações se revelaram o setor mais dinâmico para o equilíbrio de sua conta corrente. Embora a comercialização em larga escala do algodão cru tivesse começado na década de 1790, os valores monetários que gerava (disponíveis de 1803 em diante) ficavam bem abaixo do atingido pelas reexportações. De fato, no início do século o reenvio do café estrangeiro para o exterior movimentava, sozinho, mais dólares que o total da exportação algodoeira. Afora a própria dimensão do mercado interno norte-americano, a retenção dos artigos tropicais nos Estados Unidos para consumo doméstico estava limitada pela função que eles mesmos desempenhavam no equilíbrio da balança comercial da jovem república.¹

¹ Michelle C. McDonald. *From Cultivation to Cup: Caribbean Coffee and the North American Economy, 1765-1805*. Doutorado. University of Michigan. Ann Arbor, 2005, p. 21-67 e 165-210. Para dados do reenvio do café, comentados por McDonald, ver “Commerce with Great Britain and Her Dependencies, and All Parts of the World”. In: *American State Papers: Documents, Legislative and Executive, of the Congress of the United States. Class IV: Commerce and Navigation, vol. I*. Washington: Gales and Seaton, 1832, núm. 110, p. 640-642.

No *Momento II*, de restauração da paz na arena global e de reorganização da economia mundial segundo a lógica do mercado integrado de commodities da periferia, a normalização da carreira comercial entre a Europa e o Novo Mundo reduziu em 40% o volume monetário das reexportações norte-americanas, e os mercados europeus se fecharam para o trigo norte-americano. O baque foi compensado pela expansão de dois mercados. Na busca por clientes na América, os Estados Unidos encontraram em Cuba e no Império do Brasil saída para 30,9% de todo o trigo que exportaram de 1821 a 1839. Cuba liderou a lista dos seus compradores no início da série, mas acabou desbancada pelo Brasil a partir de 1824, depois que a coalizão de negociantes e fazendeiros hispano-cubanos passou a sobretaxar o cereal e os navios norte-americanos. O realinhamento comercial do trigo engatou o café brasileiro no mercado norte-americano, embora o enunciado contrário – que tenha desengatado o café cubano do mesmo mercado – seja insustentável. O segundo mercado foi mais determinante. Graças ao deslanche do cultivo do algodão herbáceo de fibra curta nas planícies que corriam das rochas metamórficas, nos fundos agrários do Baixo Sul (Geórgia e Carolinas), às terras aluviais do Vale do Mississippi, a exportação algodoeira foi 98% maior no quinquênio 1815-1819 que no 1803-1807 e 138% maior no 1824-1828 que no 1815-1819, fixando seu valor no alto da dezena dos vinte milhões de dólares na década de 1820. Agora, a estabilidade macroeconômica da república dependia menos de sua função como entreposto euro-caribenho (manufaturas europeias para as Antilhas, bens primários antilhanos para a Europa) e mais da função intermediária que o Norte (Nova York, Filadélfia, Nova Inglaterra) desempenhava entre a remessa de artigos manufaturados europeus para Nova Orleans e a contrapartida de algodão cru de Nova Orleans para a Europa. A internalização do Caribe como fonte de poder e riqueza, realizada na Compra da Louisiana, completara seu sentido histórico.

O crescimento econômico do Norte, ligado ao arranque algodoeiro, também colocou a república na trilha de se tornar um grande mercado consumidor de açúcar e café, de ser para ambos o que a Grã-Bretanha tinha sido para o açúcar, o trigo e o chá meio século antes. A explosão demográfica, a expansão manufatureira nos centros urbanos e a crescente comercialização da produção agrícola familiar transapalachiana na esteira do desenvolvimento de Nova Orleans e da abertura do Canal Erie (1825) puxaram a alta do consumo per capita e agregado de artigos alimentares tropicais nos Estados Unidos, bem no momento em que, do lado da oferta, a expansão do escravismo no Vale do Paraíba e na Planície de Artemisa, aliada ao retorno do padrão-ouro na Grã-

Bretanha, derrubou a cotação internacional do café e do açúcar, fazendo-os caber no orçamento dos extratos sociais de menor poder aquisitivo.

Faltava pouco para o Prometeu do consumo norte-americano se desacorrentar. O principal dos seus grilhões era a lógica protecionista do American System. As pautas de importação ficaram pesadas demais para os preços internacionais das commodities da periferia na segunda metade dos anos vinte, o que deixou estacionário o capital investido na aquisição de açúcar e café estrangeiros. Além disso, elas estimulavam as reexportações, uma vez que os negociantes deixavam de pagá-las revendendo os artigos estrangeiros pelo sistema de *drawbacks*, o qual previa devolução do depósito monetário referente às aduanas se o produto adquirido fosse sacado do país. O segundo dos grilhões que atavam o gigante norte-americano foi a queda livre da cotação internacional da libra do algodão de fibra curta (de 17 ¢ em 1821 para 8,4 ¢ em 1828), a qual esvaziou o fôlego monetário que a expansão da economia escravista algodoeira do Sul, baseada naquela variante vegetal, podia significar para a macroeconomia do país. Em face desses fatores, as reexportações, embora mais modestas que nos tempos napoleônicos, continuaram pesando no equilíbrio da conta corrente da república.

No *Momento III* as correntes se dissolvem, e a taxa de expansão do consumo de alimentos tropicais estrangeiros no mercado doméstico norte-americano cresce num ritmo que jamais fora visto no país. Isso ocorreu por dois motivos. Primeiro, de 1829 em diante os valores gerados pela exportação do algodão cru se descolaram das divisas das reexportações, passando a desempenhar a função de pivô no dinamismo da balança comercial. Além disso, as letras de câmbio subscritas pelas casas comerciais norte-americanas, penetrando no circuito mercantil oriental britânico graças à aceitabilidade que o algodão lhes dava, cortou a remessa das reservas de prata norte-americanas para a compra do ópio na China. O acúmulo do metal nos bancos mais o fluxo de letras calcado no algodão liberaram meios de pagamento para transações vultosas na importação de artigos tropicais. Dessa perspectiva, um dos papéis sistêmicos da Crise da Nulificação foi reajustar o sistema tarifário dos Estados Unidos à nova realidade da balança comercial que o boom algodoeiro no Sul e a reorganização imperial britânica no Oriente haviam criado. O Prometeu norte-americano estava desacorrentado.

Os gráficos seguintes mostram que os *Momentos I, II e III* foram decisivos para a metamorfose que a compra de açúcar e café estrangeiros sofreu ao longo das décadas nos Estados Unidos:

Fonte: idem.

Fonte: idem.

No *Momento I*, as taxas de reexportações de café e de açúcar foram, nessa ordem, de 85% e 65%, no *Momento II* de 40% e 25% e no *Momento III*, após um período de ajuste, de 10% e 13%. Em números absolutos, a última transformação é ainda mais saliente. Do *Momento I* para o *II*, o percentual de retenção de açúcar e café se expandiu sobre um montante menor de volume físico comercializado. Enquanto os Estados Unidos tinham comprado uma média anual de 22 mil toneladas métricas de café e 51 mil t de açúcar entre 1796 e 1808, adquiriram apenas, respectivamente, 15,3 mil t e 34 mil t de 1816 a 1828, período de vigência de seu modelo tarifário protecionista. Na

década de 1820, os índices do consumo doméstico de açúcar estrangeiro se mantiveram estagnados, de modo que o aumento da ingestão nacional per capita de sacarose espelhou apenas o incremento da oferta doméstica da Louisiana. Quanto ao café, seu consumo per capita dilatou-se em consequência da erosão do preço internacional do artigo, numa típica situação de expansão da demanda doméstica por indução da oferta mundial (puxada pelo arranque das plantations cafeeiras do médio Vale do Paraíba que a diplomacia de D. Pedro I possibilitara).

Não assim no *Momento III*. A retenção de açúcar e café para uso doméstico bateu, de 1835 em diante, na casa dos 90% sobre importações anuais médias, respectivamente, de 70 mil t e 43 mil t. Depois de longos vinte e cinco anos, os Estados Unidos voltavam a negociar produtos tropicais num volume comparável ao do tempo das Guerras Revolucionárias. Eles reassumiram o posto de principal comprador global do açúcar cubano que tinham perdido para Espanha, Grã-Bretanha, Holanda, países bálticos e cidades hanseáticas na década de 1820, ocupando o primeiro lugar no ranking das taxas de expansão do consumo per capital de açúcar no sistema mundial. Seu protagonismo foi ainda maior no mercado internacional do café. Em 1827 as duas principais praças europeias compradoras do artigo tinham sido Hamburgo e Antuérpia. Cada uma adquirira 28 mil t, quase um quarto a mais que a federação americana (22 mil t). Em 1835 a líder Hamburgo comprou 23 mil t, seguida por Amsterdam (20 mil t), e os Estados Unidos ultrapassaram ambas, com 46 mil t. Em 1843, enquanto Hamburgo patinava nas 20 mil t, superada pela França (29 mil t), a república caminhou para romper a barreira das 70 mil t. Os Estados Unidos reordenaram a geografia mundial do mercado cafeeiro.²

Vetor e efeito das transformações macroeconômicas norte-americanas, o volume de dólares investidos na comercialização internacional dos dois artigos tropicais dobrou após as reformas tarifárias.

² Dados europeus em Friedrich Benedict Weber. *Historisch-statistisches Jahrbuch in bezug auf Nationalindustrie und Staatswirtschaft mit besonderer Berücksichtigung Deutschlands und namentlich Preussischen Staats*. Earster Doppel-Jahrgang: Die Jahre 1830-1831. Breslau: Mar und Comp., 1834, p. 438; August Schiebe [org.]. *Universal-Lexikon der Handelswissenschaft*. Leipzig: Friedrich Fleischer; Zwickau: Gebrüder Schumann, 1838, vol. II, p. 138; e Karl August Müller (org.). *Statistisches Jahrbuch für 1845*. Leipzig: Hinrichsen Buchhandlung, 1845, p. 19.

Fonte: idem

A integração gradual dos espaços escravistas mais dinâmicos do capitalismo no século 19 indica que eles haviam deixado de ser três partes da economia global mais ou menos isoladas umas das outras para se tornar um subsistema do sistema mundial. Nem tão amplo como o mundo. Nem tão restrito como o Estado. Um nível intermediário perfeito para legitimar contra a ordem global pactos políticos nacionais polêmicos. Essa nova realidade do século 19 constituiu uma *oikoumenê da Segunda Escravidão*, sendo que *oikoumenê* designa, aqui, um espaço de convergência da ação humana alojado a meio caminho entre os Estados constitucionais e o sistema interestatal moderno. Nos estudos da escravidão, o termo foi empregado pela primeira vez num ensaio do antropólogo norte-americano Sidney Mintz sobre as Antilhas. Mintz sugeriu que os quadros sociais do Caribe portavam uma unidade geohistórica dada pelo “despojamento e reconstrução culturais” que o colonialismo europeu criara a fim de disciplinar a exploração do trabalho imigrante num sistema produtivo montado para atender à demanda do centro da economia global. Ele chamou essa unidade de *oikoumenê caribenha*. A expressão não descreve unificação de *conteúdos culturais*, como língua, crenças, ideologia e outros sistemas simbólicos. Ela designa uma *forma social*, um processo de remodelação cultural dos colonos e trabalhadores escravizados imposta pela modernidade capitalista e visível nas Antilhas escravistas a despeito de suas distintas convenções simbólicas.³

³ Sidney Mintz. “Enduring Substances, Trying Theories: The Caribbean Region as ‘Oikoumenê’”. *The Journal of the Royal Anthropological Institute*, vol. 2, núm. 2, (1996): 289-311; traduzido como “Aturando substâncias duradouras, testando teorias desafiadoras: a região do Caribe como oikoumenê”.

É possível dizer que houve outra unidade geohistórica do escravismo mundial, a que surgiu entre Estados Unidos, Cuba e Brasil no primeiro século 19. Essa oikoumenê da Segunda Escravidão pode ser entendida de duas formas. Uma, seguindo de perto o postulado de Mintz, diria que a magnitude da demanda global e da escala de produção no regime da liberdade de comércio do século 19 impôs quadros sociais comuns através de regiões, culturas e economias distintas, do café do médio Vale do Paraíba ao algodão do baixo Vale do Mississippi, das planícies costeiras do Alabama à planície açucareira de Matanzas. Embora fecunda, não é essa a acepção adotada aqui. Afastando-se um pouco de Mintz, é possível focar não nas respostas locais simultâneas a um processo global comum, e sim na intercomunicação dos espaços escravistas que reforçou decisões locais desafiadoras de consensos globais. Se a categoria da Segunda Escravidão conceitua uma descontinuidade entre o escravismo oitocentista e os sistemas escravistas coloniais provocada pela reconfiguração do sistema mundial, sua oikoumenê enquadra a progressiva unificação do escravismo oitocentista como um espaço intermediário do sistema mundial. Em vez de frisar a relação das partes com a economia global, nomeia e conceitua a relação que elas passaram a estabelecer entre si como partes da economia global.⁴

A oikoumenê da Segunda Escravidão possui seu próprio ritmo de transformação no tempo, uma cadência distinta, porém dependente, da cadência das conjunturas econômicas globais. Sua montagem se deu no eixo Estados Unidos-Cuba durante a crise hiperinflacionária da integração complementar dos mercados imperiais. A oikoumenê nasceu do acaso, as Guerras Revolucionárias. Da decisão dos homens, a liberação provisória do comércio direto entre Cuba e Estados Unidos. E da tradição, o peso histórico dos Estados Unidos na economia macro-caribenha. O Brasil, que quase ganhou carteirinha de acesso a ela com a Abertura dos Portos (1808), ficou na fila de espera por décadas. Na ordem mundial pós-napoleônica, a lógica protecionista europeia, o lobby manufatureiro norte-americano e as dívidas contraídas na Guerra Anglo-Americana – vetores do tarifação definido em Washington – desaqueceram o comércio Estados Unidos-Cuba e inibiram o avanço da participação brasileira no mercado norte-americano. Só quando a Crise da Nulificação cravou no Capitólio a bandeira livre-

In: *O poder amargo do açúcar: produtores escravizados, consumidores proletarizados*. Org. e trad. Christine Rufino Dabat. Editora Universitária UFPE, Recife, 2003, p. 49-88;

⁴ Dale Tomich. *Through the Prism of Slavery: Labor, Capital, and World Economy*. Lanham, Maryland: Rowman & Littlefield, 2004, p. 56-71 (*Pelo prisma da escravidão: trabalho, capital e economia mundial*. Trad. Antonio de Pádua Danesi. São Paulo: Edusp, 2011).

cambista do Sul é que os espaços escravistas fundaram o que viria a ser uma espécie de G3 do escravismo mundial. E apenas na crise do mercado integrado mundial de commodities da periferia é que os atores do tempo adquiriram plena ciência do subsistema que haviam montado. Há aí um padrão histórico. As fases da oikoumenê são manifestações tardias dos rearranjos do sistema mundial. Sua montagem ocorre no fim da conjuntura global que lhe deu vida. Seu auge, no fim da que lhe deu força.

A oikoumenê da Segunda Escravidão foi a principal fonte de poder sistêmico dos pactos nacionais escravistas firmados na década de 1830 contra o avanço do abolicionismo na arena global. No ciclo sistêmico de acumulação de capital liderado pela Grã-Bretanha, ela reposicionou os Estados Unidos como o mais importante intermediário global entre o sistema-mundo e os demais espaços escravistas, bem como requalificou Brasil e Cuba como os maiores interlocutores americanos dos Estados Unidos. Numa espécie de círculo virtuoso, os novos modos de governo de cada jurisdição criavam previsibilidade política na arena nacional em resposta a um quadro internacional imprevisível (são simultâneos) e, reversamente, davam à rejeição da emancipação escrava uma legitimidade internacional que reiterava os acordos escravistas nacionais (são sincronizados). Com o antiescravismo virando a ideologia do sistema mundial, o antiabolicionismo emplacou como a ideologia da oikoumenê da Segunda Escravidão.

O clube era desigual. Washington, seu maior acionista, dava mais estabilidade a Madri e Rio de Janeiro que vice-versa. E o clube era dependente. Sua saúde econômica, política e ideológica dependia das conjunturas globais e das decisões que elas despertavam no interior dos espaços nacionais envolvidos. Entre 1846 e 1860 o sistema internacional mudou de conjuntura, caminhou do mercado integrado das commodities da periferia para o mercado integrado das commodities do centro. O rearranjo alterou as fronteiras da mercadoria na economia-mundo, as fronteiras despertaram decisões políticas nos espaços nacionais e as decisões atingiram em cheio o clube do escravismo. A oikoumenê da Segunda Escravidão, que estava no alto de sua grandeza, veio abaixo. Como tudo o que era sólido no século 19, ela também desmanchou no ar.

Fontes e bibliografia

I. Fontes

1. Dicionários e obras de referência

Addresses and Messages of the Presidents of the United States, Inaugural, Annual, and Special from 1789 to 1846, with a Memoir of each of the Presidents, and a History of their Administration; also the Constitution of the United States, and a Selection of Important Documents and Statistical Information. Org. Edwin Williams. Nova York: Edward Walker, 2 vols., 1846-1849.

Aggregate Amount of Persons Within the United States and the Territories Thereof: Agreeably to actual enumeration according to Law in the Year 1810. Washington, DC: Census Office, 1811.

Diccionario de la lengua castellana compuesto por la Real Academia Española, reducido a un tomo para su más fácil uso. Madri: Viuda Ibarra, 1803.

Historical Statistics of the United States: Colonial Times to 1970. Bicentennial Edition. Washington: Government Printing Office, 1975.

Howell, T. B. *A Complete Collection of State Trials and Proceedings for High Treason and Other Crimes and Misdemeanors.* Londres: Hansard, 1816, vol. 20.

Müller, Karl August (org.). *Statistisches Jahrbuch für 1845.* Leipzig: Hinrichsen Buchhandlung, 1845.

Peters, Richard (org.). *The Public Statutes at Large of the United States of America, from the Organization of the Government in 1789, to March 3, 1845.* Boston: Charles C. Little e James Brown, 1846.

Public Statutes at Large of the United States of America. Boston: Charles Little and James Brown, 1846.

Schiebe, August (org.). *Universal-Lexikon der Handelswissenschaften.* Leipzig: Friedrich Fleischer; Zwickau: Gebrüder Schumann, 1838, vol. 2.

Silva, Antonio de Moraes. *Diccionario da lingua portugueza recompilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado.* Lisboa: Simão Thaddeo Ferreira, 2 vols., 1789.

Terreros y Pando, Esteban. *Diccionario castellano con las voces de ciencias y artes.* Madri: Ibarra, 3 vols., 1786-1788.

The Commercial. Relations of the United States with Foreign Nations; Comparative Tariffs; Tabular Statements. Washington: Gales and Seaton, 1842.

Weber, Friedrich Benedict. *Historisch-statistisches Jahrbuch in bezug auf Nationalindustrie und Staatswirtschaft mit besondrer Berücksichtigung Deutschlands und namentlich Preussischen Staats.* Earster Doppel-Jahrgang: Die Jahre 1830-1831. Breslau: Mar und Comp., 1834.

Richard Peters (org.). *The Public Statutes at Large of the United States of America.* Boston: Charles C. Little and James Brown, 1850, vol. 5, p. 558.

2. Petições, Representações, Exposições, Consultas

2.1 Do Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados (CEDI), Brasília

Representação da Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais, 11 de março de 1839.

Representação da Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais, 22 de fevereiro

de 1840.

Representação da Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo, 16 de março de 1840.

Representação de cidadãos da província da Bahia solicitando a derrogação da Lei de 7 de novembro de 1831.

Representação da Câmara Municipal da cidade da Bahia contra o tráfico de africanos, 1850.

Representação da Câmara Municipal da Vila de N. S. da Guia de Mangaratiba, 10 de abril de 1839.

Representação da Câmara Municipal da Vila de Valença, 6 de maio de 1836.

2.2 Acervo Arquivo do Senado Federal (AASF), Brasília

Representação da Assembleia Legislativa da Província do Rio de Janeiro, 7 de dezembro de 1837.

Representação da Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo, 6 de março de 1838.

Representação da Câmara Municipal de Barbacena, 26 de julho de 1836.

Representação da Câmara Municipal da Vila de S. Sebastião de Barra Mansa, 2 de agosto de 1836.

Representação da Câmara Municipal da Vila de Valença, 1 de julho de 1836.

Representação do Conselho Geral de Minas Gerais, 13 de fevereiro de 1829.

2.3 Biblioteca Nacional

Henriques, José Anselmo. *Exposição de José Anselmo Henriques de 31 de janeiro de 1816*. Divisão de Manuscritos. LOC: I-33, 28, 18. 21p.

2.4 Archivo Histórico Nacional, Madri.

Exposição da Real Junta de Fomento de Havana, 28/11/1840, Sección Ultramar, Cuba, legajo 3552.

Exposição da Junta de Comércio de Barcelona, 16/06/1841, Sección Ultramar, Cuba, legajo 3547.

Exposição da Junta de Comércio de Madrid, 26/01/1842, Sección Ultramar, Cuba, legajo 4616, expediente número 24.

Exposição da Junta de Comércio de Madrid, 28/02/1842, Sección Ultramar, Cuba, legajo 4616, expediente número 24.

Exposição da Junta de Comércio de San Sebastián, 24/01/1842, Sección Ultramar, Cuba, legajo 4616, expediente número 24.

Exposição da Junta de Comércio de Mallorca, 28/01/1842, Sección Ultramar, Cuba, legajo 4616, expediente número 24.

Exposição da Junta de Comércio de Cádiz, 29/01/1842, Sección Ultramar, Cuba, legajo 4616, expediente número 24.

Exposição da Junta de Comércio de Tarragona, 31/01/1842, Sección Ultramar, Cuba, legajo 4616, expediente número 24.

Exposição da Diputación Provinciales de Palencia, 31/03/1842, Sección Ultramar, Cuba, legajo 4616, expediente número 24.

Exposição da Junta de Comércio de Múrcia, 31/05/1842, Sección Ultramar, Cuba, legajo 4616, expediente número 24.

Exposição da Diputación Provinciales de Tenerife, 06/06/1842, Sección Ultramar, Cuba, legajo 4616, expediente número 24.

Exposição da Junta de Comércio de Tenerife, 28/09/1842, Sección Ultramar, Cuba, legajo 4616, expediente número 24.

Exposição da Diputación de Santander a Espartero, 29/06/1842, Sección Exteriores, legajo H2910.

Exposição da Junta de Comércio de Málaga, 23/01/1843, Sección Ultramar, legajo 4617, expediente 12.

Exposição da Junta de Comércio de La Coruña, Sección Ultramar, legajo 4617, expediente 12.

Exposição da Junta de Comércio de Alicante, 05/02/1843, Sección Ultramar, legajo 4617, expediente 12.

Exposição do Reino de Aragón, 16/02/1843, Sección Ultramar, legajo 4617, expediente 12.

Exposição da Junta de Comércio de Barcelona, 17/02/1843, Sección Ultramar, legajo 4617, expediente 12.

Exposição da Junta de Comércio de Valencia, 18/02/1843, Sección Ultramar, legajo 4617, expediente 12.

Exposição da Junta de Comércio de Zaragoza, 18/02/1843, Sección Ultramar, legajo 4617, expediente 12.

Exposição da Junta de Comércio de Sevilha, 18/03/1843, Sección Ultramar, legajo 4617, expediente 12.

Exposição da Junta de Comércio de Vigo, 26/03/1843, Sección Ultramar, legajo 4617, expediente 12.

Exposição da Junta de Comércio de La Coruña, 16/02/1843, Sección Ultramar, legajo 4617, expediente 12.

Exposição da Junta de Comércio de Cádiz, 13/02/1843 Sección Ultramar, legajo 4617, expediente 12.

Exposição do Ayuntamiento de Havana, 02/04/1843, Sección Ultramar, legajo 4617, expediente 12.

Exposição do Ayuntamiento de Matanzas, 24/04/1843, Sección Ultramar, legajo 4617, expediente 12.

Exposição do Ayuntamiento de Trinidad, 25/04/1843, Sección Ultramar, legajo 4617, expediente 12.

Exposição do Ayuntamiento da Villa de Cienfuegos, 27/04/1843, Sección Ultramar, legajo 4617, expediente 12.

Exposição do Ayuntamiento de Guanabacoa, 28/04/1843, Sección Ultramar, legajo 4617, expediente 12.

Informe do Real Tribunal de Comercio de La Habana, 02/05/1843, Sección Ultramar, legajo 4617, expediente 12.

Informe da Audiência Pretorial de la Habana, 02/05/1843, Sección Ultramar, legajo 4617, expediente 12.

Exposição do Ayuntamiento de Güines, 02/05/1843, Sección Ultramar, legajo 4617, expediente 12.

Exposição do Ayuntamiento de Jaruco, 02/05/1843, Sección Ultramar, legajo 4617, expediente 12.

Exposição Ayuntamiento de Santiago de Cuba, 02/05/1843, Sección Ultramar, legajo 4617, expediente 12.

Exposição aberta de Havana, 04/05/1843, Sección Ultramar, legajo 4617, expediente 12.

Exposição do Ayuntamiento de Bejucal, 05/05/1843, Sección Ultramar, legajo 4617, expediente 12.

Exposição do Ayuntamiento de Bayamo, 09/05/1843, Sección Ultramar, legajo 4617, expediente 12.

Exposição do Ayuntamiento de Baracoa, 10/05/1843 Sección Ultramar, legajo 4617, expediente 12.

Exposição do Ayuntamiento de Santiago del Campo, 15/05/1843, Sección Ultramar, legajo 4617, expediente 12.

Exposição do Ayuntamiento de Jiguany, 16/05/1843, Sección Ultramar, legajo 4617, expediente 12.

Exposição do Cabildo de la Santa Iglesia Metropolitana de Santiago de Cuba, 17/05/1843, Sección Ultramar, legajo 4617, expediente 12.

Informe da Audiência de Puerto Príncipe, 17/05/1843, Sección Ultramar, legajo 4617, expediente 12.

Informe do regente Audiência de Puerto Príncipe, Francisco García del Fierro, 20/05/1843

Exposição do Ayuntamiento de Holguin, 22/05/1843, Sección Ultramar, legajo 4617, expediente 12.

Exposição do Tribunal de Comercio da província de Santiago de Cuba, 28/05/1843, Sección Ultramar, legajo 4617, expediente 12.

Exposição da Real Sociedad Patriótica de la Habana, 31/05/1843, Sección Ultramar, legajo 4617, expediente 12.

Exposição da Junta de Comércio de Barcelona, 16/06/1841, Sección Ultramar, Cuba, legajo 3547.

Exposição da Real Junta de Fomento de Agricultura y Comercio de la Isla de Cuba, 13/07/1843, Sección Ultramar, legajo 4617, expediente 12.

Exposição do Ayuntamiento da Villa de Santa Clara, 23/07/1843, Sección Ultramar, legajo 4617, expediente 12.

Exposição do Ayuntamiento de Manzanillo, 13/08/1843, Sección Ultramar, legajo 4617, expediente 12.

Exposição da Junta de Comércio de Cadiz, 13/02/1843, Sección Ultramar, legajo 4617, expediente 12.

Informe da Intendência de Exército da ilha de Cuba, Superintendência Geral Delegada de Fazenda, conde de Villanueva a Leopoldo O'Donnell, 20/04/1844, Havana, Sección Exteriores, legajo H2911.

Informe de Domingo de Aldama a Leopoldo O'Donnell, 02/03/0844, Sección Exteriores, legajo H2911.

Informe de Javier de Ulloa, Comandancia General de Marina del Apostadero de La Habana, a Leopoldo O'Donnell, Havana, 15/01/1844, Sección Exteriores, legajo H2911.

Informe de Joaquín Gómez a Leopoldo O'Donnell, Havana, 07/08/1844, Sección Exteriores, legajo H2911.

Informe da Regência da Audiência Pretorial de Havana a Leopoldo O'Donnell, Havana, 19/01/1844, Sección Exteriores, legajo H2911.

Informe do Tribunal de Comércio a Leopoldo O'Donnell, 29/05/1844, Sección Exteriores, legajo H2911.

Informe de Wenceslao de Villa-Urrutia a Leopoldo O'Donnell, Havana, 20/06/1844, Sección Exteriores, legajo H2911.

Informe de Joaquín Gómez a Leopoldo O'Donnell, Havana, 07/08/1844, Sección Exteriores, legajo H2911.

Informe de Rafael de Quesada a Leopoldo O'Donnell, Havana, 12/08/1844, Sección Exteriores, legajo H2911.

2.5 Archivo Nacional de Cuba, Havana.

Representação de 4 de julho de 1832”, firmada por Mariategui Knight & Co., Carlos Drake & Co., Joaquin Gomez, Picard y Albert, José Joaquin de Aispúrrera, Francisco Ferrer y Co., Gray Gordon y Co., Saull Stirey y Co. In: “Copia de expedientes de la Real Hacienda sobre circulación en Cuba de la moneda de los Gobiernos de la America y sobre precio de azucar y el café. La Habana, 1832”, ANC, Llgajo 445, número de ordem 71.

2.6 Biblioteca Nacional José Martí, Havana.

Andrés de Jáuregui e Juan Bernardo O’Gavan: “Memorias de los diputados de la Habana sobre una insurrección de esclavos en el ingenio de Peñas-Altas.” Cádiz, 23 de Mayo de 1812. Colección Morales, legajo 79, núm. 72, folios 287-292.

2.7 Impresses

Memorial of the Chamber of Commerce of New York, praying that the duties on teas and coffee may be reduced after the 31st March, 1832, protocolado no Congresso dos Estados Unidos em 15 de março de 1830.

Pennsylvania Dealers in Tea and Coffee, Philadelphia, protocolado no Congresso dos Estados Unidos em 8 de março de 1830.

Representação do corpo de comércio da praça da Bahia (1813). In: Tito Franco de Almeida. *O Brazil e a Inglaterra ou o tráfico de africanos*. Rio de Janeiro: Perseverança, 1868, p. 79-84.

Exposição do Ayuntamiento de Havana, 04/03/1841. In: J. A. Saco (org.). *Historia de la esclavitud de la raza africana em el nuevo mundo y en especial en los paises américo-hispánicos*. Havana: Editorial Alfa, 1944, vol. 5.

Exposição da Junta de Fomento de Havana, 27/02/1841. In: J. A. Saco (org.). *Historia de la esclavitud de la raza africana em el nuevo mundo y en especial en los paises américo-hispánicos*. Havana: Editorial Alfa, 1944, vol. 5.

Exposição do Ayuntamiento de Santiago de Cuba, 14/05/1841. In: Olga Portuondo Zúñiga (org.). *El Departamiento Oriental en documentos. Tomo II (1800-1868)*. Santiago, Cuba: Editorial Oriente, 2012, p. 249-255.

3. Documentação parlamentar

3.1 Estados Unidos

1789-1824: *Annals of Congress* (ou *Proceedings and Debates of the House of Representatives of the United States e Proceedings and Debates of the Senate of the United States*).

1824-1837: *Register of Debates in Congress*.

1833-1845: *The Congressional Globe*.

1789-1845: *Journal of the House of Representatives of the United States of America*.

1789-1845: *Journal of the Senate of the United States of America*.

American State Papers. Documents, Legislative and Executive, of the Congress of the United States. Commerce and Navigation. Vol. 1: 1789-1815. Washington: Gales and Seaton, 1832.

American State Papers. Documents, Legislative and Executive, of the Congress of the United States. Commerce and Navigation. Vol. 2: 1815-1823. Washington: Gales and Seaton, 1834.

American State Papers. Documents, Legislative and Executive, of the Congress of the United States. Finance. Washington: Gales and Seaton, 1832, vol. 2.

American State Papers. Documents, Legislative and Executive, of the Congress of the United States. Miscellaneous. Vol. 2: 1809-1823. Washington: Gales and Seaton, 1834.

Elliot, Jonathan (org.). *The Debates in the Several State Conventions on the Adoption of the Federal Constitution, as recommended by the General Convention at Philadelphia*, 4 vols. Washington: s. e., 1836.

Farrand, Max. *The Records of the Federal Convention of 1787* (1911). 4 vols. New Haven: Yale University Press, 1966.

Journals of the Continental Congress.

Reports of the Proceedings and Debates of the Convention of 1821, Assembled for the Purpose of Amending the Constitution of the State of New York. Albany: Hosford, 1821.

United States Congressional Serial Set (pareceres de comissões parlamentares).

Letter from the Secretary of the Treasury, transmitting Statements of the Commerce and Navigation of the United States (série: 1823-1860).

3.2 Império francês

Annales du Parlement Français, session de 1842, du 27 décembre 1841 au 11 juin 1842. Paris: Firmin Didot Frères, 1842.

Archives Parlementaires. Paris: Dupont, vol. 8, 1875.

Archives Parlementaires. Paris: Dupont, vol. 26, 1887.

Réimpression de l'ancien Moniteur: depuis la réunion des États-Généraux jusqu'au Consulat (mai 1789-novembre 1799). Paris: Bureau Central, 1840-1845, 32 vols.

Réimpression de l'Ancien Moniteur. Paris: Henri Plon, vol. 8, 1861.

Réimpression de l'Ancien Moniteur. Paris: Bureau Central, vol. 9, 1849.

3.3 Império espanhol

1810-1812: *Diario de sesiones de las Cortes Generales y Extraordinarias.*

1820-1823: *Diario de las Sesiones de Cortes.*

1834-1836: *Diario de las Sesiones de Cortes: Estamento de Procuradores.*

1837: *Diario de Sesiones de las Cortes Constituyentes.*

1838-1845: *Diario de Sesiones de Cortes, Senado.*

1838-1845: *Diario de Sesiones de Cortes, Congreso de los Diputados.*

Actas de las Sesiones Secretas de las Cortes ordinarias y extraordinarias de los años 1820 y 1821, de las de los años 1822 y 1825 y de las celebradas por la Diputaciones permanentes de las mismas Cortes ordinarias. Madri: Imprenta y Fundición de J. Antonio García, 1875.

3.4 Império português

1820-1822: *Diário das Cortes Geraes e Extraordinarias da Nação Portuguesa.*

3.5 Império do Brasil

Inventário analítico do arquivo da Assembléia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil, 1823. Centro de Documentação e Informação (CEDI). Brasília: Câmara dos Deputados, 1987.

1823: *Diário da Assembleia Geral, Constituinte e Legislativa do Império do Brasil.*

1826-1845: *Anais do Parlamento Brasileiro: Câmara dos Srs.*

1826-1845: *Anais do Parlamento Brasileiro: Senado.*

3.6 Império britânico

Parliamentary Papers Relating to the Opium Trade: viz., Extracts from reports, &c., of Committees of the Houses of Lords and Commons; 1821 to 1832. Londres: T. R. Harrison, 1840.

Report from the Select Committee on the Growth of Cotton in India. Londres: House of the Commons, 1848.

The Parliamentary Debates, Forming a Continuation of the Work Entitled "The Parliamentary History of England from the earliest Period to 1809". Londres: T. C. Hansard, vol. 11.

4. Correspondência diplomática e tratados internacionais

4.1 National Archives, College Park, Maryland, Estados Unidos

A. Dos agentes norte-americanos no Rio de Janeiro para Washington, D. C.

1830-1832: RG 59, microfilme 121, rolo 10.

1832-1834: RG 59, microfilme 121, rolo 11.

1834-1837: RG 59, microfilme 121, rolo 12.

1837-1839: RG 59, microfilme 121, rolo 13.

1839-1844: RG 59, microfilme 121, rolo 14.

1843-1845: RG 59, microfilme 121, rolo 15.

1845: RG 59, microfilme 121, rolo 16.

B. Dos agentes norte-americanos em Madri para Washington, D. C.

1829-1833: RG 59, microfilme 31, rolo 30.

1832-1834: RG 59, microfilme 31, rolo 31.

1834-1843: RG 59, microfilme 31, rolo 32.

1840-1842: RG 59, microfilme 31, rolo 33.

1842-1845: RG 59, microfilme 31, rolo 34.

C. Dos agentes norte-americanos em Havana para Washington, D. C.

1826-1832: RG 59, vol. 5.

1833-1835: RG 59, vol. 6

1836-1838: RG 59, vol. 7

1838: RG 59, vol. 8

1838-1839: RG 59, vol. 9

1839: RG 59, vols. 10 e 11.

1840: RG 59, vols. 12-15

1841: RG 59, vols. 16-17

1841-1842: RG 59, vol. 18

1843-1844: RG 59, vol. 19

D. Dos agentes norte-americanos em Londres para Washington, D. C.

1832-1833: RG 59, microfilme 30, rolo 36.

1833-1834: RG 59, microfilme 30, rolo 37.

1834-1835: RG 59, microfilme 30, rolo 38.

E. Dos agentes norte-americanos em Paris para Washington, D. C.

1839-1843: RG 59, microfilme 34, rolo 32.

F. De agentes especiais

Despatches of Special Agents of the Department of State, 1794-1905, rolo 6, alvo 6.

4.2 Archivo Histórico Nacional, Madri, Espanha

A. Dos agentes espanhóis no Rio de Janeiro para Madri (seção: Exteriores)

1834: legajo H1406

1837-1838: legajo H1408

1840-1841: legajo H1409

1843-1845: legajo H1410

B. Dos agentes espanhóis em Washington para Madri (seção: Exteriores)

1834-1835: legajo H1464

1836-1842: legajo H1465

1843-1852: legajo H1467

4.3 Arquivo Histórico do Itamaraty (AHI)-Rio de Janeiro, Brasil.

A. Dos agentes brasileiros em Washington, D. C., para o Brasil

1830-1834: códice 233/3/1

1835-1840: códice 233/3/2

1841-1844: códice 233/3/3

1845-1847: códice 233/3/4

B. Dos ministros dos estrangeiros aos agentes brasileiros em Washington

1844-1854: códice 235/1/17

4.4 National Archives, Londres, Grã-Bretanha

1833-1835: FO 84/152

4.5 Correspondência impressa

British and Foreign State Papers, 1824-1825. Londres: James Bidgway and Sons, 1846.

Adams, Ephraim Douglass (org.). *British Diplomatic Correspondence Concerning the Republic of Texas, 1836-1848.* Austin: Texas State Historical Association, 1918.

Manning, William Ray. *Diplomatic correspondence of the United States: Inter-American Affairs, 1831-1860.* Washington DC: Carnegie Endowment for International Peace, 1936-1939, 12 vols.

Accounts and Papers: Twenty Volumes. Vol. 19: Slavery. Correspondence on Slave Trade with Foreign Powers Relating to the Slave Trade. Londres: William Clowes and Sons, 1842.

4.6 Tratados internacionais

Pinto, Antônio Pereira. *Apontamentos para o direito internacional ou collecção completa dos tratados celebrados pelo Brasil com diferentes nações, acompanhada de uma notícia histórica e documentada sobre as convenções mais importantes.* Rio de Janeiro: F. L. Pinto e Cia., 4 vols., 1864.

Tratados, convenios y declaraciones de paz y de comercio. Org. de Alejandro del Cantillo. Madri: Alegría y Charlain, 1843.

Tratado entre S. M. Real el Rey de España y de las Indias y S. M. El Rey Del Reino Unido de la Grán Bretaña e Irlanda. Madri: Imprenta Real, 1817

Tratado entre su magestad la reina de España y su magestad el rey del Reino Unido, de la Gran Bretaña e Irlanda, para la abolición del tráfico de esclavos, concluido y firmado en Madrid en 28 de junio de 1835. Madri: Prenta Real, 1835;

5. Livros e panfletos

- [Anônimo] *Estado actual de la Isla de Cuba y medios que deben adoptarse para fomentar su prosperidad con utilidad de la madre patria*. Madri: Compañia General de Impresores y Libreros, 1838.
- Abreu, Antonio Paulino Limpo de. “Protesto do governo imperial contra o bill sancionado em 8 de Agosto de 1845, relativo aos navios Brasileiros que se empregarem no trafico”. In: Antonio Pereira Pinto. *Apontamentos para o direito internacional ou colecção completa dos tratados celebrados pelo Brasil com diferentes nações estrangeiras*. Rio de Janeiro: F. L. Pinto, vol. 1, p. 426-445.
- Acuerdos Provisionales sobre arreglo de derechos y establecimiento de almacenes de deposito, sancionados por la Ema. Diputación Provincial bajo la presidencia del Señor Gefe Superior Político Interino*. Havana: Arazoza y Soler, 1822.
- Adams, Charles Francis (org.) *Memoirs of John Quincy Adams, comprising portions of his Diary from 1795 to 1848*. Filadélfia: J. B. Lippincott, 12 vols. 1874-77.
- Almeida, Francisco de. *Apparato para a disciplina e ritos eclesiásticos de Portugal*. Lisboa: Joseph Antonio da Sylva, 4 vols., 1735.
- Almeida, Tito Franco de. *O Brazil e a Inglaterra ou o tráfico de africanos*. Rio de Janeiro: Perseverança, 1868, p. 79-84.
- Arango Y Parreño, Francisco. *Obras*. Org. e introd. de Gloria García Rodríguez. Havana: Imagen Contemporanea, 2005, 2 vols.
- Berg, Olof. *Nordamerikas Stellung zum Quintupel-Tractat vom 20. December 1841*. Königsberg: Gräfe und Unzer, 1842.
- Bonavides, Paulo e Roberto Amaral (orgs.). *Textos políticos da História do Brasil*. Volume 1: *Formação nacional, Império*. 3ª edição. Brasília: Senado Federal, 2002.
- Bonifácio de Andrada e Silva, José, “Representação à Assembléia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil sobre a escravatura” (escrita em 1823, publicada em 1825). In: *Projetos para o Brasil*. Organização de Miriam Dolhnikoff. São Paulo: Publifolha, 2000.
- [Bonifácio, José]. *Lembranças e apontamentos do Governo Provizorio da Provincia de S. Paulo para os seus deputados, mandadas publicar por ordem de Sua Alteza Real, o Príncipe Regente do Brasil*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1821.
- Bowring, John. *Contestación a las observaciones de D. Juan Bernardo O’Gavan, sobre la suerte de los negros de Africa: y reclamación contra el tratado celebrado con los ingleses en 1817*. Madrid: Imprenta de L. Amarita, 1821.
- Cahier Contenant les Plaintes, Doléances et Réclamations des Citoyens-libres et Propriétaire de Couleur, des Iles & Colonies Françaises*. S.L.: S. E., 1789, p. 2, 13 e 14.
- Calhoun, John C. *The Papers of John C. Calhoun*. Org. de Clyde N. Wilson. Columbia, Car. do Sul: University of South Carolina Press, 28 vols., 1959-2003.
- [Calhoun, John C.]. *Exposition and Protest reported by the Special Committee of the House of the Representative of South Carolina, on the Tariff*. In: Thomas Cooper (org.). *The Statutes at Large of South Carolina*. Colúmbia, Carolina do Sul: A. S. Johnston, 1836, p. 247-273.
- Cass, Lewis. *An Examination of the Question, now in discussion, between the American and British Governments, concerning the Right of Search*, reproduzido em William T. Young. *Sketch of the Life and Public Services of General Lewis Cass. By an American*. Detroit: Markham & Elwood, 1852, p. 136-170.
- [Cass, Lewis]. *Gen. Cass and the Quintuply Treaty*, circular do National and Jackson Democratic Association Committee. S.l.: s.d.

- Clay, Henry, "Speech of Henry Clay in Defense of the American System, in the Senate of the United States, February 2, 3, and 6, 1832". In: H. W. Furber. *Which? Protection, Free Trade or Revenue Reform: a Collection of the Best Articles on Both Sides of this Great National Issue, from the Most Eminent Political Economists and Statesmen*. Burlington, Iowa: I. F. Segner, 1888.
- Clay, Henry. *Speech in Support of an American System for the Protection of American Industry*. Washington: Columbian Office, 1824.
- Cobden, Richard, "Free Trade VIII. London, February 8, 1844". In: *Speeches on Questions of Public Policy*. Londres: T. Fisher Unwin, 1908, vol. 2, p. 58-68.
- Codigo criminal do Imperio do Brasil, anotado com as leis, decretos, avisos e portarias publicados desde a sua data até o presente e que explicão, revogão ou alterão algumas das suas disposições ou com ellas tem immediata connexão*. Org. de Braz Florentino Henrique de Souza. Recife: Universal, 1858.
- Colecção das decisões do Governo do Brazil de 1821*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889.
- Colecção das leis do Imperio do Brazil de 1824. 2ª parte*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1886.
- Coleccion de varias esposiciones dirigidas al Escmo. Señor Procer del Reino, governador Capitan General de la Isla de Cuba y á S. M. la Reina Gobernadora*. Havana: Imprenta del Gobierno y Capitanía General, y de la Real Sociedad Patriótica por S. M., 1836.
- Constituições do Brasil: acompanhadas de emendas constitucionais e projetos*. Rio de Janeiro: Imp. Nacional, 1948.
- Costa, João Severiano Maciel da, "Memória sobre a necessidade de abolir a introdução dos escravos africanos no Brasil, sobre o modo e condições com que esta abolição se deve fazer e sobre os meios de remediar a falta de braços que ela pode ocasionar". In: Graça Salgado (org.). *Memórias sobre a escravidão*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1988.
- Coutinho, José Joaquim da Cunha de Azeredo, "Memória sobre o preço do açúcar". In: *Memórias Econômicas da Academia Real das Ciências de Lisboa, para o adiantamento da agricultura, das artes, e da indústria em Portugal, e suas Conquistas (1789-1815)*. Ed. José Luís Cardoso. Lisboa: Banco de Portugal, 1993, t. 3, p. 273-280.
- D'Arsy, Gouy. *Précis sur la situation de la députation de Saint-Domingue, aux États Généraux*. Versailles: S. E., 1789.
- Discurso no qual se manifesta a necessidade da continuação do commercio da escravatura: que este trafico não tem a barbaridade, horror, e deshumanidade que se lhe quer attribuir; e que só ao Iluminado Ministerio Brasileiro pertence marcar, e accelerar a epocha de o proscrever em seos estados*. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Nacional, 1826.
- Documentos para a história da Independência*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1923.
- Espediente sobre arreglo de las contribuciones territoriales*. Havana: Arazoza y Soler, 1821.
- Falla dirigida á Assembléa Legislativa Provincial de Minas-Geraes na abertura da sessão ordinaria do anno de 1843 pelo presidente da provincia, Francisco José de Souza Soares d'Andrea*. Ouro Preto: Typ. do Correio de Minas, 1843.
- Feijó, Diogo Antônio*. Org. e intro. de Jorge Caldeira. São Paulo: Editora 34, 1999.
- Figueiras Jr, A. *Codigo do processo do Imperio do Brasil*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1874, p. 82-101.

- Green, Duff, "War with America: An Examination of the Instigations and Probable Effects. By a Kentuckian". *The Great Western Magazin and Anglo-American Journal of Literature, Science, Art, Commercial and Political Economy, Statistics, etc.* Vol. 1. Editada por Isaac Clark Pray. Londres: Simpkin, Marshall and Co., 1842, p. 70-97.
- Grund, Francis J. *Das Untersuchungsrecht: zur Beurtheilung der zwischen den Vereinigten Staaten von Nordamerica und der Königlich Grossbritannischen Regierung obschwebende Frage.* Leipzig: Weber, 1842.
- Henderson, James. *A History of the Brazil.* Londres: Longman et alii, 1821.
- Holmes, Arthur. *Parties and Their Principles: A Manual of Political Intelligence, Exhibiting The Origin, Growth, and Character of National Parties.* Nova York: Appleton, 1859.
- Irujo, Carlos Martínez de. *Compendio de la obra inglesa intitulada Riqueza de las Naciones hecho por el Marqués de Condorcet y traducido al castellano com varias adiciones del original por Don Carlos Martínez de Irujo.* Madri: Imprenta Real, 1792.
- Jameson, J. Franklin (org.). *Annual Report of the American Historical Association for the Year of 1899. Vol. II: Calhoun Correspondence.* Washington: Government Printing Office, 1900.
- Jollivet, Adolphe (org.). *Documents Américains: Annexion du Texas, Émancipation des Noirs, Politique de l'Angleterre.* Paris: de l'Imprimerie de Bruneau, 1845
- Lima Jr, Augusto de (org.). *Cartas de D. Pedro I a D. João VI: relativas à Independência do Brasil.* Rio de Janeiro: Oficina do Jornal do Commercio, 1941.
- Lorenzo, Manuel. *Manifiesto del General Lorenzo a la nación española.* Cádiz: Campe, 1837.
- Luz y Caballero, José de la. *Obras.* Barcelona: Red Ediciones, 2013.
- Madison, James, "Notes for the National Gazette Essays". In: Robert A. Rutland et. Al (org.). *The Papers of James Madison.* Charlottesville, Va: University of Virginia Press, 1983, vol. 14, p. 160-161.
- Mann, James A. *The Cotton Trade of Great Britain: its Rise, Progress and Present Extent.* Londres: Simpkin, Marshall & Co./Manchester: Joseph Thompson & Son, 1860.
- Martineau, Harriet. "Retrospect of Western Travel.", art. V. In: *The Monthly Review*, vol. I. Londres: E. Henderson, 1838.
- McDuffie, George. *Speech of Mr. McDuffie of South Carolina on the Bill Proposing a Reduction of the Duties on Imports.* Washington, D.C.: Duff Green, 1832.
- McGilchrist, John. *Richard Cobden, The Apostle of Free Trade. His Political Career and Public Services.* Nova York: Harper & Brothers, 1865.
- Merlin, condessa de. *Los esclavos en las colonias españolas.* Madri: Alegría y Charlain, 1841.
- Mirabeau, conde de. *Lettres du Comte de Mirabeau a ses commettans.* Londres/Paris: Hôtel le Bouthilliers, 1789, vol. 1.
- Monte, Domingo del. *Centón Epistolário (volumen II).* Introdução, compilação e notas, Sophie Andioc. Havana: Imagen Contemporânea, 2002, 4 vols.
- Newman, Debra L. (org.). *List of Black Servicemen Compiled from the War Department Collection of Revolutionary War Records.* Washington, D.C.: National Archives and Record Service, 1974, p. 3-28.
- O'Gavan, Juan Bernardo. *Observaciones sobre la suerte de los negros del Africa, considerados en su propia patria, y trasplantados á las Antillas Españolas: y*

- reclamación contra el tratado celebrado con los ingleses el año de 1817.* Madrid: Imprenta del Universal, 1821, p. 12-14.
- O’Gavan, Juan Bernardo. *Observaciones sobre la suerte de los negros del Africa, considerados en su propia patria, y trasplantados á las Antillas Españolas: y reclamación contra el tratado celebrado con los ingleses el año de 1817.* Madrid: Imprenta del Universal, 1821.
- Peabody, Sue e Keila Grinberg (orgs.). *Slavery, Freedom, and the Law in the Atlantic World: A Brief History with Documents.* Boston/Nova York: Bedford/St. Martin, 2007.
- Pereira da Silva, J. M.. *Memórias do meu tempo.* Rio de Janeiro: Garnier, 1895.
- [Pereira da Silva, J. M.]. *Inglaterra e Brasil. Trafego de escravos. Por um deputado.* Rio de Janeiro: Typographia do Brasil, 1845.
- Portuondo Zúñiga, Olga (org.). *El Departamento Oriental en documentos. Tomo II (1800-1868).* Santiago, Cuba: Editorial Oriente, 2012.
- Proceedings of the General Anti-Slavery Convention, Called by the Committee of the British and Foreign Anti-Slavery Society, and Held in London.* Londres: British and Foreign Anti-Slavery Society, 1841.
- Proceedings of the General Anti-Slavery Convention, Called by the Committee of the British and Foreign Anti-Slavery Society, and Held in London.* Londres: John Snow, 1843.
- Public Documents, Printed by order of the Senate of the United States. First Session of the Twenty-Eighth Congress.* Washington: Gales and Seaton, 1844, vol. 5, p. 52.
- Rattenbury, Freeman. *Remarks on the Cession of the Floridas to the United States of America, and on the Necessity of Acquiring the Island of Cuba By Great Britain.* Segunda edição. Londres: s.e., 1819.
- Rebello, Carlos. *Estados relativos de la producción azucarera de la Isla de Cuba formados competentemente y con la autorización de la Intendencia de Ejército y Hacienda.* Havana: s. e., 1860.
- Regnault, Elias. *Historia criminal do governo inglez, desde as primeiras matanças na Irlanda até o envenenamento dos Chinas, traduzida do francês, anotada, e aumentada com a historia dos muitos fatos modernos tanto no Brasil, como em dominios de Portugal. Por um brasileiro [J. M. Pereira da Silva].* Rio de Janeiro: Laemmert, 1842, 2 vols.
- Report of the Secretary of the Commerce and Navigation of the United States for the year ending on the 30th September, 1823.* Washington: Gales and Seaton, 1824, p. 80-81.
- Representaciones documentadas del muy ilustre Ayuntamiento de Santiago.* Santiago de Cuba: Real Sociedad Económica, 1835.
- Richard, Henry. *Memoirs of Joseph Sturge.* Londres: S. W. Partridge, vol. 2, 1865.
- Robert Mercer Taliaferro Hunter. *Life of John C. Calhoun, Presenting a Condensed History of Political Events from 1811 to 1843.* Nova York: Harper & Brothers, 1843.
- Saco, José Antonio, *Obras.* Introd., org. e notas de Eduardo Torres-Cuevas. Havana: Imagen Contemporanea, 6 vols., 2001-2006.
- _____, “*The State of the Commerce of Great Britain with Reference to Colonial and other Produce*”. *Revista Bimestre Cubana*, n. 6, março de 1832, p. 79-92.
- _____, “*Notices of Brasil in 1828 and 1829 by Rev. R. Walsh, Author of a Journey from Constantinople &c.*”. *Revista Bimestre Cubana*, n. 7, maio de 1832, 173-231.

- _____. *Historia de la esclavitud de la raza africana em el nuevo mundo y en especial en los paises américo-hispánicos*. Havana: Editorial Alfa, 1944, vol. 5.
- Sagarra, Juan Bautista. *Elogio de don Prudencio Casamayor, socio numerario de la Real Sociedad Patriótica de Amigos del Pais de Santiago de Cuba*. Santiago de Cuba: Real Sociedad Patriótica, 1842.
- Sagra, Ramón de la. *Historia económico-política y estadística de la isla de Cuba, ó sea, de sus progresos en la población, la agricultura, el comercio y las rentas*. Havana: Viuda de Arazoza y Soler, 1831.
- [Silva, José Carneiro da], *Memoria sobre o commercio dos escravos, em que se pretende mostrar que este trafico é, para eles, antes um bem do que um mal*. Escrita por ***, natural dos Campos dos Goitacazes. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional e J. Villeneuve e Comp., 1838.
- State Papers on Nullification, Including the Public Acts of the Convention of the People of South Carolina*. Boston: Dutton & Wentworth, 1834.
- Surigué, Sebastião Fabregas. *Almanak Geral do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Typ. Commercial Fluminense, 1838.
- Tocqueville, Alexis de. *Democracia na América: leis e costumes*. São Paulo: Martins Fontes, 2005, vol. I.
- Torrente, Mariano. *Cuestion importante sobre la esclavitud*. Madri: Jordan e hijos, 1841.
- _____. *Coleccion escojida de novedades científicas*. Havana: Jordan, t. 1, 1837.
- _____. *Coleccion escojida de novedades científicas*. Havana: Jordan, t. 1, 1837. *Revista General de la Economía Política*. Havana: Jordan, 1835.
- Torres-Cuevas, Eduardo e Eusebil Reyes (orgs.). *Esclavitud y Sociedad: notas y documentos para la historia de la esclavitud negra en Cuba*. Havana: Editorial de Ciencias Sociales, 1986.
- Turnbull, David. *Travels in the West. Cuba; with Notices of Porto Rico, and the Slave Trade*. Londres: Longman, Orme, Brown, Green, and Longmans: 1840.
- [Turnbull, Robert] Brutus. *The Crisis: or Essays on the Usurpation of the Federal Government*. Charleston: A. E. Miller, 1827.
- Turnbull, Robert. *A visit to the Philadelphia Prison*. Dublin: Napper, 1798.
- Tyler, Lyon G. *The Letters and Times of The Tylers*. Richmond: Whittet & Shepperson, 1885, vol. II.
- Usauna, Trino [pseudônimo]. *Algo sobre cierto discurso que cierto señor diputado a Cortes pronunció en Madrid en la sesión del día de 19 de diciembre de 1837*. S. l.: s. e., 1838, p. 40.
- Vázquez Queipo, Vicente. *Colección de varios artículos en defensa del Informe Fiscal: cuestión de harinas*. Madri: Alegría, 1848.
- Villaverde, Cirilo. *Cecilia Valdés o La Loma del Ángel*. Havana: Instituto Cubano del Libro, 1972.
- Walker, Robert James. *Letter of Mr. Walker, of Mississippi, relative to the Annexation of Texas, in reply to the Call of the People of Carroll County, Kentucky, to Communicate his Views on that Subject*. Washington: Globe Office, 1844.
- Walsh, Robert. *Notícias do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1985, 2 vols..
- Warren, Samuel. *The Opium Question* (1839). Londres: James Ridgway, 1840 (3a edição).

- Warville, J. P. Brissot de, “Note sur l’admission des planteurs”. In: *Plan de conduite pour les députés du peuple aux États-Généraux de 1789*. S.L.: S.E., 1789.
- Washington, H. A. (org.). *The Writings of Thomas Jefferson*. Washington: Taylor and Maury, vol. 7, 1854.
- Wheaton, Henry. *Inquiry into the Validity of the British Claim to a Right of Visitation and Search of American Vessels Suspected to be engaged in the African Slave Trade*. Filadélfia: Lea & Blanchard, 1842.
- Worger, William H., Nancy L. Clark e Edward A. Alpers (org.). *Africa and the West: A Documentary History*. Vol. 1: *From the Slave Trade to Conquest* (2001). Oxford: Oxford University Press, 2010.
- Yard, James, *United States vs. Peters*, U.S. Supreme Court (1795)
- Yard, James. *Spanish America and the United States or the Views of the Actual Commerce of the United States with the Spanish Colonies*. Filadélfia: Carey, 1818.

6. Periódicos

6.1 Estados Unidos

- Boston Courier* (Boston)
- Boston Weekly Messenger* (Boston)
- Charleston Courier* (Charleston, Carolina do Sul)
- DeBow’s Review* (Nova Orleans, Louisiana)
- New Orleans Bulletin* (Nova Orleans, Louisiana)
- The Merchant’s Magazine and Commercial Review* (Nova York)
- The United States Democratic Review* (Nova York)
- Troy Daily Whig* (Troy, Nova York)

6.2 Império espanhol

- Diario de la Habana* (Havana)
- Eco del Comercio* (Madri)
- El Constitucional* (Barcelona)
- El Correo Nacional* (Madri)
- El Español* (Madri)
- El Espectador* (Madri)
- El Heraldo* (Madri)
- El jorobado* (Madri)
- El Mundo*(Madri)
- El navio arranchador* (Havana)
- El noticioso del Pueblo de Cádiz* (Cádiz)
- El Restaurador* (Madri)
- La Posdata* (Madri)
- Revista española* (Madri)
- The Mercantile Weekly Report* (Havana)

6.3 Império do Brasil

- Aurora Fluminense* (Rio de Janeiro).
- Correio Braziliense ou Armazem Literario* (Londres)
- Correio Mercantil* (Rio de Janeiro)
- Correio Mercantil* (Salvador)
- Correio Oficial* (Rio de Janeiro)
- Diario do Governo* (Rio de Janeiro)

Diario do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro)
Diario do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro)
Diario Novo (Olinda, Recife)
Jornal do Comércio (Rio de Janeiro)
Jornal dos Debates (Rio de Janeiro)
O Astro de Minas (São João del-rei, MG)
O Brasil (Rio de Janeiro)
O censor: periódico mensal, político, histórico, e litterario (Salvador)
O Caramuru: o Imperador Pedro II, e a Constituição Jurada (Rio de Janeiro)
O Despertador (Rio de Janeiro)
O Justiceiro (São Paulo)
O Mercantil (Salvador)
O Sentinella da Monarchia (Rio de Janeiro)
O Sete de Abril (Rio de Janeiro)
O universal (Ouro Preto, MG)
Voz Fluminense (Rio de Janeiro)

6.4 Império francês

Revue des Deux Mondes (Paris)

6.5 Império britânico

The Asiatic Journal and Monthly Miscellany for British and Foreign India, China and Australasia (Londres).

7. Arquivos das demais fontes manuscritas

A. Archivo Nacional de Cuba

Fundo: Asuntos Políticos. Legajos: 34, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 43, 44, 132, 133, 134 e 217.

Fundo: Gobierno Superior Civil. Legajos: 39, 112, 499, 500.

Fundo: Intendencia General de Hacienda. Legajo: 1126.

B. Archivo Histórico Nacional, Madri

Sección Ultramar

Sección Exteriores

8. Bancos de dados online:

Gwendolyn Midlo Hall:

<http://www.slavevoyages.org>

<http://anglochinese42.com>

bndigital.bn.br (jornais brasileiros)

www.bne.es/es/Catalogos/HemerotecaDigital/ (jornais hispânicos)

America's Historical Newspaper, coleção Readex (jornais norte-americanos)

II. Bibliografia

- Adams, Jane Elizabeth, "The Abolition of the Brazilian Slave Trade". *Journal of Negro History*, vol. 10, núm. 4 (out., 1925): 607-637
- Alden, Dauril, "El Brasil colonial tardío, 1750-1808". In: Leslie Bethell (org.). *História de América Latina. Vol. 3: América Latina Colonial: Economía*. Barcelona: Editorial Crítica, 1990, p. 306-358.
- Alencastro, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.
- _____, "La traite négrière et l'unité nationale brésilienne". *Revue Française d'Histoire d'Outre-Mer*, vol. 56, núm. 244- 245 (1979): 395-419.
- Alexandre, Valentim. *Os sentidos do império: questão nacional e questão colonial na Crise do Antigo Regime Português*. Porto: Afrontamento, 1993.
- Allahar, Anton L., "Sugar and the Politics of Slavery in Mid-Nineteenth Century Cuba". In: Bernard Moitt. *Sugar, Slavery, and Society: Perspectives on the Caribbean, India, the Mascarenes, and the United States*. Gainesville, Flórida: University Press of Florida, 2004, p. 110-134.
- Almeida, Paulo Roberto de. *Formação da diplomacia econômica do Brasil. As relações econômicas internacionais no Império*. São Paulo: Editora Senac; Brasília: FUNAG, 2001.
- Anderson, Gary Clayton. *The Conquest of Texas: Ethnic Cleansing in the Promised Land, 1820-1875*. Norman, Oklahoma: University of Oklahoma Press, 2005.
- Andrade, Marcos Ferreira de, "Negros rebeldes nas Minas Gerais: a revolta dos escravos de Carrancas" (1833), uma introdução ao respectivo processo-crime, de mais de 400 páginas, ambos disponíveis em http://www.acervos.ufsj.edu.br/site/fontes_civeis/carrancas.html.
- Andrade, Marcos Ferreira de. "Rebelião escrava na Comarca do Rio das Mortes, Minas Gerais: o caso Carrancas". *Afro-Ásia*, núm. 21-22 (1998-1999), p. 45-82.
- Araque Hontangas, Natividad, "Las primeras elecciones celebradas con el Estatuto Real de 1834". *Cuadernos de Historia Contemporánea*, vol. 32 (2010): 95-108.
- Arrighi, Giovanni. *O longo século XX* (1ª ed. em inglês, 1994). Rio de Janeiro: Contraponto/ São Paulo: Unesp, 1996.
- Arruda, José Jobson de Andrade. *Uma colônia entre dois impérios: a abertura dos portos brasileiros, 1800-1808*. Bauru, SP: Edusc, 2008.
- Ashley, Percy. *Modern Tariff History: Germany, United States, France*. Pref. de R. B. Haldane. Londres: Murray, 1904.
- Ashworth, John. *Slavery, Capitalism, and Politics in the Antebellum Republic. Vol. 1: Commerce and Compromise, 1820-1850*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.
- Austin, John L. *How to Do Things with Words*. Oxford: Clarendon Press, 1962.
- Azevedo, Moreira de, "Sociedades fundadas no Brasil desde os tempos coloniais até o começo do actual reinado", *Revista Trimestral do Instituto Histórico, Geográfico e Ethnográfico do Brasil*, t. XLVIII, parte 2, 1885, p. 265-322.
- Bahamonde, Angel e Jose Cayuela. *Hacer las Américas. Las elites coloniales españolas en el siglo XIX*. Madri: Alianza Editorial, 1992.
- Bailyn, Bernard. *As origens ideológicas da Revolução Americana* (1ª ed. em inglês, 1967). Trad. Cleide Rapucci. Bauru, SP: Edusc, 2003.

- Balboa Navarro, Imilcy, *De los dominios del rey al imperio de la propiedad privada: estructura y tenencia de la tierra en Cuba (siglos XVI-XIX)*. Madrid: CSIC, 2013.
- _____, “Las luces en la agricultura. Redistribución y legitimidade de la propiedad agraria. Cuba, 1790-1837”. In: José A. Piqueras (org.). *Las Antillas en la era de las Luces y la Revolución*. Madri: Siglo XXI, 2005.
- Baptist, Edward E. *The Half that Has Never Been Told: Slavery and the Making of American Capitalism*. Nova York: Basic Books, 2014.
- Barcia, Manuel. *West Africa Warfare in Bahia and Cuba: Soldier Slaves in the Atlantic World, 1807-1844*. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.
- Barickman, Bert. *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- Barman, Roderick J. *Citizen Emperor. Pedro II and the making of Brazil. 1825-91*. Stanford: Stanford University Press, 1999.
- _____. *Brazil: the forging of a nation, 1798-1852*. Stanford: Stanford University Press, 1988.
- Barton, Gregory A. *Informal Empire and the Rise of One World Culture*. Houndmills, Grã-Bretanha: Palgrave Macmillan, 2014.
- Basile, Marcelo O., “O laboratório da nação: a era regencial (1831-1840)”. In: Keila Grinberg e Ricardo Salles (orgs.). *O Brasil imperial, vol. II: 1831-1870*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 53-120.
- _____. *O Império em construção: projetos de Brasil e ação política na Corte regencial*. Doutorado. Rio de Janeiro: PPGHIS-UFRJ, 2004.
- _____, “Unitários e federalistas: a questão federal na imprensa da Corte (1830-1834)”. In: Mônica Leite Lessa e Silvia Carla Pereira de Brito Fonseca (orgs.). *Entre a monarquia e a república: imprensa, pensamento político e historiografia (1822-1889)*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2008, p. 83-106.
- _____. *Ezequiel Corrêa dos Santos: um jacobino na corte imperial*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.
- Beckert, Sven. *Empire of Cotton: a Global History*. Nova York: Alfred Knopf, 2014.
- _____. “Emancipation and Empire: Reconstructing the Worldwide Web of Cotton”. *American Historical Review*, núm. 109 (dez. 2004): 1405-1438.
- Belda, José e Rafael M. de Labra. *Las Cortes de Cádiz en el Oratorio de San Felipe: notas históricas*. Madri: Fortanet, 1912.
- Belko, W. Stephen. *The Invincible Duff Green: Whig of the West*. Columbia, Missouri: University of Missouri Press, 2006.
- Bender, Thomas (org.). *The Antislavery Debate: Capitalism and Abolitionism as a Problem in Historical Interpretation*. Berkeley: University of California Press, 1992.
- Benot, Yves. *La revolution française et la fin des colonies*. Paris: La Découverte, 1988.
- Berbel, Márcia Regina, “Os apelos nacionais nas cortes constituintes de Lisboa (1821/1822)”. In: Jurandir Malerba (org.). *A Independência brasileira: novas dimensões*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- _____. *A Nação como Artefato. Deputados do Brasil nas Cortes Portuguesas (1821-1822)*. São Paulo: Hucitec, 1999.
- Berlin, Ira. *Gerações de cativo: uma história da escravidão nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Record, 2006.
- Berman, Marshall. *All that is Solid melts into Air: The Experience of Modernity* (1982). Nova York: Penguin, 1988 (*Tudo o que é sólido desmancha no ar: a aventura*

- da modernidade*. Trad. Carlos Felipe Moisés e Ana Maria L. Ioriatti. São Paulo: Companhia das Letras, 1986).
- Bethell, Leslie. *A abolição do tráfico de escravos no Brasil: A Grã-Bretanha, o Brasil e a questão do tráfico de escravos, 1807-1869* (1ª ed. em inglês, 1970). Trad. de Vera Neves Pedroso. Rio de Janeiro: Editora Expressão e Cultura/Editora da Universidade de São Paulo, 1976.
- _____. "The Independence of Brazil and the Abolition of the Brazilian Slave Trade: Anglo-Brazilian Relations, 1822-1826". *Journal of Latin America Studies*, vol. 1, núm. 2 (nov., 1969): 115-147.
- Bidwell, Percy Wells e John Ironside Falconer. *History of Agriculture in the Northern United States, 1620-1860*. Nova York: Peter Smith, 1941
- Billington, Ray Allen e Martin Ridge. *Westward Expansion: A History of the American Frontier* (1949). Albuquerque: University of New Mexico Press, 2001.
- Blackburn, Robin. *The American Crucible: Slavery, Emancipation and Human Rights*. Londres: Verso, 2011.
- _____. *The Overthrow of Colonial Slavery*. Londres: Verso, 1988 (A queda do escravismo colonial. Trad. Maria Beatriz de Medina. Rio de Janeiro: Record, 2002).
- Blake, Clagette. *Charles Elliot, R. N. 1801-1875: A Servant of Britain Overseas*. Cleaver-Hume Press: Londres, 1960.
- Bolland, O. Nigel, "Reply to William A. Green". *Society for Comparative Study of Society and History*. 1981, vol. 26, núm. 4 (out. 1981): 120-125.
- _____. "Systems of Domination after Slavery: The Control of Land and Labor in the British West Indies after 1838". *Society for Comparative Study of Society and History*. 1981, vol. 23, núm. 4 (out. 1981), p. 591-619.
- Borucki, Alex, "The 'African Colonists' of Montevideo: New Light on the Illegal Slave Trade to Rio de Janeiro and the Río de la Plata (1830-1842)". *Slavery and Abolition*, vol. 30, núm. 3 (set., 2009): 427-444.
- Bosma, Ulbe, *The Sugar Plantation in India and Indonesia: Industrial Production, 1770-2010*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.
- Bourdieu, Pierre. *Sobre o Estado*. Trad. de Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Cia. das Letras, 2014.
- Brading, D. A. "La España de los Borbones y su império americano". In: Leslie Bethell (org.). *História de América Latina. Vol. 2: América Latina Colonial en los siglos XVI, XVII, XVIII*. Barcelona: Editorial Crítica, 1990, p. 85-126.
- Bradley, Patricia. *Slavery, Propaganda, and the America Revolution*. Jackson: University Press of Mississippi, 1998.
- _____. "Slavery in Colonial Newspaper: The Somerset Case". *Journalism History*, vol. 12, n. 1 (1985), p. 2-7.
- Braudel, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV e XVIII. vol. I: As estruturas do cotidiano*. Lisboa: Teorema, 1992.
- _____. "European Expansion and Capitalism: 1450-1650". In: *Chapters in Western Civilization*. Organizado pelo Contemporary Civilization Staff do Columbia College. 3ª edição. Nova York: Columbia University, 1961, vol. 1, p. 245-288.
- _____. *Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV-XVIII, vol. 3: o tempo do mundo* (1ª ed. francesa, 1986). São Paulo: Martins Fontes, 1996, p. 460.
- Brown, Christopher Leslie. *Moral Capital. Foundations of British Abolitionism*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2005.

- Bruchey, Stuart (org.). *Cotton and the Growth of the American Economy: 1790-1860. Sources and readings*. Nova York: Harcourt, Brace & World, Inc., 1967.
- Burckhardt, Jacob. *Weltgeschichtliche Betrachtungen: über geschichtliches Studium. Historische Fragmente*. Leipzig: Dieterich'sche Verlagsbuchhandlung, 1985.
- Cabrera, Raimundo. *Cuba y sus jueces (rectificaciones oportunas)*. Filadélfia: Levytype, 1891.
- Cain, P. G. e A. G. Hopkins. *British Imperialism, 1688-2000* (1993). Londres: Routledge, 2002.
- Cain, P. J., "Economics and Empire: The Metropolitan Context". In: Andrew Porter (org.). *The Oxford History of the British Empire. Vol. IV: The Nineteenth Century*. Oxford: Oxford University Press, 1999, p. 31-50.
- Campbell, Randolph B. *Gone to Texas: a History of the Lone Star State*. Oxford: Oxford University Press, 2003, p. 159-186 (estimativa de migrantes e escravos, p. 159).
- José Murilo de Carvalho, "Entre a autoridade e a liberdade". In: *Visconde do Uruguai*. Org. e introd. de J. M. de Carvalho. São Paulo: Editora 34, 2002, p. 9-49.
- _____, "Escravidão e razão nacional". *Dados: Revista de Ciências Sociais*, vol. 31, núm. 3 (1988): 287-308.
- _____. *A construção da ordem. Teatro de sombras* (1ª ed., respectivamente, 1980 e 1988). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- Castro, Jeanne Berrance de. *A milícia cidadã: a Guarda Nacional de 1831 a 1850* (1977). São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1979.
- Castro, Paulo Pereira de. "A experiência 'republicana', 1831-1840". In: Sérgio Buarque de Holanda (org.). *História geral da civilização brasileira. O Brasil monárquico: dispersão e unidade*. São Paulo: Difel, t. 2, vol. 2, 1985, p. 9-67.
- Cervo, Amado Luiz e Clodoaldo Bueno. *História da política exterior do Brasil*. 3ª ed., ampliada. Brasília: UFB, 2008.
- Cervo, Amado Luiz. *O parlamento brasileiro e as relações exteriores (1826-1830)*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.
- Chalhoub, Sidney. *A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista*. São Paulo: Cia. das Letras, 2012.
- Chase, Malcolm. *Chartism, a New History*. Manchester: Manchester University Press, 2007.
- Chaudhuri, B., "Regional Economy (1757-1857): Eastern India II". In: Dharma Kumar (org.). *The Cambridge Economic History of India, vol. 2: c. 1757-c. 1970*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983, p. 295-332.
- Childs, Christopher. *The Failure of Popular Sovereignty: Slavery, Manifest Destiny, and the radicalization of Southern Politics*. Lawrence, Kansas: University Press of Kansas, 2012.
- Childs, Matt D. *The 1812 Aponte Rebellion in Cuba and the Struggle against Atlantic Slavery*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2006.
- Chust, Manuel, *La question nacional americana en las Cortes de Cádiz*. Valência: Centro Francisco Tomás y Valiente/Fundación Instituto Historia Social/Instituto de Investigaciones Históricas, 1999.
- Collins, E. J. T., "Dietary Change and Cereal Consumption in Britain in the Nineteenth Century". *Agricultural History Review*, vol. 23 (1975): 97-115.
- Conrad, Alfred H. e John R. Meyer, "The Economics of Slavery in the Ante Bellum South". *Journal of Political Economy*, vol. 66, núm. 2 (abril, 1958): p. 95-130.
- Conrad, Robert. *Tumbeiros: o tráfico escravista para o Brasil* (Trad. port.). São Paulo: Brasiliense, 1985.

- Cooper, William, Jr. *Liberty and Slavery: Southern Politics to 1860* (1983). Colúmbia, CS: University of South Caroline Press, 2000.
- Corwin, Arthur F. *Spain and the Abolition of Slavery in Cuba, 1817-1886*. Austin, Texas: Institute of Latin American Studies, 1967.
- Coser, Ivo. *Visconde do Uruguai: centralização e federalismo no Brasil, 1823-1866*. Belo Horizonte: UFMG/ Rio de Janeiro: IUPERJ, 2008.
- Costa, Emília Viotti da. *Coroas de Glória, Lágrimas de Sangue. A rebelião dos escravos de Demerara em 1823*. (1ª ed. em inglês, 1994) São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- _____. *Da Monarquia à república: momentos decisivos* (1977). São Paulo: Unesp, 1999.
- Cotter, William R., “The Somerset Case and the Abolition of Slavery in England”. *History*, vol. 79 (2004): 31-56.
- Crapol, Edward. *John Tyler, the Accidental President*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2006.
- Cronon, William. *The Nature’s Metropolis: Chicago and the Great West* (1991). Nova York: Norton, 1992.
- Crouzet, François, “America and the Crisis of the British imperial Economy, 1803-1807”. In: John McCusker e Kenneth Morgan. *The Early Modern Atlantic Economy*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000, p. 304-305.
- Dahl, Robert A. *Who Governs? Democracy and Power in an American City* (1961). New Haven: Yale University Press, 2005.
- _____, “A Critique of the Ruling Elite Model”. *The American Political Science Review*, 52: 2 (1958): 463-469.
- Darvall, Frank. *Popular Disturbance and Public Order in Regency England*. Londres: Oxford University Press, 1934.
- Darwin, John. *The Empire Project: The Rise and Fall of the British World-System, 1830-1970*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.
- Davis, David Brion. *Inhuman Bondage: The Rise and Fall of Slavery in the New World*. Oxford: Oxford University Press, 2006.
- _____. *From Homicide to Slavery: Studies in American Culture*. Oxford: Oxford University Press, 1986.
- _____. *The Problem of Slavery in the Age of Revolution, 1770-1823* (1966). Oxford: Oxford University Press, 1999 (*O problema da escravidão na cultura ocidental*. Trad. Wanda Caldeira Brant. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001).
- Davis, Ralph. *The Industrial Revolution and British Overseas Trade*. Atlantic Highlands, Nova Jersey: Humanities Press, 1979.
- de Vries, Jan. *The Industrious Revolution: Consumer Behavior and Household Economy, 1650 to the Present*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.
- Debbasch, Yvan, “Au coeur du ‘gouvernement des esclaves’ la domestique aux Antilles françaises (XVIIe-XVIIIe siècles) In: *Revue française d'histoire d'outre-mer*, vol. 72, núm. 266 (1º trim., 1985): 31-53.
- Debien, Gabriel. *Les colons de Saint-Domingue et la Révolution: essai sur le club Massiac, Août 1789-Août 1792*. Paris: Armand Colin, 1953.
- Degachi, Souad. *Barnave, rapporteur du Comité des Colonies (1789-1791)*. Net-Éditions, 2007.
- Deveau, Jean-Michel. *Le commerce rochelais face à la Révolution: correspondance de Jean-Baptiste Nairac (1789-1790)*. La Rochelle: Rumoeur des Ages, 1989.

- Dinkin, Robert J.: *Voting in Provincial America: a Study of Elections in the Thirteen Colonies, 1689–1776*. Westport, Conn: Greenwood Press, 1977.
- Dorigny, Marcel e Bernard Gainot. *La Société des Amis des Noirs, 1788-1799: contribution à l'histoire de l'abolition de l'esclavage*. Paris: Unesco-Unicef, 1998.
- Drescher, Seymour. *Abolition: A History of Slavery and Antislavery*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.
- _____. *Capitalism and Antislavery*. Oxford: Oxford University Press, 1986.
- _____. "The Decline Thesis of British Slavery since *Econocide*". In: *From Slavery to Freedom: Comparative Studies in the Rise and Fall of Atlantic Slavery*. Nova York: New York University Press, 1999.
- _____. *Econocide: British Slavery in the Era of Abolition*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1977.
- _____. *The Mighty Experiment: Free Labor versus Slavery in British Emancipation*. Oxford: Oxford University Press, 2002.
- Du Bois, W. E. Burghardt. *The Suppression of the Slave Trade to the United States of America, 1638-1870*. Nova York: Longmans, Green, and Co., 1896.
- Dunn, Jacob Piatt (org.). *Slavery Petitions and Papers*. Preparado pela Indiana Historical Society Publications, vol. 2, núm. 12. Indianápolis: Bowen-Merryll, 1894.
- Dupre, Daniel S. *Transforming the Cotton Frontier: Madison County, Alabama, 1800-1840*. Baton Rouge/London: Louisiana State University Press, 1997.
- Egerton, Douglas R. *Death or Liberty: African Americans and revolutionary America*. Oxford: Oxford University Press, 2009.
- _____. "Nat Turner in a Hemispheric Context". In: Kenneth S. Greenberg (org.). *Nat Turner: A Slave Rebellion in History and Memory*. Oxford: Oxford University Press, 2003, p. 134-147.
- Ellis Jr., Alfredo. *Feijó e a primeira metade do século XIX* (1940). São Paulo: Cia. Editora Nacional do Livro, 1980, 224-229.
- Ellis, Richard E. *The Union at Risk: Jacksonian Democracy, States' Rights and the Nullification Crisis*. Oxford: Oxford University Press, 1987.
- Elman, Colin, "Extending Offensive Realism: The Louisiana Purchase and America's Rise to Regional Hegemony". *The American Political Science Review*, vol. 98, núm. 4 (nov., 2004): 563-576.
- Eltis, David. *Economic Growth and the Ending of the Transatlantic Slave Trade*. Nova York/Oxford: Oxford University Press, 1987.
- Emmer, P. C., "The Dutch and the making of the second Atlantic system". In: Barbara L. Solow (org.). *Slavery and the rise of the Atlantic System* (1991). Cambridge: Cambridge University Press, 1993, p. 75-96.
- Engels, Friedrich. *Die Lage der arbeitenden Klasse in England, nach eigener Anschauung und authentischen Quellen*. Leipzig: Otto Wigand, 1845.
- Ericson, David. *The Debate over Slavery: Antislavery and Proslavery Liberalism in America*. New York; London: NY University Press, 2000.
- Farrand, Max. *The Framing of the Constitution of the United States*. New Haven e Londres: Yale University Press, 1913.
- Faust, Drew Gilpin. *James Henry Hammond and the Old South: A Design for Mastery*. Baton Rouge: Louisiana State University Press, 1985.
- _____. (org.). *Ideology of Slavery: Proslavery Thought in the Antebellum South, 1830-1860*. Baton Rouge: Louisiana State University Press, 1981.

- Fehrenbacher, Don E. *The Slaveholding Republic: An Account of the United States Government's Relations to Slavery*. Edição completada e editada por Ward M. McAfee. Oxford: Oxford University Press, 2001.
- Fernández de Pinedo, Nadia, "Crecimiento agrícola y comercio exterior de Cuba con España, 1790-1810". In: Imilcy Balboa e José A. Piqueras (orgs.). *La excepción americana*. Valencia: Biblioteca Historia Social, 2006, p. 86.
- Ferreira, Roquinaldo Amaral. *Dos sertões ao Atlântico: tráfico ilegal de escravos e comércio lícito em Angola, 1830-1860*. Mestrado. Rio de Janeiro: Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ, 1996, p. 154-155.
- Ferrer, Ada, "Cuba en la sombra de Haití: noticias, sociedad y esclavitud". In: María Dolores Gonzáles Ripoll, Consuelo Naranjo, Ada Ferrer, Gloria García e Josep Opatrný. *El rumor de Haití en Cuba: temor, raza y rebeldia, 1789-1844*. Madri: CSIC, 2004, p. 179-231.
- Ferrer, Ada. *Freedom's Mirror. Cuba and Haiti in the Age of Revolution*. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.
- _____, "Cuban Slavery and Atlantic Antislavery". In: Fradera, Josep M. y Christopher Schmidt-Nowara. *Slavery and Antislavery in Spain's Atlantic Empire*. Nova York: Bergham Books, 2013, p.134-157.
- Fick, Carolyn, "La résistance populaire au corps expéditionnaire du general Leclerc et au rétablissement de l'esclavage à Saint-Domingue (1802-1804)". In: Yves Bénot e Marcel Dorigny (orgs.). *Rétablissement de l'esclavage dans les colonies françaises: aux origines de Haïti*. Paris: Maisonneuve & Larose, 2003, p. 127-148
- _____. *The Making of Haiti: The Saint Domingue Revolution from Below*. Knoxville, TN: University of Tennessee Press, 1990.
- Finch, Aisha. *Insurgency at the Cross Roads: Cuban Slaves and the Conspiracy of La Escalera, 1841-1844*. Doutorado. New York University, 2007.
- Finkelman, Paul. "Regulating the African Slave Trade." *Civil War History*, vol. 54, núm. 4 (2008): 379-405.
- _____, "Garrison's Constitution. The Covenant with Death and How It Was Made". *Prologue Magazine*, vol. 32, núm. 4 (Winter, 2000): 231-245.
- _____, "Slavery and the Northwest Ordinance, 1787: A Study in Ambiguity". *Journal of the Early Republic*, vol. 6, n° 4 (Winter, 1986): 343-370.
- Finley, Moses. *Escravidão antiga e ideologia moderna* (1ª ed. em inglês, 1980). Trad. de Norberto Luiz Guarinello. Rio de Janeiro: Graal, 1991.
- Fladeland, Betty. *Men and Brothers: Anglo-American Antislavery Cooperation*. Chicago: University of Illinois Press, 1972.
- Florentino, Manolo e José Roberto Góes. *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, c. 1790-1830*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.
- Florentino, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro* (1997). São Paulo: Cia. das Letras, 2002.
- _____. "Race and Social Control in Independent Brazil". *Journal of Latin American Studies*, vol. 9, núm. 2 (nov., 1977): 199-224.
- Flory, Thomas. *Judge and jury in Imperial Brazil, 1808-1871: social control and political stability in the new State*. Texas: University of Texas Press, 1981.
- Flynn, Dennis O. e Arturo Giráldez, "Cycles of Silver: Global Economic Unity through Mid-Eighteenth Century". *Journal of World History*, vol. 13, n. 2 (Fall, 2002): 391-427.
- Fogel, Robert W. e Stanley L. Engerman. *Time on the Cross. The Economics of American Slavery*. Boston: Little, Brown and Company, 2 vols., 1974

- Follet, Richard. *The Sugar Masters: Planters and Slaves in Louisiana's Cane World, 1820-1860*. Baton Rouge: Louisiana State University Press, 2005.
- Foner, Eric, "Blacks and the U.S. Constitution", *New Left Review*, vol. 183 (set.-out. 1990): 63-74.
- Foner, Philip S. *Historia de Cuba y sus relaciones com los Estados Unidos. Vol. 1, 1492-1845: De la conquista de Cuba a la Conspiración de La Escalera* (1ª ed. em inglês, 1962). La Habana: Editora Universitaria, 1966.
- Fontana, Josep. *Historia de España. Vol. 6: La época del liberalismo*. Barcelona: Crítica/Editorial Pons, 2007.
- _____, "Comercio colonial y crecimiento económico: revisiones e hipótesis". In: G. Anes, P. Tedde, J. Fontada e M. Artola (orgs.). *La economía española al fin del Antiguo Régimen. Vol. III: Comércio y Colonias*. Madrid: Alianza Universidad, 1982, p. XIII-XXXIV.
- _____. *La quebra de la monarquía absoluta*. Barcelona: Ariel, 1971.
- Forbes, Robert Pierce. *The Missouri Compromise and Its Aftermath: Slavery and the Meaning of America*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2007.
- Ford, Lacy K., Jr. *Origins of Southern Radicalism: The South Carolina Upcountry, 1800-1860*. Nova York: Oxford University Press, 1988.
- Fradera, Joseph M., "Include and Rule: The Limits of Liberal Colonial Policy, 1810-1837". In: Matthew Brown e Gabriel Paquette (orgs.). *Connections after Colonialism: Europe and Latin America in the 1820s*. Tuscaloosa: University of Alabama Press, 2013, p. 65-86.
- _____, "Moments in a Postponed Abolition". In: Josep M. Fradera e Christopher Schmidt-Nowara. *Slavery & Antislavery in Spain's Atlantic Empire*. Nova York: Berghahn, 2013, p. 256-290.
- _____, "A cultura de 'castas' e a formação do cidadão moderno (Um ensaio sobre a particularidade do Império Espanhol)". In: Márcia Berbel and Cecília H. L. de S. Oliveira (orgs.). *A experiência constitucional de Cádis. Espanha, Portugal e Brasil*. São Paulo: Alameda, 2012, p. 77-108.
- _____. *Colonias para después de um império*. Barcelona: Bellaterra, 2005.
- _____. *Gobernar colonias*. Barcelona: Península, 1999.
- _____, "El comercio de cereales y la prohibición de 1820 (el caso del mercado catalán)", *Agricultura y sociedade*, vol. 30 (1984): 137-168;
- Fragoso, João Luís Ribeiro. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.
- Freehling, Alison G. *Drift Toward Dissolution: The Virginia Slavery Debate of 1831-1832*. Baton Rouge: Louisiana State University Press, 1982.
- Freehling, William W. *The Road to Disunion. Vol. 1: Secessionists at Bay, 1776-1854*. Oxford University Press, 1990.
- Fry, Joseph A. *Dixie Looks Abroad: The South and U.S. Foreign Relations, 1789-1973*. Baton Rouge: Louisiana State University Press, 2002.
- Fuente, Alejandro de la. "Slaves and the Creation of Legal Rights in Cuba: *Coartación and Papel*". *Hispanic American Historical Review*, 87, 4 (nov., 2007): 659-92.
- Funes Monzote, Reinaldo. *From Rainforest to Cane Field in Cuba: An Environmental History since 1492*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2008.
- Furet, François. *Penser la Révolution française*. Paris: Gallimard, 1978.

- Gainot, Bernard, "Métropole/Colonies. Projets constitutionnels et rapports de force, 1798-1802". In: Yves Bénot e Marcel Dorigny (orgs.). *Rétablissement de l'esclavage dans les colonies françaises: aux origines de Haïti*. Paris: Maisonneuve & Larose, 2003, p. 13-28.
- Gallagher, John e Ronald Robinson, "The Imperialism of Free Trade". *The Economic History Review*, New Series, vol. 6, núm. 1 (1953): 1-15.
- Gallego Martínez, Domingo, "La formación de los precios del trigo en España (1820-1869)". *Historia Agraria*, vol. 36 (ago., 2005): 263-285.
- Galloway, J. H. *The Sugar Cane Industry: An Historical Geography from its Origins to 1914*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.
- Gambles, Anna. *Protection and Politics: Conservative Economic Discourse, 1815-1852*. Suffolk: The Boydell Press, 1999.
- García, Gloria, "Vertebrando la resistência: la lucha de los negros contra el sistema esclavista, 1790-1845". In: M. D. Gonzáles-Ripoll, C. Naranjo, A. Ferrer, G. García e Joseph Opatrny. *El rumor de Haití en Cuba: temor, raza y rebeldía, 1789-1844*. Madri: CSIC, 2004, p. 234-320.
- Garrigus, John D. *Before Haiti: Race and Citizenship in Saint-Domingue*. Nova York: Palgrave MacMillian, 2006.
- _____, "Redrawing the Colour Line: Gender and the Social Construction of Race in Pre-Revolutionary Haiti". *Journal of Caribbean History*, vol. 30, núm. 1-2 (1996): 28-50.
- _____, "Blue and Brown: Contraband Indigo and the Rise of a Free Colored Planter Class in French Saint-Domingue". *The Americas*, vol. 50, núm. 2 (out. 1993): 233-263.
- Geggus, David. *Haitian Revolutionary Studies*. Bloomington, IN: Indiana University Press, 2002.
- Ghachem, Malick W. *The Old Regime and the Haitian Revolution*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.
- Gilje, Paul A. *Free Trade and Sailor's Rights in the War of 1812*. Cambridge, MA: Cambridge University Press, 2013.
- Godechot, Jacques. *As revoluções (1770-1799)* (1ª ed. francês, 1964). Trad. Erothildes M. B. da Rocha. São Paulo: Pioneira, 1976.
- Goodman, Paul. *Of One Blood: Abolitionism, and the Origins of Racial Equality*. Berkeley, CA: University of California Press, 1998.
- Graham, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. (1ª ed. em inglês, 1990). Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997, p. 82-100; 162-231.
- Green, William, "The Perils of Comparative History". *Society for Comparative Study of Society and History*. 1981, vol. 26, núm. 4 (out. 1981): 112-119.
- Greenberg, Michael. *British Trade and the Opening of China, 1800-42* (1951). Cambridge: Cambridge University Press, 1969.
- Gross, Robert (org.), "Forum: The Making of a Slave Conspiracy, Part 2". In: *The William and Mary Quarterly*, third series, vol. 59, núm. 1 (jan., 2002): 135-202.
- Guerra y Sánchez, Ramiro. *Manual de Historia de Cuba* (1938). Havana: Editorial de Ciencias Sociales, 1971.
- Ha, Songho. *The Rise and Fall of the American System: Nationalism and the Development of the American Economy, 1790-1837*. Pickering & Chatto, London, 2009.
- Hamer, Philip M., "Great Britain, the United States, and the Negro Seamen Acts, 1822-1848". *The Journal of Southern History*, vol. 1, núm. 1 (fev., 1935): 3-28.

- Hammond, John Craig. "Uncontrollable Necessity: The Local Politics, Geopolitics, and Sectional Politics of Slavery Expansion". In: J. C. Hammond e Matthew Mason (orgs.). *Contesting Slavery: The Politics of Bondage and Freedom in the New American Nation*. Charlottesville e Londres: University of Virginia Press, 2011, p. 138-160.
- _____, "“We Are to Be Reduced to the Level of Slaves’: Planters, Taxes, Aristocrats, and Massachusetts Antifederalists, 1787-1788”. *Historical Journal of Massachusetts*, vol. 31, núm. 2 (2003): 172-98.
- Helg, Aline. *Liberty and Equality in Caribbean Colombia, 1770-1835*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2004.
- _____, "Race and Black Mobilization in Colonial and Early Independent Cuba: a Comparative Perspective.” *Ethnohistory*, vol. 44, núm. 1 (Winter, 1997): 53-74.
- Hernández, Manuel. *Liberalismo, masonería y cuestión nacional en Cuba, 1808-1823*. Santa Cruz de Tenerife: Idea, 2012.
- Herzog, Tamar, "Early modern Spanish Citizenship: Inclusion and Exclusion in the Old and the New World". In: John Smolenski and Thomas J. Humphrey (orgs.). *New World Orders. Violence, Sanction, and Authority in the Colonial Americas*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2005, p. 205-225.
- Herzog, Tamar. *Defining Nations: Immigrants and Citizens in Early Modern Spain and Spanish America*. New Haven: Yale University Press, 2003, p. 141-200.
- Hibbard, Benjamin Horace. *A History of the Public Land Policies*. Nova York: McMillan, 1924.
- Hickey, Donald R., "American Trade Restrictions During the War of 1812". *The Journal of American History*, vol. 68, núm. 3 (dez. 1981): 517-538.
- Hilliard, Sam Bowers. *Atlas of Antebellum Southern Agriculture*. Baton Rouge: Louisiana State University Press, 1984.
- Hinks, Peter, "David Walker". *Encyclopedia of Antislavery and Abolition*. Org. de Peter Hinks e John McKivigan. Westport, Con: Greenwood Press, 2007, v. 2, J-Z, p. 735-737.
- Hinks, Peter. *To Awaken my Afflicted Brethren: David Walker and the Problem of Antebellum Slave Resistance*. University Park: Pennsylvania State University Press, 1997.
- Hobsbawm, Eric. *A Era das Revoluções, 1789-1848* (1ª ed. inglês, 1962). Trad. Maria T. Lopes Teixeira e Marcos Penchel. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.
- Hoe, Susana e Derek Roebuck. *The Taking of Hong Kong: Charles and Clara Elliot in China Waters*. Richmond: Curzon, 1999.
- Hopkins, Terence, "The Study of the Capitalist World-Economy: Some Introductory Considerations". In: Terence Hopkins e Immanuel Wallerstein. *World-System Analysis: Theory and Methodology*. Beverly Hills: Sage, 1982, p. 9-37.
- _____, "World-System Analysis: Methodological Issues". In: Terence Hopkins e Immanuel Wallerstein. *World-System Analysis: Theory and Methodology*. Beverly Hills: Sage, 1982, p. 145-158.
- Horne, Gerald. *The Deepest South: United States, Brazil, and the African Slave Trade*. Nova York: New York University Press, 2007.
- Howe, Daniel Walker. *What Hath God Wrought: The Transformation of America, 1815-1848*. Oxford: Oxford University Press, p. 154-160.
- Hunter, Brooke, "Wheat, War, and the American Economy During the Age of Revolution,” *William and Mary Quarterly*, v. 62, n. 3 (2005): 505-526.

- Huzzey, Richard. *Freedom Burning: Anti-Slavery and Empire in Victorian Britain*. Ithaca, NY: Cornell University Press, 2012.
- Inikori, Joseph. *Africans and the Industrial Revolution in England: A Study in International Trade and Economic Development*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.
- Jacks, David S., "Intra- and International Commodity Market Integration in the Atlantic Economy". *Explorations in Economic History*, vol. 42 (2005): 381-413.
- James, C. L. R. *Os jacobinos negros: Toussaint L'Ouverture e a revolução de São Domingos* (1ª ed. inglês, 1938). Trad. Afonso Teixeira Filho. São Paulo: Boitempo, 2000.
- January, Alan F., "The South Carolina Association: An Agency for Race Control in Antebellum Charleston". *South Carolina Historical Magazine*, núm. 78 (jul. 1977): 191-201.
- Jarnagin, Laura. *A Confluence of Transatlantic Networks*. Tuscaloosa: The University of Alabama Press: 2008.
- Jennings, Lawrence C. *French Anti-Slavery: The Movement for the Abolition of Slavery in France, 1802-1848*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.
- John, A. H., "English Agricultural Improvement and Grain Exports, 1660-1765". In: D.C. Coleman e A.H. John (orgs.). *Trade, Government and Economy in Pre-Industrial England: Essays Presented to F. J. Fisher*. Londres: Weidenfeld and Nicolson, 1976..
- Johnson, Lyman L. *Workshop of revolution. Plebeian Buenos Aires and the Atlantic World, 1776-1810*. Londres: Duke University Press, 2011.
- Johnson, Michael P., "Denmark Vesey and his Co-Conspirators". *The William and Mary Quarterly*, terceira série, vol. 58, núm. 4 (out. 2001): 915-976.
- Johnson, Walter. *River of Dark Dreams: Slavery and Empire in the Cotton Kingdom*. Cambridge, Mass.: Belknap Press, 2013.
- Joly, Fábio Duarte. *A escravidão na Roma antiga: política, economia e cultura*. São Paulo: Alameda, 2005.
- Jones, Howard e Donald A. Rakestraw. *Prologue to Manifest Destiny: Anglo-American relations in the 1840s*. Wilmington, Delaware: Scholarly Resources, 1997.
- Jung, Theo, "Das Neue der Neuzeit ist ihre Zeit: Reinhart Kosellecks Theorie der Verzeitlichung und ihre Kritiker". In: *Zeichen des Verfalls: Semantische Studien zur Entstehung der Kulturkritik im 18. und frühen 19. Jahrhundert*. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 2012, p. 56-72.
- Karp, Matthew Jason. "*This Vast Southern Empire*": *The South and the Foreign Policy of Slavery, 1833-1861*. Doutorado. University of Pennsylvania, 2011.
- Kastor, Peter. *The Nation's Crucible: The Louisiana Purchase and the Creation of America*. New Haven: Yale University Press, 2004, p. 38-39.
- Kaye, Anthony, "Neighborhoods and Nat Turner: The Making of a Slave Rebel and the Unmaking of a Slave Rebellion". *Journal of the Early Republic*, vol. 27, núm. 4 (Winter, 2007): 705-720.
- Kemmer, Jochen. *Dunkle Gestalten: Freie Farbige in Santiago de Cuba (1850-1886)*. Münster: Lit, 2010.
- Kennedy, Roger G. *Mr. Jefferson's Lost Cause: Land, Farm, Slavery, and the Louisiana Purchase*. Oxford: Oxford University Press, 2003.
- Kerber, Linda K., "Abolitionists and Amalgamators: The New York City Race Riots of 1834". *New York History*, vol. 48úm, n. 1 (jan., 1967): 28-39.

- Kielstra, Paul Michael. *The Politics of Slave Trade Suppression in Britain and France, 1814-48: Diplomacy, Morality and Economics*. Londres: MacMillan Press, 2000.
- Kilbourne, Richard Holcombe, Jr. *Slave Agriculture and Financial Markets in Antebellum America: The Bank of the United States in Mississippi*. Londres: Pickering and Chatto, 2006, p. 1-52.
- Kilbourne, Richard Holcombe, Jr. *Slave Agriculture and Financial Markets in the Antebellum America: The Bank of the United States in Mississippi, 1831-1852*. London: Pickering and Chatto, 2006.
- Killick, John R., "The Cotton Operations of Alexander Brown and Sons in the Deep South, 1820-1860". *The Journal of Southern History*, vol. 43, núm. 2 (maio, 1977): 169-194.
- King, James F., "The Colored Castes and American Representation in the Cortes of Cadiz," *The Hispanic American Historical Review*, vol. 33, nº 1 (fev., 1953): 33-64.
- Kissinger, Henry A. *O mundo restaurado* (1ª ed. em inglês, 1957). Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1973.
- Klein, Herbert, "Os homens livres de cor na sociedade escravista brasileira". *Dados*, núm. 17 (1978): 3-27.
- _____, "The Colored Militia of Cuba: 1568-1868". *Caribbean Studies*, vol. 6, nº 2 (jul., 1966): 17-27.
- Koselleck, Reinhart. *Begriffsgeschichten: Studien zur Semantik und Pragmatik der politischen und sozialen Sprache*. Com contribuições de Ulrike Spree e Willibald Steinmetz e posfácio de Carsten Dutt. Frankfurt: Suhrkamp, 2006.
- _____, "Einleitung". In: Otto Brunner, Werner Conze e Reinhart Koselleck (orgs.). *Geschichtliche Grundbegriffe. Historisches Lexikon zur politisch-sozialen Sprache in Deutschland*. Stuttgart: Klett-Cotta, 1972, vol. 1, p. XIII-XXVII.
- _____. *Estratos do tempo: estudos sobre história. Com uma contribuição de Hans-Georg Gadamer*. Trad. de Markus Hediger. Frankfurt: Suhrkamp, 2000.
- Kueth, Allan J. e Kenneth J. Andrien. *The Spanish Atlantic World in the Eighteenth-Century: War and the Bourbon Reforms, 1713-1796*. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.
- Kulikoff, Allan, "Uprooted People: Black Imports in the Age of the American Revolution, 1790-1820". In: Ira Berlin e Ronald Hoffman (orgs.). *Slavery and Freedom in the American Revolution*. Charlottesville: University Press of Virginia, 1983, p. 143-171.
- Kurland, Philip P. Kurland e Ralph Lerner. *The Founders' Constitution*. Chicago: The University of Chicago Press, 1987, vol. 1.
- Labbe, Dolores Egger (org.). *The Louisiana Purchase and its Aftermath, 1800-1830*. Lafayette, LA: University of Southwestern Louisiana, 1998, vol. 3.
- Lasso, Marixa. *Myths of Harmony: Race and Republicanism During the Age of revolution, Colombia, 1775-1831*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 2007.
- Laurent, Dubois. *Avengers of the New World. The Story of the Haitian Revolution*. Harvard: Belknap Press, 2004.
- Leacock, Seth e David G. Mandelbaum, "A Nineteenth Century Development Project in India: The Cotton Improvement Program". *Economic Development and Cultural Change*, vol. 3, núm. 4 (jul. 1955): 334-351.

- Lévy-Leboyer, Maurice, "Le Processus d'industrialisation: le cas de l'Angleterre et de la France". *Revue Historique*, Paris, ano 92, vol. 239 (abr.-jun., 1938): 281-298.
- Lima, Oliveira. D. *João VI no Brasil* (1908). Pref. Wilson Martins. Rio de Janeiro: Topbooks, 2006.
- Lima, Priscila de. *De libertos a habilitados: interpretações populares dos alvarás anti-escravistas na América portuguesa (1761-1810)*. Mestrado. Curitiba: UFP, 2011.
- Lima, Ruy Cirne. *Pequena história territorial do Brasil: sesmarias e terras devolutas* (1954). São Paulo: Secretaria do Estado da Cultura, 1990.
- Lipsey, Robert E., "U.S. Foreign Trade and the Balance of Payments, 1800-1913". In: Stanley Engerman e Robert Gallman (orgs.). *The Cambridge Economic History of the United States. Vol II: The Long Nineteenth Century*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000, p. 685-732.
- Livermore, George. *An Historical Research, Respecting the Opinions of the Founders of the Republic on the Negroes as Slaves, as Citizens and as Soldiers*. Boston: John Wilson and Son, 1862.
- Lowery, Charles, "James Barbour, a Progressive Farmer of Antebellum Virginia". In: John Boles (ed.), *America, The Middle Period: Essays in Honor of Bernard Mayo*. Charlottesville, VA: University of Virginia Press, 1973, p. 168-187.
- Lucena Samoral, Manuel. *Leyes para esclavos. El ordenamiento jurídico sobre la condición, tratamiento, defensa y represión de los esclavos en las colonias de la América española*. Madri: Fundación Histórica Tavera, 2000.
- Luciano Franco, José. *Ensayos históricos*. Havana: Editorial de Ciencias Sociales, 1974.
- Lynd, Staughton. *Class Conflict, Slavery, and the United States Constitution* (1967). Pref. De Robin Einhorn. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.
- Macesich, George, "Sources of Monetary Disturbances in the United States, 1834-1845". In: *The Journal of Economic History*, Nova York, vol. 20 (set. 1960): 407-433.
- Malone, Christopher. *Between Freedom and Bondage: Race, Party, and Voting Rights in the Antebellum North*. Nova York: Routledge, 2008.
- _____, "Race Formation and Voting Rights in the Antebellum South", apresentado na Midwestern Political Science Conference, 15-18 de abril de 2004.
- Mamigonian, Beatriz e Keila Grinberg (orgs.) "Dossiê: 'Para inglês ver'? Revisitando a Lei de 1831". *Estudos Afro-Asiáticos*, ano 29, núm. 1/2/3 (jan.-dez. 2007): 87-340.
- Mamigonian, Beatriz Galloti. *To be a liberated African in Brazil: labour and citizenship in the nineteenth century*. Doutorado. Waterloo, Ontario: University of Waterloo, 2002.
- _____, "A liberdade no Brasil oitocentista". *Afro-Ásia*, núm. 48 (2013): 395-405.
- Manchester, Alan K. *A preeminência inglesa no Brasil* (1ª ed. em inglês, 1933). São Paulo: Editora Brasiliense, 1973.
- Manigat, Sabine, "Le régime de Toussaint Louverture en 1801: un modèle, une exception". In: Yves Bénot e Marcel Dorigny (orgs.). *Rétablissement de l'esclavage dans les colonies françaises: aux origines de Haïti*. Paris: Maisonneuve & Larose, 2003, p. 109-126.
- Manin, Bernard. *The Principles of Representative Government*. Nova York: Cambridge University Press, 1997.

- Manning, William R. *Diplomatic Relations between the United States and Mexico*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1916.
- Marcílio, Maria Luiza, “Evolução da população brasileira através dos censos até 1872”. *Anais de História*. Assis-SP, vol. 6 (1974): 115-137.
- Marques, João Pedro. *Os sons do silêncio: o Portugal de oitocentos e a abolição do tráfico de escravos*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 1999.
- Marques, Leonardo. *The United States and the Transatlantic Slave Trade to the Americas, 1776-1867*. Doutorado. Atlanta: Emory University, 2013.
- Marquese, Rafael e Dale Tomich, “O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial do café no século XIX”. In: Keila Grinberg e Ricardo Salles (orgs.). *O Brasil imperial. Volume II: 1831-1870*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 339-383.
- Marquese, Rafael, “Capitalismo, escravidão e a economia cafeeira do Brasil no longo século XIX”, *Saeculum*, núm. 29 (jul.-dez. 2013): 289-321.
- _____. “A dinâmica da escravidão no Brasil. Resistência, tráfico negreiro e alforrias, séculos XVII a XIX”. *Novos Estudos Cebrap*, edição 74 (mar., 2006): 107-123.
- _____. “Comparando impérios: o lugar do Brasil no projeto escravista de Francisco de Arango y Parreño”. In: Maria Dolores González-Ripoll e Izaskun Álvarez Cuartero. (Orgs.). *Francisco Arango y la invención de la Cuba azucarera*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2009, p. 67-84.
- _____. “Escravidão e Independência: a ideologia da escravidão no Brasil, em Cuba e nos Estados Unidos nas décadas de 1810 e 1820”. In: István Jancsó (org.). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec, 2005, p. 809-827.
- _____. *Feitores do corpo, missionários da mente: senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860*. São Paulo: Companhia das Letras. 2004.
- Marrero, Levi. *Cuba, comercio y sociedade*. Madri: Player, 1990, vol. 15.
- _____. *Cuba: Economía y Sociedad. Azucar, Ilustración y Conciencia (1763-1868)*. Madrid: Editora Mayor, 1984, vols. 2 e 3.
- Marshall, P. J. *Bengal: The British Bridgehead: Eastern India, 1740-1828*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.
- Martínez García, Daniel, “La sublevación de la Alcancía: su rehabilitación histórica en el proceso conspirativo que concluye en La Escalera (1844)”. *Rábida*, 19 (2000): 41-48.
- Martínez-Fernández, Luis. *Torn Between Empires: Economy, Society, and Patterns of Political Thought in the Hispanic Caribbean, 1848-1878*. Athens: University of Georgia Press, 1994.
- Martins, José de Souza. *O cativo da terra* (1986). São Paulo: Hucitec, 1996.
- Marx, Karl e Friedrich Engels. *Manifest der Kommunistischen Partei*. Berlim, RDA: Dietz, 1989.
- Marx, Karl, “Der achtzehnte Brumaire des Louis Bonaparte” (1852). In: *Werke*. Berlim, RDA: Dietz, 1960, vol. 8, p. 111-207 (*O 18 de brumário de Luís Bonaparte*. Tradução e notas de Nélcio Schneider; prólogo de Herbert Marcuse. São Paulo: Boitempo, 2011).
- Mason, Matthew. *Slavery and Politics in the Early American Republic*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2006.

- _____, "Slavery Overshadowed: Congress Debates Prohibiting the Atlantic Slave Trade to the United States, 1806-1807". *Journal of the Early Republic*, vol. 20, núm. 1 (Spring, 2000): 59-81.
- Masur, Louis P., "Nat Turner and Sectional Crisis". In: Kenneth S. Greenberg (org.). *Nat Turner: A Slave Rebellion in History and Memory*. Oxford: Oxford University Press, 2003, p. 148-161.
- Matthews, Gelien. *Caribbean Slave Revolts and the British Abolitionist Movement*. Baton Rouge: Louisiana State University Press, 2006.
- Mattos, Hebe Maria. *Escravidão e cidadania no Brasil monárquico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- Mattos, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema: a formação do Estado imperial* (1986). São Paulo: Hucitec, 2004.
- Maxwell, Kenneth. *Chocolates, Piratas e Outros Malandros. Ensaio Tropicais*. Paz & Terra, São Paulo, 1999, p. 209-252.
- May, Gary. *John Tyler*. Série The American Presidents (dir. de Arthur Schlesinger e Sean Wilentz). Nova York: Time Books, 2008.
- McCusker, John J. e Russell R. Menard. *The Economy of British America, 1607-1789*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1985.
- McDaniel, William Caleb. *The Problem of Democracy in the Age of Slavery: Garrisonian Abolitionists and Transatlantic Reform*. Baton Rouge: Louisiana State University Press, 2013.
- McDonald, Michelle. *From Cultivation to Cup: Caribbean Coffee and the North American Economy, 1765-1805*. Doutorado. University of Michigan, 2005.
- _____, "The Chance of a Moment: Coffee and New West Indies Commodities Trade". *The William and Mary Quarterly*, vol. 62, núm. 3 (jul., 2005), p. 441-472.
- Meinig, D. W. *The Shaping of America: a Geographical Perspective on 500 Years of History. Vol. 1: Atlantic America, 1492-1800*. New Haven: Yale University Press, 1986.
- _____, *The Shaping of America: a Geographical Perspective on 500 Years of History. Volume 2: Continental American, 1800-1867*. New Haven: Yale University Press, 1995.
- Merk, Frederick. *Slavery and the Annexation of Texas*. Com a colaboração de Lois Bannister Merk. Nova York: Alfred A. Knopf, 1972.
- _____, *Fruits of Propaganda in the Tyler Administration*. Cambridge: Harvard University Press, 1971.
- Merleau-Ponty, Maurice. *A prosa do mundo*. Trad. Paulo Neves; introd. Claude Lefort. São Paulo: Cosacnaify, 2012.
- Michele Reid-Vazquez. *The Year of the Lash: Free People of Color in Cuba and the Nineteenth Century Atlantic World*. Athens, Geórgia: University of Georgia Press, 2011.
- Miliband, Ralph. *The State in Capitalist Society*. Nova York: Basic Books, 1969 (*O Estado na sociedade capitalista*. Trad. de Fanny Tabak. Rio de Janeiro: Zahar, 1972).
- Miller, Henry Lee. *Arguing about Slavery: The Great Battle in the United States Congress*. Nova York: Alfred A. Knopf, 1996, p. 305-309.
- Miller, Richard Lawrence. *Lincoln and His World: The Early Years, Birth to Illinois Legislature*. Mechanics, PA: Stackpole, 2006.
- Mintz, Sidney. "Enduring Substances, Trying Theories: The Caribbean Region as 'Oikoumenê'". *The Journal of the Royal Anthropological Institute*, vol. 2, núm.

- 2, (1996): 289-311 (“Aturando substâncias duradouras, testando teorias desafiadoras: a região do Caribe como oikoumenê”. In: *O poder amargo do açúcar: produtores escravizados, consumidores proletarizados*. Org. e trad. Christine Rufino Dabat. Editora Universitária UFPE, Recife, 2003, p. 49-88).
- Miraflones, Marquês de. *Apuntes histórico-críticos para escribir la historia de España desde el año 1820 hasta 1823*. Londres: Oficina de Ricardo Taylor, 1834.
- Mitton, Steven Heath. *The Free World Confronted: The Problem of Slavery and Progress in American Foreign relations, 1833-1844*. Doutorado. Baton Rouge: Louisiana State University, 2005.
- Moore, Glover. *The Missouri Controversy, 1819-1821*. Lexington: University of Kentucky Press, 1966.
- Moore, John Hebron. *The Emergence of the Cotton Kingdom in the Old Southwest, Mississippi, 1770-1860*. Baton Rouge: Louisiana State University Press, 1998.
- _____, *Agriculture in Ante-Bellum Mississippi* (1958). Nova introdução, de Douglas Helms. Columbia, SC: South Carolina Press, 2010.
- Morales y Morales, Vidal. *Iniciadores y primeros mártires de la Revolución Cubana*. Prólogo de Nicolas Eredia. Havana: Avisador Comercial, 1901.
- Moreno Fragnals, Manuel. *Cuba/Espanha, Espanha/Cuba* (1ª ed. em espanhol, 1995). Trad. Ilka S. Cohen. São Paulo: Edusc, 2005.
- _____, Manuel. *O engenho: complexo sócio-econômico açucareiro cubano* (1ª ed. em espanhol, 1978). São Paulo: Hucitec-Unesp, 3 vols., 1988.
- Moreno, Breno Aparecido Servidone. *Demografia e trabalho escravo nas fazendas cafeeiras de Bananal, 1830-1860*. Mestrado. São Paulo: FFLCH-USP, 2013.
- Morgan, Kenneth, “Slavery and the Debate over Ratification of the United States Constitution”. In: *Slavery and Abolition: A Journal of Slave and Post-Slave Studies*, vol. 22, núm. 3 (2001): 40-65.
- Morgan, Philip D. e Andrew Jackson O’Shaughnessy, “Arming Slaves in the American Revolution”. In: Christopher Leslie Brown e Philip D. Morgan (orgs.). *Arming Slaves: From Classical Times to the Modern Age*. New Haven: Yale University Press, 2006, p. 180-208.
- Morgan, Simon. “The Political as Personal: Transatlantic Abolitionism, c. 1833-67”. In: William Mulligan e Maurice Bric (orgs.). *A Global History of Anti-Slavery in the Nineteenth Century*. Hampshire, Engl.: Palgrave MacMillan, 2013, p. 78-96.
- Motta, José Flávio. *Corpos escravos, vontades livres. Posse de cativos e família escrava em Bananal (1801-1829)*. São Paulo: Annablume, 1999.
- Motta, Márcia Maria Menendes. *Nas fronteiras do poder: conflitos de terra e direito agrário no Brasil de meados do século XIX*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura/Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.
- Moura Filho, Heitor Pinto de, “Câmbio de longo prazo do mil-réis: uma abordagem empírica referente às taxas contra a libra esterlina e o dólar (1795-1913)”. *Cadernos de História*, vol. 11, núm. 5, (2010): 9-34.
- Moura, Clóvis. *Dicionário da escravidão negra no Brasil*. São Paulo: Edusp, 2004.
- Moura, Gerson. *Autonomia na dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- Mulligan, William e Maurice Bric. *A Global History of Anti-Slavery in the Nineteenth Century*. Hampshire, Engl.: Palgrave MacMillan, 2013.
- Muriel Hernández, Manuel. *Manuel Lorenzo: militar y gobernador de Santiago de Cuba*. Doutorado. Universidad Complutense de Madrid. Facultad de Geografía e Historia, Departamento de Historia de América. Madri, 2012.

- Murray, David. *Odious Commerce. Britain, Spain and the Abolition of the Cuban Slave Trade*. Cambridge: Cambridge University Press, 1980.
- Murray, David. *Odious Commerce: Britain, Spain, and the Abolition of the Cuban Slave Trade* (1980). Cambridge: Cambridge University Press, 2002.
- Naranjo Orovio, Consuelo e Armando García Gonzáles. *Racismo e inmigración en Cuba en el siglo XIX*. Madri: Doce Calles, 1996.
- Navarro Garcia, Raul Jesus. *Entre esclavos y constituciones (el colonialismo liberal de 1837 en Cuba)*. Prefácio de Josep M. Fradera. Sevilla: Escuela de Estudios Hispano-Americanos de Sevilla, 1991.
- Needell, Jeffrey D. *The Party of Order: The Conservatives, the State, and Slavery in the Brazilian Monarchy, 1831-1871*. Stanford: Stanford University Press, 2006.
- Newman, Richard S. *The Transformation of American Abolitionism: Fighting Slavery in the Early Republic*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2002.
- North, Douglass C. *The Economic Growth of the United States, 1790-1860*. Nova York: W. W. Norton, 1961.
- Northrup, David. *Indentured Labor in the Age of Imperialism, 1834-1922*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.
- O'Brien, Patrick, "Merchants and Bankers as Patriots or Speculators? Foreign Commerce and Monetary Policy in Wartime, 1793-1815". In: John McCusker e Kenneth Morgan. *The Early Modern Atlantic Economy*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 250-277.
- O'Rourke, Kevin e Jeffrey Williamson, "From Malthus to Ohlin: Trade, Industrialisation and Distribution Since 1500". *Journal of Economic Growth*, vol. 10 (2005): 5-34.
- _____ e _____. *Globalización e Historia: La Evolución de la Economía Atlántica en el Siglo XIX*. Zaragoza: Prensas Universitarias de Zaragoza, 2006.
- Oakes, James, "'The Compromising Expedient': Justifying a Proslavery Constitution". *Cardozo Law Review*, vol. 17, núm. 6 (1995-96): 2023-56.
- Ohline, Howard A., "Slavery, Economics, and Congressional Politics, 1790". *Journal of Southern History*, vol. 46 (Ago. 1980): 335-360.
- Onuf, Peter S. *The Origins of the Federal Republic: Jurisdictional Controversies in the United States, 1775-1787* (1983). Filadélfia: University of Pennsylvania Press, 2001.
- Opatrný, Josef. "El Estado-nación o la 'cubanidad': los dilemas de los portavoces de los criollos cubanos de la época antes de La Escalera." In: M.Dolores González-Ripoll; C.Naranjo; A.Ferrer; G.García; J. Opatrný. *El Rumor de Haití en Cuba: Temor, Raza y Rebeldía, 1789-1844*. Madri: CSIC, 2004, p. 321-416.
- Ortego Gil, Pedro, "La instrucción para el gobierno económico-político de las provincias de Ultramar". *Anuario Mexicano de Historia del Derecho*, vol. 14 (2002): 343-495.
- Palmer, Robert R. *The Age of the Democratic Revolution: A Political History of Europe and America, 1760-1800*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1954 e 1964.
- Pantaleão, Olga, "A presença inglesa". In: Sérgio Buarque de Holanda. *História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Monárquico: o processo de emancipação, t. II, vol. 1*. São Paulo: Difel, 1970, p. 64-99.
- Paquette, Gabriel. *Imperial Portugal in the Age of Atlantic Revolutions: The Luso-Brazilian World, c. 1770-1850*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013

- Paquette, Robert, "Revolutionary Saint-Domingue in the Making of Territorial Louisiana". In: D. P. Geggus e D. B. Gaspar (orgs.). *A Turbulent Time: The French Revolution and the Greater Caribbean*. Indianápolis: Indiana University Press, 1997, 204-25.
- _____. *Sugar is made with Blood: The Conspiracy of La Escalera and the Conflict between Empires over Slavery in Cuba*. Middletown, Connecticut: Wesleyan University Press, 1988.
- Parron, Tâmis, Alain El Youssef e Bruno Estefanes, "Vale expandido: contrabando negreiro e a construção de uma dinâmica política nacional no Império do Brasil." *Almanack*, Guarulhos, núm. 7 (1º sem., 2014): 137-159.
- Parron, Tâmis e Rafael Marquese, "Internacional escravista: a política da Segunda Escravidão". *Topoi*, vol. 12, n. 23 (jul-dez. 2011), p. 97-117.
- Parron, Tâmis, Márcia Berbel e Rafael Marquese. *Escravidão e política: Brasil e Cuba, c. 1790-1850*. São Paulo: Hucitec, 2010.
- Parron, Tâmis. *Justiniano José da Rocha. Ação; reação; transação e seus textos*. São Paulo: Edusp (no prelo).
- _____. *A política da escravidão no Império do Brasil, 1826-1865*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- Peabody, Sue. *There Are no Slaves in France: The Political Culture of Race and Slavery in the Ancien régime*. Oxford: Oxford University Press, 2002.
- Pedreira, Jorge e Fernando Dores Costa. *D. João VI: um príncipe entre dois continentes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- Pedreira, Jorge Miguel, "Economia e política na explicação da independência do Brasil". In: Jurandir Malerba (org.). *A Independência Brasileira: novas dimensões*. Rio de Janeiro: FVG Editora, 2006, p. 55-97.
- _____, "From Growth to Collapse: Portugal, Brazil, and the Breakdown of the Old Colonial System (1750-1830)". *Hispanic American Historical Review*, vol. 80, núm. 4 (nov. 2000): 839-864.
- Perera Díaz, Aisnara e María de los Ángeles Meriño Fuentes. *Estrategias de libertad: un acercamiento a las acciones legales de los esclavos en Cuba (1762-1872)*. Havana: Editorial Ciencias Sociales (no prelo).
- Pérez Jr., Louis A., "Cuba and the United States: Origins and Antecedents or relations, 1760s-1860s". *Cuban Studies*, vol. 21 (1991): 57-82.
- Pickering, Paul e Alex Tyrell. *The People's Bread: a History of the Anti-Corn Law League*. Londres: Leicester University Press, 2000.
- Pimenta, João Paulo Garrido. *Estado e nação: no fim dos impérios ibéricos no Prata (1808-1828)*. São Paulo: Hucitec, 2006, p. 126-186.
- Piñeiro, Théó Lobarinhas. "Os simples comissários" (*negociantes e política no Brasil Império*). Doutorado. UFF. Niterói, 2002.
- Piquerías, José Antonio, "La siempre fiel isla de Cuba, o la lealtad interesada". *Historia Mexicana*, vol. 58, núm. 1 (jul.-set., 1908), 1808: *una cultura germinal*: 427-486.
- _____, "El ideário de uma revolução frustrada: José Francisco Lemus y la libertad de cubanacán". *Ibero-americana pragensia, supplementum*, vol. 19 (2007): 211-221.
- _____. (org.). *Félix Varela y la prosperidad de la patria criolla*. Madrid: Fundación Mapfre/Doce Calles, 2007.

- _____, “El criollo demediado: una exporación sobre identificación, intereses y afectos.” *Ibero-americana pragensia, supplementum*, vol. 18 (2006): 25-41.
- _____, “El mundo reducido a una isla. La unión cubana a la metrópole en tempos de tribulaciones”. In: José A. Piqueras (ed.). *Las Antillas en la era de las Luces y la Revolución*. Madri: Siglo XXI, 2005, p. 319-342.
- _____, José A. Piqueras Arenas, “Leales en época de insurrección. La elite criolla cubana entre 1810 y 1814”. *Separata de Visiones y revisiones de la Independencia americana*. Salamanca: Ediciones Salamanca, 2003, 183-206.
- Pletcher, David. *The Diplomacy of Annexation: Texas, Oregon, and the Mexican War*. Columbia, Missouri: University of Missouri Press, 1973.
- Portuondo Zúñiga, Olga (org.). *El Departamento Oriental en documentos. Tomo II (1800-1868)*. Santiago, Cuba: Editorial Oriente, 2012.
- _____. *Cuba. Constitución y liberalismo (1808-1841)*. Santiago de Cuba: Oriente, 2012, vols. 2.
- Poulantzas, Nicos. *Pouvoir politique et classes sociales*. Paris: François Maperro, 1968.
- Prado Jr., Caio. *História econômica do Brasil* (1945). São Paulo: Brasiliense, 1949.
- Price, Jacob M., “What Did Merchants Do? Reflections on British Overseas Trade, 1660-1790”. *Journal of Economic History*, vol. 49 (1989): 273-282.
- Quarles, Benjamin. *The Negro in the American Revolution* (1961). Introd. Gary Nash. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 1996.
- Rakove, Jack N. *Original Meanings: Politics and Ideas in the Making of the Constitution*. Nova York: Knopf, 1996.
- Rauch, Basil. *American Interest in Cuba: 1848-1855*. Nova York: Columbia University Press, 1948.
- Reid-Vazquez, Michele. *The Year of the Lash: Free People of Color in Cuba and the Nineteenth Century Atlantic World*. Athens, Georgia: University of Georgia Press, 2011.
- Reis, João José. *Rebelião escrava no Brasil. A história do levante dos Malês em 1835*. Ed. revista e ampliada. São Paulo: Cia. das Letras, 2003.
- Remini, Robert V. *Andrew Jackson. Vol. 2: The Course of American Freedom, 1822-1832*. Baltimore: Harper and Row, 1981.
- Ribeiro, Alan dos Santos. “The leading comission-house of Rio de Janeiro”. A firma Maxwell, Wright & Co. no comércio do Império do Brasil c. 1827-c.1850. Niterói: Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da UFF, 2014, p. 14-63.
- Ribeiro, João Luiz. *No meio das galinhas as baratas não têm razão: a lei de 10 de junho de 1835. Os escravos e a pena de morte no Império do Brasil, 1822-1889*. Rio de Janeiro: Renovar, 2005, vol. 1, p. 43-67.
- Rice, C. Duncan, “‘Humanity Sold for Sugar!’ The British Abolitionist response to Free-Trade in Slave-Grown Sugar”. *The Historical Journal*, vol. 13, núm. 3 (set., 1970): 402-418.
- Richards, Leonard L. *The Slave Power: The Free North and Southern Domination, 1780-1860*. Baton Rouge: Louisiana State University Press, 2000.
- _____. *Gentlemen of Property and Standing: Anti-Abolition Mobs in Jacksonian America*. Oxford: Oxford University Press, 1970.
- Ricupero, Rubens, “O Brasil no mundo”. In: Alberto da Costa e Silva (org.). *História do Brasil nação: crise colonial e Independência, 1808-1830*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- Rieu-Millán, Marie Laure. *Los diputados americanos en las Cortes de Cádiz: igualdad o independencia*. Madri: CSIC, 1990.

- Robinson, Donald. *Slavery in the Structure of American Politics, 1765-1820*. Nova York: Harcourt Brace Jovanovich, 1971.
- Rocha, Antonio Penalves. *A recolonização do Brasil pelas Cortes*. São Paulo: Editora Unesp, 2009.
- Rodrigo y Alharilla, Martín, “Barcelona i el món americà”. In: M. Rodrigo y Aharilla (org.) *Les bases colonials de Barcelona, 1765-1968*. Barcelona: Museu d’Història de Barcelona, 2014, p. 9-18.
- Rodrigues, Jaime. *O infame comércio: propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850)*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2000.
- Rodrigues, José Honório. *Brasil e África: outro horizonte* (1961). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.
- Roldán de Montaud, Inés, “En los borrosos confines de la libertad: el caso de los negros emancipados en Cuba, 1817-1870”. *Revista de Indias*, vol. 71, n. 251 (2011): 159-192.
- Rostow, W. W. “Adjustments and Maladjustments after the Napoleonic Wars”. *The American Economic Review*, vol. 32, núm. 1, parte 2 (mar., 1942): 13-23.
- Rothman, Adam. *Slave Country: American Expansion and the Origins of the Deep South*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2005.
- Royle, Edward. *Chartism* (1980). Londres: Routledge, 1996.
- Rugemer, Edward Bartlett, “Caribbean Slave Revolts and the Origins of the Gag Rule: A Contest between Abolitionism and Democracy, 1797-1835”. In: John Craig Hammond e Matthew Mason. *Contesting Slavery: The Politics of Bondage and Freedom in the New American Nation*. Charlottesville e Londres: University of Virginia Press, 2011, p. 94-116.
- _____. *The Problem of Emancipation: The Caribbean Roots of the American Civil War*. Baton Rouge: Louisiana State University Press, 2008.
- Russell-Wood, A. J. R. *Escravos e libertos no Brasil colonial* (1ª ed. em inglês, 1982). Trad. Maria B. de Medina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- Ryden, David Back. *West Indian Slavery and British Abolition, 1783-1807*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.
- Saberi, Helen. *Tea: A Global History*. Londres: Reaction Books, 2010.
- Saes, Laurent A. M. de. *A Société des Amis des Noirs e o movimento antiescravista sob a revolução francesa (1788-1802)*. Doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2013.
- Saiz Pastor, Candelaria, “Imperio de Ultramar y fiscalidad colonial”. In: Palazón Ferrando, Salvador e Saiz Pastor, C. *La ilusión de un império. Las relaciones económicas hispano-cubanas en el siglo XIX*. Alicante, Espanha: Universidad de Alicante, 1998, p.77-94.
- Saiz Pastor, Candelaria. *Liberales y esclavistas. El dominio colonial español en Cuba (1833-1868)*. Doutorado. Alicante. Universidad de Alicante, 2 vols. 1990.
- Sala-Molins, Louis. *Le Code Noir ou le calvaire de Canaan*. Paris: PUF, 1987.
- Salles, Ricardo, “A Segunda Escravidão”. *Revista Tempo*, vol. 19, núm. 35 (jul-dez. 2013): 249-254.
- Salvucci, Linda K., “Atlantic Intersections: Early American Commerce and the Rise of the Spanish West Indies (Cuba)”. *The Business History Review*, vol. 79, núm. 4 (Winter, 2005): 781-809.
- Samper, Mario e Radin Fernando, “Historical Statistics of Coffee Production and Trade from 1700 to 1960”. In: W. G. Clarence-Smith e Steven Topik (orgs.). *The Global Coffee Economy in Africa, Asia, and Latin America, 1500-1989*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003, p. 411-462.

- Sánchez Andrés, Agustín, “El trienio constitucional y los orígenes del autonomismo antillano, 1820-1823”. *Tierra Firme*, Caracas, vol. 23, núm. 89 (jan. 2005): 9-26.
- Sánchez, Joseph P., “African Freedmen and the *Fuero Militar*: A Historical Overview of Pardo and Moreno Militiamen in the Late Spanish Empire.” *Colonial Latin American Historical Review*, vol. 3, núm. 2 (Spring, 1994): 165-184.
- Santos, Guilherme de Paula Costa. *A Convenção de 1817: debate político e diplomático sobre o tráfico de escravos durante o governo de D. João no Rio de Janeiro*. Mestrado. São Paulo: FFLCH-Universidade de São Paulo, 2007.
- Santos, Ynaê Lopes. *Irmãs do Atlântico: escravidão e espaço urbano do Rio de Janeiro e Havana*. Doutorado. São Paulo: Departamento de História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), 2012.
- Sanz Rozalén, Vicent, “De la concesión de mercedes a los usos privativos. Propiedad y conflictividad agraria en Cuba (1816- 1819)”. In: José A. Piqueras (ed.). *Las Antillas en la era de las Luces y la Revolución*. Madri: Siglo XXI, 2005, p. 247-273.
- Sayer, Derek. *The Violence of Abstraction: The Analytic Foundations of Historical Materialism*. Nova York: Basil Blawell, 1987.
- Scanavini, João E. F. A., “Embates e embustes: a teia do tráfico na Câmara do Império (1826-1827)”. In: I. A. Marson e C. H. L. de S. Oliveira (orgs.). *Monarquia, liberalismo e negócios no Brasil: 1780-1860*. São Paulo: Edusp, 2013, p. 167-209.
- Schama, Simon. *Rough Crossings: Britain, the Slaves, and the American Revolution*. Nova York: Harper Perennial, 2007.
- Schmidt-Nowara, Christopher, “Wilberforce Spanished. Joseph Blanco White and Spanish Antislavery, 1808-1814”. In: Josep M. Fradera e Christopher Schmidt-Nowara (orgs.) *Slavery & Antislavery in Spain's Atlantic Empire*. Nova York: Berghahn Books, 2013, p. 158-175.
- _____. *Empire and Antislavery: Spain, Cuba, and Puerto Rico, 1833-1874*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1999.
- Schoen, Brian. *The Fragile Fabric of Union: Cotton, Federal Politics, and the Global Origins of the Civil War*. Baltimore: The John Hopkins University Press, 2009.
- Schugerman, Jed Handelsman, “The Louisiana Purchase and the South Carolina's Reopening of the Slave Trade in 1803”. *Journal of the Early Republic*, vol. 22, núm. 2 (summer, 2002): 263-290.
- Schwartz, Stuart. *Segredos Internos. Engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835* (1985). Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- Seckinger, Ron. *The Brazilian Monarchy and the South American Republics, 1822-1831: Diplomacy and State Building*. Baton Rouge: Louisiana State University Press, 1984, p. 1-24.
- Seco Serrano, Carlos, “Espartero y Cuba: Entre Inglaterra y Norteamérica”. *Revista de Indias*, vol. 39, núm. 115-118 (1969): 581-605.
- Sellers, Charles. *The Market Revolution: Jacksonian America, 1815-1846*. Oxford: Oxford University Press, 1991.
- Sexton, Jay. *The Monroe Doctrine: Empire and Nation in the Nineteenth-Century*. Nova York: Hill and Wang, 2011, p. 47-84.

- Sharp, Paul R., "1846 and All That: the rise and Fall of British Wheat Protection in the Nineteenth Century". *Agricultural History Review*, vol. 58, núm. 1 (2010): 76-94.
- Sheriff, Carol. *The Artificial River: The Erie Canal and the Paradox of Progress, 1817-1862*. Nova York: Hill and Wang, 1996.
- Shur, Leon M., "The Second Bank of the United States and the Inflation after the War of 1812". *Journal of Political Economy*, v. 68, núm. 2 (abr., 1960): 118-134.
- Shyllon, F. O. *Black Slaves in Britain*. Londres: Oxford University Press, 1974.
- Silbey, Joel H. *The Shrine of Party: Congressional Voting Behavior, 1841-1852*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1967.
- Silva Júnior, Waldomiro Lourenço da. *Entre a escrita e a prática: direito e escravidão no Brasil e em Cuba, c.1760-1871*. Doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2015.
- Silva, Ana Rosa Cloclet da, "Identidades políticas e a emergência do novo Estado nacional: o caso mineiro". In: István Janscó (org.). *Independência: História e Historiografia*. São Paulo: Hucitec-Fapesp, 2005, 515-555.
- Silva, Lígia Osório. *Terras devolutas e latifúndio: efeitos da lei de 1850*. Campinas: Ed. Unicamp, 1996.
- Silva, Wlamir. *Liberais e povo: a construção da hegemonia liberal-moderada na província de Minas Gerais (1830-1834)*. São Paulo: Hucitec, 2009.
- Silver, Arthur W. *Manchester Men and Indian Cotton, 1847-1872*. Manchester: Manchester University Press, 1966.
- Simpson, Albert F., "The Political Significance of Slave Representation, 1787-1821". *The Journal of Southern History*, vol. 7, núm. 3 (ago. 1941): 315-342.
- Sinha, Manisha. *The Counterrevolution of Slavery: Politics and Ideology in Antebellum South Carolina*. Chapel Hill: The University of North Carolina, 2000.
- Sioussat, George L. "Duff Green's 'England and the United States': with an Introductory Study of American Opposition to the Quintuple Treaty of 1841". *Proceedings of the American Antiquarian Society*, nova série, vol. 40 (1931): 175-276.
- Skocpol, Theda, "Bringing the State Back In". In: Peter B. Evans, Dietrich Rueschmeyer e Theda Skocpol. *Bringing the State Back In*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.
- Smith, Rogers. *Civic Ideals: Conflicting Visions of Citizenship in United States History*. New Haven: Yale University Press, 1997.
- Soulsby, H. G. *The Right of Search and the Slave Trade in Anglo-American Relations, 1814-1862*. Baltimore: The John Hopkins Press, 1933.
- Souza, Otávio Tarquínio de. *História dos fundadores do Império do Brasil. Vida de D. Pedro I*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1960, vol. 3, 3 tomos.
- Spall, Richard Francis, Jr, "Free Trade, Foreign Relations, and the Anti-Corn Law League". *The International History Review*, vol. 10, núm. 3 (ago., 1988): 405-432.
- Stagg, J. C. A., "James Madison and the Coercion of Great Britain: Canada, the West Indies, and the War of 1812". *The William and Mary Quarterly*, vol. 38, núm. 1 (jan. 1981): 3-34.
- Stein, Burton, "State Formation and Economy Reconsidered", *Modern Asian Studies*, Cambridge, vol. 19, núm. 3 (1985): 387-413.
- Stein, Stanley e Barbara Stein. *Silver, Trade, and War. Spain and America in the Making of Early Modern Europe*. Baltimore: The John Hopkins, 2000.

- Sutch, R. e S. B. Carter (org.). *Historical Statistics of the United States: Earliest Times to the Present, Millennial Edition*, 5 vols. Nova York: Cambridge University Press, 2006, vol. 1
- Tadman, Michael. *Speculators and Slaves: Masters, Traders, and Slaves in the Old South* (1986). Madison, Wisconsin: The University of Wisconsin Press, 1996.
- Tardieu, Jean-Pierre. “*Morir o dominar*”: *en torno al reglamento de esclavos de Cuba (1841-1866)*. Vervuert: Frankfurt/Iberoamericana: Madri, 2003.
- _____. *Relaciones interétnicas en América, siglos XVI-XIX*. Madri: Fundación Histórica Tavera, 2001.
- Temin, Peter. *The Jacksonian Economy*. Nova York: W. W. Norton, 1969.
- Temperley, Howard. *British Antislavery, 1833-1870*. Londres: Longman, 1972.
- Thibaut, Jacques. *Le Temps de Saint-Domingue: l’esclavage et la revolution française*. Paris: J.C. Lattès, 1989.
- Thompson, Edward Palmer. “Eighteenth-Century English Society: Class Struggle without Class?”. *Social History*, vol. 3, núm. 2 (maio, 1978), p. 133-165.
- _____. *A formação da classe operária inglesa, vol. 3: a força dos trabalhadores* (1ª ed. em inglês, 1963). Trad. de Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- C. Tilly, “Contentious Repertoires in Great Britain, 1758-1833”. *Social Science History*, vol. 17, núm. 2 (Summer, 1993): 253-280.
- Tise, Larry. *Proslavery: A History of the Defense of Slavery in America, 1701-1840*. Athens, GA: The University of Georgia Press, 1987.
- Tomich, Dale. *Through the Prism of Slavery: Labor, Capital, and World Economy*. New York: Rowman and Littlefield, 2004 (*Pelo prisma da escravidão: trabalho, capital e economia mundial*. Trad. Antonio de Pádua Danesi. São Paulo: Edusp, 2011).
- _____, resenha de Robert Paquette. *Sugar is made with Blood: The Conspiracy of La Escalera and the Conflict between Empires over Slavery in Cuba*. Middletown, Connecticut: Wesleyan University Press, 1988. *Journal of Social History*, vol. 23, núm. 3 (Spring, 1990): 657-660.
- Torres-Cuevas, Eduardo, “José Antonio Saco. La aventura intelectual de una época”. In: J. A. Saco. *Obras (volumen I)*. Org. e notas de Eduardo Torres-Cuevas. Havana: Imagen Contemporanea, 2001, p. 1-99.
- _____, “De la Ilustración reformista al reformismo liberal”. In: María del Carmen Barcia, Gloria García e E. Torres-Cuevas. *Historia de Cuba. La Colonia: evolución socioeconómico y formación nacional*. Havana: Editora Política, 1994, p. 314-354.
- Trouillot, Michel-Rolph. *Silencing the Past: Power and the Production of History*. Boston: Beacon Press, 1995.
- _____, “Peripheral Vibrations: The Case of Saint-Domingue’s Coffee Revolution”. In: Richard Robinson (org.). *The Dynamics of World Development*. Londres: Sage Publications, 1981, p. 27-41.
- Tully, Allan, “The political development of the colonies after the Glorious Revolution”. In: Jack P. Greene and J. R. Pole (orgs.). *A Companion to the American Revolution*. Oxford: Blackwell, 2000, p. 29-38.
- Turner, Mary. *Slaves and Missionaries: The Desintegration of Jamaican Slave Society, 1787-1834*. Barbados: The University of West Indies Press, 1998.
- Twinam, Ann. *Purchasing Whiteness: Pardos, Mulattos, and the Quest for Social Mobility in the Spanish Indies*. Stanford, CA: Stanford University Press, 2015.

- Urquijo Goitia, José Ramón, “Interferencias de las Cortes conservadoras ante el pretendiente carlista”. *Hispania*, vol. 66, núm. 223 (maio-ago., 2006): 583-632.
- Vampley, Wray, “The Protection of English Cereal Producers: The Corn Laws Reassessed”. *The Economic History Review*, vol. 33, núm. 3 (ag. 1980): 382-395.
- Van Cleve, George W. *A Slaveholder’s Union: Slavery, Politics, and the Constitution in the Early American Republic*. Chicago: The University of Chicago Press, 2010.
- Van Norman, William C. *Shade-grown Slavery: The Lives of Slaves on Coffee Plantations in Cuba*. Nashville: Vanderbilt University Press, 2013.
- Vanhoute, Eric. *World History: An Introduction*. Londres e Nova York: Rutledge, 2013.
- Venegas Delgado, Hernán, “El fantasma de la revolución haitiana y la independencia de Cuba (1820-1829).” *Projeto História*, vol. 31 (dez., 2005): 25-54
- Verger, Pierre. *Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o Golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos*. São Paulo: Corrupio, 1987.
- Viana, Larissa. *O idioma da mestiçagem: as irmandades de pardos na América portuguesa*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2007.
- Von Thünen, Johann Heinrich. *Der isolierte Staat in Beziehung auf Landwirtschaft und Nationalökonomie* (1826). Introd. de Heinrich Waentig. Jena: G. Fischer, 1910.
- Waddell, D. A. G., “International politics and Latin American Independence”. In: Leslie Bethell. *The Cambridge History of Latin America. Vol. 3: From Independence to c. 1870*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985, p. 197-228 (“A política internacional e a independência da América Latina”. In: Leslie Bethell (org.). *História da América Latina. V. III: da independência até 1870* (1ª ed. inglês, 1985). São Paulo: Imprensa Oficial, 2001, p. 231-265.).
- Waldstreicher, David. *Slavery’s Constitution: From Revolution to Ratification* (2009). Nova York: Hill and Wang, 2010.
- Wallerstein, Immanuel. *The Modern World-System IV: Centrist Liberalism Triumphant, 1789-1914*. Berkeley: University of California Press, 2011.
- _____. *The Modern World-System III: The Second Era of Great Expansion of the Capitalist World-Economy, 1730-1840s*. Nova York: Academic Press, 1989.
- _____. *The Modern World-System II: Mercantilism and the Consolidation of the European World-Economy, 1600-1750*. Nova York: Academic Press, 1980 (*O sistema mundial moderno II: o mercantilismo e a consolidação da economia-mundo europeia, 1600-1750*. Trad. de C. Leite, F. Martins e J. de Lisboa. Porto: Afrontamento, 1994).
- _____. *The Modern World-System I: Capitalist Agriculture and the Origins of the European World-Economy in the Sixteenth Century*. Nova York: Academic Press, 1974 (*O sistema mundial moderno I: A agricultura capitalista e as origens da economia-mundo europeia no século XVI*. Trad. de C. Leite, F. Martins e J. de Lisboa. Porto: Afrontamento, 1990).
- Ward, Geoffrey C. *Before the Trumpet: Young Franklin Roosevelt, 1882-1905*. Nova York: Harper and Row, 1985.
- Wenzlhuemer, Rolland, “Indian Labour Immigration and British Labour Policy in Nineteenth-Century Ceylon”. *Modern Asia Studies*, vol. 41, núm. 3 (2007): 575-602.
- Williams, William Appleman. *The roots of the Modern American Empire: a Study of the Growth and Shaping of Social Consciousness in a Marketplace Society*. Nova York: Random House, 1969.
- Williams, Eric. *Capitalism & Slavery* (1944). Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 1994.

- Wise, Steven M. *Though the Heavens May Fall: The Landmark Trial That Led to the End of Human Slavery*. Cambridge, Mass: Da Capo Press, 2005.
- Wood, Ellen Meiksins. *The Origin of Capitalism: A Longer View* (1999). Londres: Verso, 2002.
- _____. *Democracy against Capitalism: Renewing Historical Capitalism*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.
- Wood, Gordon. *The Creation of the American Republic, 1776-1787* (1969). Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 1998.
- Wright, Fernanda Pacca de Almeida. *Testando o Leviathan: a presença dos Estados Unidos nos debates parlamentares de 1828 a 1837*. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- Wright, Gavin. *Slavery and American Economic Development*. Baton Rouge: Louisiana State University Press, 2006.
- Wyatt-Brown, Bertram, "The Abolitionist's Postal Campaign of 1835". *The Journal of Negro History*, vol. 50, núm. 4 (out., 1965): 227-238.
- Yacou, Alain. *Essor des plantations et subversion antiesclavagiste à Cuba (1791-1845)*. Paris: Karthala, 2010.
- Youssef, Alain El, *Imprensa e escravidão: política e tráfico negreiro no Império do Brasil (Rio de Janeiro, 1822-1850)*. Mestrado. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, 2009.
- Zagarri, Rosemary, "Suffrage and Representation". In: Jack P. Greene and J. R. Pole (orgs.). *A Companion to the American Revolution*. Oxford: Blackwell, 2000, p. 661-667.
- Zilversmit, Arthur. *The First Emancipation: the Abolition of Slavery in the North*. Chicago: The University of Chicago Press, 1967.